



DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Colecção Estudos 3

911
S 636
v.1 ex.3

Sistema Urbano Nacional • Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais

1

Sistema Urbano Nacional

Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais

Volume 1



DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Sistema Urbano Nacional

Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais

Volume 1

Edição

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
Campo Grande, 50 - 1700 Lisboa
Outubro de 1997

911
5636
v.1 ex.3



DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO

FUNDO GERAL

FLUP - BIBLIOTECA



924762

Colecção Estudos 3

Nota de apresentação

Dispomos de um sistema urbano cujos desequilíbrios e desigualdade de condições são, no essencial, conhecidos e a que o presente trabalho vem conferir acrescida evidência.

Houve intervenções desarticuladas, prioridades mal definidas, situações de sobre-equipamento misturadas com a permanência de carências há muito detectadas e mal resolvidas.

Com uma arquitectura administrativa fortemente centralizada e sectorizada, e a manifesta debilidade das autarquias locais, o investimento sectorial da Administração Central fez-se, em muitos casos e ao longo de anos, acentuando assimetrias, dependências e desigualdades que são facilmente reconhecíveis.

Também por isso o actual Governo traz consigo uma proposta irrecusável de reforma institucional do Estado e da Administração, nomeadamente para uma maior articulação horizontal e vertical das políticas de incidência urbana, com o reforço dos modelos de planeamento estratégico e das soluções descentralizadas e em parceria.

Tendo herdado uma organização político-administrativa excessivamente polarizada nos níveis central e municipal, a regionalização, por contraponto, não deixará de favorecer opções de política mais enquadradas nas necessidades e nos condicionalismos locais.

Certo é que o desenvolvimento económico-social implica uma aposta crescente nas cidades médias. Desenvolvimento na competitividade e na sustentabilidade, mas igualmente em favor da coesão social e da cidadania.

Cidades médias que se impõe protagonizem o reequilíbrio e a consolidação do sistema urbano nacional numa perspectiva regional e transfronteiriça.

E se é vital prosseguir o esforço de estruturação e qualificação urbana do litoral, o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas tem a sua decisiva se não mesmo derradeira oportunidade na dinamização das cidades médias e de outros centros urbanos complementares.

Cidades médias dinâmicas e solidárias como espaços atractivos de iniciativas e emprego, «âncoras» fundamentais para o desenvolvimento dos territórios de proximidade e influência.

Cidades para o reforço na transversalidade das relações no espaço nacional e não só.

Está assim colocado o desafio de assumir uma nova atitude perante a gestão urbana e territorial.

Este trabalho é, nesse sentido, um valioso e oportuno contributo, também pela proximidade da preparação de novo PDR e consequente negociação do QCA III.

José Augusto de Carvalho
(Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território)

Equipa Técnica



Quaternaire
PORTUGAL

Coordenação

Teresa Sá Marques

Equipa Técnica

Elisa Pérez Babo

Artur Costa

Rui Azevedo

António Figueiredo

Mariana Brandão (base de informação e cartogramas de síntese)

Mário Fernandes (cartogramas)

Rui Mealha (urbanismo)

Manuel Ribau (urbanismo)

Consultor

João Ferrão

Colaboradores

Paulo Vale

Clara Costa

Rui Cardoso

Rui Silva

Madalena Nunes

Susana Januário

Jorge Machado

Contributos Temáticos Pontuais

Ana Monteiro (Ambiente)

Clara Correia (Ensino Superior)

Álvaro Domingues (Serviços)

Secretariado

Isabel Antunes

Maria José Vidigal

Índice Geral

I. Enquadramento e Metodologia de Desenvolvimento do Estudo	9
II. Sistema Urbano Nacional – Abordagens Sectoriais	25
1. População e Território	27
2. Exclusão Social	111
3. Emprego e Actividades Económicas	159
4. Ensino Básico, Ensino Superior, Investigação e Estruturas Tecnológicas	265
5. Qualidade de Vida e Imagem das Cidades	297
6. Dinâmicas Institucional e Autárquica	355
7. Matriz de avaliação de síntese das cidades	391
III. Integração do Sistema Urbano Nacional no Sistema Ibérico e Europeu	395
1. Sistema Urbano Europeu – Breve caracterização e dinâmicas	397
2. Principais espaços e dinâmicas urbanas em território espanhol e principais articulações com o sistema urbano português	407
3. A margem de manobra das aglomerações de Lisboa e Porto	408
4. As oportunidades que se abrem em matéria de cooperação inter-regional e transfronteiriça a partir do papel das cidades de média dimensão	413
5. Conclusões	414
IV. Cenário Prospectivo do Sistema Urbano	415
1. Princípios gerais e quadro de referência conceptual	417
2. Apresentação do cenário prospectivo do Sistema Urbano	418
V. Do Sistema Urbano Nacional e dos Sistemas Urbanos Regionais às Políticas Consequentes	439
1. Da fase de experimentação à carta de alforria das políticas urbanas com o instrumento de política regional	441
2. Há que ter em conta que as cidades se transformaram em verdadeiras encruzilhadas de processos de inovação, internacionalização e de mudanças sociais associadas	441
3. É necessário passar além da fase da experimentação em matéria de políticas urbanas e consagrá-las como pilares das novas políticas regionais e de ordenamento do território	442
4. Um potencial oculto de intervenção continua por explorar	443
5. O papel das políticas urbanas não pode limitar-se ao de incubadores de inovação em espaços de excelência; há um espaço a preencher no domínio das políticas e dos programas de coesão	444
6. Algumas propostas exploratórias para uma política urbana mais activa e bem sucedida	446
A. Referências Bibliográficas	453
B. Índices de mapas de síntese, de mapas de indicadores, de quadros e de figuras	457

1. Enquadramento

Como ultrapassar a crise de orientação das políticas de desenvolvimento urbano?

De acordo com as perspectivas mais recentes, a falência dos modelos de hierarquia urbana assenta essencialmente em três tipos de razões.

Por um lado, em territórios cujas massa demográfica, dimensão de cidades e organização funcional poderiam justificar tal modelo de intervenção, não tem sido possível configurar as soluções político-institucionais mais ajustadas para compatibilizar esse modelo de intervenção com o apelo progressivo às forças de mercado.

Por outro lado, em territórios de baixa densidade de povoamento e, sobretudo, de débeis massas demográficas, a hierarquia urbana dificilmente se impõe, dada a ausência de massas urbanas suficientemente polarizadoras.

Se adicionarmos a este contexto já particularmente desfavorável a descoberta de outros modelos de organização territorial cuja dinâmica assenta precisamente em relacionamentos inter-urbanos não hierárquicos, inseridos em espaços economicamente dinâmicos e internacionalmente competitivos, o quadro completa-se.

Esta situação não é exclusivamente portuguesa. Outros países começam a sentir os efeitos desta crise de orientação das políticas de desenvolvimento urbano. Podemos encontrar áreas fortemente sensíveis a esta questão, designadamente no interior do que, de acordo com o jargão comunitário em matéria de ordenamento do território, se tem chamado a *diagonal continental*. Aí, também a ausência de massas demográficas caracteriza predominantemente grandes parcelas desse território, complicando o argumento e a prática da hierarquia urbana.

Simplesmente, embora não exclusivamente nacional, a situação assume em Portugal cambiantes potencialmente mais graves. Porquê? A razão prende-se com a ausência de massas críticas relevantes em matéria de investigação empírica e teórica. Esta debilidade da capacidade nacional de investigação tem comprometido a definição de uma abordagem da questão urbana em condições ajustadas à evolução recente do(s) modelo(s) territorial(ais) em Portugal.

Assim, não raras vezes, importaram-se, acriticamente, metodologias de abordagem para a realidade portuguesa. Nalguns casos, os modelos de hierarquia urbana foram precocemente recuperados. Noutros, "embandeirou-se em arco" com a utilização do novo paradigma das redes, ignorando por vezes que as suas condições de aplicação divergem consideravelmente das situações empíricas que deram origem à formação do paradigma. Noutros casos ainda, renunciou-se à utilização de qualquer modelo teórico de referência, embora pagando o preço elevado da pura descrição monográfica, o que, regra geral, tende a não produzir qualquer contributo relevante do ponto de vista da política de intervenção, neste caso das políticas urbanas.

Foi neste contexto particularmente desfavorável que, há cerca de dois anos, se deram, em Portugal, os primeiros passos em matéria de financiamento das políticas urbanas.

Trata-se de um contexto que insistimos em classificar de particularmente desfavorável por vários motivos:

Primeiro, dado o já mencionado argumento de que a cobertura teórica e empírica da realidade urbana dinâmica em Portugal era bastante frágil.

Segundo, porque o instrumento PROSIURB arrancou de forma bastante experimental, o que em si não constitui necessariamente qualquer estigma, mas que implicou uma reduzida margem de financiamento disponível, tornando-se um instrumento pouco atractivo.

Terceiro, porque, em simultâneo, o segundo QCA (1994-99) arrancava sem qualquer perspectiva de desenvolvimento urbano; a tentativa realizada nesse sentido no âmbito do PRONORTE (CCRN) acabou por ser morta à nascença por força de um eleitoralismo permissivo.

Quarto, porque o financiamento das políticas urbanas exigiu em simultâneo a entrada dos municípios num processo, também ele experimental, de elaboração de planos estratégicos, sem que o planeamento desse tipo constituísse já uma prática perfeitamente assumida ou, pelo menos, reconhecida como necessária.

Quinto, porque os municípios acabavam de terminar um ciclo de planeamento físico, ainda não globalmente avaliado, tendo sido encaminhados para mais uma nova experiência, não totalmente atractiva e retribuidora do ponto de vista das margens de financiamento oferecidas.

Sexto e último, porque o discurso e a prática políticas dos actores locais têm reagido muito lentamente aos novos desafios da questão urbana, após um período em que a disseminação de investimento comunitário ocultou, em parte, a necessidade de estabelecimento de prioridades mais selectivas.

Trata-se de um conjunto de factores que produzem, do ponto de vista global, um contexto inequivocamente desfavorável.

Aprofundar e diversificar o conhecimento das dinâmicas de evolução territorial e urbana para melhor apoiar o processo de tomada de decisão política

Entretanto, paradoxalmente, tem-se a sensação de que muito é solicitado às cidades e às políticas urbanas. Esta exigência resulta de que a política de ordenamento do território e, em última instância, a política de desenvolvimento regional, necessitam de novos princípios orientadores e legitimadores das novas escolhas e prioridades de investimento.

A concretização desses novos princípios, para ser politicamente exequível e encontrar fórmulas institucionais correctas, requer acumulação e diversificação de conhecimento sobre a dinâmica de funcionamento e evolução do sistema urbano em Portugal e, sobretudo, do modo como essa evolução se articula com o desenvolvimento territorial.

O estudo «Dinâmicas da Rede Urbana – Áreas em Perda», realizado pela Quaternaire-Portugal para a DGOTDU, constituiu o início de um processo tendente a melhorar as condições de suporte

do processo de tomada de decisão política em matéria de ordenamento do território, desenvolvimento regional e urbano.

A fragilidade do sistema de investigação nacional em matéria de dinâmicas territoriais e urbanas explica a sobrevivência do modelo de análise litoral-interior, mesmo num contexto em que, do ponto de vista intuitivo, uma grande parte dos agentes de planeamento com intervenção no terreno desconfia já abertamente do potencial de intervenção decorrente de tal modelo de abordagem.

É verdade que, na leitura espacial do País que orientou a elaboração do QCA (1994-1999), se observam indícios de novas preocupações quanto a novos modelos de desenvolvimento territorial em Portugal.

A forma como o PDR se refere à evolução das disparidades de desenvolvimento inter-territórios NUT's III e à melhoria qualitativa do quadro de vida nas áreas interiores, sugere alguma sensibilidade a uma leitura territorial mais rica do que a dicotomia litoral-interior deixa antever.

Entretanto, a fragilidade do exercício que conduziu à regionalização do Produto Interno Bruto por NUT III para o período correspondente à década de 80 introduziu factores de reserva às novas perspectivas de abordagem. Paralelamente, os estudos de base do PDR não avançaram significativamente em torno da questão urbana, pelo que a iniciativa da DGOTDU pode constituir, de facto, o início de um novo ciclo de aprofundamento da questão urbana em Portugal.

Abordagens alternativas da visão litoral-interior têm proposto uma leitura exploratória da mais recente evolução territorial do Continente com base no *modelo do arquipélago*¹. A comparação entre as ilhas (áreas urbanas) e as áreas submersas (territórios com fraca expressão e concentração urbanas) é utilizada sobretudo para tipificar, primeiro, os diferentes tipos de ilhas do território continental e, segundo, as diferentes formas de relacionamento destas últimas com a vasta incidência territorial do fenómeno do submerso.

Estamos perante visões que inspiram a nossa abordagem apesar de não terem sido assumidos quaisquer modelos decorrentes dessas abordagens.

Este trabalho foi operacionalizado segundo os seguintes pontos:

- Reconhecimento do fenómeno qualitativamente diferenciado dos processos de metropolização em curso no território nacional, tendo em conta, sobretudo, a influência que a diferente natureza e extensão que o fenómeno reveste no Porto e em Lisboa exerce no funcionamento do sistema urbano;
- Configuração de três níveis de análise e de caracterização tipológica das cidades:
 - análise *intra-urbana*,
 - análise *interurbana* (fluxos e redes de relações entre cidades no contexto de determinados territórios),
 - análise *urbano-regional* (lógica de amarração/descolagem das cidades em relação aos seus territórios de inserção);

1. Ver sobretudo os contributos de João Ferrão, consultor científico do presente Estudo

- Ponderação de aspectos adicionais, como são a componente transfronteiriça do Sistema Urbano Nacional e a própria visão deste último, no quadro do processo de reordenamento do território no espaço comunitário;
- Operacionalização de conceitos como o de *cidade-porta*² e de *cidade-âncora*², tendo em vista o estabelecimento de tipologias operativas de cidades, do ponto de vista da sua capacidade de acesso ao conhecimento e à transferência de saber-fazer e de amarração do território envolvente, induzindo novas dinâmicas ou compensando processos de crise generalizada;
- Ponderação da necessidade de adequar o estudo do sistema urbano às necessidades de formulação de novas políticas urbanas, assentes em concepções flexíveis e não direccionadas de desenvolvimento urbano e, por conseguinte, abertas a diferentes escalas de intervenção.

Ao nível da análise *intra-urbana*

O presente Estudo desenvolve-se em torno de uma concepção de cidade entendida como um espaço de mudança e de concentração de fenómenos de incerteza, complexidade e diversidade de públicos e de valores.

Entendida como um sistema de tensões, inelutáveis embora geríveis, a cidade é atravessada por um conjunto de dualidades: fenómenos de afirmação do local num quadro de internacionalização acrescida; desafios de competitividade mas também de modos de cooperação com outros espaços urbanos; imperativos de inovação mas também de coesão social; necessidade de melhorar a dotação infraestrutural e de espaço público mas igualmente de o animar permanentemente, rendibilizando-o; afirmar a relevância da dinâmica privada, mas sem contudo ignorar o alcance inovador das formas de cooperação público-privado.

Neste contexto, a selecção dos domínios temáticos de análise e das variáveis-indicadores correspondentes deve responder a esta diversidade de incidências do fenómeno urbano.

Ao nível da análise *interurbana*

Neste domínio, o Estudo procura essencialmente fornecer elementos para uma criteriosa diferenciação das condições de aplicação de dois modelos de relacionamento interurbano: o da hierarquia e o das redes de concertação e cooperação.

No primeiro caso, trata-se de rever os domínios e as funções através dos quais se afirma e reproduz uma situação de hierarquia intercidades. A intensificação dos fenómenos de mudança

2. Este conceito está definido no início do Capítulo IV – Cenário Prospectivo do Sistema Urbano

sócio-económica no interior das cidades, e a alteração dos padrões de competitividade das empresas e dos territórios, repercutem-se logicamente nas relações de hierarquia urbana.

No segundo caso, mesmo tendo em conta que o suporte de informação disponível é ainda insuficiente para uma análise profunda e diversificada das eventuais redes em constituição, trata-se sobretudo de compreender em que medida essas redes se alteram consoante o dinamismo dos territórios. Por outras palavras, poderá falar-se indiferenciadamente de redes intercidades no litoral industrializado e no interior deprimido. Que instrumentos de política podem ser accionados para transformar uma situação de espaços de concertação numa potencial rede efectiva?

Ao nível da análise *urbano-regional*

Neste domínio de análise, as cidades surgem referenciadas em função dos seus territórios de proximidade e de influência e sobretudo em função do seu potencial de estruturação e organização das dinâmicas territoriais. A internacionalização, o acesso ao conhecimento relevante, a capacidade de produção de novo conhecimento necessário à valorização dos recursos locais, o poder de criação de novos empregos e de novas fontes de difusão de rendimento são alguns dos vectores-chave de análise que, a este nível, o estudo do sistema urbano introduz.

2. Metodologia de Desenvolvimento do Estudo

Este trabalho tem como principais objectivos:

- A caracterização e avaliação estratégica das dinâmicas culturais e sócio-económicas das cidades, excluindo as Áreas Metropolitanas, e do seu relacionamento com os territórios de proximidade;
- A consequente detecção das cidades que são os principais “nós de intermediação” interurbana e das dinâmicas de relacionamento emergentes ou potenciais, traduzíveis em redes de concertação intercidades;
- A construção de um cenário prospectivo das cidades estruturantes no Sistema Urbano Nacional dentro de um contexto dos espaços com lógicas de desenvolvimento semelhantes;
- Dar sugestões quanto a orientações gerais de política a implementar em favor da consolidação e do desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional e da sua articulação com instrumentos de apoio ao desenvolvimento regional;
- Fornecer um conjunto de informação de apoio à tomada de decisão no quadro da gestão do programa PROSIURB e esboçar algumas pistas para a construção de uma base de dados para um sistema de informação urbana.

Este Estudo tem como universo de análise todas as cidades oficiais localizadas fora das Áreas Metropolitanas, num total de setenta e nove. Relativamente às cidades que constam do *Subprograma 1 do PROSIURB – cidades médias*, irá ser realizado um aprofundamento da análise qualitativa, a partir dos planos estratégicos já elaborados.

Tendo em conta os níveis de análise atrás referenciados – intra-urbano, interurbano e urbano-regional – e, consequentemente, a necessidade da cidade ser considerada no contexto das dinâmicas territoriais que a envolvem ou por ela induzidas, o processo de caracterização do sistema urbano foi organizado em torno de uma metodologia sequencial e evolutiva na qual podem identificar-se momentos estruturantes.

Os momentos estruturantes do desenvolvimento da metodologia correspondem a sínteses parcelares e provisórias de desenvolvimentos analíticos anteriores e desempenharam um papel essencial que consistiu em relançar sustentadamente o trabalho de aprofundamento de análise das fases subsequentes.

Apresentam-se, de seguida, os referidos momentos estruturantes acompanhados de algumas notas explicativas do seu conteúdo. A leitura destes momentos proporciona uma leitura por “zooms” sucessivos do presente Estudo do Sistema Urbano Nacional não metropolitano.

Momento 1

Operacionalização de uma grelha de análise estratégica urbana e territorial

Foi ensaiada uma síntese de alguns contributos de análise estratégica urbana e territorial, nomeadamente os que decorrem da própria experiência de planeamento estratégico da Quaternaire Portugal. Subjacente a esta operação de síntese, uma determinada leitura da Cidade e da mudança urbana ajudou a construir um conjunto coerente de domínios temáticos de análise. Simultaneamente, o contacto com outros planos estratégicos dirigidos a Cidades que integram o sistema urbano em análise, permitiu confrontar a síntese realizada com outras abordagens da questão urbana, consolidando as razões da escolha deste conjunto de domínios temáticos (Quadro 1).

Momento 2

Primeira síntese exploratória de análises territoriais e urbanas, quantitativas e qualitativas

A matriz reproduzida (Quadro 1) sintetiza os domínios temáticos de análise quantitativa que foram ensaiados para aplicar na caracterização territorial e urbana do sistema em análise.

A sua decomposição em variáveis de volume e de fluxos, de oferta e procura e de dinâmicas, permitiu estruturar uma bateria diversificada de indicadores, organizando, por conseguinte, um sistema de informação pertinente.

Mais concretamente, foram considerados os seguintes domínios temáticos:

- Demografia;
- Território urbano;

- Acessibilidades, transportes e comunicações;
- Ambiente;
- Construção e habitação;
- Integração e exclusão social;
- Actividades económicas e emprego;
- Educação e formação;
- Dinâmica cultural;
- Dinâmica desportiva;
- Saúde;
- Consumo urbano;
- Dinâmica autárquica;
- Redes nacionais e internacionais.

A partir destes domínios temáticos seleccionou-se a informação relevante e os indicadores a construir, tendo em atenção cinco componentes de análise: a oferta, a procura, as principais áreas críticas, os actores, as políticas e os territórios envolventes de actuação.

Relativamente à oferta e à procura, construíram-se indicadores de volume (em termos absolutos e relativos), de qualidade, de diversidade (caracterização da estrutura e tipologia) e de dinâmica (temporais e espaciais). Nas áreas críticas, procurou-se avaliar a intensidade dos problemas e a diversidade dos factores em causa. Os actores foram listados e houve uma tentativa de avaliação da capacidade de cooperação nacional e internacional. Relativamente às políticas, procurou-se analisar a actuação das intervenções autárquicas e dos programas nacionais nos últimos anos. Por fim, procurou-se detectar os territórios de proximidade e os territórios alargados das cidades em Estudo, atendendo ao comportamento de diferentes indicadores e às dinâmicas emergentes.

A partir daqui, depois de seleccionada a informação e construída a base de dados, foram cartografados todos os indicadores.

Do ponto de vista quantitativo, o produto desta fase consistiu numa primeira caracterização, por indicadores simples, da inserção urbana e territorial das cidades, constituindo um primeiro sobrevoo pela caracterização desejada do sistema urbano.

Momento 3

A primeira síntese exploratória de base quantitativa foi completada com dois elementos de análise qualitativa, a saber:

- Por um lado, aos planos estratégicos de cidades³, já concluídos, foi aplicada uma grelha de leitura, combinando elementos de diagnóstico com aspectos de prospectiva tendencial e voluntarista das cidades (matriz de leitura no anexo do volume 2);

3. Ver Volume 2.

Quadro 1 Grelha de análise estratégica territorial

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
	DEMOGRAFIA	TERRITÓRIO URBANO	ACESSIBILIDADES TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	AMBIENTE	CONSTRUÇÃO/HABITAÇÃO	INTEGRAÇÃO/EXCLUSÃO SOCIAL	ACTIVIDADES ECONÓMICAS E EMPREGO	EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	CULTURA	DESPORTO	Saúde	CONSUMO URBANO	DINÂMICA DA AUTARQUIA	REDES
1. STOCK/OFERTA														
1.1. VOLUME														
1.1.1. Absoluto	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	
1.1.2. Relativo	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	
1.2. QUALIDADE	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	
1.3. DIVERSIDADE (Estrutura, tipologia)	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	
1.4. DINÂMICAS (Estrutura, tipologia)														
1.4.1. Temporais	X	X	X	X	X		X	X						
1.4.2. Espaciais	X	X	X	X	X		X	X						
2. PROCURA														
2.1. VOLUME														
2.1.1. Absoluto			X		X		X	X	X	X	X	X		
2.1.2. Relativo			X		X		X	X	X	X	X	X		
2.2. QUALIDADE			X		X		X	X	X	X	X	X		
2.3. DIVERSIDADE (Estrutura, tipologia)			X		X		X	X	X	X	X	X		
2.4. DINÂMICAS (Estrutura, tipologia)														
2.4.1. Temporais			X		X		X	X				X		X
2.4.2. Espaciais			X		X		X	X				X		X
3. ÁREAS CRÍTICAS														
3.1. INTENSIDADE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3.2. DIVERSIDADE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
4. ACTORES														
4.1. STOCK		X	X	X	X	X		X		X	X	X		
4.2. PARCEIROS (cooperação nacional e internacional)		X	X	X	X	X		X		X	X	X		
5. POLÍTICAS														
5.1. POLÍTICAS		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
6. TERRITÓRIO ENVOLVENTE														
6.1. ESTRUTURA														
6.2. DINÂMICA	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X		X

- Por outro, foi realizado para 40 cidades um trabalho de análise de morfologia urbana⁴ a partir das áreas urbanizáveis propostas pelos PMOTs (existentes a diversas escalas), da leitura das Cartas Militares à escala 1/25 000 e das fotografias aéreas à escala 1/8 000 (de 1989/93).

Esta leitura qualitativa permitiu desenvolver um “zoom” urbano sobre 40 cidades. Este momento de desenvolvimento do trabalho corresponde ao volume 2 do relatório final.

Trata-se de um “zoom” urbano, o qual constitui outro dos aspectos inovadores deste trabalho, análise de morfologia urbana e funcional dessas cidades, realizado a partir da leitura e síntese dos planos estratégicos e completada por uma leitura da morfologia urbana.

Momento 4

Reordenamento temático da análise urbana e territorial

A partir da primeira selecção de domínios temáticos de análise (descrita no Momento 2) e dos resultados da fase anteriormente mencionada, constituiu-se um conjunto coerente de domínios, subdomínios, variáveis e indicadores de análise estratégica e territorial.

Os indicadores de síntese territorial e urbana, oportunamente cartografados, foram organizados com base na construção de indicadores compostos.

A estrutura final deste quadro de informação é a seguinte:

- População e território;
- Exclusão social;
- Emprego e actividades económicas;
- Ensino básico, ensino superior, investigação e estrutura de apoio tecnológico;
- Qualidade de vida e imagem das cidades;
- Dinâmicas institucional e autárquica.

Momento 5

Análises transversais

A análise transversal do sistema urbano procurou sublinhar aspectos como as identidades intercidades, a partilha de problemas, a presença de estratégias comuns designadamente em matéria de lógicas territoriais, a existência de redes de cooperação e a tipologia de relações com o exterior.

O produto desta procura traduziu-se na definição de vectores de transversalidade no interior do sistema urbano, que correspondem a componentes de reflexão da equipa:

- Redes;
- Internacionalização;

4. Ver volume 2.

- Cidade e território;
- Relações com as Áreas Metropolitanas;
- Competitividade das cidades;
- Vulnerabilidade das cidades;
- Dinâmicas emergentes das cidades e dos territórios.

A base informativa de referência para operacionalizar estas categorias de transversalidade não pôde limitar-se a elementos quantitativos, na medida em que existem ainda lacunas de informação muito significativas. Designadamente, na definição das redes e do potencial de internacionalização das cidades e dos territórios, a base de informação disponível não está preparada para estes desafios. Nestas condições, o recurso aos planos estratégicos e ao seu potencial de informação qualitativa revelou-se precioso para compensar essa limitação. Refira-se que a importância do cunho voluntarista e prospectivo dos planos estratégicos obrigou a que, por vezes, a informação fosse calibrada pela própria Equipa Técnica de modo a aumentar o rigor da informação invocada.

De qualquer modo, no que respeita a certas categorias de transversalidade, atrás mencionadas, o défice de informação é real, não podendo ser escamoteado, mesmo com a alusão à informação de base qualitativa. Também neste aspecto, o presente Estudo pode revelar-se um passo determinante para suscitar novas áreas de investigação, ajudando a identificar algumas prioridades de financiamento de investigação nesta matéria.

Momento 6

Síntese da análise transversal – lógicas de desenvolvimento territorial e identificação de sistemas urbanos regionais

A operacionalização das categorias de transversalidade, atrás referidas, permitiu individualizar no território nacional determinadas lógicas de desenvolvimento territorial.

Para além disso, cada uma das cidades inicialmente consideradas no Estudo foi analisada no contexto dos seus territórios de proximidade e de influência mais ampla. Esta abordagem revelou-se determinante para ultimar a composição do Sistema Urbano Nacional, identificando os principais subsistemas organizados em eixos de desenvolvimento espacial ou em outras formas de organização espacial, e as cidades com potencial de afirmação individual, seja no estatuto de *cidade-porta*, seja no de *cidade-âncora* de territórios bem definidos.

Como é óbvio, nesta síntese final, em que a apreciação de cada cidade é realizada cruzando os já mencionados domínios temáticos de análise com a identificação das também já referidas lógicas de desenvolvimento territorial, há cidades que “caem”, do ponto de vista da sua relevância para o funcionamento do Sistema Urbano Nacional como um todo e dos diferentes subsistemas aí identificados.

Nesses casos, o alcance do Estudo emerge com clareza:

- Trata-se, por um lado, de cidades que não têm expressão do ponto de vista das políticas de intervenção a nível interurbano e urbano-regional;
- Podem, entretanto, revelar-se espaços prioritários de intervenção, enquanto lugares, palco de manifestações temáticas ou sectoriais exigindo intervenção correctora, partilhando programas de intervenção estratégica desenhados para domínios específicos da vida urbana (habitação, exclusão social, ambiente urbano, por exemplo).

Nota final

Para além destas notas metodológicas, que enquadram a abordagem, evolutiva e por sínteses sucessivas, que presidiu à elaboração do presente Estudo do Sistema Urbano Nacional não metropolitano, é de referir, sinteticamente, um conjunto de procedimentos gerais assumidos em relação às diferentes temáticas, desenvolvidas no segundo capítulo.

Este documento, mais concretamente o segundo capítulo, está organizado em grandes domínios temáticos, os quais se subdividem em subtemáticas. Em cada subtemática, iniciamos por desenvolver as principais conclusões, no final das quais aparece a cartografia de indicadores seleccionados, seguida das respectivas sínteses. As sínteses para as cidades não tratam as Áreas Metropolitanas, pois estas não fazem parte dos objectivos deste trabalho.

Além disto, serão apresentadas notas metodológicas sintéticas por domínio de análise (apresentadas no final do domínio temático), que explicam a construção dos diferentes indicadores a partir dos quais foram realizadas as sínteses por domínios temáticos de análise e construídas as categorias de transversalidade.

Nessas notas metodológicas é apresentada uma listagem das fontes de informação utilizadas e de indicadores que corporizam o valor acrescentado da Equipa Técnica, constituindo inovações maiores em matéria de base de informação.

O segundo capítulo, como atrás referido, está organizado por temáticas, as quais se subdividem em subtemáticas, que são as seguintes:

Temáticas	Subtemáticas
População e território	Demografia e formas de ocupação do território Morfologia urbana Acessibilidades Habitação Enquadramento ambiental
Exclusão social	Exclusão social de idosos Exclusão social de jovens Exclusão social face ao mercado de trabalho Exclusão social face ao direito à habitação
Emprego e actividades económicas	Concentração do emprego Especializações industriais e de serviços Qualificações do emprego e da população residente activa Investimentos e incentivos à actividade económica As grandes empresas na estrutura do emprego Fluxos e bacias de emprego Estruturas de apoio técnico e tecnológico às empresas Cidades vulneráveis e cidades competitivas
Ensino e investigação	Ensino básico e secundário Ensino superior e investigação Urbanismo universitário
Qualidade de vida e imagem das cidades	Dinâmicas culturais Dinâmicas desportivas Estruturas de saúde Padrões de consumo urbano
Dinâmicas institucional e autárquica	Dinâmica institucional Dinâmica autárquica – investimento autárquico Capacidade de geração de receitas próprias e acesso ao FEDER Capacidade técnica e institucional das autarquias

Abordagem metodológica genérica

As temáticas apresentadas estão organizadas em subtemáticas, cujo tratamento é feito com base num conjunto de variáveis que conduziram à construção de vários indicadores. Todos os indicadores foram cartografados a nível nacional, e, a partir daí, foram seleccionados em função dos objectivos das diferentes temáticas.

Na construção dos mapas dos indicadores, em todos foi aplicada a mesma metodologia para construção das classes (*Natural Break* – as classes são determinadas usando um algoritmo que determina os limites das classes, minimizando as diferenças entre os valores e a média dos valores entre as diferentes classes). Na legenda dos mapas apresentados, à frente dos valores referentes a cada classe, está indicado, entre parênteses curvos, o número de concelhos que fazem parte dessa classe (o total é igual a 279, e não 275, dado que 4 concelhos desse total estão subdivididos em duas áreas não contíguas). Estes mapas de indicadores estão numerados com a sigla Mapa I seguida do respectivo número de ordem.

Assim, no final de cada subtemática estão apresentados cartograficamente neste documento de trabalho, não todos os indicadores utilizados, mas os que consideramos serem imprescindíveis na avaliação e leitura do território regional e nacional e dos diferentes comportamentos protagonizados pelas cidades.

O tratamento do conjunto de indicadores seleccionados permitiu, dentro dos agrupamentos parciais (subtemáticas), ordenar os concelhos e as cidades segundo o seu posicionamento relativo referente a cada um dos indicadores e, com o somatório das ordens por indicador, ordenar os concelhos relativamente a cada uma dessas subtemáticas. Para as cidades foram elaborados, em função da subtemática, cruzamentos de diferentes indicadores, construídos em função dos objectivos da subtemática.

Estes somatórios de ordenações deram origem a mapas de síntese para as cidades e mapas de síntese para todos os concelhos do Continente. Estes mapas de síntese foram numerados com a sigla Mapa S seguida do respectivo número de ordem. O relacionamento das ordenações das cidades e dos concelhos permitiu avaliar o quadro final das cidades e dos territórios.

1. Demografia e formas de ocupação do território⁵**Introdução**

Tanto do ponto de vista quantitativo, como da sua composição etária e distribuição espacial, a estrutura demográfica do território português apresenta grandes assimetrias.

Estas estão profundamente relacionadas com variáveis de índole social e económica, sendo os padrões qualitativos e evolutivos das populações, simultaneamente causa e consequência dos diferentes graus de desenvolvimento nas diversas sub-regiões.

Entre outros aspectos, esta abordagem pretende avaliar em que medida as cidades abrangidas pelo Estudo, que no seu conjunto têm mais de 1,4 milhões de habitantes, apresentam comportamentos demográficos específicos ou nelas apenas se reproduzem os padrões dominantes dos territórios de proximidade.

Padrões de ocupação do território de evolução tendencialmente assimétrica, com regressão populacional nos territórios menos povoados e forte dinamismo nas áreas mais densas

Nota-se, claramente, a diferença de densidades de ocupação da faixa litoral (excluindo o litoral alentejano), que, a Norte, se prolonga até ao eixo Vila Real-Viseu e se vai estreitando até à Área Metropolitana de Lisboa, apresentando-se também o litoral algarvio densamente ocupado. Por todo o restante território, desde o Nordeste transmontano até ao interior algarvio, apenas algumas aglomerações, correspondendo a cidades de média dimensão e às principais sedes de concelho, se destacam, concentrando parte substancial da população desses territórios.

Por outro lado, numa observação global, este modelo de ocupação tende a acentuar-se, já que as maiores taxas de crescimento da população se verificaram nas áreas mais densas, quase independentemente do padrão de povoamento ser disperso ou concentrado.

As dinâmicas demográficas parecem relacionar-se com os padrões de ocupação do território, correspondendo as áreas mais dinâmicas às de maior densidade de ocupação do espaço. A própria distribuição das cidades abrangidas pelo Estudo segue esse modelo, concentrando-se um grande número na faixa litoral já referida, com pequenas distâncias entre elas.

Por outro lado, as cidades dessas áreas concentram uma menor parcela da população residente nos respectivos municípios, havendo um grande número de aglomerados complementares de dimensão e dinâmica assinaláveis. Verifica-se, por exemplo, que nos territórios em perda as cidades com mais de 10 mil habitantes concentram praticamente 50 a 60% da população dos respectivos concelhos, facto também assinalado no Algarve, enquanto no litoral Norte apenas algumas cidades de grande dimensão (Braga, Aveiro e Coimbra) alcançam igual proporção, ficando as restantes na ordem dos 20% da população concelhia.

5. Ver Nota Metodológica no final do ponto 1.2. deste capítulo.

Isso mesmo pode ser também observado nos mapas apresentados com a densidade de população em 1991 e a variação da população entre 1981 e 1991, por freguesia.

O Mapa S1 ilustra estes mesmos aspectos, de outro ponto de vista. Destacam-se as áreas centrais das duas metrópoles, como grandes concentrações populacionais, mas ficam claras as diferenças do seu enquadramento nos territórios de proximidade, em termos de padrões de povoamento.

Considerando apenas o núcleo central, de maior densidade, em cada Área Metropolitana, ressalta a maior dimensão associada a Lisboa. No entanto, há uma mancha de territórios, homogêneos e extremamente dinâmicos do ponto de vista demográfico, que envolvem ambas as áreas centrais e que, no caso do Porto, apresenta uma maior extensão. Define-se aqui um quase contínuo urbano, com mais de 3 milhões de habitantes, onde está inserido um grande número de cidades que são objecto deste Estudo. Pode, então, afirmar-se que a Área Metropolitana do Porto representa a maior concentração populacional do País e que as estratégias de cada uma das cidades de menor dimensão localizadas neste território são condicionadas, em elevado grau, pela relação que mantêm com o Porto.

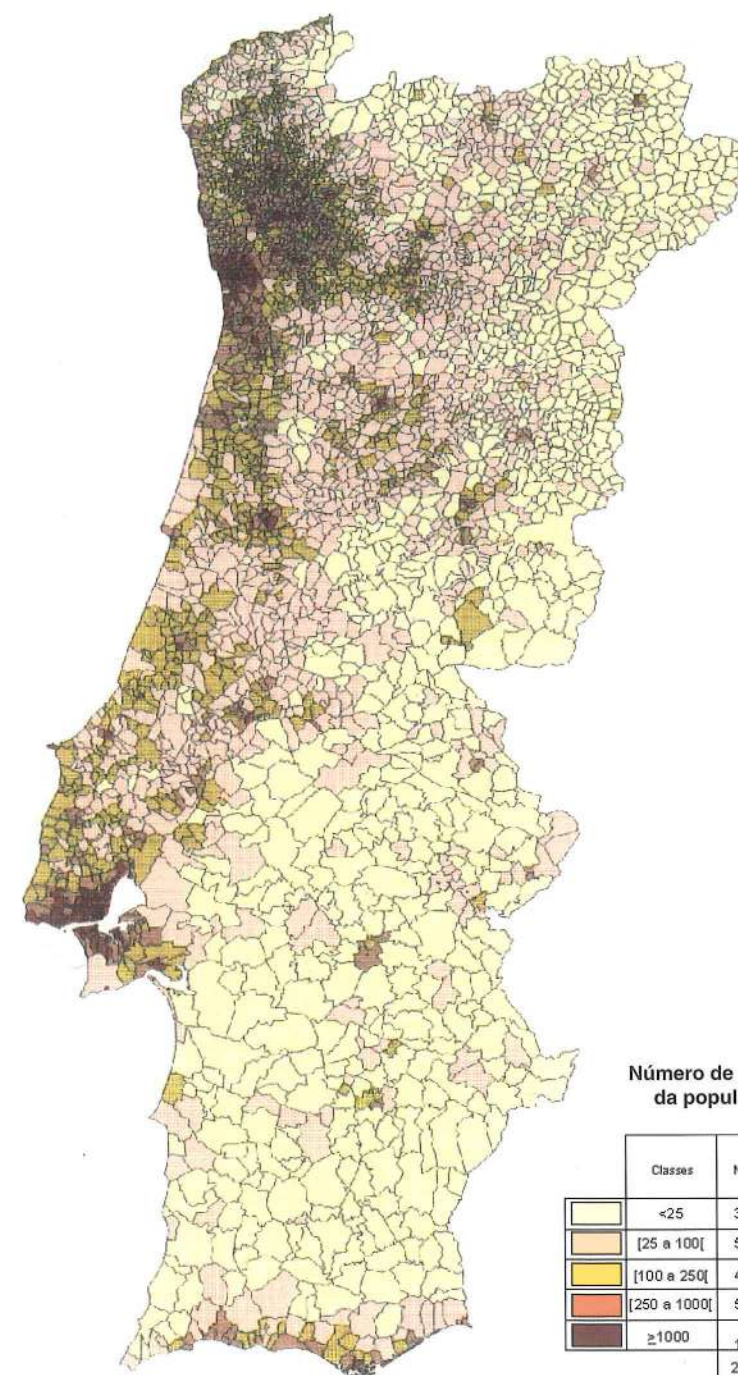
O mesmo volume de população encontra-se em Lisboa concentrado num espaço territorial mais restrito, desenhando-se uma Área Metropolitana mais densa e de contornos funcionais mais tradicional.

Uma tentativa de sistematização desta leitura do território encontra-se resumida no quadro seguinte.

Quadro 2 Macrozonamento do território

		VARIACÃO DA POPULAÇÃO 1981-1991	
		TERRITÓRIOS DINÂMICOS	TERRITÓRIOS ESTÁVEIS
OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO	ALTA DENSIDADE	- Faixa litoral e ribeirinha do Minho - Região Metropolitana do Porto, entre Viana do Castelo – Amarante – Entre Douro e Vouga - Área Metropolitana de Lisboa - Litoral Algarvio - Maiores cidades do interior e alguns espaços na sua envolvente	- Litoral Centro, do Entre Douro e Vouga a Coimbra – Figueira da Foz e espaço envolvente das cidades do sistema Médio Tejo – Alta Estremadura, até Lisboa. - Espaço de proximidade dos eixos Vila Real – Régua – Lamego, Guarda – Covilhã – Castelo Branco e de Viseu
	MÉDIA DENSIDADE		- Espaços no interior do sistema Médio Tejo – Alta Estremadura - Interior do Algarve - Cidades-vilas de menor dimensão no interior
	BAIXA DENSIDADE		Espaço delimitado por Évora – Santarém – Lisboa
		TERRITÓRIOS REGRESSIVOS	
			- Faixa alargada Minho Interior – Chaves – Viseu – Guarda – Covilhã – Castelo Branco - Algumas cidades e sedes de concelho no Nordeste, Centro (faixa fronteira) e Alentejo - Alentejo - Faixa fronteira do interior do Alto Minho ao Algarve - Miolo do espaço delimitado pelas principais cidades da Região Centro

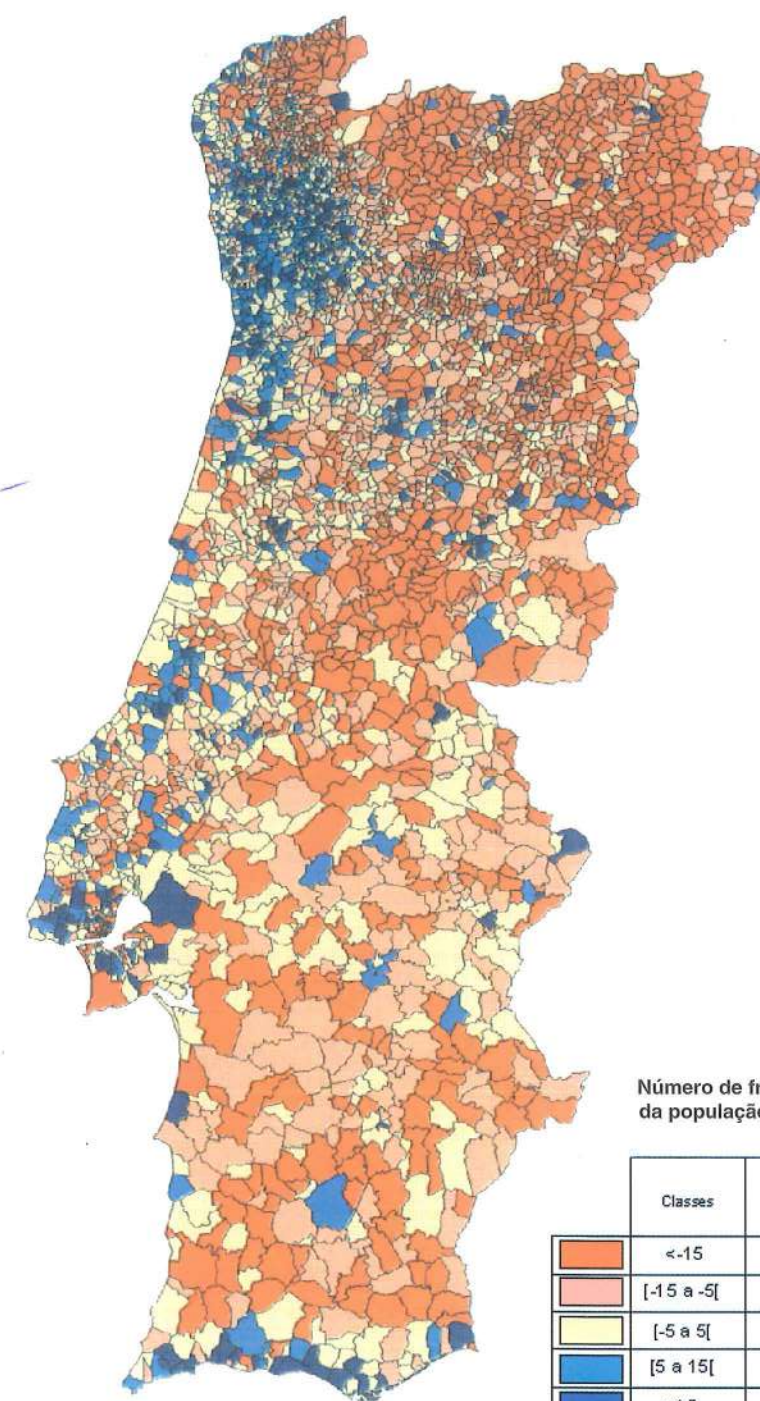
Mapa I1 Densidade da população presente por freguesias, em 1991



Número de freguesias por classe de densidade da população presente (1991) nas NUTS II

Classes	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Continente
<25	361	281	25	208	22	897
[25 a 100[	531	497	160	62	22	1272
[100 a 250[	478	244	138	6	13	879
[250 a 1000[	517	68	62	7	16	670
≥1000	136	15	127	6	3	287
	2023	1105	512	289	76	4005

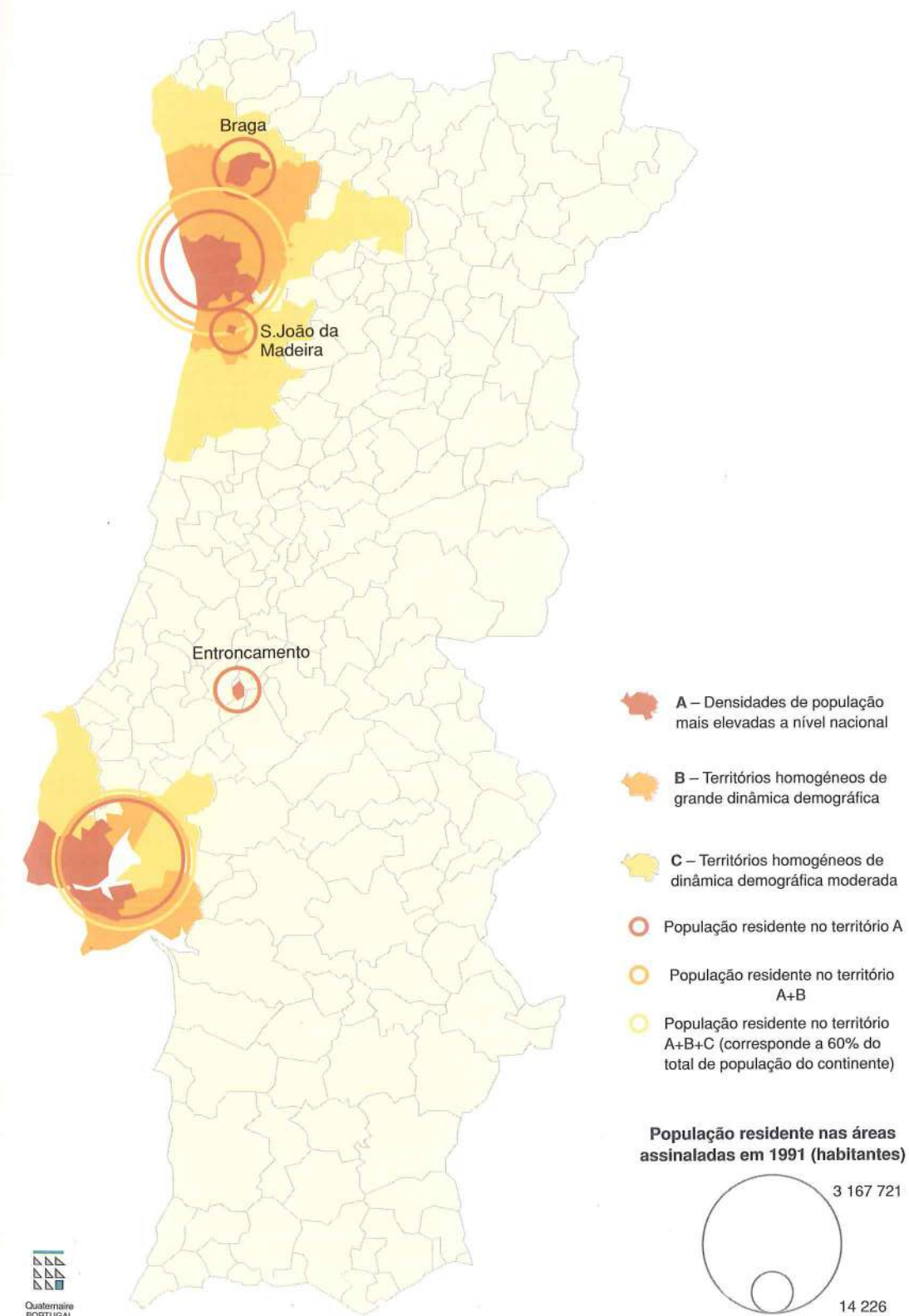
Mapa I2 Variação da população presente por freguesias, entre 1981 e 1991



Número de freguesias por classe de variação da população presente (1981-91) nas NUTS II

	Classes	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Continente
	<-15	669	380	128	103	14	1294
	[-15 a -5[	421	327	111	104	13	976
	[-5 a 5[	422	272	190	68	21	973
	[5 a 15[	307	85	43	8	9	452
	≥15	204	41	40	6	19	310
		2023	1105	512	289	76	4005

Mapa S1 População e território: Enquadramento das Áreas Metropolitanas



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir da informação do INE, Censos 91)

Dinâmicas demográficas desigualmente distribuídas no espaço nacional, contribuindo para o acentuar do modelo territorial actual

O Mapa S2⁶ mostra claramente as diferenças que podemos encontrar, ao nível das dinâmicas demográficas, no território nacional. Os indicadores que lhe estão na base relacionam-se fundamentalmente com a evolução da população residente na década de 80 e com a sua estrutura etária, bem como com o peso demográfico de cada concelho no conjunto do Continente.

As Áreas Metropolitanas do Porto de Lisboa são os principais focos de densificação populacional, pontuando uma faixa de território litoral entre o Alto Minho e a Área Metropolitana de Lisboa, e também o litoral algarvio, onde se registam as mais elevadas densidades populacionais e onde a variação da população, entre 1981 e 1991, foi claramente positiva. Destaca-se, no entanto, que esta faixa de territórios mais dinâmicos do ponto de vista demográfico apresenta, a Norte da Área Metropolitana de Lisboa, a presença de alguns concelhos com indicadores menos positivos, o que aliás também se verifica no centro da própria Área Metropolitana.

Para o restante território, pode afirmar-se que a evolução demográfica na década foi negativa, em termos globais, exceptuando-se os territórios de proximidade de algumas cidades de média dimensão (Mapa I2).

É possível separar as componentes desta dinâmica populacional, particularmente nas áreas em densificação.

O crescimento natural está fortemente concentrado na coroa envolvente do Porto, onde se registam valores de saldos fisiológicos incomparavelmente superiores aos das restantes áreas.

Já os fenómenos de imigração foram a principal componente do crescimento na área envolvente de Lisboa e no Algarve, e, em menor escala, em todo o Centro Litoral, na década de oitenta.

Nas áreas em regressão, verifica-se que as taxas de crescimento natural para o interior Norte, sendo comparáveis às verificadas no litoral para Sul da Área Metropolitana do Porto, coexistem com elevadas taxas de repulsão das populações. No interior Centro e Sul não há um padrão tão regular, destacando-se contudo alguns concelhos com saldo migratório positivo na década de 80.

A estrutura etária das populações está certamente relacionada com os níveis de crescimento fisiológico. De facto, o Norte Litoral apresenta neste domínio os melhores indicadores, tanto do ponto de vista da juventude como da menor incidência do envelhecimento.

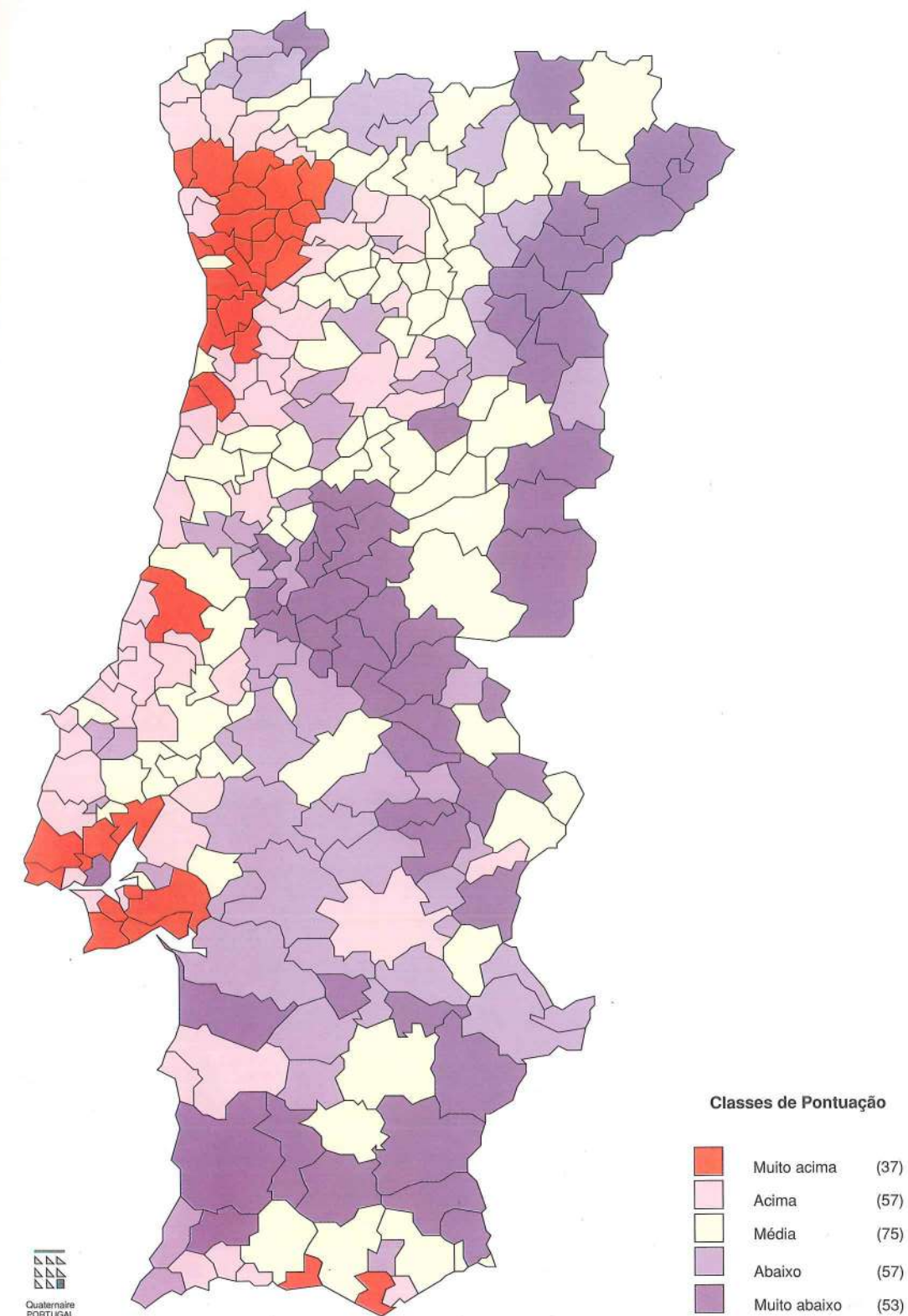
O quadro a seguir apresentado resume as principais problemáticas no domínio da demografia, indicando os espaços territoriais e as cidades em que elas são mais agravadas.

6. Ver Nota Metodológica no final do ponto 1.2.

Quadro 3 Situações mais problemáticas no domínio da demografia

PROBLEMATICA	TERRITÓRIOS COM MAIOR INTENSIDADE	CIDADES COM MAIOR INTENSIDADE
Regressão populacional	Todo o interior do Norte, do Centro e do Vale do Tejo e Alentejo.	Óvar, Cantanhede, Covilhã, Ponte de Sor, Estremoz, Tavira, Vila Real de Santo António.
Crescimento natural negativo	Alto Minho, Alto Douro, Centro e Vale do Tejo Interiores, Alentejo e Algarve.	Miranda do Douro, Pinhel, Fundão, Abrantes, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz, Silves.
Saldo migratório negativos	Norte, Centro Interior e Alentejo.	Mirandela, Chaves, Miranda do Douro, Pinhel, Covilhã, Marco de Canaveses, Mangualde, Tondela, Moura.
Envelhecimento pela base	Centro Interior (Sul do Mondego), Alto e Médio Tejo, Alto Alentejo, área de transição Alentejo-Algarve.	Miranda do Douro, Pinhel, Fundão, Castelo Branco, Estremoz, Loulé, Silves, Tavira, Vendas Novas, Abrantes, Almeirim.
Envelhecimento pelo topo	Todo o País, excepto manchas envolventes da AM Porto e AM Lisboa.	Estremoz, Pinhel, Gouveia, Fundão.

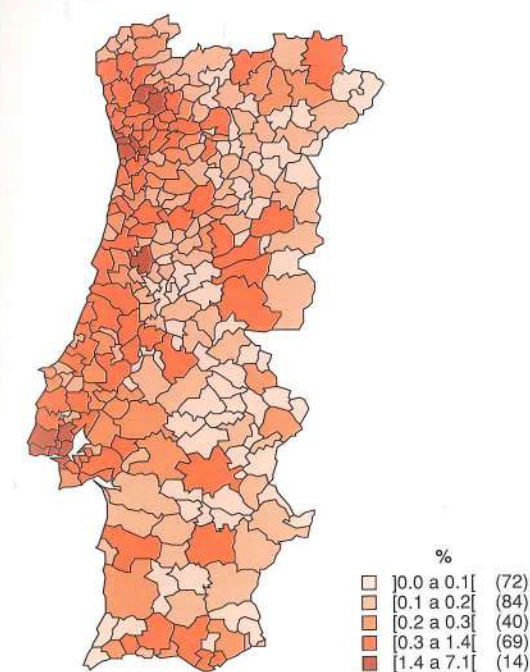
Mapa S2 Síntese dos indicadores demográficos



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir da informação Estatísticas Demográficas e Censos 81 e 91, INE)

Mapa I3

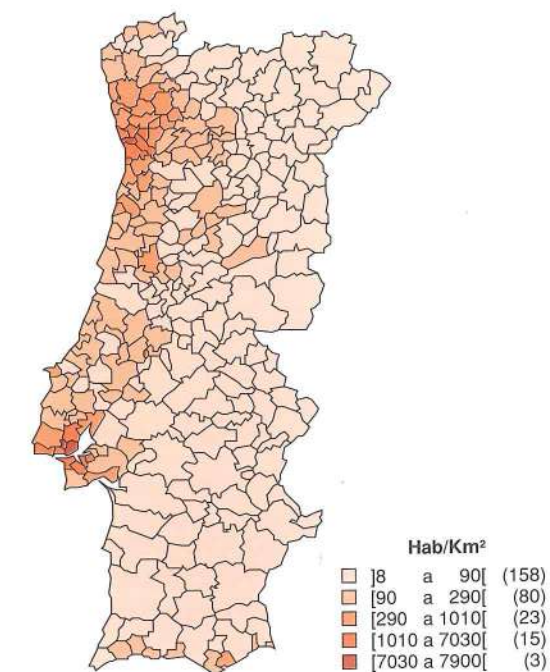
População residente:
peso concelho no total do Continente (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I4

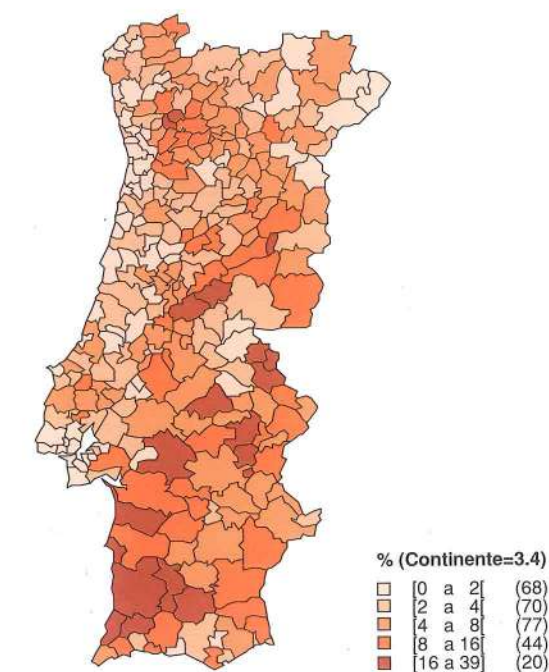
Densidade da população residente,
por concelho (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I5

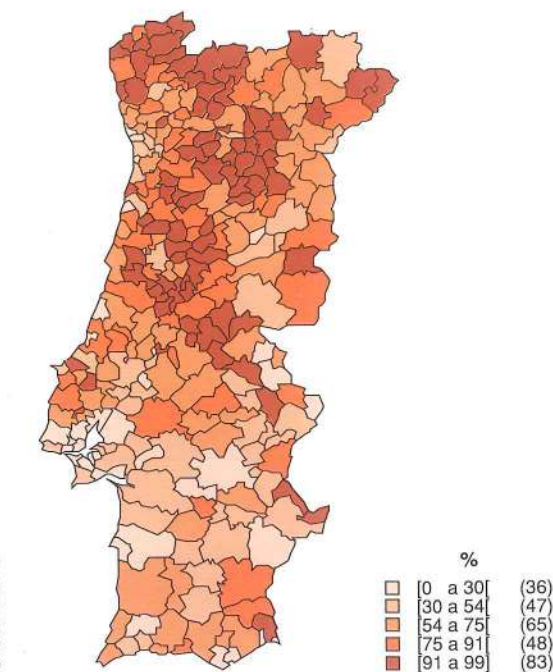
População isolada, por concelho (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I6

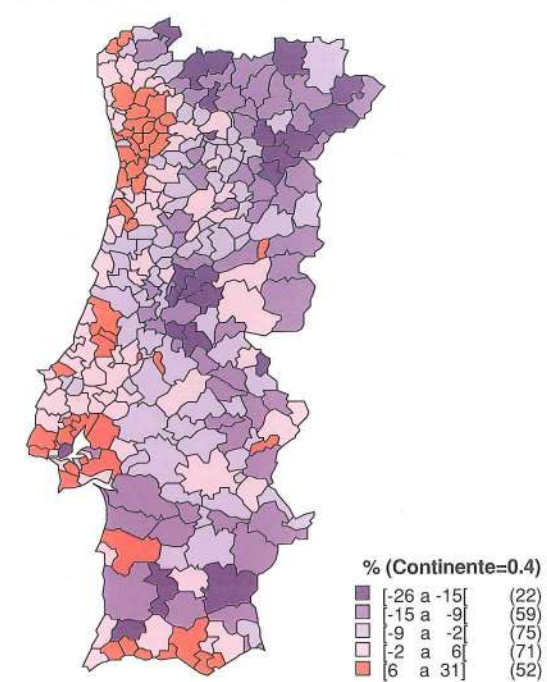
População residente em lugares com < 2000
habitantes, por concelho (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I7

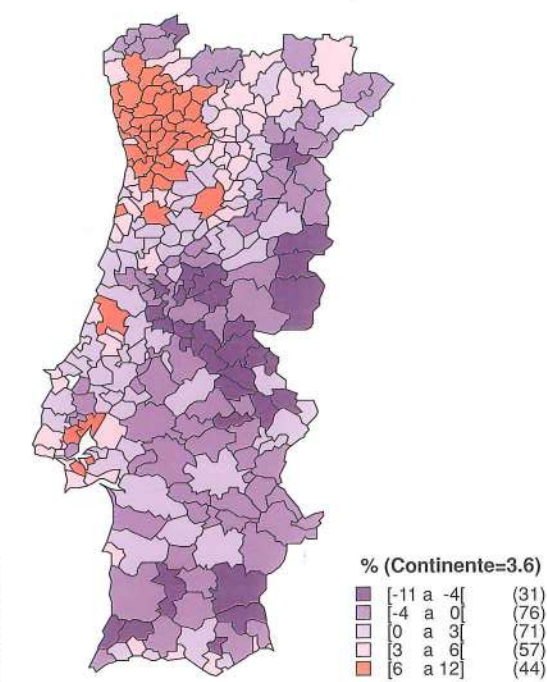
Varição da população residente,
por concelho (1981-1991)



Fonte: Censos 81 e 91, INE.

Mapa I8

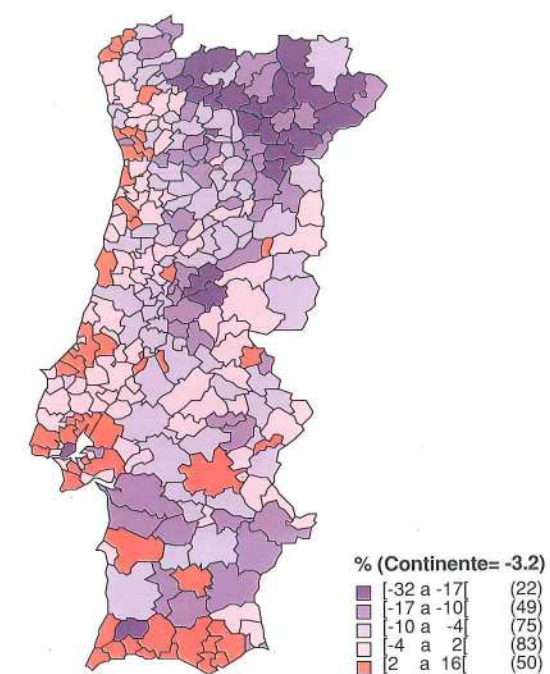
Crescimento rural,
por concelho (1981-1991)



Fonte: Estatísticas Demográficas e Censos 81 e 91, INE.

Mapa I9

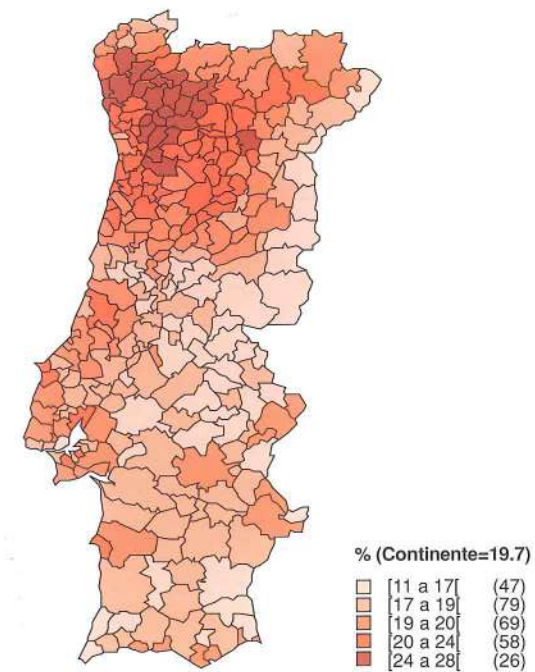
Taxa de atracção/repulsão demográfica,
por concelho (1981-1991)



Fonte: Estatísticas Demográficas e Censos 81 e 91, INE.

Mapa I10

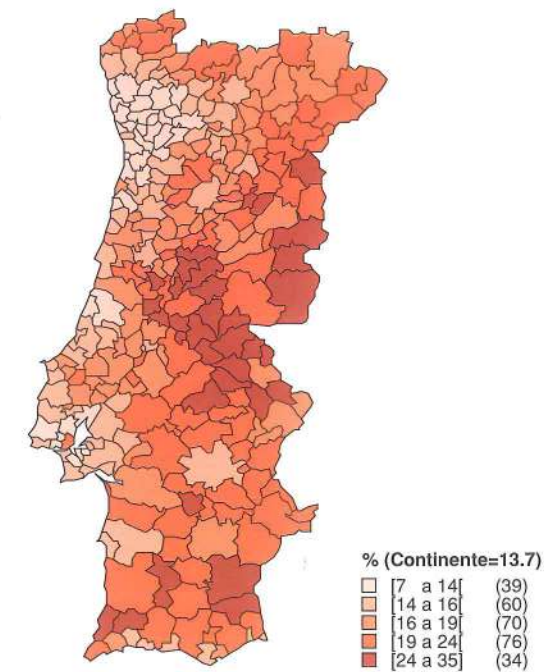
Peso do grupo etário 0-14 na população residente, de cada concelho (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I11

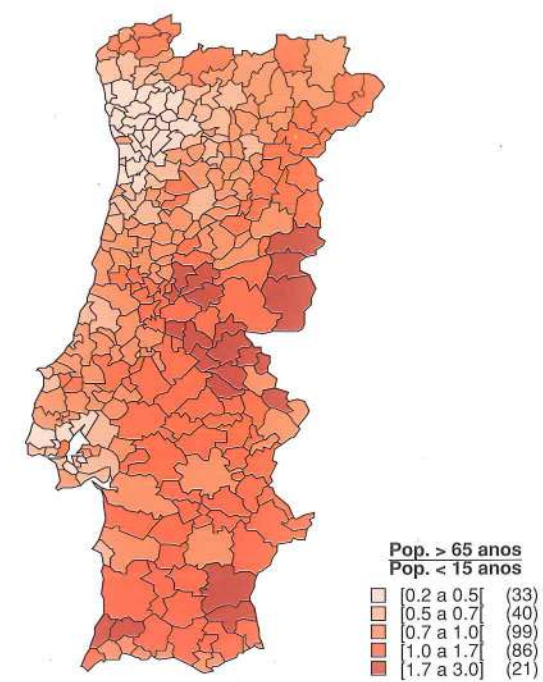
Peso do grupo etário ≥ 65 na população residente, de cada concelho (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I12

Índice de envelhecimento, por concelho (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

O papel das cidades, enquanto focos de concentração de população, pode ser decisivo para a inversão das tendências regressivas nas áreas em perda

Uma observação do comportamento demográfico das cidades abrangidas pelo Estudo, enquadrando cada uma no seu contexto territorial envolvente, permite fazer algumas observações.

Localizadas em regiões com indicadores mais desfavoráveis, salientam-se Vila Real, Viseu, Évora e, em menor escala, Bragança, Guarda, Elvas, Régua e Lamego, pela relativa estabilidade demográfica, e Chaves, Covilhã, Castelo Branco e Beja, pela sua dimensão, que são pontos claramente emergentes no panorama regressivo dominante. Na direcção de Vila Real nota-se mesmo uma certa “extensão” da Área Metropolitana do Porto, em termos de indicadores de dinâmica populacional, o que associado à consolidação do eixo urbano Vila Real-Régua-Lamego constitui um elemento adicional de optimismo face à evolução demográfica no interior do País.

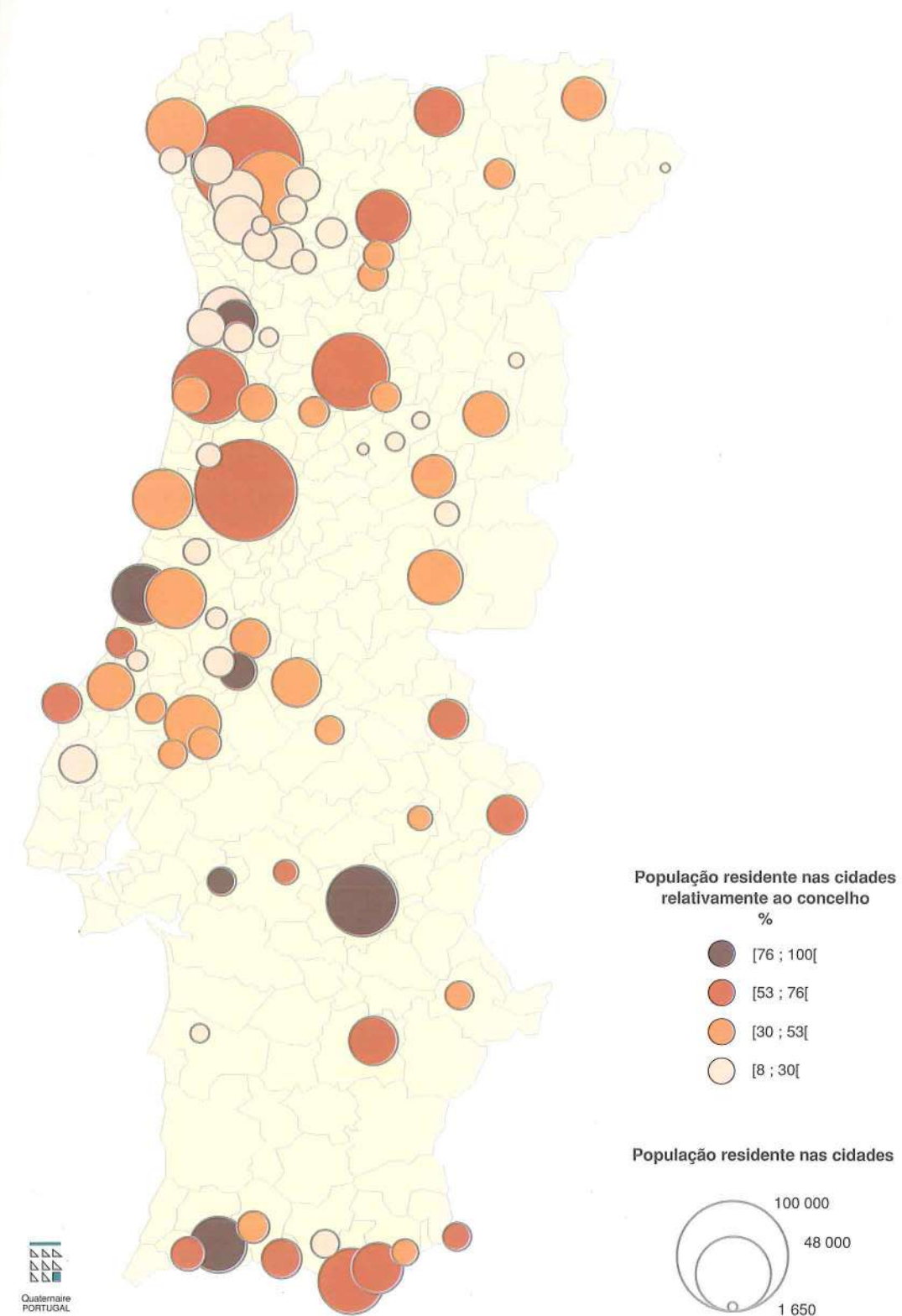
Nos territórios demograficamente mais dinâmicos, as cidades apresentam, globalmente, indicadores semelhantes aos da área envolvente, destacando-se apenas um conjunto de cidades na coroa que envolve a Área Metropolitana do Porto, entre Viana do Castelo e Aveiro, e ainda Leiria, cuja dimensão associada à estrutura etária jovem deixa antever um potencial de crescimento elevado.

Este fenómeno é menos intenso quando se consideram as cidades entre Coimbra e a Área Metropolitana de Lisboa e as do Algarve, mesmo no caso daquelas de maior dimensão.

Num exercício prospectivo, poderá antever-se um crescimento acelerado e auto-sustentado das cidades do litoral Norte, no contexto de um território extremamente denso e dinâmico do ponto de vista demográfico, em contraponto ao litoral Centro e ao Algarve, onde o grande indutor de evolução é o crescimento migratório. Nestas áreas, todavia, algumas cidades revelam um défice de potencial demográfico face ao território envolvente, o que poderá conferir-lhes alguma inferioridade neste processo de crescimento. São os casos de Santarém ou das cidades algarvias de Silves, Loulé, Tavira e Vila Real de Santo António.

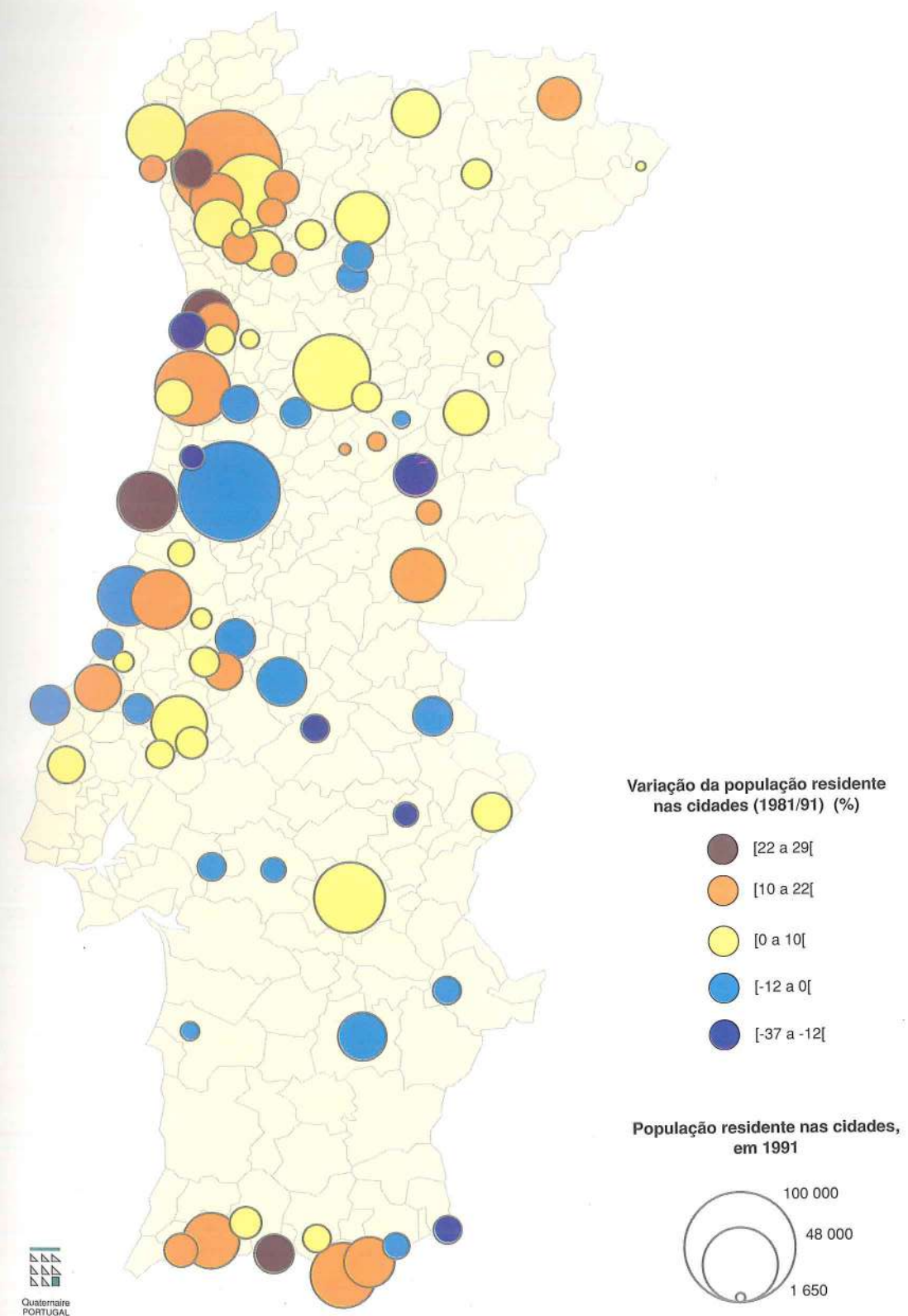
Nas áreas em perda poderá emergir um conjunto de cidades como “focos de resistência” à desertificação humana, sendo que, nalguns casos, os indicadores demográficos para essas cidades são equivalentes aos de territórios mais dinâmicos, como são os casos de Vila Real, Viseu ou Évora. Na generalidade dos casos, no entanto, as cidades diferenciam-se dos territórios envolventes apenas por comparação, já que em termos absolutos os seus indicadores não permitem antever uma evolução muito favorável. Há que referir particularmente os casos de Tomar, Abrantes, Portalegre e outros centros de menor dimensão, em particular no Alto Alentejo e no Médio Tejo, onde as tendências evolutivas e os potenciais demográficos são claramente negativos.

Mapa S3 População residente nas cidades e sua importância no total da população dos respectivos concelhos em 1991



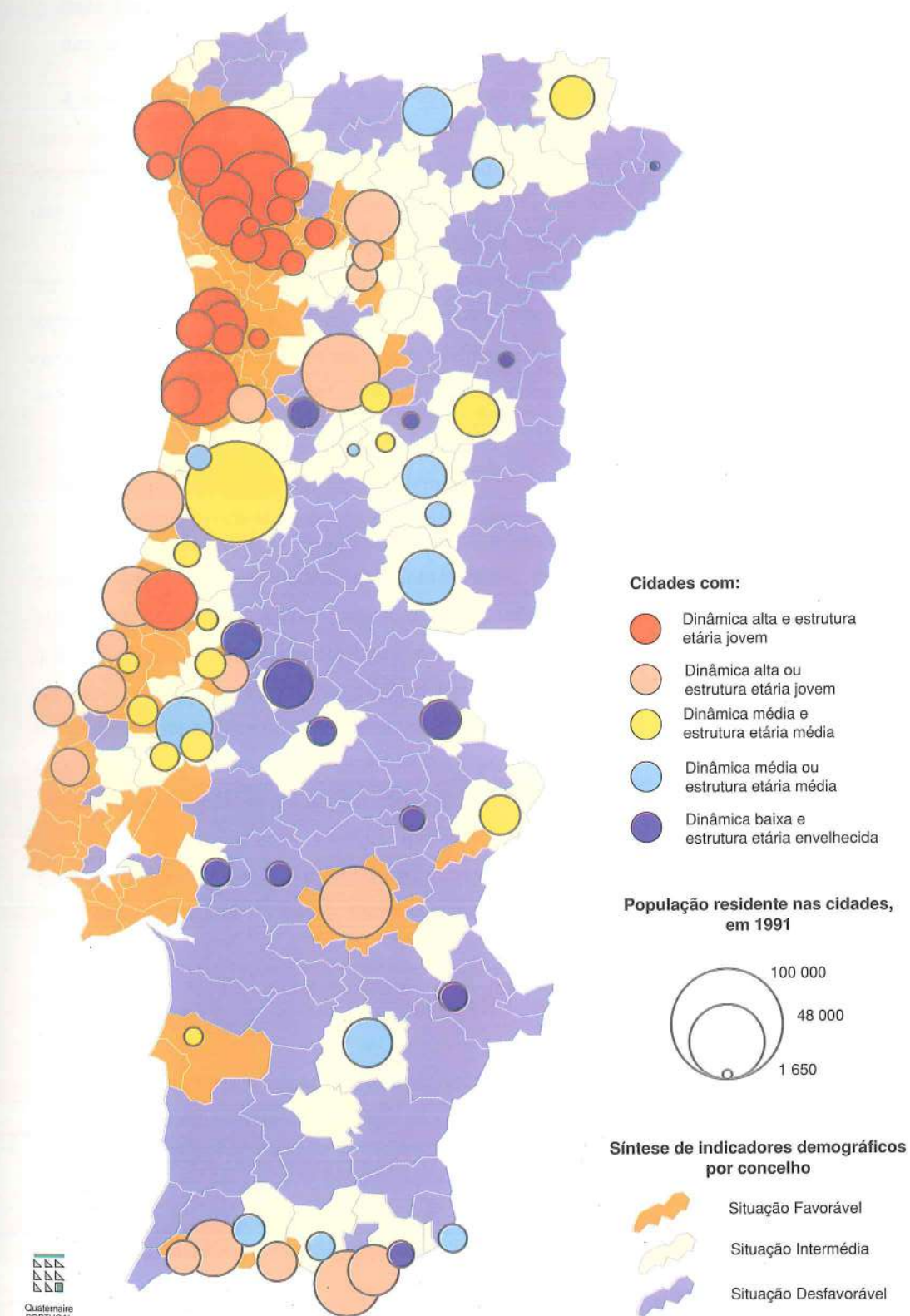
Fonte: Quaternaire Portugal (a partir da informação do INE, Censos 91 e Inquérito às Câmaras Municipais, 1996).

Mapa S4 Variação da população residente nas cidades (1981-1991)



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir da informação das Câmaras Municipais (P.D.M.), INE, Censos 81 e 91).

Mapa S5 Síntese demográfica



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir da informação do INE, Censos 91 e Inquérito às Câmaras Municipais, 1996).

2. Morfologia urbana

Referências Elementares para Reconhecimento e Descrição da Forma Urbana (da Cidade e das suas Partes) das Cidades Médias Elegíveis pelo Subprograma 1/PROSIURB (síntese)

Apresenta-se uma das sínteses fundamentais do observatório morfológico de partida, estabelecido para o universo urbano referido pelo Estudo (40 cidades médias elegíveis pelo Subprograma 1/PROSIURB), na correspondência às figurações propostas para cada uma das cidades, como reconhecimento da respectiva forma conjunta e formas parciais constitutivas.

O cartograma e as tabelas desagregadas (volume 2) tipificam, para cada uma das cidades esquematizadas, o nível de consolidação da cidade existente, observando ainda o nível de crescimento ou expansão da forma (malha) urbana (áreas urbanizáveis propostas), tal como preconizado pelos correspondentes instrumentos de planeamento disponíveis. As cidades encontram-se ainda classificadas em três níveis, em função da extensão da respectiva ocupação actual.

Níveis de consolidação da cidade existente

O nível de consolidação da cidade existente é estimado pela razão entre as áreas urbanas consolidadas e as áreas urbanas não consolidadas, em presença para cada uma das cidades observadas. Sendo que aquelas qualidades correspondem a formas urbanas parciais, considera-se que determinada cidade apresenta baixo, médio ou alto nível de consolidação nas circunstâncias em que as áreas urbanas não consolidadas são, respectivamente, de dimensão superior, equivalente ou inferior à dimensão das áreas urbanas consolidadas. Este indicador diz respeito a cada uma das cidades, não podendo, naturalmente, constituir termo de comparação entre cidades, por via da grande diversidade das escalas conjuntas e parciais de cada uma das entidades cotejadas.

Verifique-se, apenas como exemplo, que uma cidade com baixo nível de consolidação poderá corresponder (pela sua maior dimensão ou outros factores) a uma estrutura urbanística dotada de maior área consolidada ou melhor qualificada que uma cidade classificada como de maior nível de consolidação.

No universo das 40 cidades em estudo, e no que respeita ao nível de consolidação da cidade existente, afere-se que:

- 14 das cidades revelam um baixo estágio de consolidação;
- 13 das cidades revelam um estágio de consolidação média;
- 13 das cidades revelam um alto estágio de consolidação.

Áreas urbanizáveis propostas pelos PMOTs.

As áreas urbanizáveis, propostas pelos PMOTs, são desde já codificadas como de pequena, média ou grande proporção, na correspondência a afectações espaciais de escala inferior,

equivalente ou superior às áreas urbanas actualmente existentes (centro histórico/núcleo antigo, áreas urbanas consolidadas e áreas urbanas não consolidadas).

O critério enunciado pretende apenas o reconhecimento da escala espacial das afectações em apreço, comparativamente à escala do espaço urbano existente, sendo que, caso a caso, deverão ser identificados os critérios e metodologias subjacentes à delimitação e dimensionamento daquelas áreas urbanizáveis, condição necessária ao entendimento das subjacentes estratégias urbanísticas.

As áreas urbanizáveis verificam, de facto, uma casuística significativa diversificada no que respeita aos critérios e pertinência das medidas de ordenamento invocadas. De resto, aquelas áreas correspondem frequentemente a uma grande variedade de programas, modelos e densidades de ocupação (estruturação urbanística, infraestruturação e edificação) do território, que poderão resultar em formas parciais e conjuntas igualmente diversificadas.

Não existe informação para o caso de Torres Novas sobre a dimensão das áreas urbanizáveis propostas, por não existir PMOT actualizado.

No universo das 40 cidades estudadas, a quantificação da proporção das áreas urbanizáveis propostas pelos respectivos PMOTs revela que:

- 5 das cidades possuem pequena proporção de áreas urbanizáveis;
- 12 das cidades possuem média proporção de áreas urbanizáveis;
- 22 das cidades possuem grande proporção de áreas urbanizáveis.

Níveis de consolidação / Áreas urbanizáveis / Extensão actual

A leitura cruzada dos três níveis de caracterização da forma da cidade, utilizados no presente Estudo, no conjunto das 40 cidades, permite verificar que existem:

- Três, com baixo nível de consolidação que apresentam áreas urbanizáveis de pequena proporção:
Barcelos, Santa Maria da Feira e S. João da Madeira – todas com média extensão
- Duas, com médio nível de consolidação que apresentam áreas urbanizáveis de pequena proporção:
Viana do Castelo – com grande extensão
Guarda – com média extensão
- Não existem cidades com alto nível de consolidação que apresentem áreas urbanizáveis de pequena proporção
- Quatro com baixo nível de consolidação que apresentam áreas urbanizáveis de média proporção:
Vila Nova de Famalicão, Entroncamento e Abrantes – com grande extensão
Oliveira de Azeméis – com média extensão

- Quatro com médio nível de consolidação que apresentam áreas urbanizáveis de média proporção:
Coimbra – com muito grande extensão
Aveiro – com grande extensão
Fafe e Santo Tirso – com média extensão
- Quatro com alto nível de consolidação que apresentam áreas urbanizáveis de média proporção:
Braga – com muito grande extensão
Évora – com grande extensão
Beja e Olhão – com média extensão
- Sete com baixo nível de consolidação que apresentam áreas urbanizáveis de grande proporção:
Chaves, Vila Real, Viseu, Castelo Branco, Leiria e Marinha Grande – com grande extensão
Mirandela – com média extensão
- Seis com médio nível de consolidação que apresentam áreas urbanizáveis de grande proporção:
Bragança, Guimarães e Portimão – com grande extensão
Penafiel e Caldas da Rainha – com média extensão
Paredes – com pequena extensão
- Nove com alto nível de consolidação que apresentam áreas urbanizáveis de grande proporção:
Figueira da Foz, Santarém e Faro – com grande dimensão
Covilhã, Tomar e Torres Vedras – com média dimensão
Portalegre, Peso da Régua e Lamego – com pequena dimensão.

Considerações finais

A análise comparativa dos dados apresentados revela-se limitada, não sendo possível concluir uma lógica coerente e universal entre os aspectos morfológicos das cidades estudadas e a respectiva extensão, distribuição geográfica ou população. Também a ausência neste Estudo das cidades incluídas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto contribui para uma maior dificuldade na interpretação desta rede urbana nacional.

São, no entanto, de referir uma série de factores que, embora apoiados em dados de foro fundamentalmente estatístico, se consideram importantes no sentido de contribuir para o entendimento da forma das cidades, mas principalmente para que também os aspectos morfológicos sejam tomados em consideração aquando da definição das políticas e estratégias de desenvolvimento para as áreas urbanas.

Importa referir que apenas 1/3 das cidades observadas apresentam altos níveis de consolida-

ção da cidade existente, o que significa que as restantes possuem significativas bolsas de áreas disponíveis incluídas no perímetro da cidade existente.

Cerca de 2/3 das cidades observadas apresentam áreas de expansão propostas nos PMOTs de dimensão superior à da cidade actual.

Verifica-se que quase 20% das cidades apresentam níveis muito baixos de consolidação e, no entanto, possuem muita área de expansão, e ainda que não existem cidades simultaneamente com alto nível de consolidação e com pouca área de expansão.

Em apenas cinco dos casos se apresentam áreas de expansão de reduzida dimensão face à ocupação actual.

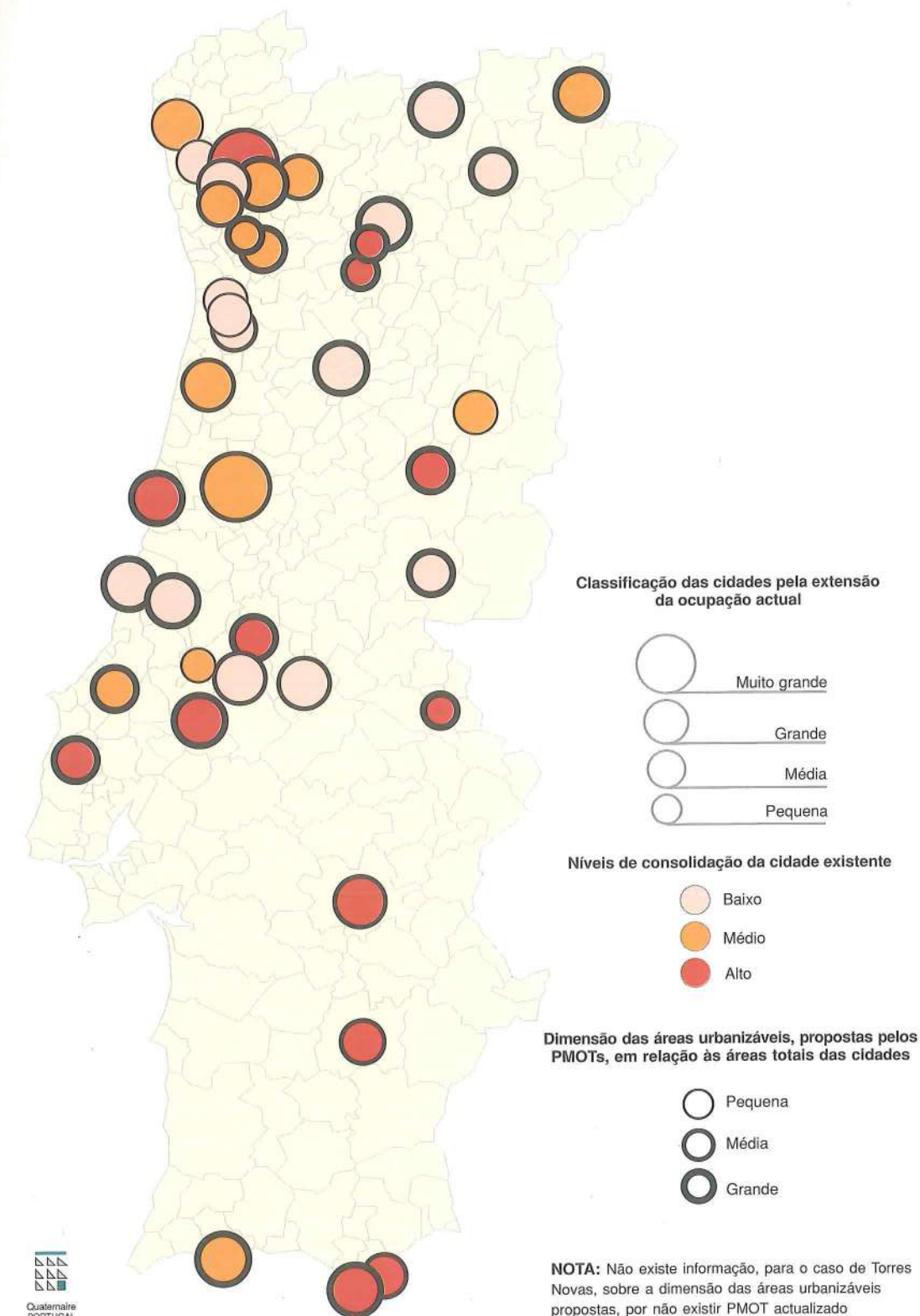
Verifica-se a tendência para que as cidades com grande extensão territorial apresentem índices baixos de consolidação, assim como para que todas as cidades de pequena dimensão apresentem altos índices de consolidação associados a grandes áreas de expansão.

Conclui-se, na generalidade, que, aparentemente, os PMOTs dotaram muito generosamente a rede urbana de áreas de expansão, sendo pouco visíveis indicadores de contenção do crescimento, no sentido da colmatação das áreas não consolidadas. Esta atitude conduz ao alargamento espacial das cidades e, por conseguinte, a um esforço generalizado de infraestruturização.

Este esforço deverá, no entanto, ser acompanhado pela definição de modelos e respectivas etapas de expansão, baseados nas necessidades reais de crescimento, para que os investimentos efectuados na cidade concorram para a criação (sempre no menor prazo possível) de sucessivas estruturas urbanas caracterizadas, em lugar de pôr à disposição, de uma só vez, áreas que demorarão décadas a adquirir uma caracterização urbanística reconhecível.

Os principais aspectos metodológicos adoptados para observação morfológica do universo urbano referido, assim como os conceitos fundamentais e demais termos de referência do Estudo, encontram-se reunidos em anexo específico que acompanha as figurações propostas.

Mapa S6 Dimensão das áreas urbanizáveis propostas pelos PMOT's e níveis de consolidação das cidades médias abrangidas pelo PROSIURB



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir da informação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território).

Quadro 4 Extensão da ocupação actual

	MUITO GRANDE	GRANDE	MÉDIA	PEQUENA
VIANA DO CASTELO		●		
CHAVES		●		
BRAGANÇA		●		
MIRANDELA			●	
BARCELOS			●	
BRAGA	●			
VILA NOVA DE FAMALICÃO		●		
SANTO TIRO			●	
GUIMARÃES		●		
FAFE			●	
VILA REAL		●		
PESO DA RÉGUA				●
LAMEGO				●
PAREDES				●
PENAFIEL			●	
S. M.ª DA FEIRA			●	
S. JOÃO DA MADEIRA			●	
OLIVEIRA DE AZEMÉIS			●	
AVEIRO		●		
VISEU		●		
GUARDA			●	
COVILHÃ			●	
CASTELO BRANCO			●	
COIMBRA	●			
FIGUEIRA DA FOZ		●		
LEIRIA		●		
MARINHA GRANDE		●		
TORRES NOVAS				●
ENTRONCAMENTO		●		
TOMAR		●		
ABRANTES			●	
SANTARÉM		●		
CALDAS DA RAINHA			●	
TORRES VEDRAS				●
PORTALEGRE			●	
ÉVORA		●		
BEJA			●	
PORTIMÃO		●		
FARO		●		
OLHÃO			●	

Fonte: Quaternaire Portugal

Quadro 5 Nível de consolidação da cidade existente

	GRANDE	MÉDIA	PEQUENA
VIANA DO CASTELO		•	
CHAVES			•
BRAGANÇA		•	
MIRANDELA			•
BARCELOS			•
BRAGA	•		
VILA NOVA DE FAMALICÃO			•
SANTO TIROSO		•	
GUIMARÃES		•	
FAFE		•	
VILA REAL			•
PESO DA RÉGUA	•		
LAMEGO	•		
PAREDES		•	
PENAFIEL		•	
S.ª M.ª DA FEIRA			•
S. JOÃO DA MADEIRA			•
OLIVEIRA DE AZEMÉIS		•	
AVEIRO		•	
VISEU			•
GUARDA		•	
COVILHÃ	•		
CASTELO BRANCO			•
COIMBRA		•	
FIGUEIRA DA FOZ	•		
LEIRIA			•
MARINHA GRANDE			•
TORRES NOVAS		•	
ENTRONCAMENTO			•
TOMAR	•		
ABRANTES			•
SANTARÉM	•		
CALDAS DA RAINHA		•	
TORRES VEDRAS	•		
PORTALEGRE	•		
ÉVORA	•		
BEJA	•		
PORTIMÃO		•	
FARO	•		
OLHÃO	•		

Fonte: Quaternaire Portugal

Quadro 6 Áreas urbanizáveis propostas pelos PMOT (proporção)

	GRANDE	MÉDIA	PEQUENA
VIANA DO CASTELO			•
CHAVES	•		
BRAGANÇA	•		
MIRANDELA	•		
BARCELOS			•
BRAGA		•	
VILA NOVA DE FAMALICÃO		•	
SANTO TIROSO		•	
GUIMARÃES	•		
FAFE		•	
VILA REAL	•		
PESO DA RÉGUA	•		
LAMEGO	•		
PAREDES	•		
PENAFIEL	•		
S.ª M.ª DA FEIRA			•
S. JOÃO DA MADEIRA			•
OLIVEIRA DE AZEMÉIS		•	
AVEIRO		•	
VISEU	•		
GUARDA			•
COVILHÃ	•		
CASTELO BRANCO	•		
COIMBRA		•	
FIGUEIRA DA FOZ	•		
LEIRIA	•		
MARINHA GRANDE	•		
TORRES NOVAS			
ENTRONCAMENTO		•	
TOMAR	•		
ABRANTES		•	
SANTARÉM	•		
CALDAS DA RAINHA	•		
TORRES VEDRAS	•		
PORTALEGRE	•		
ÉVORA		•	
BEJA		•	
PORTIMÃO	•		
FARO	•		
OLHÃO		•	

Fonte: Quaternaire Portugal

Demografia e formas de ocupação do território: Nota Metodológica

Na avaliação das dinâmicas demográficas foram tidas em conta as seguintes variáveis:

- a) Volume da população residente por concelho e por cidade (1991).
- b) Dinâmica da população residente (1981-1991):
 - Variação da população 1981-1991 por concelho, freguesia e cidade;
 - Taxa de atracção-repulsão e saldo migratório por concelho;
 - Taxa de crescimento natural e saldo fisiológico por concelho.
- c) Estrutura etária (1991):
 - População residente nos grupos etários 0-15 anos e ≥ 65 anos, por concelho;
 - Índice de envelhecimento por concelho.
- d) Povoamento (1991):
 - Densidade populacional em 1991 por concelho e freguesia;
 - População residente em lugares com menos de 2000 habitantes e isolados, por concelho;
 - Peso da população residente no centro urbano relativamente ao total concelho;
 - Dimensão das áreas urbanizáveis propostas pelos PMOTs.

Algumas variáveis, nomeadamente as de volume, dinâmica e estrutura etária, foram sintetizadas, apresentando-se em mapas referentes ao total do território e às cidades.

Foi utilizada informação do Instituto Nacional de Estatística (Censos 1981 e 1991 e Estatísticas Demográficas) e dados recolhidos junto das Câmaras Municipais referentes aos perímetros urbanos e respectiva população.

3. Acessibilidades

1. No contexto da leitura do sistema urbano nacional realizada neste Estudo, revela-se essencial uma abordagem das redes, materiais ou imateriais, de inter-relacionamento entre as diversas cidades e entre estas e o sistema territorial na sua globalidade.

Em particular, as infraestruturas e os serviços de transporte representam papel importante neste domínio, contribuindo de modo decisivo para as diferenças de potencial de desenvolvimento dos diversos subespaços regionais.

Refira-se que são mais determinantes, a este nível, os transportes terrestres, já que o transporte aéreo tem um carácter claramente internacional no nosso País, e o impacto do transporte marítimo não se faz sentir de modo muito marcado no domínio do funcionamento em rede das cidades. No entanto, a presença das infraestruturas aeroportuárias ou portuárias contribui para o acréscimo de centralidade das cidades onde se localizam, e nesse sentido são também factores estruturantes dos subsistemas territoriais.

Por outro lado, não pode deixar de reconhecer-se que é no tabuleiro das acessibilidades rodoviárias que se joga decisivamente a possibilidade de desencravamento de grandes áreas do nosso território, já que a rede ferroviária se revela pouco flexível em termos de construção de novos eixos alternativos aos actuais.

2. As infraestruturas de transporte terrestre, e os fluxos nelas verificados, moldam de maneira decisiva o sistema urbano nacional, já que permitem à rede de cidades assumir-se como a principal armadura de estruturação do território.

Pode verificar-se que uma parte importante do nosso País e as cidades aí localizadas apresentam frequentemente indicadores sociais, demográficos e económicos desfavoráveis, coincidindo com um défice de acessibilidades relativo, quando comparadas com áreas mais dinâmicas.

Se é verdade que as principais cidades constituem já a armadura de estruturação do sistema rodoviário nacional, não é menos verdade que essa lógica se restringe praticamente às capitais de distrito e às cidades localizadas nos eixos entre aquelas e ainda na direcção das principais fronteiras.

3. Os mapas de síntese apresentados mostram claramente que emerge no território nacional um eixo muito dinâmico do ponto de vista das acessibilidades, qualquer que seja o ponto de vista assumido: o volume de tráfego rodoviário, a densidade de infraestruturas de transporte de grande capacidade ou mesmo a proximidade relativa entre as cidades. Este eixo coincide, aliás, com as áreas mais densamente povoadas e onde se concentra uma parcela substancial das actividades económicas e do emprego, estendendo-se desde o Alto Minho, pelo litoral, até à Área Metropolitana de Lisboa, complementado com o litoral algarvio.

Neste território, e em particular na coroa envolvente da Área Metropolitana do Porto, a distância relativa entre as cidades é muito reduzida (normalmente é inferior a 30 Km a média das

distâncias de cada cidade às 5 cidades mais próximas, sem entrar em linha de conta com as Áreas Metropolitanas), pelo que até se pode considerar que a integração das cidades com os territórios envolventes não depende em grande medida da dotação infraestrutural na área dos transportes.

Por outro lado, em termos futuros, e com a conclusão dos investimentos previstos para a modernização do transporte ferroviário em Portugal, um conjunto de cidades servidas por este modo de transporte e situadas no eixo Braga-Faro verão os seus níveis de acessibilidade interna bastante incrementados (estão previstos ganhos de tempo da ordem dos 30 a 50% nas ligações directas dentro deste eixo, conforme se apresenta na fig. 1, Matriz de Relações Interurbanas referente à rede ferroviária).

De qualquer modo, é de notar que mesmo nestas áreas se encontram algumas cidades com défice de acessibilidade, como Vale de Cambra, Nazaré ou Alcobaça. Dado que as perspectivas de evolução a curto prazo das grandes redes nacionais no domínio rodoviário ou ferroviário não parecem vir a beneficiar estas cidades, podem surgir aqui algumas situações de marginalização relativa.

Independentemente desse facto, face à situação actual, as actuações neste grande espaço orientam-se mais frequentemente no sentido da resolução de congestionamentos e do incremento da qualidade do que no do papel estratégico para o desenvolvimento que as infraestruturas e os sistemas de transporte representam.

4. Já para o restante território as distâncias a vencer são substancialmente superiores, sendo decisivo para cada cidade a sua integração em corredores de acessibilidade.

Nesse sentido, e tendo em consideração que a não existência de infraestruturas pode ser um sério obstáculo ao desenvolvimento, importa salientar que há um conjunto de territórios (e, por arrastamento, de cidades) que se podem considerar excluídos no domínio dos grandes sistemas nacionais de acessibilidades rodo-ferroviárias. Tais são os casos, a título de exemplo, do Alto Douro, Centro Interior e Sul do Alentejo/Norte do Algarve, ou outros subespaços detectáveis numa escala de análise mais fina. Neste contexto, cidades como Miranda do Douro, Gouveia, Seia ou Oliveira do Hospital, e ainda Moura ou Pinhel (se bem que nestes casos possam vir a existir melhorias sensíveis no curto prazo) apresentam uma situação de isolamento, quer face às outras cidades do sistema urbano nacional, quer aos seus territórios de proximidade.

As restantes cidades, em particular as que claramente se integram nos principais eixos rodoviários e ferroviários, é provável que, a curto prazo, tenham resolvido o seu défice de acessibilidade a nível nacional e internacional. Ficam apenas as dúvidas relacionadas com a eficácia de tais sistemas para promover a sua integração com os territórios envolventes, condição necessária para mobilizar recursos e potenciais regionais capazes de dar a cada cidade uma dimensão funcional superior à da sua massa demográfica.

5. Refira-se, nomeadamente, a necessidade de dar uma maior prioridade aos eixos viários *verticais*, no interior (como o IP2 e o IP3), pois eles podem claramente ser um suporte infraestrutural decisivo para a consolidação de algumas dinâmicas de concertação territorial de um conjunto de

cidades. Estas dinâmicas, muitas vezes apenas no campo do voluntarismo político, podem ser a chave para o fortalecimento da rede de cidades nas áreas em regressão económica e demográfica, nomeadamente por permitirem um certo amortecimento das forças desagregadoras induzidas pelo tecido urbano fronteiriço espanhol, bastante mais competitivo, e pela forte concentração urbana do litoral português. A prioridade, entretanto conferida aos eixos rodoviários e ferroviários estruturantes desse litoral e de ligação com Espanha, e a própria configuração horizontal dos eixos ferroviários que servem os territórios e as cidades do interior, foi, neste sentido, claramente desfavorável a estes espaços, que se viram transformados em regiões de passagem por não conseguirem mobilizar uma massa crítica que, apenas em conjunto, estará disponível.

Dada a evolução recente, e algumas perspectivas futuras, compromete-se a consolidação de alguns subsistemas urbanos com grande potencial de estruturação regional e reequilíbrio do sistema territorial português, sendo o exemplo mais evidente o caso da rede urbana da região Centro. O eixo Coimbra/Figueira da Foz, situado num ponto intermédio entre os espaços metropolitanos, sofre uma grande pressão no sentido Norte-Sul, já responsável pela descolagem de Leiria (para Sul) e Aveiro (para Norte) de uma lógica territorial específica desta região. Por outro lado, os eixos IP5 (Guarda e Viseu) e IP6 (Castelo Branco), a par das ligações ferroviárias, tendem também a aproximar essas cidades do Porto e de Lisboa, o que, dada a sua dimensão relativa, as poderá colocar numa situação de dependência mais acentuada do que a actual. Neste contexto, quer o IP2, enquanto espinha dorsal do Arco Urbano do Centro Interior (Guarda-Covilhã-Castelo Branco, prolongando-se a Norte para Bragança e a Sul para Portalegre), quer o IP3, que pode permitir algum rebatimento de fluxos do eixo Porto-Lisboa para o interior, ligando Figueira da Foz a Viseu e daí para Vila Real e Chaves, são determinantes.

Algo de semelhante poderá vir a ocorrer em Trás-os-Montes e Alto Douro, onde as ligações com o Porto (IP4, IC5, caminho de ferro), na ausência das alternativas de conexão com os restantes subsistemas territoriais a Sul, no interior, induzem tendências de desagregação e dependência face ao espaço metropolitano alargado.

Por outro lado, e dado que nestas regiões a distribuição das cidades pelo território se faz de modo muito mais disperso (a média das distâncias às 5 cidades mais próximas ultrapassa os 60 Km para as cidades do Alentejo e do Nordeste Transmontano), abrangendo o território envolvente de proximidade de cada cidade um número elevado de municípios, parece claro que a consolidação de um modelo territorial equilibrado não passa apenas pela concretização das grandes redes nacionais de acessibilidade (que aqui definem uma malha muito pouco densa), imediatamente complementadas por redes municipais. O nível supramunicipal ou regional parece ser, neste domínio, um campo privilegiado de actuação futura.

6. Parece claro que, apesar da evolução genericamente favorável ao nível das infraestruturas de transporte rodoviário e ferroviário, bem como da modernização dos principais portos, há ainda uma margem de manobra capaz de otimizar o sistema global de transportes que se situa no campo dos interfaces entre os diversos sistemas. De facto, apenas nas Áreas Metropolitanas se

concentra um conjunto de serviços e equipamentos neste domínio, principalmente associados ao transporte de mercadorias e aos portos comerciais mais importantes, realçando-se que, no contexto do interface ferrovia-transporte marítimo, o nível de serviço é bastante deficiente.

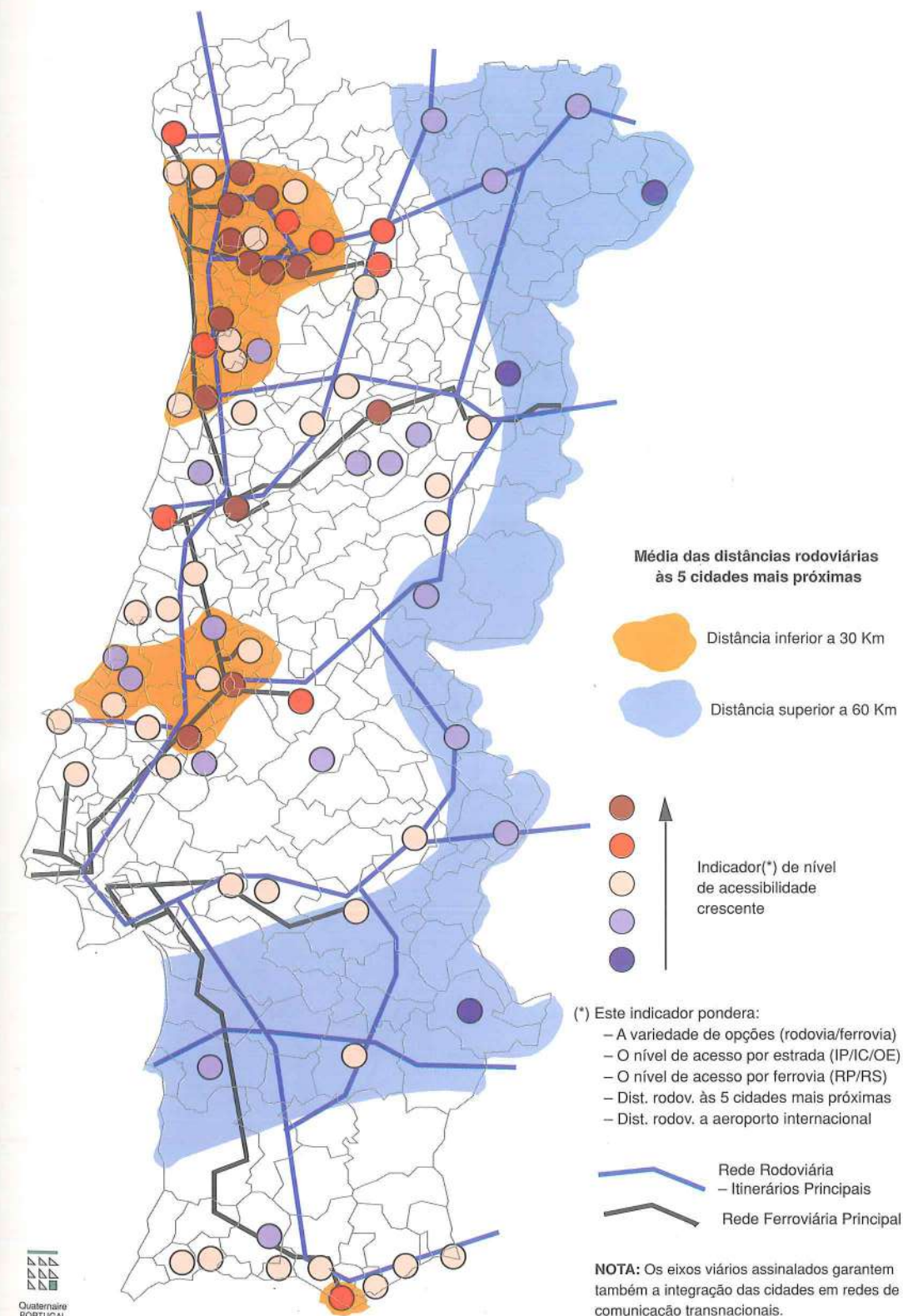
De acordo com o Programa de Investimentos na Rede Ferroviária 1993-1999 (CP, Janeiro 1993), e para lá dos naturais investimentos associados aos portos de Leixões, Lisboa e Setúbal, nas cidades de Aveiro, Coimbra/Pampilhosa e Entroncamento vão localizar-se terminais ferroviários de prioridade 1, enquanto na Figueira da Foz se propõe um terminal de prioridade 2. No caso do Entroncamento, pode gerar-se um forte efeito de complementaridade com o Centro Multimodal de Torres Novas. Tais infraestruturas conferem a estas cidades, no campo dos transportes de mercadorias, um potencial de centralidade que, devidamente associado às novas acessibilidades rodoviárias e serviços na área da logística dos transportes, lhes permite, não só constituir uma alternativa descongestionadora das concentrações metropolitanas, como ser verdadeiras portas de internacionalização de uma vasta área no centro do País com alguma expressão no campo industrial. Aparentemente marginalizada neste processo parece estar Viana do Castelo, cujo porto é ainda incapaz de competir com o de Leixões ou mesmo com o de Vigo (Galiza).

Ainda no campo dos interfaces de transporte de passageiros ou mercadorias entre os modos rodoviário e ferroviário, refira-se que, se bem que a questão se possa colocar em qualquer cidade servida por transporte ferroviário ao nível da qualidade dos serviços, ganha destaque nalguns centros que podem eles próprios ter um carácter de interface para sistemas territoriais e urbanos mais amplos. Os casos da Régua (no eixo Vila Real-Régua-Lamego), da Guarda (face a Covilhã e Castelo Branco) ou Entroncamento (no contexto do sistema formado com Abrantes, Torres Novas e Tomar), ao associar eixos principais das redes rodoviária e ferroviária, em áreas que apresentam algumas tendências regressivas aos níveis demográfico e económico, parecem os mais interessantes.

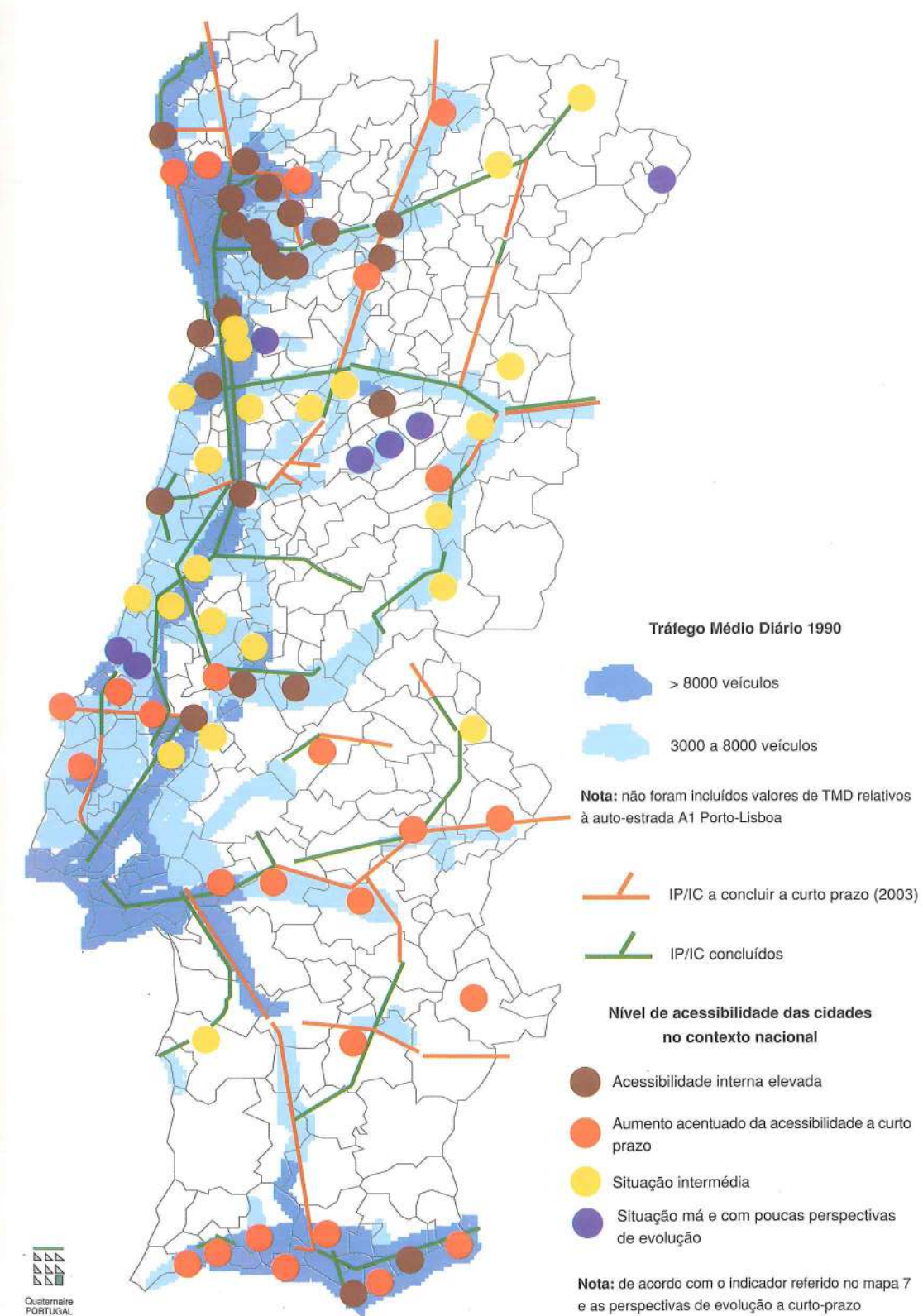
7. Por último, cabe referir a insignificância dos movimentos verificados na generalidade dos aeródromos existentes no Continente, ao nível comercial. O transporte aéreo, de facto, não é praticamente utilizado para interligações no interior do sistema urbano, exceptuando a linha Porto-Lisboa, também por ausência de oferta nesse domínio mas, mais provavelmente, por insuficiência de procura.

Já ao nível das ligações aéreas internacionais, o aeroporto de Faro ultrapassa mesmo, em termos de movimento total, o do Porto, se bem que com um carácter marcadamente turístico. De qualquer modo, Faro ganha assim um potencial que, devidamente explorado do ponto de vista comercial e associado a melhores acessibilidades terrestres e ao congestionamento verificado no aeroporto de Lisboa, pode ser transformado em vantagem no campo da internacionalização da cidade e das regiões do Sul do País.

Mapa S7 Conectividade e níveis de acessibilidade



Mapa S8 Acessibilidades: tráfego e perspectiva ao nível das infraestruturas



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir da informação da J.A.E. e C.P., 1996).

Figura 1 Transporte ferroviário – matriz de relações interurbanas



- A – Tempos actuais de viagem
 B – Tempos com Modern. L do Norte s/investimento nas restantes
 C – Tempos futuros com restantes intervenções

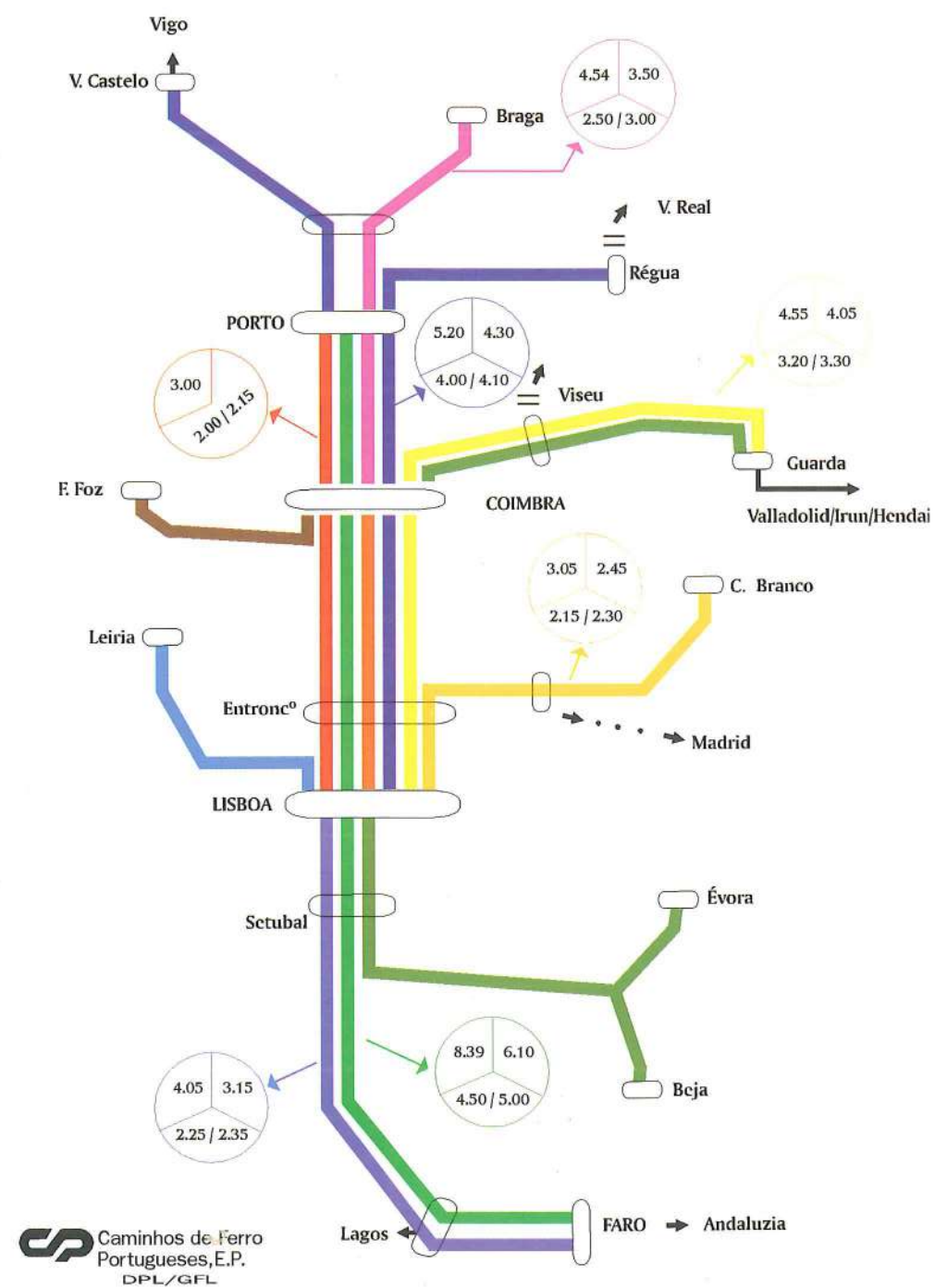
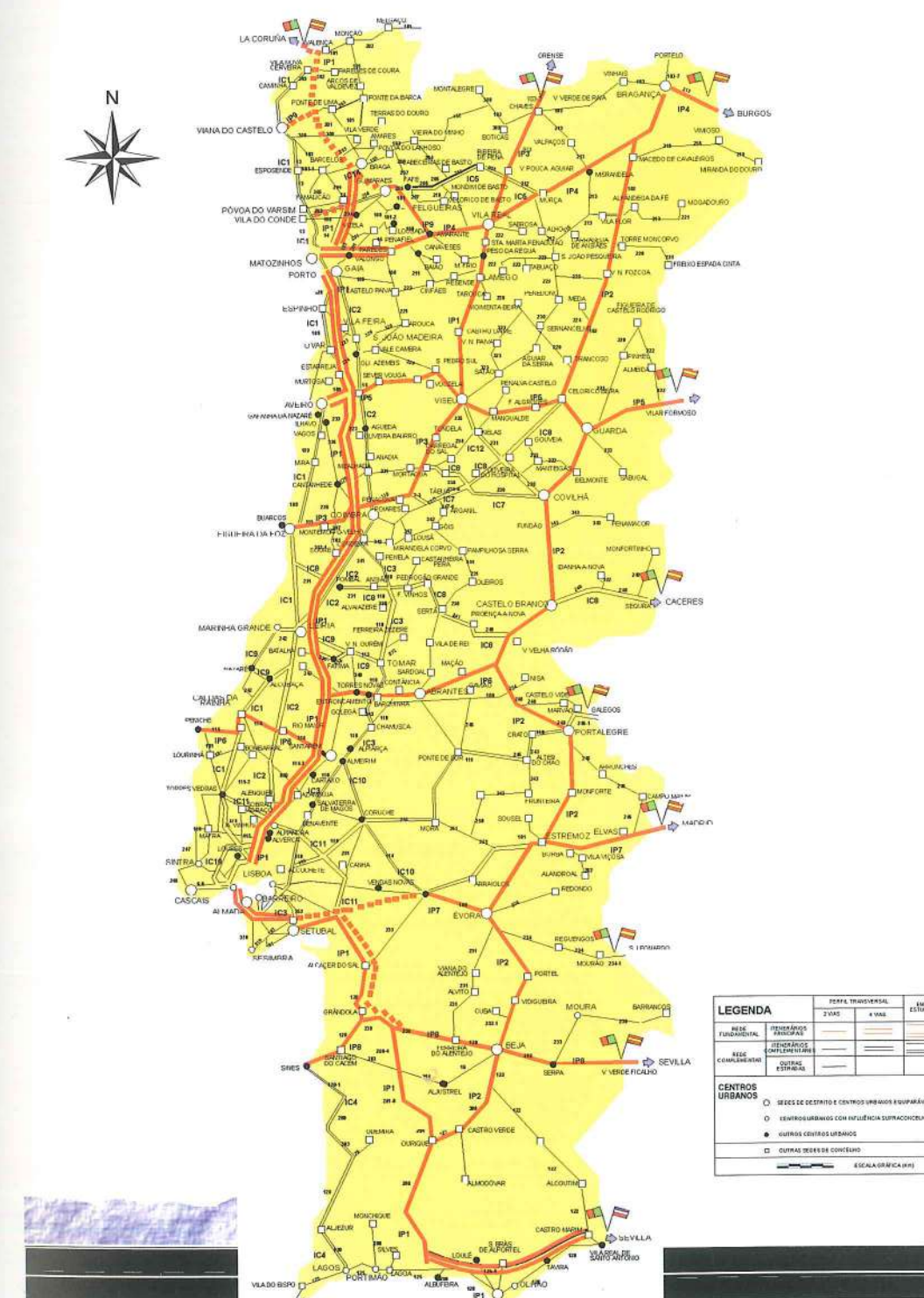


Figura 2 Plano Rodoviário Nacional



Fonte: Junta Autónoma de Estradas, 1996.

Figura 3 Rede Ferroviária

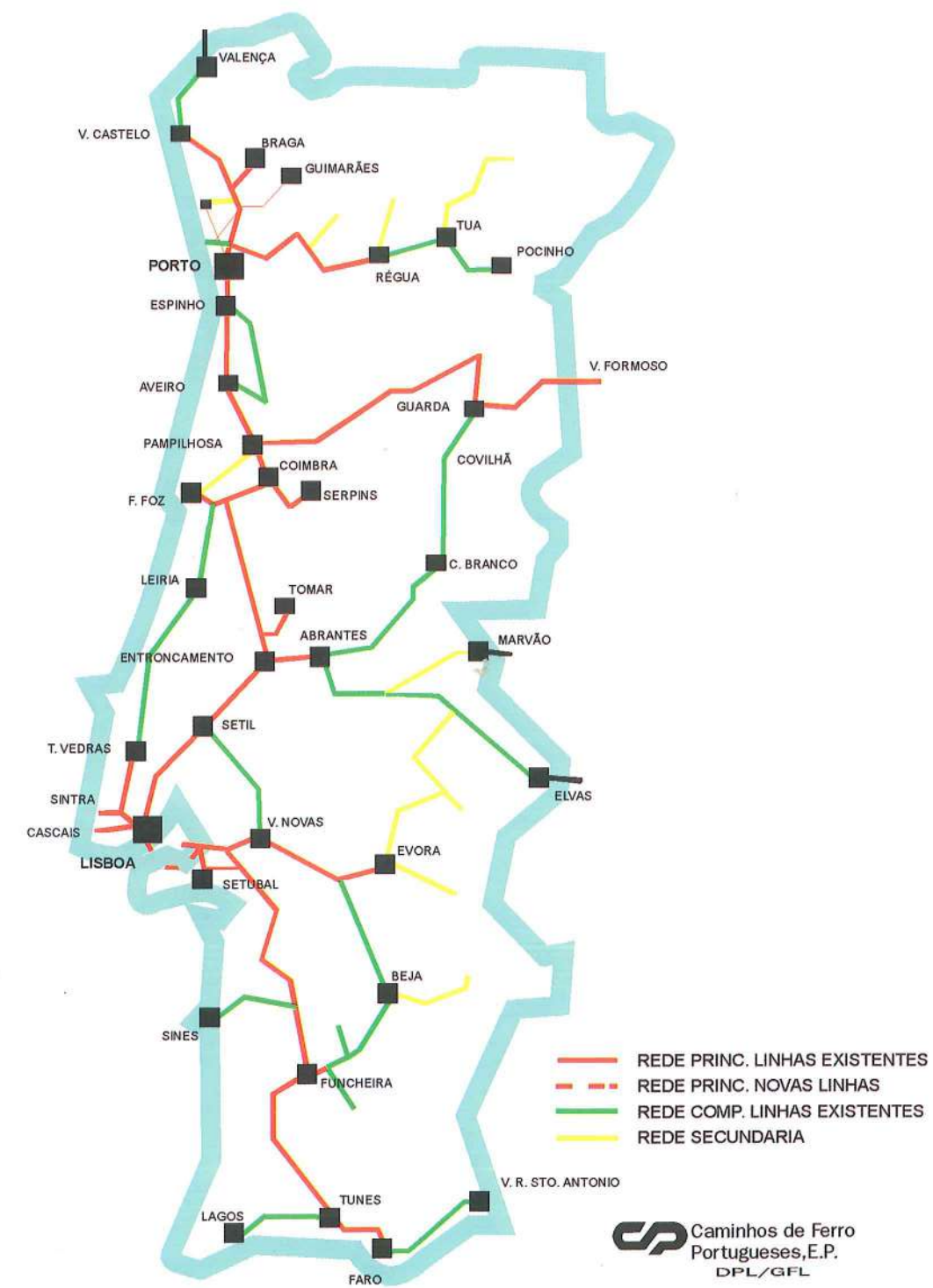
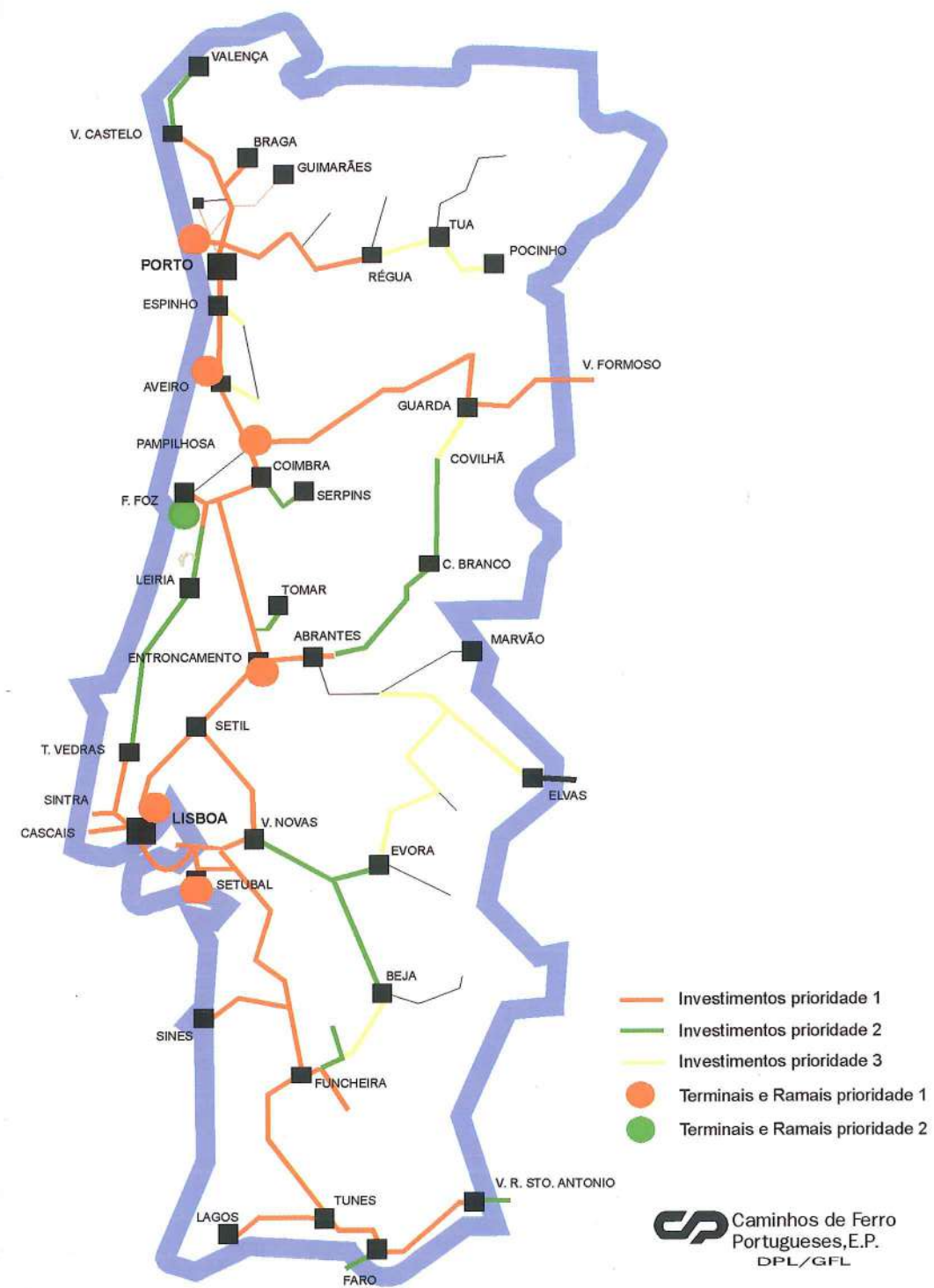


Figura 4 Rede ferroviária em exploração: níveis de investimentos em infraestruturas (1992)



Acessibilidades: Nota Metodológica

Privilegiaram-se, nesta análise, as acessibilidades terrestres, se bem que a localização das grandes infraestruturas de transporte aéreo (aeroportos internacionais de Porto, Lisboa e Faro) tenha sido incorporada no cálculo do indicador geral de acessibilidade.

Para cada cidade foi estimado um indicador de síntese de acessibilidade interna (no território nacional), que entra em linha de conta com:

- a variedade de opções de transporte (rodovia e/ou ferrovia);
- o nível hierárquico e de qualidade das infraestruturas de transporte terrestre;
- o contexto territorial (densidade de cidades, pelo cálculo da média das distâncias às 5 cidades mais próximas);
- a distância rodoviária ao aeroporto internacional mais próximo.

Foi, ainda, incorporada na análise a perspectiva de evolução no curto prazo (até 2003) de cada cidade, tendo em conta a progressão do Plano Rodoviário Nacional, tanto em termos de integração na rede nacional/internacional, como ao nível regional.

Deve advertir-se que o nível de serviço de cada infraestrutura foi tomado em conta, de acordo com o seu grau hierárquico em redes nacionais, admitindo-se que, tendencialmente, essa hierarquização corresponde a níveis de serviço diferenciados.

Os mapas de síntese procuram identificar os principais eixos de acessibilidade e interrelacionamento entre cidades, e entre estas e o território envolvente.

Fontes de informação utilizadas:

- Junta Autónoma de Estradas: Plano Rodoviário Nacional (ponto de situação e perspectivas a curto prazo); Tráfego 1990.
- CP: Programa de Investimentos na Rede Ferroviária 1993-99
- INE: Estatísticas de Transportes
- ANA e DGAC: Tráfego nos aeroportos e aeródromos

4. Enquadramento ambiental

Introdução

Os espaços urbanos deverão oferecer, para além da facilidade de comunicação e de um excelente quadro de acessibilidades, um enquadramento físico atractivo para uma população muito mais exigente em termos de *qualidade de vida*. A necessidade de *sedução*, através da qualidade do ambiente⁷, passou portanto a ser, para as aglomerações urbanas, tão importante como as suas capacidades/competências de oferta em redes de comunicação, diversidade funcional, clientela potencial, etc.

No entanto, em Portugal, os padrões de bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos urbanos não se repetem no Norte, no Sul, no litoral ou no interior. Divergem de acordo com a história, as memórias, os hábitos, o acesso à informação, o rendimento das famílias e as disponibilidades de recursos naturais na proximidade.

Assim, a leitura que decidimos efectuar do património natural disponível e da sua apetência para ser carreado para a promoção do desenvolvimento sustentável de cada aglomeração urbana, terá de entrecruzar inevitavelmente o valor intrínseco dos recursos locais com a “consciência ecológica” e a “sensibilização e educação ambiental”, típicas dos cidadãos-residentes em cada área de intervenção.

A heterogeneidade topográfica e climática, associada aos muitos séculos de história da ocupação do território nacional, explica a vastíssima gama de contextos geográficos em que, nos dias de hoje, emergem as aglomerações urbanas.

Este compromisso, embora frágil, é relevante. A sua exclusão na definição das estratégias de ordenamento pode inviabilizar, a médio e longo prazo, a sobrevivência das cidades, quer enquanto espaços atractivos para o Homem, quer para o tipo de desempenho que se lhes exige neste virar de século – espaços aprazíveis, qualificados, saudáveis e confortáveis.

É, portanto, fundamental encontrar a fórmula de articulação entre a necessidade de manutenção do património natural de maior valor ambiental (através da introdução de medidas mais rígidas que permitam a sobrevivência dos ecossistemas particularmente frágeis e vulneráveis) e a delapidação controlada de alguns recursos naturais, nos espaços em que o número de pessoas e actividades é determinante para a viabilização de alguns investimentos.

A transformação dos centros urbanos em espaços mais aprazíveis para os residentes e utilizadores da cidade, reforçando a capacidade para seduzir novos investidores, implica a manutenção de:

- uma rede de saneamento básico eficaz;
- um sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos (domésticos e industriais) eficiente;

7. Esta valorização da qualidade ambiental dos meios urbanos é notória até nas técnicas de *marketing* dos agentes imobiliários. Tanto os novos empreendimentos para fins residenciais, como as grandes superfícies multifuncionais em construção na área do Porto e Lisboa revelam, já, a necessidade de vender uma *imagem*, que se traduz até pelo nome que é dado aos empreendimentos e que incluem uma forte ligação a diversas componentes ambientais, incluindo normalmente no seu nome “Jardim”, “Quinta”, “Lago”, etc.

- uma rede de distribuição de água para abastecimento público eficaz;
- uma integração harmoniosa das diversas funções urbanas (produtiva, prestação de serviços, residencial, desportiva, lúdica e cultural);
- um controlo e gestão de todas as intervenções no tecido urbano no sentido de manter e preservar a *imagem* desejada.

Recorde-se que a qualidade da água, do solo e do ar eram considerados, até há pouco tempo, bens públicos, sem preço e à disposição de todos. Todavia, a diminuição do *conforto*, da *qualidade de vida* e de *bem-estar*, para os cidadãos e para os actores económicos, particularmente nos espaços urbanizados, obrigou a repensar a postura a adoptar, especialmente nos contextos geográficos em que o suporte biogeofísico se revelou mais vulnerável.

Os impactes na qualidade e quantidade da água, na aptidão e qualidade do solo e na qualidade do ar assumem já, senão em todo o território nacional, pelo menos em algumas áreas, uma magnitude e intensidade preocupante.

Se retivermos na memória a distribuição geográfica de algumas das actividades potencialmente mais poluidoras da água, do ar e do solo (ver cartografia), verificamos que todas as bacias hidrográficas de Norte a Sul do País recebem, contínua ou periodicamente, efluentes não tratados geradores de modificações significativas na qualidade química e bacteriológica dos cursos de água.

A contaminação da água e do solo não pode, no entanto, ser atribuída exclusivamente à actividade industrial. A agricultura, tal como hoje se pratica, com o recurso a uma vastíssima gama de adubos químicos, fertilizantes, herbicidas, pesticidas, etc., é também uma das responsáveis pela contaminação das águas, dos solos e do ar.

Apesar da crescente delapidação dos recursos naturais – ar, água, solo, fauna e flora – a que temos vindo a assistir em Portugal, existem múltiplos e diversificados mosaicos paisagísticos de grande valor ecológico que foram atempadamente protegidos da intromissão devastadora de diferentes actores.

Portugal tem, neste momento, um Parque Nacional, nove Parques Naturais, várias áreas de Reserva Natural e de Paisagem Protegida, e um largo conjunto de áreas de especial interesse para a conservação de determinadas espécies florísticas e faunísticas.

Estas áreas de grande valor no que respeita ao património natural, adicionadas à enorme mancha florestal existente, colocam o nosso País numa excelente posição relativamente a muitos outros parceiros europeus. Portugal possui, comparativamente com a sua área total, um conjunto de áreas identificadas e alvo de medidas de protecção, valorização e conservação que é consideravelmente superior ao de outros Países europeus.

Caracterização da qualidade ambiental do sistema urbano nacional

As aglomerações urbanas portuguesas distribuem-se, quanto à qualidade do ambiente urbano, em dois grandes grupos:

- (i) as cidades do eixo litoral entre Braga e Setúbal, onde se incluem as duas grandes metrópoles;
- (ii) as cidades de pequena e média dimensão do interior.

As **primeiras**, confrontam-se actualmente com uma vasta gama de carências associadas ao intenso e impreparado processo de urbanização que viveram nas últimas décadas. Os estrangulamentos ao nível do abastecimento público de água, das soluções de recolha, deposição e tratamento dos resíduos sólidos, da drenagem e tratamento de esgotos, da degradação da qualidade do ar, repetem-se em quase todas.

A delapidação do património natural foi, na maioria dos casos, indiscriminada e intensa. Os impactes ambientais gerados são já, em grande número, irreversíveis.

O esforço, nestes casos, exige uma avaliação dos *metabolismos* urbanos em curso e a adopção de algumas operações de verdadeira cosmética que recrie, ainda que artificialmente, alguns mosaicos de conforto e bem-estar indispensáveis ao processo de reanimação destes espaços.

A presença próxima do mar e os incontáveis esforços de engenharia hidráulica, mal sucedidos, para conter a sua presença nos limites artificiais planificados/desejados pelo Homem, são um excelente exemplo da incapacidade do Homem para antecipar, prever e controlar as relações de causalidade entre o tipo e intensidade de acções de origem antrópica e as *respostas* mais ou menos impulsivas e inesperadas dos sistemas naturais.

Este impacte preocupante associado à presença de um grande número de aglomerações urbanas perfeitamente consolidadas e estruturantes para o desenvolvimento económico nacional, começa a evidenciar o sorvedouro de investimentos a que pode conduzir este tipo de irreverência, face à geodinâmica litoral.

Apesar de ser cada vez mais frequente e admissível a polemização em torno da lógica de manutenção dos actuais índices de ocupação do solo nestas áreas, permanecem inúmeras dúvidas sobre a eficácia de outro tipo de ordenamento no que respeita à diminuição substantiva dos custos sistemáticos canalizados para as obras de protecção da orla costeira.

Neste tipo de aglomerações, a requalificação ambiental urge, mas passa pela definição de uma estratégia de maior harmonização entre as funções que tipificam qualquer espaço urbano – produtivas, lazer, educação, cultura, etc..

O património natural ainda emerso nas proximidades deste conjunto de aglomerações urbanas constitui como que um adereço, mais ou menos longínquo, apreciado de acordo com as necessidades lúdicas de cada ritmo de vivência urbana. Em Viana do Castelo, no Porto, em Lisboa ou em Setúbal, é o mar. Em Aveiro ou em Faro, são as zonas húmidas. Em Leiria e Coimbra é, por exemplo, a serra e o rio.

As **segundas**, pela sua dimensão e dinamismo, conservam ainda recortes significativos de paisagem de grande qualidade cénica, biótopos e sítios de grande valor ecológico quase virgens.

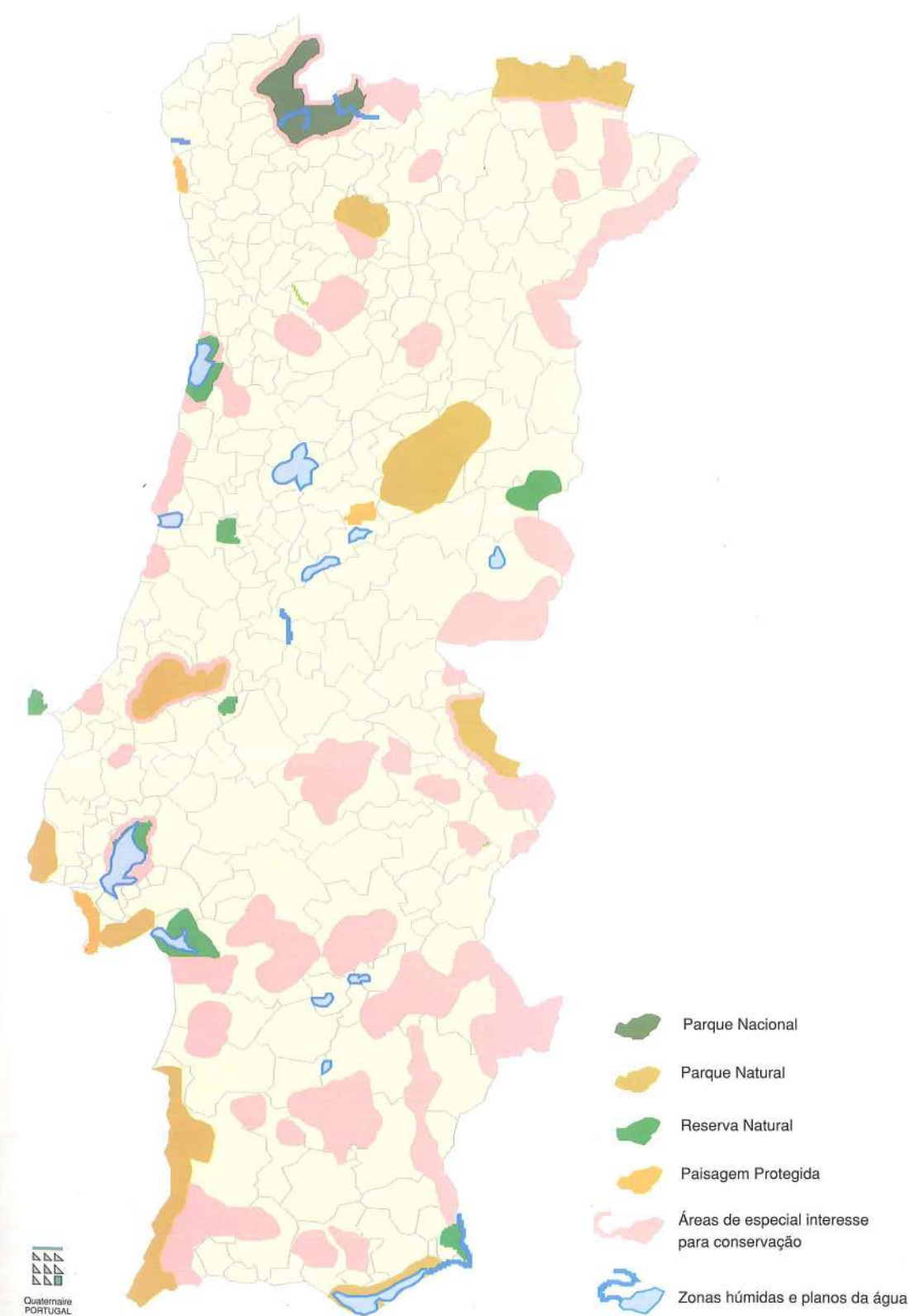
Apesar de proliferarem também alguns dos estrangulamentos ao nível das infraestruturas e equipamentos, a irreversibilidade dos impactes não é tão frequente. O enquadramento geográfico

associado à menor pressão sobre o espaço permite ainda, na maioria das cidades, mobilizar a qualidade e diversidade do património natural para a redinamização e consolidação destes espaços urbanizados.

Neste grupo, a promoção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável é ainda facilmente concretizável desde que se compreenda que uma parte substantiva das suas competências passa pela visibilidade e valorização dos recursos naturais disponíveis.

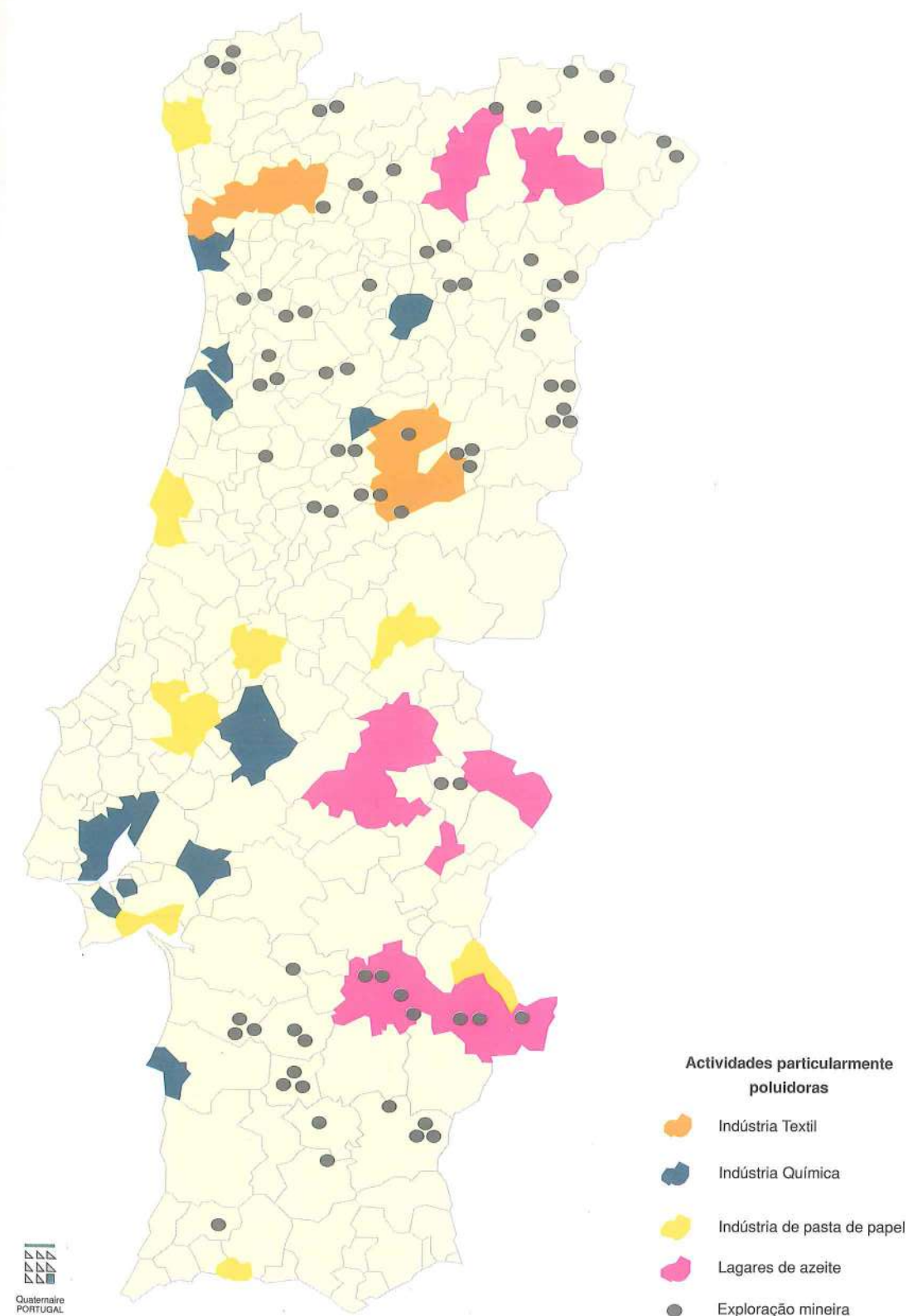
É necessário cuidar da estrutura física destas cidades, ao nível do planeamento, dos transportes urbanos, da protecção e valorização das áreas naturais envolventes e do património histórico e, em simultâneo, desenvolver uma política que reduza os impactes das actividades urbanas sobre o meio.

Mapa S9 Síntese áreas de interesse para a conservação da natureza



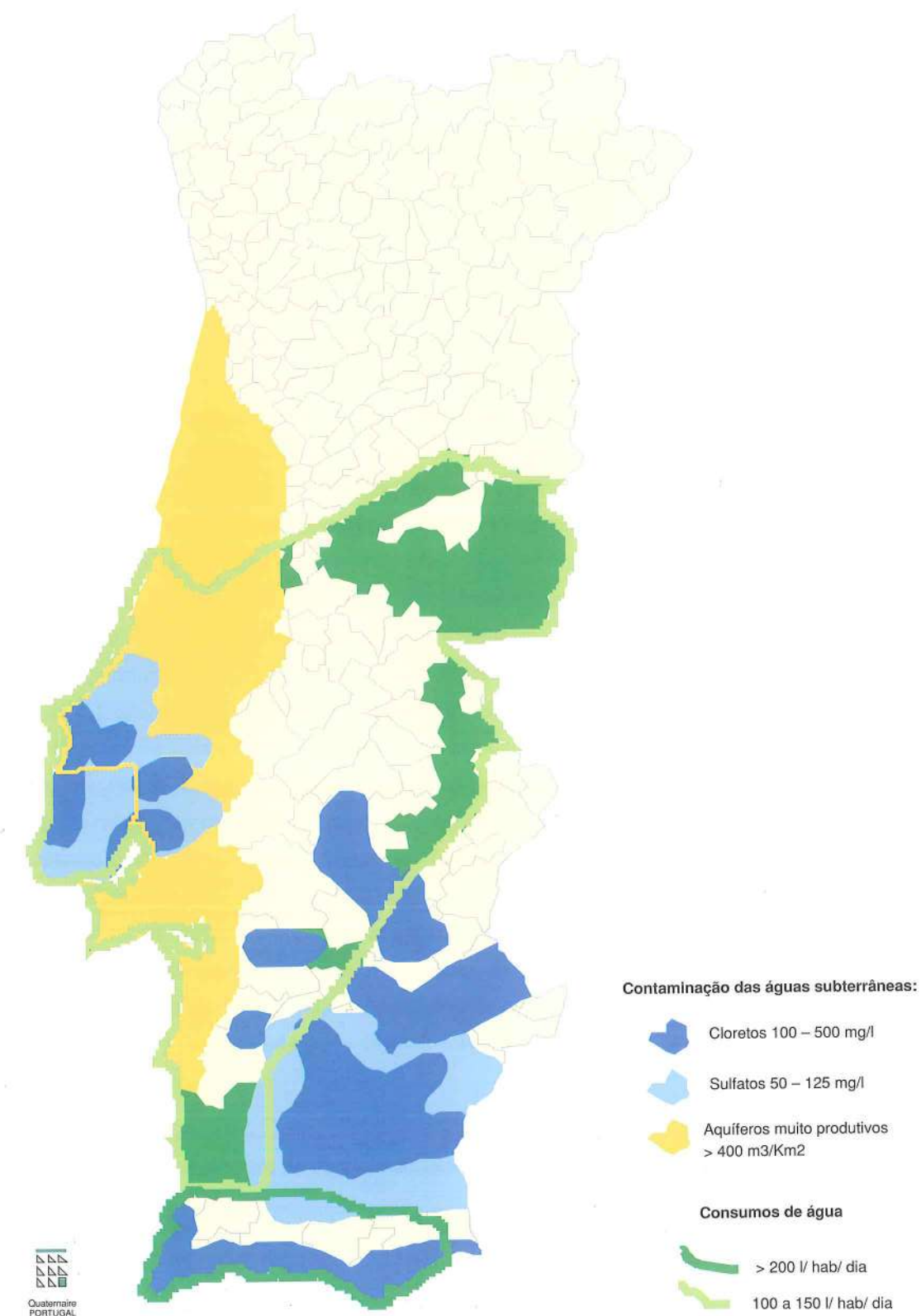
Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do P.N.P.A., 1995, I.N.A.G., 1995 e I.C.N., 1995).

Mapa S10 Síntese actividades particularmente poluidoras



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do P.N.P.A., 1995, I.N.A.G., 1995).

Mapa S11 Síntese contaminação de águas subterrâneas



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do P.N.P.A., 1995, I.N.A.G., 1995).

5. Habitação

Introdução

A questão da habitação é abordada, no contexto deste Estudo, segundo diversas ópticas.

Em primeiro lugar, a lógica das dinâmicas territoriais no domínio da habitação pode ser relacionada com as dinâmicas demográficas e de ocupação do território, quer numa escala regional, quer na escala do espaço urbano. Assim, por exemplo, a análise comparativa da evolução do número de famílias residentes e de alojamentos familiares pode revelar divergências cuja explicação nem sempre é fácil de encontrar à luz dos indicadores estatísticos disponíveis. Trata-se, em resumo, de um balanço, devidamente ponderado, entre a oferta e a procura.

Noutra perspectiva, a estrutura de ocupação do parque habitacional revela-se um interessante indicador relacionado com o contexto socioeconómico de certos subespaços regionais. A presença significativa de formas de ocupação não permanentes (ocupante ausente, alojamentos vagos e de uso sazonal) que, à partida, é uma disfunção importante num domínio em que a carência e os fenómenos de exclusão são significativos, encontra explicação nos níveis elevados da emigração ou da exploração da habitação como recurso económico em áreas de forte pressão turística.

É precisamente no campo da exclusão social que se encontra outra das vertentes de análise deste sector. A qualidade da habitação e das infraestruturas urbanas, a idade do parque habitacional ou a presença de formas degradadas de habitação, são questões particularmente importantes na generalidade das áreas urbanas. Tal abordagem, contudo, apenas marginalmente é referida neste capítulo, já que ela é feita noutro ponto do Estudo.

Embora não necessariamente assim sistematizadas, as problemáticas referidas formatam a presente análise. Esta é, inevitavelmente, pouco profunda à luz da metodologia seguida, pois as especificidades de cada cidade, ou mesmo de cada território alargado, não são devidamente captadas pelo sistema estatístico nacional, e seria abusivo extrair certo tipo de conclusões apenas com base na informação quantitativa. Nos capítulos deste Estudo em que é privilegiada uma visão mais centrada em cada cidade, encontra-se uma leitura complementar da que aqui é apresentada, permitindo um exercício de síntese.

As notas de leitura a seguir apresentadas são ilustradas com um conjunto de cartogramas. Na Nota Metodológica apresentada no final do capítulo é descrita, resumidamente, a forma de cálculo dos diversos indicadores referidos.

A dinâmica quantitativa do parque habitacional é superior à dinâmica da procura potencial

Embora com ligeiros cambiantes espaciais, e numa análise puramente quantitativa, pode observar-se que o aumento de alojamentos familiares clássicos foi, na década de 80, claramente superior ao das famílias (as famílias aumentaram cerca de 9%, enquanto os alojamentos registaram um acréscimo de mais de 23%) e que o número destes alojamentos, no Continente, excedia, em 1991, o

de famílias, em quase um milhão de unidades. Em simultâneo, registou-se uma diminuição da dimensão média da família, fenómeno com alguma importância ao nível das tipologias de habitação.

Globalmente, e embora com a diferença de grandeza referida, a dinâmica do parque habitacional na década de 80 apresenta um padrão espacial semelhante ao da dinâmica demográfica: valores mais elevados em toda a faixa litoral a Norte da Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve, destacando-se ainda algumas manchas de crescimento assinalável coincidentes com certas cidades de média dimensão no interior Norte e Centro. No outro extremo, em certas áreas do Alentejo assinala-se mesmo uma diminuição do parque habitacional nesta década.

Explorando os dados do Recenseamento de 1991, observa-se que nas áreas do Vale do Cávado, na faixa entre o Vale do Sousa e Vila Real, no território envolvente de Viseu e em algumas áreas do litoral algarvio se detecta um peso importante de alojamentos em edifícios construídos entre 1981 e 1991, o que parece indicar um parque habitacional em rejuvenescimento acelerado.

Por outro lado, uma observação de dados mais recentes (fogos para habitação concluídos entre 1991 e 1993) permite afirmar que as tendências referidas para a década anterior se mantêm, com indicadores de dinâmica muito baixos no Alentejo Interior e uma situação intermédia no Norte e Centro Interiores. Em ambos os casos, os concelhos onde se localizam as principais cidades destacam-se pela positiva.

A estrutura de ocupação do parque habitacional revela importantes desequilíbrios

A contabilidade referida no ponto anterior não deve induzir uma leitura precipitada da situação, já que disfarça um conjunto de aspectos que aqui se destacam:

- a elevada proporção de alojamentos vagos. No Continente, esta proporção atingia, em 1991, os 11%, mas rondava 20% em alguns concelhos do interior do País, sem um padrão territorial muito regular, embora com maiores manchas a Sul;
- os alojamentos com ocupante ausente, com uma matriz espacial fortemente concentrado no Norte e Centro do País, onde a sua proporção é sistematicamente superior à média nacional (que representa 7,5 % do total de alojamentos). Exceptuam-se, nestas regiões, o Grande Porto e sua envolvente imediata e uma pequena mancha que se prolonga de Coimbra para o interior. Este fenómeno, que está particularmente relacionado com a emigração, apresenta-se com valores extremos na área interior do Alto Minho, Alto Tâmega, Planalto Mirandês, numa faixa prolongando-se desde o Douro Superior para Sul, junto à fronteira com Espanha e ainda nas proximidades de cidades como Viseu e Leiria;
- os elevados valores que, em algumas áreas, os alojamentos de uso sazonal representam. Em concelhos como Loulé, Vila Real de Santo António, Góis, Sesimbra, Lagoa ou Albufeira, o seu peso no total de alojamento familiares é superior a 40% (a média nacional é de cerca de 10%), ultrapassando este indicador, na generalidade dos concelhos algarvios, um quarto

do parque habitacional. Aliás, em quase toda a faixa litoral, desde Vila Nova de Cerveira até ao Algarve, o valor é superior à média nacional, demonstrando alguma correlação com as zonas de maior procura turística na época balnear. Mas, também no interior, particularmente no Alto Douro, no Centro Interior e no Alentejo (à excepção de uma faixa que se prolonga desde Évora para Sul), se nota particular incidência deste fenómeno.

Uma breve referência ainda a dois indicadores relacionados com a estrutura de propriedade e o regime de ocupação dos alojamentos.

O recurso ao arrendamento não parece estar particularmente relacionado com o grau de urbanização, ao contrário do que poderia esperar-se. Representando 11,5% do total de alojamentos familiares no Continente, em apenas 88 concelhos do Continente este valor é superado, com destaque para o litoral algarvio (coincidindo com a área de maior concentração de alojamentos de uso sazonal, e onde o arrendamento chega a representar mais de 30% da totalidade do parque ocupado), numa área englobando parte dos Vales do Ave, Sousa e Baixo Tâmega e noutros concelhos mais dispersos pelo País.

Predominam claramente os alojamentos ocupados pelos proprietários, sendo interessante verificar que quase um quarto destes mantinha, em 1991, encargos de compra, com incidência sobretudo nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, mas com valores elevados nos concelhos de Braga, Évora, Sines e Faro. Nas áreas a Norte do rio Tejo assinala-se uma menor presença deste fenómeno.

Emergem alguns problemas qualitativos diversificados

Justifica-se, neste contexto, uma breve abordagem à questão das áreas críticas no domínio da habitação (remetendo-se uma leitura mais pormenorizada para o capítulo sobre Exclusão Social, deste Estudo), recorrendo, para isso, a uma análise de alguns indicadores ponderando a incidência de barracas ou abarracados, as deficiências ao nível dos serviços de saneamento básico, água ou electricidade e a idade do parque habitacional.

O primeiro destes aspectos, em termos absolutos, tem especial incidência nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, seguidas por um outro conjunto de municípios, dispersos pelo País, nomeadamente um número importante de cidades abrangidas por este Estudo (Chaves, Viseu, Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Portimão e Faro). Em termos relativos (peso das barracas no parque habitacional concelhio), podem referir-se ainda quatro grandes manchas no território nacional onde este indicador atinge valores importantes: espaço entre Ovar e Aveiro, envolvente de um eixo Mirandela-Viseu, envolvente regional da Área Metropolitana de Lisboa e litoral do Alentejo e do Algarve.

As maiores carências ao nível infraestrutural situam-se em áreas do interior do País, em particular no Sul do Alentejo e Algarve Interior, em Trás-os-Montes e Alto Douro e na Beira Interior,

com o litoral do Noroeste Atlântico, entre o Minho e Coimbra, a revelar melhores níveis de atendimento.

Quanto à idade do parque habitacional, é mais uma vez um conjunto de concelhos do interior (particularmente no Minho Interior, em Trás-os-Montes e no Alentejo) que se coloca em destaque, pelo elevado grau de envelhecimento.

O sector apresenta um contexto geral mais positivo nas áreas de maior pressão demográfica

Associando, de modo elementar, as três vertentes de análise anteriores, pode concluir-se que o balanço geral é favorável às áreas mais densamente povoadas do litoral para Norte da Área Metropolitana de Lisboa, onde a dinâmica do parque habitacional coexiste com estruturas de ocupação genericamente mais equilibradas e com menor incidência relativa de factores críticos. A região Metropolitana do Porto aparece aqui como a maior mancha de indicadores favoráveis. Certas cidades no interior assumem-se ainda como espaços de maior dinâmica.

O litoral algarvio é também uma área em que o forte crescimento do parque habitacional compensa uma série de desequilíbrios, resultantes da procura para uso sazonal.

Verificam-se algumas divergências nas dinâmicas de oferta e procura de habitação para o conjunto das cidades

Com base no tipo de variáveis referidas acima, é possível uma análise mais direccionada para o conjunto de cidades abrangidas por este Estudo.

O Mapa S15 representa algumas áreas com certa homogeneidade no domínio da habitação, tomando apenas como referência os concelhos onde se localizam essas cidades.

Destacam-se, nomeadamente, uma área no interior Centro, uma faixa entre Leiria e Ponte de Sor e um conjunto de concelhos mais dispersos onde a incidência de alojamentos com ocupante ausente é particularmente relevante, no contexto das cidades aqui abordadas.

Por outro lado, como já foi referido, o Algarve é claramente uma região marcada, neste domínio, pela forte presença de alojamentos de uso sazonal, o que também se verifica em concelhos do litoral Centro.

Mais equilibrada (ou seja, sem incidência relevante deste tipo de fenómenos) parece ser a estrutura de ocupação do parque habitacional nas cidades envolventes da Área Metropolitana do Porto e em Águeda, Évora, Estremoz e Vendas Novas.

Em tal contexto territorial, pode ensaiar-se um exercício de comparação das dinâmicas evolutivas da oferta e da procura de habitação, para estes concelhos. Da observação dos dados algumas notas se podem reter:

- Em Miranda do Douro, Gouveia e Vila Real de Santo António coexiste uma situação de diminuição do número de famílias com um aumento relativamente desproporcionado do parque habitacional. Se em Vila Real de Santo António a forte componente de uso sazonal pode justificar esta dinâmica, é mais difícil explicar os outros casos. Embora em menor grau, a mesma observação se pode fazer para Pinhel, Tondela, Covilhã, Vendas Novas e Moura.
- Outro grupo de cidades/concelhos é formado por Estremoz e Montemor-o-Novo: à diminuição de famílias, na década de 80, correspondeu uma diminuição de alojamentos. Se bem que se trate de dinâmicas convergentes, não pode deixar de referir-se que se trata de uma evolução particularmente preocupante.
- De igual modo importa destacar os casos de Vale de Cambra e Ponte de Sor, únicos concelhos onde a variação de famílias excedeu a do parque habitacional, na década de 80.
- Na generalidade dos casos em que há forte incidência de alojamentos de uso sazonal, a dinâmica do parque habitacional supera, em elevado grau, a dinâmica da procura local, como seria de esperar. Exceptuam-se Faro, Olhão, Tavira e Ílhavo.
- Estas cidades fazem parte do maior grupo de concelhos, que são aqueles em que as dinâmicas da oferta e da procura são convergentes, de modo relativamente equilibrado.

A matriz que se apresenta em seguida resume esta informação, permitindo visualizar, para cada cidade, o conjunto de referências mais significativas, incluindo a identificação dos casos em que as questões qualitativas representam áreas problemáticas (barracas e deficiência de infra-estruturas de saneamento básico).

Habitação: Nota Metodológica

A informação tratada neste capítulo é exclusivamente retirada dos Recenseamentos da População e Habitação de 1981 e 1991 e dos Anuários Estatísticos (INE).

A abordagem do tema Habitação estrutura-se segundo três linhas:

- avaliação das dinâmicas temporais do sector, enquadrada pela dinâmica demográfica, em particular ao nível das famílias, numa matriz espacializada por concelho. Foi calculado um indicador sintético de dinâmica com base em valores da variação do número de alojamentos na década de 80, dos alojamentos em edifícios construídos entre 1981 e 1991 e da percentagem de fogos concluídos entre 1991 e 1993;
- análise da estrutura de ocupação do parque habitacional. De igual modo se utilizou um indicador englobando o peso de alojamentos familiares vagos, com ocupante ausente ou de uso sazonal e ainda a proporção do arrendamento em cada concelho;
- identificação das áreas críticas neste domínio, pela avaliação conjunta do peso relativo de barracas ou abarracados no parque habitacional concelhio, da percentagem de fogos sem instalações de abastecimento de água, electricidade e saneamento, e do peso de fogos construídos antes de 1919.

Para as cidades foi ainda feita uma leitura comparativa das dinâmicas de oferta (variação de alojamentos entre 81 e 91) e da procura (variação das famílias no mesmo período) neste domínio.

Esta abordagem deve complementar-se com a que decorre da leitura de cada cidade (por exemplo, através dos Planos Estratégicos e dos Planos Municipais de Ordenamento do Território), nomeadamente no que se refere a tendências de concentração no tecido urbano de áreas-problema neste campo ou da existência de políticas de intervenção.

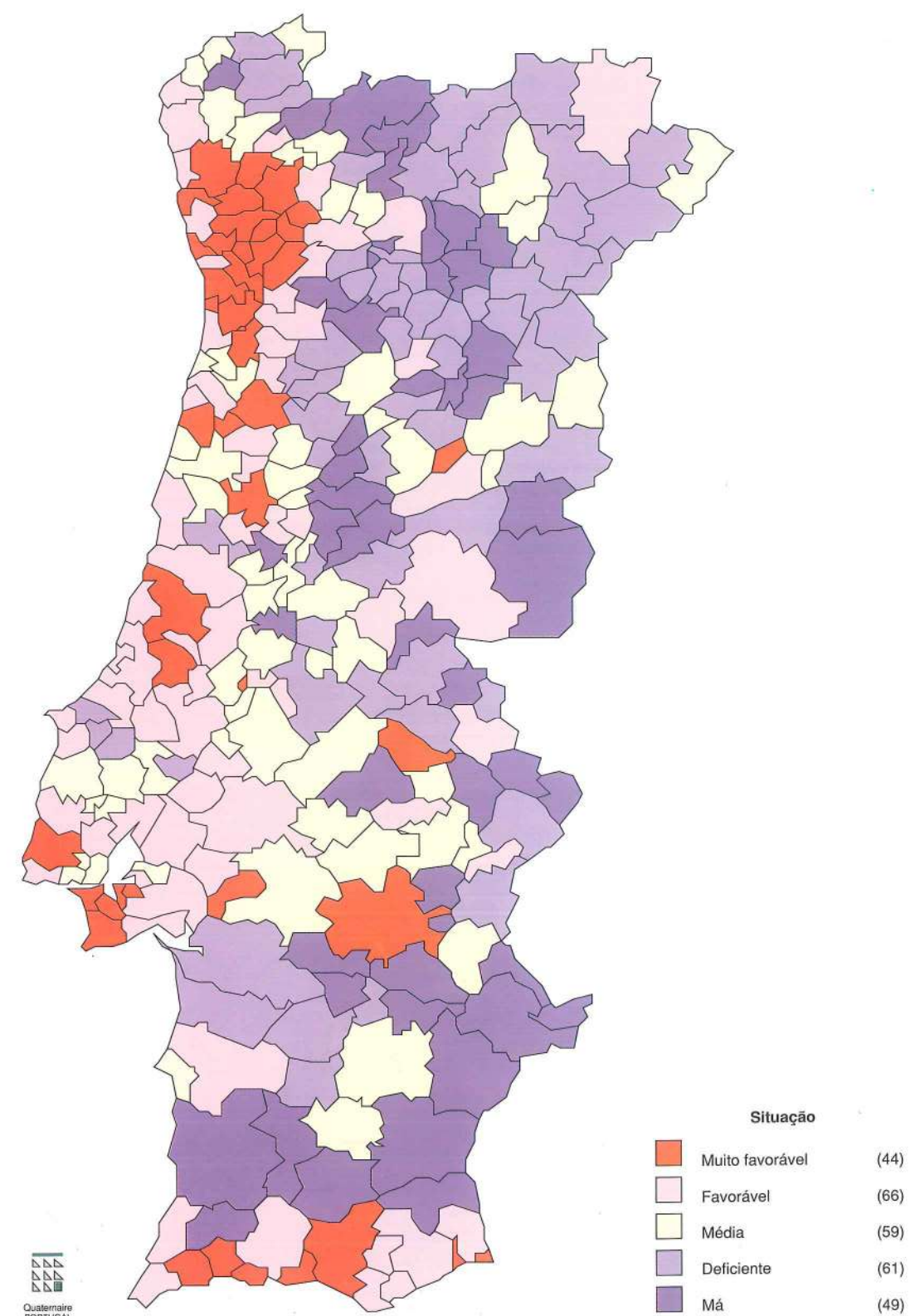
Quadro 7 Habitação: síntese da avaliação da situação

DINÂMICA POSITIVA DE FAMÍLIAS (Var. Fam. 81/91>0)					DINÂMICA NEGATIVA DE FAMÍLIAS (Var. Fam. 81/91<0)							
DINÂMICA DE ALOJAMENTOS POSITIVA (Var. aloj.-var. Fam.) BAIXA	Paços Ferreira				Santo Tirso				Covilhã	▼	♦	
	Elvas	○	■		Tavira	○	■	♦	Vendas Novas			
	Rio Maior	○			S. Cacém	○			Moura	○	■	
	Oliv. Azeméis				Amarante	○		▼	Tondela	●	▼	
	Lamego	●			Mirandela	●		▼	Pinhel	○	▼	
	Felgueiras				V. N. Ourém	○		▼			♦	
	Penafiel				Castelo Branco		■	▼				
	Beja	○		♦	Olhão	●	■					
	Peso Régua	●			Cartaxo	●	■					
	Santarém	○			Guimarães							
	Portalegre	○			Viseu	●		▼				
	Fafe			▼	Ovar	●	■					
	Barcelos				Braga							
	Alcobaça	○			Aveiro	○		♦				
	V. N. Famalicão				Torres Vedras		■					
	Mangualde	●		▼	Caldas da Rainha	○						
	O. Hospital	●	■		Tomar	●	■					
	Pombal			▼	Abrantes	●		♦				
	Torres Novas	○			Fundão	○	■	▼			♦	
	Paredes				Faro	●	■	♦				
	Évora				Cantanhede	○		▼				
	Almeirim	●		♦	Coimbra			♦				
	M. Canaveses				Guarda	●		▼			♦	
	Feira				Leiria			▼				
	Águeda				Ílhavo	○	■					
	Ponte de OSor*	●		♦	Viana do Castelo	○		▼				
	Vale Cambra*				Seia	●		▼				
* variação dos alojamentos												
DINÂMICA DE ALOJAMENTOS POSITIVA (Var. aloj.-var. Fam.) ALTA	Marinha Grande	○	■	▼	Vila Real	○		▼	Miranda do Douro	○	▼	
	Esposende	○	■	▼	Nazaré	○	■		Gouveia	●	▼	
	Entroncamento	○			Figueira da Foz	○	■	♦	V. R. S. António		♦	
	S. J. da Madeira			♦	Lagos	●	■	♦				
	Peniche	○	■	▼	Portimão	●	■					
	Silves	●	■		Loulé	○	■	♦				
	Bragança	○		▼	Albufeira	○	■	♦				
	Chaves	●		▼								
	DINÂMICA DE ALOJAMENTOS NEGATIVA (Var. aloj. 81/91<0)											
											Montemor-o-Novo	○
										Estremoz		

Áreas críticas (barracas e alojamentos s/instalações ou só com instalações básicas): Situação Relativa Média ○
Situação Relativa Má ●

Estruturas de ocupação de alojamentos familiares clássicas: Peso relativo elevado de alojamentos de uso sazonal ■
Peso relativo elevado de alojamentos c/ocupação ausente ▼
Peso relativo elevado de alojamentos vagos ♦

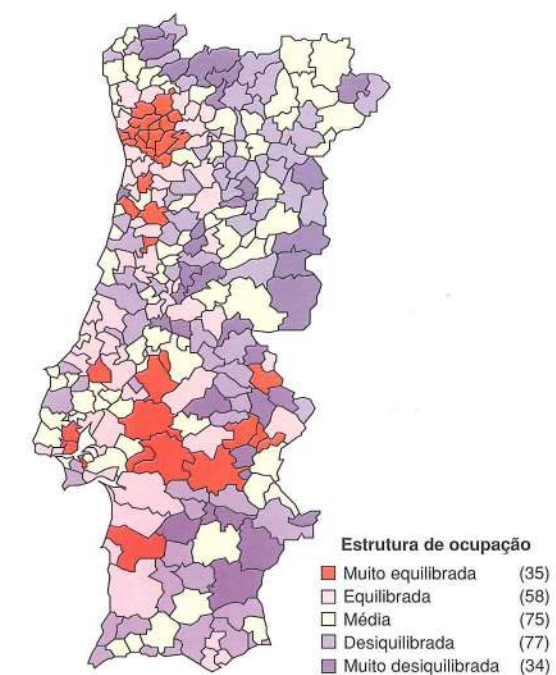
Mapa S12 Síntese do domínio habitação



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação dos Censos 81 e 91 e Anuários Estatísticos 1994, INE).

Mapa S13

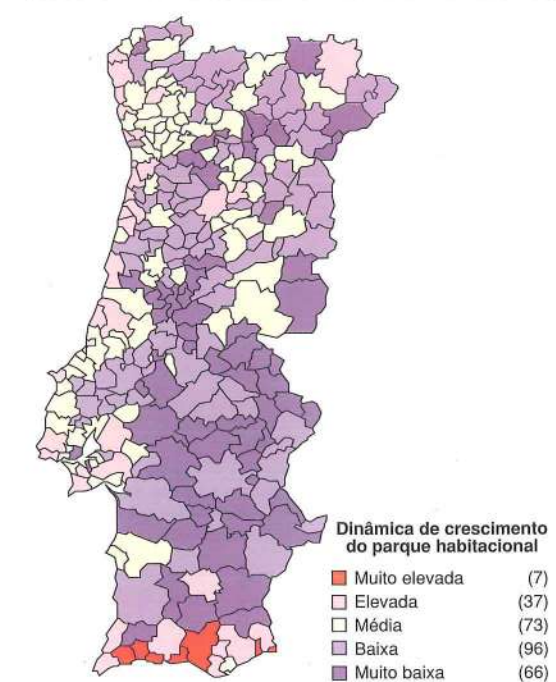
Síntese dos indicadores de estrutura
de ocupação do parque habitacional (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa S14

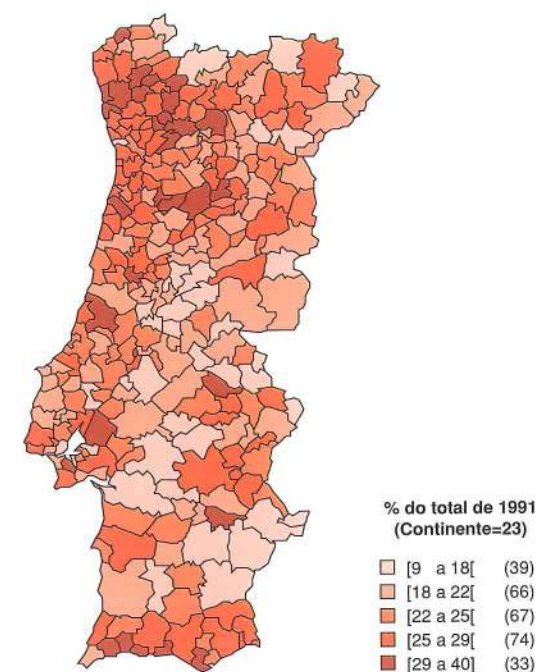
Síntese dos indicadores de dinâmica
do parque habitacional (1981-1991)



Fonte: Censos 81 e 91; Anuários Estatísticos 1994, INE.

Mapa I13

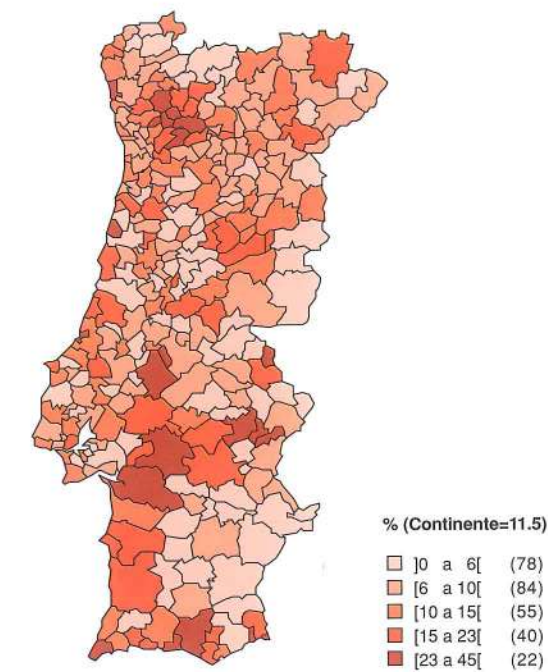
Alojamentos de residência habitual, em edifícios
construídos entre 1981-91, por concelho



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I14

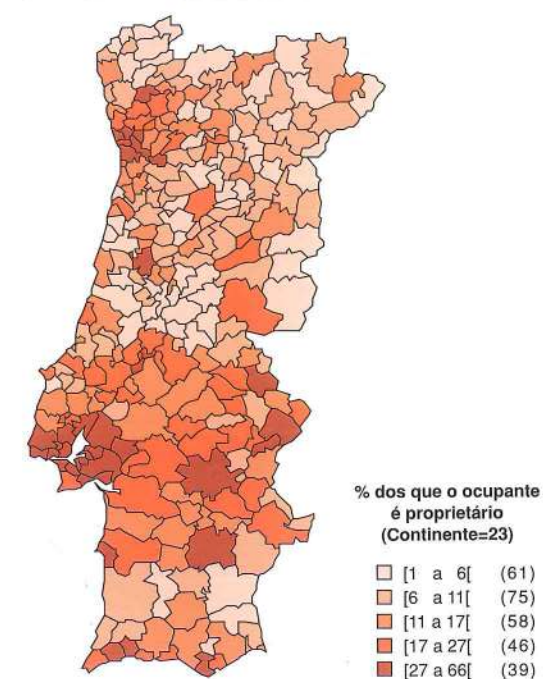
Alojamentos familiares clássicos arrendados,
por concelho (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I15

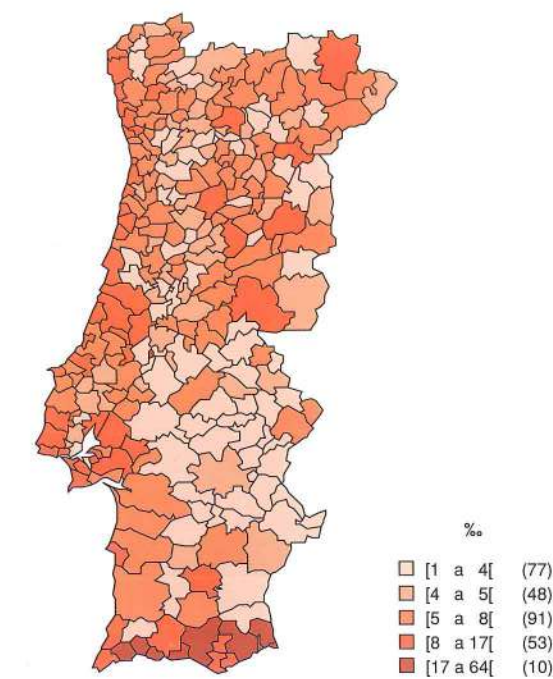
Alojamentos clássicos cujo ocupante é o proprietário
e mantém encargos de compra, por concelho (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I16

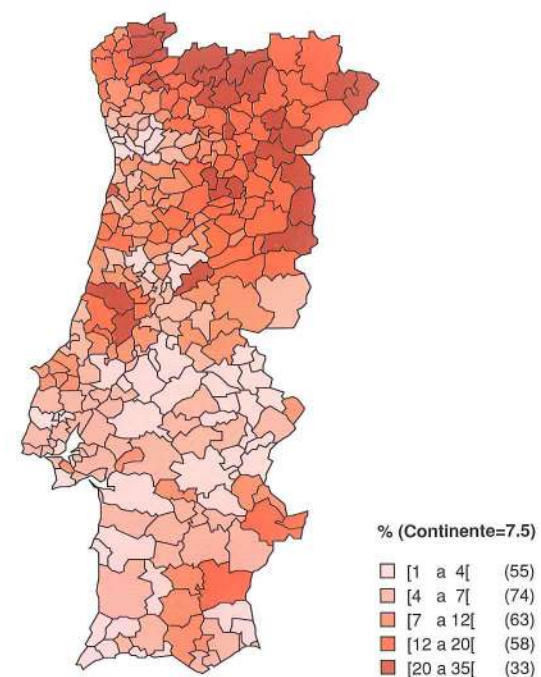
Fogos para habitação, por mil habitantes e por
concelho concluídos entre 1991-93



Fonte: Anuários Estatísticos, 94, INE.

Mapa I17

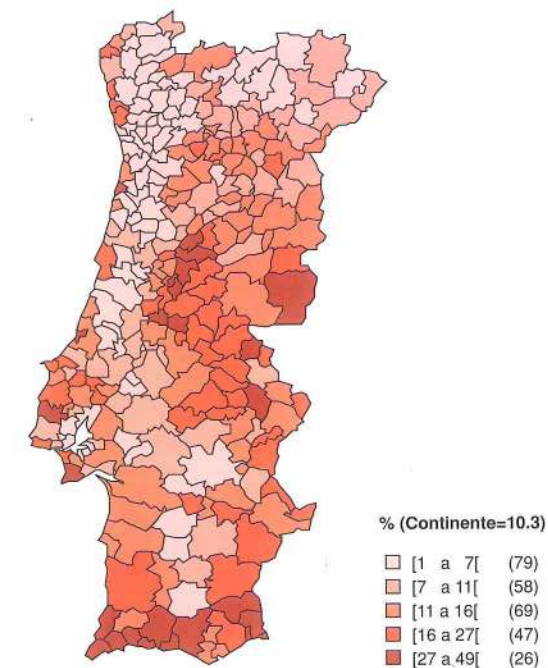
Alojamentos familiares clássicos cujo ocupante se encontra ausente, por concelho (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I18

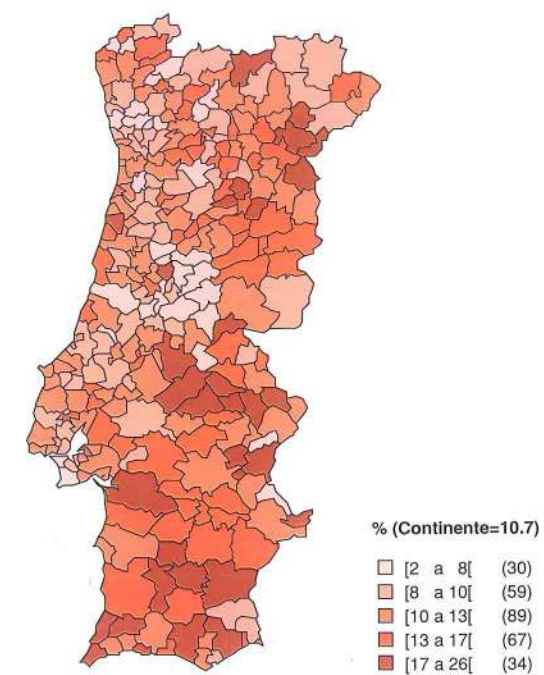
Alojamentos familiares clássicos de uso sazonal, por concelho (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I19

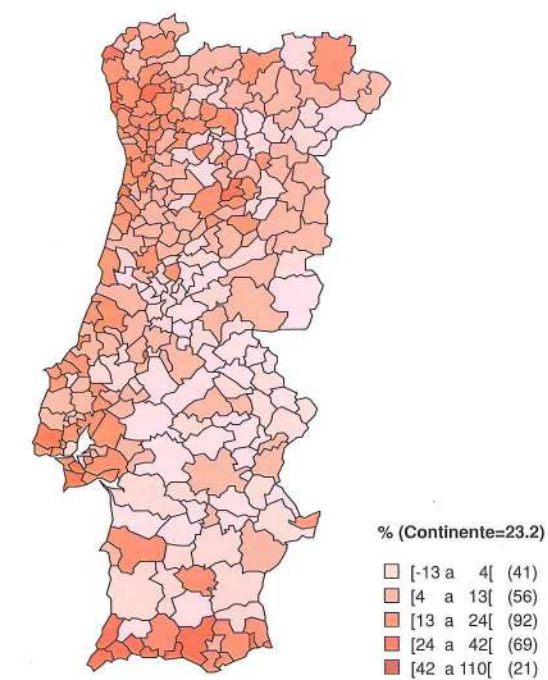
Alojamentos familiares clássicos vagos, por concelho (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

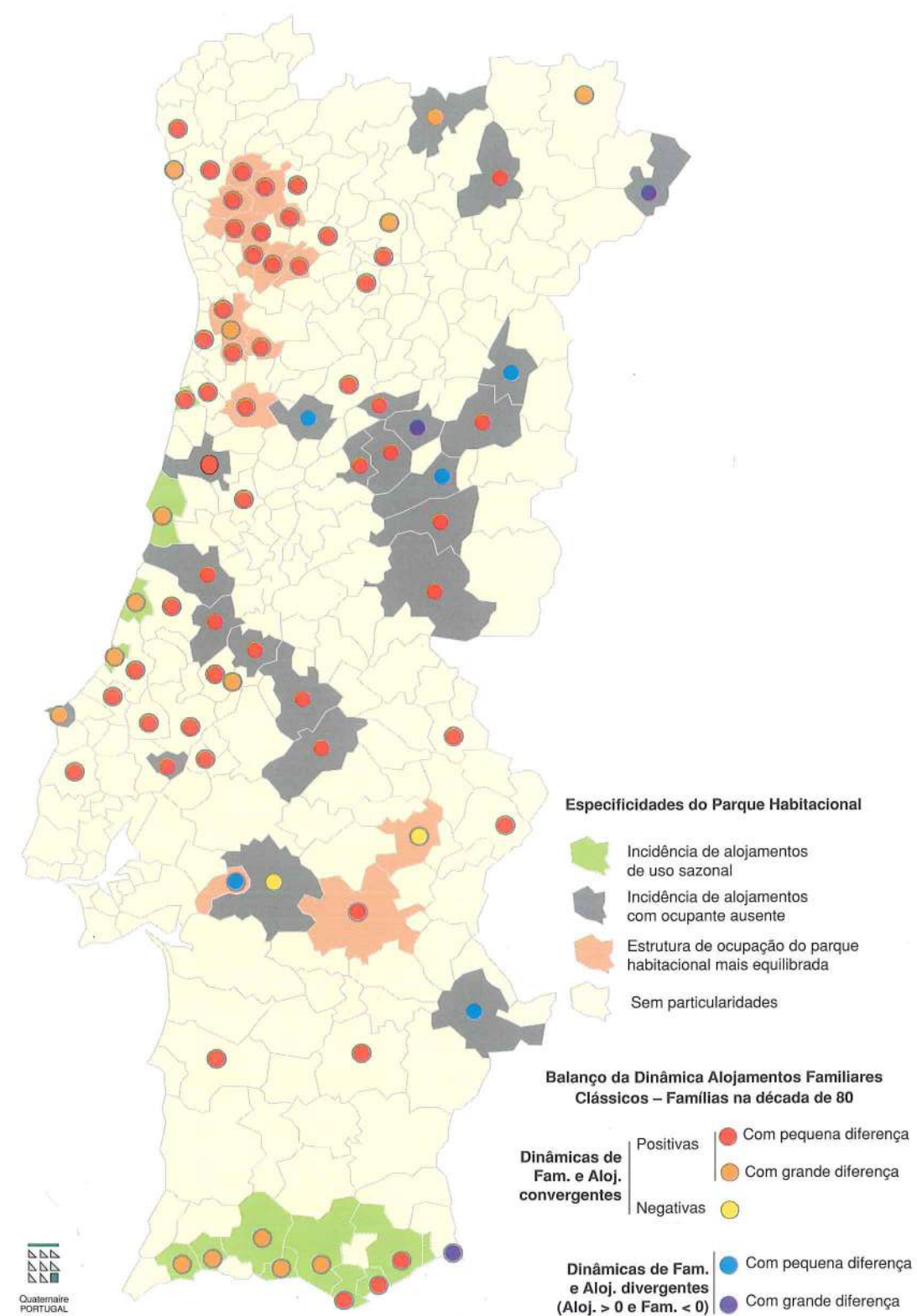
Mapa I20

Variação dos alojamentos familiares clássicos, por concelho (1991)



Fonte: Censos 81 e 91, INE.

Mapa S15 Síntese habitação: relação oferta-procura e estrutura de ocupação do parque habitacional



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Censos 81 e 91)

Os fenómenos de exclusão social⁸ estão relacionados com diversas vertentes da evolução mais recente da estrutura económica e social do País, e assumem configurações distintas, em função de características específicas que se manifestam e do modelo de organização das pessoas e das actividades nos seus territórios. As tendências de reestruturação dos sistemas produtivos no sentido de crescentes produtividades e graus de modernização tecnológica, os resultados da recessão económica mais recente, as tendências continuadas de concentração da população nos aglomerados que centralizam maiores oportunidades de emprego, de serviços e de consumos, a intensificação da urbanização e dos ritmos de vida urbana nos aglomerados de maior dimensão, constituem os factores mais significativos de marginalização e de exclusão de alguns grupos da população, designadamente os mais fragilizados.

Dentro desta matéria, foram consideradas algumas problemáticas, as quais se demonstram importantes pela expressão que apresentam no território nacional e pelo efeito que podem ou possam vir a ter no quadro da consolidação e da afirmação dos centros urbanos no contexto do Sistema Urbano Nacional.

A evolução demográfica tem acentuado um desequilíbrio entre as zonas tradicionalmente caracterizadas por estruturas económicas ligadas à agricultura e por modelos de organização sócio-cultural de cariz rural, e as zonas mais desenvolvidas, localizadas ao longo das faixas litorais, que concentram a maioria das actividades industriais e de serviços e as grandes concentrações urbanas. Esta tendência tem vindo a agravar os problemas do envelhecimento e isolamento da população nas zonas rurais e interiores, afectadas por uma forte regressão demográfica. A problemática dos idosos torna-se, pois, uma das componentes indispensáveis da política de ordenamento do território.

Os efeitos da concentração populacional, quer nos grandes aglomerados urbanos do litoral, quer nos centros urbanos locais e regionais de maior dimensão, têm-se feito também sentir, sobretudo no primeiro caso, nas condições de habitabilidade dos sectores da população economicamente mais débeis. A exclusão social derivada de situações de habitação marginais e da incapacidade de alguns estratos da população em aceder ao mercado de oferta privada de habitação, é acompanhada, em geral, por um conjunto de outros fenómenos de exclusão urbana. Os problemas habitacionais constituem, igualmente, uma componente importante no quadro das políticas de ordenamento urbano e territorial, no sentido em que a eles estão associados custos colectivos de concentração muito significativos.

A distribuição espacial das actividades económicas é também, em si, um factor indutor de desequilíbrios territoriais, no sentido em que contribui para o agravamento de fenómenos de exclusão social, derivados de situações mais ou menos acentuadas de desemprego ou de inexistência de oportunidades de emprego para os jovens ou para a população activa desempregada, ou de desajustamentos entre os empregos existentes e as qualificações profissionais disponíveis.

As situações de exclusão económica derivadas de fenómenos de localização diferenciada de

8. Nota Metodológica global no final deste capítulo.

actividades económicas no território nacional têm sido agravadas pela situação de recessão internacional e, ainda, pelas mutações em curso nos tecidos produtivo e empresarial, no sentido do reforço da competitividade das empresas em espaços mais alargados, processos que se afiguram particularmente exigentes em matéria de capacidade empresarial e de recursos humanos qualificados, portanto potencialmente excludores de grupos sociais e profissionais menos capacitados.

Esta evolução das estruturas económicas, regionais e nacionais, cada vez mais dependente dos processos de internacionalização e globalização económica, acentua, por outro lado, os desequilíbrios dentro do território nacional, na medida em que, ao reforçar as assimetrias regionais no País, induz o processo de concentração da população jovem e da população activa qualificada nas zonas urbanas de maior dimensão e nalgumas áreas do litoral.

Os problemas de exclusão de jovens estão, em geral, relacionados e associados aos problemas de exclusão social e económica em sentido global. A inserção dos jovens no mercado de trabalho está condicionada territorialmente, designadamente pela oferta de oportunidades de formação e de emprego. Para além disso, a entrada precoce no mercado do trabalho é um fenómeno importante em Portugal, com expressão em certas áreas caracterizadas por tecidos produtivos e empresariais específicos, que por sua vez são acompanhados por modelos sócio-culturais e de organização urbana também específicos.

1. Exclusão social de idosos

O envelhecimento da população e a exclusão dos idosos: problemas agravados nas zonas em regressão demográfica

O fenómeno do envelhecimento da população faz-se sentir com maior intensidade nas áreas do interior, associado a tendências de regressão demográfica e à manutenção de uma estrutura económica em que a agricultura continua a ocupar uma percentagem muito significativa da população activa.

Associados ao problema de intensificação do envelhecimento da população, registam-se, em geral, fenómenos de isolamento social de idosos, traduzido por um índice muito elevado de famílias constituídas só por um adulto com mais de 64 anos e de elevada dependência nos rendimentos da população residente, face às pensões por velhice. Estas situações verificam-se principalmente em toda a faixa fronteiriça de Norte a Sul do País, com grande intensidade nas regiões fronteiriças do Vale do Douro e da Raia Central, na zona central envolvente ao maciço montanhoso da Serra da Estrela, entre as cidades de Coimbra, Guarda, Castelo Branco, Évora e Abrantes e na zona do Baixo Alentejo e Algarve Interior.

Enquanto para o Continente a percentagem de famílias constituídas só por um adulto com mais de 64 anos em relação ao total de famílias clássicas não ultrapassa os 7,7%, nas zonas referidas ela varia em geral entre os 9% e os 20%.

As cidades que se encontram mais afectadas por problemas de isolamento social de idosos são Pinhel, Fundão e Gouveia, com percentagens de famílias constituídas só por um adulto com mais de 64 anos em relação ao total de famílias clássicas entre os 14% e os 20%. As cidades de Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Portalegre, Vila Nova de Ourém, Tomar e Abrantes, não apresentando valores tão elevados, estão inseridas em territórios de proximidade, onde a incidência deste fenómeno é bastante aguda.

É igualmente nas áreas envolventes próximas das cidades de Fundão, Castelo Branco, Vila Nova de Ourém, Tomar e Abrantes, Portalegre e Beja, que o índice de pensionistas por população residente activa empregada no concelho é superior, atingindo, em geral, 1240 a 1920 pensionistas por 1000 residentes activos empregados.

Dentro do espaço interior do território nacional, apenas algumas cidades apresentam valores do índice referido, próximos dos da zona litoral, inferiores a 670 pensionistas por 1000 residentes activos empregados, que são Vila Real, Lamego, Viseu e Évora.

De notar que, se a situação de intensidade de população idosa é manifestamente maior nas zonas do Interior, é também nestas zonas, mas principalmente no interior Centro e Alentejano, que se encontram taxas mais elevadas de cobertura de equipamentos dirigidos a este grupo etário da população. Pelo contrário, as zonas do litoral encontram-se em geral muito mal servidas no que respeita à taxa de cobertura de equipamentos dirigidos a idosos, designadamente o litoral Norte, áreas do Entre Douro e Vouga e Baixo Vouga, zona litoral a Norte da Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve. Relativamente às cidades com baixas taxas de cobertura de equipamentos, as situações mais problemáticas referem-se a Santarém, Rio Maior, Caldas da Rainha, Nazaré e Peniche, Silves e Loulé e Peso da Régua, dado que nestas cidades são elevados ou significativos os fenómenos de isolamento de idosos e de dependência face ao rendimento das pensões.

Em termos de síntese, é possível apresentar os seguintes tipos de situações das cidades face ao problema da exclusão de idosos:

- Cidades com intensidade muito forte dos problemas de isolamento de idosos e de dependência face ao rendimento das pensões, mas com taxas de cobertura de equipamentos dirigidos à terceira idade satisfatórias ou boas.

Estas cidades localizam-se em zonas de regressão demográfica forte ou significativa e com estruturas etárias da população envelhecidas. Elas concentram-se principalmente no Centro Interior e no Alentejo, apresentando percentagens de famílias constituídas por uma só pessoa com mais de 64 anos superiores a 9,6%, e um número de pensionistas por 1000 residentes activos com emprego superior a 713, à excepção de Évora, com valores respectivamente de 9,1% e de 554 por 1000.

No que respeita ao Norte Interior, a situação é igualmente problemática, registando-se as situações de maior gravidade em Bragança e Miranda do Douro, apresentando as cidades de Vila Real e Lamego situações menos negativas, idênticas à registada em Évora.

- Cidades com intensidade forte dos problemas de isolamento de idosos e de dependência face ao rendimento das pensões, associadas, em certos casos, a taxas mais baixas de cobertura de equipamentos dirigidos à terceira idade.

Este tipo de problemas verifica-se principalmente nas cidades localizadas na faixa litoral a Norte da Área Metropolitana de Lisboa e na faixa litoral do Algarve, cidades em que o fenómeno de envelhecimento da população não é acentuado, embora no caso do Algarve as áreas envolventes a algumas dessas cidades manifestem fortes problemas de envelhecimento e de regressão demográfica.

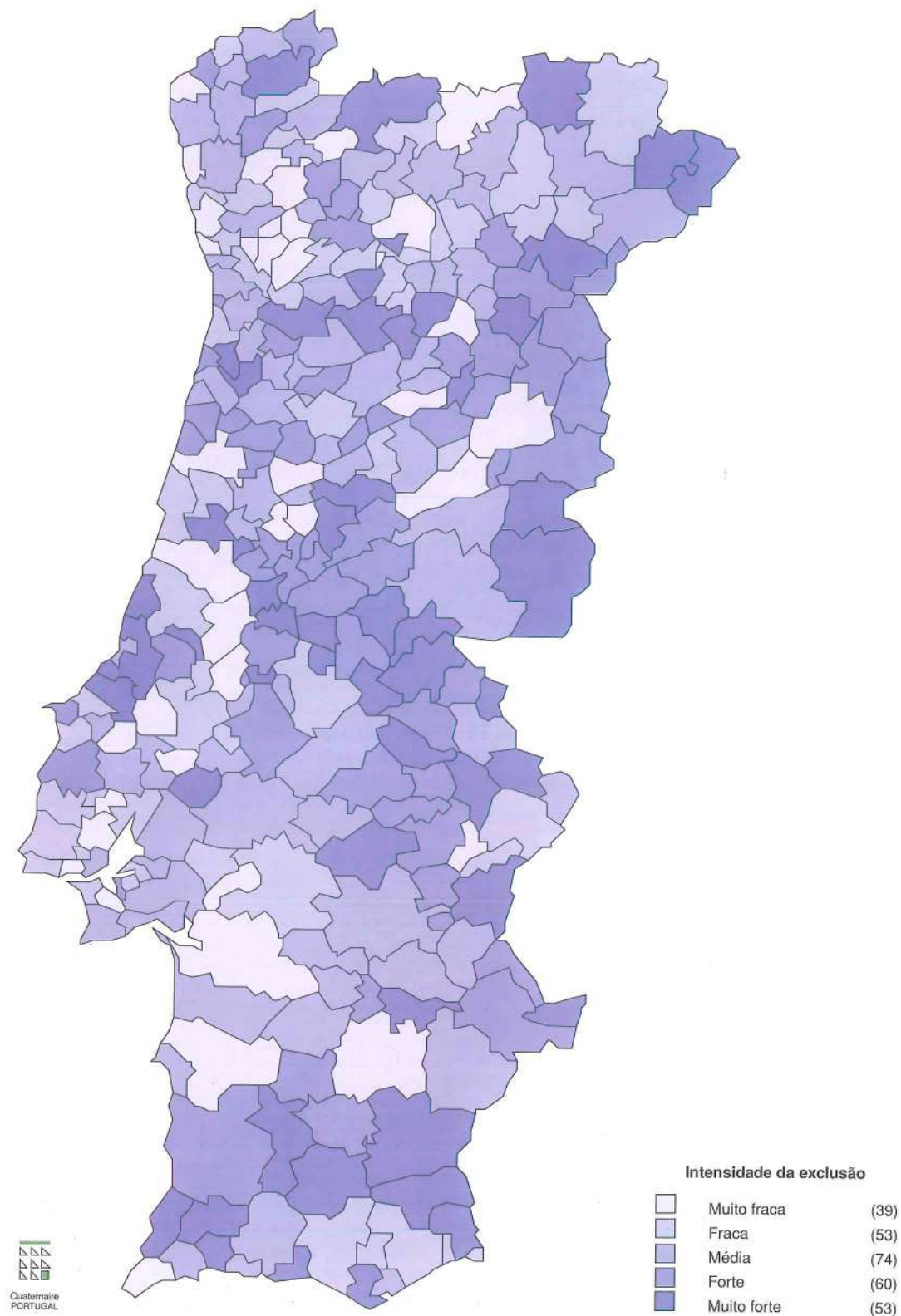
Neste grupo de cidades, os valores da percentagem de famílias, constituídas por uma só pessoa com mais de 65 anos, variam entre 6,6% e 9,6 % e, relativamente ao índice de pensionistas por 1000 residentes activos empregues, a variação faz-se entre 611 e 701.

- Cidades em que os problemas de isolamento de idosos e de dependência face ao rendimento das pensões não são significativos, verificando-se, em certos casos, a presença das taxas mais baixas de cobertura de equipamentos, dirigidos à terceira idade.

Das cidades localizadas na faixa Norte e Centro Litoral, Coimbra, Viana do Castelo, Braga e a maioria das cidades do Vale do Sousa apresentam taxas médias ou boas de cobertura de equipamentos, dirigidos à terceira idade.

Relativamente às restantes cidades, a cobertura em termos de rede de equipamentos é em geral má, distinguindo-se a situação das cidades do Entre Douro e Vouga e de Aveiro e Águeda das restantes, pelo facto de as suas áreas envolventes apresentarem situações agravadas de exclusão de idosos.

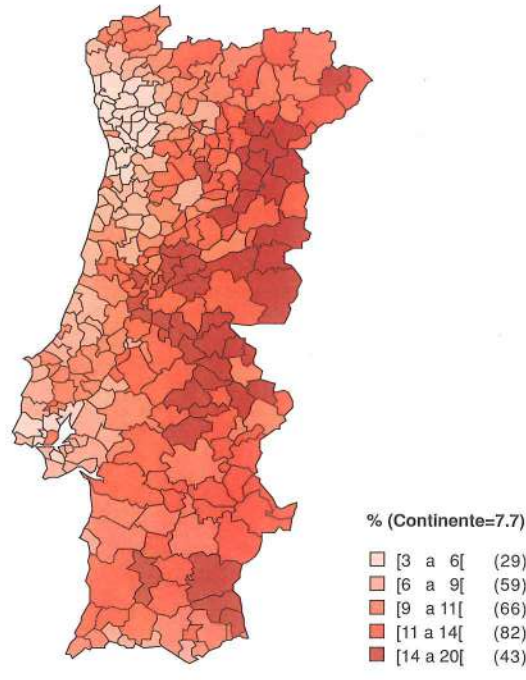
Mapa S16 Síntese do domínio "exclusão social" (idosos)



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação Censos 91, INE e DGAS, 1994).

Mapa I21

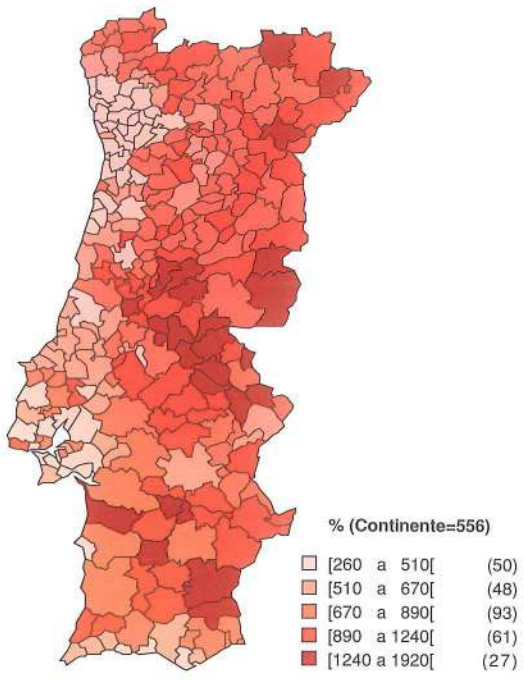
Peso das famílias constituídas só por um adulto com mais de 64 anos, no total de famílias clássicas, por concelho (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I22

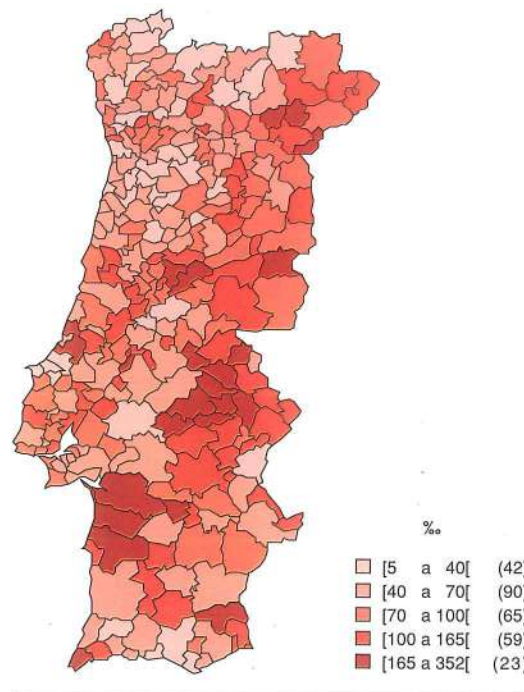
Pensionistas por mil residentes activos empregados, por concelho (1993)



Fonte: Anuários Estatísticos, INE, 1994.

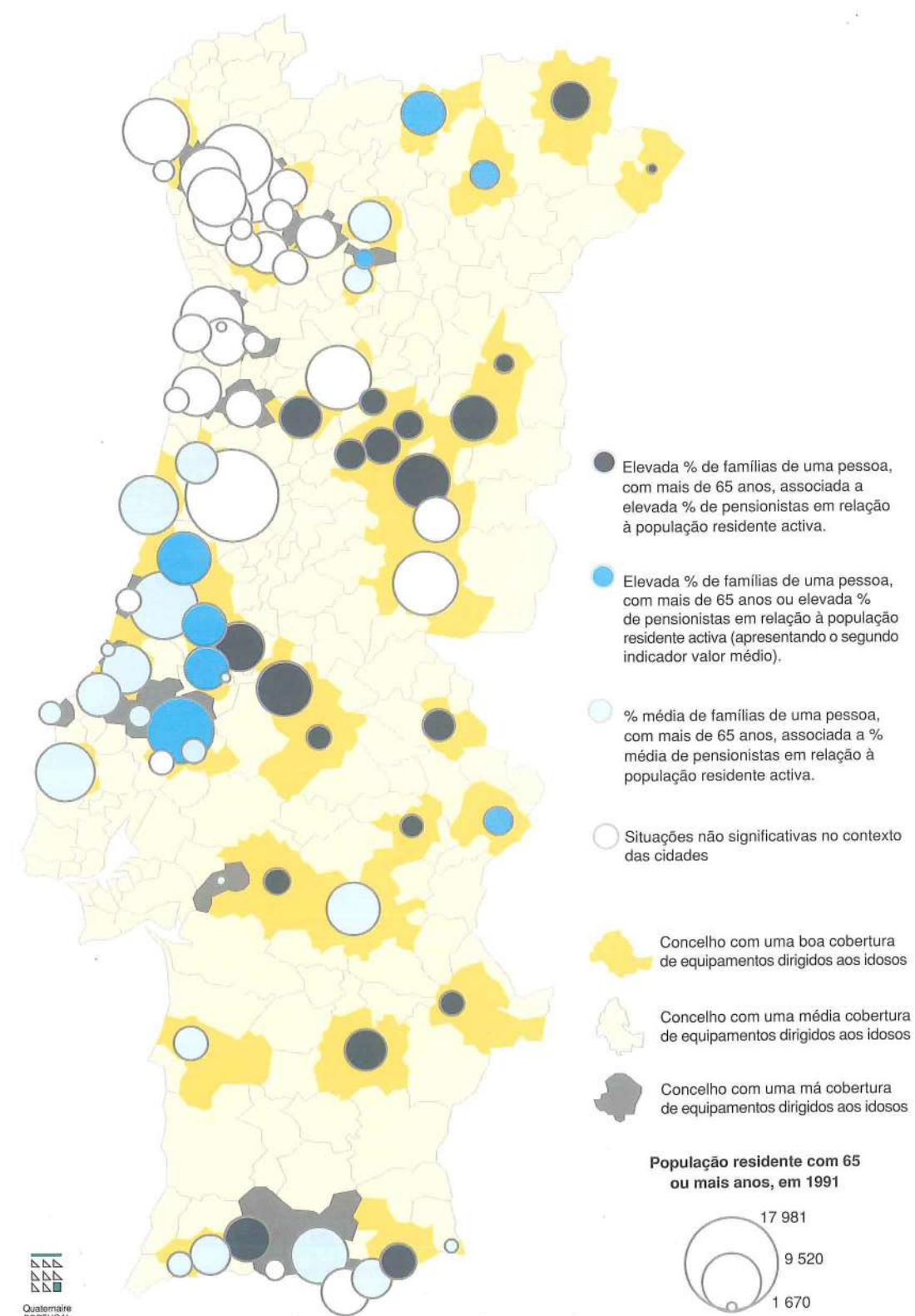
Mapa I23

Capacidade dos equipamentos dirigidos à população com mais de 65 anos, por mil residentes deste grupo etário, por concelho (1994)



Fonte: DGAS, 1994.

Mapa S17 Síntese exclusão social/idosos



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Censos 91).

Quadro 8 Síntese da avaliação da “exclusão de idosos”

CIDADES COM PROBLEMAS E EXCLUSÃO DE IDOSOS	REDE DE EQUIPAMENTOS DIRIGIDOS AOS IDOSOS		
	BOA	MÉDIA	MÁ
Percentagem elevada de famílias constituídas por uma pessoa idosa no total de famílias clássicas (entre 9,6% e 14,7%) e percentagem elevada de pensionistas no total da população residente activa empregada (entre 7‰ e 10,7‰)	Gouveia	Mangualde	Tomar
	O. do Hospital	Tondela	Silves
	Bragança	Seia	
	M. Douro	Abrantes	
	Guarda	Pinhel	
	Castelo Branco	Ponte de Sor	
	Covilhã	Montemor-o-Novo	
	Fundão	Moura	
	Portalegre	Tavira	
	Estremoz		
	Beja		
		Pombal	Peso da Régua
		Chaves	
		Mirandela	
Percentagem elevada de famílias constituídas por uma pessoa idosa no total de famílias clássicas (entre 9,6% e 14,7%) e percentagem média de pensionistas no total da população residente activa empregada (entre 5,1‰ e 6,7‰)	Vila Nova de Ourém	Torres Novas	Santarém
	Elvas		
Percentagem média de famílias constituídas por uma pessoa idosa no total de famílias clássicas (entre 6,6% e 9,6%) e percentagem média de pensionistas no total da população residente activa empregada (entre 5,1‰ e 6,7‰)	Alcobaça	Cantanhede	Caldas da Rainha
	Lamego	Figueira da Foz	Nazaré
	Entroncamento	Torres Vedras	Peniche
	Évora	Vila Real	Rio Maior
	Santiago do Cacém	Almeirim	Vendas Novas
	Lagos	Portimão	Loulé
	V. R. de Sto. António	Olhão	

2. Exclusão social de jovens

A entrada precoce no mercado de trabalho e a difícil inserção na vida activa são problemas graves, que contribuem para a exclusão social dos jovens numa parte significativa do território nacional

Os fenómenos de exclusão social da juventude foram fundamentalmente avaliados no que respeita à sua relação com o mercado de trabalho. Não obstante se considerar extremamente importante a avaliação de outras questões de desinserção e marginalização relacionadas com a juventude, designadamente no quadro da avaliação das dinâmicas urbanas, a indisponibilidade de informação sistematizada sobre problemas como a toxicodependência, a criminalidade juvenil, etc., não permitiram uma avaliação mais complexa dos problemas da juventude.

Os dois fenómenos tratados, embora partindo de um único indicador para cada, são o da entrada precoce no mercado de trabalho e o da inserção de jovens na vida activa. Em termos territoriais, o primeiro fenómeno tem uma incidência bastante circunscrita à zona litoral Norte, entre as NUT's do Entre Douro e Vouga e do Alto Minho, atingindo para o interior toda a área envolvente ao eixo Vila Real, Peso da Régua, Lamego, área de transição entre o litoral Atlântico

Norte e o interior Transmontano. A percentagem de população residente, com menos de 15 anos e com actividade económica é, no Continente de 0,8%, atingindo, nas áreas referidas, valores concelhios que se situam entre os 2% e os 4%.

Este fenómeno da entrada precoce no mercado de trabalho está, principalmente, associado a um modelo sócio-produtivo industrializado característico do Norte Litoral e estende-se pelas zonas de povoamento e de modelo de localização industrial difusos ou por zonas rurais com incidência de alguma industrialização difusa, como acontece na faixa a Sul do Douro entre Arouca, Moimenta da Beira, Sernancelhe e nas áreas interiores do Alto Minho.

A entrada precoce no mercado de trabalho está associada, em geral, a sectores das indústrias tradicionais, de mão-de-obra intensiva, alicerçados, predominantemente, numa lógica de competitividade/preço (como é o caso dos têxteis e vestuário, do calçado e das cortiças), em tecidos empresariais nos quais assumem um peso muito significativo as estruturas empresariais familiares, e em que se fizeram sentir, com grande intensidade, situações de trabalho precário. Trata-se de um fenómeno que traz associado, em geral, taxas muito elevadas de insucesso e abandono escolar, em zonas onde os valores culturais tradicionais têm vindo a transformar-se por efeito de processos de metropolitanização progressiva, com o consequente surgimento de situações de suburbanização muito acentuadas.

No que respeita à problemática da inserção dos jovens na vida activa, avaliou-se a incidência do fenómeno da população desempregada à procura de primeiro emprego dentro do grupo etário da população residente entre os 15 e os 24 anos. Os dados disponíveis de suporte à presente análise são de 1991, pelo que, e de acordo com tendências recentes conhecidas, a situação seguidamente descrita estará hoje agravada. Trata-se de um fenómeno que se alastra com um significado importante por toda a zona interior do território e que se agrava, principalmente, em zonas com industrialização fraca ou inexistente. A percentagem referida assume para o Continente o valor de 4,6%, enquanto nos concelhos do interior varia entre os 4 e os 47% (situa-se entre os 8% e os 12 % em cerca de 45 concelhos e entre os 12% e os 47% em cerca de 13 concelhos).

As situações mais graves localizam-se no Baixo Alentejo, na cidade de Beja e seu território de proximidade, na área envolvente a Norte de Ponte de Sor, Abrantes e Tomar, entre Portalegre e Pombal, no Vale do Douro, incluindo as cidades de Peso da Régua e Lamego, e ainda Douro Superior e Terra Quente, incluindo a cidade de Mirandela.

O relacionamento destes dois fenómenos com um indicador da dinâmica de associativismo de jovens, o número de associações inscritas no Registo Nacional de Associações Juvenis, permite, em parte, completar a avaliação do problema da exclusão da juventude, quer para o território nacional, quer para as cidades.

As cidades que apresentam situações mais problemáticas, porque nelas coexistem com alguma intensidade as situações de jovens à procura do 1º emprego e de população residente com menos de 15 anos e com actividade económica, estendem-se ao longo da faixa de transição entre o Litoral e o Interior, nas regiões do Norte e do Centro, incluindo as cidades de Chaves, Peso da

Régua, Lamego, com valores mais elevados, seguidos de Viseu e Tondela. Para qualquer uma destas cidades, as percentagens de população residente com menos de 15 anos e com actividade económica, e da população desempregada à procura do primeiro emprego no total de população residente com idade entre os 15 e 24 anos, atingem valores superiores aos do Continente.

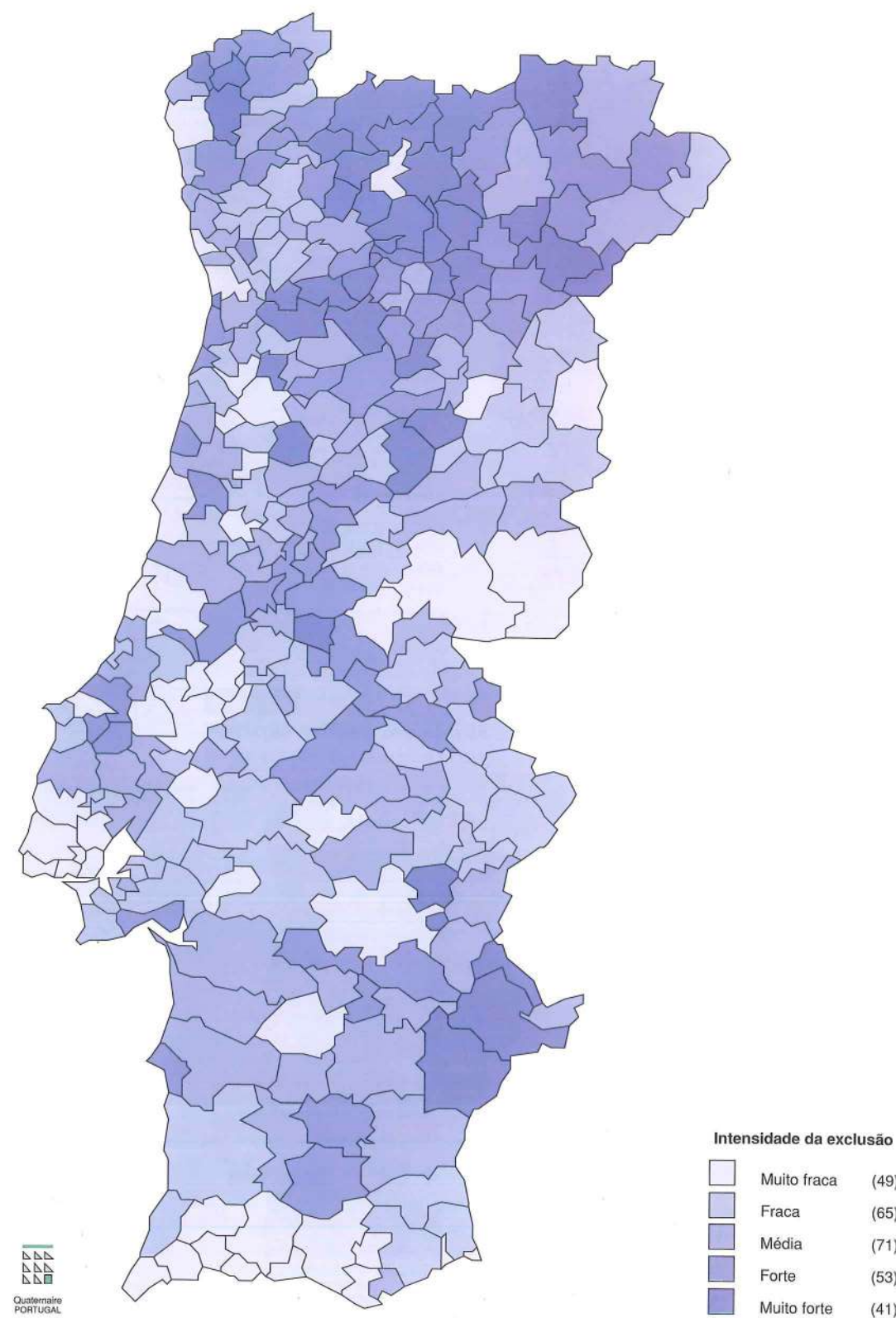
No entanto, avaliando cada um dos fenómenos isoladamente, evidenciam-se outros comportamento relevantes. Relativamente à questão da entrada precoce no mercado de trabalho, as cidades de Esposende, Barcelos, Fafe, Paços de Ferreira, Felgueiras, Paredes, Penafiel, Marco de Canavezes e Amarante apresentam os valores mais elevados da percentagem de população residente com menos de 15 anos e com actividade económica, situando-se entre os 2,2% e os 3,2%. O facto de a incidência deste fenómeno se fazer sobretudo nesta zona do Norte Litoral, repercute-se a nível do seu significado nacional, na medida em que é exactamente nesta área que a população jovem atinge dimensões mais significativas.

Por seu lado, o problema da difícil inserção dos jovens na vida activa, sem se manifestar associado à entrada precoce dos jovens no mercado de trabalho, atinge maior significado nas cidades do interior Norte e do Alentejo, casos de Bragança, Mirandela e Vila Real, Portalegre, Estremoz, Santiago do Cacém, Beja, Moura e Vendas Novas, com valores da percentagem de população desempregada à procura do primeiro emprego no total da população residente com idade entre os 15 e os 24 anos, que se situam entre os 7% e os 11,8%. Para além disso, verifica-se que em certas cidades onde é significativo o tecido industrial, por condições de recessão económica e/ou sectorial, este mesmo fenómeno assume proporções significativas, incluindo-se nesta situação os casos de Seia, Gouveia, Ponte de Sor, Abrantes, Tomar, Entroncamento e Figueira da Foz.

Embora com incidência menor, as dificuldades de inserção dos jovens na vida activa são também existentes nos casos das cidades de Coimbra, Évora, Covilhã e Castelo Branco, embora ofereçam condições de ensino de nível superior à sua população jovem. É, no entanto, de salientar que o mesmo problema se coloca em realidades urbanas distintas, quer em termos de dimensão demográfica (caso de Coimbra com mais de 80000 habitantes), quer em termos de estruturas sócio-produtivas (Coimbra e Évora com uma forte incidência de serviços de natureza pública e Covilhã e Castelo Branco com um tecido industrial significativo).

As cidades do Algarve e da zona oeste a Norte da Área Metropolitana de Lisboa são as relativamente menos afectadas por estes problemas de exclusão da juventude. Para além disso, é fundamentalmente no Algarve e no Alentejo que se fazem sentir dinâmicas mais fortes de associativismo de base juvenil, com visibilidade em termos institucionais.

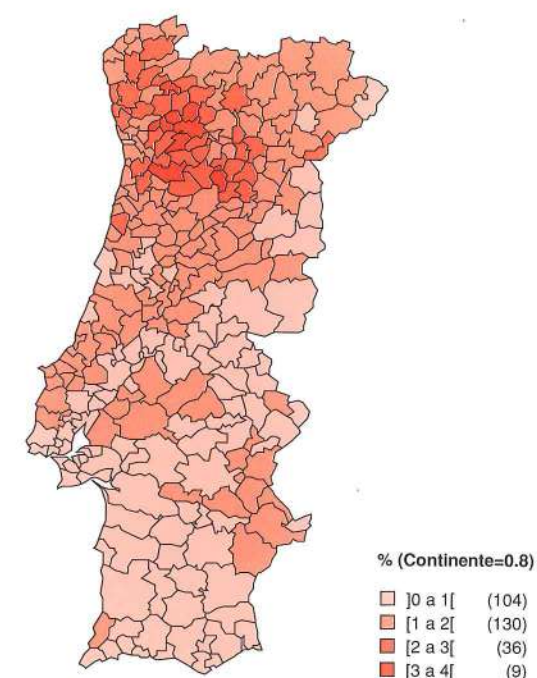
Mapa S18 Síntese parcial do domínio "exclusão social" (juventude)



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação dos Censos 91, INE e do IPJ, 1996).

Mapa I24

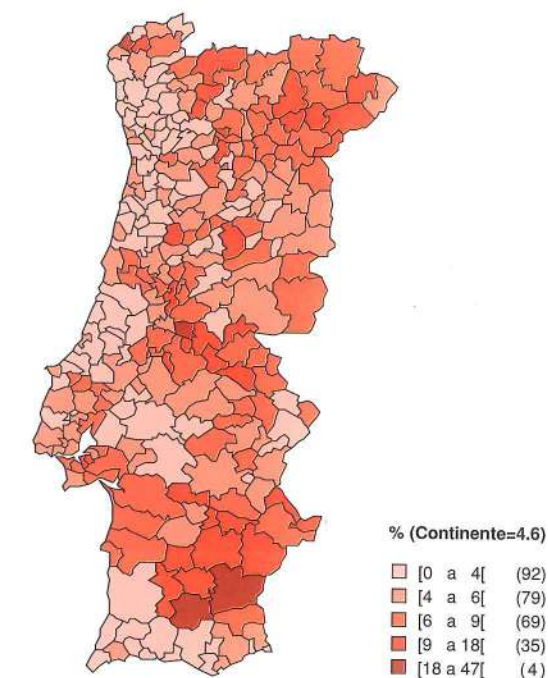
Peso da população residente com menos de 15 anos e com actividade económica no total da população com actividade económica, por concelho (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I25

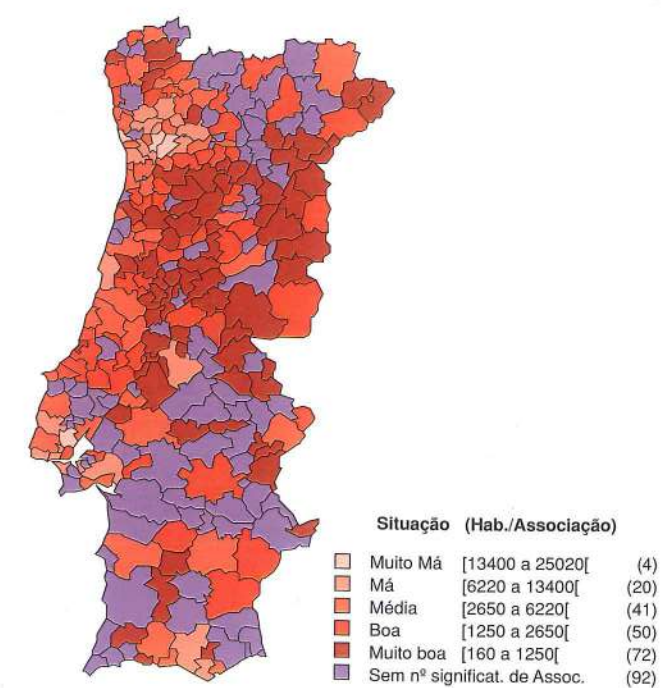
Peso dos desempregados à procura do primeiro emprego na população residente da classe da classe etária 15-24, por concelho (1991)



Fonte: Quartenaire Portugal, Censos 91 e INE.

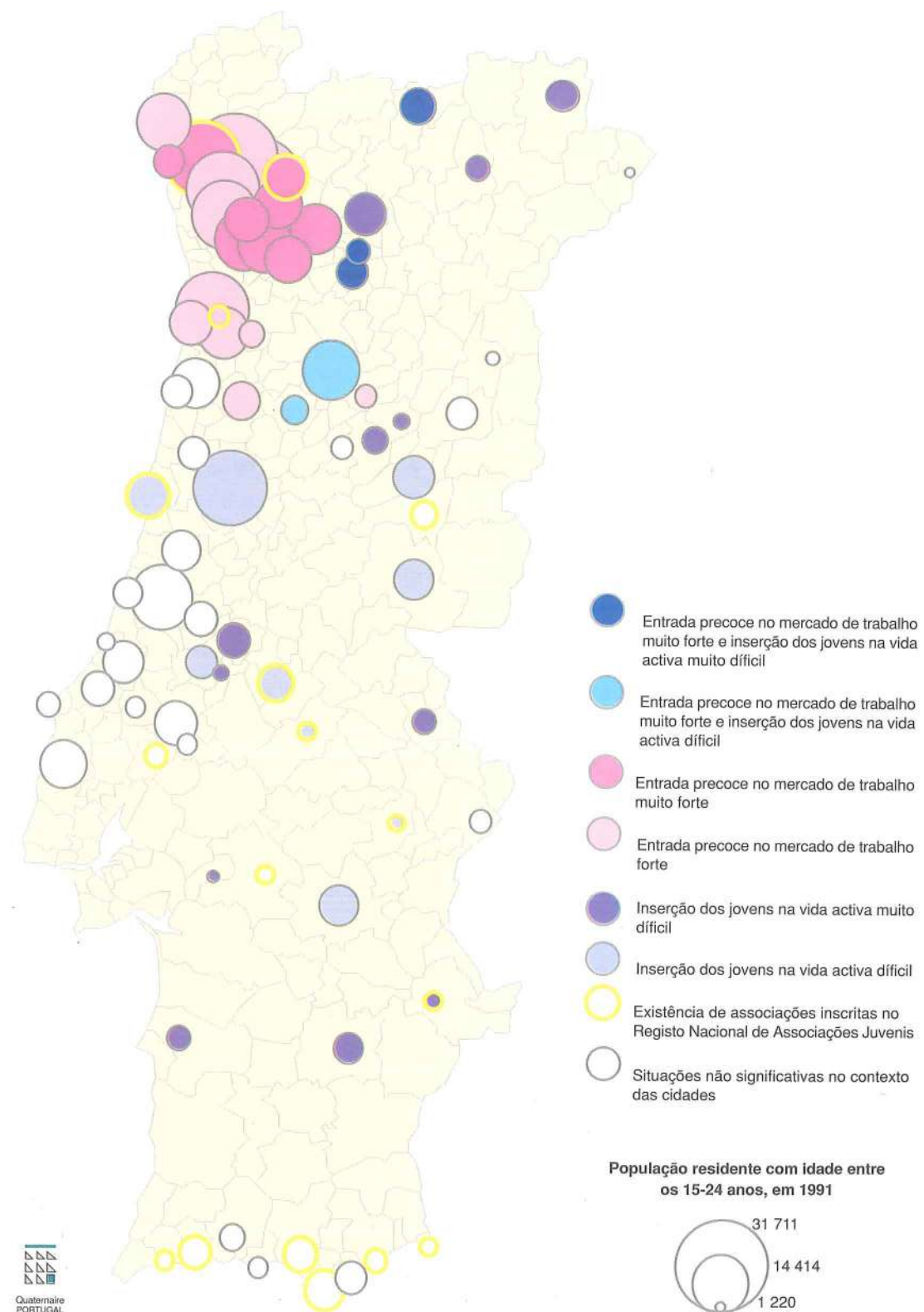
Mapa I26

População residente com 15 a 24 anos por Associação de Juventude, por concelho (1995)



Fonte: Instituto Português da Juventude, 1996.

Mapa S19 Síntese exclusão social/juventude



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Censos 91).

3. Exclusão social face ao mercado de trabalho

As cidades são afectadas de forma desigual pelo problema do desemprego

O desemprego, que constitui actualmente um factor fundamental da exclusão sócio-económica das populações, tem-se agravado nos últimos anos, afectando nomeadamente as zonas de estrutura económica e empresarial mais tradicional do País. Estão nesta situação, designadamente, as áreas do Norte Litoral e a Zona Raiana Central, cujos modelos de industrialização muito especializados em sectores tradicionais como os têxteis, o calçado, as madeiras ou as cortiças, mais dificilmente têm conseguido reagir às novas exigências da globalização dos mercados e da competitividade internacional.

As áreas do território que apresentam problemas de desemprego com maior intensidade localizam-se no Norte e Centro, principalmente nas zonas do litoral ou de transição para o interior, designadamente o Norte litoral, incluindo a Área Metropolitana do Porto e a área envolvente que se estende a Norte até à região do Alto Tâmega, e ainda a área envolvente às cidades da Figueira da Foz e de Coimbra, no litoral Centro. A situação é igualmente muito problemática no que respeita à questão do desemprego no Médio Tejo, na Área Metropolitana de Lisboa, no Alentejo e em todo o Algarve. No Interior Norte e Centro do País, apesar de algumas situações pontuais concelhias mais graves, o panorama é de facto menos problemático.

A situação analisada, uma vez que se refere ao ano de 1991 (não se encontrando disponíveis dados mais recentes sobre desemprego), está actualmente agravada, sobretudo em zonas de industrialização difusa e tradicional, em virtude dos efeitos que a recessão económica recente e o processo de ajustamento estrutural da nossa economia tem vindo a produzir.

A distribuição territorial do desemprego integra, no entanto, duas componentes diferentes, que condicionam o quadro geral:

- a concentração de grandes volumes de desemprego no litoral, nas Áreas Metropolitanas e regiões envolventes, contribui para aumentar o agravamento da sua situação face ao total do Continente – em termos de volume e de proporção no total do Continente, o desemprego está concentrado no núcleo central da Área Metropolitana do Porto, no Vale do Ave, em Braga, em Viseu, em Coimbra, na Figueira da Foz, na Área Metropolitana de Lisboa e em certos concelhos do Oeste litoral a Norte dessa Área Metropolitana;
- as taxas de desemprego mais elevadas, principalmente na região do Alentejo, são, nesse caso, o factor de agravamento da sua situação face ao total do Continente – as cidades que apresentam taxas de desemprego mais elevadas são as de Moura, Ponte de Sor, Beja e Santiago do Cacém, com valores entre 15,2 e 10 %.

No que respeita às cidades de dimensão entre os 20 000 e os 100 000 habitantes (ou ligeiramente superior a 100 000, no caso de Braga), os maiores volumes de desemprego concentram-se nas cidades do litoral, entre Braga e Santarém: Coimbra, com cerca de 1,6% do desemprego total

do Continente em 1991; Braga, com cerca de 1,3%; Guimarães, com cerca de 1,1% e as restantes maiores cidades com proporções inferiores a 1. Quanto às taxas de desemprego, as mais elevadas verificavam-se, em 1991, em algumas das maiores cidades do interior: Beja (10,6%), Vila Real (8,5%) e Évora (6,7%), e ainda em Abrantes (7,6%) e na Figueira da Foz (7,7%).

Relativamente ao grupo de cidades com dimensão entre os 20 000 e 80 000 habitantes, a estrutura do desemprego caracteriza-se, em cerca de metade dos casos, por uma percentagem muito significativa do desemprego à procura de novo emprego, superior a 74% do total de desemprego nas cidades de Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Feira, Aveiro, Figueira da Foz, Leiria, Caldas da Rainha, Santarém, Évora, Portimão, Faro e Olhão. É importante evidenciar, ainda, que para as três primeiras cidades referidas, a percentagem de população residente desempregada sem instrução relativamente ao total de população residente desempregada, atinge valores superiores a 55%. Estes valores traduzem situações de exclusão económica extremamente gravosas, na medida em que se trata de pessoas desempregadas que dificilmente voltarão a ter acesso ao mercado de trabalho, ou seja, correspondem a grupos de população em idade activa excluídas da actividade.

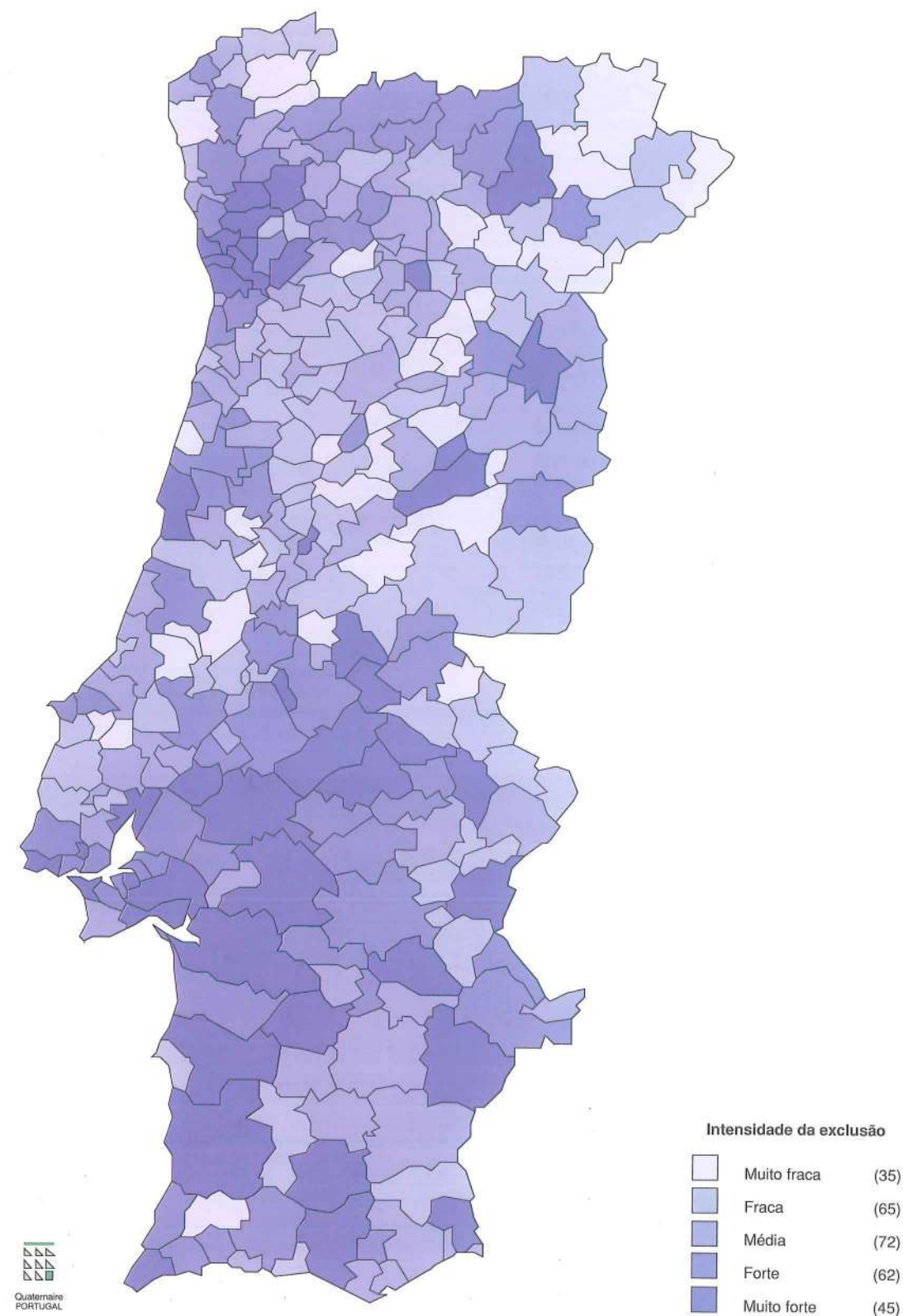
No caso da cidade de Chaves, incluída ainda neste grupo de cidades com dimensão entre os 20 000 e os 80 000 habitantes, é relativamente significativo o peso do desemprego à procura de 1º emprego, atingindo o valor de 42%.

Passando para as cidades de dimensão mais reduzida, entre os 10 000 e os 20 000 habitantes, as principais características da estrutura do desemprego mantêm-se, diferenciando em geral as cidades do Norte Interior, com percentagens mais elevadas de desemprego à procura de 1º emprego, casos como os de Bragança, Peso da Régua e Lamego, e as cidades do litoral e do Algarve, em que pesa principalmente o desemprego à procura de novo emprego, com valores superiores a 74% para Ovar, Águeda, Ílhavo, Peniche, Rio Maior, Almeirim, Albufeira, Lagos e Silves. Para além das referidas cidades do litoral, em algumas cidades do interior, com estruturas económicas mais industrializadas, como são os casos de Tondela e Covilhã, é também superior a 74% o peso do desemprego à procura de novo emprego.

As cidades de Fafe, Paredes, Penafiel e Almeirim, que, em termos de dimensão se enquadram dentro deste grupo, apesar de não apresentarem percentagens tão elevadas da componente de desemprego à procura de novo emprego, vêm-se atingidas por pesos elevados de população desempregada sem instrução no total da população desempregada, atingindo valores entre 63% e 75%.

Este fenómeno de exclusão económica da população desempregada sem instrução é contudo mais frequente em cidades de menor dimensão, com menos de 10 000 habitantes, incluindo cidades em áreas de industrialização difusa, no Vale do Sousa e seu prolongamento para Amarante e Marco de Canavezes, cidades do interior com estruturas produtivas predominantemente agrícolas, Miranda do Douro ou Moura, cidades do interior tradicionalmente industriais, como Seia, e cidades dentro da região envolvente alargada da Área Metropolitana de Lisboa, como Alcobaça, Ponte de Sor, Vendas Novas e Montemor-o-Novo.

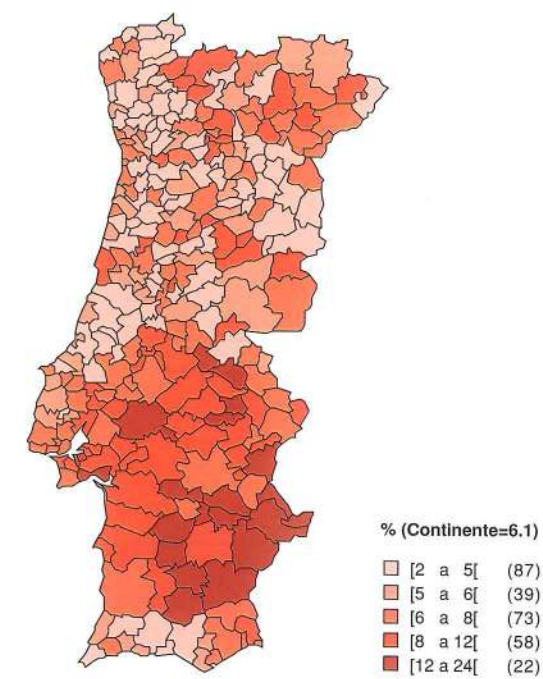
Mapa S20 Síntese parcial do domínio "exclusão social" (mercado de trabalho)



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação dos Censos 91, INE).

Mapa I27

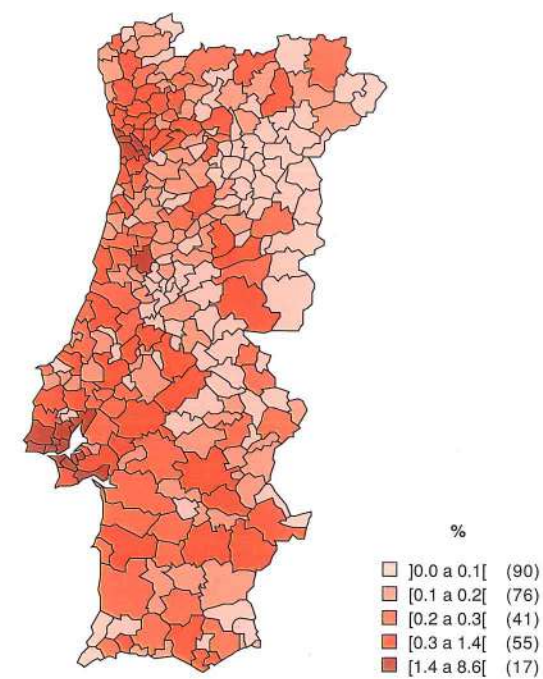
Taxa de desemprego, por concelho (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I28

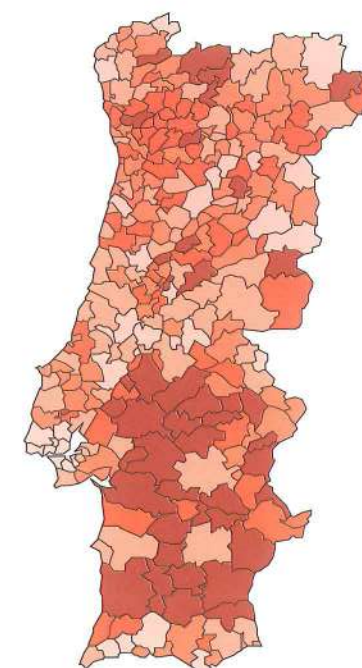
Desemprego: peso concelho no total do Continente (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I29

População residente desempregada sem instrução,
por concelho (1991)



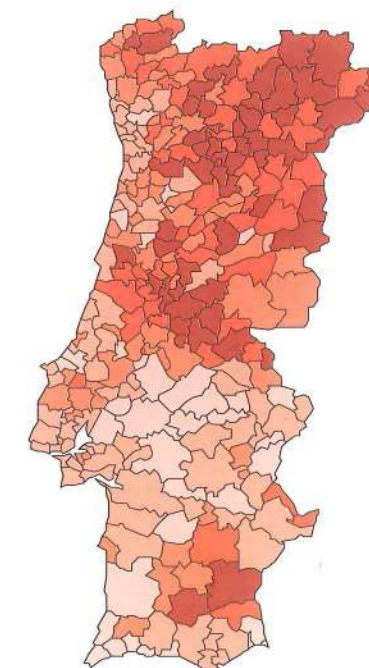
% (Total de desemp.
no concelho=100)

[30 a 44[	(34)
[44 a 50[	(66)
[50 a 55[	(73)
[55 a 63[	(62)
[63 a 75[	(44)

Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I30

População residente desempregada à procura
do primeiro emprego, por concelho (1991)



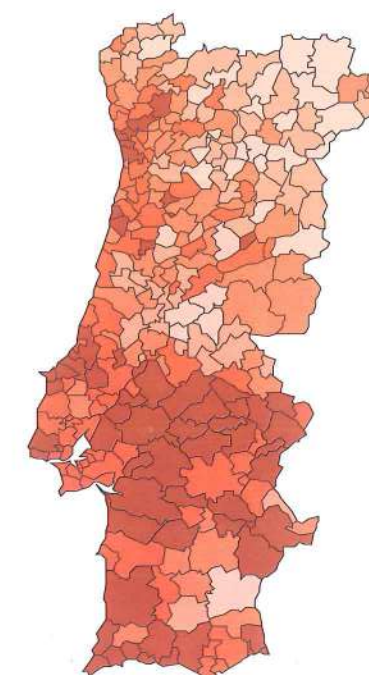
% (Total de desemp.
no concelho=100)

[6 a 18[	(36)
[18 a 26[	(72)
[26 a 36[	(62)
[36 a 49[	(55)
[49 a 77[	(54)

Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I31

População residente desempregada à procura
de novo emprego, por concelho (1991)



% (Total de desemp.
no concelho=100)

[23 a 46[	(29)
[46 a 60[	(54)
[60 a 71[	(60)
[71 a 80[	(73)
[80 a 94[	(63)

Fonte: Censos 91, INE.

Quadro 9 Síntese da avaliação da exclusão de mercado de trabalho

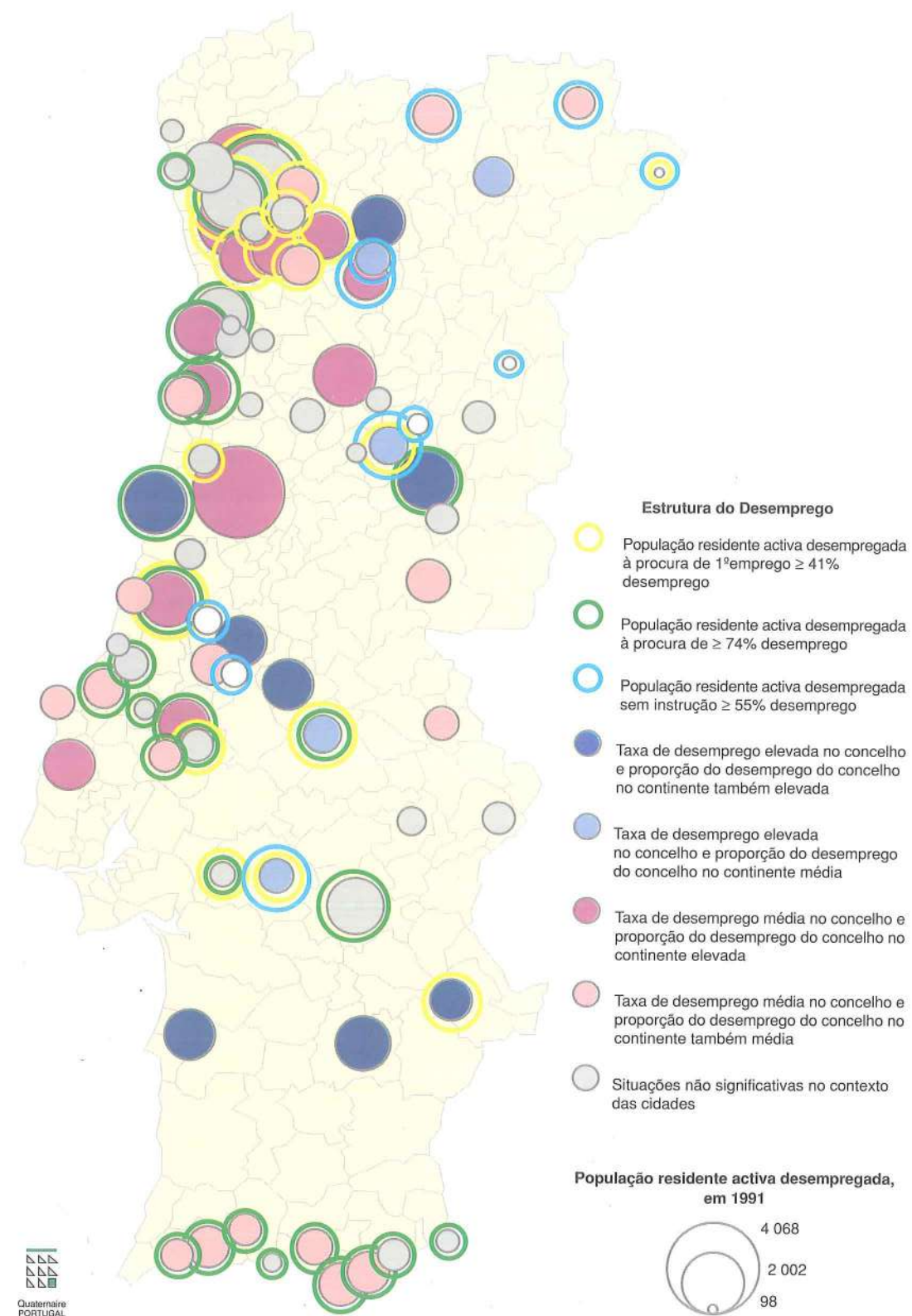
	TAXA DE DESEMPREGO ALTA (7,6% A 11,5%)		TAXA DE DESEMPREGO MÉDIA (3,6% A 7,5%)	
VOLUME DE DESEMPREGO ELEVADO (peso da população desempregada no concelho no total do Continente entre 0,45% e 1,58%)	Santiago do Cacém Beja Covilhã Tomar	Abrantes Vila Real Figueira da Foz	Santarém Braga Santo Tirso Amarante Paredes Penafiel Aveiro	Ovar Coimbra Leiria Torres Vedras Viseu Évora
VOLUME DE DESEMPREGO MÉDIO (peso da população desempregada no concelho no total do Continente entre 0,25% e 0,44%)	Lamego Mirandela Ponte de Sor Montemor-o-Novo	Peso da Régua Seia Moura *	Torres Novas Cartaxo Bragança Castelo Branco Portalegre Lagos Portimão Silves Loulé Olhão	Faro Fafe Marco de Canavezes Ílhavo Marinha Grande Caldas da Rainha Peniche Chaves Tondela

* A taxa de desemprego no concelho de Moura é de 15,2%.

Quadro 10 Estrutura do desemprego nas cidades

DIMENSÃO DAS CIDADES (N.º hab.)	% ELEVADA DE POPULAÇÃO RESIDENTE DESEMPREGADA A PROCURA DO 1.º EMPREGO		% ELEVADA DE POPULAÇÃO RESIDENTE DESEMPREGADA A PROCURA DE NOVO EMPREGO (74 A 90%)		% ELEVADA DE POPULAÇÃO RESIDENTE DESEMPREGADA SEM INSTRUÇÃO	
	41 a 56%	56 a 77%	(74 A 90%)		55 A 63%	63 A 75%
20000 e < 80000	Chaves		Stº. Tirso V. N. Famalicão Guimarães Feira Aveiro Figueira da Foz Leiria	Caldas da Rainha Santarém Évora Portimão Faro Olhão Marinha Grande	V. N. Famalicão Guimarães	Stº. Tirso
≥ 10000 e < 20000	Peso da Régua Lamego Entroncamento	Bragança	Ovar Tondela Águeda Ílhavo Covilhã Rio Maior Almeirim	Albufeira Lagos Silves Peniche	Fafe Paredes Penafiel Almeirim	
< 10000	Miranda do Douro Pinhel Gouveia V. N. Ourém Montemor-o-Novo	Seia	Esposende Vendas Novas S. Cacém Alcobaça Cartaxo	Ponte-de-Sor Loulé Tavira V. R. Sto. António	P. Ferreira Felgueiras Amarante M. Canavezes Miranda do Douro Cantanhede Seia Alcobaça Moura	Ponte de Sor Vendas Novas Montemor-o-Novo

Mapa S21 Síntese exclusão social/mercado de trabalho



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Censos 91).

Dentro das cidades de menor dimensão, mantém-se em geral a diferença entre uma estrutura de desemprego com maior peso dos desempregados à procura do 1º emprego no interior e dos desempregados à procura de novo emprego no litoral, incluindo o Algarve. Dentro do primeiro grupo, é de evidenciar o facto de as cidades de Seia e de Gouveia, apesar de localizadas em zonas de industrialização mais tradicional, apresentarem um peso elevado de desempregados à procura de 1º emprego, sobretudo em Seia, onde se observa um valor de 56%.

4. Exclusão social face ao direito à habitação

Apesar da concentração dos problemas de exclusão habitacional nas grandes cidades, a intensidade deste problema nas cidades médias ou de pequena dimensão é também significativa

Os problemas de exclusão social, derivados das más condições de habitabilidade a que as populações estão sujeitas, são abordados em função da análise da incidência local e relativamente ao Continente dos alojamentos familiares não clássicos, incluindo barracas e outros, dos alojamentos de residência habitual sem instalações de água, electricidade e retrete e dos alojamentos de residência habitual existentes em edifícios construídos antes de 1919, portanto relativamente ao parque habitacional mais envelhecido.

Estes problemas concentram-se principalmente dentro das Áreas Metropolitanas e em algumas das cidades de grande dimensão, sendo relativamente a estes casos que se manifestam os maiores volumes de alojamentos sem condições de habitabilidade mínimas, e portanto, o maior peso desses alojamentos, no total do Continente. Contudo, no caso dos alojamentos desprovidos de instalações mínimas necessárias, a sua expressão é muito mais espalhada em termos territoriais, apresentando valores significativos nas regiões do Alentejo e Algarve, na Raia Interior, na faixa central do Norte e do Centro, entre a cidade de Chaves e a de Viseu, nas cidades de Coimbra e Figueira da Foz e em alguns concelhos próximos.

Considerando o conjunto dos três fenómenos considerados significativos como factores de exclusão habitacional, apesar da sua incidência no território se realizar de forma irregular, é possível apontar como áreas com maior intensidade de problemas os núcleos centrais das duas Áreas Metropolitanas, o Baixo Alentejo e o Algarve e uma faixa central alargada nas regiões Norte e Centro.

Considerando os três tipos de situações, as cidades mais afectadas por problemas de exclusão habitacional são cidades inseridas nas zonas anteriormente referidas como áreas de maior intensidade destes problemas: Chaves (peso muito significativo, no concelho, dos alojamentos em edifícios construídos antes de 1919), Peso da Régua (peso muito elevado, no concelho, dos alojamentos familiares não clássicos -1,9%), Viseu (pesos significativos, no concelho, de alojamentos familiares não clássicos, cerca de 1,6 %, e de alojamentos sem instalações mínimas necessárias), Tondela (pesos significativos, no concelho, dos alojamentos familiares não clássicos e dos aloja-

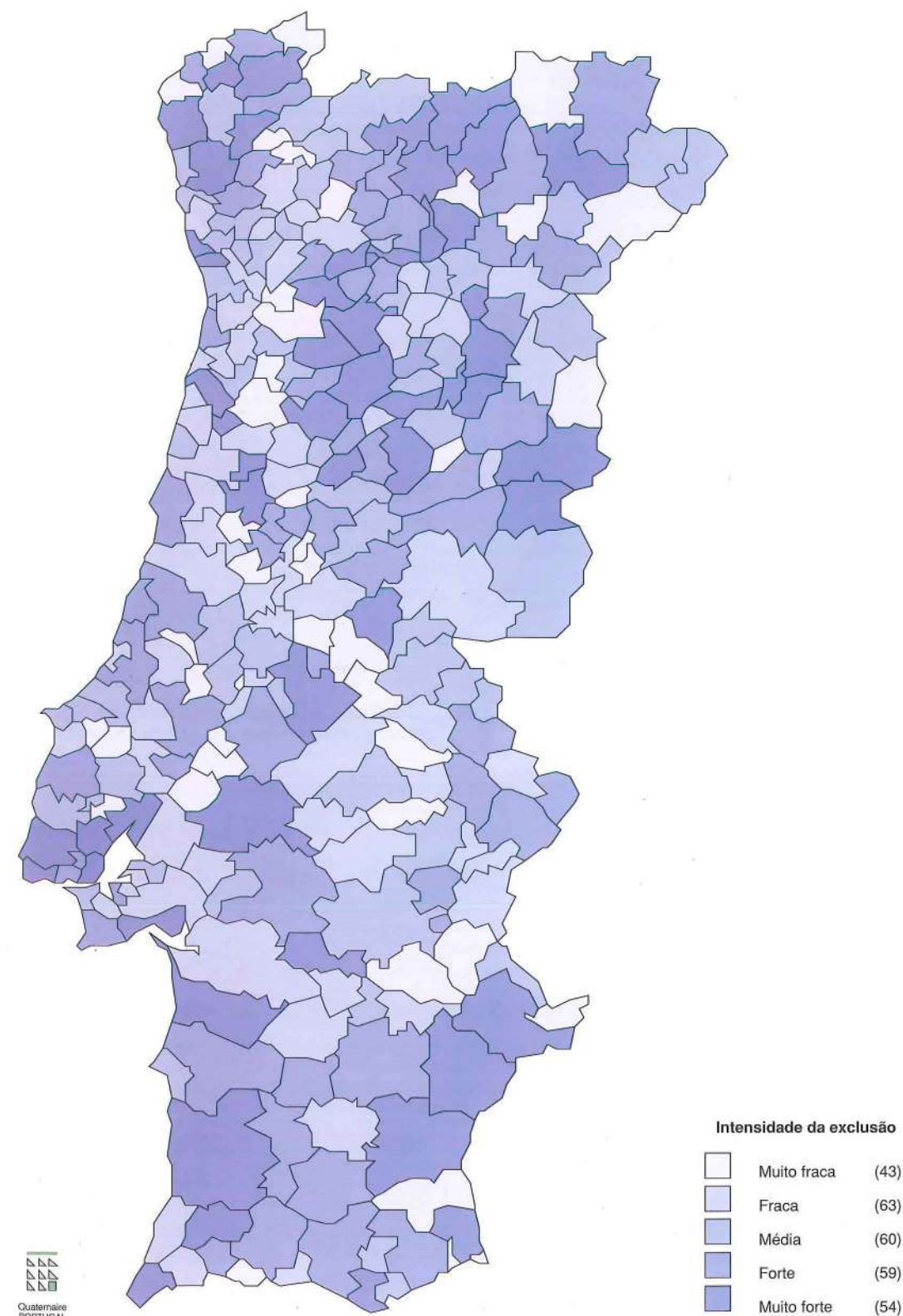
mentos sem instalações mínimas necessárias, cerca de 3,8%), Figueira da Foz e Abrantes (com pesos mais significativos nos concelhos dos alojamentos familiares não clássicos e dos alojamentos sem instalações).

Próximas destas cidades, embora com situações menos graves, encontram-se outras cidades de dimensão variável, distribuídas pelas zonas mais afectadas das regiões do Norte e Centro e particularmente no Algarve, designadamente Loulé, Portimão e Faro. A incidência destes fenómenos em cidades com fortes dinâmicas de construção é explicada em virtude da importância que a construção turística tem nesta região, agravada por uma oferta de alojamentos no mercado, mal adequada às necessidades da população, ou seja, ao perfil da procura. Esta mesma situação repete-se no caso da Figueira da Foz.

As cidades de Aveiro, Ovar, Olhão, Seia e Tomar caracterizam-se por situações em que assume intensidade elevada a construção de barracas e de outros alojamentos familiares não clássicos. Nos três primeiros casos, este fenómeno de exclusão está frequentemente associado às populações com actividades ligadas ao mar, em situações economicamente muito débeis.

Na maioria das cidades do litoral, incluindo as cidades de maior dimensão como Braga e Coimbra, os problemas de exclusão habitacional não manifestam uma expressão relativa significativa. Contudo, no caso daquelas duas e de algumas outras cidades, apesar de o peso dos alojamentos em edifícios construídos antes de 1919 no total do Continente ser relativamente elevado (1,1%), as percentagens de edifícios construídos antes de 1919 no total de edifícios do concelho atingem valores próximos dos 10%, muito abaixo dos valores verificados para a maioria das cidades, o que se explica designadamente pelas fortes dinâmicas recentes de construção.

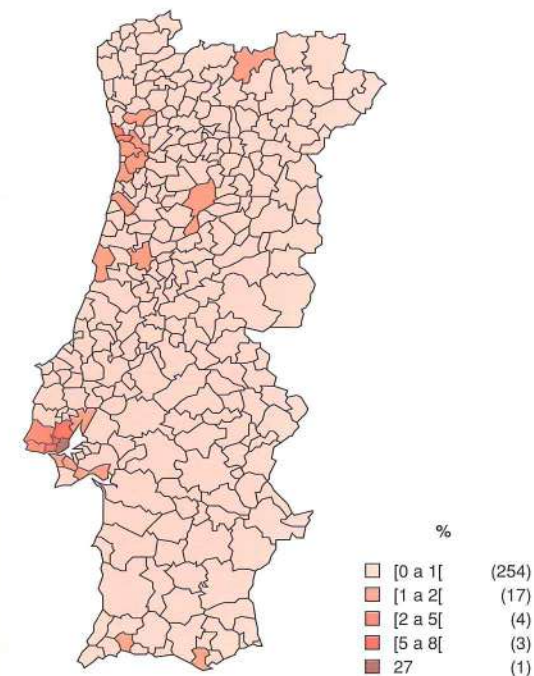
Mapa S22 Síntese parcial do domínio "exclusão social" (habitação)



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação dos Censos 91, INE).

Mapa I32

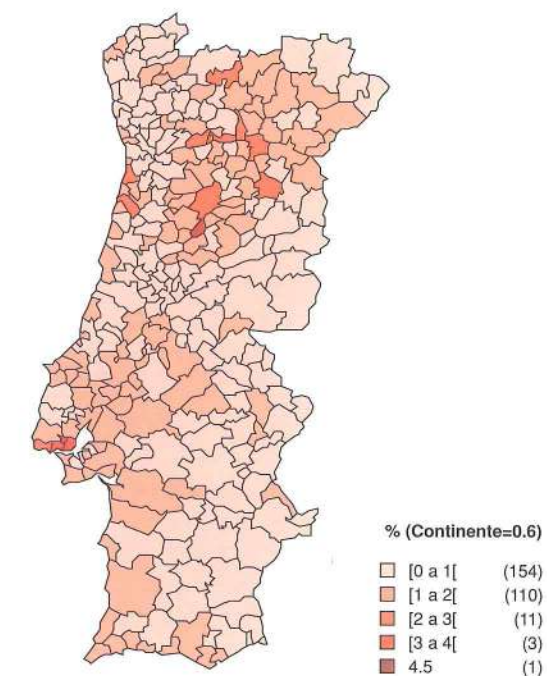
Alojamentos familiares não clássicos (barracas e outros): peso concelho no total do Continente (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I33

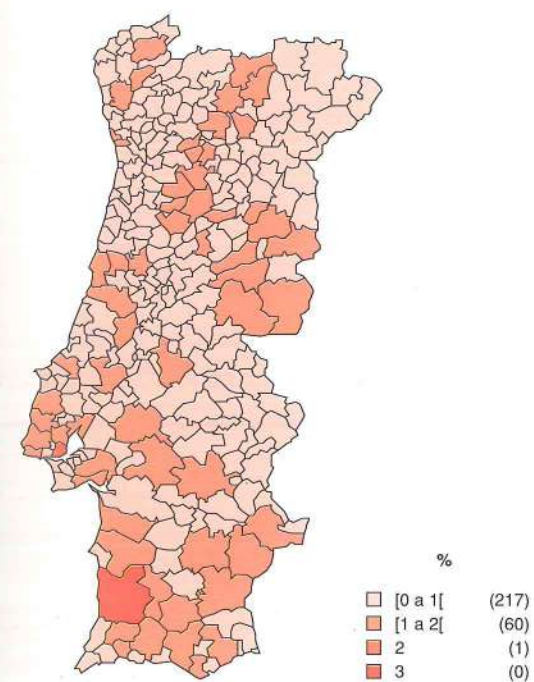
Alojamentos familiares não clássicos (barracas e outros), por concelho (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I34

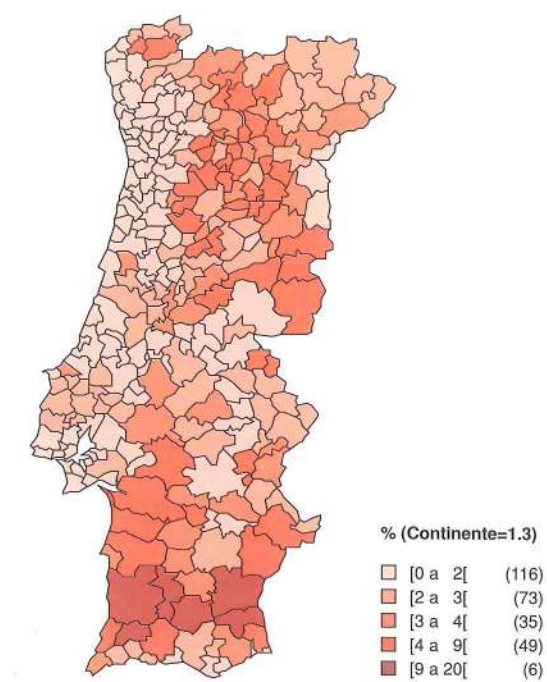
Alojamentos familiares de residência habitual, sem electricidade, água e retrete: peso concelho no total do Continente (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I35

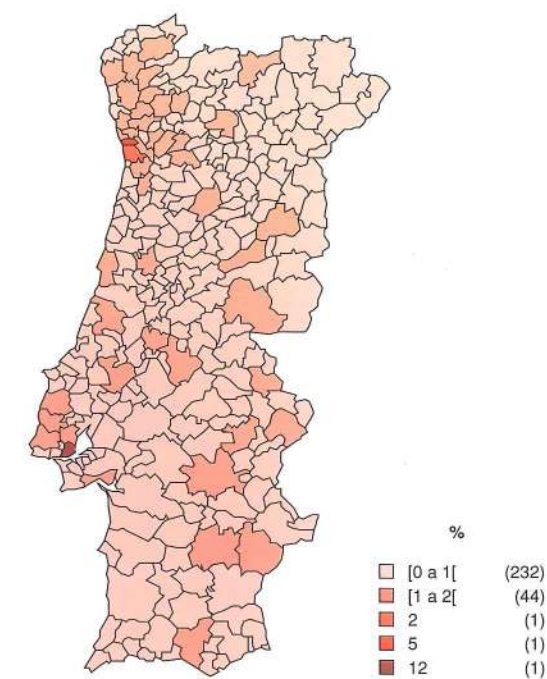
Alojamentos familiares ocupados como residência habitual, sem electricidade, água e retrete, por concelho (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I36

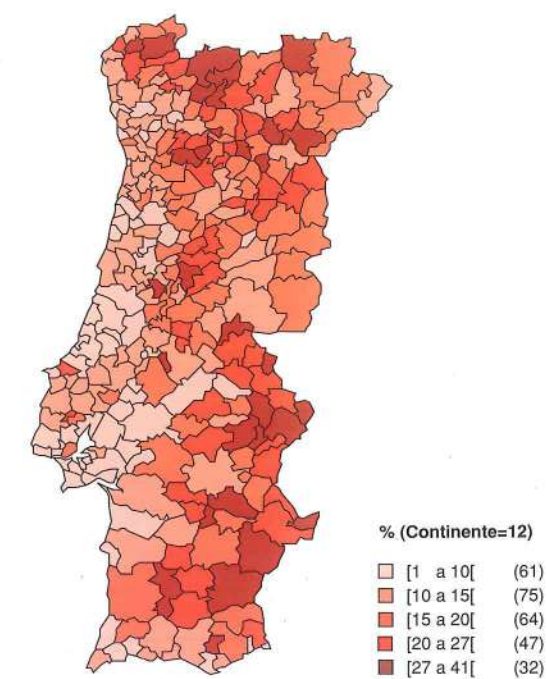
Alojamentos familiares de residência habitual, em edifícios construídos antes de 1919, peso concelho no total do Continente (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

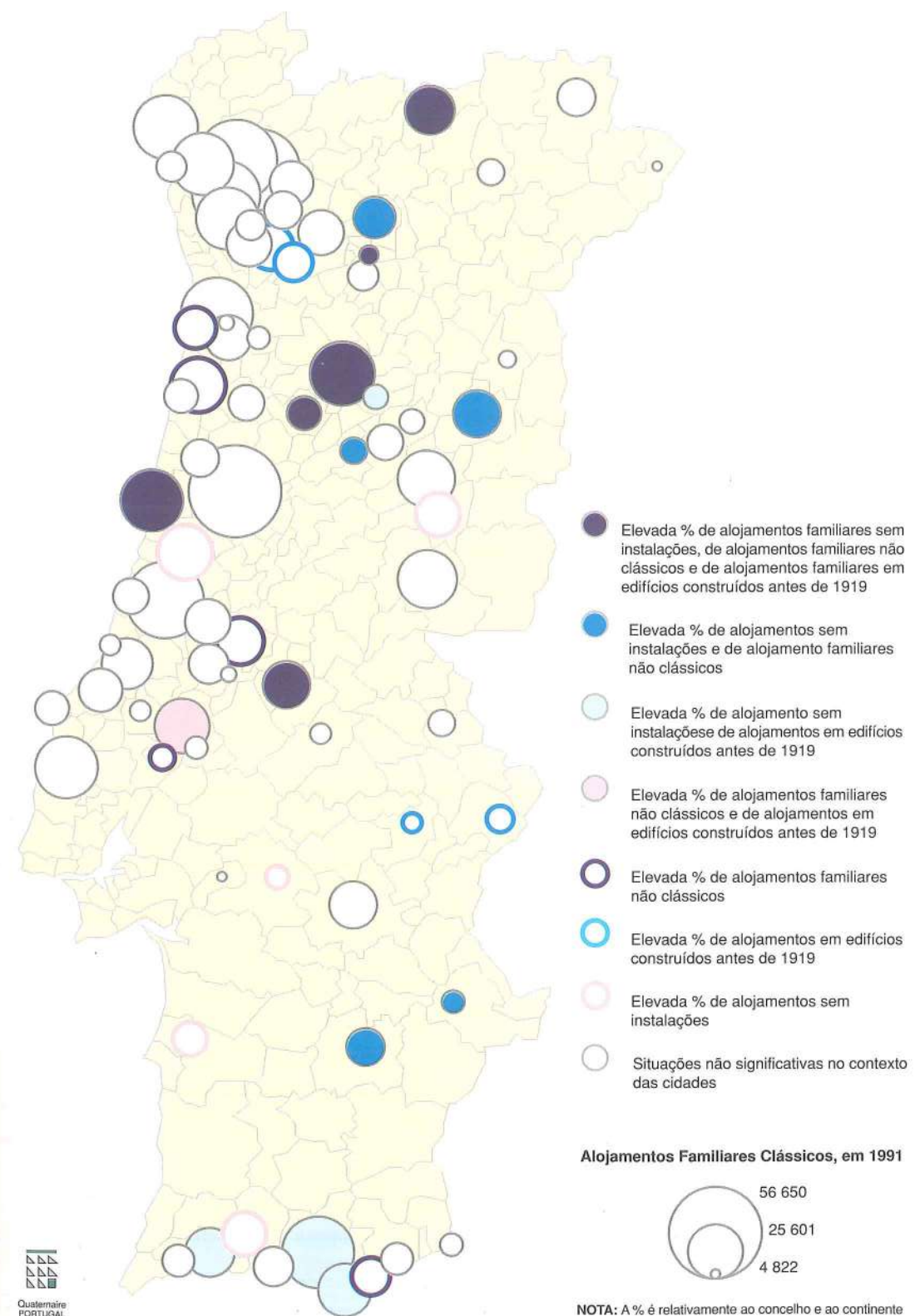
Mapa I37

Alojamentos familiares de residência habitual, ocupados como residência habitual, em edifícios construídos antes de 1919, por concelho (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa S23 Síntese exclusão social/habitação



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação dos INE, Censos 91).

5. Concentração/dispersão dos problemas de exclusão social no território e nas cidades

Em termos de síntese é possível, dentro do quadro das problemáticas analisadas ao nível dos territórios e das cidades, encontrar algumas lógicas de justificação e dinâmicas de agravamento de problemas de exclusão e tipificar de forma geral a expressão desses fenómenos, quer nos territórios, quer nas cidades.

Quadro 11 Síntese da avaliação dos problemas de exclusão social

		LÓGICAS E DINÂMICAS DE AGRAVAMENTO	TERRITÓRIOS (onde a intensidade dos problemas é maior)	CIDADES (onde a intensidade dos problemas é maior)
PROBLEMÁTICAS DE EXCLUSÃO	IDOSO	- Regressão demográfica. - Envelhecimento da população. - Políticas de reforço de redes de equipamentos fracas.	Regiões do interior e Alentejo. Médio Tejo. Algarve.	Castelo Branco, Abrantes, Beja, Olhão, Bragança, Guarda, Covilhã, Tomar, Portalegre, Tondela, Mangualde, Elvas, Silves, Seia, Gouveia, Oliveira do Hospital, Fundão, Miranda do Douro, Pinhel, Ponte de Sor e Moura.
	JUVENTUDE	- Modelos sócio-produtivos difusos, com predominância de sectores tradicionais de mão-de-obra intensiva e estruturas empresariais familiares. - Zonas rurais ou em recessão industrial, sem oportunidades de emprego para os jovens.	Norte litoral e algumas áreas da Raia central. Zona de transição entre o litoral e o interior das regiões Norte e Centro.	Viseu, Vila Real, Abrantes, Beja, Peso da Régua, Chaves, Lamego, Tondela, Barcelos, Paredes, Penafiel, Esposende, Fafe, Tomar, Bragança, Portalegre, Felgueiras, Paços de Ferreira, Amarante, Marco de Canaveses, Gouveia e Seia.
	MERCADO DE TRABALHO	- Recessão económica. - Processos de modernização do tecido sócio-produtivo e de inovação tecnológica. - Falta de condições de atractividade e de fixação de novas actividades nas zonas rurais.	Norte litoral, estendendo-se para o interior a Norte da região do Porto, até ao Alto Tâmega. Território envolvente das cidades de Coimbra e Figueira da Foz. Médio Tejo e área central a Norte do Alentejo. Alentejo. Algarve.	Vila Real, Figueira da Foz, Abrantes, Beja, Tomar, Covilhã, Peso da Régua, Santiago do Cacém, Mirandela, Seia, Moura, Ponte de Sor e Vendas Novas.
	HABITACIONAL	- Concentração populacional nas Áreas Metropolitanas e cidades de maior dimensão. - Cidades de média dimensão com dinâmicas de construção não muito fortes.	Territórios do interior e faixa central das regiões do Norte e Centro, entre Chaves e Viseu. Núcleos centrais das áreas metropolitanas. Alentejo. Algarve.	Viseu, Figueira da Foz, Abrantes, Beja, Vila Real, Guarda, Portimão, Faro, Santarém, Chaves, Peso da Régua, Tondela, Mangualde, Oliveira do Hospital, Moura e Loulé.

A concentração ou acumulação de diferentes problemas de exclusão social está significativamente mais acentuada nas cidades das regiões do interior. Pode-se assim agrupar estas cidades mais afectadas pelos fenómenos de exclusão em 4 grandes espaços/problemáticas:

- 1) Cidades mais importantes em termos de dimensão, no interior da região do Norte (Bragança, Vila Real e Peso da Régua), em que é determinante a questão da exclusão da juventude associada a problemas de exclusão do mercado de trabalho sobretudo no eixo Vila Real-Peso da Régua, e a exclusão de idosos, no caso de Bragança.
- 2) Cidades de tradição industrial ou de industrialização mais recente, na zona interior Norte da região do Centro, incluindo Viseu e Tondela, Mangualde, Seia, Oliveira do Hospital, Gouveia, Covilhã e Guarda. A problemática central neste conjunto de cidades incide sobre a exclusão de idosos, acompanhada, nas áreas de industrialização tradicional, por índices significativos de exclusão do mercado de trabalho e de jovens. Nas cidades de Viseu, Mangualde e Tondela é importante o problema da exclusão social, derivada de situações de habitabilidade precárias.

- 3) Cidades do Médio Tejo, incluindo Abrantes, Tomar e Ponte do Sor, onde se fazem sentir problemas graves derivados da recessão económica de algumas indústrias aí localizadas, agravados pela influência da atracção da Área Metropolitana de Lisboa. Neste conjunto de cidades, as problemáticas centrais são a exclusão de idosos e a exclusão do mercado de trabalho.
- 4) Cidades do Alentejo (Beja e Portalegre) de dimensão média e com funções polarizadoras face aos seus territórios de proximidade, e ainda Moura, com uma dimensão muito menor, onde incidem os vários problemas de exclusão, designadamente a exclusão de idosos, comum às três cidades.

Exclusão Social: Nota Metodológica

A temática da Exclusão Social abordada neste capítulo está dividida em quatro sub-temáticas. As variáveis e respectivos indicadores utilizados por sub-temática foram as seguintes:

Exclusão social de idosos

O isolamento da população idosa, a incidência relativa de pensionistas e a avaliação da rede de equipamentos específicos para a população idosa são os três problemas avaliados com base respectivamente na:

- percentagem do número de famílias com um elemento com 65 ou mais anos no total de famílias, por concelho;
- percentagem de pensionistas no total da população residente activa empregada, por concelho;
- taxa de cobertura dos equipamentos e serviços dirigidos à população idosa, por concelho.

As variáveis que constroem os dois primeiros indicadores são retiradas do Recenseamento da População e Habitação de 1991 – INE e o último indicador tem como fonte a Direcção-Geral de Acção Social e refere-se ao ano de 1995.

Exclusão social de jovens

A problemática da inserção dos jovens na vida activa é tratada com base em dois indicadores:

- a percentagem da população residente com menos de 15 anos com actividade económica no total da população residente com menos de 15 anos, por concelho;

- índice da população residente desempregada à procura de 1º emprego no total de população residente com idade entre os 15 e os 24 anos, por concelho.

Apenas se dispôs de um indicador para avaliar dinâmicas de convivialidade e de intervenção dos jovens na comunidade, o número de associações existentes no concelho inscritas no Registo Nacional de Associações Juvenis, o que se considera relativamente insuficiente.

As variáveis que constroem os dois primeiros indicadores são retiradas do Recenseamento da População e Habitação de 1991 – INE e no caso da última variável a fonte é o Instituto Nacional da Juventude e a informação refere-se a 1996.

Exclusão social face ao mercado de trabalho

A avaliação inclui o problema da intensidade do desemprego no Continente e no concelho e, por outro lado, a estrutura desse desemprego, através:

- da taxa de desemprego, por concelho;
- da percentagem do volume de desemprego do concelho no total do volume de desemprego, no Continente;
- da percentagem da população residente desempregada à procura de 1º emprego no total de população residente desempregada, por concelho;
- da percentagem da população residente desempregada à procura de novo emprego no total de população residente desempregada, por concelho;
- da percentagem da população residente desempregada sem instrução no total de população residente desempregada, por concelho.

As variáveis que constroem os vários indicadores são retiradas do Recenseamento da População e Habitação de 1991 – INE.

Exclusão social face ao direito à habitação

Neste caso consideram-se a incidência de barracas, as deficientes condições de habitabilidade do parque habitacional e o envelhecimento desse parque, a sua incidência no concelho e o significado do problema no concelho, face ao total do Continente. Assim incluem-se, respectivamente:

- a percentagem de alojamentos familiares não clássicos no total de alojamentos familiares do concelho, o número de alojamentos familiares não clássicos do concelho no total de alojamentos familiares não clássicos do Continente;

- a percentagem de alojamentos familiares ocupados como residência habitual sem instalações de água, electricidade e retrete no total de alojamentos familiares ocupados como residência habitual do concelho, o número de alojamentos familiares ocupados como residência habitual sem instalações de água, electricidade e retrete do concelho no total de alojamentos familiares ocupados como residência habitual sem instalações de água, electricidade e retrete do Continente;
- a percentagem de alojamentos familiares ocupados como residência habitual em edifícios construídos antes de 1919 no total de alojamentos familiares ocupados como residência habitual do concelho e o número de alojamentos familiares ocupados como residência habitual em edifícios construídos antes de 1919 do concelho no total de alojamentos familiares ocupados como residência habitual em edifícios construídos antes de 1919 do Continente.

As variáveis que constroem os vários indicadores são retiradas do Recenseamento da População e Habitação de 1991 – INE. -

A análise nas duas primeiras sub-temáticas considerou como base referencial a estrutura etária da população residente, isto é, a incidência dos problemas face a territórios e a cidades com populações envelhecidas ou com populações jovens.

Relativamente às duas outras sub-temáticas considerou-se como base referencial da análise das cidades a sua dimensão, admitindo-se que a concentração demográfica e os problemas de exclusão no mercado de trabalho e de habitação apresentam uma correlação significativa.

EMPREGO E ACTIVIDADES ECONÓMICAS

A eficiência económica de um território ou de um espaço urbano pode ser medido e avaliado de diferentes formas e em função dos critérios e dos objectivos da análise, mas também dos indicadores que se tem à disposição.

Em termos macrogeográficos⁹, alguns poderão optar pela análise do peso que as aglomerações têm no território nacional, desde o emprego, a capacidade de produção e exportação, as trocas comerciais e, a partir daí, hierarquizar o posicionamento entre elas. Esta análise deve apoiar-se em dados estatísticos ao nível das cidades e seus espaços preferenciais de actuação. Este tipo de análise só poderá ser desenvolvido parcialmente, pois os valores de exportação, de produção e de investimento não estão disponíveis com a qualidade e a precisão exigida. No entanto, totais de emprego por concelho e por ramos de actividade, em 1991, são possíveis de calcular através dos movimentos pendulares (Recenseamento da População, INE).

Em termos mesogeográficos ou mesoeconómicos, uma aproximação aos sistemas produtivos urbanos e territoriais e aos modos de organização das empresas também podia ser uma alternativa para a análise. Avaliar a integração dos sistemas produtivos através da coerência e da estrutura dos movimentos pendulares, da complementariedade e homogeneidade da estrutura das actividades dominantes em certos territórios e dos níveis e perfis de qualificação, seria uma perspectiva de abordagem interessante.

Uma terceira visão poderia centrar-se na análise microgeográfica e tratar o comportamento das empresas no espaço urbano: as lógicas de localização, os sistemas de transporte necessários, os problemas ambientais a resolver, a coabitação entre diferentes funções, etc. Esta abordagem, num trabalho de âmbito nacional, é naturalmente impensável, o que nos leva a optar por uma metodologia mista entre a primeira e a segunda perspectivas.

São vectores desta análise urbana e territorial¹⁰:

- a concentração, as dinâmicas de emprego e a estrutura de actividades;
- as especializações industriais e de serviços;
- a capacidade de aproveitamento de fontes de financiamento nacional e comunitário;
- as qualificações dos recursos humanos;
- os movimentos pendulares e as bacias de emprego;
- as estruturas de apoio técnico, tecnológico e de formação profissional.

Em termos de síntese foram elaborados dois indicadores:

- as cidades vulneráveis, que representam níveis de desemprego mais altos e pouca dinâmica na criação de emprego, fraca capacidade de reacção aos incentivos nacionais e comunitários de apoio ao investimento, estruturas de actividade monoespecializadas e/ou emprego fortemente concentrado nas grandes empresas;

9. DERYCKE, P. Henri (1996).

10. Ver Nota Metodológica global no final deste capítulo.

- as cidades competitivas, que representam maior capacidade de criação de emprego, elevada resposta às iniciativas nacionais e comunitárias de apoio ao investimento, níveis altos de qualificação dos recursos humanos e/ou com estruturas de apoio técnico e tecnológico ao tecido produtivo regional.

Com esta análise pretendemos dar um contributo para a avaliação da competitividade económica das cidades e dos seus territórios, e precisar algumas questões que se irão colocar às pequenas e médias cidades nos próximos anos.

1. Cidades e territórios fortemente empregadores contrapõem-se a cidades empregadoras em espaços deprimidos

Em termos territoriais e urbanos, o emprego aparece sempre no centro dos debates. As cidades são, cada vez mais, os locais de concentração e de oportunidade de emprego. O panorama, resumidamente, é o seguinte: os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa concentram 29% dos empregos do Continente; os da Área Metropolitana do Porto ficam pelos 14%; os concelhos onde se localizam as pequenas e médias cidades absorvem 39% do emprego. Tudo isto soma 82% do emprego do Continente.

A concentração geográfica é ainda mais visível, se analisarmos o emprego nos concelhos mais empregadores: cerca de 55% do emprego do Continente concentra-se em 10% dos concelhos (28 concelhos), dos quais 10 são da Área Metropolitana de Lisboa, 5 da Área Metropolitana do Porto e 13 são municípios onde estão localizadas cidades de média dimensão.

Nesta lista de concelhos mais empregadores, se excluirmos as Áreas Metropolitanas, sobressai o Vale do Ave, com Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso (respectivamente, em 5º, 10º e 11º lugar), somando 5% do emprego total do Continente. São também fortemente empregadores os Concelhos de Coimbra (7º lugar), Braga (9º), Santa Maria da Feira (13º), Barcelos (15º), Leiria (19º), Aveiro (22º), Viana do Castelo (24º), Viseu (25º), Oliveira de Azeméis (26º) e Paredes (28º).

Relativamente à distribuição geográfica do emprego (Mapa I38), podemos verificar que a área envolvente à Área Metropolitana do Porto, onde se concentra um grande número de cidades, congrega uma importante parcela do emprego do Continente. A continuidade da mancha vai desde Viana do Castelo/Barcelos, Braga, passa pelo Ave, desce aos concelhos da coroa metropolitana do Porto (Matosinhos, Maia, Gondomar, Porto e Vila Nova de Gaia) e continua por Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis. Esta é a mancha mais extensa e contínua de oferta de emprego do Continente (13 concelhos e 23% do emprego). Para Sul, destacam-se Aveiro, Viseu, Coimbra e Leiria e alguns concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (Lisboa, Loures, Sintra, Cascais, Almada, Setúbal, Amadora, Vila Franca de Xira), com cerca de um quarto do emprego total.

Relativamente ao restante território e às cidades, devemos realçar que são sobretudo os concelhos onde se localizam cidades que se destacam na oferta do *total de emprego*. Este comporta-

mento sobressai, sobretudo, nos concelhos do interior, onde são as cidades os principais locais de alguma concentração e/ou dinâmica de emprego – é o caso, designadamente, de Évora, Castelo Branco, Fundão, Guarda, Vila Real, etc.

A concentração da *indústria transformadora* ainda é mais notória. No Continente, cerca de 27% do emprego está na indústria transformadora. Analisando o mapa da distribuição do emprego industrial, a desertificação industrial da maior parte do território nacional é uma realidade notória. Trás-os Montes e o Alto-Douro, todo o Alentejo e o Algarve têm valores de emprego pouco significativos. Neste vasto espaço, mesmo as cidades têm dificuldade em se distinguir. Só Évora, ainda que ligeiramente, ganha alguma expressão.

Os concelhos das Áreas Metropolitanas absorvem 40% do emprego industrial, 21% para a metrópole de Lisboa e 19% para a do Porto. Os concelhos das pequenas e médias cidades somam 50%. Os restantes 10% distribuem-se pelos restantes 173 concelhos. A análise desta forte concentração de emprego industrial ainda é mais declarada se analisarmos os concelhos mais empregadores. Cerca de 63% do emprego na indústria transformadora está localizado em 10% dos concelhos, dos quais 7 são da Área Metropolitana de Lisboa e 6 da Área Metropolitana do Porto e 15 são concelhos onde se localiza uma cidade. Destaca-se, nos primeiros lugares, Lisboa (em 1º com 6,3%), Guimarães (com 5,3%), Porto, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Santa Maria da Feira, Barcelos e Matosinhos nos primeiros lugares. Excluindo Lisboa, são todos concelhos localizados no Noroeste.

Ao nível do Continente, os índices de especialização industrial e as percentagens de emprego na indústria destacam quatro áreas:

- Sobressai novamente o triângulo alargado à volta do Porto – verifica-se uma extensa mancha triangular desenhada em torno do Porto, desde Viana do Castelo até Aveiro/Águeda, com uma ligeira interrupção em Murtosa/Estarreja/Albergaria-a-Velha. Esta mancha parece estar a alastrar em direcção ao interior, designadamente a Amarante e a Vila Real;
- Mais a Sul, distingue-se o núcleo de Leiria/Marinha Grande/Alcobaça/Caldas da Rainha, que se estende para o interior em direcção a Santarém e Torres Vedras;
- Destacam-se, ainda, os concelhos da Covilhã, Seia e municípios vizinhos, desenhando-se uma área de emprego industrial entre Gouveia e a Lousã;
- Para Sul, destacam-se alguns concelhos da Área Metropolitana de Lisboa.

O emprego na *construção civil* contorna as áreas de forte industrialização e salienta-se nalgumas cidades. A construção civil apresenta uma distribuição geográfica interessante: tem uma elevada concentração nas áreas de forte pressão imobiliária, Áreas Metropolitanas e Algarve; contorna, no Noroeste, a área de maior especialização industrial (Vale do Ave, sobretudo); define dois eixos, um da Figueira da Foz a Abrantes e outro entre Ovar e Vila Real, parecendo delinear uma região no centro, onde se destacam Viseu, Guarda e Castelo Branco; novamente, Trás-os-Montes e Alto Douro e o Alentejo não têm expressão, só se destacando Vila Real e Évora.

O emprego no *terciário* destaca naturalmente as Áreas Metropolitanas e as cidades médias. Em termos de concentração ao nível do Continente, os concelhos de Lisboa e do Porto absorvem respectivamente 23% e 8% do terciário total, apresentando índices de especialização naturalmente muito elevados. No Algarve, associados à importância das actividades turísticas, destacam-se Albufeira, Portimão e Faro, no eixo litoral. A oferta de emprego, sobretudo industrial, em torno do Porto não tem a mesma representatividade ao nível do terciário, sobressaindo só pela percentagem de emprego a nível nacional. Relativamente ao restante território, ressaltam, em termos de especialização, os concelhos das cidades de Coimbra, Évora, Beja, Vila Real, Santarém, Aveiro, Viseu, Castelo Branco (por ordem do índice de especialização).

Concluindo

A Área Metropolitana de Lisboa, sobretudo a cidade de Lisboa (15%), concentra uma parcela demasiado elevada do emprego do Continente.

Há uma forte concentração do emprego num espaço alargado em torno da cidade do Porto, desenhando um triângulo que se estende desde Viana do Castelo até Aveiro, com a ponta do terceiro vértice em direcção a Vila Real. Em termos de actividades, o sector industrial domina largamente esta área, com uma importante expressão da construção civil e uma sub-representatividade das actividades terciárias. O emprego na agricultura é pouco significativo, aparecendo a contornar esta mancha fortemente industrializada.

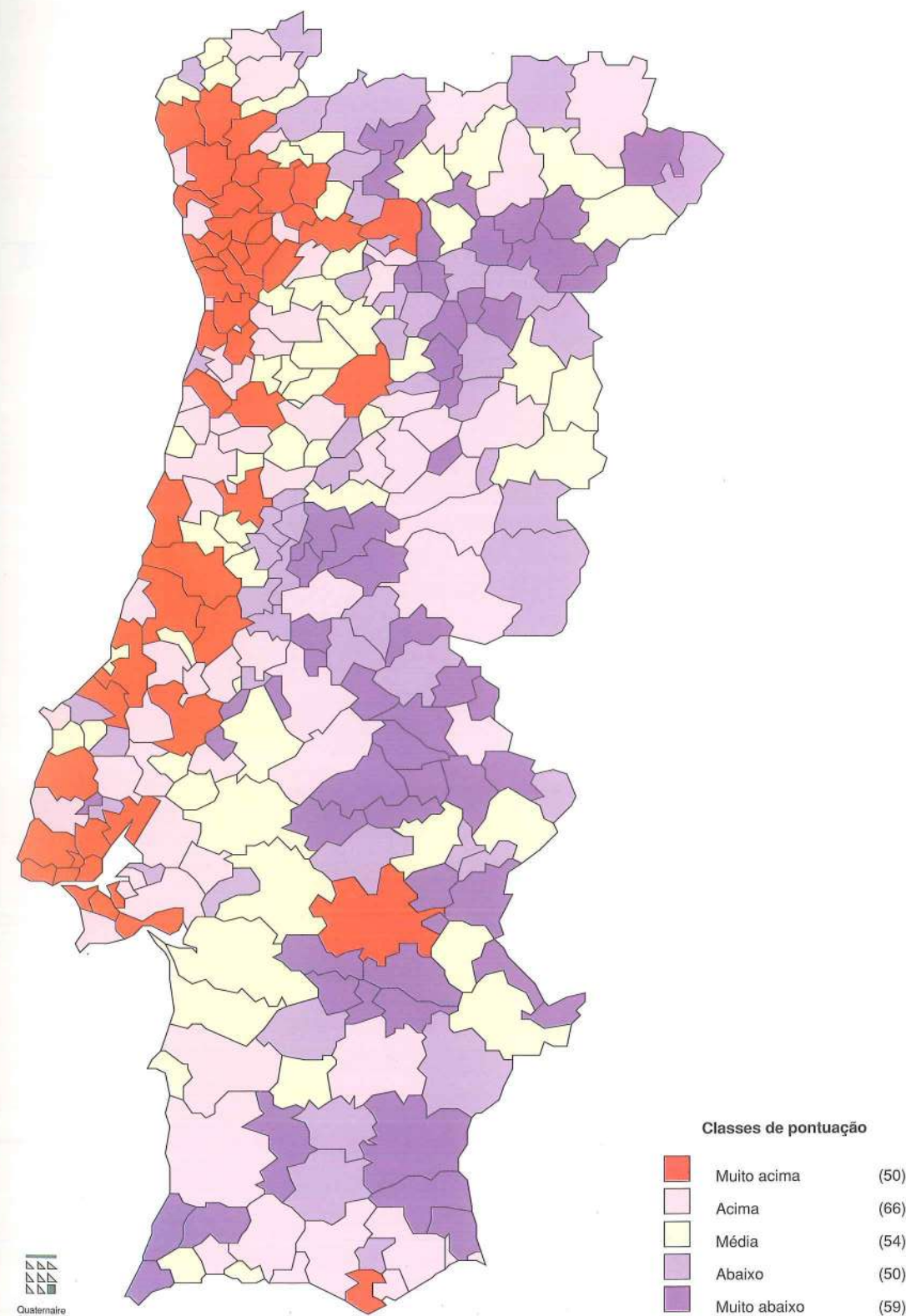
Mais a Sul, no litoral, aparece um núcleo, envolvendo, sobretudo, Leiria, Marinha Grande, Alcobaça e Caldas da Rainha, Porto de Mós e Alcanena, também fortemente industrializado. A Norte deste aglomerado industrial realça-se um eixo da construção civil, desde a Figueira da Foz/Pombal até Abrantes. O terciário não tem praticamente nenhuma expressão nesta área.

No interior, Covilhã, Seia e Castelo Branco destacam-se em termos industriais, notando-se um prolongamento das actividades industriais em direcção a Góis e à Lousã. Esta mancha industrial rompe a continuidade do emprego na agricultura.

No Algarve destacam-se só as actividades terciárias, sobretudo no eixo Faro/Lagos.

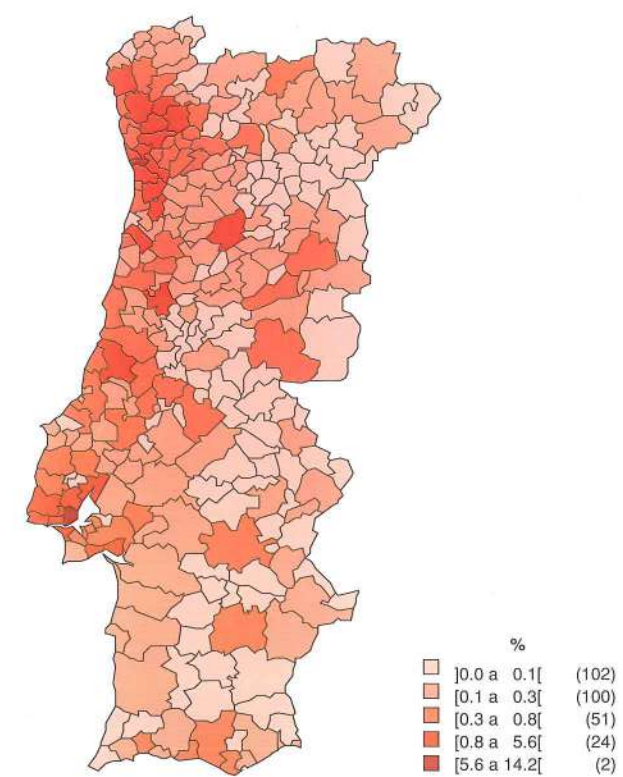
No restante território, o emprego na agricultura continua a ter forte expressão, salientando-se o interior Norte do Continente e todo o Alentejo. Nesta extensa área salientam-se os concelhos onde se localizam cidades, através do emprego no terciário, com destaque para Coimbra, Évora, Beja, Vila Real, Santarém, Viseu, Castelo Branco (por ordem do índice de especialização).

Mapa S24 Síntese do emprego (1991)



Fonte: Quaternaire Portugal e Censos 91, INE).

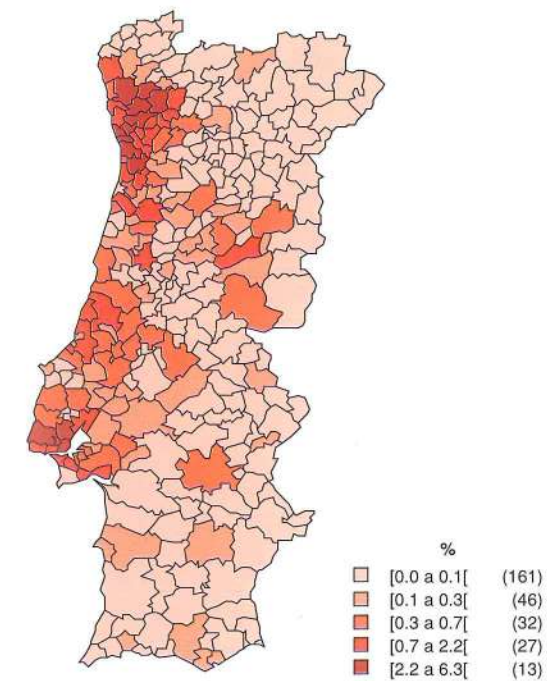
Mapa I38 Peso do emprego concelhio no total de emprego do Continente (1991)



Fonte: Quatenaire Portugal e Censos 91, INE.

Mapa I39

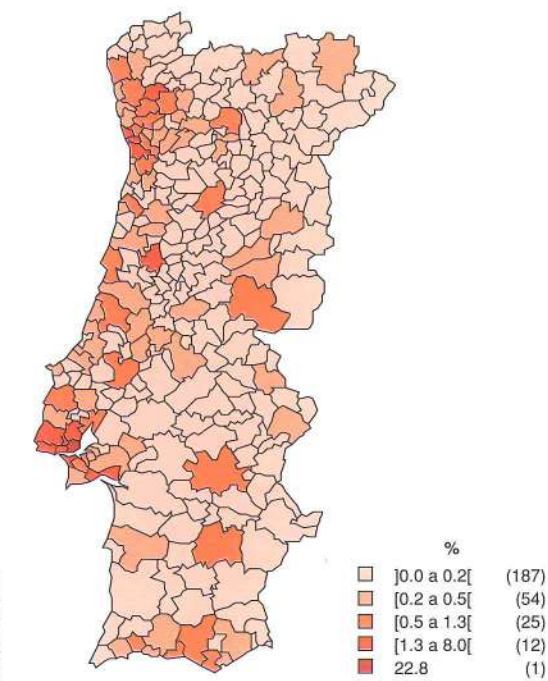
Emprego na indústria transformadora:
peso concelho no total do Continente (1991)



Fonte: Quatenaire Portugal e Censos 91, INE.

Mapa I40

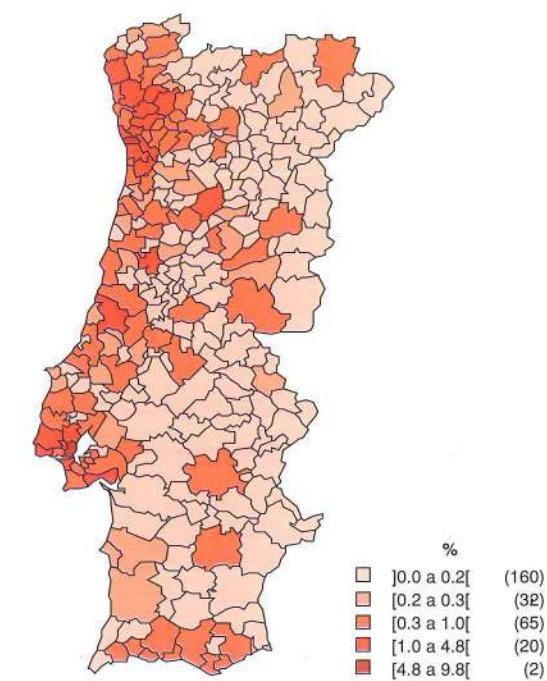
Emprego no sector terciário:
peso concelho no total do Continente (1991)



Fonte: Quatenaire Portugal e Censos 91, INE.

Mapa I41

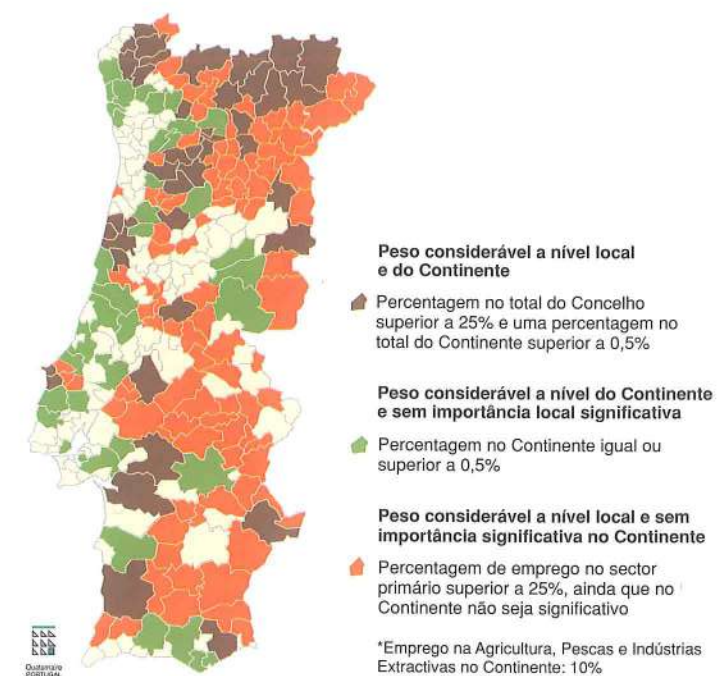
Emprego na construção civil:
peso concelho no total do Continente (1991)



Fonte: Quatenaire Portugal e Censos 91, INE.

Mapa S25

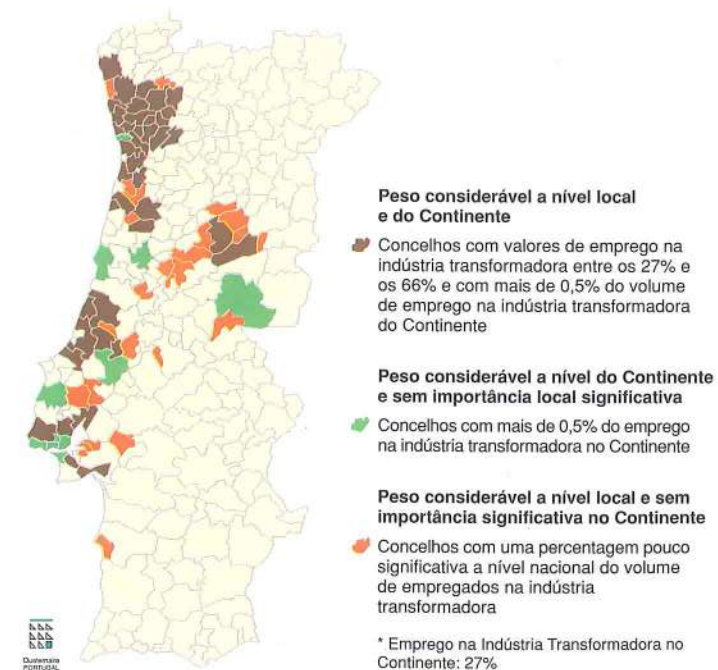
Síntese emprego na agricultura, pescas e indústrias extractivas



Fonte: Quatenaire Portugal (a partir de informação do INE, Recenseamento da População 1991).

Mapa S26

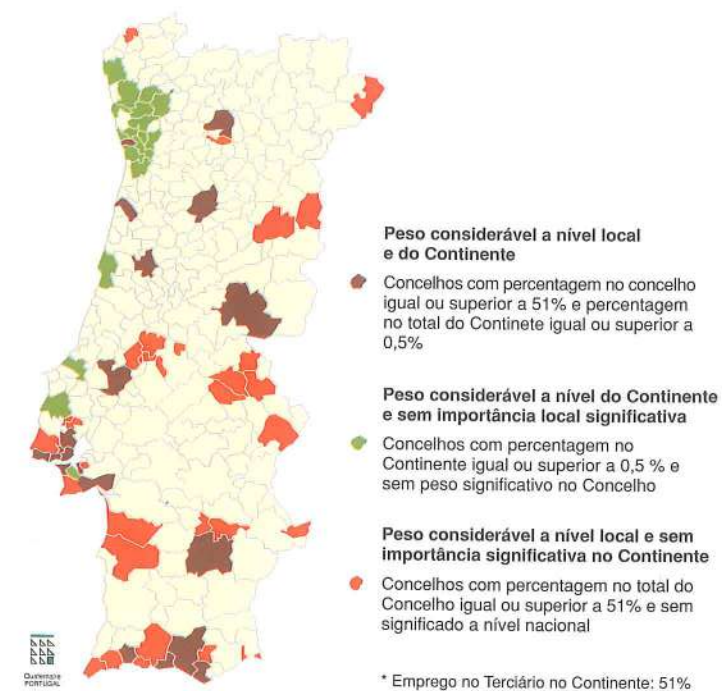
Síntese emprego na indústria transformadora



Fonte: Quatenaire Portugal (a partir de informação do INE, Recenseamento da População 1991).

Mapa S27

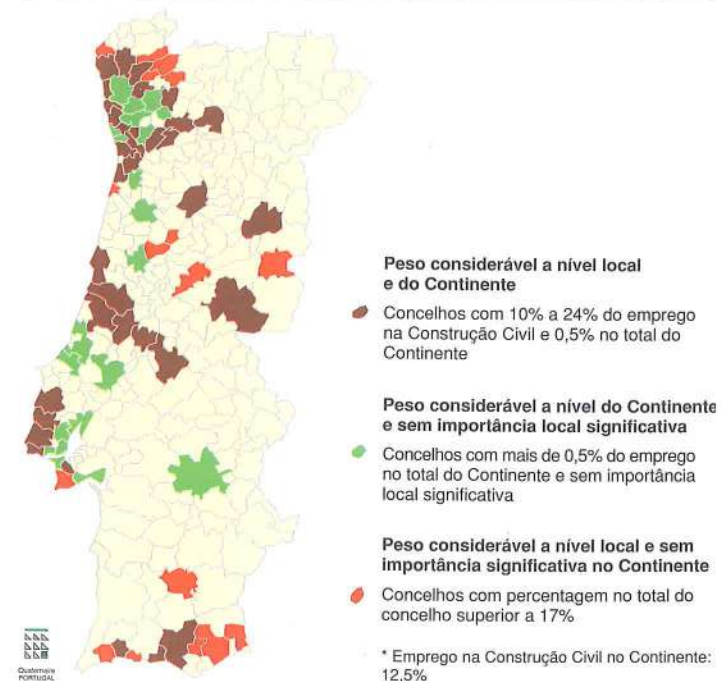
Síntese emprego no terciário



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Recenseamento da População 1991).

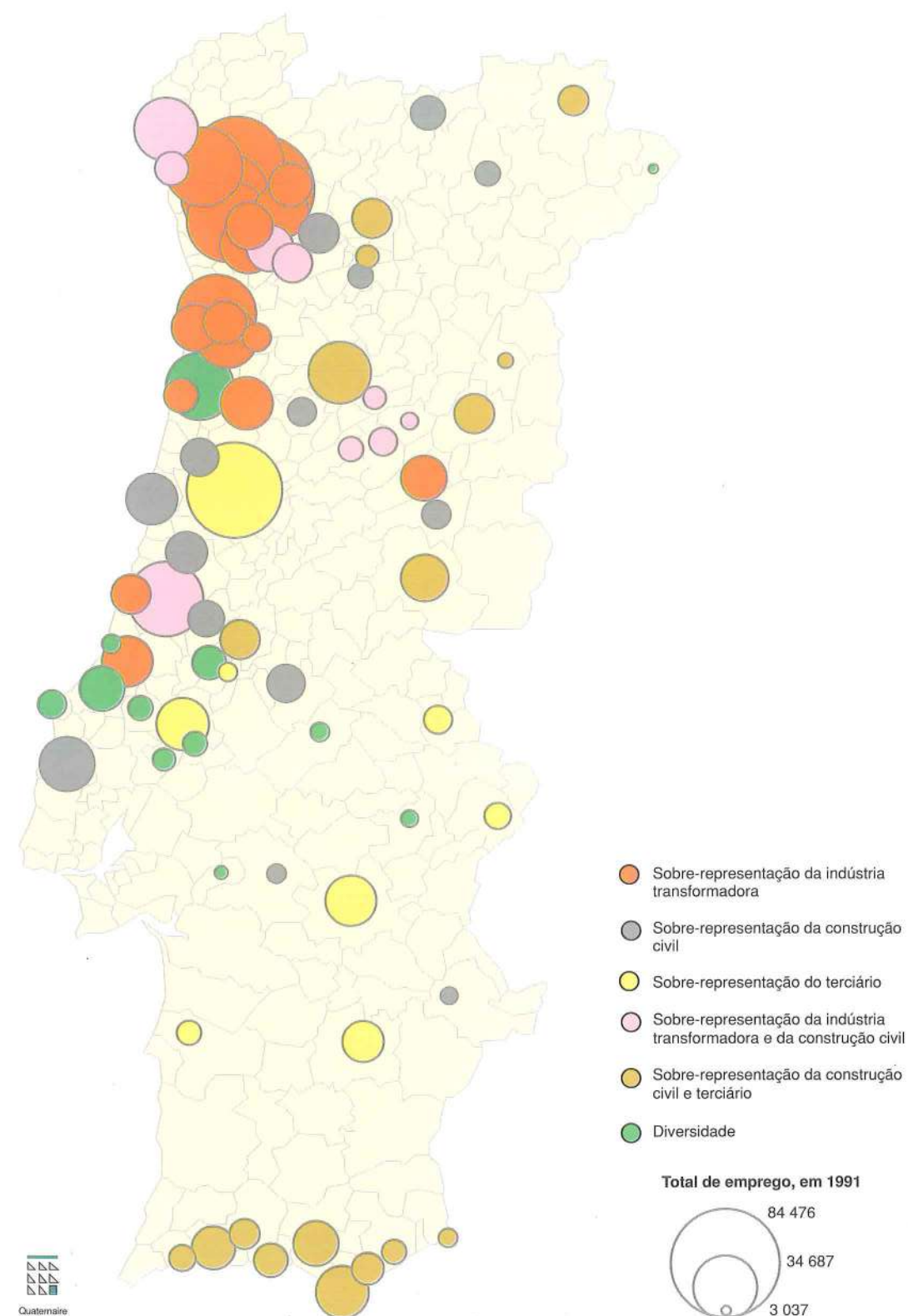
Mapa S28

Síntese emprego na construção civil



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Recenseamento da População 1991).

Mapa S29 Síntese tipologia de cidades em função da estrutura do emprego



Fonte: Quatenaire Portugal (a partir de informação do INE, Censos 91).

Quadro 12 Emprego nas cidades e Áreas Metropolitanas

CONCELHOS	EMPREGO TOTAL	EMPREGO INDÚSTRIA	TOTAL TERCIÁRIO	CONSTRUÇÃO CIVIL	AGRICULTURA
Área Metropolitana de Lisboa	28,9	20,6	39,3	4,4	4,4
Lisboa	14,5	6,3	22,8	9,7	0,4
Área Metropolitana do Porto	14,3	19,1	15,1	2,8	2,8
Porto	5,8	5,3	8,0	4,9	0,1
Cidades em análise	39,3	49,6	32,8	37,2	37,0
Total Parcial	82,4	89,3	87,3	44,6	44,6
Outros Concelhos	17,6	10,7	12,7	55,4	55,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
% do Emprego Total do Continente	100	27,2	51,6	10,3	

Fonte: INE, 1991 e Quaternaire Portugal.

2. Especializações urbanas confirmam os territórios de homogeneidade

Um processo de especialização implica um desenvolvimento e uma complexidade crescente dos processos de produção, contribuindo para uma afirmação urbana/regional no contexto nacional ou internacional. Contudo, um modelo demasiado especializado pode contribuir para aumentar a vulnerabilidade local e/ou regional, caso ocorra uma situação de crise nessa actividade.

A actividade em que uma cidade ou uma região está especializada tem, também, significados diferentes. Com a difusão das actividades ligadas à informação, uma especialização em serviços avançados é determinante para o desenvolvimento das grandes cidades. Por outro lado, as especializações herdadas, baseadas em recursos naturais ou em especializações industriais que se foram intensificando ao longo de muitos anos, muitas vezes sem se valorizarem e sem desencadear processos de terciarização especializada e avançada, podem, num contexto de crise dessa actividade, arrastar uma difusão generalizada de desemprego.

Em termos urbanos, podemos definir uma tipologia de cidades em função dos índices de especialização nas principais actividades, isto é:

- Com uma sobre-representatividade da indústria transformadora associada a uma sub-representatividade do terciário, aparece um aglomerado de cidades em torno do Porto. Nas margens desta mancha fortemente industrializada surgem outras cidades como Viana do Castelo, Esposende, Penafiel e Marco de Canavezes, que associam a indústria com a construção civil;
- A indústria associa-se também à construção civil no núcleo de Gouveia, Seia, Mangualde e Oliveira do Hospital;
- As cidades do Algarve têm uma forte expressão no terciário e na construção civil, naturalmente justificada pela importância da fileira dos serviços de turismo e pela dinâmica imobiliária;
- As cidades do interior Norte e Centro têm, em geral, índices de especialização elevados no terciário e/ou na construção civil – Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda e Castelo Branco, Lamego, Chaves, Mirandela e Fundão;
- As cidades do Alentejo apresentam um perfil marcadamente diferente, com o terciário a dominar ou não havendo qualquer actividade com um índice de especialização suficientemente elevado;
- As cidades localizadas a Norte da Área Metropolitana de Lisboa apresentam-se, em geral, pouco especializadas, dominando a diversidade de actividades. Salientam-se, no entanto, Alcobaça e Marinha Grande com uma especialização elevada na indústria, Leiria na indústria e na construção civil, e Santarém e Entroncamento com uma forte representatividade do terciário.

Índices de especialização definem tipologias urbanas marcadas por ramos industriais

Depois da apresentação global das especializações é oportuno desagregarmos os índices de especialização nos dois sectores dominantes – a indústria transformadora, que representa 27% do emprego do Continente, e o terciário, que totaliza 52%.

Em termos industriais, dado que o padrão de localização dos sistemas industriais ultrapassa os limites físicos das cidades/concelhos para se estender por territórios mais ou menos especializados, a primeira abordagem deve ser vista ao nível do território para depois se detectarem os perfis urbanos aí inseridos.

Quadro 13 Emprego na indústria transformadora por ramos industriais, no Continente (1991)

RAMOS INDUSTRIAIS (CAE)	% NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA
Indústria Alimentar (DA)	8,86
Indústria Têxtil (DB)	33,61
Indústria do Couro e seus Produtos (DC)	7,40
Indústria da Cortiça e Madeiras (DD)	6,22
Indústria do Papel, Cartão, Edição e Impressão (DE)	5,08
Indústria de Produtos Químicos e Petrolíferos (DFG)	4,33
Indústria de Artigos de Borracha e Matérias Plásticas (DH)	1,65
Indústria de Minerais não Metálicos (DI)	6,52
Indústria Metalúrgica e de Produtos Metálicos (DJ)	10,89
Indústria das Máquinas e Equipamentos n.e. (DK)	2,88
Indústria de Equipamento Eléctrico e de Óptica (DL)	3,46
Indústria de Material de Transporte (DM)	3,56
Outras Industriais (DN)	5,56

Fonte: INE, Censos 1991 e cálculos realizados pela Quaternaire Portugal a partir dos movimentos casa/trabalho.

Na indústria transformadora destaca-se, a *indústria têxtil/vestuário*, com 33,61 % do emprego industrial do Continente, fortemente concentrada em duas áreas:

- uma, localizada em torno do Porto, envolvendo os concelhos do Vale do Ave, alguns do Vale do Sousa e da Área Metropolitana do Porto (que concentra 67% do emprego deste ramo industrial). Trata-se de uma especialização no têxtil algodão e nas malhas (esta sobretudo em Barcelos), que concentra cerca de 34% do emprego têxtil no núcleo central, em torno de Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Barcelos. Nesta área de forte densidade de cidades, este ramo industrial marca a estrutura produtiva de um elevado número dessas cidades, originando índices de monoespecialização muito elevados – Santo Tirso, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Fafe, Barcelos, Esposende, Paços de Ferreira, Póvoa do Lanhoso, Penafiel e Marco de Canavezes (representando desde 52,5% até 22% do emprego total dos concelhos). Esta forte monoespecialização no Noroeste, contribui drasticamente para aumentar a vulnerabilidade deste território no actual momento de forte concorrência e competitividade internacionais;

– outra área, menos importante em termos de volume de emprego (7% deste ramo industrial), desenvolve-se em torno da Covilhã, Seia, Gouveia, Belmonte e Manteigas e está associada à indústria de lanifícios. A proliferação da indústria do vestuário está a estender-se por uma extensa mancha, que vai desde a Guarda até Ansião, e de Penalva do Castelo a Castelo Branco. As cidades localizadas nesta área, sobretudo Covilhã, Seia, Gouveia e Oliveira do Hospital, apresentam um perfil de especialização marcado por esta actividade, representando uma elevada percentagem do total do emprego destes concelhos (desde 38% até 19%).

A *indústria dos couros e do calçado* (NACE DC) representa 7% do emprego industrial do Continente, mas está fortemente concentrada num número restrito de concelhos (23 concelhos totalizam 87% do emprego desta indústria). Em termos territoriais, sobressai um núcleo em torno de Felgueiras, com os concelhos de Guimarães e Lousada (com 27% do emprego deste ramo), outro centro à volta de S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Feira e Vila Nova de Gaia (com 44%) e Alcanena (3,5%). Os concelhos das cidades de Felgueiras, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira apresentam índices de especialização muito altos e percentagens de emprego concelhios entre 22% e 49%, o que transmite alguma vulnerabilidade à base económica da cidade/concelho, face a uma eventual crise no sector.

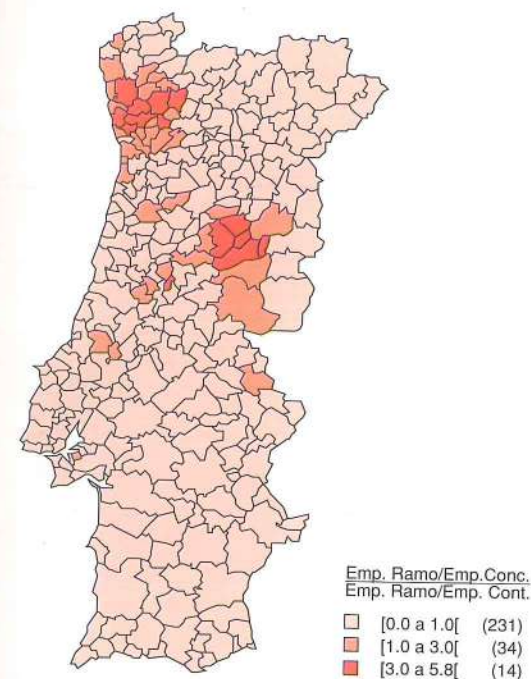
Os *minerais não metálicos* (NACE DI) representam, no Continente, 6,5% do emprego industrial, apresentando um padrão de distribuição geográfica relativamente concentrado (cerca de 75% do emprego desta indústria localiza-se em 61 concelhos). Em termos de percentagem de emprego no Continente e índice de especialização, salientam-se Alcobaça, Marinha Grande, Caldas da Rainha e concelhos vizinhos como o principal núcleo de especialização nacional (totalizando mais de 20% do emprego desta indústria), e ainda Sintra, Coimbra, Aveiro e Barcelos.

As *indústrias metalúrgicas e metalomecânicas* (NACE DJ) representam 11% do emprego industrial e têm um padrão de distribuição não muito concentrado. Em termos de especialização e volume de emprego, Águeda afirma-se a nível nacional e os concelhos vizinhos apresentam índices de especialização elevados. O emprego destes ramos industriais apresenta uma estrutura fortemente concentrada nalguns concelhos, o que transmite a essas áreas alguma fragilidade potencial.

Em termos de especializações regionais são ainda de realçar a indústria da cortiça para Santa Maria da Feira, o mobiliário para Paredes e Paços de Ferreira e as alimentares ao Norte de Lisboa.

Mapa I42

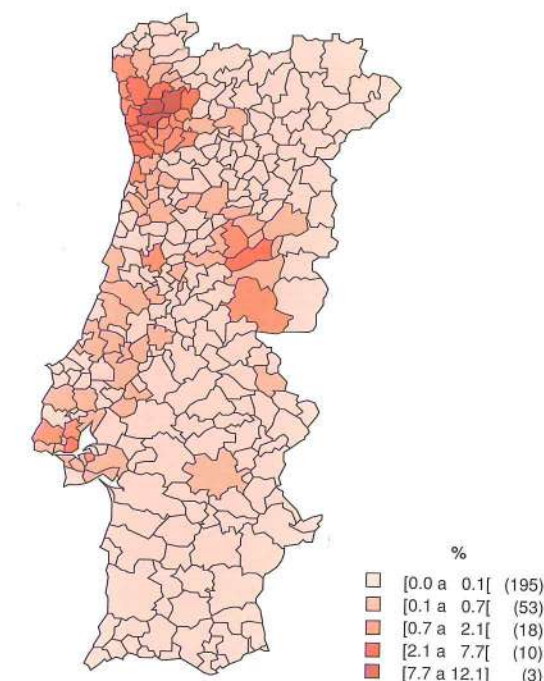
Índice de especialização da indústria têxtil (DB) com base no emprego, por concelho (1991)



Fonte: Quatenaire Portugal e Censos 91, INE.

Mapa I43

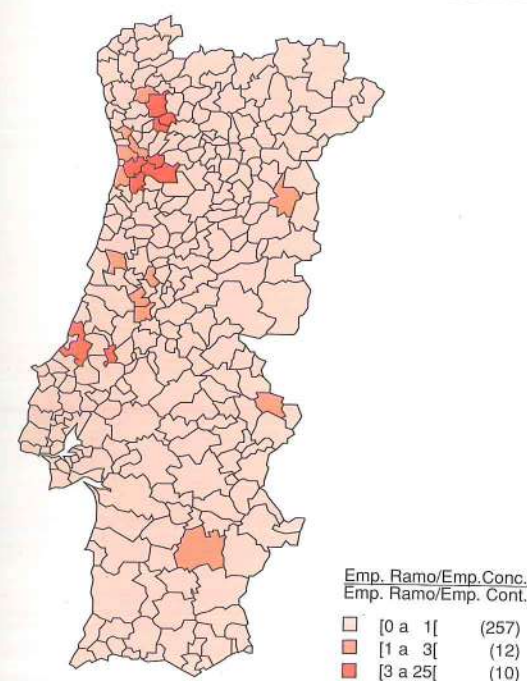
Emprego na indústria têxtil (DB): peso concelho no total do Continente (1991)



Fonte: Quatenaire Portugal e Censos 91, INE.

Mapa I44

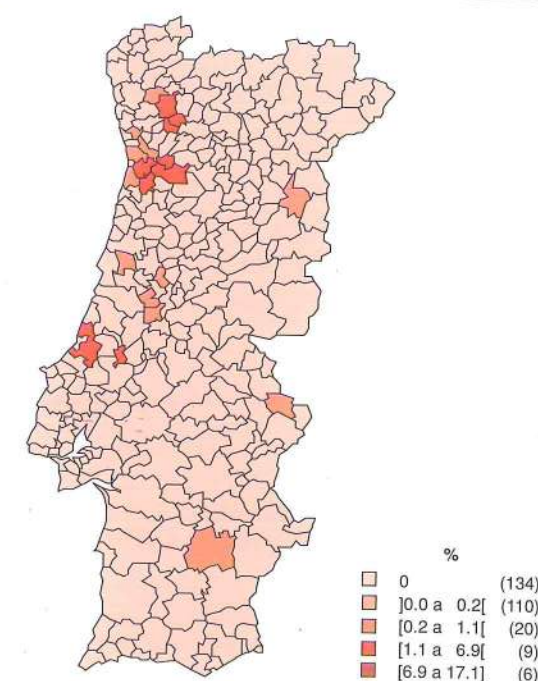
Índice de especialização na indústria do couro e seus produtos (DC), com base no emprego, por concelho (1991)



Fonte: Quatenaire Portugal e Censos 91, INE.

Mapa I45

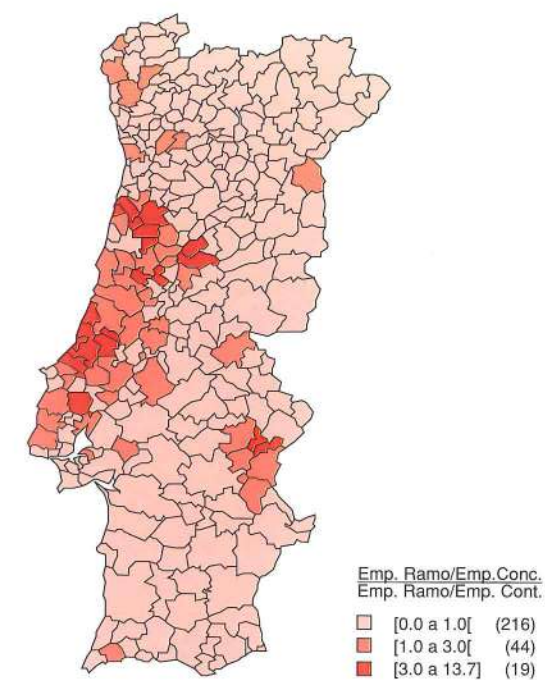
Emprego na indústria do couro e seus produtos (DC): peso concelho no total do Continente (1991)



Fonte: Quatenaire Portugal e Censos 91, INE.

Mapa I46

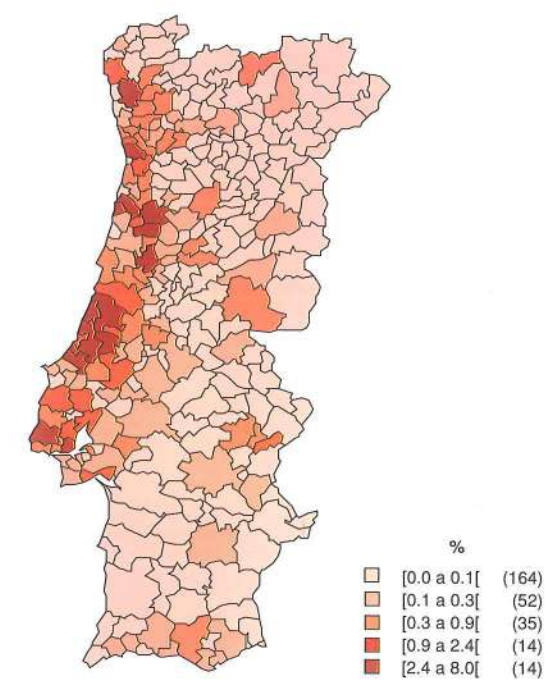
Índice de especialização da indústria de produtos minerais não metálicos (DI), com base no emprego, por concelho (1991)



Fonte: Quatenaire Portugal e Censos 91, INE.

Mapa I47

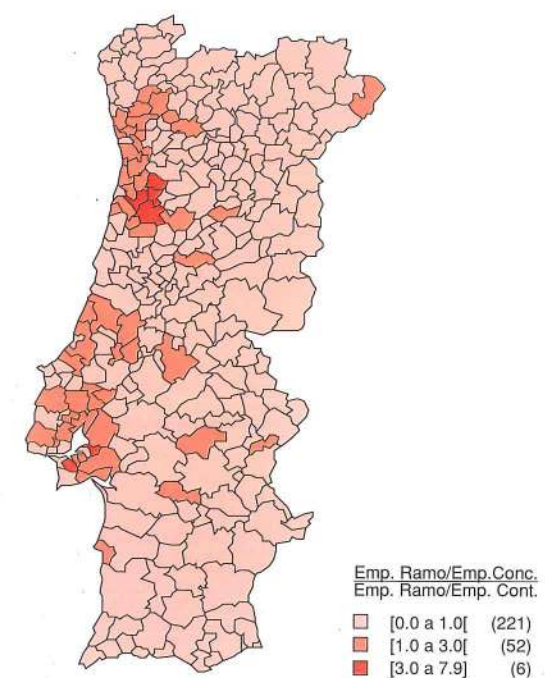
Emprego nas indústrias de produtos minerais não metálicos (DI): peso concelho no total do Continente (1991)



Fonte: Quatenaire Portugal e Censos 91, INE.

Mapa I48

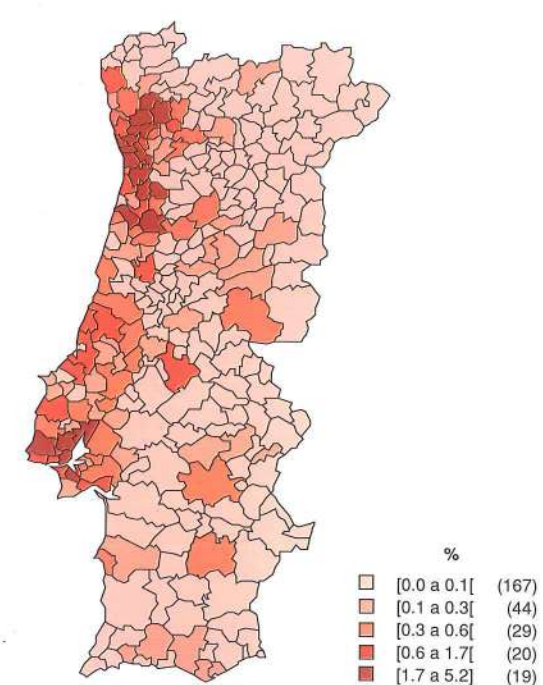
Índice de especialização da indústria metalúrgica e de produtos metálicos (DJ), com base no emprego, por concelho (1991)



Fonte: Quatenaire Portugal e Censos 91, INE.

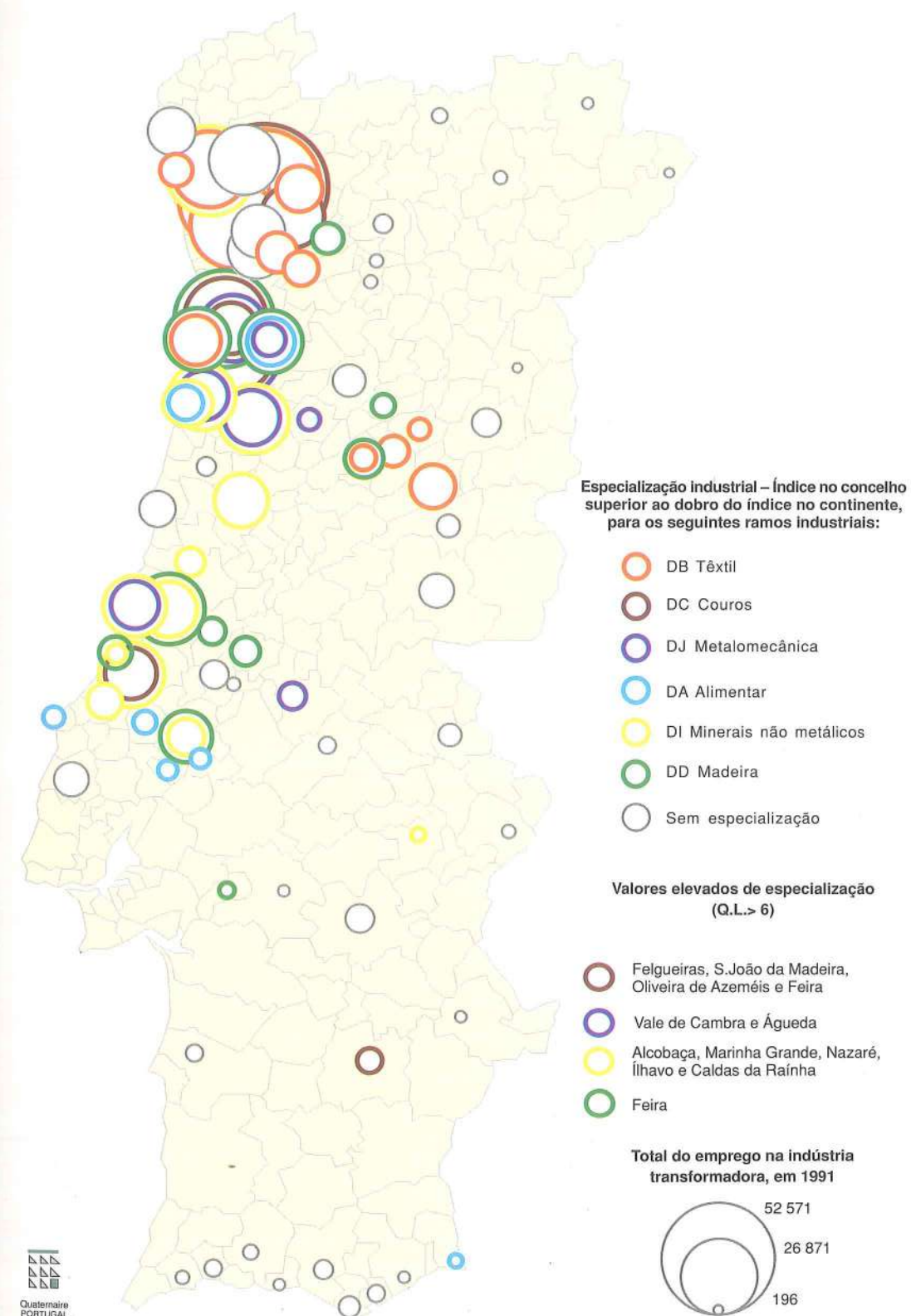
Mapa I49

Emprego nas indústrias de metalúrgicas e produtos metálicos (DJ): peso concelho no total do Continente (1991)



Fonte: Quatenaire Portugal e Censos 91, INE.

Mapa S30 Síntese especialização industrial



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Censos 91).

A importância do terciário sobressai nos concelhos onde se localizam cidades, mas as especializações sectoriais confirmam a existência de dependências face a Lisboa e Porto e a importância da fileira do turismo no eixo litoral do Algarve

O sector terciário engloba actividades como o comércio a retalho, a restauração e hotelaria, a fileira dos transportes e os serviços pessoais e às empresas. Nos últimos anos, as cidades têm vindo a sentir um processo de terciarização muito intenso e o emprego tem vindo a aumentar significativamente. No entanto, esta evolução não é uniforme, e as cidades apresentam estruturas de especialização muito diversificadas e com competitividades muito heterogéneas. Analisando o mapa de síntese do terciário, as principais cidades demarcam-se perfeitamente dos seus territórios envolventes, sobretudo em Trás-os-Montes e Alto Douro, nas Beiras e no Alentejo – respectivamente, Vila Real, Viseu, Coimbra, Figueira da Foz, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja.

O *comércio a retalho* continua a favorecer as grandes cidades, sobretudo Lisboa (16% do emprego no comércio) e, numa posição menos privilegiada, o Porto (8%). As duas Áreas Metropolitanas totalizam 50% do emprego no comércio, com destaque para o Porto, Vila Nova de Gaia e Matosinhos e para Lisboa, Loures, Sintra, Amadora, Cascais, Almada, Oeiras e, mais a Sul, Setúbal.

Fora das Áreas Metropolitanas, as cidades que se afirmam pelo volume de emprego no comércio são (por ordem decrescente) Braga, Coimbra, Leiria, Guimarães, Aveiro, Feira e Viseu. Mas, uma análise territorial realça-nos uma realidade mais complexa. No Noroeste, desenha-se novamente um contínuo que vai desde Oliveira de Azeméis até Viana do Castelo, onde sobressaem Braga e Guimarães e uma coroa em torno do Porto (acima referida). Em Trás-os-Montes e Alto Douro, nenhuma cidade/concelho se destaca ao nível nacional, mas Vila Real, Peso da Régua, Lamego, Bragança e Chaves afirmam-se ao nível regional.

Mais a Sul, o território está polarizado por Aveiro, Viseu, Coimbra e Figueira da Foz, e pelo núcleo de Leiria, Alcobaça, Caldas da Rainha e Santarém. Nas proximidades da Área Metropolitana de Lisboa destaca-se sobretudo Torres Vedras. Na Beira Interior, o eixo Castelo Branco, Fundão, Covilhã, Guarda está perfeitamente desenhado, com alguma concentração em torno de Castelo Branco. O Alentejo é polarizado sobretudo por Évora e Beja e, com menor intensidade, por Elvas, Portalegre e Santiago do Cacém. No Algarve destacam-se Faro, Portimão e Loulé.

O *terciário maioritariamente público* compreende a Administração Pública, a Saúde, a Educação e a Acção Social (NACE L, M, N). O peso relativo deste segmento pode ter dois significados totalmente opostos. Se por um lado, ele representa a concentração da administração pública e dos principais serviços de educação, saúde e acção social, por outro, a sua importância ou uma especialização muito alta nestas actividades, pode ser sinónimo de alguma carência de iniciativa empresarial privada em matéria de serviços e comércio.

O território nacional parece estar salpicado por cidades com alguma força centrípeta. A concentração da administração e dos serviços públicos é clara em Lisboa, que possui 23% do emprego destes ramos. O Porto fica-se pelos 7% e Coimbra surge-nos em terceiro lugar com 3,4%. Ainda se salientam alguns concelhos das coroas metropolitanas, em torno de Lisboa e do Porto.

Desenha-se novamente a mancha contínua entre Viana do Castelo e Santa Maria da Feira e, no Norte Interior, realçam-se Vila Real, Chaves e Bragança, capitais de distrito. Na região Centro a centralidade é marcada por Coimbra e ainda por Viseu, Aveiro, Figueira da Foz, Castelo Branco, Covilhã e Guarda. Leiria, Santarém e Torres Vedras salientam-se a Norte de Lisboa, Portalegre, Elvas, Évora e Beja no Alentejo, e Faro/Olhão e Portimão no Algarve.

Em termos de especializações, a situação nas cidades pode ser encarada também noutra perspectiva. Uma forte especialização neste ramo associada a um volume muito forte de emprego no concelho é sintoma de alguma insuficiência na criação de estruturas empresariais privadas e uma dependência muito forte do emprego público. Assim, em cerca de 16 concelhos onde estão localizadas cidades de média dimensão, a dependência do emprego público ultrapassa os 20% do emprego concelhio (ver quadro):

- num primeiro grupo, encontramos Coimbra, Portalegre, Évora, Beja, Vila Real e Bragança (com 27 a 33%);
- num segundo grupo, Lamego, Chaves, Guarda, Castelo Branco, Abrantes, Tomar, Santarém, Elvas, Santiago do Cacém e Faro (com 20 a 27%).

Os *serviços de transporte e comunicações* (NACE I, com 4,5% do emprego total) estão fortemente concentrados em Lisboa (34%), no Porto (9%) e ainda nos concelhos das Áreas Metropolitanas, com especial destaque para Loures (3%), Setúbal (1,5%), para Matosinhos (3%) e Vila Nova de Gaia (2%). Em termos de índices de especialização, o concelho do Entroncamento (com um quociente de localização de 8,9) destaca-se a nível nacional, pois cerca de 40% do emprego local está ligado a este ramo de serviços.

Os *serviços financeiros* (NACE J, com 2% do emprego total) estão fortemente concentrados na capital, que absorve 45% do emprego deste ramo. O concelho do Porto também absorve uma fatia importante de emprego, ficando, no entanto, ainda muito aquém de Lisboa (14,5%). Em termos de índice de especialização, as cidades pequenas e médias não apresentam valores relevantes, confirmando a intensa concentração destes serviços nas duas principais aglomerações. Apesar desta forte concentração, podemos salientar algumas outras cidades:

- Coimbra (3º concelho empregador com 1,5%), Braga (6º concelho), Leiria, Aveiro (respectivamente, 9º e 10º) e Guimarães (15º);
- e ainda Faro, Viseu, Santarém, Évora, Viana do Castelo, Torres Vedras, Beja, Santa Maria da Feira e Castelo Branco.

As *actividades imobiliárias e os serviços às empresas* representam 3% do total do emprego e também estão concentradas em Lisboa (36% do emprego) e ainda no Porto (10%). Quanto às restantes cidades, Coimbra, Braga, Faro e Aveiro, aparecem nos primeiros lugares ao nível nacional, seguidos de Leiria, Guimarães, Loulé, Santarém, Évora, Vila Nova de Famalicão, Portimão, Viseu e Viana do Castelo.

Como se pode verificar, os núcleos de forte industrialização têm fraca capacidade de atrair e reter localmente os serviços às empresas, pois os índices de especialização destes serviços são muito baixos e o volume de emprego é pouco significativo em termos locais. Se o sector privado não responde às necessidades das empresas, importa analisar como é que se comporta o sector público neste domínio específico de apoio às actividades económicas (Centros Tecnológicos, Centros de Formação Profissional, Centros de Investigação e Extensão – tratado ainda neste capítulo).

Os *serviços pessoais* (com 5% do total do emprego) não fogem ao modelo de distribuição dos outros ramos, realçando novamente Lisboa (21%) e o Porto (7%). Coimbra e Braga demarcam-se, ainda assim, das outras cidades de menor dimensão.

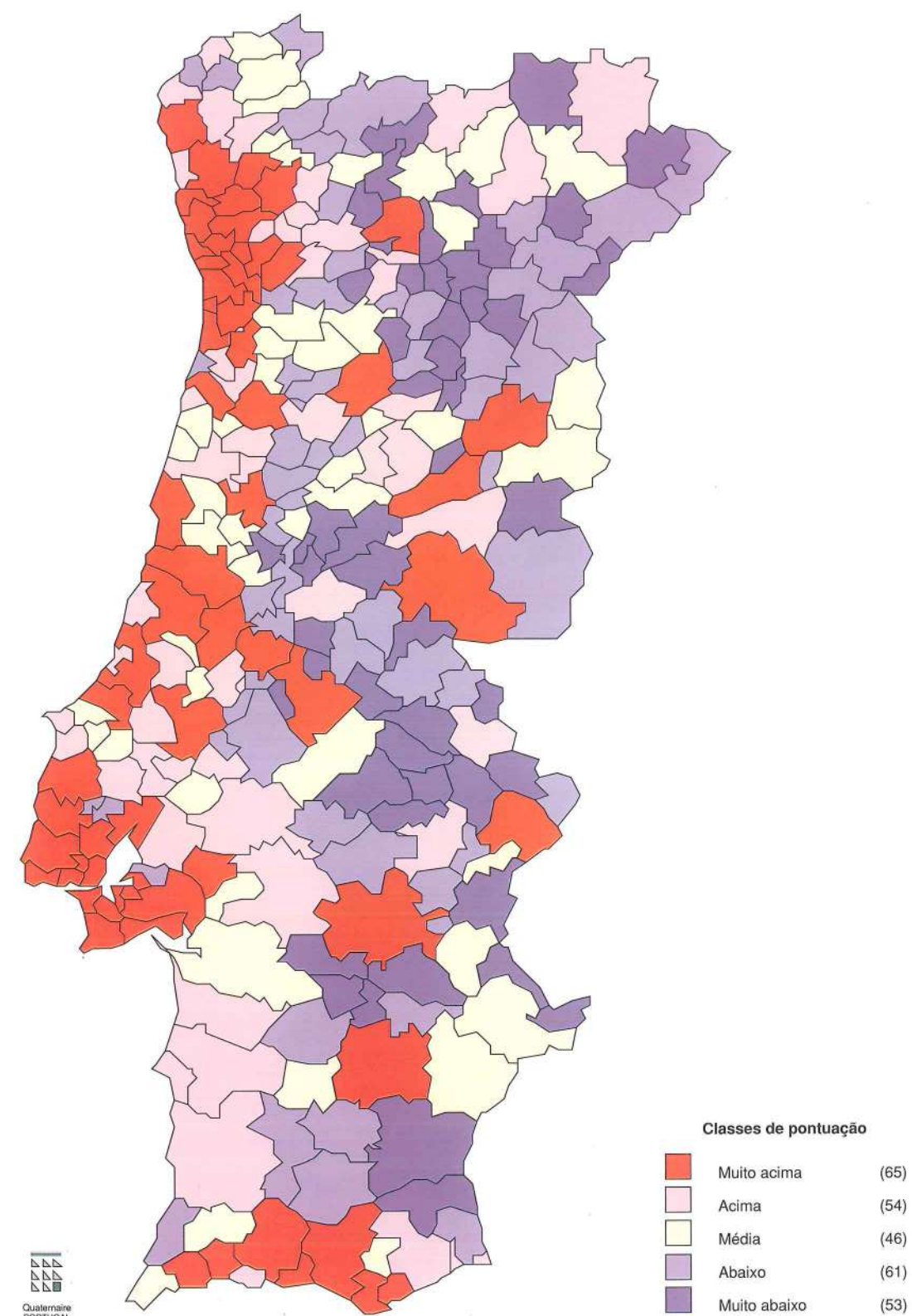
Em termos de síntese, foram calculados os índices de especialização para os concelhos com cidades (quocientes de localização superior a 1,4), nos ramos dos serviços, de forma a avaliar concretamente o seu nível de desconcentração.

Analisando o Mapa S32, podemos concluir que os únicos concelhos com um perfil marcado por este sector são os das cidades do Algarve, onde sobressaem a restauração e hotelaria, o comércio e as actividades imobiliárias, e os serviços às empresas. No restante território, salienta-se o terciário maioritariamente público nas cidades do interior e em Coimbra, o comércio por grosso nas cidades que envolvem a metrópole de Lisboa, e os transportes e comunicações no Entroamento e em Torres Novas. As áreas fortemente industrializadas não apresentam índices de especialização igualmente altos nos serviços às empresas, confirmando a sub-representação deste sector e a dependência, que neste domínio, se faz sentir relativamente às cidades de Lisboa e do Porto.

A dinâmica da demografia empresarial no sector terciário (Base Belém, INE, 1995) apresentou um comportamento muito heterogéneo nas várias pequenas e médias cidades. Em termos de empresas criadas (entre 1990-1994), sobressaem Braga, Coimbra, Guimarães, Loulé, Portimão, Albufeira, Viseu, Leiria e Santa Maria da Feira. Fazendo uma estimativa do emprego criado, verificamos que as cidades mais dinâmicas (novas empresas com mais de dez trabalhadores), em termos de comércio e serviços, são Braga, Guimarães, Coimbra, Torres Novas, Castelo Branco, Beja, Portimão, Loulé, Albufeira e Faro. Em termos de fileiras de serviços, sobressaem:

- a dinâmica de emprego na hotelaria e nas actividades imobiliárias que se verificou sobretudo no Algarve e em Braga;
- os serviços às empresas que criaram emprego sobretudo em Coimbra, Braga, Leiria e ainda Barcelos, Guimarães, Viseu, Évora, Viana do Castelo, Aveiro, Faro, Santarém e Santiago do Cacém.

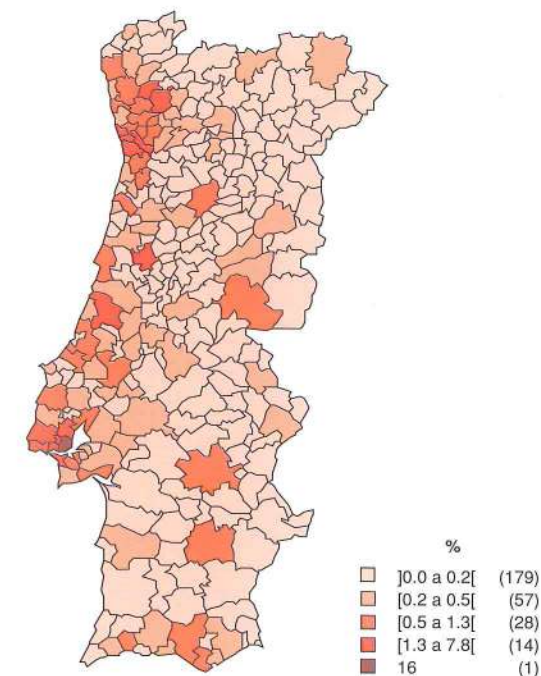
Mapa S31 Síntese do emprego nos serviços (1991)



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação dos Censos 91, INE).

Mapa I50

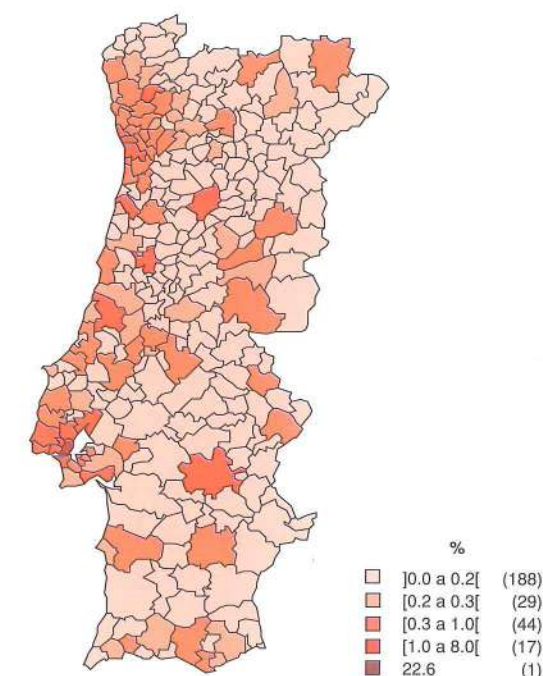
Emprego no comércio:
peso concelhio no total do Continente (1991)



Fonte: Quaternaire Portugal e Censos 91, INE.

Mapa I51

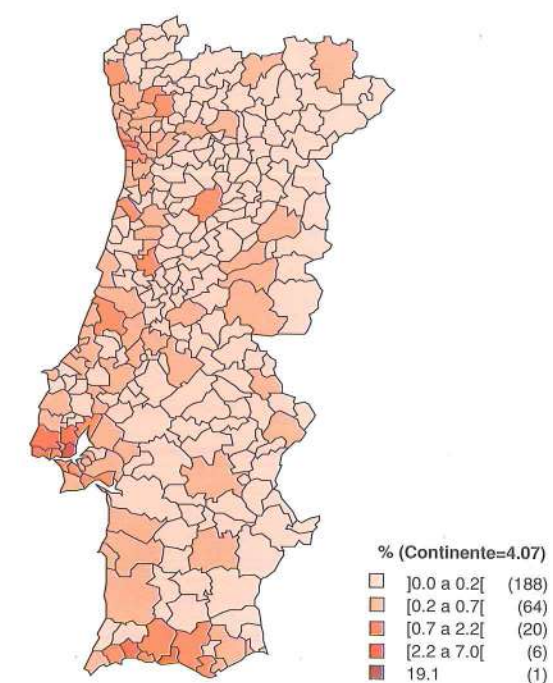
Emprego no sector maioritariamente público:
peso concelhio no total do Continente (1991)



Fonte: Quaternaire Portugal e Censos 91, INE.

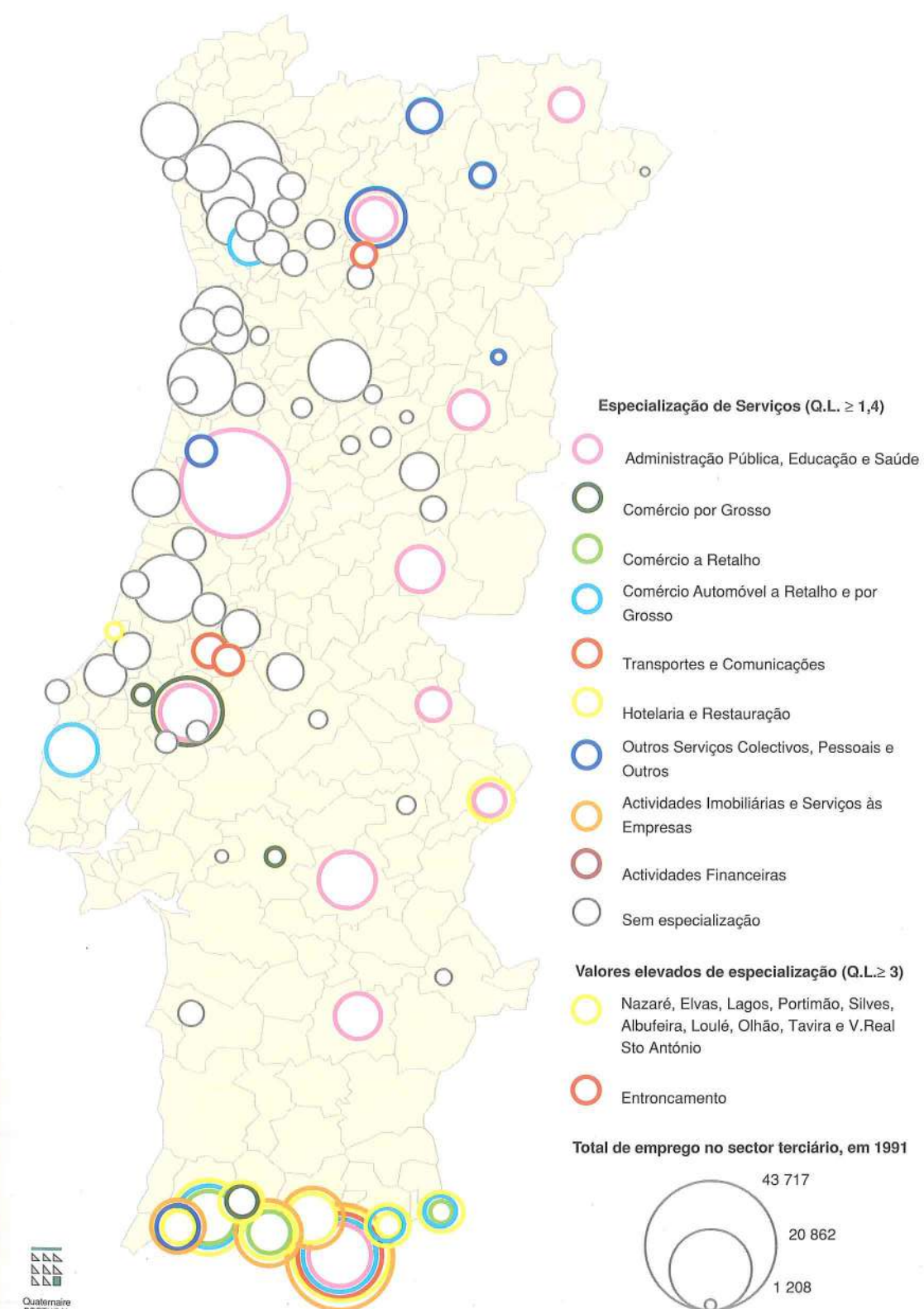
Mapa I52

Emprego na hotelaria e restauração:
peso concelhio no total do Continente (1991)



Fonte: Quaternaire Portugal e Censos 91, INE.

Mapa S32 Síntese especialização de serviços



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Censos 91).

As fortes especializações urbanas em sectores industriais e no terciário maioritariamente público têm padrões de distribuição diferenciados, mas são ambos indicadores de alguma vulnerabilidade

Índices de especialização elevados (quocientes de localização quase sempre mais altos que 1) num ramo de actividade, quando associados a percentagens de emprego altas no concelho (superiores a 20%), poderão implicar alguma vulnerabilidade da cidade/concelho num momento de crise desse sector.

Analisando o Mapa S33, verificamos o predomínio do sector primário na maior parte do território nacional, o que, no actual momento de crise do sector agrícola, representa níveis de fragilidade da estrutura produtiva e do emprego muito altos. Ainda temos um País demasiadamente agrícola, embora em termos de emprego total só represente 10% do conjunto da população activa.

O sector maioritariamente público aparece também a dominar as estruturas de actividade de um grande número de concelhos, sobressaindo, designadamente, Portalegre, Coimbra, Bragança, Évora, Beja, Vila Real, Elvas, Faro, Guarda, Castelo Branco, Santiago do Cacém, Aveiro, Lamego e Abrantes.

A monoespecialização está também muito ligada ao predomínio e à concentração de alguns ramos industriais. Todo o Vale do Ave, parte do Vale do Sousa, Vila do Conde, Póvoa do Varzim, Maia, Valongo, Barcelos, Esposende, Marco de Canavezes, Maia e Valongo definem uma área de elevada especialização na indústria têxtil. Outro núcleo de monoespecialização estrutura-se na Beira Interior, em torno da Covilhã, Belmonte, Seia, Gouveia e Manteigas. A dependência do emprego neste ramo industrial, oscila nalguns concelhos (sete) entre 40% e 53%.

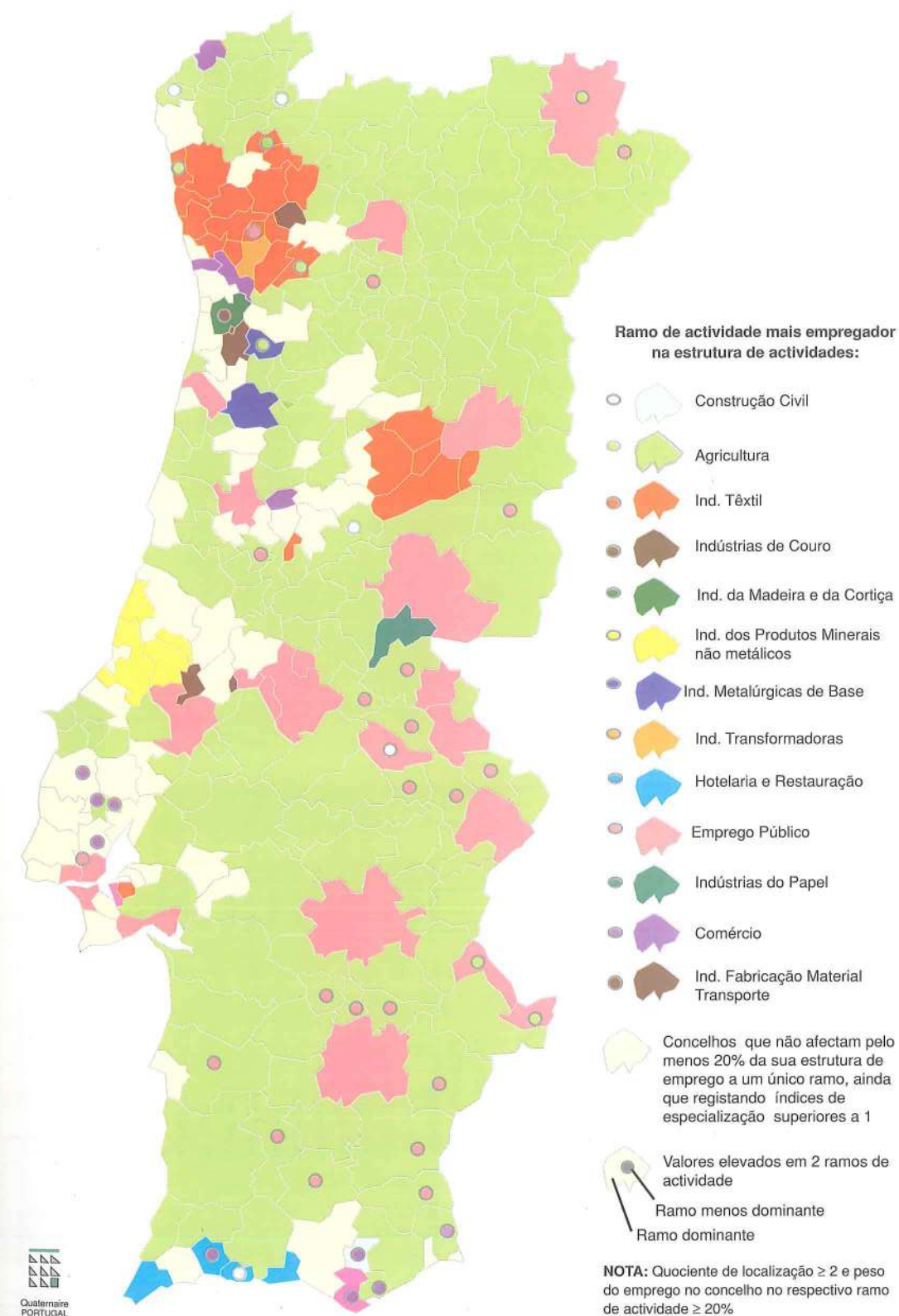
A indústria do couro e seus derivados (NACE DC) domina em Felgueiras (49% do emprego concelhio), S. João da Madeira (38%), Oliveira de Azeméis (34%) e Santa Maria da Feira. Na Marinha Grande, Alcobaça, Porto de Mós e Batalha, os níveis de emprego concelhio rondam os 20%, criando um núcleo fortemente especializado. As indústrias metalúrgicas e produtos metálicos (NACE DJ) aparecem em Águeda e em Vale de Cambra, com cerca de vinte e poucos por cento do emprego do concelho.

No Algarve, a hotelaria e a restauração dominam em Portimão, Albufeira e Lagoa, e ainda em Lagos e Loulé.

Concluindo, estamos perante um elevado número de casos fortemente dependentes, em termos de emprego, de um só ramo de actividade. Se a agricultura representa o grau de vulnerabilidade mais alto, o elevado peso de emprego público define concelhos fortemente atractivos em termos de equipamentos e serviços públicos, e/ou concelhos com fraca capacidade empresarial e com uma insuficiente oferta de oportunidades de emprego.

Relativamente aos concelhos onde se localizam as cidades em Estudo, a monoespecialização é particularmente marcante (mais de 40% do emprego concelhio) em Santo Tirso, Guimarães, Castanheira de Pêra, Vila Nova de Famalicão, Belmonte, Fafe, Barcelos e Felgueiras, e afecta no total mais de metade das cidades em Estudo (cerca de quarenta concelhos).

Mapa S33 Sectores dominantes de emprego



Quaternaire
PORTUGAL

Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Censos 91).

Quadro 14 Especialização alta associada a volumes de emprego concelhio elevados

CIDADES COM FORTES ESPECIALIZAÇÕES NUM RAMO INDUSTRIAL (O LOCAL ≥ 1 E UMA % DO EMPREGO NESSE RAMO ≥ A 20% DO TOTAL DO EMPREGO NO CONCELHO)	CIDADES COM FORTES ESPECIALIZAÇÕES NO TERCIÁRIO "VALORIZACAMENTE PÚBLICO" E UMA % DO EMPREGO NESSE RAMO ≥ A 20% DO TOTAL DO EMPREGO NO CONCELHO	CIDADES COM FORTES ESPECIALIZAÇÕES NO COMÉRCIO A RETALHO E COMÉRCIO AUTOMÓVEL E UMA % DO EMPREGO NESSES RAMOS ≥ A 20% DO TOTAL DO EMPREGO NO CONCELHO	CIDADES COM FORTES ESPECIALIZAÇÕES NA CONSTRUÇÃO CIVIL E UMA % DO EMPREGO NESSE RAMO ≥ A 20% DO TOTAL DO EMPREGO NO CONCELHO	CIDADES COM FORTES ESPECIALIZAÇÕES NA HOTELEARIA E NA RESTAURACÃO E UMA % DO EMPREGO NESSE RAMO ≥ A 20% DO TOTAL DO EMPREGO NO CONCELHO
Indústria Têxtil/Vestuário (DB) Santo Tirso (53%) Guimarães (50%) V.N. Famalicão (50%) Fafe (42%) Barcelos (42%) Covilhã (38%) Seia (32%) Gouveia (28%) Espinho (27%) Paços de Ferreira (25%) Penafiel (23%) Marco de Canaveses (22%) Indústria dos Couros e dos Produtos do Couro (DC) Felgueiras (49%) S. João da Madeira (38%) Oliveira de Azeméis (34%) Feira (22%) Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras (DD) Feira - Cortiça (22%) Indústria da Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos Marinha Grande (24%) Alcobça (22%) Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos (DI) Águeda (23%) Vale de Cambra (21%) Indústrias Transformadoras N.E. (DN) Paredes - Mobiliário Paços de Ferreira - Mobiliário	Portalegre (32,7%) Coimbra (31,9%) Bragança (30,4%) Évora (29,6%) Beja (28,0%) Vila Real (26,8%) Elvas (24,6%) Faro (23,5%) Guarda (23%) Castelo Branco (23%) Santiago do Cacém (21%) Aveiro (21%) Lamego (20%) Abrantes (20%)	Portimão (20%)	Amarante (18%) Vila Nova de Ourém (18%) Pombal (18%) Penafiel (18%)	Albufeira (36%) Portimão (23%) Lagos (19%)

* Administração Pública, Saúde, Educação e Acção Social

Fonte: Quatenaire Portugal e INE, 1991.

3. Forte concentração de emprego nem sempre associado a níveis superiores de qualificação da mão-de-obra residente activa¹¹

A estrutura de qualificações do emprego e da população residente no território português apresenta grandes assimetrias. Estas estão profundamente relacionadas com a distribuição das actividades, sendo esta estrutura de distribuição das qualificações causa e consequência dos diferentes graus de desenvolvimento das regiões.

Com esta abordagem pretende-se avaliar em que medida as cidades apresentam, ao nível das qualificações, padrões de comportamentos específicos, ou nelas apenas se reproduzem os padrões dominantes nos territórios de proximidade.

O Mapa S34, demonstra claramente as principais diferenças a nível nacional. Os indicadores que o suportam privilegiam os níveis mais qualificados (quadros médios, superiores e altamente qualificados) dos trabalhadores por conta de outrem, os grupos profissionais de nível mais elevado (quadros dirigentes, profissões intelectuais e científicas, e profissionais intermédios) e a população residente com mais instrução (ensino médio e superior), numa perspectiva de detecção das áreas de forte concentração de recursos qualificados.

No Continente, a concentração de recursos humanos qualificados apresenta um padrão de distribuição que corresponde à concentração das actividades mais qualificadas. Sobressaem, claramente, alguns dos concelhos das Áreas Metropolitanas e concelhos onde se localizam cidades. Assim, os principais centros de concentração de recursos humanos qualificados são alguns concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (designadamente, Lisboa, Cascais e Oeiras) e da Área Metropolitana do Porto (excluindo Gondomar, Valongo, Vila do Conde e Póvoa do Varzim) e a cidade de Coimbra.

No contexto litoral, as cidades têm comportamentos muito diferenciados, como pode observar-se no Mapa S35. Destacam-se Viana do Castelo, Braga, Aveiro, S. João da Madeira, Figueira da Foz, Coimbra, Leiria, Marinha Grande, Santarém, Tomar, Abrantes e Torres Novas. É de salientar que os contextos mais industrializados nem sempre se destacam em termos de qualificações. Os concelhos do Vale do Ave, do Vale de Sousa e do Entre Douro e Vouga, e ainda Águeda, Caldas da Rainha, Alcobaça e a Covilhã, concelho em que o emprego industrial é muito significativo, apresentam índices médios ou baixos de qualificação dos recursos humanos.

No litoral alentejano, o projecto de Sines tem contribuído para elevar o nível de qualificação dos recursos humanos da região, desenhando-se entre Beja e Sines um eixo de maiores qualificações. No Algarve, os concelhos de Lagos, Portimão, Albufeira, Loulé, Faro e Vila Real de Santo António diferenciam-se, pois estão, no Continente, na classe dos concelhos com níveis mais altos de qualificações.

Nos territórios menos qualificados, que ocupam a maior área do Continente, as cidades representam, globalmente, espaços de concentração de recursos humanos mais qualificados, desta-

cando-se claramente dos seus territórios de proximidade. Assim, emerge um conjunto de concelhos como “focos qualificados”, que resistem à desqualificação e à saída generalizada da população mais qualificada. Peso da Régua, Bragança, Mirandela, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Ponte de Sôr, Évora e Beja diferenciam-se pela positiva. No entanto, há que referir que nos territórios em perda demográfica as tendências não são optimistas, pois os valores quantitativos de concentração ficam muito aquém dos valores esperados para um contexto urbano.

Passando de uma análise focada em todo o território para uma ordenação das cidades, podemos tirar novas conclusões.

Relativamente às cidades (Quadro 15), destacam-se sete com as melhores qualificações da população residente activa e nos trabalhadores por conta de outrem – Coimbra, Aveiro, Entroncamento, Évora, Beja, Portalegre e Faro. Num segundo nível, aparecem Guarda, Tomar, Portimão, Marinha Grande, Lagos, Viana do Castelo e Albufeira. Em termos de qualidade e quantidade de recursos, Coimbra salienta-se no contexto das pequenas e médias cidades pela positiva, e Guimarães pela negativa.

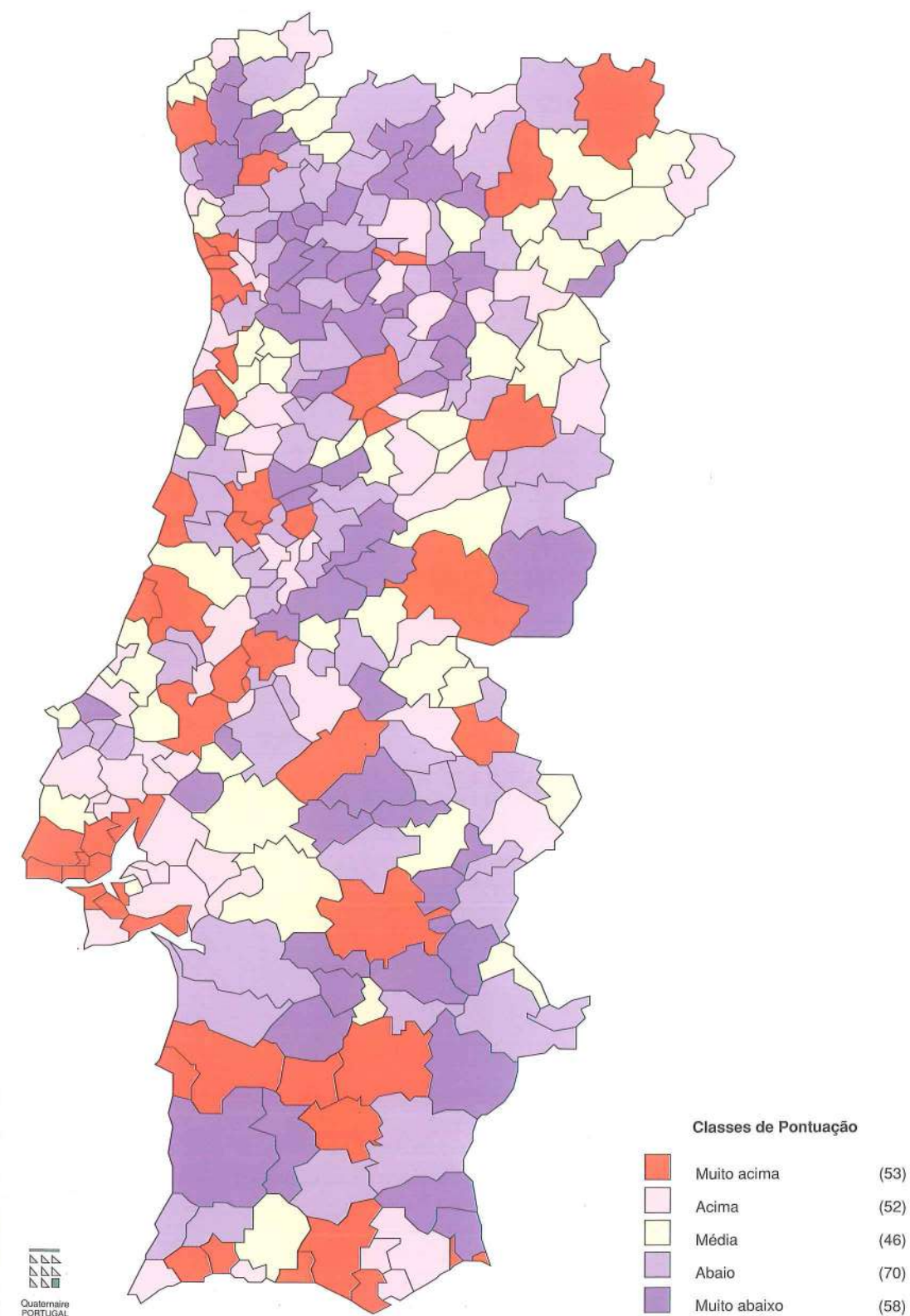
As cidades do Vale do Ave e do Vale do Sousa destacam-se pela negativa, pois apresentam os níveis mais baixos. Em torno do Porto, as únicas cidades bem posicionadas no emprego e na população residente activa são Viana do Castelo, Braga e S. João da Madeira. As grandes manchas industriais do Norte Litoral, de forte concentração da indústria têxtil, calçado, madeiras e mobiliário, cortiça e metalomecânicas, demonstram ser pouco exigentes em termos de qualificações da mão-de-obra. Convém, no entanto, referir que o modelo de industrialização a Sul da Área Metropolitana do Porto é mais qualificado que o do Norte. Relativamente aos tecidos industriais localizados a Norte da Área Metropolitana de Lisboa, excluindo Alcobaça e Peniche, os valores registados são mais favoráveis.

No contexto das cidades do interior, os valores são mais ou menos equilibrados, salientando-se Moura, Tondela e Silves, e ainda Pinhel, Fundão, Gouveia, Oliveira do Hospital e Montemor-o-Novo, pela negativa. As principais concentrações de emprego apresentam valores superiores nos indicadores de qualidade – Évora, Faro, Castelo Branco, Guarda e Vila Real, destacando-se pela positiva.

11. Ver Nota Metodológica no final do capítulo.

Concluindo:

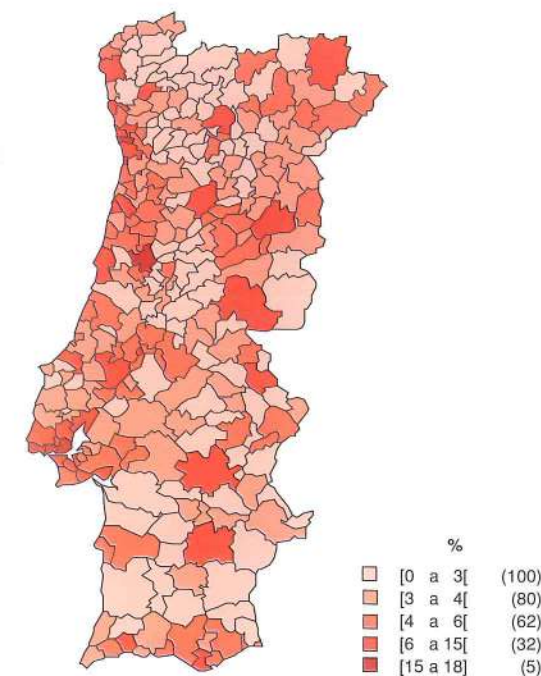
1. Importantes áreas de concentração de emprego industrial no litoral e no interior associam-se a níveis de qualificação baixos da mão-de-obra e da população residente activa – Vale do Ave com o têxtil/vestuário; o Vale do Sousa com o mobiliário, o vestuário e o calçado; Alcobaça com a indústria dos minerais não metálicos; Gouveia/Oliveira do Hospital e Fundão com o têxtil/vestuário;
2. Os principais centros empregadores (excluindo as cidades do Vale do Ave e Vale do Sousa) fora das metrópoles – Coimbra, Aveiro, Braga, Leiria, Viseu – têm um perfil de qualificações bom ou muito razoável;
3. Nas áreas em perda, as cidades representam focos de concentração e fixação dos recursos humanos mais qualificados do espaço alargado desqualificado envolvente;
4. O Algarve, excluindo Silves, regista níveis de qualidade muito favoráveis no contexto das cidades em análise, promovendo as actividades da fileira dos serviços ao turismo.

Mapa S34. Síntese qualificações profissionais (1991/92)

Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, 1991 e do MESS, 1992).

Mapa I53

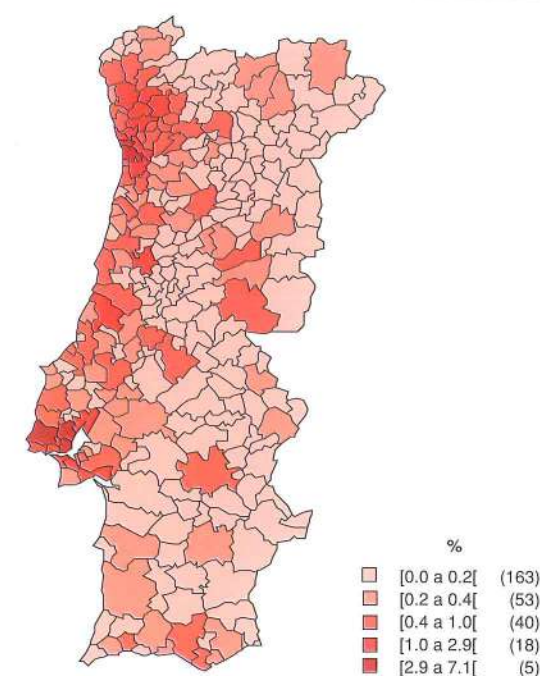
População residente com ensino médio e superior,
por concelho (1991)



Fonte: Censos 91, INE.

Mapa I54

População residente, ≥ 12 anos, empregada nos
grupos profissionais 1, 2 e 3:
peso concelho no total do Continente (1991)

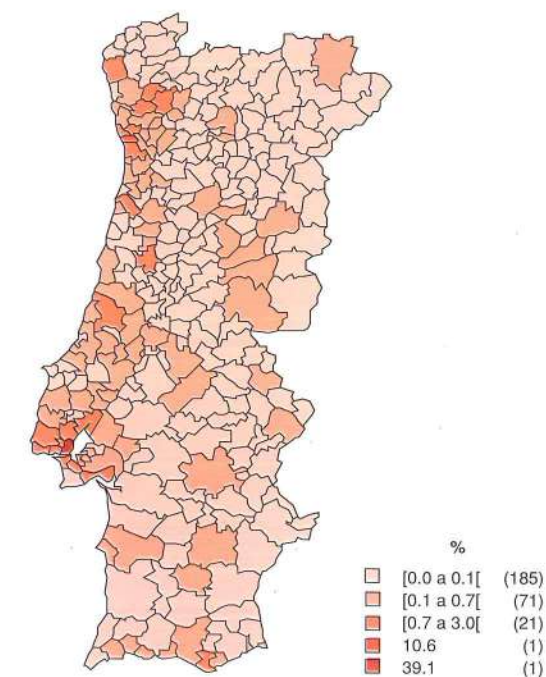


Fonte: Censos 91, INE.

Nota: Os grupos profissionais 1, 2 e 3 incluem membros de corpos legislativos, quadros dirigentes, profissões intelectuais, científicas e técnicas intermédias.

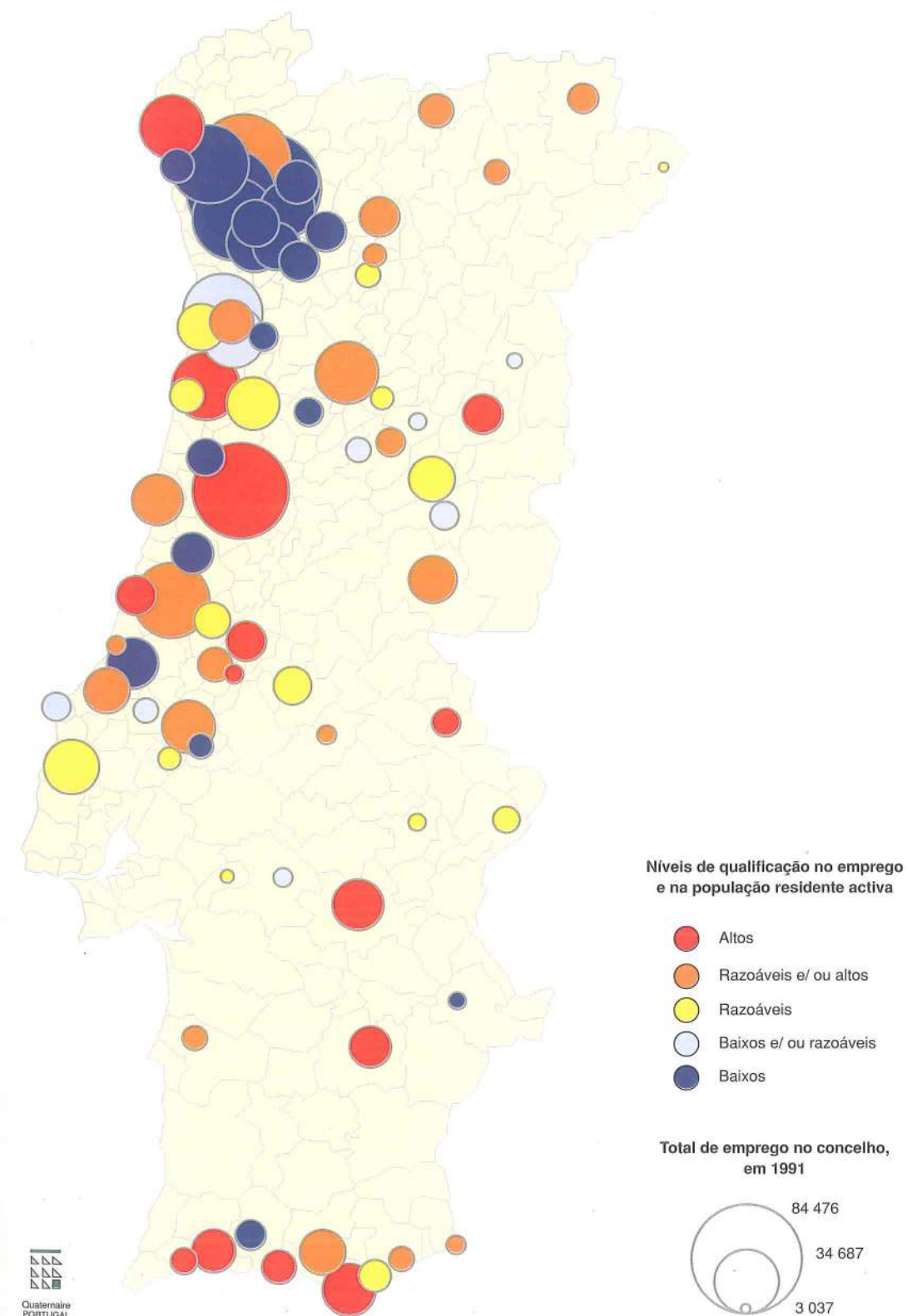
Mapa I55

Quadros médios, superiores e altamente
qualificados, trabalhadores por conta de outrem:
peso concelho no total do Continente (1992)



Fonte: Mess, 1992.

Mapa S35 Síntese níveis de qualificação



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Censos 91 e MESS, 1992).

Quadro 15 Níveis de qualificação e estrutura sócio-profissional

ESTRUTURA SÓCIO-PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA (SOMATÓRIO DOS GRUPOS PROFISSIONAIS 1, 2, 3)				
QUALIFICAÇÕES NO EMPREGO (MESS)	NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO SUPERIORES	NÍVEIS ALTOS	NÍVEIS PAZOÁVEIS	NÍVEIS BAIXOS
	Coimbra Faro Entroncamento Aveiro Évora Beja Portalegre	Tomar	Mirandela Torres Novas Santiago Cacém Loulé V.R. Sto. António Peso da Régua Ponte-de-Sôr	
	Guarda	Portimão Marinha Grande Lagos Viana do Castelo Albufeira	Seia Nazaré Tavira	Vendas Novas
	S. João Madeira Bragança Braga Vila Real Castelo Branco Viseu Santarém	Chaves Figueira da Foz Caldas da Rainha Leiria	Lamego Ílhavo Abrantes Covilhã Elvas Mangualde Olhão Ovar Cartaxo Águeda Miranda do Douro Torres Vedras V.Nova de Ourém Estremoz	Rio Maior Peniche Montemor-o-Novo Pinhel
NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO BAIXOS			Gouveia Fundão O. do Hospital O. Azemeis Feira	Alcobaça Guimarães Almeirim V. N. Famalicão Silves Amarante Sto. Tirso Pombal Fafe Moura Vale de Cambra Esposende Barcelos Tondela Cantanhede Paços de Ferreira Penafiel Paredes Felgueiras Marco Canavezes

Fonte: MESS, 1992 (níveis de qualificação) e INE, Censos 91 (estrutura sócio-profissional).

4. Territórios e cidades fortemente industrializados demonstram não ter capacidade de resposta aos incentivos nacionais e comunitários de modernização, internacionalização e criação de emprego¹²

Não havendo dados disponíveis para quantificar os valores e a estrutura de investimentos da base produtiva, a distribuição dos investimentos comparticipados pelos incentivos nacionais e comunitários de apoio ao reforço e modernização da base produtiva poderá ser um indicador da dinâmica dos investimentos em curso.

O Mapa S37, mostra claramente as diferenças que podemos encontrar, a este nível, no território nacional. A dualidade entre o litoral e o interior, que normalmente nos habituámos a ver ou a pensar que víamos, não é, de forma alguma, aqui notória.

No Norte, desenha-se uma coroa envolvente à Área Metropolitana do Porto, que engloba Viana do Castelo, Esposende, Braga, Guimarães, Santo Tirso, Paredes, Penafiel, Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis. Para o interior, Amarante, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves parecem demonstrar maior dinâmica de resposta aos incentivos. Em termos de volumes acumulados de investimentos comparticipados (Mapa I56), evidencia-se uma mancha que engloba toda a aglomeração do Porto, o Vale do Ave, parte do Vale do Sousa e desce até Aveiro/Águeda. Para o interior os investimentos perdem intensidade, salientando-se novamente os eixos que ligam Paredes/Vila Real e Vila Real/Chaves, num deserto que se define por incapacidade de resposta aos incentivos disponíveis.

No centro do País, a capacidade de investimento industrial está, sobretudo, localizada em torno da Covilhã e de Mangualde, mas também em Viseu e concelhos envolventes, na Guarda, Oliveira do Hospital, Gouveia, Arganil, Fundão, Castelo Branco, etc. No litoral, destacam-se Figueira Foz, Anadia e Coimbra, no meio de um território de proximidade ainda pouco activo.

Mais a Sul, entre Leiria e Alcobaça, e até Torres Novas, aparece uma importante mancha de investimentos que acumula uma diversidade de sistemas de incentivos (nalguns concelhos o PEDIP, noutros o SIBR/SIR e ainda noutros o SIFIT e PAIEP (Mapas I57, I58, I59 e I60). Esta capacidade e diversidade de acesso aos diferentes sistemas de incentivos reflecte a dinâmica da estrutura produtiva ou a capacidade de atracção de investidores do Norte de Área Metropolitana de Lisboa.

Todo o Alentejo e o Algarve parecem não ter tecido económico capaz de responder aos sistemas de incentivos. Neste deserto de investimento, só emergem praticamente os concelhos de Évora e de Sines.

Depois desta análise genérica, é possível separar as componentes desta dinâmica de investimento. O volume de investimentos comparticipados (1989-1995), cartografados ao nível concelhio, somam mais de 2 800 milhões de contos, dos quais 60% pelo PEDIP e 34% pelo SIBR/SIR. Em termos de volume de investimentos, os apoiados pelo PEDIP estão fortemente concentrados (Mapas I57 a I60), num número muito restrito de concelhos. Excluiremos desta análise o conce-

12. Ver Nota Metodológica no final do capítulo.

lho de Palmela, que distorce qualquer análise espacial, e cuja discussão da pertinência do projecto em causa não se insere no contexto deste trabalho.

As estruturas produtivas das Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa são as mais atentas e com maior capacidade de resposta aos incentivos PEDIP (sobretudo Sintra, Loures e Lisboa, e Porto, Maia, Matosinhos e Vila Nova de Gaia). Os concelhos de Guimarães, Braga, Santo Tirso, Santa Maria da Feira, Aveiro e Coimbra aparecem também em primeiro plano. Na faixa litoral ainda se destacam alguns concelhos, designadamente Águeda, Figueira da Foz, Alcanena e a área industrial em torno de Alcobaça, Leiria e Marinha Grande. Para o restante território, só a Covilhã, Mangualde e Sines se salientam num deserto de investimentos.

O SIBR/SIR tem, como seria de prever pelo objectivo do incentivo, um padrão menos concentrado de distribuição, mas aproxima-se o mais possível do litoral. Em termos de volumes de investimentos apoiados salienta-se a capacidade de resposta da região Centro, contrastando novamente com o Alentejo e com Trás-os-Montes e Alto Douro. No Alentejo destacam-se os concelhos de Évora, Portalegre, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Vila Viçosa e Sines. Em Trás-os-Montes desenharam-se dois eixos de fraca intensidade, um de Vila Real a Bragança e outro de Vila Real a Chaves, num território de fraca capacidade de resposta aos incentivos.

Os investimentos comparticipados pelo PAIEP, que visam a internacionalização das empresas, têm um padrão fortemente concentrado, realçando a importância dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, Alcobaça, Caldas da Rainha, Santo Tirso e Vila do Conde.

As intenções de investimento directo estrangeiro em Portugal, entre 1991-1995, representam cerca de 1,8 milhões de contos. Não havendo informação sobre a concretização ou não destes projectos, o que podemos referir é que o padrão de distribuição focaliza-se no litoral, em Viseu e nos concelhos envolventes que demonstram ter uma visibilidade externa superior. O Algarve é outro destino atractivo para estes capitais. No entanto, o capital externo continua a privilegiar, sobretudo, Lisboa e sua área envolvente.

Uma análise mais pormenorizada das cidades (Mapa S36), em que se privilegie o tipo de incentivo e, sobretudo, o volume de investimentos do SIBR/SIR e do PEDIP por volume de emprego industrial concelhio, leva-nos a outras conclusões complementares.

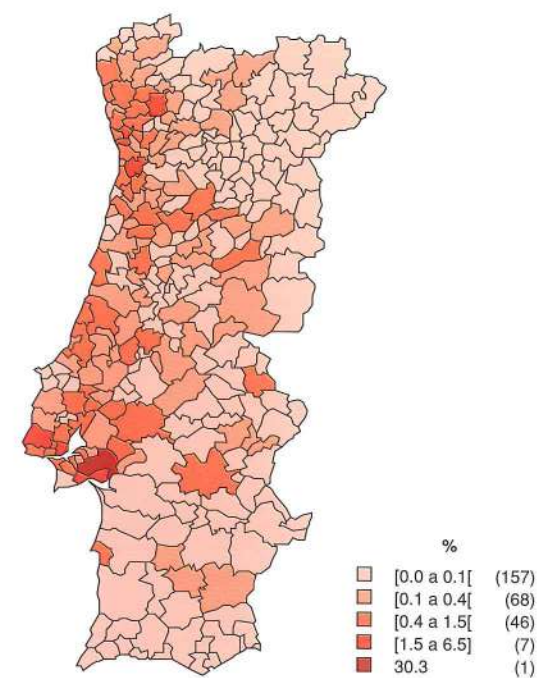
Novamente, os concelhos das cidades envolventes à Área Metropolitana do Porto, intensamente industrializados, demonstram ter forte capacidade de acesso aos fundos nacionais e comunitários (sobretudo Guimarães, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Braga e Vila Nova de Famalicão, Ovar e Oliveira de Azeméis), mas, relativamente ao emprego industrial que concentram, apresentam índices de investimento por emprego industrial muito baixos.

Pelo contrário, Coimbra, Aveiro, Covilhã, Viana do Castelo, Figueira da Foz, Marinha Grande e Torres Novas realizaram fortes investimentos nos últimos anos, relativamente ao volume de emprego industrial. A situação de Coimbra salienta-se ao nível nacional. Nestes concelhos, o tecido produtivo recorre com sucesso à diversidade de oferta de financiamentos.

Portalegre, Torres Novas e Mangualde são os concelhos que maior investimento por emprego industrial realizaram.

Mapa I56

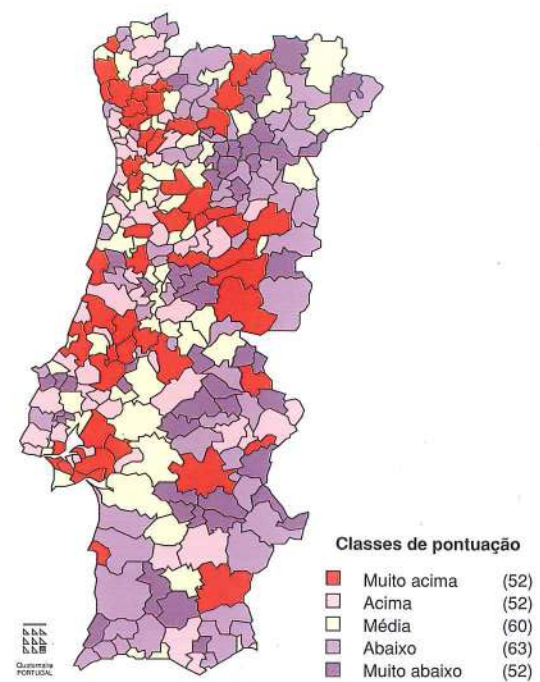
Investimentos no âmbito do PAIEP, PEDIP, RETEX, SIBR, SIFIT e dos incentivos às micro-empresas: peso concelhio no total do Continente



Fonte: Ministério da Economia, 1996.

Mapa S36

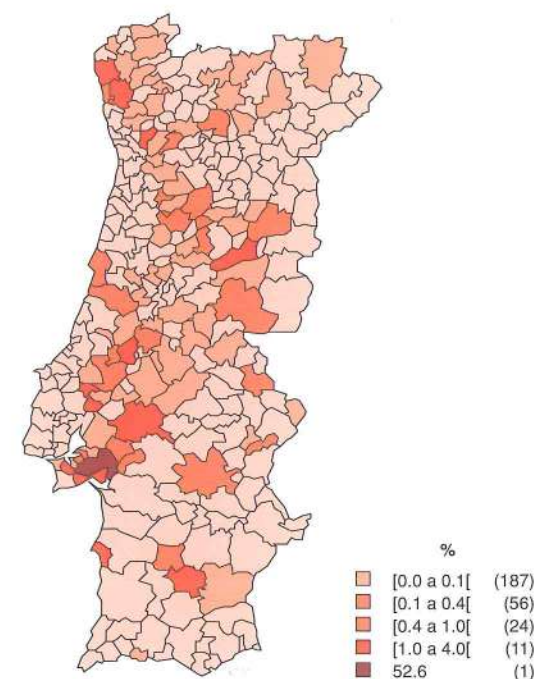
Síntese dos investimentos



Fonte: Quatenaire Portugal (a partir de informação do Ministério da Economia, 1996).

Mapa I57

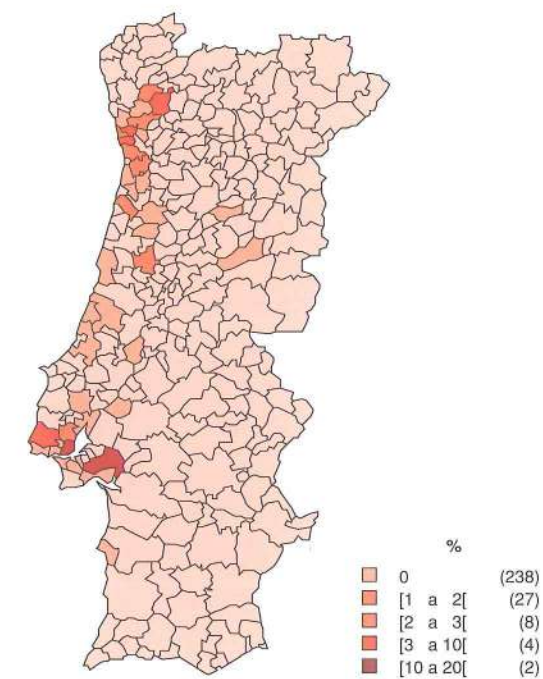
Peso concelho dos incentivos no âmbito dos SIR e SIBR, em relação ao total do Continente (1989/95)



Fonte: Ministério da Economia.

Mapa I58

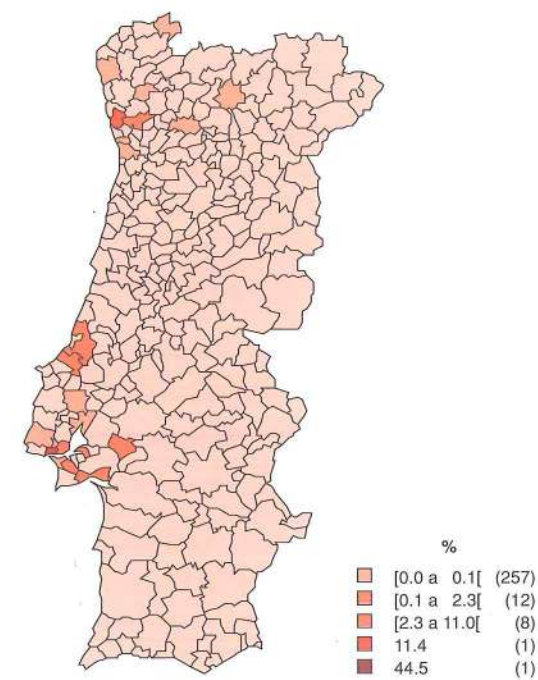
Investimento do PEDIP (QCA, I e II): peso concelho no total do Continente (1989/95)



Fonte: Ministério da Economia.

Mapa I59

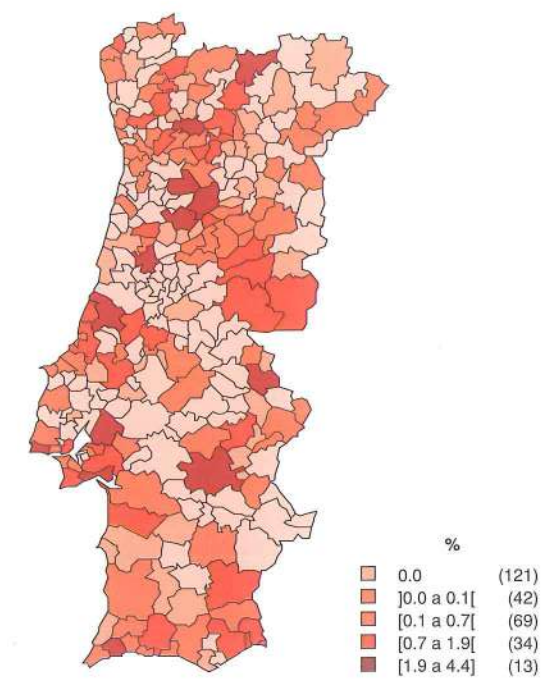
Investimentos no âmbito do PAIEP: peso concelho no total do Continente (1993/95)



Fonte: Ministério da Economia.

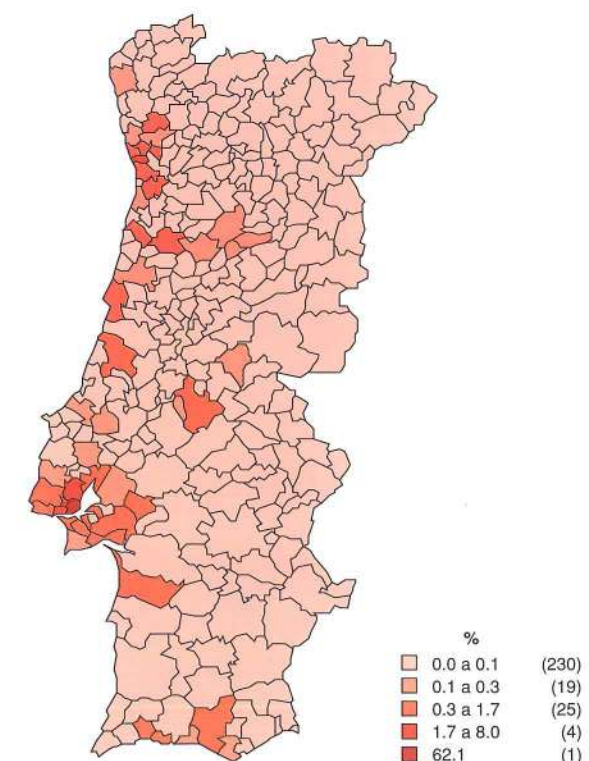
Mapa I60

Investimentos no âmbito do SIFIT: peso concelho no total do Continente (1988/95)



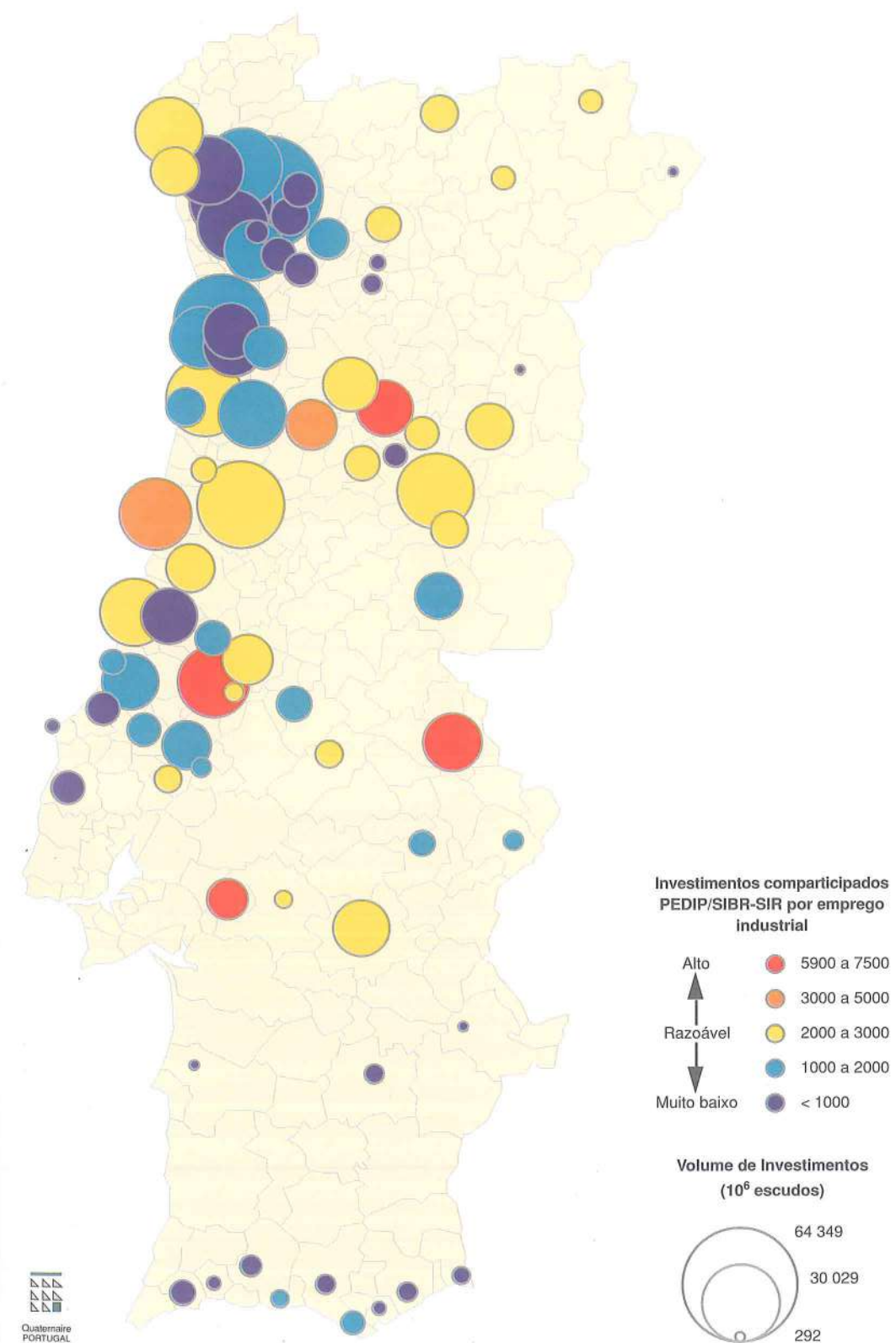
Fonte: Ministério da Economia.

Mapa I61 **Intenções de investimento directo estrangeiro:**
peso concelhio no total do Continente (1991/95)



Fonte: ICEP, 1996.

Mapa S37 Síntese investimentos comparticipados



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Recenseamento da População 1991, Ministério da Economia, 1996 e DGDR, 1996).

Quadro 16 Concelhos de cidades com maior capacidade de acesso aos incentivos nacionais e comunitários (os 25 concelhos com valores mais altos)

PEDIP (1989/1995)	PATEP (1993/1995)	SIFIT (1988/1994)	SIBR/SIR (1989/1995)	INW. + INOV. (1989/1995)
Águeda	Amarante	Amarante	Amarante	Aveiro
Alcobaça	Alcobaça	Alcobaça	Barcelos	Beja
Aveiro	Braga	Castelo Branco	Castelo Branco	Braga
Barcelos	Caldas da Rainha	Chaves	Covilhã	Coimbra
Braga	Santo Tirso	Coimbra	Esposende	Covilhã
Coimbra	Viana do Castelo	Covilhã	Évora	Elvas
Covilhã		Estremoz	Figueira da Foz	Évora
Feira		Évora	Fundão	Faro
Felgueiras		Guimarães	Guarda	Feira
Figueira da Foz		Lagos	M. Canaveses	Vila Real
Guimarães		Lamego	O. do Hospital	
Ílhavo		Leiria	Paredes	
Leiria		Marinha Grande	Penafiel	
Mangualde		Penafiel	Pombal	
Marinha Grande		Peso da Régua	Portalegre	
O. Azeméis		Portalegre	Rio Maior	
Ovar		Santarém	Santarém	
Paredes		Santo Tirso	Tomar	
Portalegre		Silves	Tondela	
Santo Tirso		Tavira	Torres Novas	
S. J. Madeira		Tomar	V. N. Ourém	
Torres Novas		Tondela	Vendas Novas	
V. N. Famalicão		V.Nova de Ourém	Viana do Castelo	
Vale de Cambra		Vila Real	Vila Real	
Viana do Castelo		Viseu	Viseu	

Concluindo:

1. A maioria dos concelhos de Trás-os Montes e Alto Douro, quase todo o Alentejo e o Algarve estão a responder com fraca intensidade aos financiamentos disponíveis.
2. A concentração dos investimentos comparticipados verifica-se no litoral entre Braga e Aveiro, seguindo o padrão de localização industrial, mas com índices por emprego muito baixos, portanto aparentemente insuficiente para a modernização e inovação dos tecidos industriais locais.
3. Coimbra, Covilhã, Aveiro, Figueira da Foz, Marinha Grande e Évora salientam-se porque apresentam elevados volumes de investimentos comparticipados pelo PEDIP e SIBR/SIR, com um rácio por emprego muito razoável.

5. Grandes empresas nas pequenas e médias cidades

A presença de grandes empresas (as 2 500 maiores empresas segundo o volume de vendas, IF Quatro 1995) pode ter significados diferentes. Por um lado, se a oferta de emprego está fortemente dependente de uma ou duas grandes empresas, isto pode ser sintoma de alguma vulnerabilidade, pois o emprego local depende da competitividade de um número muito restrito de empresas. Por outro lado, um tecido industrial forte com um número elevado de grandes empresas não significava de modo algum sinal de vulnerabilidade, pelo contrário.

Em termos nacionais (Mapa S38), as grandes empresas localizam-se preferencialmente nas grandes áreas de concentração industrial, com destaque para alguns concelhos da Área Metropolitana do Porto, do Vale do Ave, de Entre Douro e Vouga, do núcleo industrial compreendido entre Leiria e Caldas da Rainha, e de Aveiro, Viseu, Figueira da Foz e Coimbra.

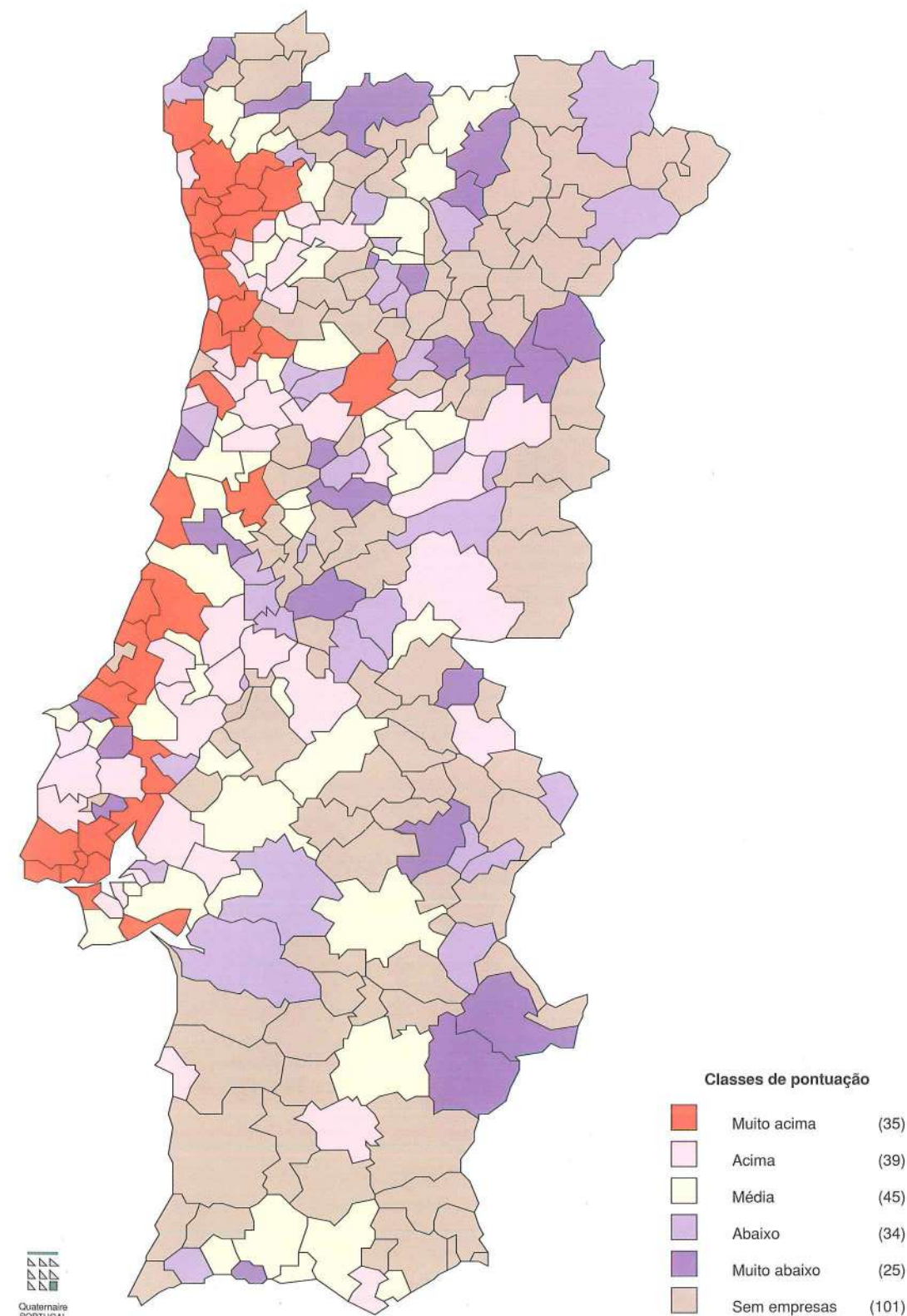
A importância das grandes empresas na oferta de emprego local (Mapa I62) é determinante em cerca de 26 concelhos, nos quais mais de 42% do emprego está nas grandes empresas. Relativamente aos concelhos das cidades, podemos verificar que, nos tecidos industriais fortemente especializados, as grandes empresas têm uma presença muito significativa, o que contribui para consolidar e aumentar a competitividade da estrutura industrial regional. É de referir o Vale do Ave, Santa Maria da Feira, Covilhã, Marinha Grande e Alcobaça. Nestes tecidos industriais, a organização da produção é fortemente organizada pelas mesmas e, em torno delas gravita, em geral, um grande número de pequenas e médias empresas.

No entanto, há outro lado da moeda, e esse menos agradável. Analisando o emprego nas grandes empresas relativamente ao total do emprego industrial e total, salientamos dois tipos de situações:

- a) áreas fortemente industrializadas onde o emprego nas grandes empresas tem uma forte relevância. Tratando-se de zonas industriais a atravessar problemas de competitividade internacional, como é o caso das têxteis, podem vir a representar situações complicadas em termos de desemprego. O Vale do Ave é um exemplo elucidativo desta situação. Em Vila Nova de Famalicão, 22 empresas são responsáveis por cerca de 20% do emprego total e 35% do industrial; em Guimarães, 34 empresas são responsáveis por cerca de 16% do emprego total e 24% do industrial; em Santo Tirso, 14 empresas são responsáveis por cerca de 11% do emprego total e 16,5% do industrial; na Covilhã, 5 empresas representam cerca de 11,5% do emprego total e 27% do industrial. Outros exemplos podem ser referidos relativamente a outros sectores, por exemplo Santa Maria da Feira para as indústrias da cortiça (10% do emprego total), Marinha Grande e Alcobaça para os produtos minerais não metálicos (respectivamente, 14% e 6%) e Felgueiras para as indústrias dos couros e produtos derivados (7% do emprego total em 11 empresas).

Numa situação mais extrema, o emprego nas grandes empresas pode estar fortemente concentrado num número muito limitado de unidades, como, por exemplo, mais de 10% do emprego

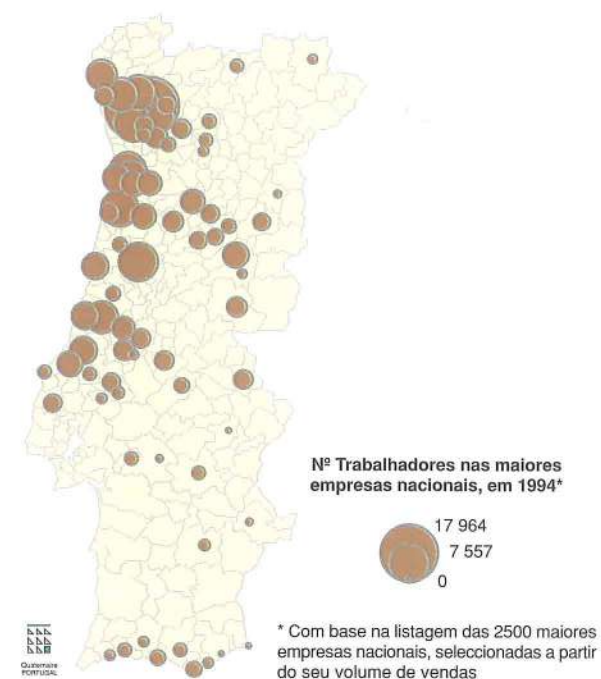
Mapa S38 Síntese das 2500 maiores empresas (1994)



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação 2500 Maiores Empresas, IF Quatro, 1995).
Nota: as 2500 maiores empresas foram definidas em função do volume de vendas.

Mapa S39

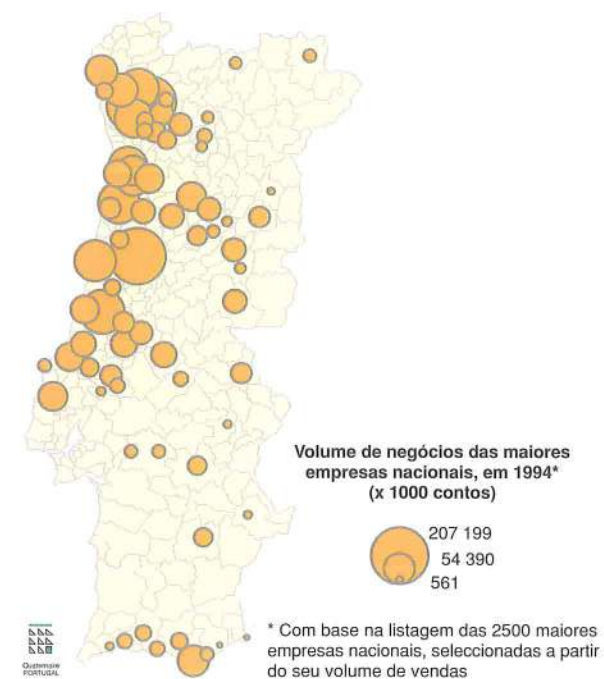
Número de trabalhadores nas grandes empresas nacionais



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação da IF4, 1995).

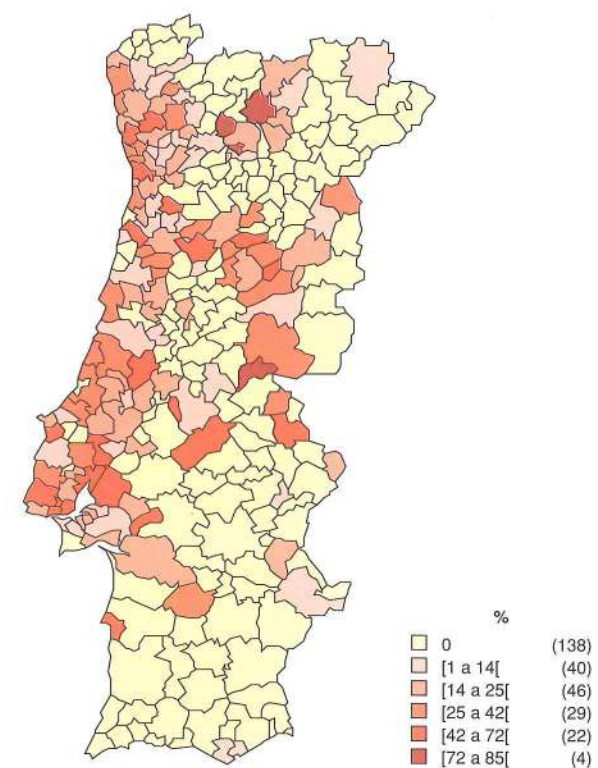
Mapa S40

Volume de negócios das grandes empresas nacionais



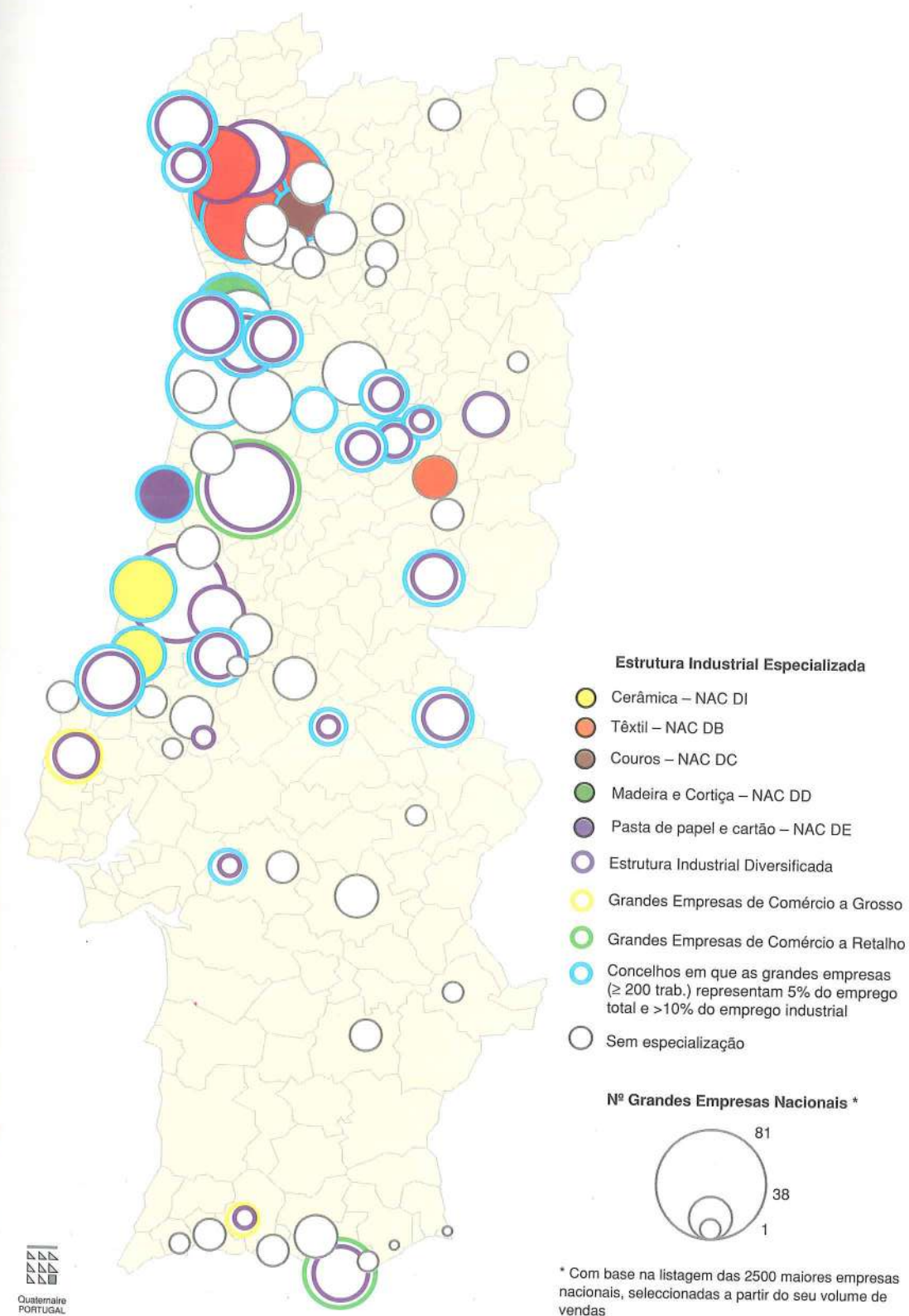
Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação da IF4, 1995).

Mapa I62 **Peso do emprego industrial nas 2500 maiores empresas em relação ao total do emprego industrial concelhio (1994)**



Fonte: IF Quatro, 1995 e INE, 1991.

Mapa S41 Estrutura das maiores empresas nacionais



Quaternaire
PORTUGAL

Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação da IF4, 1995).

total estar em 6 ou menos empresas. Exemplos disso são Viana do Castelo, Esposende, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Ovar, Torres Novas, Marinha Grande, Alcobaça, Figueira da Foz, Caldas da Rainha, Vila Nova de Ourém, Covilhã, Seia, Gouveia, Mangualde, Tondela, Oliveira do Hospital, Castelo Branco, Vendas Novas, Ponte de Sor e Portalegre;

- b) concelhos com uma percentagem de emprego elevada nas grandes empresas, mas não concentrado em nenhum sector. Refira-se Ovar, Aveiro, Viana do Castelo, Caldas da Rainha, etc.

Estas situações podem fragilizar uma cidade, pois a crise de uma empresa pode simplesmente significar uma crise total da cidade, dado que os volumes de desemprego são muito elevados para a dimensão da mesma. Por exemplo, em Viana do Castelo o encerramento de três empresas, os Estaleiros Navais, a Cablinal e a Portucel, afectaria cerca de um quarto dos empregados na indústria e quase dez por cento do emprego total do concelho.

Concluindo, os índices de especialização elevados associados a um número muito restrito de empresas numa situação de fraca competitividade nacional ou internacional são factor de fragilidade de uma cidade/concelho.

6. Fluxos e Bacias de emprego

Os movimentos pendulares são indicadores de espaços de relacionamento e cruzamento de movimentos diários.

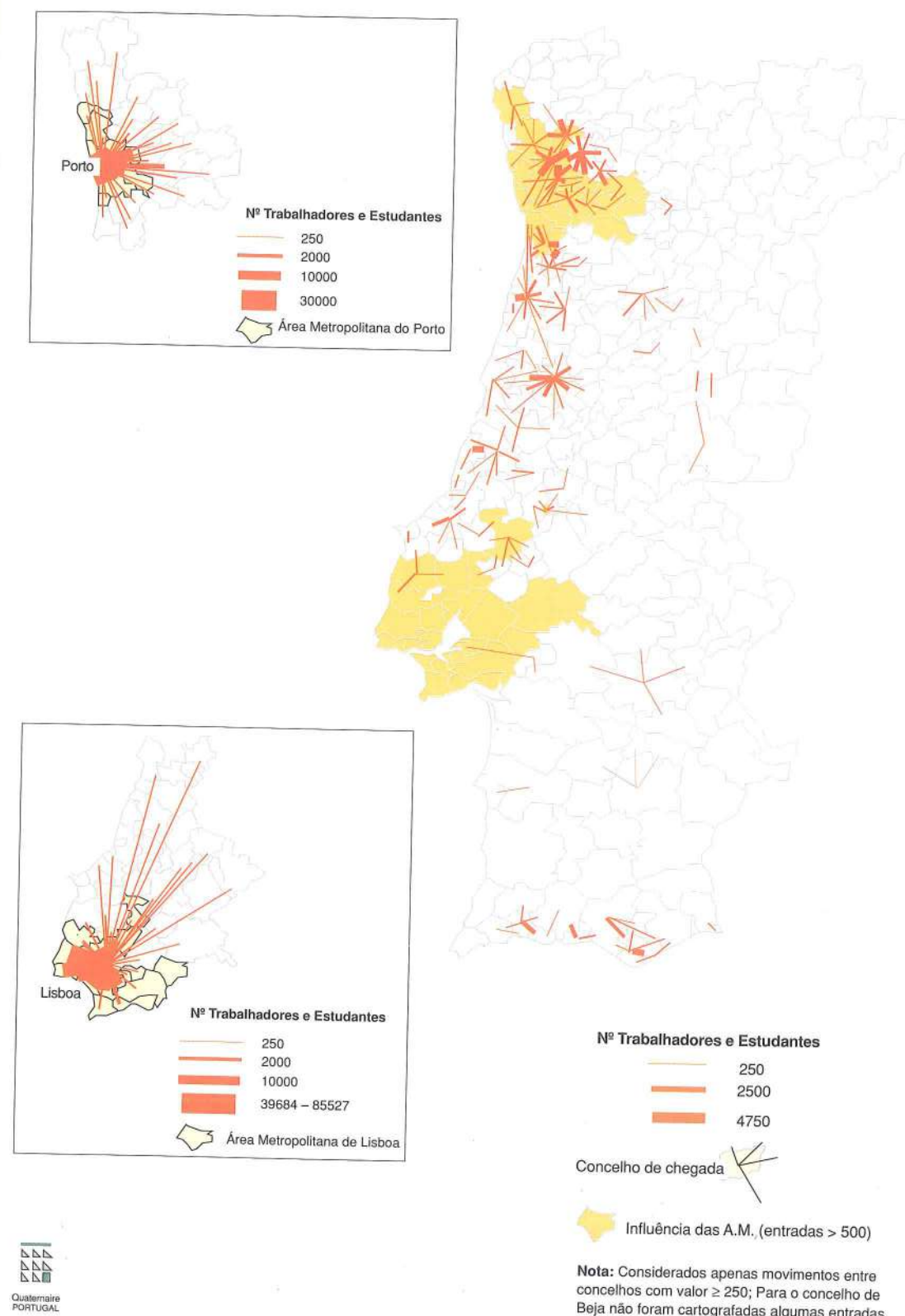
O diferente comportamento das duas Áreas Metropolitanas demonstra que estamos perante dois espaços com estruturas e funcionamentos económicos, territoriais e sociais muito diferentes. Na Área Metropolitana de Lisboa, a cidade de Lisboa é fortemente centrípeta, registando-se cerca de 350 000 entradas diárias, oriundas dos concelhos periféricos, desenhando uma área fortemente dependente e muito circunscrita num número limitado de concelhos vizinhos. A intensidade dos movimentos diários é altíssima, o que arrasta graves problemas de circulação e escoamento nas horas de entrada e saída (de um dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa saem diariamente para Lisboa quase 90 000 pessoas).

No Porto, os movimentos pendulares são de menor intensidade e afectam a uma área mais vasta, estendendo-se para Leste, em direcção a Penafiel, Marco de Canavezes e Amarante. Os cruzamentos inter-concelhios na Área Metropolitana do Porto são relevantes, e a capacidade de retenção dos residentes activos dos concelhos envolventes à cidade do Porto é bastante significativa para Matosinhos, Maia, Santo Tirso, entre outros.

No restante território podemos desenhar sistemas de forte intensidade de movimentos pendulares, localizados sobretudo na faixa litoral, de Viana do Castelo a Setúbal e no Algarve:

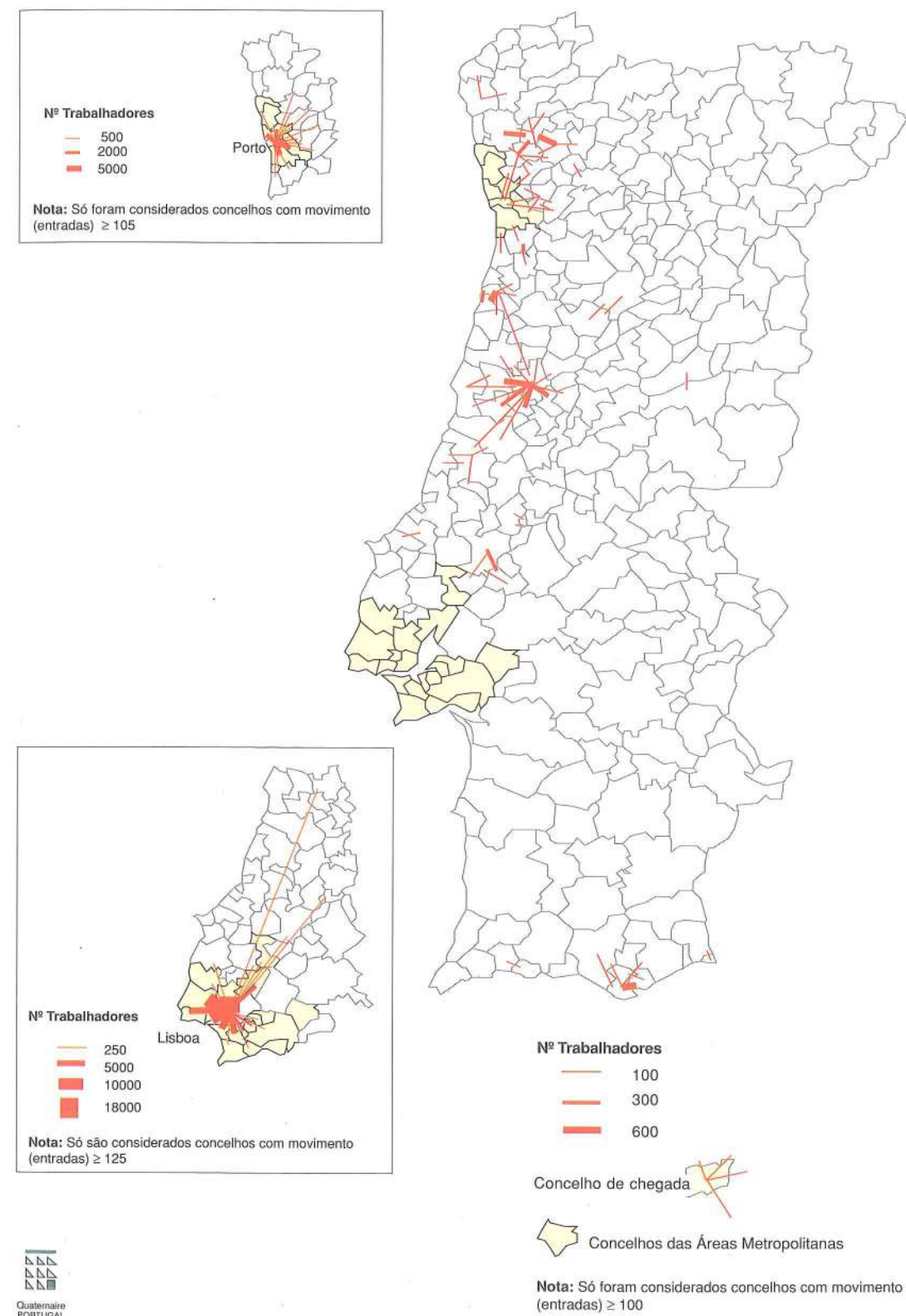
- Viana do Castelo polariza um pequeno território envolvente, com destaque para Caminha e Ponte de Lima e com relacionamentos com o Vale do Ave, Braga e Barcelos;
- Entre os concelhos do Vale do Ave, de Braga e do Vale do Sousa articulam-se movimentos cruzados, de saídas e entradas, criando uma interdependência concelhia. Este modelo está naturalmente associado ao padrão disperso de povoamento e de distribuição das empresas industriais e de comércio. Excluindo os movimentos nas Áreas Metropolitanas, esta é a área onde os movimentos são mais intensos. Nesta rede de movimentos é muito difícil detectar um núcleo polarizador, pois tanto Braga como Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso (com um volume de entradas diárias, em cada concelho, entre 10 000 a 15 000 pessoas) apresentam valores muito altos de entradas no concelho. Não se trata de capacidade de atracção, pois os concelhos mais atractivos são, em simultâneo, fortemente atraídos por outros concelhos. Concluindo, esta bacia de emprego é difícil de subdividir, dada a intensidade dos cruzamentos de movimentos. Esta estrutura reticular é alimentada, sobretudo, pela força de emprego da indústria têxtil, vestuário, calçado e mobiliário;
- Em torno de S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis, com extensões para o concelho de Arouca, Vale de Cambra, Ovar, Vila Nova de Gaia e Espinho, desenvolve-se preferencialmente um eixo polarizado em termos de movimentos, por S. João da Madeira (cerca de 12 000 entradas diárias). Esta rede de movimentos é fortemente animada pela força e dinâmica de uma estrutura industrial diversificada (calçado, cortiça, metalomecânicas, alimentares e moldes e acessórios para a indústria automóvel) localizada nestes concelhos;
- Mais a Sul, o núcleo de Aveiro-Ílhavo, com articulações preferenciais com Águeda, demarca-se da retícula anterior. Tanto Aveiro como Águeda exercem forças centrípetas relativamente aos seus territórios de proximidade, ainda que os movimentos sejam sobretudo intensos entre Ílhavo e Aveiro. Estes movimentos têm uma forte componente industrial, de estrutura diversificada em Aveiro (atrai diariamente cerca de 12 500 pessoas) e fortemente especializada em Águeda (metalomecânicas);
- Coimbra aparece como o principal centro de entradas intensas, a seguir ao Porto e alguns concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. Entram diariamente mais de 15 000 pessoas e os movimentos justificam-se pela atractividade dos empregos dos serviços, com destaque para os serviços maioritariamente públicos;
- Leiria aparece como um importante centro de atracção de emprego e novamente de cariz industrial, fortemente articulado com a Marinha Grande. Diariamente acorrem entre 5 000 a 7 500 pessoas a Leiria e menos de 5 000 à Marinha Grande. Leiria é, a Sul de Coimbra, e a Norte de Lisboa, o principal centro centrípeto de uma vasto território de proximidade. Para Sul, estrutura-se outra retícula, difícil de se separar da anterior, em torno de Alcobaça e Caldas da Rainha, também fortemente industrializada;
- Torres Vedras, Santarém, Entroncamento-Torres Novas e Tomar tentam estruturar um espaço envolvente que, cada vez, mais está a sofrer a concorrência de Lisboa;

Mapa S42 Deslocações casa-trabalho diárias da população residente activa e estudantes segundo a origem (1991)



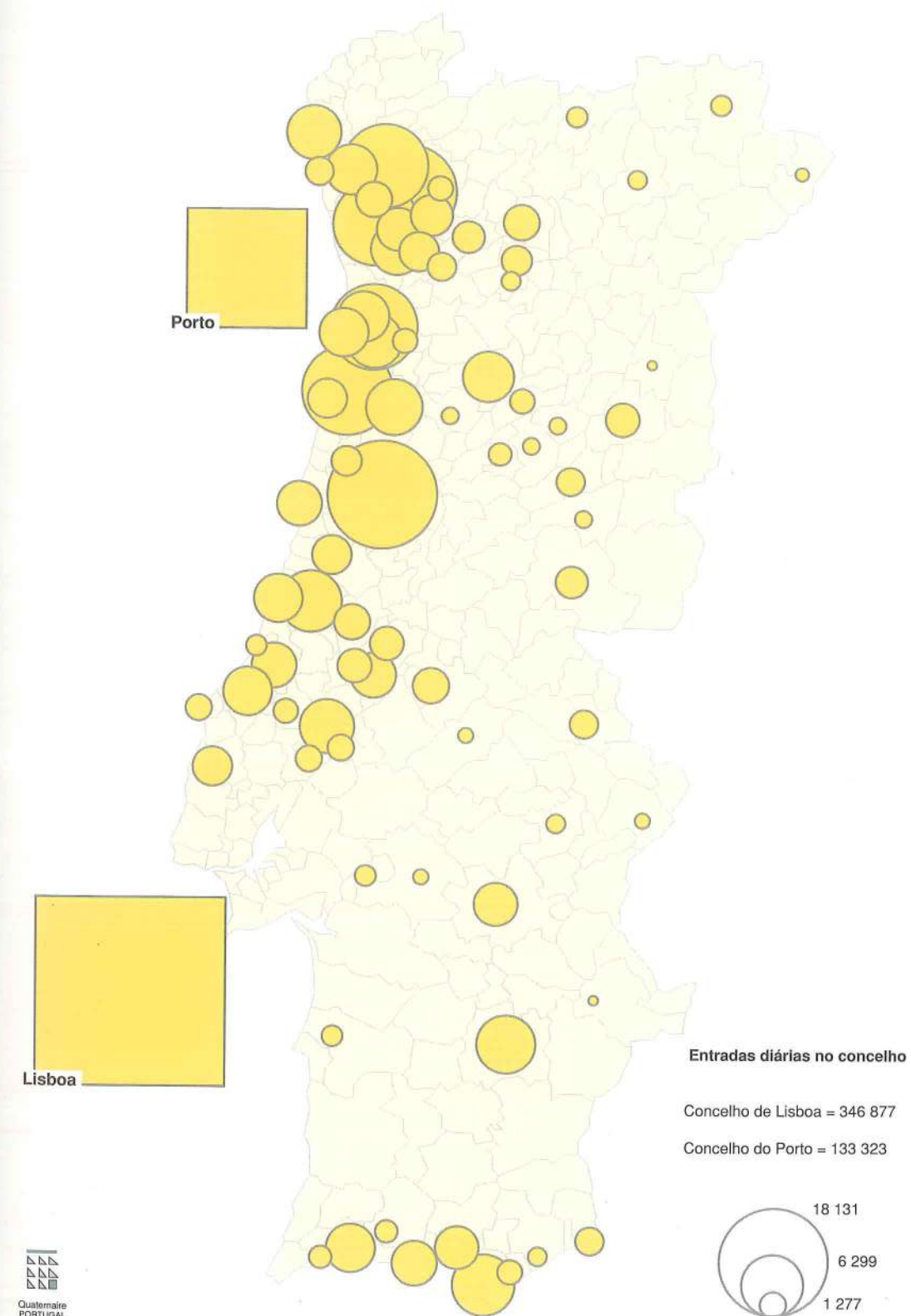
Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Recenseamento da População 1991).

Mapa S43 Deslocações casa-trabalho diárias da população residente activa, nos ramos de actividade da administração pública, educação, saúde e acção social, segundo a origem (1991)



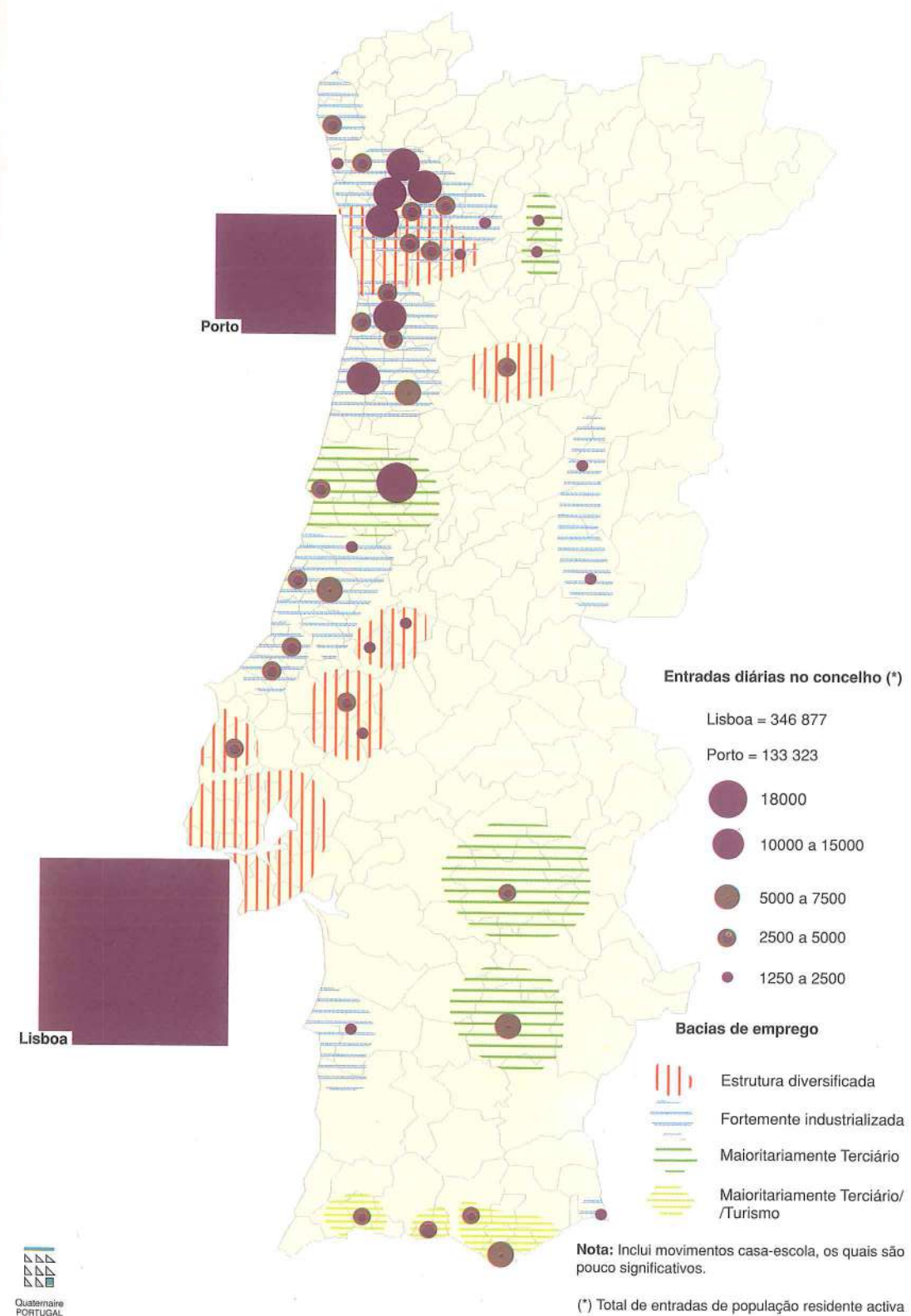
Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Recenseamento da População 1991).

Mapa S43.1 Volume de entradas (trabalhadores e estudantes) nos concelhos das cidades em Estudo



Fonte: Quatenaire Portugal (a partir de informação do INE, Recenseamento da População 1991).

Mapa S43.2 Centros e bacias de emprego



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Recenseamento da População 1991).

- Só no Algarve vamos registar novamente alguma intensidade de movimentos diários, formando três núcleos, um em torno de Portimão, outro de Albufeira e outro, mais reticulado e mais forte, em Faro (entre 5 000 e 7 500 entradas), atraídos pela fileira de serviços ao turismo e, no caso de Faro, pelas actividades maioritariamente públicas;
- No restante território os movimentos diários têm uma menor intensidade e formam áreas de atracção de emprego menos expressivas: Viseu com Mangualde centralizam o território da Beira central, de uma forma muito reticular (entram em Viseu menos de 5 000 pessoas diariamente); Castelo Branco e a Covilhã têm uma fraca expressão comparativamente com o litoral, reflectindo, no entanto, um eixo linear de movimentos diários; ainda num contexto deprimido, salienta-se Régua/Lamego, mas com fraca expressividade, e a centralidade de Évora e Beja.
- Em termos de emprego maioritariamente público (administração pública, educação, saúde e acção social), sobressai a capacidade de atracção de Coimbra, Braga e Faro, e ainda as restantes sedes de distrito do litoral, Aveiro, Santarém, Leiria e Viana do Castelo.

7. Estruturas de apoio técnico e tecnológico às empresas

A competitividade das empresas e dos tecidos produtivos está dependente das estruturas técnicas e tecnológicas e de formação existentes e ao seu dispôr. Não sendo objectivo deste Estudo a avaliação das mesmas, consideramos ser pertinente uma breve análise e um levantamento das principais estruturas ao nível nacional (Mapa S44). Como já foi referido, as áreas fortemente industrializadas não têm uma correspondência semelhante ao nível dos serviços privados. Por um lado, as grandes empresas parecem ainda internalizar uma fatia importante desses serviços, por outro, as pequenas e médias empresas, muito dependentes de redes de subcontratação e apostando, maioritariamente, numa competitividade baseada em baixos salários e horários de trabalho muito flexíveis, são pouco consumidoras de serviços.

Analisando o mapa da rede de serviços verificamos que a localização das instituições de apoio está fortemente localizada com a concentração do emprego industrial. O Noroeste salienta-se pela concentração de estruturas, acompanhando as lógicas de especialização industrial.

A título meramente exemplificativo, a forte especialização industrial no calçado em Santa Maria da Feira, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Felgueiras corresponde à localização da sede e de uma delegação do Centro Tecnológico, a um Centro de Formação de gestão participada e a um Centro de Emprego. Dado que as indústrias de minerais não metálicos não têm uma localização tão concentrada (podemos encontrá-las, sobretudo, desde Aveiro até as Caldas da Rainha), a opção vai ser por Coimbra. Em termos globais, podemos concluir que a lógica de localização das estruturas tecnológicas e de formação privilegiou a proximidade aos tecidos industriais especializados.

No Alentejo, Algarve, Beira e Trás-os-Montes e Alto Douro praticamente só podemos encontrar Centros de Emprego e Centros de Formação de gestão directa, o que está relacionado com a debilidade da estrutura empresarial local e regional, que não tem dimensão para permitir a constituição de Centros de Formação Profissional de gestão participada e Centros Tecnológicos. É excepção a esta regra a Covilhã, com a delegação do Centro Tecnológico da Têxtil, e Vila Viçosa, com o Centro Tecnológico das Rochas.

Se a estas estruturas lhe juntarmos os estabelecimentos de ensino superior e os Centros de Investigação e Extensão, podemos avaliar as especificidades e as vantagens competitivas de cada cidade, enquanto lugares de aglomeração de recursos estratégicos e de “externalidades” favoráveis à inovação e à modernização dos tecidos produtivos. As cidades, estruturas de serviços e de apoio técnico e tecnológico, têm de ser capazes de responder às necessidades de adaptação, perante um contexto de forte imprevisibilidade e num quadro de globalização.

Os Centros Tecnológicos localizados têm tido um papel crucial no desenvolvimento e competitividade industrial. Estas infra-estruturas tecnológicas, com os apoios nacionais e comunitários, têm sido um dos pilares essenciais da política industrial, como promotores privilegiados da transferência de tecnologias para a indústria. Esses objectivos estão patentes no Decreto-Lei nº 312/95, e visam promover a *competitividade das empresas nacionais, através da introdução de novos produtos e processos industriais condicionados às normas impostas para uma maior racionalização energética e defesa do meio ambiente; assegurar a assistência tecnológica às empresas, assim como implementar acções no âmbito da transferência e demonstração de novas tecnologias; incrementar acções de formação no domínio da gestão empresarial e da especialização dos “Quadros” empresariais na área tecnológica.*

Em Portugal temos 9 Centros Tecnológicos e 3 Centros de Transferência¹³:

- O CATIM ((Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica);
- O CEVALOR (Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais);
- O CENTIMFE (Centro Tecnológico das Indústrias de Moldes);
- O CITEVE (Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário);
- O CTC (Centro Tecnológico do Calçado);
- O CTCOR (Centro Tecnológico da Cortiça);
- O CTCV (Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro);
- O CTIC (Centro Tecnológico das Indústrias do Couro);
- O CTIMM (Centro Tecnológico das Indústrias da Madeira e Mobiliário);
- O CCE (Centro para a Conservação de Energia);
- O CPD (Centro Português do Design);
- O CBE (Centro da Biomassa para a Energia).

13. INETI, 1996 – Centros Tecnológicos: Análise comparativa e de evolução.

Juridicamente, os Centros Tecnológicos são Pessoas Colectivas de utilidade pública sem fins lucrativos, com autonomia financeira e técnica e dispendo de património próprio. O LNETI, o IPQ e o IAPMEI são, normalmente, os associados do sector público; os outros sócios são, normalmente, associações empresariais e empresas. A crescente participação do sector privado nestas entidades é um sintoma da aderência e da utilidade destas instituições e da sua visibilidade na estrutura produtiva. A maioria destas entidades é detida preferencialmente pelo sector privado, com especial destaque para o CITEVE e o CT do Calçado, em termos absolutos, e o CATIM, o CTCOR, o CPD, o CTIMM, o CTIC e o CITEVE, todos acima dos 60% (público e privado somam 100%), com destaque para o CATIM, com 80%.

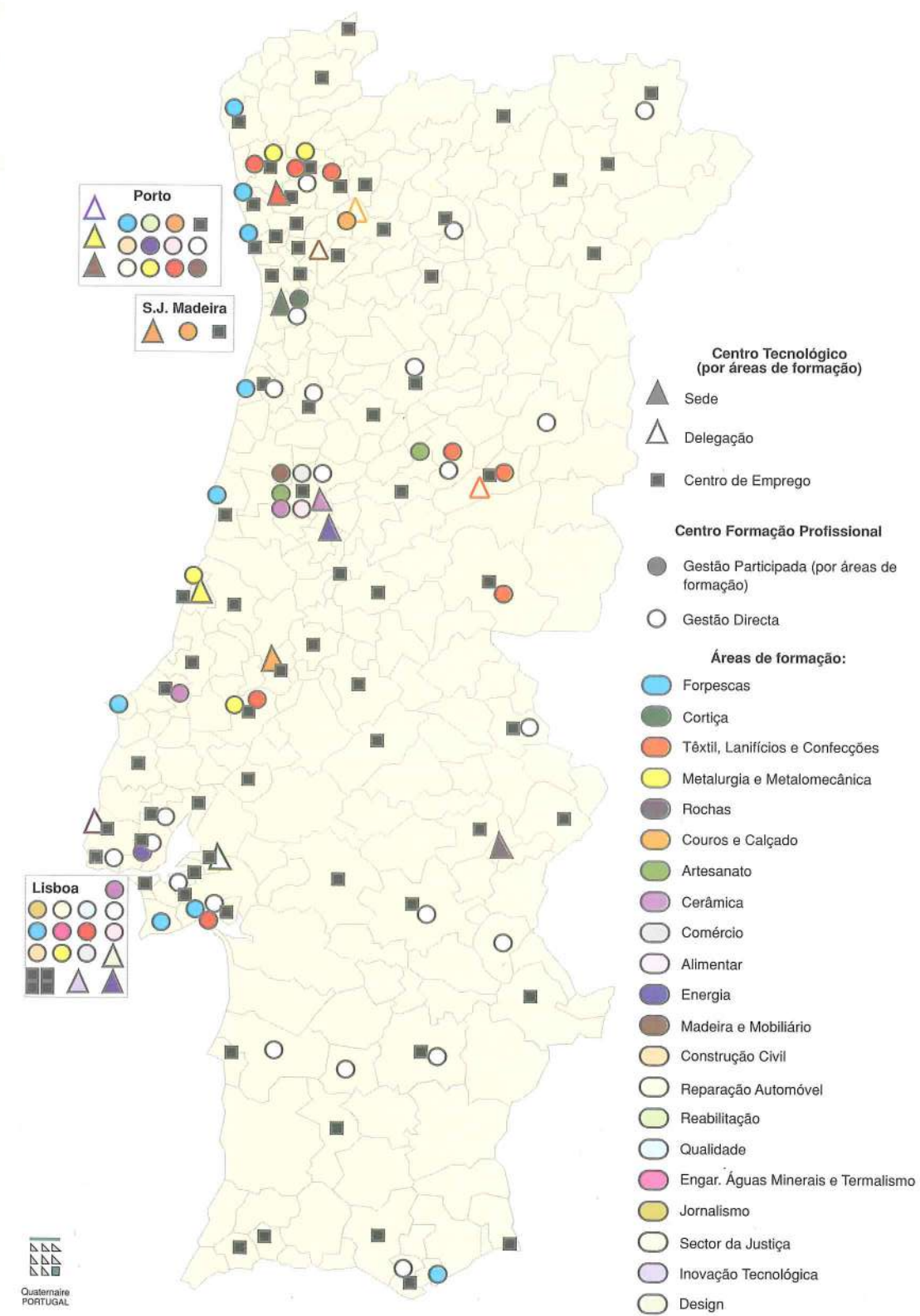
Os recursos humanos constituem um dos potenciais mais preciosos dos Centros Tecnológicos. O CATIM e o CTCV têm um maior peso de técnicos (mais de 50 empregados). Em termos de prestações de serviços por custos de pessoal, é de notar os valores positivos, por ordem decrescente, do CCE (na área da energia), do CEVALOR (das rochas ornamentais), o CTIMM (da madeira e mobiliário), o CTCV (das cerâmicas e do vidro), o CITEVE (da têxtil e vestuário), o CTC (da cortiça) e o CENTIMFE (dos moldes); os outros, apresentam saldos negativos. É de salientar que os resultados líquidos são positivos para o CPD, o CCE, o CTIC, o CATIM, o CTC e o CEVALOR, e que a prestação de serviços tem vindo a aumentar face aos subsídios à exploração.

O PEDIP I e II possibilitou aos Centros Tecnológicos o seu financiamento e fortes investimentos tendo em vista o seu crescimento e a diversificação dos seus serviços. A clientela potencial destas estruturas são as pequenas e médias empresas, que dominam na estrutura industrial e não têm capacidade de internalizar esses serviços. Assim, esta oferta de serviços dos CT's está muito condicionada à fraca capacidade financeira e organizacional dessas mesmas empresas.

Os Centros Tecnológicos não estão a demonstrar capacidade para desenvolver uma estratégia adequada ao mercado que têm. São estruturas muito viradas para dentro e mal inseridas nos tecidos produtivos locais. A concertação entre instituições, entre os Centros de Emprego, os Centros de Formação Profissional, as Associações Empresariais e as instituições de ensino superior e investigação e extensão, são cruciais.

Num País de escassos recursos não pode haver sobreposição de competências, e só o diálogo e a concertação permitem desenvolver estratégias conjuntas. Globalmente, há uma enorme dispersão e animosidade inter-institucional que é preciso superar, a qual não é alheia à própria postura dos diferentes Ministérios e Direcções-Gerais – educação, economia e investigação.

Mapa S44 Rede de serviços no sector da formação profissional, emprego e tecnologia



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do IAPMEI; IEFP, 1996).

8. Das cidades vulneráveis às mais competitivas

Ainda que não tenham sido esgotados nos pontos anteriores os indicadores de competitividade ou de vulnerabilidade económica de uma cidade/concelho, pensamos que é oportuno fazermos uma tentativa de síntese.

Entendemos por *cidades médias vulneráveis*, as que apresentem índices de especialização muito elevados, com volumes de emprego nesse ramo muito altos em relação ao total de emprego do concelho, associados a níveis de desemprego ou fraca capacidade de criação de emprego. Esta situação aparece agravada se a estrutura de dimensões das empresas revela uma concentração do emprego num número restrito de unidades e se o quadro das qualificações não for favorável.

Entendemos por *cidades médias competitivas*, as que apresentem níveis de qualificação elevados, com grande capacidade de resposta aos incentivos nacionais e comunitários, com grande capacidade de criação de emprego e baixos níveis de desemprego.

Relativamente às primeiras, há uma forte concentração de cidades vulneráveis no noroeste, com especial destaque para Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Barcelos e Penafiel, concelhos fortemente especializados na indústria têxtil/vestuário, com volumes de desemprego muito altos, ainda que ao nível nacional continuem a ser os concelhos onde mais empresas foram constituídas no período entre 1990 e 1994, não sendo suficientes, contudo, para diminuir os níveis de desemprego. Note-se que estamos a trabalhar com indicadores de desemprego do Censo de 1991, que nos últimos anos sentiram um forte agravamento.

Covilhã, Gouveia e Seia apresentam uma estrutura de actividades na qual também dominam as têxteis mas, ao contrário dos concelhos anteriormente mencionados, não evidenciaram capacidade de gerar emprego entre 1990 e 1994.

Outras cidades localizadas em áreas industriais especializadas estão também a dar sinais de alguma fragilidade, como é o caso de Santa Maria da Feira, com a indústria da cortiça.

A situação também é preocupante em alguns concelhos em que o emprego público domina largamente a estrutura de actividades. Será de referir o caso de Vila Real, Lamego, Elvas, Évora, Beja, Santiago do Cacém e Abrantes. Coimbra encontra-se numa situação de mudança, pois embora apresente níveis de vulnerabilidade preocupantes, no período entre 1990 e 1994 foi o 3º concelho mais dinâmico na criação de empresas/emprego das cidades em análise.

Relativamente aos concelhos mais competitivos, realça-se a conjugação de alguma qualidade da mão-de-obra com as qualificações da população residente e alguma capacidade de resposta aos incentivos comunitários e nacionais. Neste grupo estão os concelhos de Leiria, Marinha Grande, Torres Novas, Figueira da Foz, Coimbra, Aveiro, Viana do Castelo e Braga. Coimbra destaca-se no acesso aos incentivos, na criação de emprego e na qualidade da mão-de-obra.

No Vale do Ave, embora exista grande capacidade de aceder aos incentivos, os níveis de qualificação da mão-de-obra e da população residente activa não são indicadores de grande competitividade. Estando, actualmente, o Vale do Ave a sofrer os efeitos de um período de grande instabilidade dos têxteis nos mercados internacionais, com implicações no volume de desemprego

local, a fraca qualidade da mão-de-obra inviabiliza qualquer estratégia de atracção de investimentos mais exigentes. O Vale do Sousa está numa situação igualmente complicada, pois aos baixos níveis de qualidade da mão-de-obra junta-se a fraca capacidade de aceder aos incentivos.

Excluindo os concelhos de Évora, Portalegre, Castelo Branco, Covilhã e Guarda, nas áreas a Norte de Lisboa, em Trás-os Montes e Alto Douro, em todo o Algarve e Alentejo, a situação nos concelhos onde estão localizadas cidades não parece dar mostras de grande competitividade. O emprego público domina a estrutura de actividades, e os meios urbanos destes territórios não são capazes de dinamizar e atrair investimentos necessários para a criação de empresas e emprego.

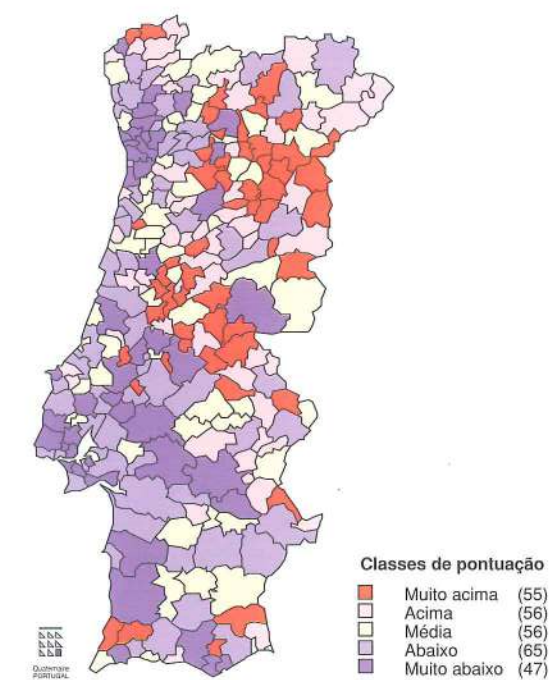
No entanto, em termos de competitividade, as metrópoles de Lisboa e a *cidade-aglomeração* do Porto esmagam, em quase todos os níveis, as pequenas e médias cidades do Continente (Mapa S48). Por exemplo, no terciário, o emprego encontra-se maioritariamente concentrado em Lisboa, com especial destaque para os serviços às empresas, nos serviços financeiros e na cultura, desporto e lazer. Outro exemplo é o das grandes infraestruturas de transporte internacional – aeroportos e portos – localizados nas metrópoles que representam uma parte muito substancial do tráfego nacional. Apenas pontualmente, em sectores muito específicos, sobressai uma ou outra cidade, Coimbra no ensino superior, Faro nos transportes aéreos e Sines nos transportes marítimos.

Quadro 17 Emprego e actividades económicas: principais conclusões

PROBLEMÁTICA	LÓGICAS E DINÂMICAS DE AGRAVAMENTO	TERRITÓRIOS ONDE OS PROBLEMAS TÊM MAIOR INTENSIDADE	CIDADES ONDE OS PROBLEMAS TÊM MAIOR INTENSIDADE
Cidades vulneráveis (monoespecialização, desemprego, fraca capacidade de criar novo emprego e níveis de qualificação dos recursos humanos baixos)	Tecidos produtivos industriais com fraca competitividade internacional e sectores industriais em crise. Pouca atractividade para a fixação de novas empresas e novo emprego privado. Estruturas de emprego fortemente dependentes de um ramo de actividade. Níveis de qualificação da mão-de-obra e/ou da população residente fracos.	Áreas fortemente industrializadas, Norte litoral sobretudo. Áreas interiores, zonas rurais.	Guimarães Vila N. de Famalicão Santo Tirso Barcelos Penafiel Santa Maria da Feira Seia Gouveia Covilhã Vila Real Lamego Abrantes Évora Beja Santiago do Cacém Elvas Lagos
PROBLEMÁTICA	LÓGICAS E DINÂMICAS QUE REFORÇAM A COMPETITIVIDADE	TERRITÓRIOS MAIS DINÂMICOS	CIDADES COM INDICADORES DE COMPETITIVIDADE MAIS FAVORÁVEIS
Cidades competitivas (capacidade de criar novo emprego, níveis de qualificação dos recursos humanos altos e elevada capacidade de aceder aos fundos comunitários e nacionais)	Razoável competitividade dos tecidos industriais especializados. Estruturas industriais dinâmicas e a dar mostras de alguma inovação. Dinâmica de algumas estruturas diversificadas, fortemente terciarizadas.	Áreas fortemente industrializadas, sobretudo no "Oeste". Região Centro Litoral.	Coimbra Viana do Castelo Braga Aveiro S. João da Madeira Figueira da Foz Marinha Grande Leiria Torres Novas Águeda Faro

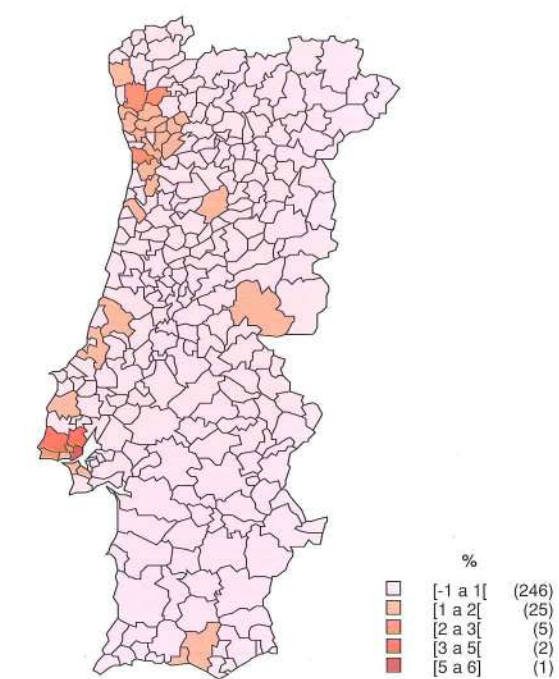
Mapa S45

Síntese do desemprego (1991)

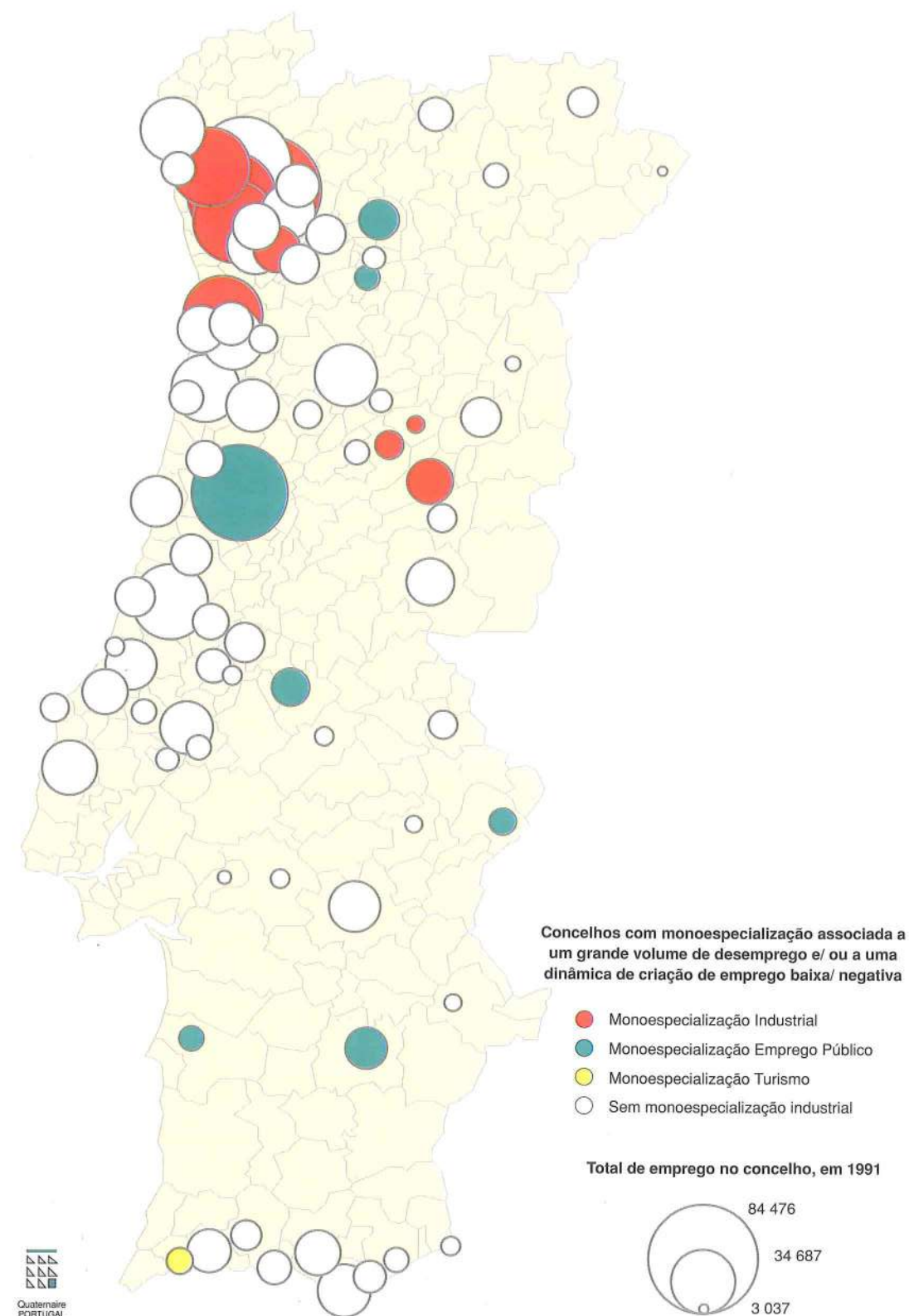


Mapa I63

Variação absoluta do emprego concelhio relativamente à variação absoluta do emprego do Continente (1987-1992)

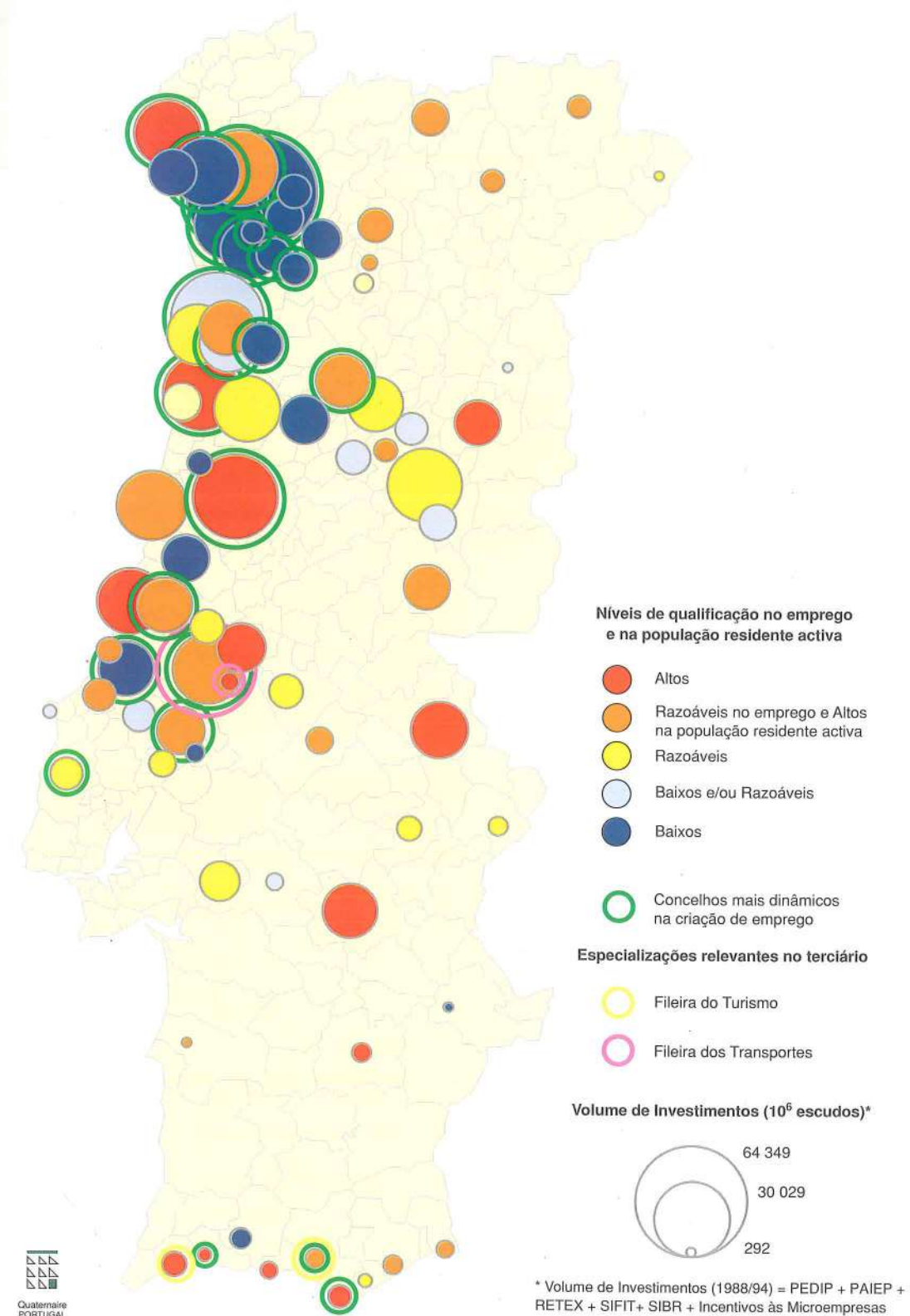


Mapa S46 Síntese cidades mais vulneráveis



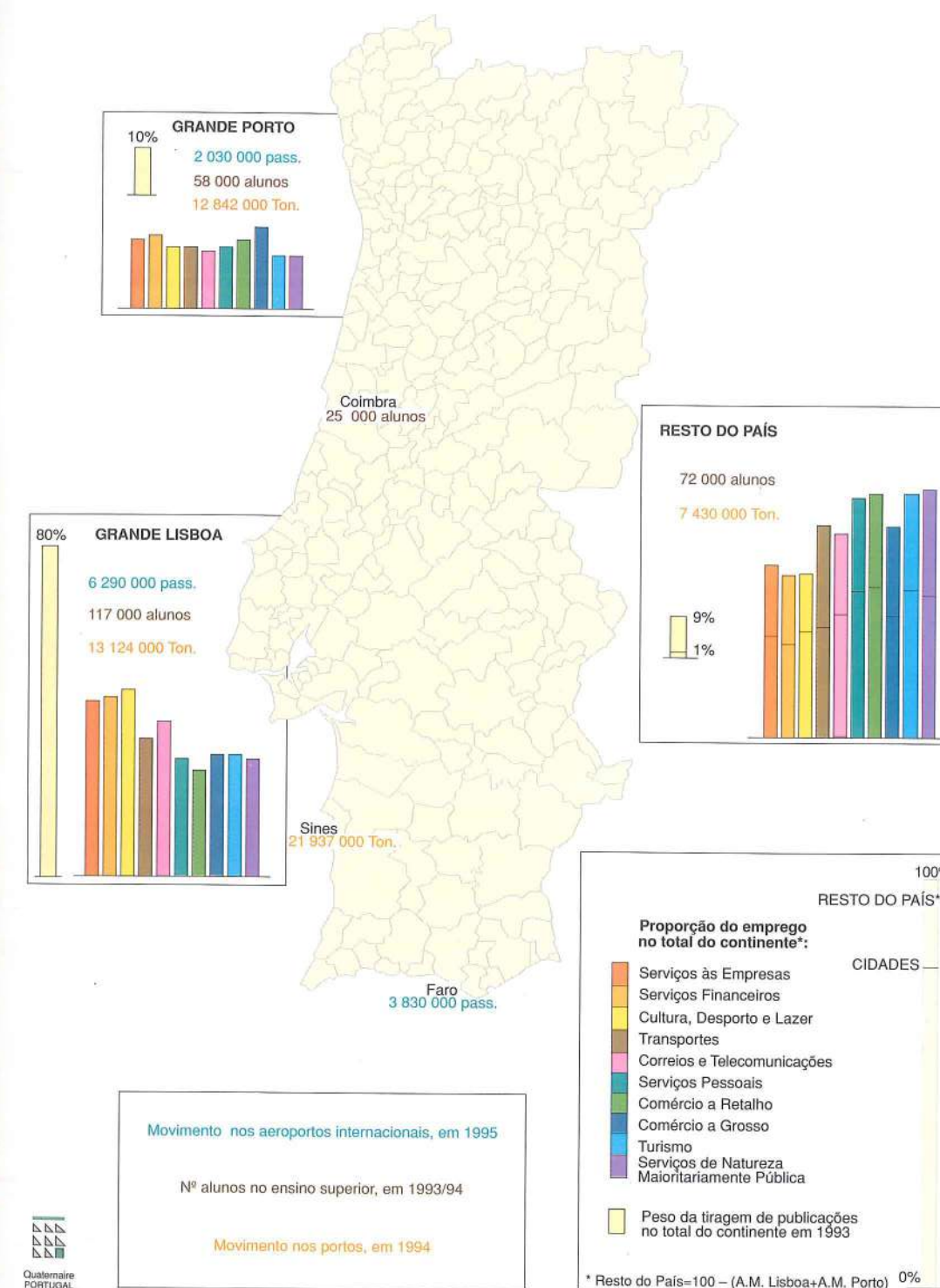
Fonte: Quatenaire Portugal (a partir de informação do INE, Censos 91).

Mapa S47 Síntese cidades mais competitivas



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Censos 91; MESS, 1992 e IF4, 1995).

Mapa S48 Áreas metropolitanas/dependência



Emprego e Actividades Económicas: Nota Metodológica

Este capítulo está organizado num conjunto de sub-temáticas, cujas conclusões se apoiaram em diversas variáveis e respectivos indicadores:

Emprego:

A partir dos movimentos pendulares (INE, Recenseamento da População, 1991) foi construída uma matriz de entradas e saídas por concelho, que nos permitiu calcular os valores de emprego real por concelho e por ramos de actividade. Esta informação é pela primeira vez tratada a nível nacional. A partir destes valores foram calculadas as percentagens concelhias de emprego por ramo de actividade e foram cartografados os respectivos indicadores – peso do emprego concelhio no total do Continente, no que se refere ao emprego total, na indústria transformadora, no sector terciário e na construção civil.

Especializações territoriais e urbanas:

Em termos industriais, a partir da base do emprego referida foram calculados, para os diferentes ramos industriais, o peso de cada indústria em cada concelho relativamente ao total desse ramo no Continente e os respectivos quocientes de localização, de forma a detectar as especializações industriais concelhias e a sua importância ao nível do Continente; em termos de terciário, fizeram-se os mesmos cálculos para o emprego no comércio, no terciário maioritariamente público (administração pública, educação, saúde e acção social), na hotelaria e restauração e nos outros serviços.

Por outro lado, para o total do território do Continente foram calculados índices de especialização por ramos industriais e de serviços, os respectivos valores de emprego concelhio e o peso no total do Continente, que deram origem a uma cartografia de síntese. Quatro cartogramas realçam para a indústria, construção civil, terciário e agricultura, pescas e indústrias extractivas a sua importância simultaneamente concelhia e no Continente e outro cartograma cruza simultaneamente índices de especialização altos (quocientes superiores a 2) com importâncias concelhias também elevados (valores superiores a 20%).

Qualificações dos recursos humanos:

Foram calculados três indicadores, um referente ao peso da população residente com ensino médio e superior por concelho (INE, Recenseamento da População, 1991), outro ao peso da população residente com mais de 12 anos empregada nos grupos profissionais 1, 2 e 3 (quadros dirigentes da função pública, directores e quadros dirigentes de empresas, profissões intelectuais e científicas e profissões técnicas intermédias – INE, Recenseamento da População, 1991) e outro relativo ao peso dos quadros médios, superiores e altamente qualificados no total dos trabalhadores por conta de outrem (MESS, 1992). Para a ordenação dos concelhos foram utilizadas as ordens do 2º e 3º indicadores. Relativamente às cidades, os indicadores foram cruzados de forma a avaliar se, a níveis de qualificações superiores dos trabalhadores por conta de outrem (MESS), correspondiam ou não qualificações também elevadas da população residente (INE – 1º e 3º indicador).

Incentivos de apoio à base produtiva e intenções de investimento directo estrangeiro:

Calcularam-se as capacidades de acesso aos incentivos no âmbito do SIBR e SIR, PEDIP (QCA I e II), PAIEP (até 1995) e SIFIT (1988-1995) por concelho, e avaliou-se a capacidade de atracção de investimentos directos estrangeiros também por concelho (ICEP, 1991-1995). Complementarmente, relativamente aos investimentos comparticipados, foi calculado para o PEDIP e o SIBR/SIR o volume de investimento por emprego industrial. Para os concelhos das cidades privilegiou-se o somatório dos investimentos e as ordenações em função de cada incentivo.

Emprego nas grandes empresas:

Foi calculado o valor do emprego industrial nas grandes empresas (IF QUATRO, 1995) relativamente ao total do emprego industrial, por concelho; para as cidades foi avaliada a dependência do emprego nas grandes empresas industriais (relativamente ao emprego total e relativamente ao emprego na indústria), pois o emprego baseado num número muito restrito de empresas cria alguma vulnerabilidade à base económica e de emprego da cidade.

Fluxos e Bacias de Emprego:

Nesta temática cartografaram-se os fluxos inter-concelhos e calculou-se o valor total das entradas para os concelhos das cidades em estudo (INE, Censo, 1991 e cálculos da Quaternaire Portugal, 1996). A partir daqui conseguem-se desenhar as bacias de emprego e os centros de emprego principais. A atractividade em termos de emprego (total de entradas a dividir pelo total de emprego) e o índice de repulsão (total de saídas a dividir pela população residente activa) foram também calculados. Além disto, foi realizada uma análise dos ramos dominantes nos movimentos pendulares. Além da cartografia apresentada, calculámos e mapeámos os movimentos na construção civil e na indústria transformadora.

Estruturas de Apoio Técnico e Tecnológico às Empresas:

Foi utilizada informação recolhida junto do IIEP, INETI, IAPMEI e DGOTDU e cartografadas as localizações dos Centros de Emprego, dos Centros de Formação Profissional de gestão directa e de gestão participada (por ramos de actividade) e dos Centros Tecnológicos por ramos de actividade económica. Além disso, foi utilizada documentação escrita disponível.

Indicadores de vulnerabilidade e de competitividade:

Ainda que sintetizar um leque tão diversificado de indicadores seja redundante, resolvemos arriscar uma síntese que tem naturalmente os seus limites e fragilidades.

Em termos de vulnerabilidade, foram cruzados indicadores de emprego em grandes empresas (IF QUATRO, 1995) com taxas de desemprego (INE, Censo, 1991) e volumes de desemprego (INE, Censo, 1991) com taxas de criação de emprego (MESS, 1987/92; INE, BASE BELÉM 1990/94) e com indicadores de monoespecialização (INE, Censo, 1991 e cálculos da Quaternaire Portugal, 1996).

Em termos de competitividade, os volumes de investimento comparticipados, os níveis de qualificação superiores e as dinâmicas na criação de emprego terciário e industrial foram fundamentais para a selecção das cidades desta categoria.

ENSINO BÁSICO, ENSINO SUPERIOR, INVESTIGAÇÃO E ESTRUTURAS TECNOLÓGICAS

1. A integração da escola na cidade e no espaço local começa a dar os primeiros passos em Portugal¹⁴

A primeira questão que temos de avaliar é se a escola está ou não apta a responder às reais necessidades e aspirações das camadas mais jovens e às estratégias familiares.

Transformar as escolas em actores urbanos ainda é uma hipótese em Portugal. No entanto, algumas experiências interessantes têm vindo a concretizar-se mas, em geral, dispersas. As tendências apontam para uma interacção crescente das dinâmicas urbanas com as dinâmicas escolares tendo em vista a concretização de algumas políticas e projectos locais. Isto é, sobretudo, visível nos projectos de revitalização urbana em algumas áreas de forte concentração de problemas e de segregação social. Aqui, as estratégias escolares articulam-se com as estratégias urbanas e a escola é um elemento crucial na integração social das populações em dificuldades. Mas isto ainda não é uma realidade e uma prática comum.

A primeira conclusão que sobressai é que, em Portugal, temos um sistema escolar em que os conteúdos dos programas e os processos de aprendizagem continuam a não motivar os alunos e seus familiares a uma permanência na escola tendo em vista a valorização individual. A escola continua a ser uma escolha obrigatória ou, então, a única alternativa ao desemprego previsível. Não obstante, as situações em Portugal são muito heterogêneas.

Nos Vales do Ave e do Sousa houve uma intensa desvalorização do papel da escola e as famílias apostaram numa entrada precoce no mercado de trabalho, sem quaisquer qualificações. Nas regiões do interior o fenómeno apresenta um comportamento e uma lógica diferentes. A permanência na escola é maior, mas a opção pela escola não está na qualidade e nos conteúdos programáticos, mas na falta de alternativas, pois as possibilidades de emprego à saída são muito baixas. Estamos, pois, numa situação difícil, porque poucas são as áreas fortemente industrializadas que incentivam e gratificam os mais qualificados.

O pré-primário em Portugal tem uma taxa de cobertura muito baixa e este nível de ensino não é suficientemente valorizado pelos responsáveis da educação ao nível nacional e urbano. Ao nível do território, a situação é má em todo o País, pois são poucos os concelhos em que as taxas de cobertura são razoáveis. A situação é sobretudo complicada nos concelhos que separam o litoral Norte industrializado e o interior rural. Trata-se do Vale do Sousa, Amarante, Marco de Canavezes, Arouca, Castro Daire, Vila Pouca de Aguiar, Murça, etc. Esta área apresenta, no 3º ciclo e no secundário, níveis de escolarização dos mais baixos do Continente.

As taxas de escolarização no secundário realçam sobretudo as cidades, pela atractividade que estas desenvolvem relativamente aos concelhos vizinhos, sobretudo pela maior diversidade de vias de ensino que oferecem.

Relativamente às cidades em Estudo, a situação do ensino básico não apresenta taxas de escolarização altas num grande número de cidades. A situação é grave em todas as cidades do

14. Ver Nota Metodológica no final do capítulo.

Vale do Ave e no Vale do Sousa. Nesta área, Braga também não apresenta uma situação razoável, devido às taxas baixas de escolarização no terceiro ciclo e no secundário. Nas cidades localizadas a Sul do Porto o resultado também só melhora ligeiramente, pois Santa Maria da Feira, Ovar e Vale de Cambra apresentam níveis muito baixos de escolarização, enquanto S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis apresentam níveis de escolarização razoáveis. No restante território a situação melhora drasticamente, tirando algumas excepções como Tondela, Nazaré, Moura e Tavira, em que a situação é pouco animadora.

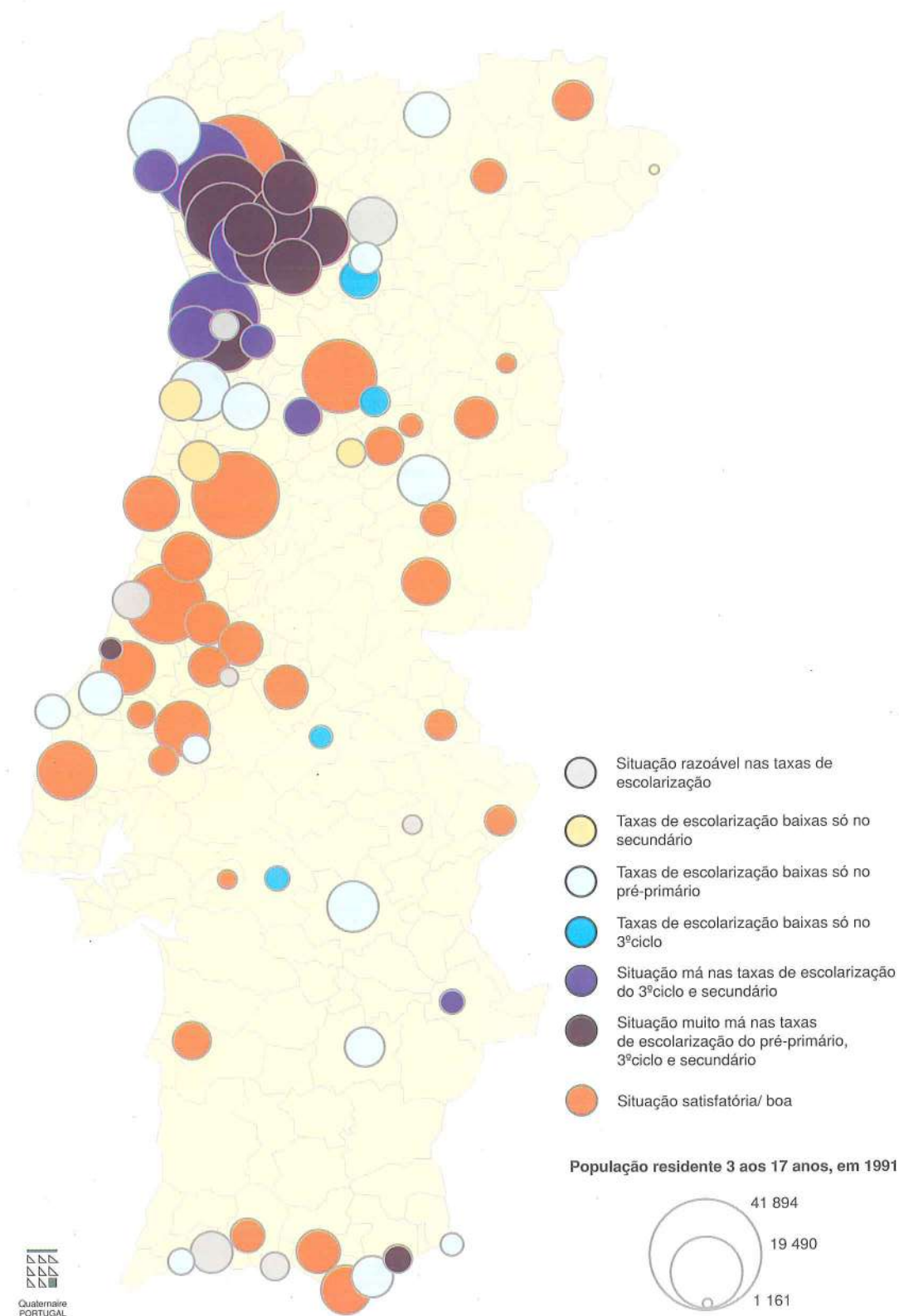
Se o número de alunos do ensino superior representa um indicador da capacidade urbana em matéria de recursos humanos das cidades, o número de alunos do ensino secundário não deixa de ser também um bom indicador a esse nível. Novamente as duas grandes cidades evidenciam-se como era de prever. Na Área Metropolitana de Lisboa, os círculos proporcionais são de grande dimensão num grande número de concelhos, sobretudo os contíguos localizados a Norte da cidade. Aqui concentra-se, na actualidade, a maior fatia de população jovem estudantil do Continente e os recursos humanos do futuro. Na aglomeração do Porto, como era de prever, a dicotomia entre os concelhos da aglomeração e o território contíguo não é evidente, e os círculos que se evidenciam são os do Porto, Braga, Guimarães, Matosinhos, Vila Nova de Gaia e ainda Vila Nova de Famalicão e Viana do Castelo. Fora do contexto das Áreas Metropolitanas, aparece Coimbra, destacada, e ainda Viseu, Leiria, Aveiro, Bragança, Vila Real, Castelo Branco, Évora e Faro.

Quadro 18 Síntese da escolarização

	TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO MUITO BAIXAS	TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO BAIXAS NO 3º CICLO E SECUNDÁRIO E BOA SITUAÇÃO NO PRÉ-PRIMÁRIO	SÓ UMA DAS TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO TEM VALORES BAIXOS	SITUAÇÃO RAZOÁVEL NAS 3 TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO	SITUAÇÃO SATISFATÓRIA
PRÉ-PRIMÁRIO			V. Castelo Águeda C. Rainha Peniche Chaves P. Régua Almeirim	Covilhã Évora Beja Lagos Olhão V.R. St. António	Braga Bragança Mirandela Viseu Pinhel Seia Gouveia Guarda Fundão Castelo Branco Figueira da Foz Coimbra Torres Vedras Torres Novas Portalegre Elvas Tomar Leiria Vila Nova de Ourém Santarém Cartaxo Rio Maior Abrantes Vendas Novas Santiago do Cacém Silves Loulé Faro Alcobça Pombal
3º CICLO	Sto. Tirso Amarante Felgueiras P. Ferreira Penafiel M. Canavezes Fafe Guimarães V.N. Famalicão O. Azeméis Nazaré Tavira	Barcelos Paredes Esposende Feira Vale de Cambra Ovar Tondela Moura	Lamego Mangualde Ponte de Sor Montemor-o-Novo	S. João da Madeira Marinha Grande Vila Real Entroncamento Estremoz Portimão Albufeira	
SECUNDÁRIO			Ílhavo Cantanhede Oliveira do Hospital Miranda do Douro Aveiro		

Fonte: INE, 1991.

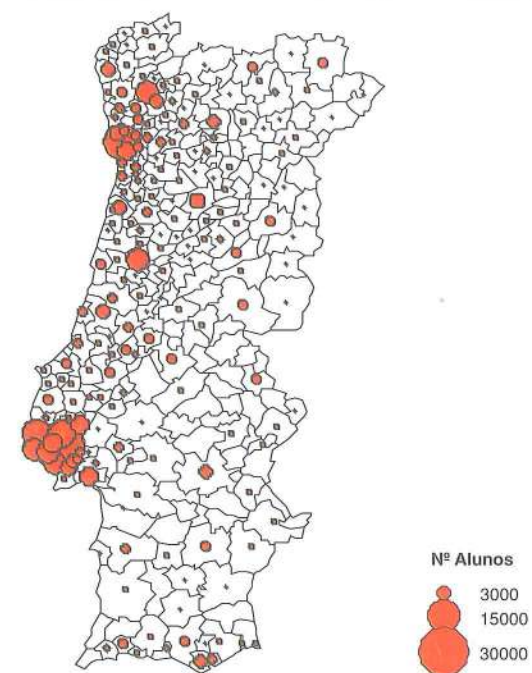
Mapa S49 Síntese ensino



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Censos 91 e Marktest, 1994).

Mapa I64

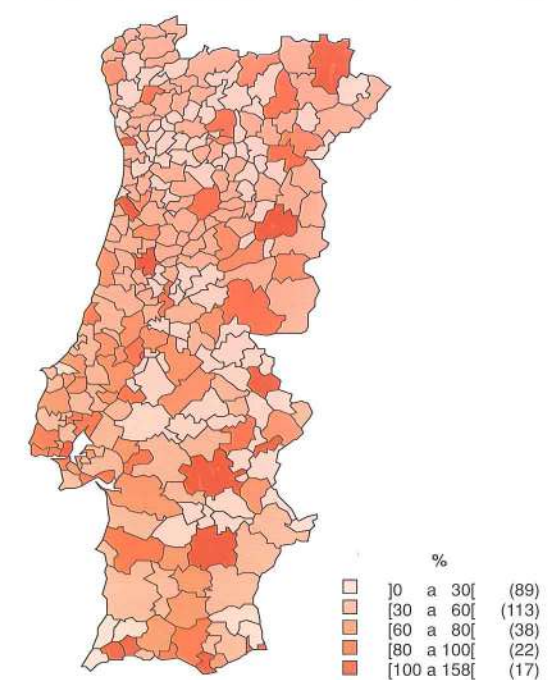
Alunos a frequentar o ensino secundário,
por concelho, no ano lectivo (1993/94)



Fonte: Marktest, 1994.

Mapa I65

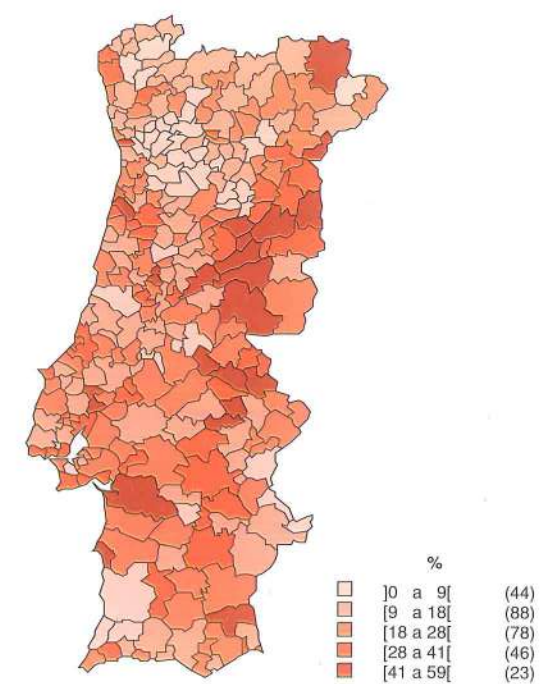
Taxa de escolarização do ensino secundário,
por concelho (1993/94)



Fonte: Marktest e Censos 91.

Mapa I66

Capacidade dos equipamentos dirigidos à
população com 0-5 anos, por mil residentes deste
grupo etário e por concelho (1994)



Fonte: DGAS, 1994.

2. A existência de uma rede de ensino superior, investigação e interfaces com o exterior proporciona níveis mais elevados de urbanidade e competitividade urbana

A Universidade em Portugal registou um crescimento brutal nos últimos vinte anos. A repartição dos estabelecimentos de ensino superior pelo território nacional e a sua localização nas cidades levanta várias questões.

A extensão da rede de ensino para fora das duas grandes aglomerações contribuiu, ou não, para democratizar o acesso ao ensino superior e para o desenvolvimento urbano? De que forma o ensino superior está a desencadear processos de dinâmica empresarial e o surgimento de novas oportunidades de negócio? A capacidade de resposta da investigação aplicada e da extensão está a responder, ou não, às reais necessidades do desenvolvimento urbano e regional? A tendência para o recurso à lógica de funcionamento de *campus* está, ou não, a implicar processos de integração na cidade? A forte concentração de estudantes em algumas pequenas/médias cidades desencadeou e acelerou processos de revitalização urbanística e de animação urbana? Os eleitos precisam dos universitários para construir os seus projectos urbanos? Como é que um projecto universitário pode ser um projecto urbano?

A rivalidade ou concorrência entre cidades, o desenvolvimento de redes, a internacionalização urbana e as identidades territoriais apoiam-se fortemente no estudo das áreas do ensino e da investigação, da "massa crítica" urbana relativamente ao ensino e *know-how* em áreas específicas e cruciais em termos de desenvolvimento nacional ou regional, na mobilização e na integração dos interfaces de apoio à dinâmica urbana e regional. Os meios académicos têm vindo a assumir uma postura mais aberta à cooperação entre universidades e à procura de uma competência internacional. É necessário começar a avaliar o sucesso de algumas posturas mais voluntaristas de alguns estabelecimentos de ensino superior em Portugal.

Enfim, os estabelecimentos de ensino superior são lugares de formação superior, de investimento, de difusão cultural e, por tudo isso, estas instituições devem abrir-se, mais ou menos, à cidade em função das vocações que vierem a privilegiar.

Ficam algumas perguntas, para as quais se apresentam, em seguida, algumas respostas que conseguimos formalizar com o material disponível e o diagnóstico realizado. Em termos de avaliação mais pormenorizada, os planos estratégicos, resumidos em capítulo autónomo, também dão importantes contributos na avaliação das universidades enquanto actores urbanos e regionais.

Uma rede de ensino superior e investigação ainda em consolidação

No Continente temos, em 1993/94, cerca de 272 314 alunos em estabelecimentos de ensino superior, dos quais 64% estão concentrados em estabelecimentos das Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa. Esta concentração é sobretudo evidente em Lisboa, não só pelo número de alunos (43% do total), mas também pelas áreas de ensino e por uma estratégia de ensino fortemente centralizada e concentrada. Lisboa oferece praticamente todas as áreas e, na maioria dos

casos, de uma forma mais sólida, com maior massa crítica nos docentes e discentes que envolve, nas verbas de que dispõe e nas capacidades de investigação que lhe estão ao dispor. O desequilíbrio de Lisboa para o Porto também é visível a todos os outros níveis.

Claro que este panorama tem exceções e as pequenas e médias cidades têm vindo a afirmar-se nalgumas especificidades, com alguma visibilidade nacional. Coimbra, descola naturalmente da rede de ensino superior das cidades pequenas e médias, para aproximar-se, ligeiramente, dos valores do Porto e de Lisboa, não só pelo número de estabelecimentos públicos e privados, mas também pelo número de alunos (cerca de 24 mil), pelas áreas de formação que oferece e a qualidade e a capacidade de investigação e internacionalização de algumas áreas da saúde. Mesmo assim, tem cerca de metade dos alunos da Área Metropolitana do Porto e cerca de vinte por cento da Área Metropolitana de Lisboa.

Num segundo nível, em termos de número de alunos e docentes doutorados, surgem-nos Braga, Aveiro, Faro e Vila Real. Segundo a organização de cursos por áreas de formação¹⁵, a Universidade do Minho optou por uma estratégia de um número não muito alargado de áreas (mesmo incluindo as que se desenvolvem em Guimarães), enquanto Faro apostou no alargamento do leque de oferta. Este comportamento deve-se talvez à localização das duas universidades. Enquanto Braga e Aveiro sentem a influência e a forte concorrência da Universidade do Porto e da Universidade de Coimbra, e, por isso, têm de apostar num leque pequeno e alternativo pela sua qualidade ou por serem novas áreas de formação pouco vulgares nas universidades clássicas, Faro, com uma localização mais afastada dos grandes estabelecimentos de ensino, opta por uma oferta alargada, enquanto estratégia.

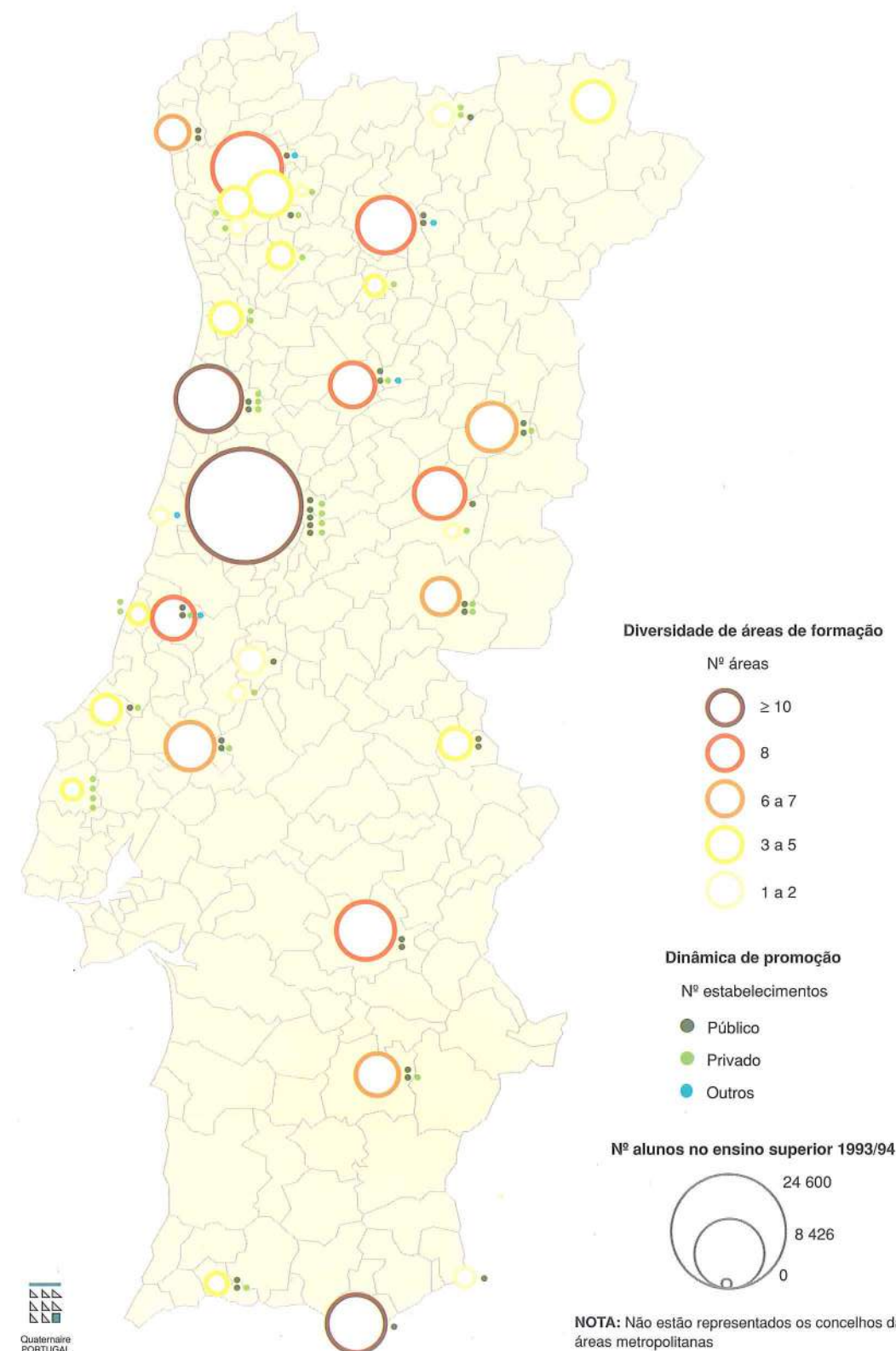
Em termos de especificidades universitárias existem algumas revelações marcantes. As ciências do território e do ambiente em Aveiro, as engenharias, mais concretamente a electrónica, em Braga, a agricultura, produção animal e florestal em Évora e Vila Real, e o turismo/hotelaria e as ciências do mar em Faro, são, hoje em dia, também uma evidência em termos de ensino e, por vezes, investigação aplicada e extensão.

Paralelamente, a dinâmica do ensino particular foi uma evidência nos últimos anos. Passados os momentos de euforia e de uma proliferação desenfreada de estabelecimentos, já entramos numa fase de racionalização do sistema e de uma postura privada mais restritiva em termos de oferta e de qualidade de cursos. A tendência actual é para caminhar no sentido de uma rede de ensino mais sólida e capaz.

A qualidade e a imagem do ensino nas médias e grandes cidades (sobretudo público) estão muito presentes no momento de opção do curso e do estabelecimento. Assim, os mais qualificados preferiram optar pelos estabelecimentos com mais prestígio, deslocando-se e deixando para os pequenos estabelecimentos dispersos pelo território nacional os excluídos pelas baixas médias ou pelos rendimentos familiares precários, face a uma deslocação demasiado dispendiosa de um dos membros da família.

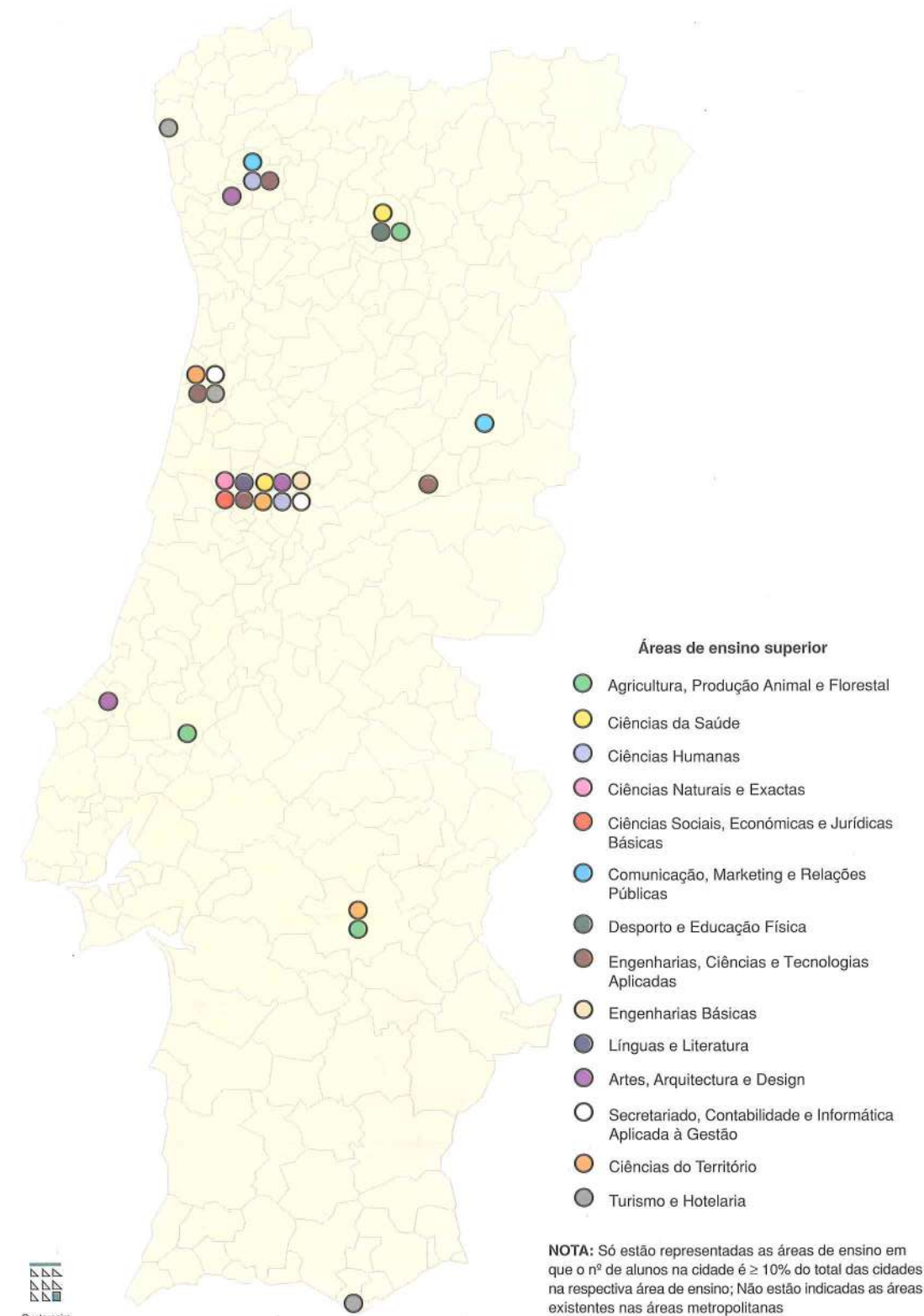
15. As áreas de formação foram delineadas pela equipa especializada em Recursos Humanos da Quaternaire Portugal, pois não existe em Portugal nenhuma classificação dos cursos segundo áreas de formação.

Mapa S50 Dinâmica do ensino superior



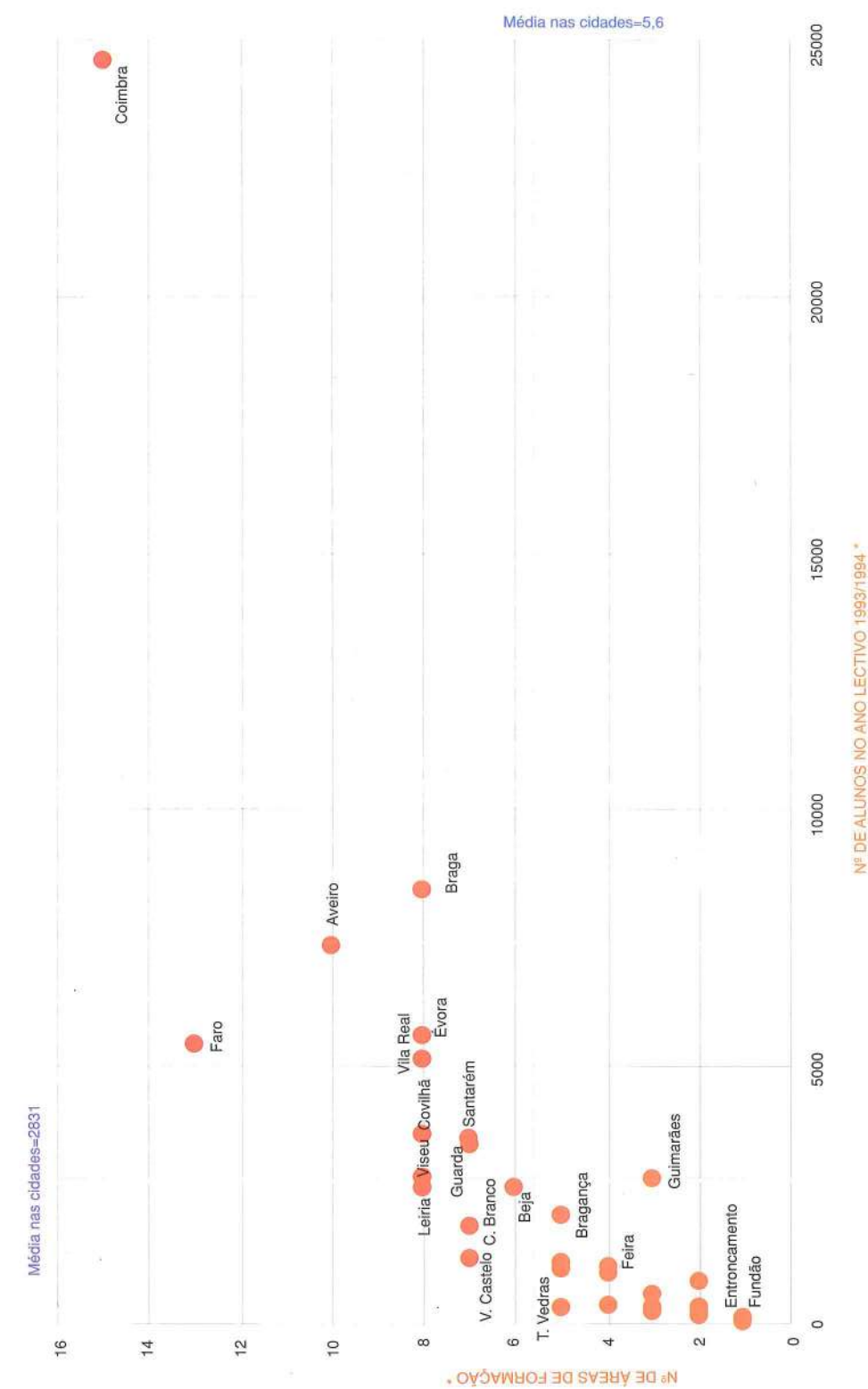
Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do DGES, 1993/94).

Mapa S51 Áreas de especialização do ensino superior



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do DGES, 1993/94).

Figura 5 Posicionamento das cidades relativamente ao ensino superior (público/privado), segundo o número de áreas de formação e o número de alunos inscritos em 1993/94



* No conjunto dos estabelecimentos de Ensino Superior em cada cidade

Existe uma forte debilidade da estrutura de investigação e uma insuficiente inserção regional e nacional das redes de investigação e extensão localizadas nas cidades médias

Em termos de investigação e extensão também alguns apontamentos serão de realçar. A descolagem da Universidade de Coimbra continua a evidenciar-se, sobretudo nas despesas realizadas na investigação em I&D, nos doutoramentos nacionais efectuados no período de 1980 a 1992, nas equivalências de doutoramentos concretizados no estrangeiro e pelo número de bolseiros Ciência (por local de origem do bolseiro). O peso e a importância dos centros de investigação são uma evidência.

Em termos de internacionalização nas áreas das ciências naturais e exactas, segundo um estudo elaborado pela JNICT (1993), o coeficiente de internacionalização da Universidade do Minho também ultrapassa largamente os demais, incluindo mesmo Coimbra. Relativamente a outro indicador de internacionalização das cidades, o número de equivalências de doutoramentos realizados no estrangeiro entre 1980 e 1992, Coimbra sobressai das demais cidades médias, aproximando-se do Porto, mas ficando muito aquém de Lisboa.

Para avaliarmos, com alguma exactidão, a capacidade de investigação e extensão das universidades portuguesas, eram necessárias informações mais pormenorizadas sobre os centros de investigação, investigadores, despesas e serviços realizados ao exterior. Esta informação não está disponível e, por isso, com o material que pudemos reunir junto da JNICT e do Ministério da Ciência, só podemos fazer uma leitura abrangente e genérica sobre a situação da investigação nas cidades.

A Universidade de Coimbra¹⁶ desenvolve investigação em cerca de cinquenta áreas, com forte visibilidade externa nalgumas áreas da saúde, designadamente oftalmologia, neurociências da visão, biotecnologia, ciências da terra e do ambiente, ciências agrárias e química (JNICT, 1993). Os parceiros nas áreas de investigação são muito diversificados, abrangendo não só instituições da própria cidade, mas também do Porto e de Aveiro, e preferencialmente de Lisboa – dado que a grande maioria das instituições de I&D estão aqui localizadas. Ao nível dos interfaces com o exterior esta instituição presta serviços e I&D, desenvolve transferência de tecnologia, tem uma incubadora de empresas e dá apoio nas áreas da qualidade. Tal como os centros de investigação, os interfaces estão bem relacionados com instituições locais e com instituições nacionais, sobretudo localizadas em Lisboa.

As Universidades do Minho e de Aveiro estão no segundo escalão do número de áreas de investigação e nas tipologias de interface com o exterior. Apresentam uma estrutura de áreas de investigação menos extensa e diversificada. Em Braga/Guimarães têm alguma visibilidade externa as áreas das tecnologias da informação e electrónica, da têxtil e dos polímeros. Em Aveiro sobressaem as áreas das ciências da terra e do ambiente, as tecnologias de informação e telecomunicações e as ciências e tecnologias dos materiais. Relativamente aos interfaces, em termos de tipologias a situação parece mais ou menos satisfatória. No Algarve, as ciências do mar real-

çam-se nas áreas de investigação detectadas. Relativamente aos interfaces a situação é aparentemente ainda muito incipiente (quadro 20).

Na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, as áreas de investigação resumem-se ao desenvolvimento regional, à agro-climatologia e às ciências e tecnologias agrárias e agro-alimentares. A situação na Universidade da Beira Interior (Covilhã) é igualmente frágil, estando presentes as áreas do património, desenvolvimento regional e informática. Os interfaces actuam nas áreas da transferência de tecnologia, incubação de empresas e I&D e prestação de serviços. O relacionamento externo e a ligação a instituições locais e regionais são aparentemente muito precários. Em Évora, as ciências agrárias têm uma forte visibilidade e os interfaces com o exterior estão em reforço e consolidação.

A existência de pólos científicos com as suas especificidades pode ser um elemento de desenvolvimento das cidades. A concentração de investigadores, de docentes e de especialistas em certas áreas, a participação desta camada social na vida política local, a dinamização empresarial e a constituição de mercados locais especializados parecem factores importantes de desenvolvimento urbano e regional. A dimensão de Portugal, a massa crítica limitada que algumas das nossas cidades e universidades possuem, a debilidade de meios para o desenvolvimento de uma estratégia, são elementos limitadores do desenvolvimento de *know-how* em certas áreas específicas.

16. Gago, Mariano, 1994.

Quadro 19 Ensino universitário e investigação

	PESSOAL DOCENTE		INVESTIGADORES	TOTAL	DOCTORAMENTOS		Nº DE ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR (1993/94)	BOLEIROS DA CIÊNCIA (P/ LOCAL DE ORIGEM) ÁREAS CIÊNCIA & TECNOLOGIA (2)	COEFICIENTE DE INTERNACIONALIZAÇÃO (1993)
	PROFESSORES	ASSISTENTES E ASSISTENTES ESTAGIÁRIOS			NACIONAIS 1970/92* (1)	ESTRANGEIROS EQUIVALENCIA 80/92* (2)			
ALGARVE	89	231	-	338	1	10	5295	23	0,3
AVEIRO	129	227	3	383	50	65	5918	50	0,5
BEIRA INTERIOR	88	162	-	261	1	1	3681	-	-
COIMBRA	555	863	-	1552	314	118	18579	116	1,1
ÉVORA	86	280	10	390	33	18	5379	9	0,3
MINHO	185	452	2	722	64	84	10475	20	1,7
TRÁS-OS-MONTES	54	247	7	318	45	12	5008	-	-
AVL	1694	2976	61	4863	1289	555	48479		
AMP	735	1239	-	2125	413	190	20425		

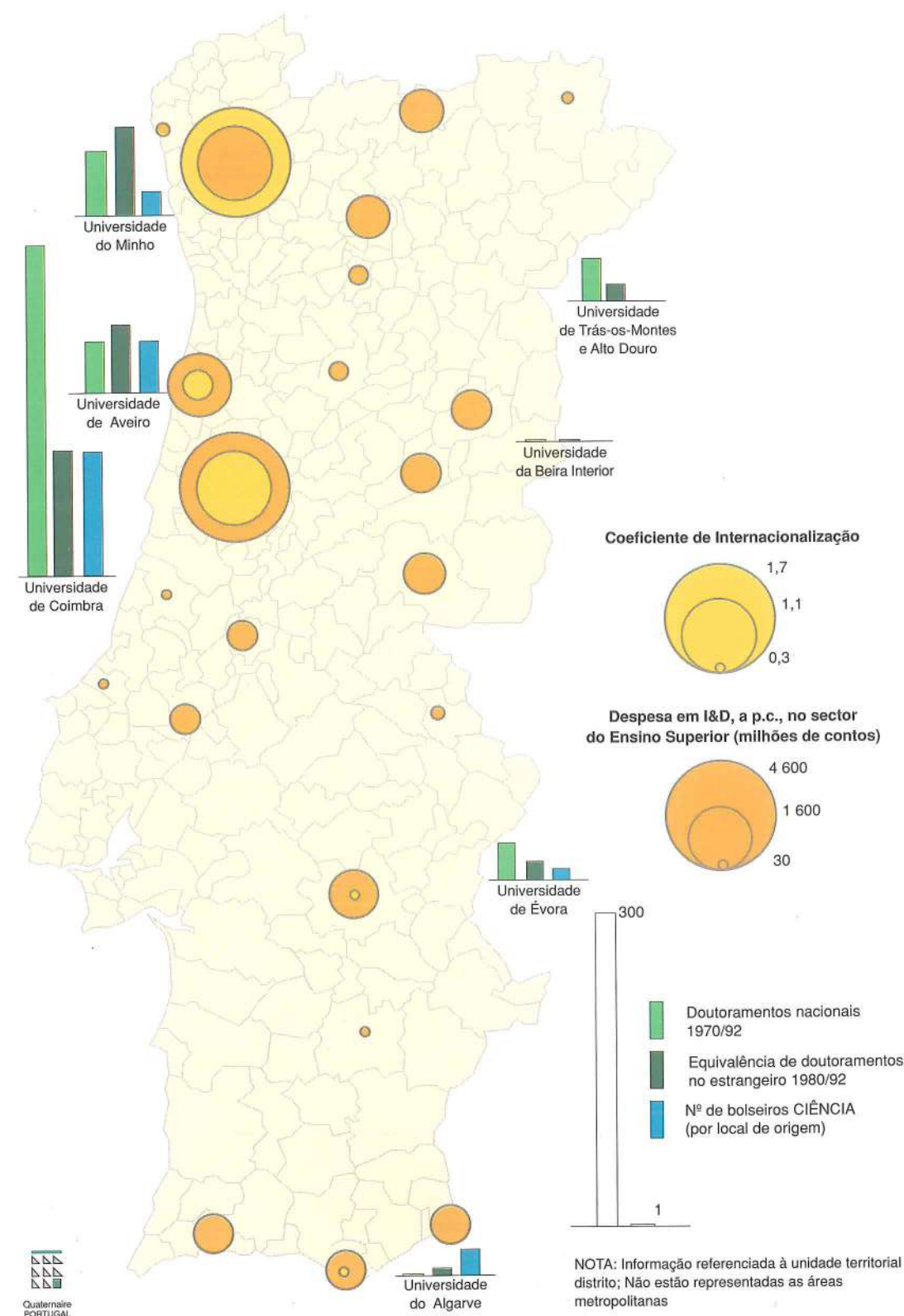
* Não se inclui a Universidade Católica.

Fontes: Ver Nota Metodológica e índice de Fontes.

(1) José M. Gago e outros, "Prospetiva do Ensino Superior Superior em Portugal". Instituto de Prospectiva, ME – Departamento de Programação e Gestão Financeira.

(2) Trabalhos Preparatórios do Programa Praxis XXI. "Análise do Programa de Formação Avançada do Programa Ciência – Doutoramentos por área e subárea de C&T" 1993. JNICT E outras, designadamente: Sistema de C&T nos sectores ensino superior e IPSFL – Ciências exactas e naturais e tecnologias (Prof), 1995. JNICT.

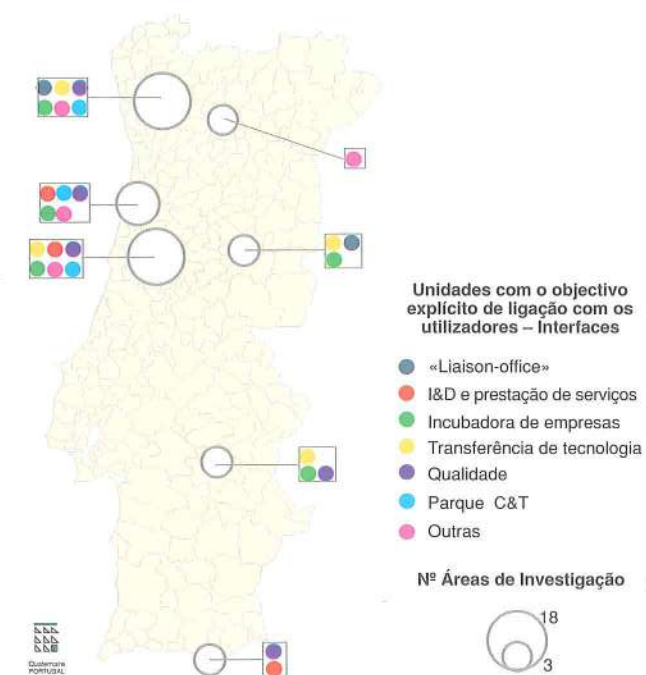
Mapa S52 Investigação nas universidades



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação de "Prospetiva do ensino superior em Portugal", 1994; Trabalhos preparatórios do Programa PRAXIS XXI).

Mapa S53

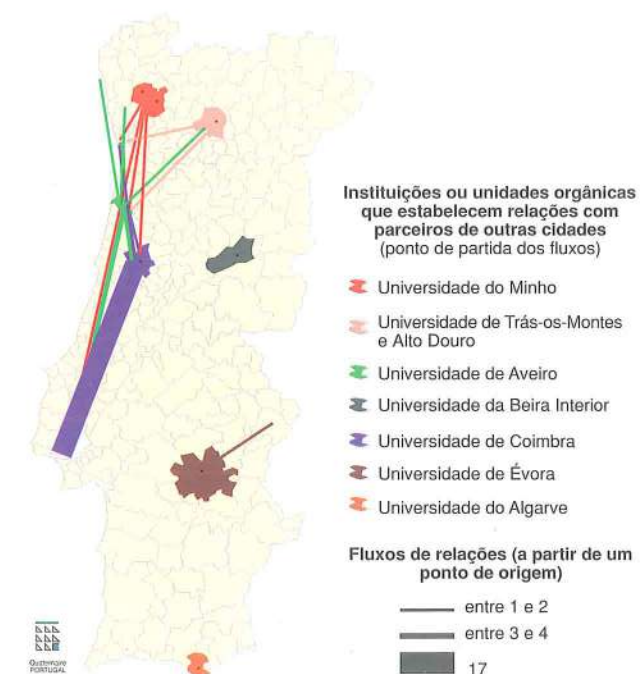
Síntese dos centros de investigação



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação de "Prospectiva de ensino superior em Portugal", 1994).

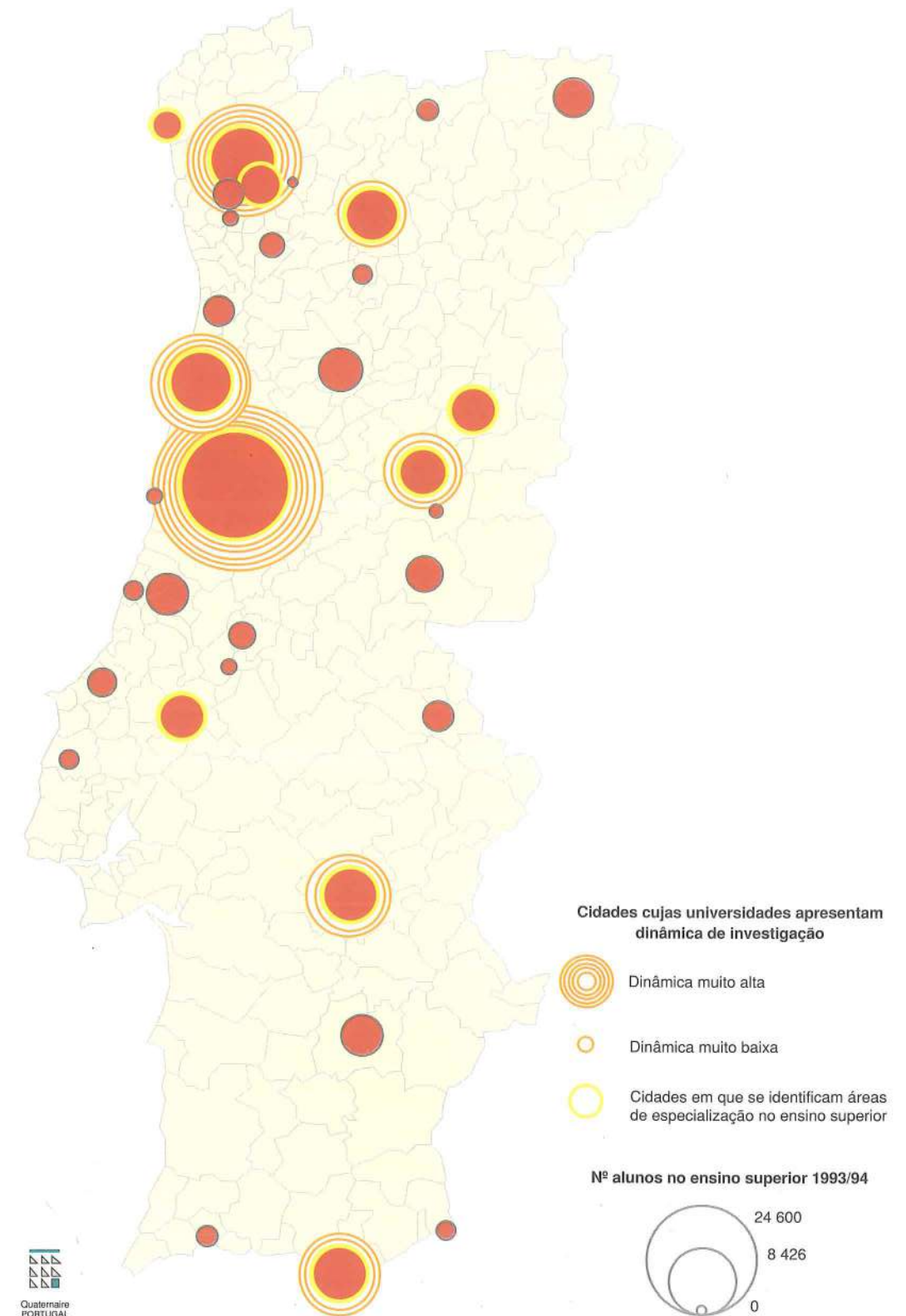
Mapa S54

Redes de relacionamento dos centros de investigação



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação de "Prospectiva de ensino superior em Portugal", 1994).

Mapa S55 Síntese dinâmicas de ensino superior e investigação



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do DGES, 1993/94; "Prospectiva do ensino superior em Portugal", 1994).

Quadro 20 Tipologias funcionais e áreas de investigação das universidades portuguesas localizadas nas cidades médias

TIPOLOGIAS FUNCIONAIS		ÁREAS DE INVESTIGAÇÃO		PARCEIROS
UNIVERSIDADE DO ALGARVE	CENTROS DE INVESTIGAÇÃO COM O OBJECTIVO EXPLÍCITO DE INTERFACE COM OS UTILIZADORES	Universidade	Controlo da Erosão e Desertificação	
		Ciência	Ciências e Técnicas da Produção Vegetal Ciências do Mar Biologia Aplicada (previsto)	
		IPs/FL	Desenvolvimento e Economia Regional	
COM O OBJECTIVO EXPLÍCITO DE INTERFACE COM OS UTILIZADORES		"Liaison-Office" IDD e Prestação de Serviços Qualidade		INETI, CTT Empresas Privadas e Públicas, Associações Empresariais, CEAL, NERA/ /AIP
UNIVERSIDADE DE AVEIRO	CENTROS DE INVESTIGAÇÃO COM O OBJECTIVO EXPLÍCITO DE INTERFACE COM OS UTILIZADORES	Universidade	Cerâmica e Vidro Ecologia Electrónica e Telecomunicações Física Geoquímica Química do Meio Aquático	UP, UTAD, ICBAS, Instituto Politécnico de Viana do Castelo e de Coimbra, Instituto Hidrográfico, INESC, Universidade do Minho e do Porto, Telecom, CET.
		Ciência	Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro-Alimentares Ciências e Tecnologias do Mar Electrónica e Sistemas Materiais Telecomunicações	
		Interinstitucionais	Engenharia de Sistemas e Computadores	
COM O OBJECTIVO EXPLÍCITO DE INTERFACE COM OS UTILIZADORES		IDD e Prestação de Serviços Qualidade Incubadora de Empresas Parque de C&T Outros		INETI, AIDA, AIP, UNAVE, UNEFOR, Telecom, CET, Empresas Nacionais e Multinacionais, IPQ, Autarquias, CCRC, D.G. do Ambiente, Universidade de Coimbra, Politécnico de Coimbra
UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR (COVILHÃ)	CENTROS DE INVESTIGAÇÃO COM O OBJECTIVO EXPLÍCITO DE INTERFACE COM OS UTILIZADORES	Universidade	Recursos de Ensino e Aprendizagem Informática Património Desenvolvimento Regional	
		IDD e Prestação de Serviços Transferência de Tecnologia Incubadora de Empresas		Empresas, Associações Empresariais, Entidades Bancárias, CCRC, Autarquias

Fonte: *Prospectiva do Ensino Superior em Portugal* (DEP/GEF, 1994).

continua

TIPOLOGIAS FUNCIONAIS		ÁREAS DE INVESTIGAÇÃO	PARCEIROS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA CENTROS DE INVESTIGAÇÃO	Inter-Faculdades	Estudos Jurídico-Económicos Iniciação Científica	Câmaras Municipais, Associação de Apoio do Instituto Biomédico de Investigação da Luz e da Imagem, Hospital da Universidade, Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Porto, JNICT, INETI, Associação Com. Ind. Coimbra, Empresas Farmacêuticas Portuguesas e Multinacionais, Universidade de Aveiro, CET, Telecom, IST, FEUP, FCT/UC, Ministério da Administração Interna, IPQ, Empresas, LIP
		Estudos Regionais e Urbanos	
	IPs/FL	Oftalmologia e Neurociências da Visão Instrumentação e Biomateriais Biofísica e Processamento de Imagem Farmacologia e Dinâmica de Comportamentos Dermatologia e Tecnologia Ambiental Biologia Celular Biofísica Bioquímica Neuroquímica Biologia Molecular e Biotecnologia Aerodinâmica Industrial	
	Inter-Institucional	Linguística Teórica e Computacional (participação) LIP (participação) INESC	
UNIVERSIDADE DE COIMBRA CENTROS DE INVESTIGAÇÃO	Faculdade	Electrotecnia Fisiologia e Citologia Vegetal Física de Radiação e dos Materiais Física Teórica Fitossistemática e Fitoecologia Geociências Matemática Química Sistemática e Ecologia Direito Biomédico Estudos Europeus Estudos Jurídicos Instituto Jurídico da Comunicação Economia Regional Estudos Cooperativos Estudos Monetários e Financeiros Estudos Sociais Investigação de História Económica e Social Estudos Farmacêuticos Estudos de Linguística Geral e Aplicada História da Sociedade e da Cultura Estudos Clássicos e Humanísticas Hormonologia Imunologia Pneumologia Gastroenterologia Oftalmologia	Câmaras Municipais, Associação de Apoio do Instituto Biomédico de Investigação da Luz e da Imagem, Hospital da Universidade, Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Porto, JNICT, INETI, Associação Com. Ind. Coimbra, Empresas Farmacêuticas Portuguesas e Multinacionais, Universidade de Aveiro, CET, Telecom, IST, FEUP, FCT/UC, Ministério da Administração Interna, IPQ, Empresas, LIP
		Psicopedagogia Estudos Jurídico-Económicos	
	Ciência	Telecomunicações Sistemas e Robótica (ISR) Ciências e Tecnologias do Espaço Materiais	
	"Liaison-Office" IDD e Prestação de Serviços Qualidade e Certificação Transferência de Tecnologia Incubadora de Empresas Parque de C&T Outros Serviços à Comunidade		
COM O OBJECTIVO EXPLÍCITO DE INTERFACE COM OS UTILIZADORES			FCT/UC, ADAI, LEDAP, IPE, IAPMEI, IEFP, INETI, INMG, CGD, ACIC, AIP, NERLEI, NERCAB, NERGA, Multinacionais, SPEL, Ministério da Administração Interna, Bombeiros, IPQ, Empresas Silvicultoras, Empresas Portuguesas e Estrangeiras, D.G. Energia, D.G. Florestas, Associações Industriais, Metalomecânicas, Cooperativas, INAG (ex-DGRN) INIA, INIP, Hidrog. Mondego, CCRC, Universidade de Aveiro, Universidade Beira Interior, Câmaras Municipais, IPN

continua

TIPOLOGIAS FUNCIONAIS		ÁREAS DE INVESTIGAÇÃO	PARCEIROS
UNIVERSIDADE DE EVORA CENTROS DE INVESTIGAÇÃO	Universidade	Ecologia Aplicada História de Arte	EMP/INIA (Elvas)
	Ciência	Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos Centro de Geofísica Ciências Agrárias Mediterrânicas	
	Qualidade Transferência de Tecnologia Incubadora de Empresas		Inst. de Ensino Superior e Investigação de Desenvolvimento Regional, Autarquias, Empresas, Entidades Financeiras, IAPMEI, INESC, INETI, LNEC, ISQ, Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, Associação de Agricultores, AIP, D.G. Florestas, D.G. Agricultura, Cooperativa Agrícola, UNESUL, Politécnicos, CCRA, NERES, Bancos, Seguradoras.
		Ciências e Engenharia de Sistemas Ciências Históricas e Sociais Ciências e Tecnologia do Ambiente Ciências e Tecnologia dos Materiais Engenharia Civil Estudos de Desenvolvimento Económico e Social Estudos Educativos e Desenvolvimento Comunitário Estudos Portugueses Matemática Química Pura e Aplicada Tecnologia Têxtil Técnicas de Produção e Energia	IST, Inst. Gulbenkian de Ciência, CTQB, ESBUC, Universidade do Porto, Universidade de Aveiro, INETI, LNEC, Associações do Sector de Plásticos e Empresas
UNIVERSIDADE DO MINHO (BRAGA/GUIMARÃES) CENTROS DE INVESTIGAÇÃO	Ciência	Investigação em Tecnologias de Produção de Energia Tecnologias da Informação e Electrónica Biotecnologia e Química Fina Instituto de Materiais (IMAT)	AMAVE, Associação Comercial e Industrial de Guimarães, INETI, Empresas, Companhias de Seguros, AIM, Centros de Transferência de Tecnologia Ingleses, Empresas de Consultadoria, NET – Novas Empresas e Tecnologias/BIC do Porto, Universidade do Porto, UTAD, Universidade do Minho, Universidade Católica, Universidade de Aveiro JNICT, AIP, CCRN, INESC, Bancos, Empresas do Sector da Agricultura e Cooperativas
	Interinstitucionais	Ciências e Tecnologia de Polímeros (ICTPOL) Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC)	
	"Liaison-Office" IDD e Prestação de Serviços Qualidade Transferência de Tecnologia Incubadora de Empresas Parque de C&T Outros Sectores		
UNIVERSIDADE DO MINHO (BRAGA/GUIMARÃES) CENTROS DE INVESTIGAÇÃO	Universidade	Estudos de Desenvolvimento Regional (CEDR) Agro-Climatologia	Universidade do Porto/CBAS Universidade de Aveiro
	Ciência	Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro-Alimentares (ICETA)	
	Outros sectores		Universidades da AURN, CCRN, Empresas do Sector Agrícola, Cooperativas

O urbanismo universitário¹⁷ tem contribuído para a melhoria e a afirmação da imagem urbana

O urbanismo universitário oscila entre um modelo de disseminação no tecido urbano e uma localização separada da cidade. No entanto, em Portugal assistiu-se, nos últimos anos, a um processo de aproximação do ensino superior à cidade. Em termos meramente ilustrativos iremos enumerar alguns exemplos, não sendo de forma alguma exaustivos, mas relatos de experiências conhecidas que poderão contribuir para um melhor conhecimento do importante papel urbanístico que os estabelecimentos de ensino têm realizado.

Em Vila Real, o modelo de *campus* universitário tem sentido um processo em paralelo interessante. Se, por um lado, o *campus* tem vindo a estender-se e a consolidar as suas estruturas internas (boas instalações desportivas, salas com dimensões para a realização de grandes eventos, etc.), por outro lado, as novas residências universitárias têm optado por uma localização mais urbana e os actores universitários (desde o meio docente até à associação de alunos) têm mostrado um importante interesse na animação urbana (cultural e desportiva) polarizada pelos meios académicos.

Algumas cidades viram o seu património ser revitalizado pois os estabelecimentos de ensino optaram por uma distribuição pela cidade, o que determinou uma mobilidade diária da população estudantil entre os locais de ensino, a cantina, a biblioteca e as residências universitárias. Évora, Covilhã, Viana do Castelo poderão ser alguns desses exemplos. As virtudes desta opção estão na conjugação de elevados investimentos em estabelecimentos de ensino numa opção preferencial sobre o património edificado existente. Olhando para os exemplos seleccionados parece uma pelo estrategicamente muito válida. Estamos perante cidades com um importante património construído, nalguns casos classificado, umas vezes industrial, outras vezes histórico, que era crucial preservar num momento em que houve uma forte injeção de investimentos.

Évora, conjuga opções urbanas no centro histórico (reitoria, alguns departamentos, residência universitária, etc.) com uma localização numa quinta para as áreas de produção agrícola, produção animal e florestal. Esta situação repete-se em várias cidades, porque o centro histórico nem sempre oferece as condições necessárias para a criação de alguns departamentos. Assim, os serviços centrais e alguns departamentos optam por uma localização mais central, enquanto os outros, mais exigentes em espaço, preferem áreas com maior disponibilidade de terrenos.

Aveiro, está a apostar numa intervenção arquitectónica e urbanística inovadora e na construção de novo património edificado. A universidade foi construída de raiz, numa área de expansão da cidade, e pretende reforçar uma centralidade urbana que está a contribuir demarcadamente para a renovação da sua imagem e vitalidade. A universidade é constituída por um conjunto de edifícios que representam diferentes departamentos, cada um dos quais com uma autoria arquitectónica. O resultado é um equilíbrio que assenta nessa diversidade. O equilíbrio é transmitido

17. Conceito utilizado na literatura da especialidade, referente a importantes loteamentos universitários que marcam a imagem e o tecido urbano das cidades e às implicações sociais e espaciais induzidas por uma nova procura de lazer e equipamentos urbanos.

por uma galeria que liga os edifícios e pelo cumprimento de um conjunto de regras definidas no plano de conjunto. É um estabelecimento de ensino superior suficientemente inserido na cidade e, ao mesmo tempo, suficientemente separado dela. Se, por um lado, os alunos residem na cidade e se deslocam diariamente para a universidade, indo ao centro com muita facilidade sempre que necessitarem, por outro lado, a cidade não tem de suportar o frenesim dos horários e o movimento constante de alunos. A cidade tem o seu ritmo e não fica submetida aos ritmos da universidade.

Relativamente a Coimbra, o plano de expansão da universidade desenvolveu-se também numa área de expansão recente da universidade. Trata-se de uma espécie de loteamento, em que uns lotes foram preenchidos por edifícios universitários e, nos restantes lotes, se pretende “fazer cidade” ao longo de uma quadrícula de ruas. As actividades privadas de investigação e extensão, as residências universitárias, os cafés e algumas actividades comerciais e investimentos imobiliários tendo em vista uma futura ocupação de estudantes, são algumas das opções que se podem pôr.

Concluindo, numa breve leitura de algumas experiências, o balanço parece positivo pois as opções têm apostado, independentemente das soluções encontradas, numa intervenção que promove a qualificação urbanística da cidade.

As novas dinâmicas urbanas emergentes parecem estar associadas ao desenvolvimento do meio universitário

É notório que o estudante contribui para a animação da cidade, motivada pela liberdade de horários, por um comportamento festivo e porque são bons consumidores dos lugares centrais da cidade. Na maioria dos casos, a cidade sentiu uma revitalização comercial, da restauração e dos espaços de cultura e de lazer. Os consumidores aumentaram drasticamente em volume (a população estudantil significa um acréscimo entre 12% a 21% da população residente¹⁸) e, muitas vezes, em capacidade de consumo e de exigência na variedade da oferta. Mas nem sempre é assim. Muitas vezes, a capacidade de consumo é restrita e é dirigida para bens essenciais, não vitalizando os sectores mais interessantes para a cidade. No entanto, a massa de docentes constitui um importante mercado efectivo em termos de consumo de bens urbanos (lúdicos, comerciais e culturais).

Por exemplo, em Viana do Castelo, enquanto a animação dos espaços de lazer já começa a ser uma evidência, a maioria da estrutura comercial não sentiu ainda os reflexos do consumo estudantil. Na Covilhã, a camada estudantil teve um importante papel na animação comercial e da restauração existente.

A capacidade de organização e dinamização urbana em termos culturais, desportivos e/ou festivos pelas estruturas associativas estudantis já começa a ter alguma visibilidade, muitas vezes

18. População estudantil dos estabelecimentos de ensino superior a dividir pela população residente da cidade.

motivada pela qualidade de equipamentos que as instituições universitárias possuem. Vila Real, Coimbra e Évora são alguns desses exemplos heterógeneos de animação.

Do outro lado, aparecem-nos as reacções menos positivas à invasão da universidade. Os conflitos de gerações, por vezes, agudizam-se, a população residente gere mal o frenesim e os valores das camadas mais jovens, os conflitos sociais entre o meio universitário e a cidade são evidentes. Mesmo neste campo as situações têm vindo a desenvolver-se naturalmente numa progressiva aproximação entre as diferentes estruturas.

As investigações levadas a cabo fazem-nos temperar as opiniões relativamente à animação urbana ligada aos meios estudantis. Segundo alguns estudos, as populações estudantis não revelam uma participação cívica efectiva na cidade, mas comportam-se sobretudo como seus utilizadores.

Conclusão

Nos últimos dois anos, tanto os estabelecimento de ensino como as autarquias têm vindo a aproximar estratégias, tendo noção do mútuo valor e da importância de acertarem pontos de vistas e definirem vectores convergentes de desenvolvimento urbano e regional. Esta aproximação é evidente nos Planos Estratégicos e nos Gabinetes, formais ou informais, de Cidade. A cidade talvez se transforme pouco pela invasão de uma camada estudantil consumidora ou pela inserção local de recursos humanos qualificados e investigação aplicada. No entanto, a abertura dos parceiros urbanos, onde se incluem as instituições de ensino superior, ao desenvolvimento de projectos concretos parece evidenciar-se.

A dinâmica urbana deve relacionar-se com as estruturas profissionais e as valências que o ensino superior e a investigação local possuem, designadamente nos domínios industriais, de serviços, artísticos e culturais. Assim, as estruturas de ensino local poderão encontrar formas de centralidade específicas em função das cidades e dos seus territórios.

Em termos de política nacional, é crucial uma aposta sólida nas estruturas de ensino superior e de investigação e extensão no sentido de uma consolidação das dinâmicas urbanas e modernização ou revitalização dos tecidos empresariais regionais. Assim, mais que os números de alunos e docentes será importante apoiar as especificidades em termos de formação, investigação e inserção sócio-territorial desses estabelecimentos.

As universidades como factor de mobilidade da população jovem são um potencial ainda não integralmente aproveitado pelas cidades médias.

Ensino: Nota Metodológica

A metodologia aplicada é mista, isto é, tenta cruzar a informação estatística com informação qualitativa disponível.

No primeiro ponto faz-se referência ao papel da escola no desenvolvimento local, tendo-se calculado as taxas de cobertura dos equipamentos para o grupo etário dos 0 – 5 anos (DGAS, 1994) e as taxas de escolarização do ensino secundário (Marketest 1993/94 e Censos 1991). Ao nível urbano foi realizada uma síntese que cruza as taxas de escolarização no pré-primário, no 3º ciclo e no secundário.

Ensino superior e investigação: definiram-se 14 áreas de ensino superior e os cursos foram classificados em função dessa tipologia. Para cada cidade foi avaliada a dinâmica do ensino superior público e privado através do levantamento das referidas instituições e respectivos alunos (Ministério da Educação, Departamento do Ensino Superior, Alunos inscritos no Ensino Superior 1993/94).

Investigação: foi utilizada informação publicada pela JNICT, designadamente, “Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional – Sector Estado”, “Análise do Programa de Formação Avançada do Programa Ciência – Doutoramentos por Área e Subárea de C&T” (1993), “Sistema de C&T nos Sectores Ensino Superior e IPSFL 1993/97 – Ciências Exactas e Naturais e Tecnologias” (1995) e o Estudo de “Prospectiva do Ensino Superior em Portugal” coordenado por José Mariano Gago” (1994). Com base na informação recolhida nestes documentos foram elaborados mapas-síntese onde se cruzam diversas informações, de forma a avaliar a capacidade de investigação, os serviços de extensão existentes e suas valências, o nível de internacionalização e as redes de relacionamento interinstitucional.

Inserção urbanística e novas dinâmicas urbanas: utilizou-se material disponível nos Planos Estratégicos de Cidade e informações recolhidas junto de alguns autores dos projectos arquitectónicos de diversos estabelecimentos de ensino.

As cidades concentram e atraem um conjunto de serviços qualificados dirigidos à população, fundamentais em termos da evolução dos padrões de qualidade de vida actuais e que constituem, em geral, elementos valorizadores da sua visibilidade externa e da sua atractividade e competitividade, no quadro das relações intercidades e no espaço regional ou supra-regional. Referimo-nos aos serviços nos domínios da cultura e lazer, do desporto e da saúde, para além de outro tipo de consumos urbanos, cujo desenvolvimento e qualificação constituem, cada vez mais, factores importantes da evolução das condições de vida nas cidades e das atractividades que estas podem exercer face à fixação de pessoas e de actividades, designadamente, actividades empregadoras de trabalhadores qualificados ou altamente qualificados.

A avaliação das condições oferecidas pelas cidades em matéria de equipamentos e serviços de consumo individual, social e cultural permite, em matéria de análise do sistema urbano, identificar forças de atractividade e polarização dessas cidades face aos seus territórios envolventes e mais próximos e, para além disso, avaliar o potencial de relacionamento que estas cidades possuem face ao exterior, no sentido em que as especializações possíveis, em qualquer um destes domínios, constituem, potencialmente, um factor de relação ou de cooperação com outras cidades, da mesma região ou de outras regiões.

As políticas de desenvolvimento urbano integram, cada vez com mais intensidade e de forma mais sistemática, as vertentes das dinâmicas culturais, desportivas e do lazer. Estas constituem, sem dúvida, componentes importantes na estratégia de afirmação e de visibilidade exterior. Todas as cidades procuram melhorar as suas estruturas de apoio e de animação das práticas culturais, desportivas, de recreio e lazer, para além de procurarem valorizar as dinâmicas culturais emergentes, dentro de critérios de inovação, de qualificação e, mais raramente, de profissionalização e internacionalização.

A análise global do território nacional e, concretamente, das cidades, permite avaliar de que forma os padrões mínimos de oferta de serviços, nestes domínios, estão já assegurados e em que medida é que o potencial local tem conseguido fazer emergir e consolidar novas práticas e, para além disso, assegurar-lhes visibilidade exterior.

O problema da saúde constitui, por seu lado, uma das componentes mais importantes da problemática das condições de vida. A concentração a que, em geral, estão condicionados os serviços hospitalares na sua componente mais especializada e que, em parte, se deve ao facto de a sua dimensão óptima atingir proporções relativamente elevadas, arrasta consigo também um fenómeno de concentração dos recursos humanos especializados.

Nesta medida, a distribuição territorial e a localização, nas cidades, dos serviços e dos recursos de saúde, dificilmente atingirá situações óptimas, num contexto em que os principais centros urbanos continuam a absorver uma significativa parte desses recursos. Esta situação de concentração territorial pode ser agravada pela presença de alguns problemas específicos, como sejam o da velhice nas zonas populacionalmente menos densas.

A avaliação de alguns indicadores de padrões de consumo urbano, comparados com os indicadores de poder de compra disponíveis estatisticamente, permite traçar o quadro de diferen-

ciação das cidades com referência aos seus territórios e aos padrões de vida que elas sustentam.

Finalmente, considera-se que teria sido de todo o interesse introduzir algum indicador relativo à segurança nas cidades, uma vez que este problema, se vem assumindo, tendencialmente, como uma componente significativa dentro do conceito de qualidade urbana. O problema da insegurança urbana está, em geral, relacionado com os fenómenos de exclusão social dentro das cidades, na medida em que essa insegurança tende a aumentar à medida que crescem as massas de pessoas socialmente excluídas, que formam, em geral, grupos de pobreza, potencialmente agressores ou não cumpridores das regras assumidas pela sociedade dominante.

A sua expressão social e urbana pode ser entendida como um factor negativo da qualidade de vida oferecida pelas cidades. O seu crescimento origina, em geral, a reprodução de uma série de medidas imunitárias da cidade perante o potencial agressor, nomeadamente com a proliferação de empresas de segurança, a instalação generalizada de sistemas de alarme contra roubo, a desmaterialização do dinheiro, a instalação generalizada de sistemas de controlo vídeo nos transportes, nas grandes superfícies comerciais, etc. Essa sensação de insegurança criada nas pessoas tem, em geral, efeitos muito importantes em termos das formas de convivialidade e das práticas sociais e culturais assumidas, constituindo um factor, por exemplo, de contenção de algumas formas de convívio em espaços públicos.

A insuficiência das informações disponíveis não permite obter, no âmbito do Estudo, uma avaliação correcta e muito aproximada da realidade de cada cidade. Apenas se dispõe do número de crimes registados em 1994, segundo as autoridades policiais, por localização de ocorrência, por distrito e para as cidades objecto do Estudo. No caso das cidades, é ainda possível diferenciar, dentro do total de crimes ocorridos, a percentagem de “crimes contra pessoas” e de “crimes contra a vida em sociedade” (segundo conceitos adoptados nas estatísticas disponíveis, cuja fonte é o GEPMJ). Em virtude da ausência de informação complementar que pudesse ser cruzada com esta, não foram tratados nesta avaliação os problemas da segurança urbana.

1. Das práticas culturais tradicionais às dinâmicas culturais emergentes¹⁹

A evolução das dinâmicas culturais, no território, continua a estar condicionada por uma distribuição muito concentrada dos equipamentos culturais nos principais centros urbanos, contribuindo para acentuar a desigualdade de oportunidades do acesso da população à informação e às formas mais inovadoras de comunicação e expressão cultural.

Da análise de alguns sectores que se consideram básicos no que respeita ao suporte infra-estrutural de base cultural local, as bibliotecas e os museus, espaços de valorização e divulgação do património cultural, as salas de espectáculos e os meios de comunicação tradicionais, rádio e

jornais periódicos, verifica-se que o território nacional apresenta algumas zonas acentuadamente marcadas pela exiguidade destas estruturas e que se mantém a sua concentração nas principais cidades e em certos territórios de proximidade dessas cidades, principalmente no litoral.

O sector em que se verificam menores desequilíbrios territoriais é o do livro e da leitura, na medida em que são muito poucos os concelhos que não dispõem de uma biblioteca, pelo que a relação de utilizadores de biblioteca por 1000 habitantes tende a equilibrar-se. Pelo contrário, ao nível das salas de espectáculo verificam-se as maiores diferenças no território, sobretudo se considerarmos, para além da disponibilidade de lugares face à população residente, a relação espectadores de espectáculos públicos por 1000 habitantes, em que se verifica uma nítida concentração nas cidades de maior dimensão, significando que é nestas cidades que se desenvolvem maiores dinâmicas de oferta, e, consequentemente, de procura de espectáculos.

No que respeita à informação e comunicação, os jornais periódicos e as rádios locais apresentam uma distribuição relativamente concentrada nas zonas litorais, verificando-se, em termos da tiragem anual de publicações periódicas, uma dependência exagerada da informação em todo o território do Continente face à sua produção na cidade de Lisboa (cerca de 80% da tiragem anual de publicações periódicas tem origem em Lisboa).

Este panorama de concentração urbana dos equipamentos e dos níveis de procura cultural é muito semelhante no que respeita às dinâmicas de investimento associativo em matéria de equipamentos culturais e recreativos, apoiadas pela Administração Central (PIDDAC) através do Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva (DGOTDU). A concentração dos investimentos e, consequentemente, das participações nas Áreas Metropolitanas e nos maiores centros urbanos do litoral, é um sintoma da fraca capacidade de afirmação do associativismo cultural e de recreio de base local no restante território, e é, para além disso, um sinal da sua pouca visibilidade.

As características da distribuição espacial dos recursos materiais e das dinâmicas em matéria cultural confirmam, portanto, que as cidades continuam a centralizar as actividades em matéria de produção e divulgação cultural e que polarizam os seus espaços envolventes. Contudo, a situação entre as cidades continua a manifestar desigualdades muito consideráveis se atendermos à diversidade da oferta de produtos culturais, ao desenvolvimento de dinâmicas culturais emergentes e à evolução e inovação nas práticas culturais da população residente. Por outro lado, a capacidade de as cidades se afirmarem no espaço nacional ou internacional e de ganharem visibilidade em matéria cultural é, também, muito diversificada. Portugal, ao nível cultural, mantém uma nítida macrocefalia de oportunidades e de dinâmicas. A política de centralização que tem sido seguida no domínio da cultura é, nesta matéria, o principal responsável.

Considerando apenas o aspecto da rede de infraestruturas culturais disponíveis nas cidades, verifica-se que, na maioria das cidades, os níveis da procura e de oferta de equipamentos culturais – bibliotecas, museus e salas de espectáculo – se mantêm relativamente médios ou baixos. Nas cidades de menor dimensão estes níveis são muito fracos, salvo algumas excepções que se prendem, designadamente, com a existência de património artístico específico de interesse nacional, como no caso de Miranda do Douro.

19. Ver Nota Metodológica no final do capítulo.

Cruzando a avaliação da situação da rede de equipamentos culturais com a diversidade e capacidade de intervenção dos actores culturais, fora e dentro das cidades (informação que foi recolhida por intermédio da divulgação de acontecimentos culturais no Jornal "Expresso" durante o período de Fevereiro de 95 a Fevereiro de 96), verifica-se que as cidades de maior dimensão assumem o protagonismo e uma situação de primeiro plano no que respeita à qualidade e diversidades de acontecimentos culturais e de actores culturais e, desta forma, tornam-se meios privilegiados da emergência de novas práticas culturais, designadamente para as populações mais jovens.

As cidades de Coimbra e Braga, Évora, Leiria, Faro, Guimarães, Santarém, Figueira da Foz, Viseu e Covilhã são as cidades que, para além de melhores redes de equipamentos culturais, mantêm níveis de procura mais elevados dentro dos domínios tratados (bibliotecas, museus e salas de espectáculos públicos). Estas cidades são igualmente superiores em matéria de dinâmicas de oferta de acontecimentos culturais com visibilidade e de serviços/empresas privados na área da cultura e do lazer. A sua posição de destaque na oferta de acontecimentos resulta, simultaneamente, de uma maior diversidade de temáticas oferecidas dentro do teatro, cinema, exposições, música, dança, etc., de uma maior diversidade de actores culturais e promotores internos à cidade e de uma permanência mais alongada dos espectáculos em cartaz.

Nesta matéria, destacam-se desse grupo de cidades, Coimbra, Braga, Évora, Guimarães e Faro, que se podem considerar, fora algumas cidades das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, os principais centros de produção e de divulgação cultural no espaço nacional.

Quadro 21 Dinâmica de acontecimentos culturais nas cidades

CIDADES	Nº DE TEMÁTICAS DIFERENTES	Nº DE EQUIPAMENTOS RELEVANTES	Nº DE ACONTECIMENTOS RELEVANTES	Nº DE OCORRÊNCIAS RELEVANTES POR CIDADE*
Coimbra	8	11	49	102
Braga	6	7	30	57
Évora	5	6	20	48
Guimarães	4	6	25	49
Faro	3	6	19	45

* Número total de acontecimentos noticiados por cidade.
Fonte: Jornal Expresso "Cartaz", Abril de 1995 a Maio de 1996 (levantamento próprio).

Estas mesmas cinco cidades atingem os volumes maiores de "consumos culturais", considerando como indicador o total do somatório de visitantes de museus, de utilizadores de bibliotecas e de espectadores de espectáculos públicos.

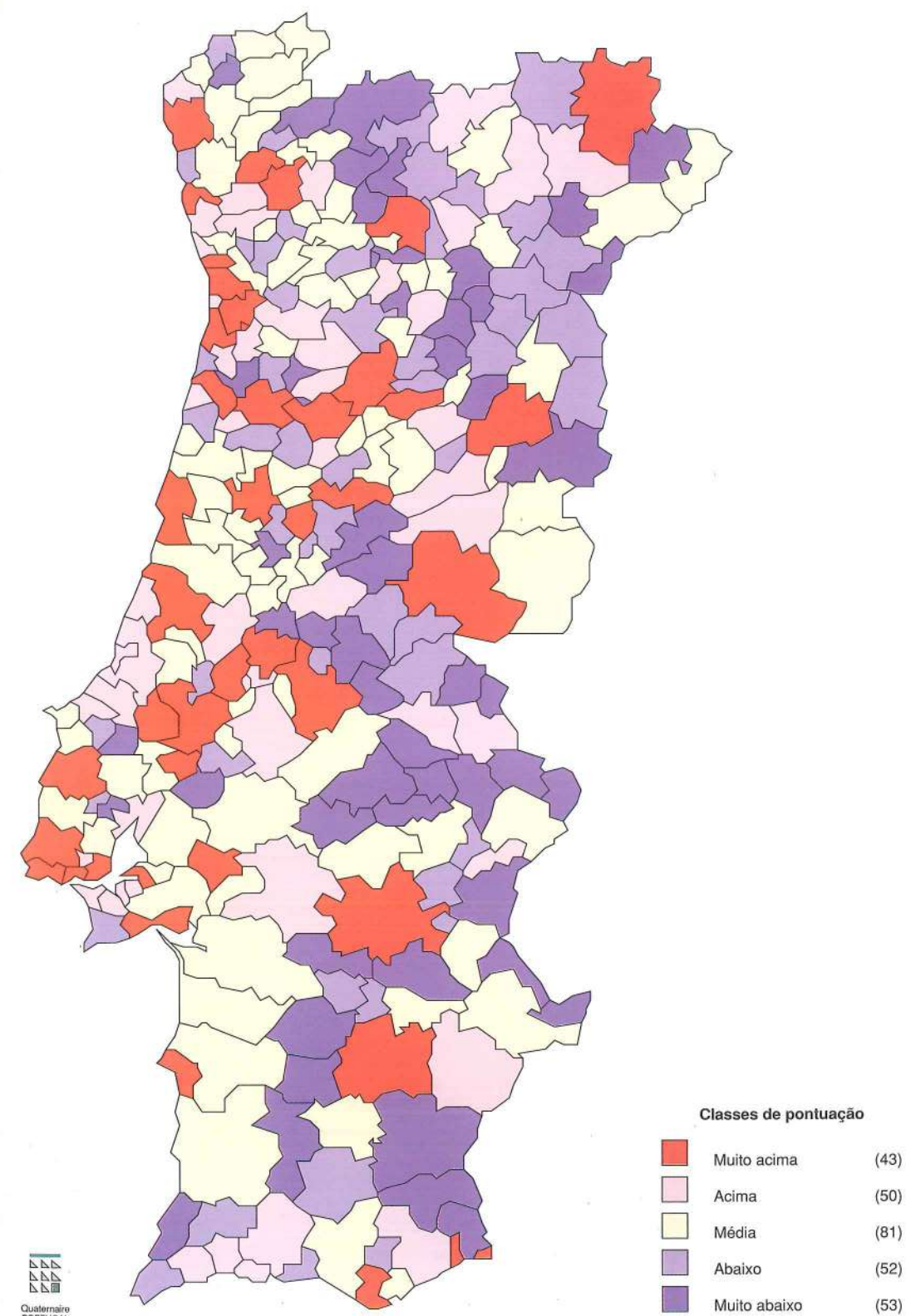
Fora destes grandes centros urbanos, as dinâmicas culturais continuam a manter uma visibilidade muito restrita, concentrando-se em apenas uma ou duas temáticas mais tradicionais, caso das pequenas exposições ou do cinema, e dispondo de muito poucos agentes culturais, donde, em geral, sobressai nitidamente, no tecido cultural urbano, o município. Verifica-se, nestes casos, que o tecido cultural e social é bastante fraco em matéria de dinâmicas culturais emergen-

tes. Estão incluídos, neste tipo de cidades, os centros urbanos do Vale do Sousa (Paredes, Penafiel, Paços de Ferreira e Marco de Canavezes) e do Entre Douro e Vouga (Feira, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Ovar), fenómeno que poderá estar, em parte, associado à proximidade física que essas cidades têm relativamente à aglomeração do Porto e à grande força de polarização que alguns concelhos da aglomeração aí exercem, em matéria de acontecimentos e de espaços de produção e de consumo cultural.

Esta dependência é relativamente menos visível na zona do Oeste, a Norte de Lisboa, onde se verifica uma maior heterogeneidade de situações das cidades aí localizadas, em matéria cultural. Aparecem pólos intermédios, como sejam Tomar, Alcobaça, Caldas da Rainha, e mesmo Cartaxo, Abrantes ou Montemor-o-Novo, que demonstram algum dinamismo cultural e capacidade de fixação e de inovação face aos seus recursos, embora isso não signifique que, em termos gerais, não se manifeste, de facto, uma dependência muito forte destas cidades face à oferta e dinâmica culturais de Lisboa.

Fora das áreas de influência mais directa da Área Metropolitana de Lisboa e da aglomeração do Porto, algumas cidades, como sejam Vila Real, Viseu, Faro e Évora, conseguem exercer uma significativa polarização, no que respeita às actividades culturais, face aos centros urbanos mais próximos. Estas quatro cidades têm como elemento comum a existência de estruturas de ensino superior, as quais se verifica serem extremamente indutoras de novas práticas culturais na população. Para além disso, trata-se de cidades com recursos patrimoniais muito significativos, a que se associam fluxos, mais ou menos fortes, de turismo internacional e nacional que induzem ritmos mais elevados de oferta cultural e de lazer. No caso de Évora, a aposta política que a autarquia tem feito de há um conjunto de anos para cá, veio conferir-lhe um aumento de visibilidade, nacional e internacional, muito significativa em matéria patrimonial e cultural, que a coloca a par de outras cidades localizadas dentro das próprias Áreas Metropolitanas e que lhe garante a participação em diferentes redes internacionais de cidades de vocação cultural.

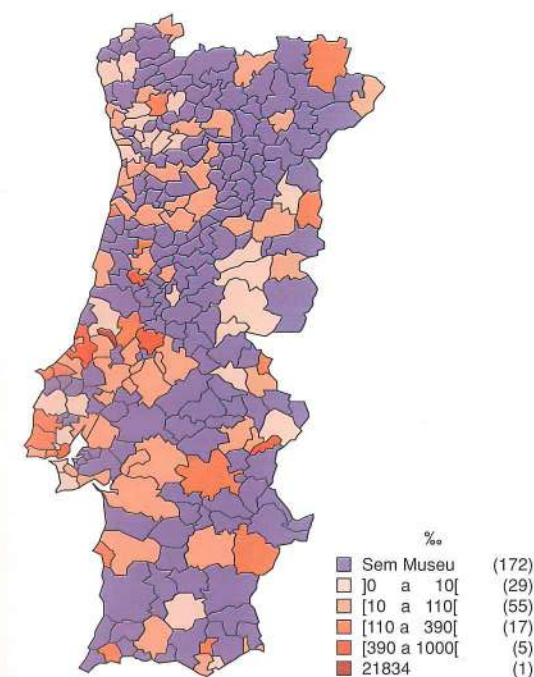
Mapa S56 Síntese do domínio da cultura



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação Anuários Estatísticos, 1994, Estatísticas da Cultura, 1993, INE e outras).

Mapa I67

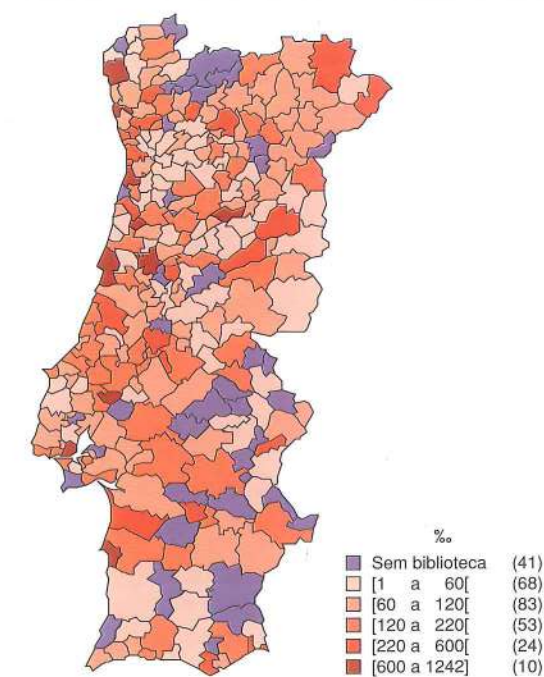
Visitantes de museus,
por mil habitantes e por concelho (1993)



Fonte: Estatísticas da Cultura, 1993, INE.

Mapa I68

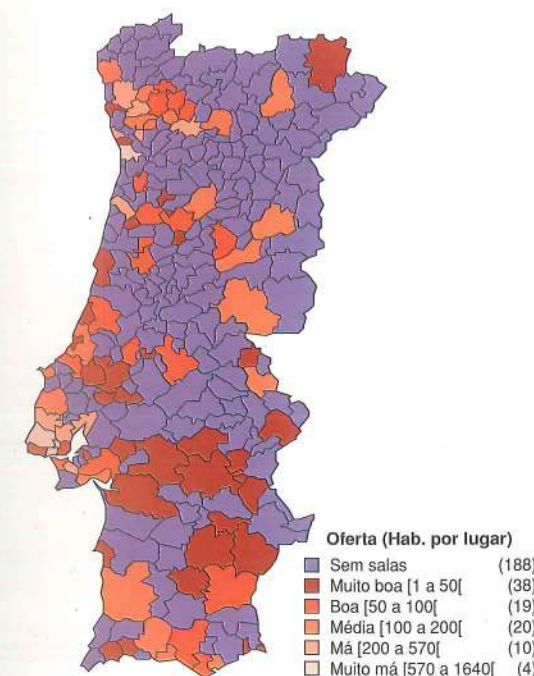
Utilizadores de bibliotecas,
por mil habitantes e por concelho (1993)



Fonte: Estatísticas da Cultura, 1993, INE.

Mapa I69

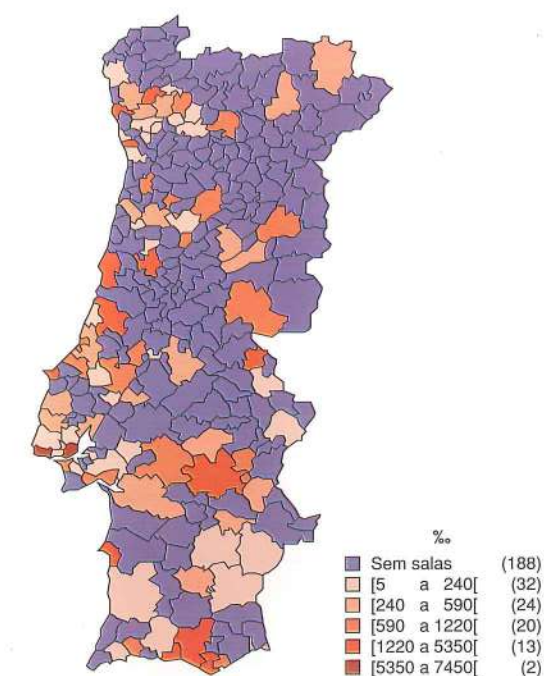
Oferta de lugares em salas de espectáculos públicos
(habitantes por lugar), por concelho (1993)



Fonte: Estatísticas da Cultura, 1993, INE.

Mapa I70

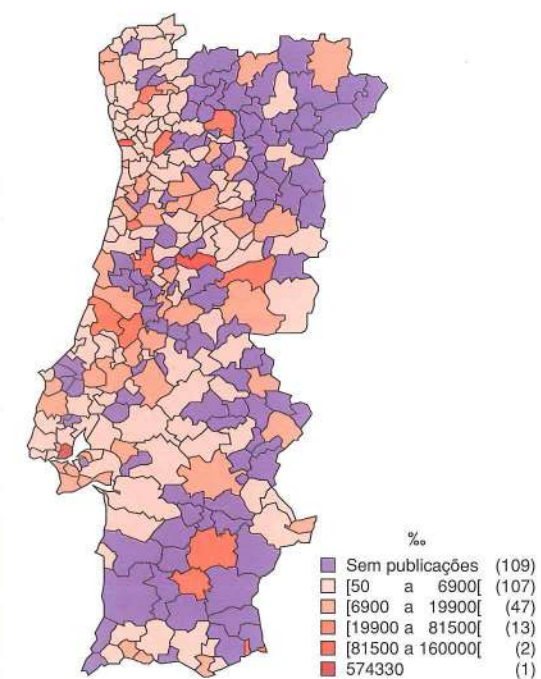
Espectadores de espectáculos públicos,
por mil habitantes e por concelho (1993)



Fonte: Estatísticas da Cultura, 1993, INE.

Mapa I71

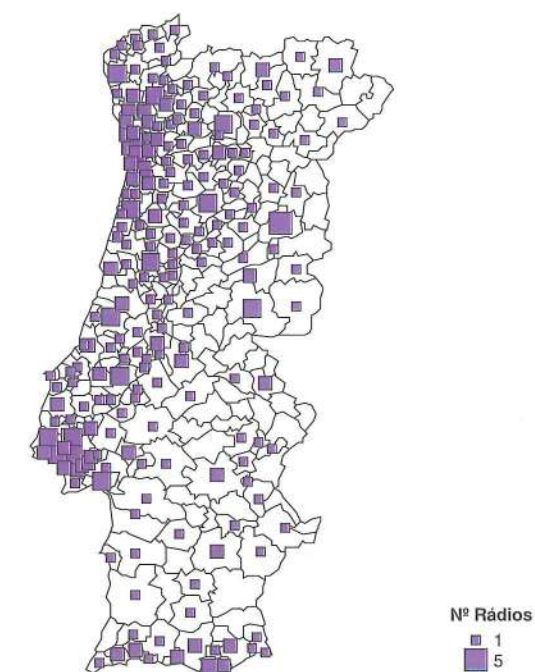
Tiragem anual de publicações,
por mil habitantes e por concelho (1993)



Fonte: Estatísticas da Cultura, 1993, INE.

Mapa I72

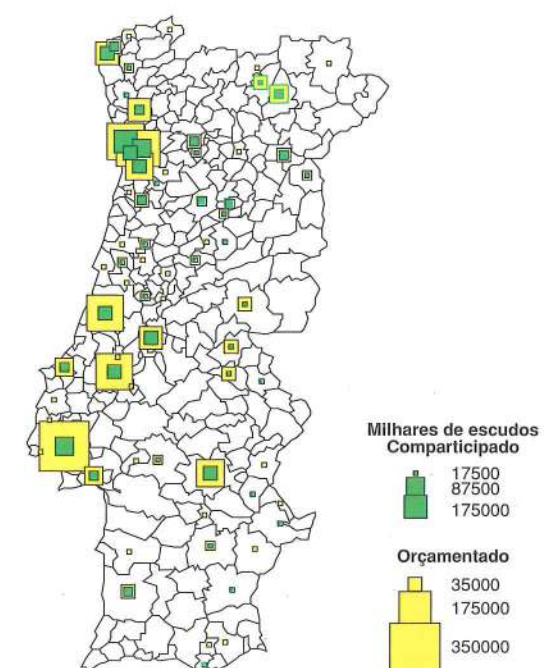
Número de rádios locais,
por concelho (1996)



Fonte: Instituto das Comunicações de Portugal, 1996.

Mapa I73

Valores orçamentados aprovados e valores
comparticipados pelo PEUC/DGOTDU, para
equipamentos culturais e recreativos
por concelho (1986-1995)



Fonte: DGOTDU/PEUC.

Quadro 22 Síntese da avaliação das dinâmicas culturais

	MAIOR DINÂMICA DE INVESTIMENTO ASSOCIATIVO		MENOR DINÂMICA DE INVESTIMENTO ASSOCIATIVO	
Boa rede de equipamentos, níveis de procura de 1º plano e dinâmica de acontecimentos com visibilidade elevada	Coimbra	○	Braga	
	Évora	○	Viseu	○
	Leiria	○	Covilhã	○
	Faro	●		
	Guimarães			
	Santarém			
	Figueira da Foz	○		
Rede de equipamentos boa/média, níveis de procura médios de 1º plano e dinâmica de acontecimentos com visibilidade média	Vila Real		Aveiro	○
	Montemor-o-Novo	●	Alcobaça	●
	Beja		Viana do Castelo	○
	Torres Novas	●	Guarda	●
	Castelo Branco		Caldas da Rainha	●
			Portalegre	○
Rede de equipamentos e níveis de procura médios e dinâmica de acontecimentos com visibilidade fraca	Fafe	●	Amarante	●
	Bragança		Tondela	●
	V.N. Famalicão		Tomar	○
			Santo Tirso	
			Miranda do Douro	●
			V.R.Sto.António	
			Águeda	●
			Peniche	●
			Abrantes	
			Cartaxo	
			Portimão	●
			Silves	●
			Olhão	
			Entroncamento	○
			Barcelos	○
Rede de equipamentos muito deficiente e/ou níveis baixos de procura, com dinâmica de acontecimentos com alguma visibilidade	Feira		Lagos	
	Óvar	●	Vendas Novas	●
	Rio Maior	●	M. Grande	●
	S. Cacém		Fundão	●
	Nazaré		Esposende	
	O. Azeméis	●	Paredes	
	T. Vedras	●	Ponte de Sor	●
	Seia	●	Estremoz	●
	Gouveia	●	Albufeira	
			Tavira	●
			S. J. Madeira	●
			Loulé	
Rede de equipamentos muito deficiente e/ou níveis baixos de procura e falta de dinâmica de acontecimentos com visibilidade	Marco de Canavezes	●	Penafiel	
	Vale de Cambra		Peso da Régua	●
	Mirandela		Pombal	●
	Ílhavo		V.N. Ourém	
	Cantanhede	●	Almeirim	●
	O. Hospital		Moura	●
	Mangualde		Felgueiras	●
	Pinhel	●	P. Ferreira	●
	Chaves		Lamego	●
			Elvas	●

○ S/ empresas privadas na cultura/recreio.

● Dinâmica de empresas privadas significativa.

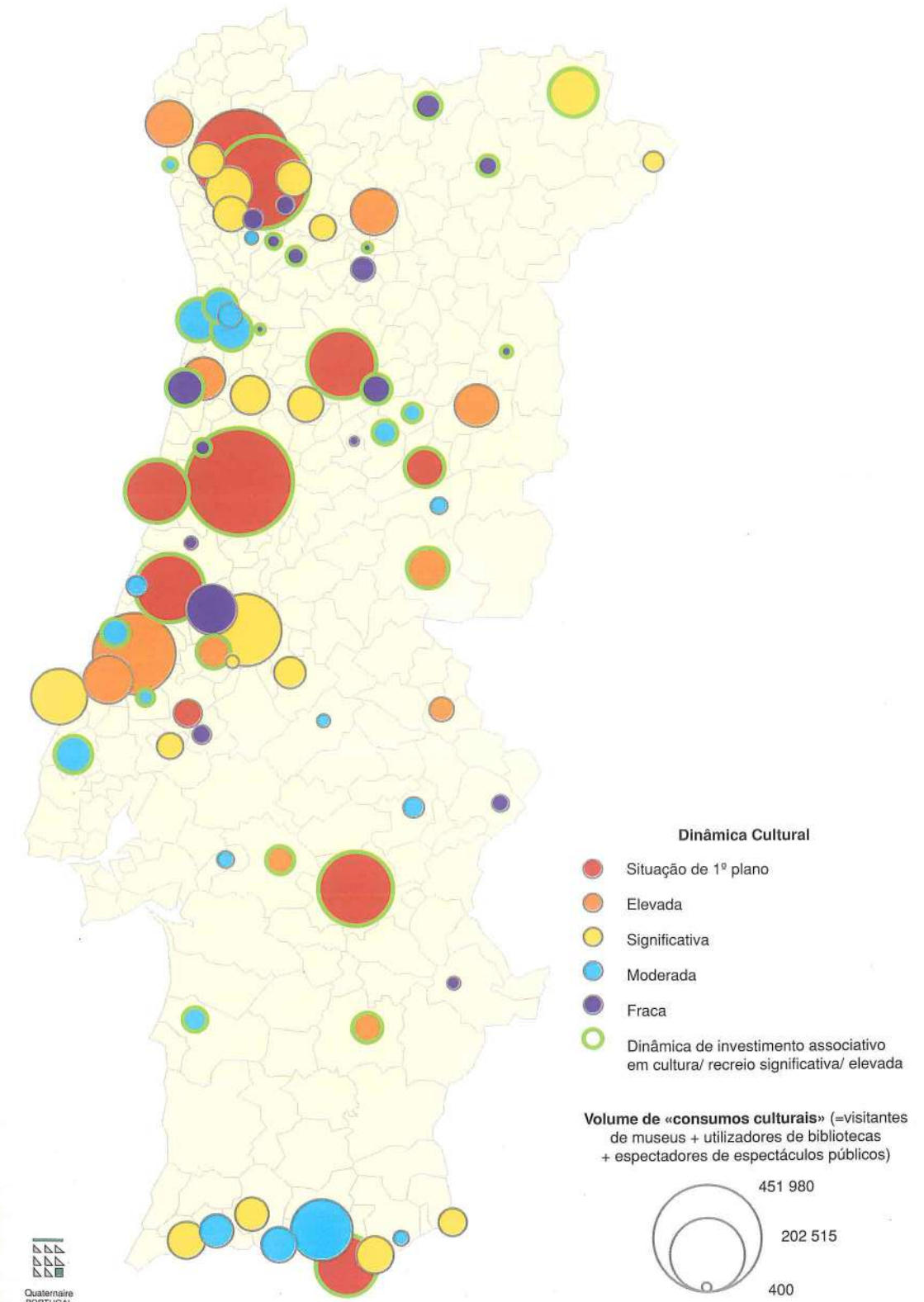
Nota: Dinâmica de acontecimentos com visibilidade avaliada pelos registos durante um ano (1995/96) no Jornal "Expresso", caderno "Cartaz".

Quadro 23 Avaliação da dinâmica de equipamentos culturais – bibliotecas, museus, salas de espetáculos

		PROCURA			
		ELEVADA	MÉDIA	BAIXA	
OFERTA	ELEVADA	Coimbra Figueira da Foz Évora	Leiria Miranda do Douro Faro	S. João da Madeira	
	MÉDIA	Vila Real V. Castelo Fafe Santo Tirso Águeda V. N. Famalicão Beja Silves Portimão S. João Madeira Guarda Covilhã Nazaré Abrantes Cartaxo	Braga Guimarães Bragança Aveiro Montemor-o-Novo Olhão V. R. Sto. António O. Azeméis Viseu Castelo Branco Alcobaça Peniche Torres Novas Santarém	Felgueiras Torres Vedras Lagos Paços de Ferreira Portalegre Loulé	
	BAIXA	Caldas da Rainha Tomar	Santa Maria da Feira Chaves Marinha Grande Fundão Santiago do Cacém Vendas Novas Lamego Ovar Tondela Rio Maior Elvas	Barcelos Marco de Canavezes Penafiel Peso da Régua Ílhavo Cantanhede O. do Hospital Gouveia Pinhel V. N. de Ourém Ponte de Sor Moura Tavira	Esposende Paredes V. de Cambra Mirandela Amarante Pombal Mangualde Seia Entroncamento Almeirim Estremoz Albufeira

Fonte: INE, Estatísticas da Cultura, 1993.

Mapa S57 Síntese cultura



Fonte: Quatenaire Portugal (a partir de informação do INE, Censos 91; Anuário Estatístico 94 e Estatísticas da Cultura; Desporto e Recreio 93 e Jornal Expresso).

2. O desporto enquanto factor de qualificação da vida urbana e de valorização da imagem das cidades²⁰

A actividade desportiva é considerada uma componente importante na evolução das condições e do quadro de vida das pessoas e, nesta medida, a facilidade de acesso às práticas desportivas, criada através de uma boa distribuição dos equipamentos no território e nas cidades e do seu funcionamento eficaz, constitui um factor de qualificação das cidades. Recentemente, as autarquias locais têm vindo a assumir, dentro das suas prioridades de política, estratégias de promoção local dos padrões de prática desportiva na população, contribuindo dessa forma para um reforço da coesão social e cultural dentro do espaço urbano.

O desporto contém em si uma outra componente, a do espectáculo de recreio e lazer, que se assume cada vez mais como elemento de promoção e de visibilidade urbana, no sentido da afirmação das cidades ao nível regional, local e internacional. É vulgar, sobretudo em cidades com tradição desportiva ou com recursos naturais adequados à prática de certas modalidades o mar, o rio, a montanha elas disputarem, nacional ou internacionalmente, torneios ou outros acontecimentos desportivos com o objectivo de captarem vantagens económicas, a que associam o interesse de afirmar a sua imagem e visibilidade.

A actual cobertura do território do Continente em matéria de equipamentos desportivos é relativamente deficitária e desequilibrada. Em determinadas zonas, os índices de habitantes por instalação desportiva são relativamente elevados, traduzindo a situação de precaridade das redes locais. Mas para além do aspecto da saturação, que frequentemente a utilização desses equipamentos atinge, a situação é agravada por uma falta de diversidade de equipamentos ainda bastante acentuada. As instalações desportivas na grande maioria do território limitam-se a uma única tipologia, os campos de jogos descobertos, condicionando fortemente o tipo de modalidades que podem ser praticadas. As grandes deficiências, dentro da tipologia de equipamentos de promoção municipal recenseada, verificam-se no que respeita às piscinas e às pistas de atletismo, dado que mais de 50% dos concelhos estão desprovidos de piscinas municipais e cerca de 80% dos concelhos não possuem pistas de atletismo municipais.

No caso dessa tipologia de equipamentos, manifesta-se uma concentração de pistas de atletismo nas cidades de maior dimensão ou que administrativamente assumem posições superiores na hierarquia (designadamente as capitais de distrito), e uma concentração das piscinas nas zonas de maior dinâmica demográfica, com estruturas populacionais mais jovens, incluindo toda a faixa litoral, para além das cidades de maior dimensão. Apesar de nestas zonas a oferta de equipamentos ser maior e mais diversificada, uma vez que são áreas de grande concentração populacional, em geral os índices de ocupação das instalações são muito mais elevados, traduzindo situações de sobrelotação dos equipamentos.

As áreas do território que se encontram com melhores níveis de satisfação, no que respeita

20. Ver Nota Metodológica no final do capítulo.

aos equipamentos desportivos são o Algarve e algumas zonas do Alentejo. As situações nas outras regiões são muito diferenciadas em termos espaciais. No que respeita às dinâmicas associativas de investimento em instalações e equipamentos, é sobretudo no litoral que se tem verificado uma utilização mais intensa das oportunidades de comparticipação de obras pelo PIDDAC, através do Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva (DGOTDU). É para além disso evidente alguma concentração dos investimentos comparticipados por este Programa na Área Metropolitana de Lisboa, cerca de 30%, e em muito menor escala, na aglomeração do Porto, cerca de 8%.

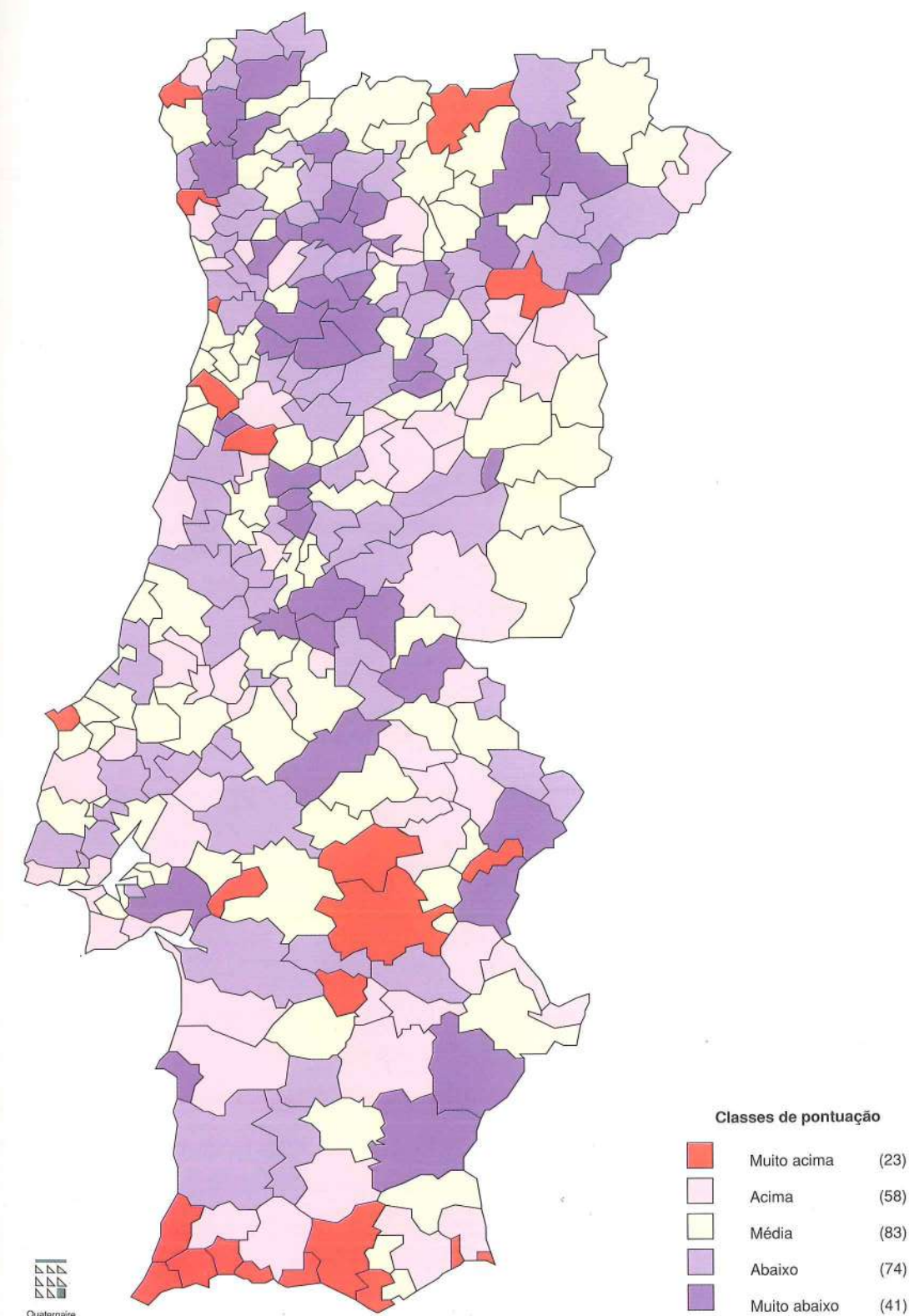
A avaliação da dinâmica desportiva das cidades considera outras vertentes complementares à oferta de equipamentos, que traduzem de forma indirecta os níveis de prática desportiva, designadamente nas suas componentes profissional e de espectáculo. Trata-se da diversidade de acontecimentos desportivos nas cidades, a maior ou menor internacionalização desses acontecimentos e a eventual especialização das cidades, o emprego existente nos sectores do desporto e do lazer e a dinâmica de empresas privadas que oferecem serviços no sector desportivo.

As cidades que se destacam quanto à oferta de equipamentos municipais, a que acrescem dinâmicas associativas, de emprego e de de serviços prestados, são Faro, Lagos, Loulé, Évora e Portimão. Destas, as três primeiras possuem uma dinâmica de internacionalização muito interessante, no caso de Lagos com a consolidação de uma especialização em torno dos desportos náuticos, enquanto Faro mantém uma considerável diversidade que lhe confere também um certo protagonismo. A posição de 1º plano que estas cidades mantêm dentro do sistema de cidades, não é totalmente desfasada do seu contexto territorial, na medida em que é nesta zona do litoral que existem as redes desportivas mais bem preenchidas.

No que respeita a cidades com níveis médios ou bons de serviços e de redes, destacam-se pela sua afirmação internacional emergente, ou consolidada, Braga, Coimbra, Guarda, Figueira da Foz, Guimarães, Viana do Castelo, Ovar, Leiria, Torres Vedras e Viseu. Algumas destas cidades apresentam fileiras de especialização desportiva, tradicionais ou recentes, como no caso de Braga com o andebol, Guimarães com o futebol, Viana do Castelo com os desportos náuticos e Leiria no futebol e andebol.

As cidades que apresentam uma estrutura de rede de equipamentos desportivos muito deficitária não conseguem, em geral, fixar ou fazer emergir dinâmicas associativas e profissionalizantes no sector. São, em geral, cidades de dimensão mais reduzida, com menos de 20 000 habitantes, que se distribuem por todas as regiões do Continente. Barcelos, apesar da grande dinâmica que mantém em termos das práticas desportivas, com reflexos significativos no que toca à sua internacionalização em matéria de hóquei em patins, mantém uma situação deficitária na sua rede de equipamentos. Considerando os índices de habitantes por equipamento, designadamente no que respeita a recintos cobertos em Barcelos, esta situação poderá vir a tornar-se limitativa duma afirmação internacional já bastante consolidada, com visibilidade nacional.

Mapa S58 Síntese domínio desporto

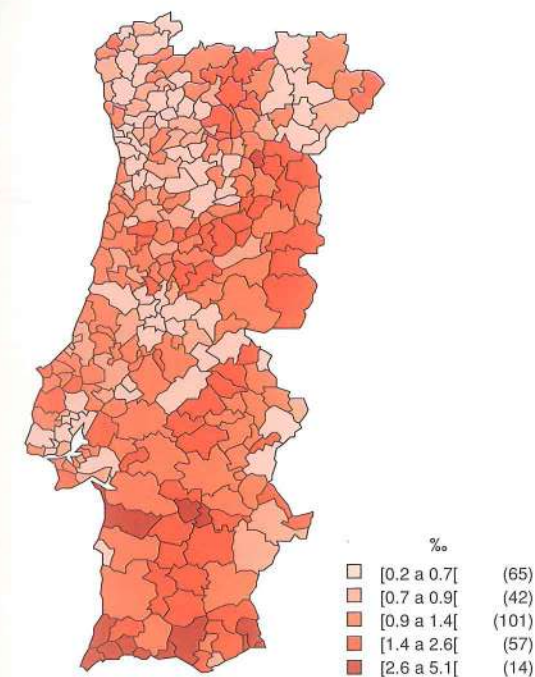


Quaternaire
PORTUGAL

Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação da DGAA, 1995 e de PEUC/DGOTDU, 1996 e outras).

Mapa I74

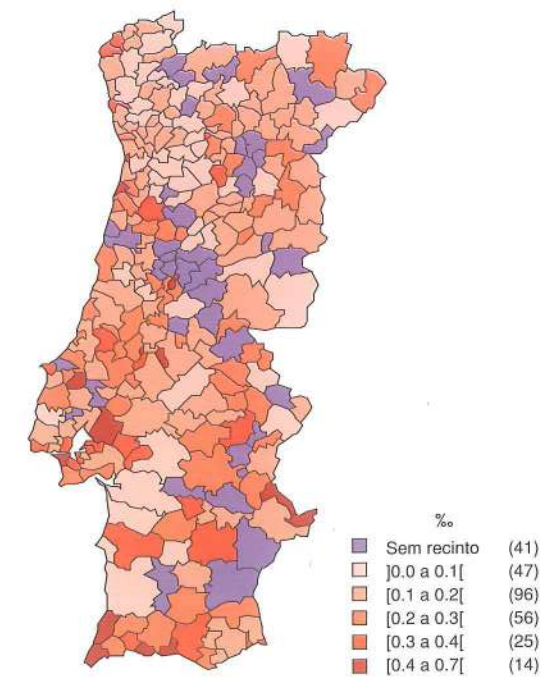
Instalações desportivas,
por mil habitantes e por concelho (1994)



Fonte: DGAA, 1995.

Mapa I75

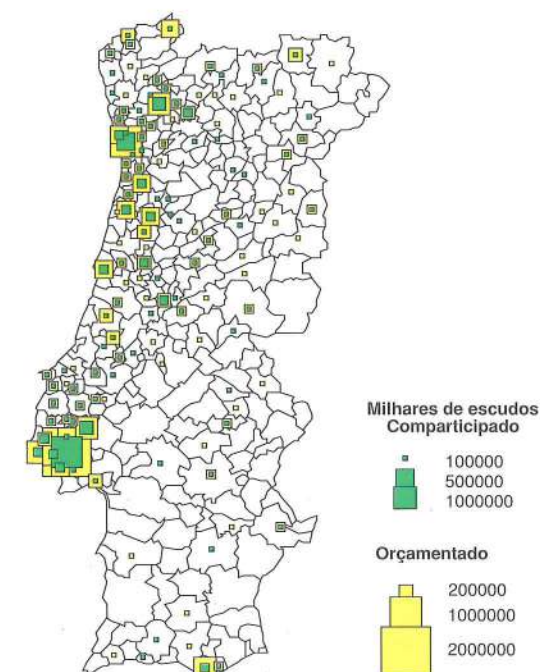
Recintos desportivos cobertos,
por mil habitantes e por concelho (1994)



Fonte: DGAA, 1995.

Mapa I76

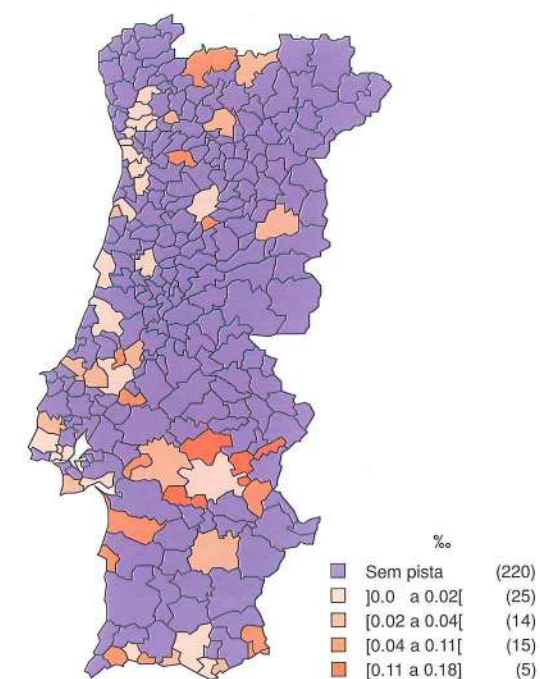
Valores orçamentados aprovados e valores comparticipados pelo PEUC/DGOTDU, para equipamentos desportivos por concelho (1986-1995)



Fonte: DGOTDU/PEUC.

Mapa I77

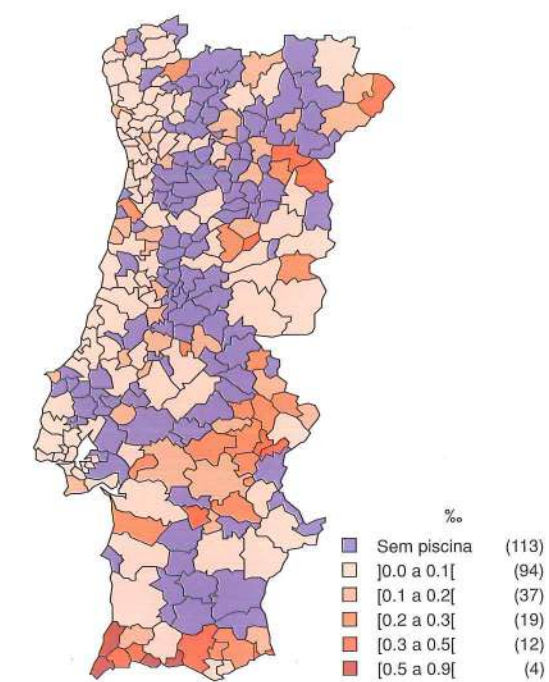
Pistas de atletismo,
por mil habitantes e por concelho (1994)



Fonte: DGAA, 1995.

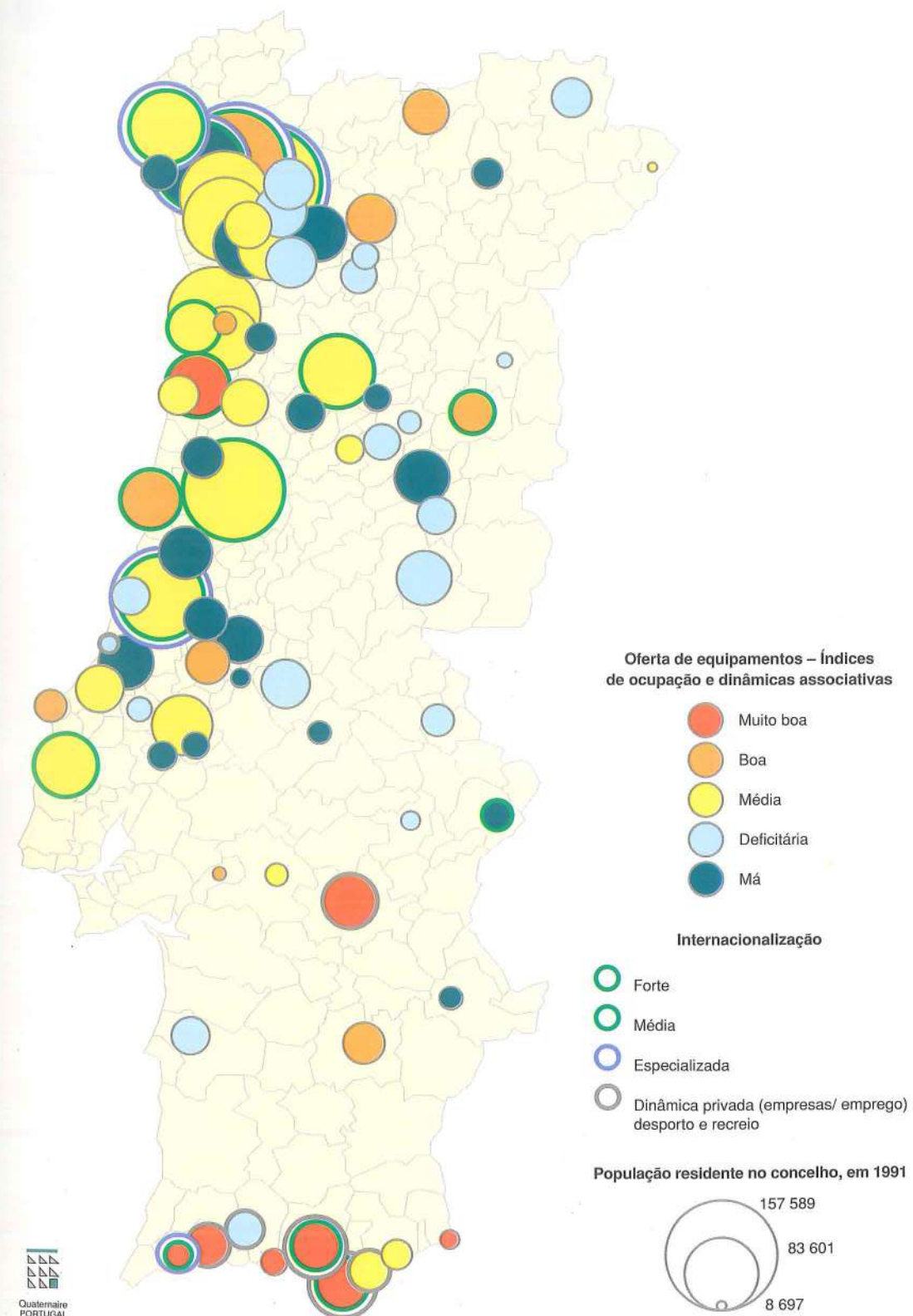
Mapa I78

Piscinas, por mil habitantes e por concelho (1994)



Fonte: DGAA, 1995.

Mapa S59 Síntese desporto



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Censos 91; Base Belém; Instituto da Juventude, 1996; Jornal de Notícias e Correio da Manhã).

Quadro 24 Síntese da avaliação do desporto

TIPOLOGIA DE SITUAÇÕES	CIDADES COM INTERNACIONALIZAÇÃO DESPORTIVA			CIDADES SEM INTERNACIONALIZAÇÃO DESPORTIVA
	FORTE	MÉDIA	ESPECIALIZADA	
Oferta de equipamentos e dinâmica associativa muito boas e dinâmicas de empresas e emprego significativas	Faro	Lagos Loulé	Lagos (desportos náuticos- vela)	Évora Portimão
Oferta de equipamentos e dinâmica associativa muito boas ou boas e dinâmicas de emprego e de empresas pouco significativas	Coimbra Braga	Guarda	Braga (andebol)	Albufeira V. R. Sto. António Vendas Novas Beja Peniche Torres Novas S. João da Madeira Vila Real Chaves
Oferta de equipamentos e dinâmicas associativas e de emprego médias	Viseu	Viana do Castelo Guimarães Ovar Coimbra Leiria Torres Vedras	Viana do Castelo (desportos náuticos) Guimarães (futebol) Leiria (andebol/futebol)	Sto. Tirso Paços de Ferreira Penafiel V.N. Famalicão Feira O. Azeméis Ílhavo Águeda O. Hospital Caldas da Rainha Santarém Montemor-o-Novo Olhão Tavira Miranda do Douro
Oferta de equipamentos com algumas lacunas ou pouca dinâmica em termos de emprego e de empresas				Fafe Felgueiras M. Canavezes Bragança Peso da Régua Lamego Pinhel Seia Gouveia Fundão Castelo Branco Marinha Grande Nazaré Rio Maior Abrantes Portalegre Estremoz Santiago do Cacém Silves
Oferta de equipamentos muito deficitária e falta de dinâmica associativa, de emprego e de empresas	Barcelos	Elvas	Barcelos (hoquei em patins)	Esposende Paredes Amarante Mirandela Vale de Cambra Tondela Mangualde Covilhã Cantanhede Pombal Vila Nova de Ourém Tomar Entroncamento Almeirim Cartaxo Alcobaça Ponte de Sor

3. A saúde é um factor significativo de polarização das cidades face aos territórios envolventes²¹

A satisfação e a qualidade dos serviços de saúde continuam a ser uma característica eminentemente urbana. A concentração dos recursos humanos e dos equipamentos de saúde públicos mantém-se nas cidades, mas sobretudo nas duas Áreas Metropolitanas.

A distribuição dos médicos no território é relativamente equilibrada, na medida em que o índice do número de médicos por mil habitantes, por concelho, varia entre 0,1 ‰ e 2,1 ‰ para a maioria do território (239 num total de 275 concelhos). As zonas com situações mais problemáticas são a do Alentejo e, dentro da região do Norte, as zonas do interior do Alto Minho e do Vale do Douro. As cidades que concentram maior número de médicos e que apresentam rácios de médicos por mil habitantes mais elevados (valores entre 5,1 ‰ e 19,5 ‰), localizam-se dentro das Áreas Metropolitanas, e para além destas, em Coimbra e Faro.

Já no caso da distribuição de médicos especialistas no território, as assimetrias são mais agravadas. Cerca de 35 concelhos não dispõem de médicos especialistas fixados nos serviços de saúde, enquanto apenas 4 cidades dispõem de 4 a 12 médicos especialistas por mil habitantes (Lisboa, Oeiras, Porto e Coimbra). As cidades concentram uma percentagem muito elevada dos médicos especialistas, tornando-se, nesta matéria, centros fortemente polarizadores quer dos territórios de proximidade, quer de espaços regionais.

A situação relativa à capacidade dos equipamentos de internamento é relativamente diferente, verificando-se que, para além da mesma lógica de concentração nos grandes centros urbanos, a distribuição dentro das regiões do Centro e do Norte apresenta menores assimetrias. A situação é, de facto, bastante desfavorável no Alentejo e Algarve. De forma diferente, a capacidade de resposta dos serviços de saúde nos Centros de Saúde e suas extensões, em número de consultas por mil habitantes, faz ressaltar, como zonas menos bem servidas, o interior da região do Norte, a Raia Central e o Baixo Alentejo e Algarve.

A situação relativa das cidades em matéria de recursos de saúde, no âmbito dos serviços públicos e da dinâmica de oferta privada, apresenta alguma relação com a situação das suas áreas envolventes. As cidades do Algarve e do Alentejo, regiões com baixos níveis de recursos sanitários, apresentam situações médias nos casos de Évora, Beja, Faro, Olhão, Loulé e Portimão, ou abaixo da média. Portalegre é, no entanto, uma cidade com uma situação de 1º plano.

As cidades na zona litoral entre a Área Metropolitana de Lisboa e Aveiro apresentam situações diversas, assumindo Coimbra uma posição de centralidade muito destacada, pela dimensão dos seus recursos e, principalmente, pela existência de ensino superior neste domínio e de um potencial de investigação notável, relativamente internacionalizado, e que é concorrente, numa série de especialidades, com as próprias cidades de Lisboa e do Porto.

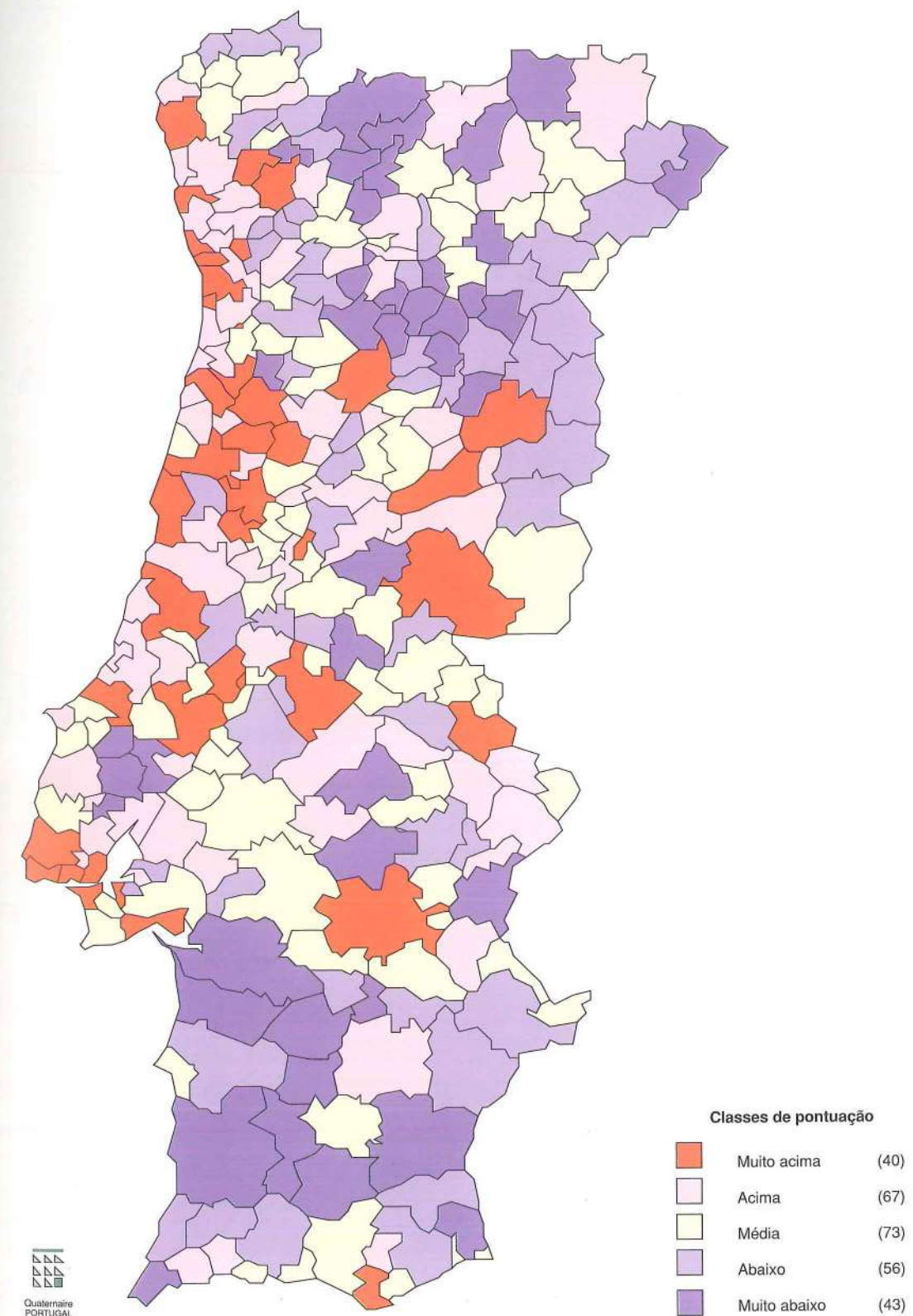
Aveiro, Santarém, Caldas da Rainha e Abrantes mantêm também situações muito boas face à disponibilidade de serviços de saúde, com relações médicos/habitante elevadas, capacidade de internamento satisfatória e dinâmicas privadas significativas.

A região do Noroeste engloba algumas das zonas mais problemáticas do Continente em termos dos serviços de saúde. As cidades integrantes do Vale do Sousa, a que se somam Fafe, Amarante e Marco de Canavezes, estão reduzidas a situações de défices muito elevados de recursos humanos e algum défice de capacidade de internamento e de serviços de consultas, relativamente à dimensão da população aí residente. Situação também débil, embora com menos intensidade, é a das cidades do Entre Douro e Vouga, à excepção de S. João da Madeira.

Viana do Castelo destaca-se, nesta área do Noroeste, com uma situação bastante boa, enquanto Braga, Guimarães ou Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso mantêm situações intermédias ou meramente satisfatórias. As cidades do interior nas duas regiões, Centro e Norte, mantêm situações intermédias, destacando-se as cidades de Covilhã e Guarda, com níveis relativamente mais elevados.

21. Ver Nota Metodológica no final do capítulo.

Mapa S60 Síntese domínio saúde

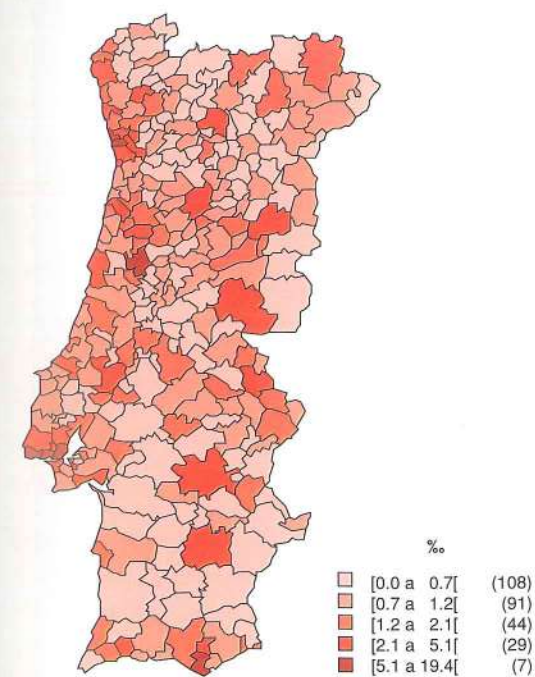


Quaternaire
PORTUGAL

Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação dos Anuários Estatísticos, 1994, INE).

Mapa I79

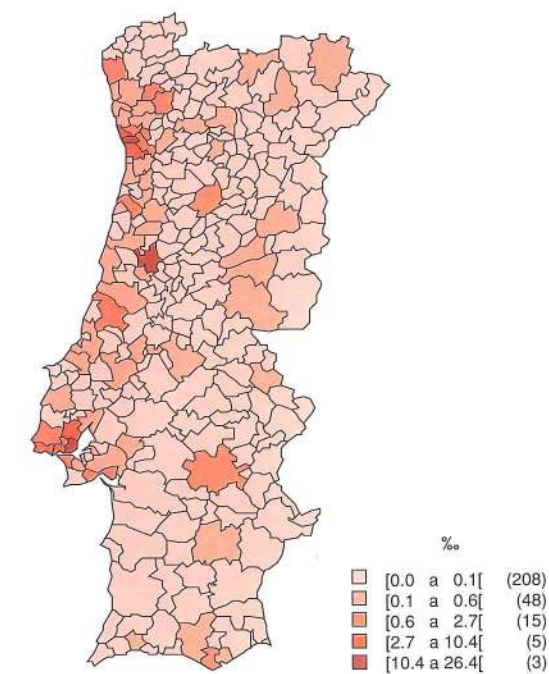
Médicos,
por mil habitantes e por concelho (1993)



Fonte: Anuários Estatísticos 94, INE.

Mapa I80

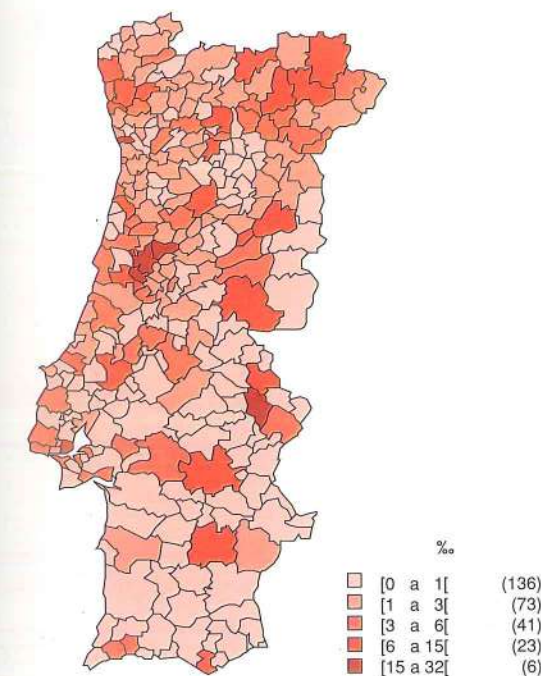
Médicos especialistas por mil habitantes:
peso concelho no total do Continente (1993)



Fonte: Anuários Estatísticos 94, INE.

Mapa I81

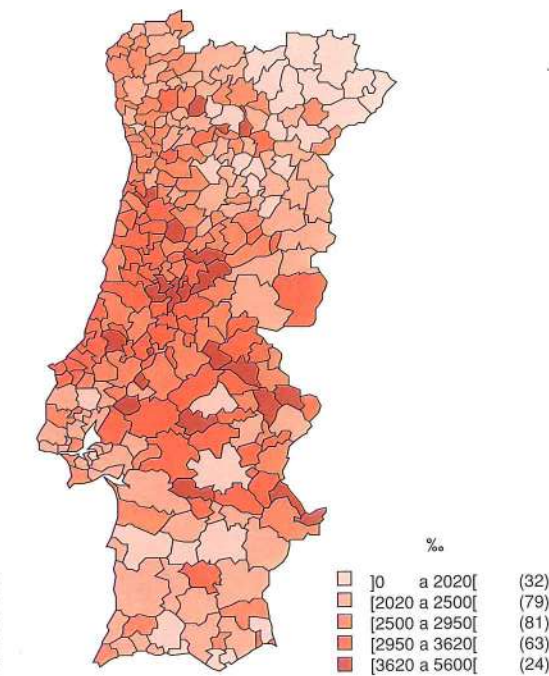
Camas em hospitais,
por mil habitantes e por concelho (1993)



Fonte: Anuários Estatísticos 94, INE.

Mapa I82

Consultas nos centros de saúde e suas extensões,
por mil habitantes e por concelho (1993)

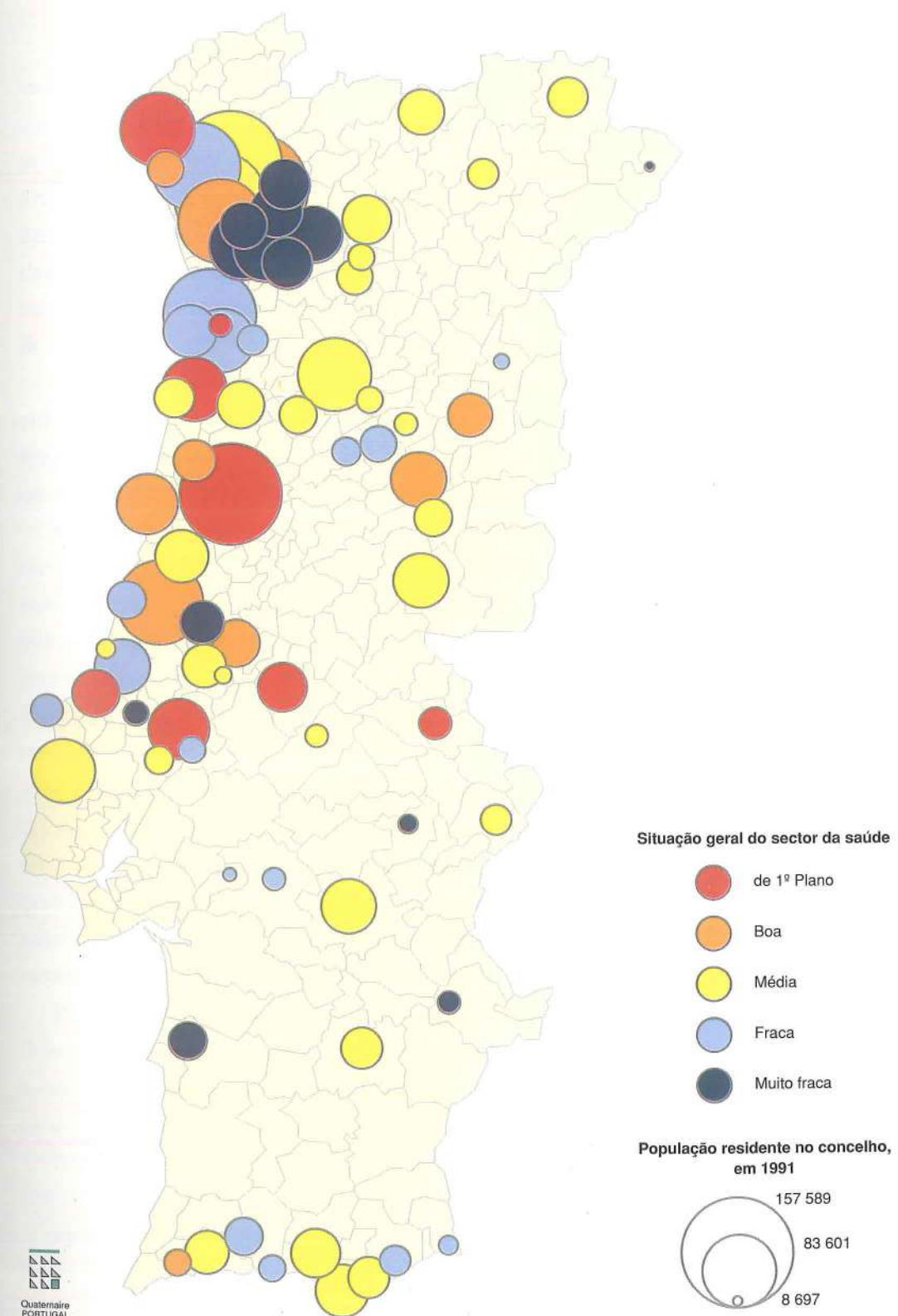


Fonte: Anuários Estatísticos 94, INE.

Quadro 25 Síntese da avaliação do sector da saúde

	TIPOLOGIA DE SITUAÇÕES	CIDADES			
SITUAÇÃO DE 1º PLANO	Índices de médicos especialistas por 1 000 habitantes e de médicos por 1 000 habitantes elevados, capacidade de internamento elevada e rede de serviços privados de saúde e índice de consultas em centros de saúde por 1 000 habitantes elevados ou intermédios	Viana do Castelo Coimbra S. João da Madeira Aveiro Caldas da Rainha	Abrantes Santarém Portalegre		
SITUAÇÃO BOA	Índices de médicos especialistas por 1 000 habitantes e/ou médicos por 1 000 habitantes elevados e restantes indicadores elevados ou intermédios	Figueira da Foz Leiria Tomar Entroncamento Águeda	Guimarães Guarda Lagos Esposende Stª Tirso	Cantanhede Covilhã	
SITUAÇÃO MÉDIA	Indicadores intermédios e variáveis	Chaves Vila Real Viseu Bragança Castelo Branco Évora Beja	Braga Portimão Faro Lamego Mirandela Loulé Elvas	V. Nova Famalicão Peso da Régua Ílhavo Tondela Cartaxo Fundão Torres Novas	Pombal Nazaré Torres Vedras Mangualde Gouveia Ponte de Sor Olhão
SITUAÇÃO FRACA	Índices de médicos especialistas por 1 000 habitantes e/ou médicos por 1 000 habitantes baixos e outros indicadores intermédios e variáveis	Marinha Grande Alcobaca Peniche Seia Vendas Novas	Vale de Cambra Montemor-o-Novo Oliv. do Hospital Silves Albufeira	Tavira Vila Real Stª António Oliv. de Azeméis Ovar Pinhel	Almeirim Barcelos Sta. M. da Feira
SITUAÇÃO MUITO FRACA	Índices de médicos especialistas por 1 000 habitantes e de médicos por 1 000 habitantes baixos e restantes indicadores baixos ou intermédios	Fafe Amarante Felgueiras Marco Canavezes Paços de Ferreira	Paredes Penafiel Vila Nova de Ourém Rio Maior Miranda do Douro	Estremoz Moura Santiago do Cacém	

Mapa S61 Síntese saúde



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Censos 91 e DGOTDU, 1995).

4. Os padrões de consumo urbano diferenciam as cidades a afastam-nas relativamente às Áreas Metropolitanas²²

A evolução dos padrões de consumo está associada ao desenvolvimento da vida urbana, na medida em que as cidades são espaços de excelência para a emergência de novas formas de vivência, de inter-relacionamento e de utilização de recursos. Considerando algumas das conquistas do Homem em termos de consumo urbano, verifica-se que o grande crescimento da motorização se dá nas cidades, a expansão da utilização dos telefones, do fax e, mais recentemente das tele-redes e dos telemóveis acontece também sobretudo nas cidades, os consumos de electricidade doméstica apresentam crescimentos exponenciais nos centros urbanos, relacionados com a também crescente utilização dos electrodomésticos e de todo o tipo de equipamentos eléctricos de uso pessoal.

A padrões elevados de consumo pessoal estão associados, em geral, níveis superiores de utilização de formas de financiamento diversas, nomeadamente o crédito ao consumo e uma expansão significativa de novas formas de circulação de dinheiro, designadamente, a utilização das caixas Multibanco e os cartões de crédito.

A análise dos padrões relativos dos consumos domésticos e pessoais e do volume de movimentos e de operações financeiras daquele tipo, é considerada, neste Estudo, como um instrumento importante na avaliação do nível de urbanidade adquirido no seio do espaço urbano e territorial. Contudo, procura-se relacionar esta avaliação da qualidade urbana nas cidades e do desenvolvimento de padrões de urbanidade com as condições reais em que as populações vivem, designadamente, face às oportunidades que o meio urbano lhes coloca, pelo que se avalia também um indicador composto do poder de compra dos residentes.

A consolidação dos tecidos urbanos e o seu potencial desenvolvimento dependem, em parte, das capacidades que os seus residentes possuem, no sentido do aceder a novos produtos e serviços e do efeito indutor que esse consumo pode vir a ter na emergência de padrões de vida mais qualificados e equilibrados. Por outro lado, a avaliação das relações entre poder de compra e padrões de consumo nas cidades é fundamental para entender as situações, mais frágeis ou mais consolidadas, de coesão social e territorial.

As zonas em que os níveis de consumo são mais elevados e que correspondem, também, a índices de poder de compra mais altos, são a Área Metropolitana de Lisboa, o espaço envolvente a esta área, sobretudo na faixa litoral incluindo a zona do Oeste, parte do Médio Tejo, prolongando-se sensivelmente até à cidade da Figueira da Foz, e o núcleo central da Área Metropolitana do Porto, reduzido praticamente à *cidade-aglomeração*. Igualmente altos são os níveis de consumo e de poder de compra na faixa mais litoral da região do Algarve.

Em contrapartida, é nas áreas envolventes à região do Porto, incluindo o interior do Alto Minho, o Alto Tâmega e todo o Vale do Douro até à sua faixa fronteiriça, que os níveis de

22. Ver Nota Metodológica no final do capítulo.

consumo e de poder de compra atingem os valores mais baixos no Continente. Esta situação prolonga-se para Sul por toda a zona fronteiriça, embora as condições sejam relativamente mais satisfatórias. Em todo este território do Norte e do interior pontuam algumas das principais cidades com níveis de consumo e de poder de compra muito próximos dos das Áreas Metropolitanas, designadamente, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Évora e Beja.

Considerando a posição relativa das cidades, verifica-se que as situações mais problemáticas, em termos da evolução dos padrões de consumo e de poder de compra, se localizam nas zonas Centro e Norte do Continente. As cidades localizadas na coroa envolvente à aglomeração do Porto, designadamente no Vale do Ave e no Vale do Sousa, e as cidades do interior da região do Norte e da faixa central transversal, entre Viseu e a Guarda, apresentam situações em geral abaixo da média das cidades.

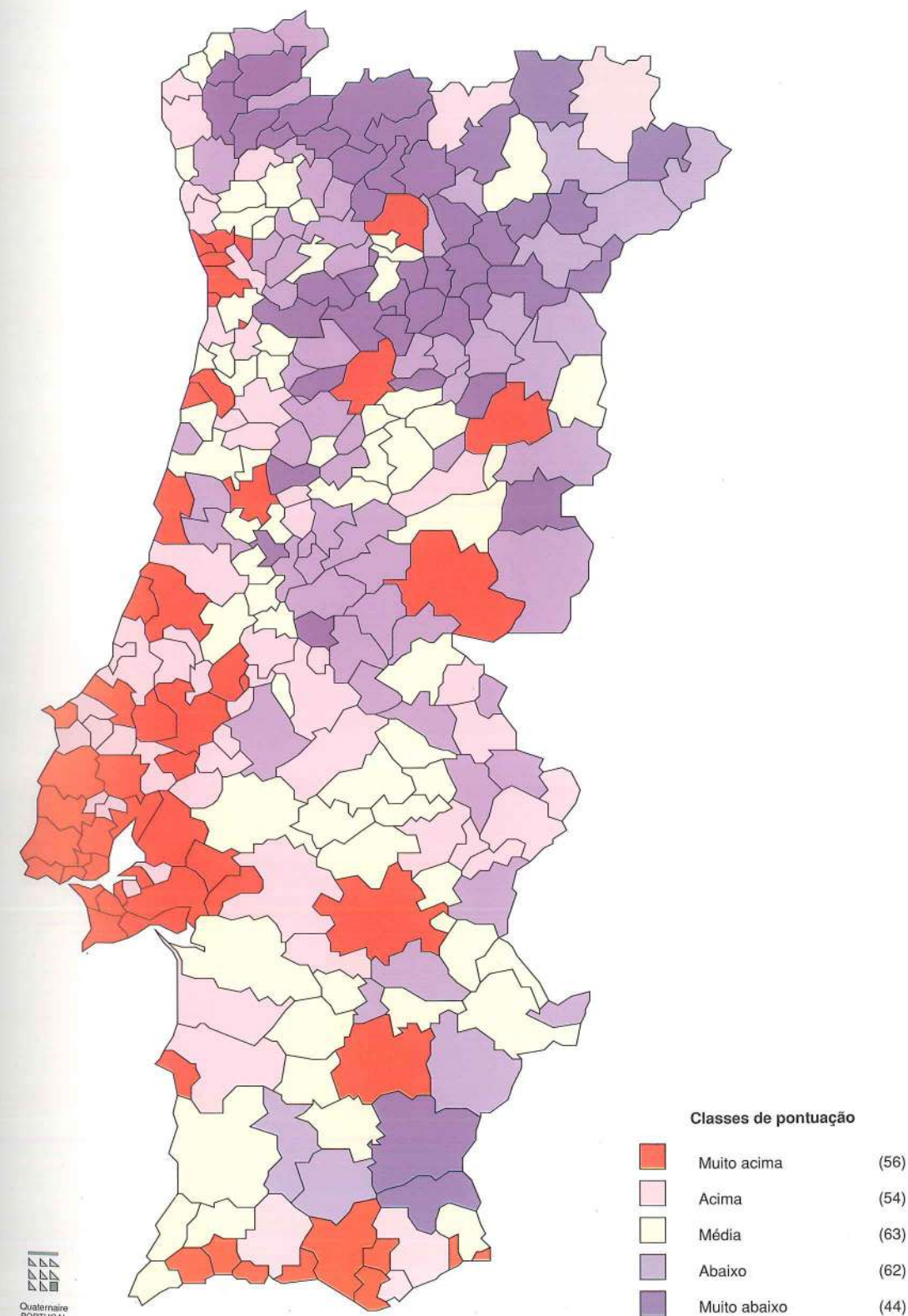
Santo Tirso, Amarante, Marco de Canaveses e Feira possuem baixos indicadores de poder de compra (para o ano de 1995), mas apesar disso atingem níveis de consumo intermédios. Nas restantes cidades nestas áreas, nomeadamente Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Paredes e Penafiel, Peso da Régua, Lamego, Tondela e Seia, para além dos baixos valores que atinge o indicador de poder de compra, as populações mantêm níveis de consumo significativamente baixos.

Ainda dentro desta área mais problemática, verifica-se, que em certas cidades como Guimarães, Chaves, Bragança, Fundão e Gouveia, entre outras, apesar da situação melhorar ao nível do poder de compra, os níveis de consumo mantêm-se baixos face às restantes cidades.

As situações inversas concentram-se nas cidades da área envolvente à Área Metropolitana de Lisboa, no Alentejo e no Algarve. Lagos, Portimão, Albufeira, Loulé, Faro, Vila Real de Santo António, Évora, Beja, Leiria, Marinha Grande, Entroncamento e Caldas da Rainha, são cidades com elevados níveis de consumo e com valores elevados do índice de poder de compra. Com um nível semelhante a estas cidades, encontram-se no litoral, mais a Norte, as cidades de Coimbra, Aveiro e S. João da Madeira.

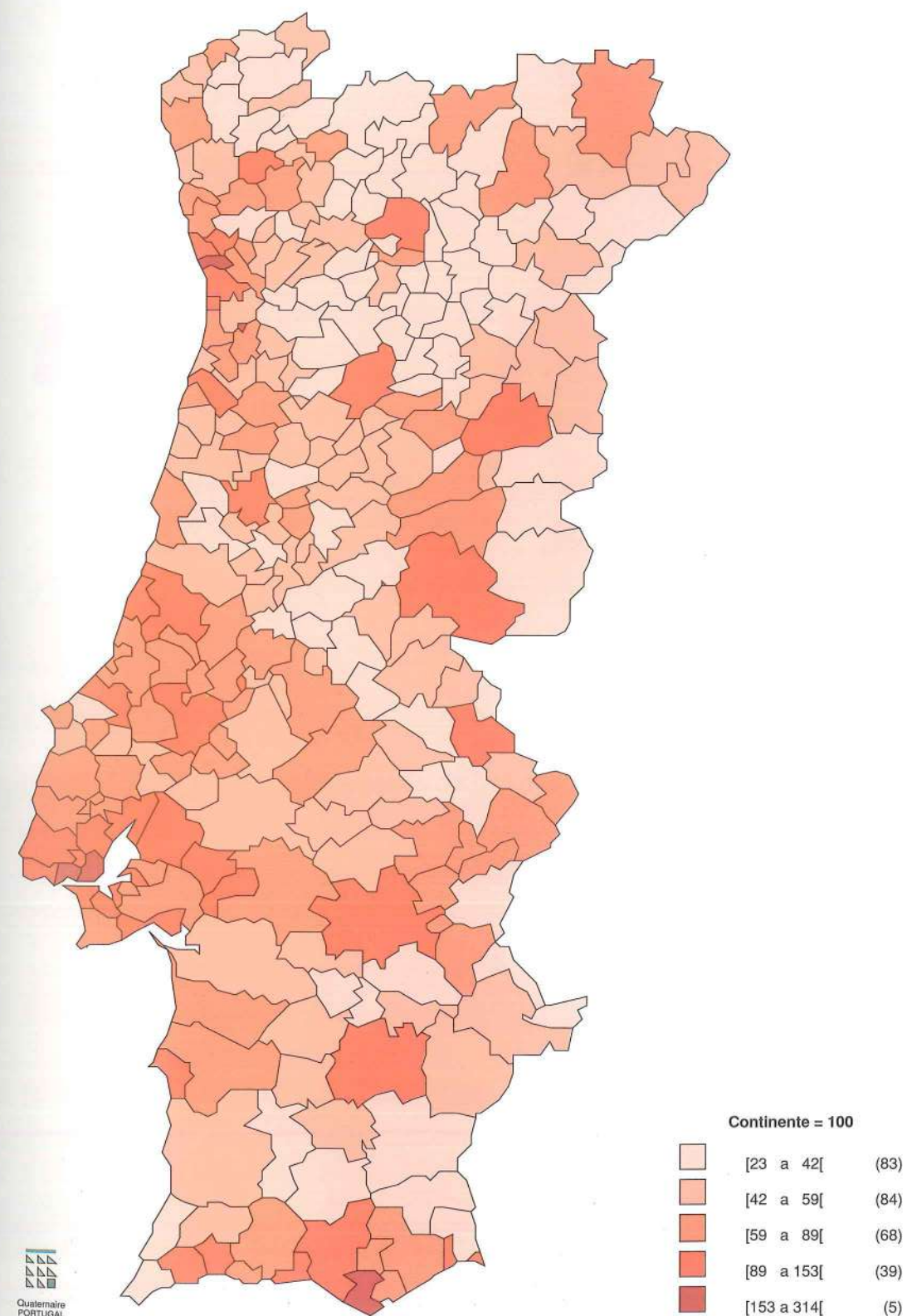
Ainda com elevados valores relativos ao poder de compra das populações, mas com níveis de consumo relativamente mais baixos que as anteriores, estão as cidades de Braga, Oliveira de Azeméis e Águeda, no Noroeste litoral, Vila Real, Viseu, Covilhã, Castelo Branco, Portalegre e Elvas, nas zonas do interior, e Santarém e Rio Maior, próximo da Área Metropolitana de Lisboa.

Mapa S62 Síntese consumo urbano



Quaternaire
PORTUGAL

Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação Anuários Estatísticos, 1994, INE e Marktest, 1992).

Mapa S63 Índice de poder de compra *per capita*, por concelho (1995) – síntese

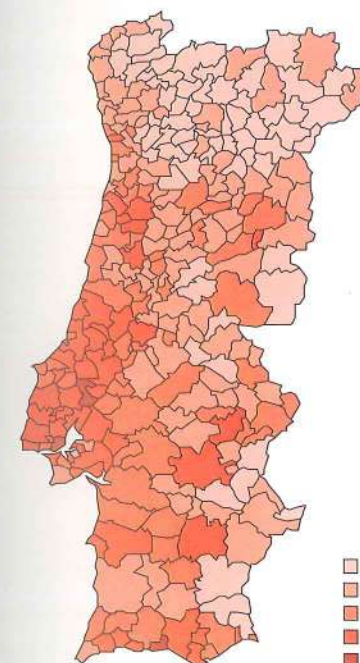
Quaternaire
PORTUGAL

Nota: Síntese que adopta o indicador construído pelo INE.

Fonte: INE, 1995.

Mapa I83

Taxa de motorização,
por concelho (1992)



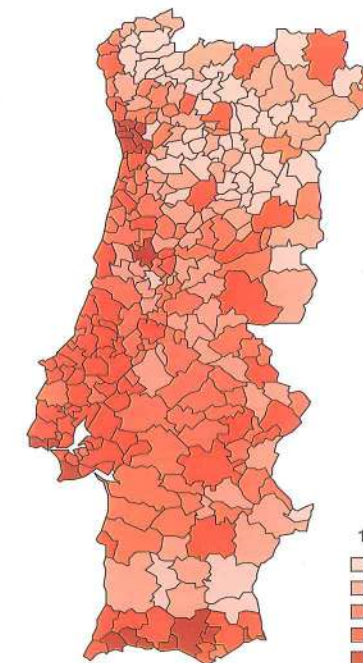
Nº/1000 Hab.

[66 a 173[	(67)
[173 a 230[	(97)
[230 a 292[	(61)
[292 a 543[	(50)
[543 a 776[	(4)

Fonte: Marktest, 1994 e Censos 91, INE.

Mapa I84

Consumo doméstico de electricidade,
por concelho (1993)



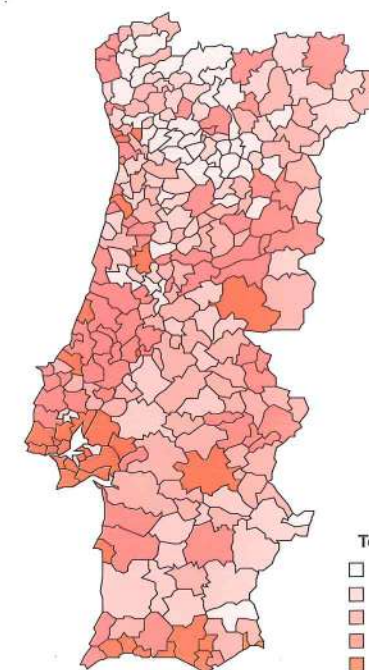
1000 KWh/1000 hab.

[183 a 439[	(50)
[439 a 539[	(65)
[539 a 651[	(72)
[651 a 894[	(73)
[894 a 2157]	(19)

Fonte: Anuários Estatísticos, 1994, INE.

Mapa I85

Telefones (PP),
por mil habitantes e por concelho (1994)



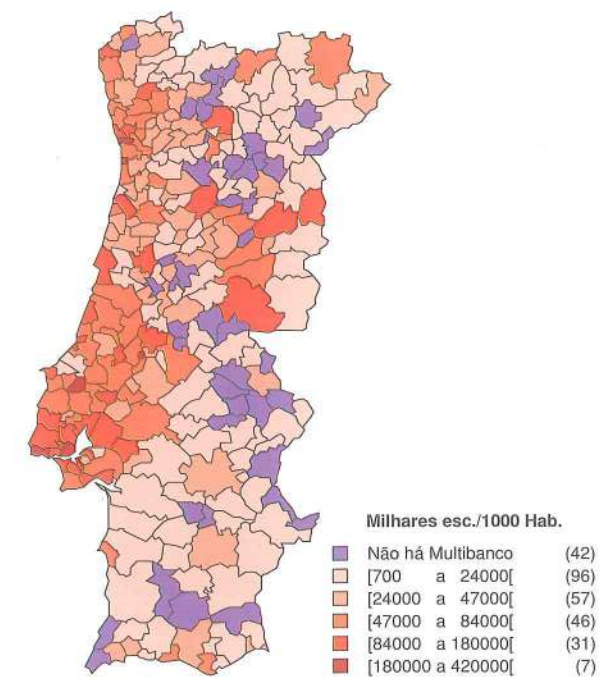
Telefones/1000 hab.

[61 a 220[	(42)
[220 a 266[	(63)
[266 a 309[	(69)
[309 a 380[	(68)
[380 a 607]	(37)

Fonte: Anuários Estatísticos, 1994, INE.

Mapa I86

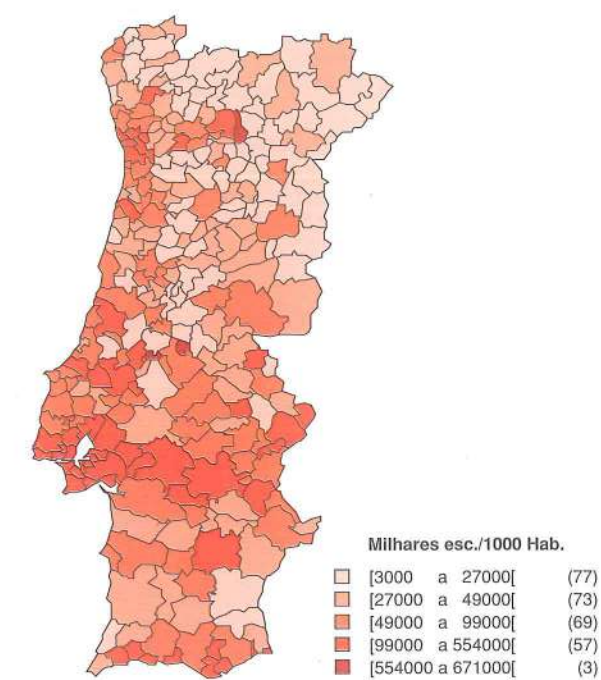
Levantamentos em caixas Multibanco,
por concelho (1993)



Fonte: Anuários Estatísticos, 1994, INE.

Mapa I87

Crédito hipotecário concedido a particulares do grupo
etário 25-64, por concelho (1993)



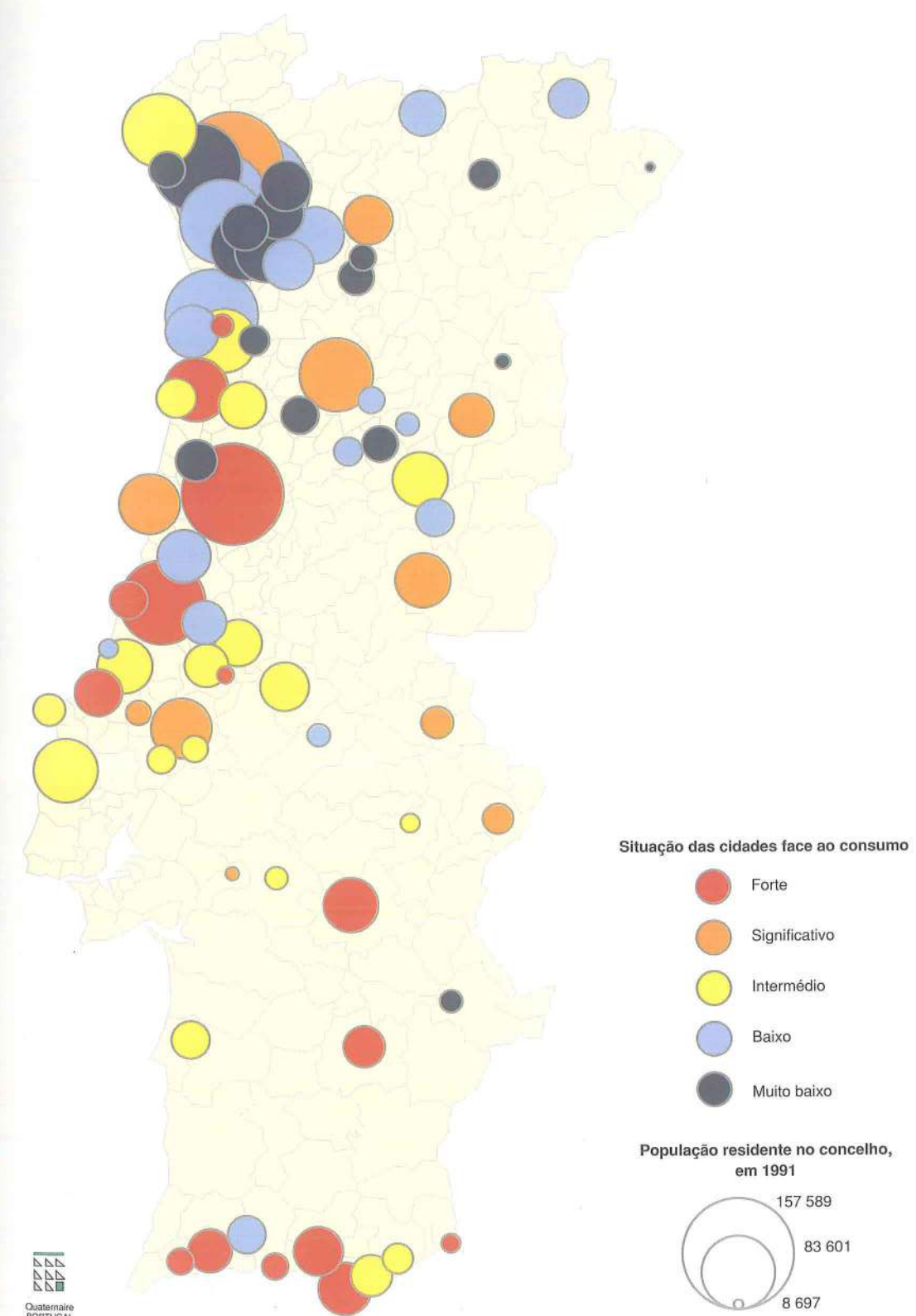
Fonte: Anuários Estatísticos, 1994, INE.

Quadro 26 Síntese de avaliação do consumo

		ÍNDICE DE PODER DE COMPRA (INE)		
		VALOR RELATIVO ALTO	VALOR RELATIVO MÉDIO	VALOR RELATIVO BAIXO
INDICADORES DE CONSUMO	ELEVADOS	S. João da Madeira Aveiro Caldas da Rainha Évora Beja Lagos Portimão Albufeira Loulé Faro Vila Real Stº António Leiria Marinha Grande Entroncamento Coimbra		
	MÉDIOS	Braga Figueira da Foz Vila Real Viseu Santarém Vendas Novas Guarda Castelo Branco Portalegre Elvas Rio Maior	Viana do Castelo Oliveira de Azeméis Águeda Ílhavo Alcobaca Peniche Torres Vedras Abrantes Torres Novas Almeirim Cartaxo Covilhã Estremoz Montemor-o-Novo Santiago do Cacém Olhão Tavira	Santo Tirso Amarante Marco de Canavezes Santa Maria da Feira Pombal Silves Ponte de Sor
	BAIXOS	Tomar	Ovar Nazaré Chaves Guimarães Mangualde Gouveia Vila Nova de Ourém Bragança Fundão	Vila Nova de Famalicão Oliveira do Hospital Barcelos Fafe Felgueiras Paços de Ferreira Paredes Penafiel Lamego Peso da Régua Tondela Esposende Vale de Cambra Cantanhede Seia Miranda do Douro Mirandela Pinhel Moura

Fonte: INE, Poder de Compra, 1994.

Mapa S64 Síntese consumo



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação do INE, Censos 91 e Anuário Estatístico 94; Marktest 94).

5. Síntese

Dentro do quadro das problemáticas abordadas, as quais constituem elementos definidores dos padrões de qualidade urbana e de imagem das cidades, conclui-se que a escala urbana e a coexistência de uma maior diversidade de recursos e de dinâmicas emergentes nos vários domínios são lógicas determinantes, agregadoras de tendências indutoras de qualificação dos serviços nas cidades e da evolução dos padrões de consumo das populações urbanas.

Procura-se portanto, de seguida, tipificar de forma geral as expressões da qualidade de vida e da imagem das cidades no contexto dos seus espaços envolventes:

Quadro 27 Síntese da avaliação da qualidade de vida e da imagem das cidades

COMPONENTES DE QUALIDADE DE VIDA E IMAGEM DAS CIDADES	LÓGICAS E DINÂMICAS DE AFIRMAÇÃO	CIDADES DE 1º PLANO	TERRITÓRIOS ENVOLVENTES
Cultura e lazer	- Concentração de recursos - Inter-relacionamento e vitalidade das relações pessoais - Acesso à informação exterior	Coimbra, Braga, Évora, Guimarães, Faro, Leiria, Viseu, Figueira da Foz	Litoral entre Minho e Área Metropolitana de Lisboa
Desporto	- Concentração de recursos - Captação de acontecimentos e eventos de visibilidade internacional	Aveiro, Évora, Faro, Portimão, Loulé, Braga e Figueira da Foz	Algarve Área envolvente a Norte da Área Metropolitana de Lisboa, estendendo-se para além da Zona do Oeste
Saúde	- Concentração de recursos	Coimbra, Aveiro, Viana do Castelo, Santarém, Caldas da Rainha, Abrantes, S. João da Madeira, Portalegre	Litoral entre Minho e Área Metropolitana de Lisboa
Consumo urbano	- Concentração de oferta de serviços - Nível de rendimentos da população residente	Lagos, Portimão, Albufeira, Loulé, Faro, Vila Real de Santo António, Évora, Beja, Leiria, Marinha Grande, Entroncamento, Caldas da Rainha, Coimbra, Aveiro e S. João da Madeira	Algarve Área envolvente a Norte da Área Metropolitana de Lisboa, estendendo-se até Aveiro e Alentejo

Qualidade de Vida e Imagem das Cidades: Nota Metodológica

A abordagem da temática da Qualidade de Vida integra várias subtemáticas, para o que foram seleccionadas, da informação disponível, algumas variáveis significativas que permitem construir indicadores de avaliação dos territórios e das cidades.

As variáveis, e respectivos indicadores, utilizados por subtemáticas foram as seguintes:

Cultura

As vertentes de análise consideradas são a disponibilidade de equipamentos, a relação entre a capacidade dos equipamentos e a população residente, a dinâmica associativa e a dinâmica de oferta de acontecimentos com visibilidade.

Assim, são construídos para todos os concelhos do Continente os seguintes indicadores: o número de visitantes de museus por 1000 habitantes (por concelho), o número de utilizadores de bibliotecas por 1000 habitantes (por concelho), o número de espectadores em salas de espectáculo por 1000 habitantes (por concelho), o número de tiragem anual de publicações periódicas por 1000 habitantes (por concelho) e o número de habitantes por lugar em sala de espectáculo (por concelho). As variáveis que constroem estes indicadores são retiradas das Estatísticas da Cultura e Desporto, 1993 – INE e referem-se ao ano de 1993, excepto a população residente que é retirada do Recenseamento da População e Habitação de 1991 – INE.

São ainda utilizadas para todos os concelhos do Continente as seguintes variáveis: número de rádios locais (Instituto das Comunicações de Portugal, 1996) e valores orçamentados e valores comparticipados de equipamentos culturais e recreativos no âmbito do Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva da DGOTDU, entre 1986 e 1995, cuja fonte é a própria DGOTDU.

Relativamente às dinâmicas da oferta de acontecimentos, apenas se trata esta componente para as cidades, e a fonte utilizada é o jornal semanal *EXPRESSO*, admitindo-se que este mantém uma cobertura de acontecimentos ao nível nacional relativamente equilibrada, considerando a sua antiguidade e a implantação que detem em termos territoriais. Para a construção do indicador de dinâmica da oferta de acontecimentos, foi tratada a informação dada pelo “Roteiro” do Caderno “Cartaz” desse Jornal, durante o período de um ano, entre 25.Fevereiro.95 e 17.Fevereiro.96, informação que é classificada de acordo com uma tipologia de temáticas, segundo os equipamentos utilizados e os agentes culturais promotores dos acontecimentos ou envolvidos. Esta informação permite cruzar uma avaliação quantitativa com uma avaliação qualitativa, a primeira considerando o total de ocorrências de cada cidade no “Roteiro” no período tratado, a segunda avaliando a diversidade de temáticas, de equipamentos e de agentes culturais por cidade. Dentro da avaliação qualitativa, é ainda considerada a informação prove-

niente da rubrica “Actual” do mesmo Caderno, a qual permite identificar acontecimentos com maior visibilidade e, de alguma forma, a capacidade de internacionalização cultural das cidades, pela sua participação em acontecimentos fora do País.

Para as cidades, é ainda utilizado um indicador suplementar relativo ao emprego no sector, o quociente de localização de cultura, desporto e lazer, construído a partir da relação entre os dados do Censo 1991 (INE) e a avaliação da quantidade e diversidade de empresas privadas no sector da cultura existentes no concelho, informação esta que é retirada da Base Belém do INE e se refere ao período 1990-1994.

Desporto

Este tema aborda três componentes, a disponibilidade de equipamentos e a respectiva cobertura da população, a dinâmica associativa e a dinâmica de acontecimentos, a sua visibilidade e respectiva capacidade de internacionalização. Os dois primeiros temas são abordados para todos os concelhos do Continente, com base nos seguintes indicadores: número de habitantes por instalação desportiva (por concelho), número de habitantes por recinto desportivo coberto (por concelho), número de habitantes por piscina (por concelho) e número de habitantes por pista de atletismo (por concelho). As variáveis que constroem estes indicadores são retiradas da publicação da DGAA “Administração Local em Números, 1995” e, no caso da população residente, do Recenseamento da População e Habitação de 1991 – INE.

São ainda utilizadas para todos os concelhos do Continente as seguintes variáveis: número de rádios locais, retirada do Instituto das Comunicações de Portugal (1996), e valores orçamentados e valores comparticipados de equipamentos desportivos no âmbito do Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva da DGOTDU, entre 1986 e 1995, cuja fonte é a própria DGOTDU.

Relativamente às dinâmicas de acontecimentos desportivos, apenas se trata esta componente para as cidades, e a fonte utilizada são os jornais “Jornal de Notícias” e “Correio da Manhã”, procurando uma cobertura de acontecimentos ao nível nacional relativamente equilibrada. Para a construção do indicador de dinâmica e de diversidade de oferta de acontecimentos com visibilidade, foi tratada a informação publicada no “Jornal de Notícias” e no “Público”, informação que é classificada segundo o âmbito geográfico e o objecto da notícia. Esta informação permite cruzar uma avaliação quantitativa com uma avaliação qualitativa, a primeira considerando o total de ocorrências de cada cidade nos jornais, a segunda avaliando a diversidade de modalidades, de agentes envolvidos e do âmbito dos acontecimentos por cidade.

Para as cidades, é ainda utilizado, um indicador relativo ao emprego no sector, o quociente de localização de cultura, desporto e lazer, construído a partir da relação entre os dados do Censo 1991 (INE) e os dados relativos às empresas privadas no sector de desporto e do lazer

existentes por concelho, que permite uma avaliação da quantidade e da diversidade das mesmas, informação esta que é retirada da Base Belém do INE (1990-1994).

Saúde

A avaliação inclui o problema dos recursos humanos e materiais disponíveis, a qualidade dos serviços e a dinâmica de serviços privados de saúde. Os dois primeiros temas são abordados para todos os concelhos do Continente, com base nos seguintes indicadores: o número de médicos por 1000 habitantes (por concelho), o número de médicos especialistas por 1000 habitantes (por concelho), o número de camas em equipamentos hospitalares por 1000 habitantes (por concelho) e o número de consultas em centros de saúde e suas extensões por 1000 habitantes (por concelho). As variáveis que constroem estes indicadores são retiradas dos Anuários Estatísticos para as Regiões do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve, do INE e referem-se ao ano de 1993. A população residente é retirada do Recenseamento da População e Habitação de 1991 – INE.

Relativamente às cidades, os indicadores acima referidos são cruzados qualitativamente com uma avaliação da quantidade e diversidade de empresas privadas no sector de saúde existentes no concelho. Esta informação é retirada da Base Belém do INE (1990-1994).

Consumo urbano

Neste caso, a análise para as cidades é feita cruzando a sua ordenação em função do Índice de Poder de Compra, para o ano de 1995 (INE) com a ordenação das cidades resultante do cruzamento de um conjunto de indicadores construídos para todos os concelhos das respectivas cidades. Os indicadores considerados são: o consumo de electricidade doméstica em 1000 KWH por 1000 habitantes, o número de telefones (PP) por 1000 habitantes, a taxa de motorização, o montante de levantamentos em caixas Multibanco por 1000 habitantes, o número de hipotecas no domínio da habitação (relativamente à população residente com idade compreendida entre 25 e 64 anos), o montante de crédito bancário concedido a particulares (por 1000 habitantes e relativamente, à população residente com idade compreendida entre 25 e 64 anos). As variáveis utilizadas são retiradas dos Anuários Estatísticos do INE (1994) ou da base de dados Marktest (1994) e no, caso da população residente, total ou por grupos etários, do Recenseamento da População e Habitação de 1991 – INE.

As dinâmicas institucionais²³ e, dentro destas, as dinâmicas autárquicas, constituem factores cada vez mais relevantes do ponto de vista do reforço dos processos de desenvolvimento urbano e regional. Os desafios que se colocam às cidades e aos territórios apelam à mobilização dos agentes e actores do desenvolvimento, públicos, associativos e privados, no sentido de assumirem o desempenho em áreas de intervenção menos tradicionais, de concertarem e coordenarem posições, de criarem novos figurinos organizativos e institucionais que a natureza global e integrada dos processos de desenvolvimento exige.

A dinâmica das cidades é influenciada pela presença de órgãos desconcentrados da Administração Pública que são responsáveis pelo reforço de funções administrativas, por si geradoras de dinâmicas que favorecem a posição relativa de algumas das cidades do Sistema Urbano Nacional. A manutenção, desenvolvimento ou deslocalização deste tipo de serviços não é indiferente do ponto de vista do desenvolvimento das cidades, particularmente daquelas que se localizam nas áreas em perda, fortemente dependentes, do ponto de vista da actividade e do emprego, deste tipo de dinâmicas.

Por seu lado, o poder local tem sido responsável, ao longo dos últimos vinte anos, por um conjunto de realizações decisivas do ponto de vista do desenvolvimento local, com particular expressão na evolução e no desenvolvimento dos aglomerados urbanos. A acção das autarquias, directa ou indirectamente considerada através da participação em novas formas organizativas e institucionais como sejam as associações de municípios, as empresas intermunicipais e mistas, as agências e as associações para o desenvolvimento, constitui, pelo poder económico e de investimento que transportam, pelo seu papel na criação de emprego, pelo carácter agregador e catalisador de dinâmicas locais, um elemento central dos processos de desenvolvimento.

O presente ponto do Estudo visa a apresentação sintética da posição relativa das principais cidades do ponto de vista institucional e das suas dinâmicas enquanto contributo para a leitura do Sistema Urbano Nacional, constituindo um contributo para a visão de síntese que se apresenta em conclusão do Estudo.

A análise realizada neste ponto organiza-se em torno de dois temas diferentes mas articuláveis, que designamos por dinâmica institucional e, no segundo caso, por dinâmica autárquica. No tema da dinâmica institucional procedeu-se à leitura, para os concelhos das cidades objecto do Estudo, da tipologia de serviços presentes, de natureza pública e privada, nomeadamente nos domínios administrativo, económico e da formação, da sua concentração e, consequentemente, da riqueza do tecido institucional presente em cada uma das cidades. Por seu lado, o tema da dinâmica autárquica foi tratado segundo três perspectivas, ou seja, analisando as despesas de capital (do ponto de vista das suas capitações e do peso relativo sobre a despesa total), a capacidade de geração autónoma de receitas e o acesso ao FEDER e a capacidade técnica e organizativa das autarquias correspondentes às cidades que constituem o objecto do Estudo.

23. Ver Nota Metodológica no final do capítulo.

As principais conclusões da análise efectuada apresentam-se nos pontos seguintes e são ilustradas no conjunto de cartogramas que acompanham a análise.

1. A posição das cidades sede de distrito enquanto principais centros de dinâmica institucional

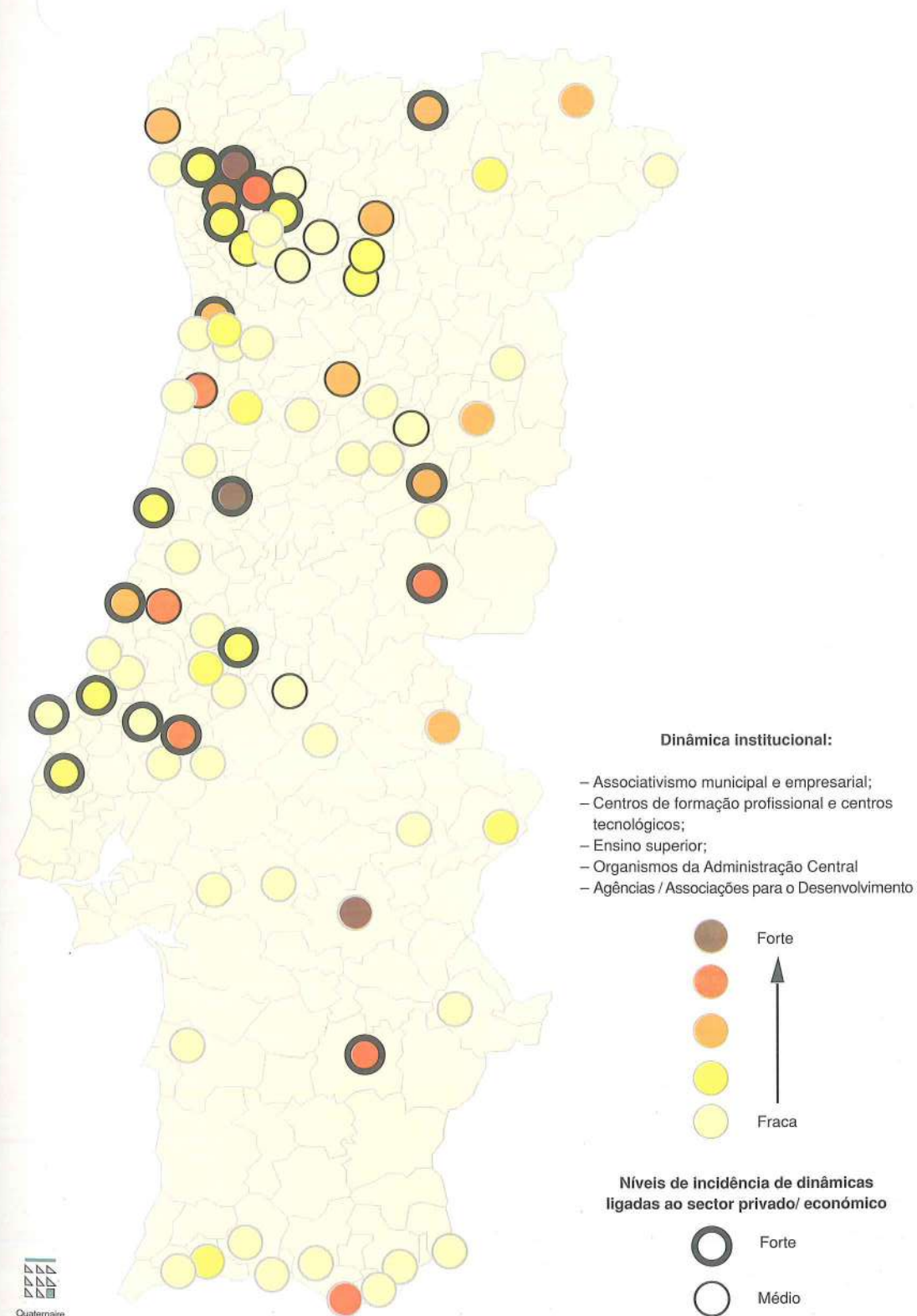
As cidades que apresentam maior dinâmica institucional são, naturalmente, aquelas que, por corresponderem a sedes de distrito concentram, um conjunto de serviços e funções administrativas inerentes, que as colocam em posição de destaque relativamente às demais. Há, no entanto, algumas diferenças internas a assinalar:

- em primeiro lugar, a evidência que, dentro deste grupo, adquirem as cidades de Coimbra, Braga, Aveiro e Évora que, além das funções administrativas que possuem, associam outras, como a de serem importantes cidades universitárias e, ainda, uma dinâmica associativa e empresarial forte, neste caso mais relevante nas três primeiras do que na última das cidades anteriormente referidas;
- pelo contrário, um grupo composto por cidades que, sendo capitais de distrito, ocupam uma posição menos relevante do ponto de vista da dinâmica institucional (que se traduz num tecido menos rico), de que fazem parte as cidades de Bragança, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, onde as dinâmicas associadas à iniciativa privada, de âmbito económico, estão menos presentes que no grupo anterior; trata-se, assim, de um grupo mais frágil, em que a dinâmica da cidade e, frequentemente, das próprias regiões envolventes, está muito dependente do exercício de funções administrativas;
- finalmente, entre os dois grupos anteriormente assinalados, encontra-se um outro grupo em que a dinâmica institucional é forte, embora sem atingir a expressão apresentada pelo primeiro dos grupos anteriormente referidos.

2. Outras cidades, embora não beneficiando do estatuto de sedes de distrito, apresentam uma dinâmica institucional forte

Além das cidades anteriormente assinaladas, regista-se um outro grupo de cidades em que a forte dinâmica institucional é justificada por outras funções, não associadas à condição de sede de distrito. São cidades em que as funções institucionais, de âmbito económico e de formação, têm relevo e que associam, ao mesmo tempo, uma dinâmica associativa de âmbito empresarial e/ou uma actuação favorecendo o desenvolvimento local e regional. É o caso de cidades como Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santa Maria da Feira, Covilhã, Marinha Grande e ainda de Chaves e do Fundão.

Mapa S65 Síntese dinâmica institucional



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação da DGAA, 1995; IEPF, 1996; DGE, 1993/94; Associações comerciais e empresariais).

No primeiro conjunto de cidades, a sua importância está normalmente associada à existência de oferta de ensino superior, de iniciativa pública e privada, à localização de centros tecnológicos com relevância no plano nacional, à existência de centros de formação profissional, de gestão participada entre o IEFP e associações empresariais, à localização de associações empresariais de natureza sectorial e âmbito nacional.

Por seu lado, Chaves e, em menor grau, Fundão, além de possuírem, embora de forma menos expressiva, algumas das características das anteriores, nomeadamente em matéria formação, apresentam situações de alguma dinâmica empresarial de base local e a presença de associativismo de natureza transversal dirigido ao desenvolvimento regional e local.

Finalmente, assinala-se um último grupo de cidades em que, apesar de não ser evidente uma situação de forte dinâmica institucional, sobretudo de natureza administrativa, se regista uma dinâmica importante associada à iniciativa do associativismo empresarial local e regional, com particular incidência no campo económico. Neste grupo enquadram-se cidades como Santo Tirso, Felgueiras, Barcelos, Figueira da Foz, Caldas da Rainha, Torres Vedras, Tomar.

3. Concelhos e cidades em que o esforço de investimento autárquico por habitante é mais elevado

O esforço que as autarquias desenvolvem em matéria de investimento constitui um contributo importante do ponto de vista da melhoria da qualidade de vida e do reforço da capacidade económica das cidades. Utilizou-se, em função da informação disponível, o indicador das despesas de capital por habitante, enquanto aproximação ao esforço de investimento *per capita* realizado pelas Câmaras Municipais. Apesar do indicador adoptado não traduzir rigorosamente o valor do investimento, uma vez que nas despesas de capital estão ainda incluídas outras rubricas relevantes como é o caso da amortização de empréstimos obtidos, consideramos que ele constitui uma aproximação aceitável ao pretendido.

Os concelhos que apresentam um esforço de investimento autárquico por habitante mais relevante, claramente acima da média, localizam-se, na maior parte das situações, em espaços bem determinados como sejam o litoral algarvio (Lagos, Portimão, Albufeira, Loulé, Tavira e Vila Real de Santo António), o Nordeste transmontano (Mirandela, Bragança e Miranda do Douro), a zona do Oeste (Nazaré, Caldas da Rainha e Rio Maior), o conjunto dos dois concelhos costeiros de Viana do Castelo e de Esposende; além destas situações, há ainda a registar outros casos, associados a ocorrências mais isoladas, como as que se verificam nos concelhos de S. João da Madeira, Aveiro, Guarda, Oliveira do Hospital, Vendas Novas e Évora; nestes casos, estar-se-á perante situações em que a dinâmica autárquica assume um papel relevante do ponto de vista do desenvolvimento dos concelhos e respectivas cidades, por comparação com o comportamento médio ao nível nacional.

Para a quase totalidade das situações anteriormente assinaladas (com excepção de Albufeira,

Lagos e S. João da Madeira), o maior esforço de investimento autárquico está associado ao comportamento positivo (superior à média) do indicador despesa de capital sobre a despesa total.

O comportamento do indicador despesas de capital por habitante, tem, no entanto, de ser compreendido no âmbito dos comportamentos das variáveis valor absoluto da população e valor absoluto das despesas de capital, que estão na base de diferenças assinaláveis na situação dos concelhos em Estudo.

Nestes termos, o significado do indicador diferirá, caso se esteja a avaliar a situação dos concelhos do Nordeste transmontano ou os do litoral algarvio. No primeiro caso, os bons resultados do indicador estão sobretudo relacionados com valores globais de população concelhia relativamente modestos, situação que, associada a alguma capacidade de poupança corrente, permite bons níveis de despesa de capital e, provavelmente, de investimento *per capita*. No segundo caso, os valores assumidos pelo indicador em análise estarão influenciados pela capacidade de geração de receitas próprias nos concelhos do litoral algarvio, que se traduz numa maior capacidade de investimento *per capita*, e ainda pelo facto de se estar na presença de concelhos com valores de população flutuante muito representativos, relacionados com a actividade do turismo, e não contabilizados no cálculo do indicador em questão.

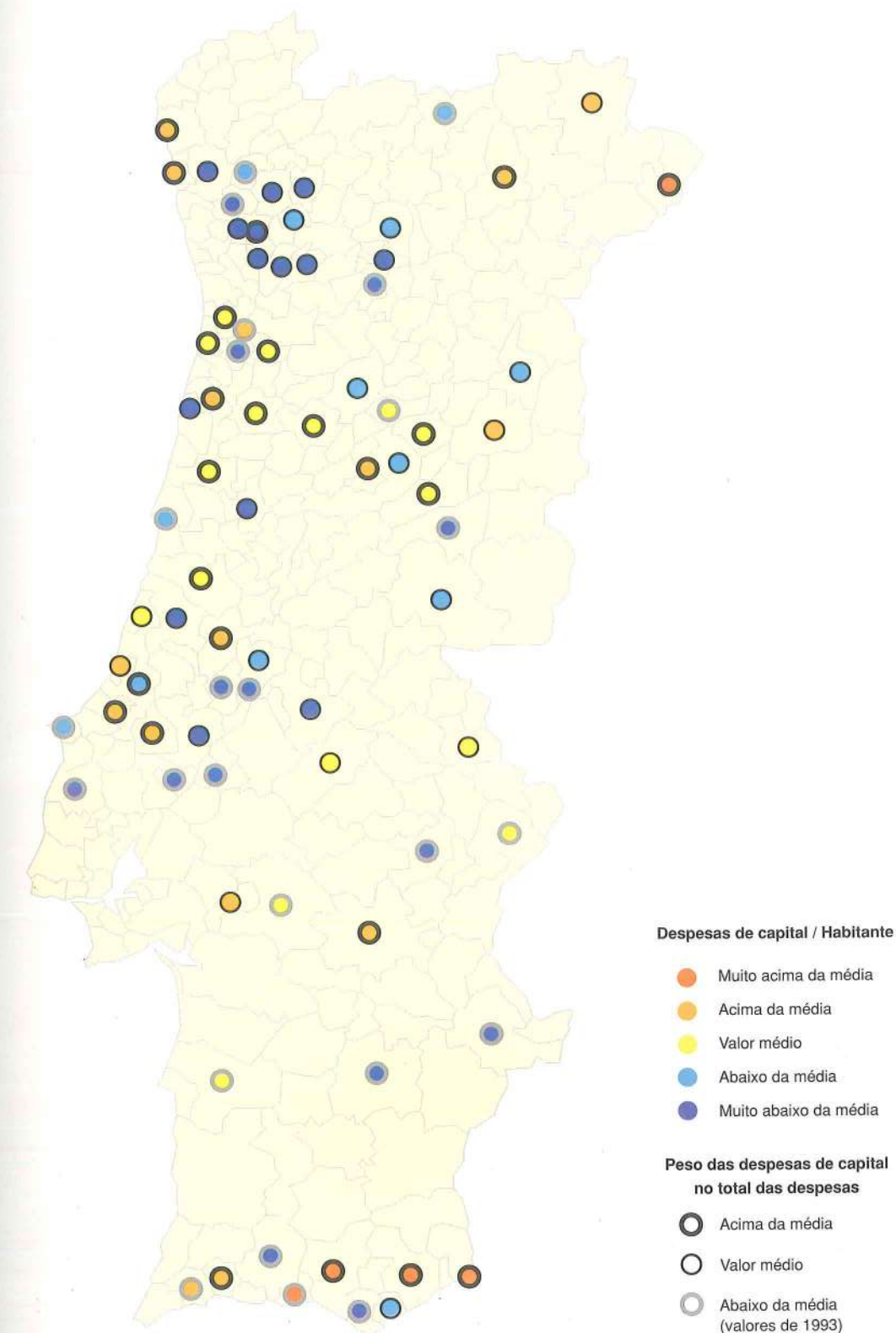
4. Concelhos e cidades em que o esforço de investimento autárquico por habitante se coloca abaixo da média nacional

Da mesma forma que as situações de maior investimento autárquico *per capita* ocorrem, conforme anteriormente se viu, em zonas bem definidas, também as situações opostas incidem, maioritariamente, em espaços que é possível definir com alguma clareza; trata-se, fundamentalmente de concelhos dos vales do Cávado, Ave e Sousa, de Chaves e do eixo Vila Real, Régua e Lamego, dos concelhos do Médio Tejo e, ainda, de algumas situações mais isoladas situadas na Zona Raiana do Centro e do Alentejo, e de alguns concelhos do litoral.

O comportamento do indicador seleccionado tem também, nesta situação, de ser interpretado à luz do comportamento das variáveis população e total das despesas de capital. Assim, é possível distinguir duas situações radicalmente diferentes. A primeira, em que o baixo valor atingido pelo indicador despesas de capital por habitante em concelhos dos vales do Cávado, Ave e Sousa, é sobretudo, justificado pelos elevados valores de população aí residente, a despeito de estes concelhos possuírem uma boa capacidade relativa de geração de receitas próprias e de apresentarem um rácio despesas de capital/despesas totais igual ou superior à média das cidades objecto do Estudo.

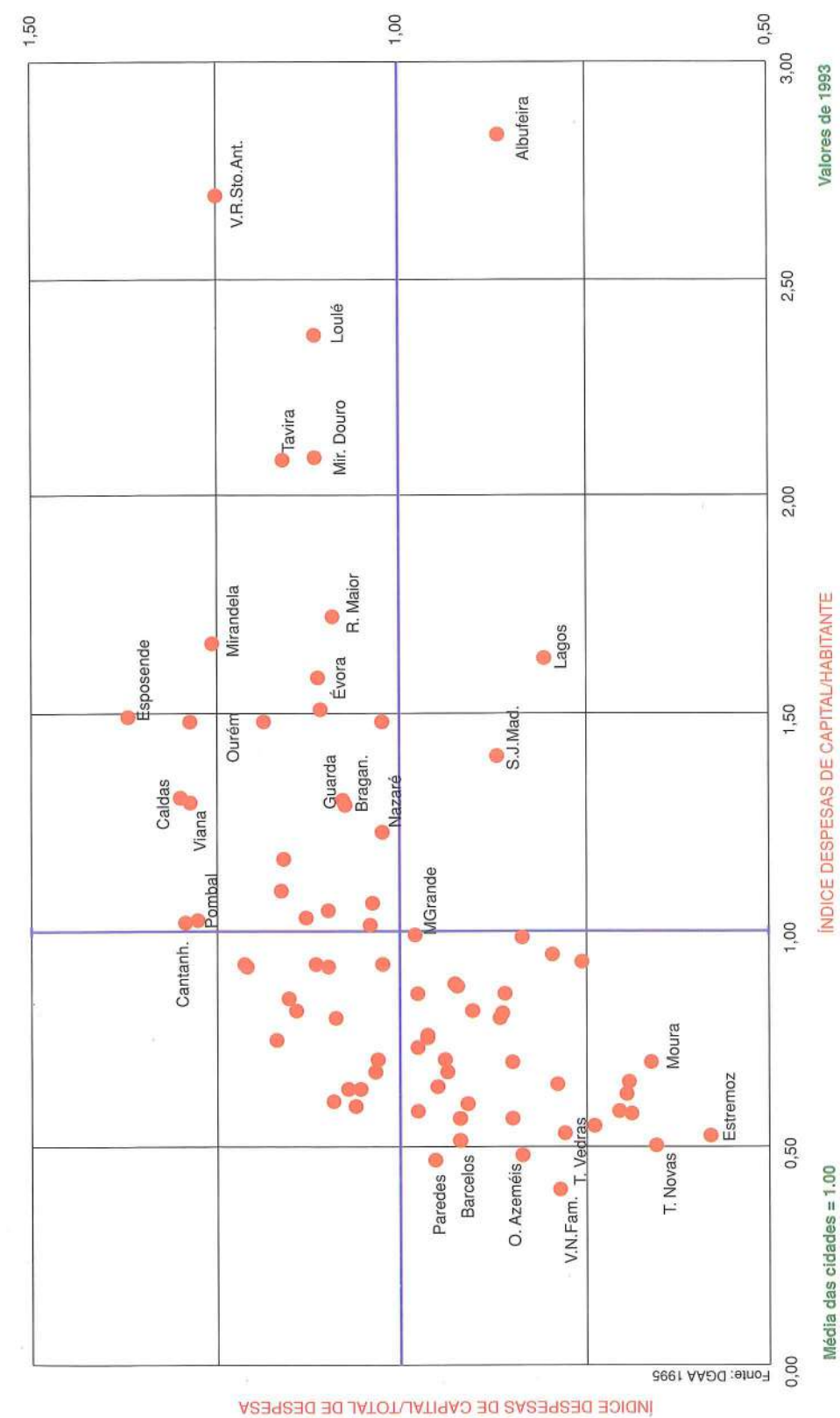
A segunda situação, que se verifica por exemplo nos concelhos do Médio Tejo ou ainda em Chaves, Lamego, Moura ou Beja, é influenciada pelo facto de a maioria destes concelhos apresen-

Mapa S66 Dinâmica autárquica/análise das despesas de capital

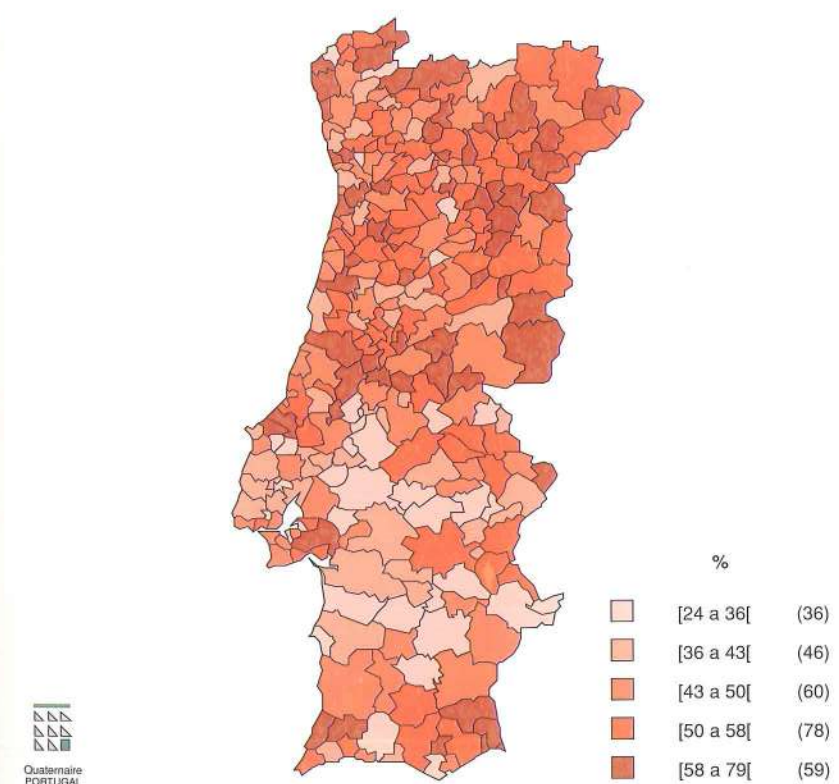


Fonte: Quatenaire Portugal (a partir de informação da DGAA, 1995).

Figura 6 Análise da capacidade das autarquias – despesas de capital



Mapa I88 **Peso das despesas de capital no total das despesas efectuadas pelas Câmaras Municipais, por concelho (1993)**



Fonte: DGAA, 1995.

tar para o rácio despesas de capital/despesa total, valores claramente inferiores à média, o que indicará uma menor capacidade de geração de poupanças correntes.

5. A capacidade de geração de receitas próprias e de acesso ao FEDER, embora muito diversificada, é globalmente favorável às cidades de maior dimensão e situadas nas regiões mais dinâmicas do País.

A capacidade de geração de receitas próprias e o grau de acesso ao FEDER constituem indicadores de autonomia e de dinâmica autárquica que se passa, de seguida e em síntese, a analisar.

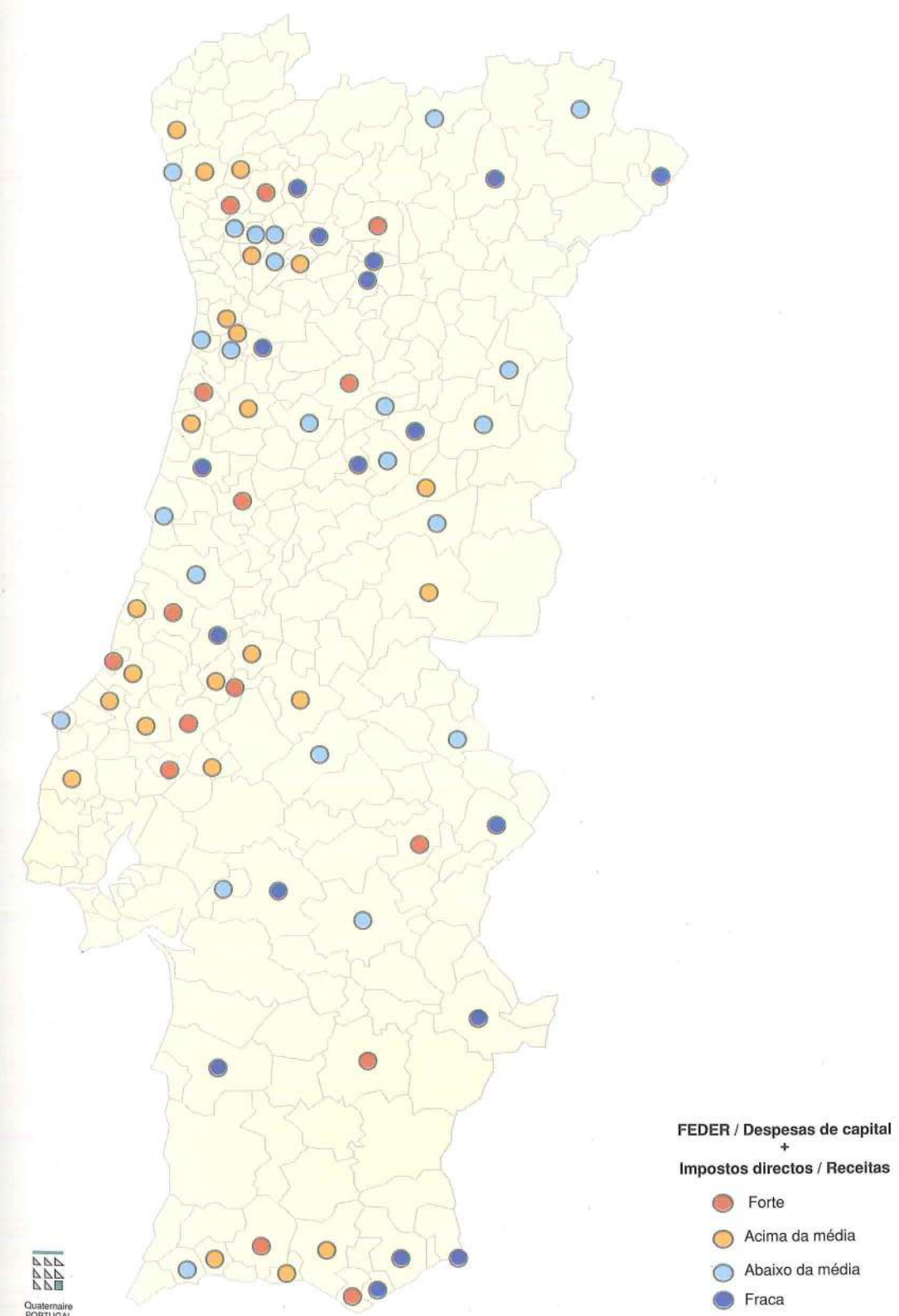
A capacidade de geração de receitas próprias está muito dependente da expressão que, em cada concelho, assumem os impostos directos, aspecto que está por sua vez associado a situações de maior dinamismo económico local. É assim que o valor do rácio impostos directos sobre a receita total assume valores mais elevados nos concelhos de maior dimensão e naqueles que estão localizados nas regiões mais dinâmicas do País.

Do conjunto de cidades em estudo destaca-se um grupo de cidades relevantes, ou porque possuem o estatuto de sedes de distrito ou ainda porque possuem uma dimensão no plano regional, que as situam, perante este indicador, num grupo de concelhos menos performantes. É o caso de Castelo Branco, Beja, Guarda, Viana do Castelo, Évora, Bragança, Portalegre e, ainda, da Covilhã, Tomar, Elvas, Mirandela, Chaves. Pelo contrário, o grupo de concelhos do topo engloba as cidades de maior dimensão como sejam Faro, Albufeira, Loulé, Portimão, Coimbra, Braga e Aveiro.

Quanto à capacidade de acesso relativo ao FEDER, a situação coloca-se de forma diferente. Com base no indicador FEDER sobre despesas de capital, destacam-se, de novo, os principais concelhos com comportamentos mais positivos, verificando-se apenas dois casos, Évora e Bragança, que apresentam valores inferiores à média.

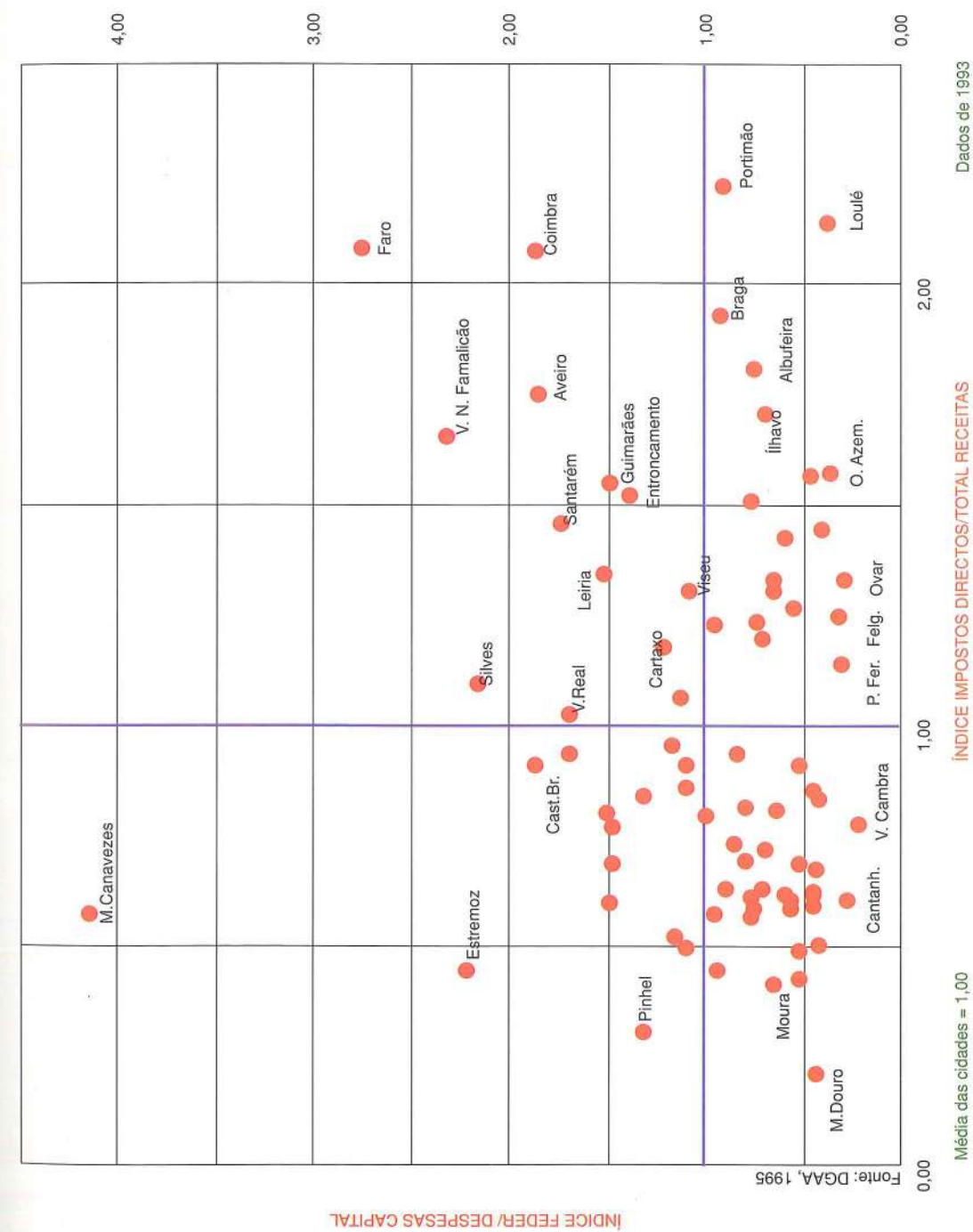
O cartograma de síntese que se apresenta, regista o comportamento dos diferentes concelhos referentes às cidades objecto do Estudo, ilustrando o comportamento de cada um deles em função da combinação dos dois indicadores antes isoladamente considerados.

Mapa S67 Dinâmica autárquica/capacidade de geração de receitas e acesso ao FEDER

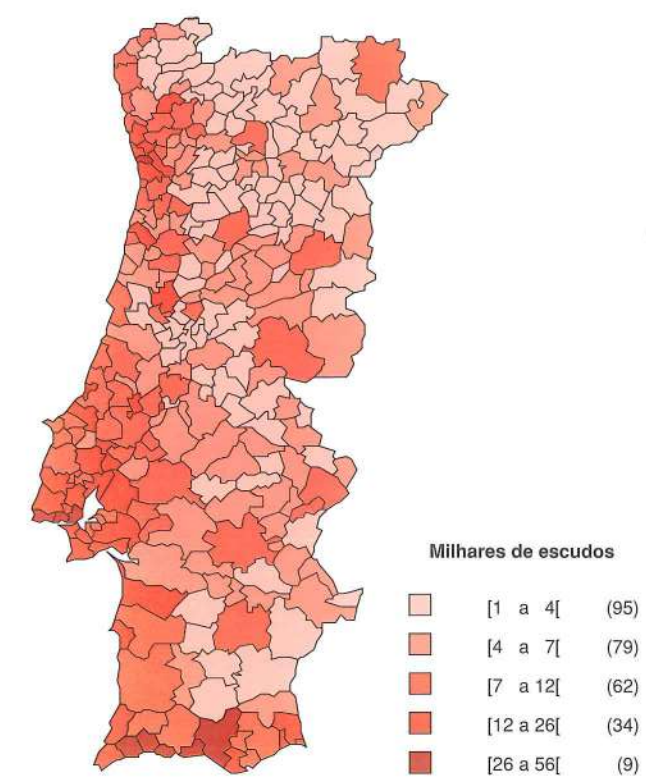


Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação da DGAA, 1995).

Figura 7 Análise da capacidade das autarquias – geração de receitas



Mapa I89 Impostos directos, por habitante e por concelho (1993)



Fonte: DGAA, 1995.

Quadro 28 Análise da capacidade financeira das autarquias (1993)

CONCELHO	ÍNDICES			
	IMPOSTOS DIRECTOS/ /TOTAL DAS RECEITAS	INVESTIMENTO FEDERATÍVO/ /DESPESAS DE CAPITALS	DESPESAS DE CAPITAL/ /HABITANTE	/TOTAL DE DESPESAS
Abrantes	0.91	1.12	0.73	0.98
Águeda	1.43	0.61	0.92	1.12
Albufeira	1.81	0.77	2.84	0.87
Alcobaça	1.20	0.72	0.82	1.15
Almeirim	0.84	1.34	0.65	0.79
Amarante	0.68	0.45	0.68	1.04
Aveiro	1.75	1.88	1.17	1.17
Barcelos	0.96	1.19	0.52	0.93
Beja	0.81	1.52	0.63	0.70
Braga	1.93	0.95	0.75	1.17
Bragança	0.63	0.73	1.30	1.09
Caldas Rainha	1.27	0.57	1.31	1.30
Cantanhede	0.61	0.29	1.02	1.30
Cartaxo	1.18	1.24	0.55	0.74
Castelo Branco	0.91	1.88	0.86	0.98
Chaves	0.57	0.78	0.80	0.87
Coimbra	2.08	1.88	0.68	0.94
Covilhã	0.69	1.50	1.10	1.17
Elvas	0.63	0.46	0.99	0.84
Entroncamento	1.52	1.41	0.58	0.70
Esposende	0.69	0.81	1.49	1.38
Estremoz	0.44	2.24	0.53	0.59
Evora	0.73	0.88	1.58	1.12
Fafe	0.69	0.54	0.70	1.04
Faro	2.09	2.77	0.59	0.71
Feira	1.31	0.67	0.92	1.21
Felgueiras	1.25	0.33	0.84	1.16
Figueira Foz	0.91	0.54	0.81	0.87
Fundão	0.72	0.71	0.70	0.86
Gouveia	0.43	0.54	1.05	1.10
Guarda	0.80	1.01	1.29	1.08
Guimarães	1.53	1.51	0.64	1.06
Ílhavo	1.71	0.72	0.57	0.93
Lagos	1.45	0.43	1.63	0.81
Lamego	0.61	0.58	0.57	0.86
Leiria	1.34	1.54	0.60	0.92
Loulé	2.14	0.39	2.37	1.12
Mangualde	0.63	0.92	0.92	1.03
Marco Canaveses	0.57	4.16	0.64	1.08
Marinha Grande	1.24	0.75	0.99	0.99
Miranda Douro	0.21	0.45	2.09	1.12
Mirandela	0.50	0.43	1.66	1.26
Montemor-O-Novo	0.49	0.54	0.93	0.76
Moura	0.41	0.67	0.70	0.67
Nazaré	1.07	1.14	1.23	1.03
Olhão	0.85	0.46	0.87	0.93
Oliveira Azeméis	1.57	0.38	0.48	0.84
Oliveira Hospital	0.45	0.96	1.49	1.19

Continuação

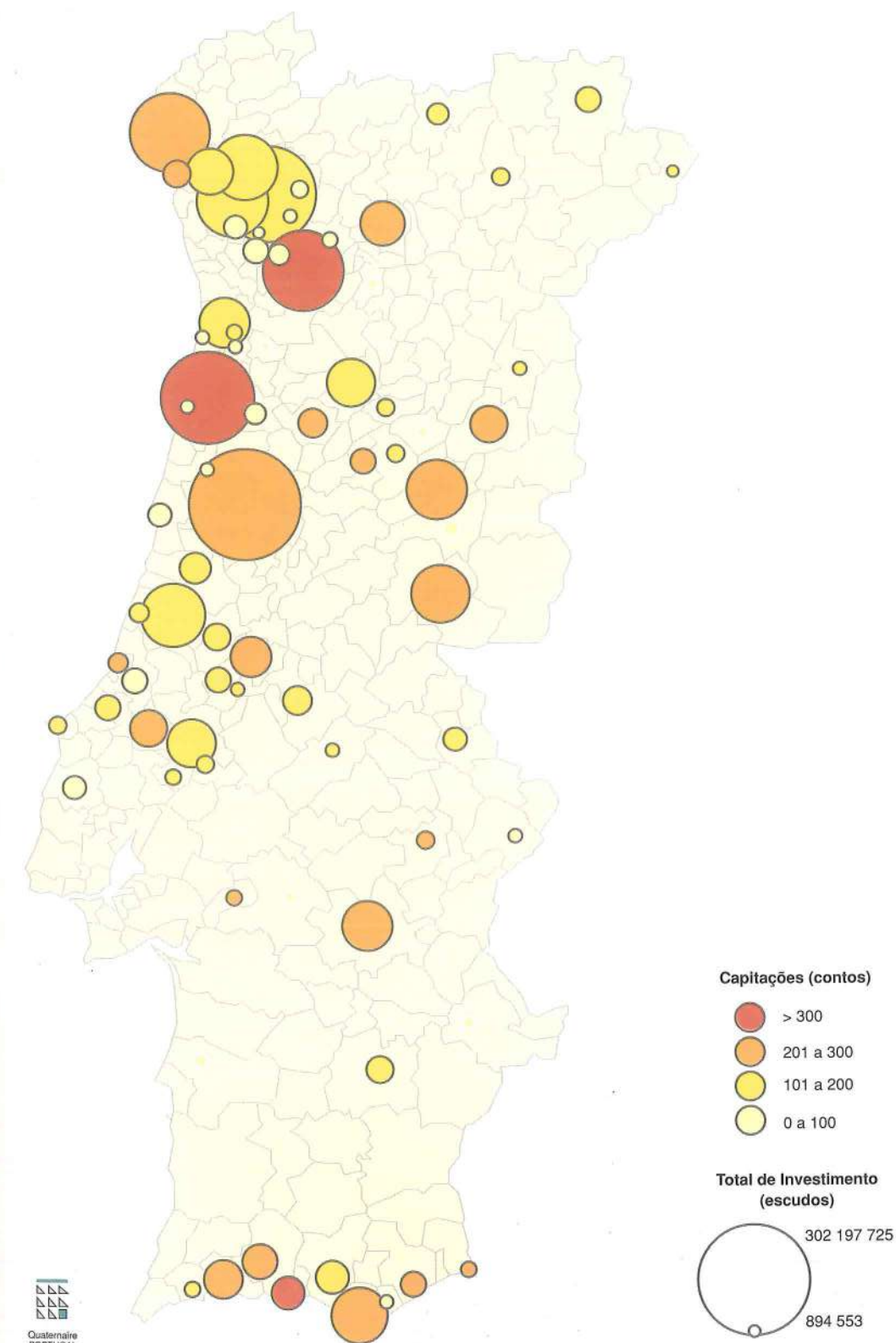
CONCELHO	IMPOSTOS DIRECTOS/ /TOTAL DAS RECEITAS	ÍNDICES INVESTIMENTO FEDER* /DESPESAS DE CAPITALIS	DESPESAS DE CAPITAL/ /HABITANTE	
			/TOTAL DE DESPESAS	
Ovar	1.33	0.30	0.92	1.22
Paços Ferreira	1.14	0.31	0.61	1.10
Paredes	1.23	0.98	0.47	0.96
Penafiel	0.81	0.65	0.59	0.98
Peniche	0.93	0.86	0.86	0.86
Peso Régua	0.62	0.47	0.71	0.94
Pinhel	0.30	1.34	0.82	0.91
Pombal	0.82	0.81	1.03	1.28
Ponte Sor	0.59	0.76	1.01	1.05
Portalegre	0.57	0.98	1.07	1.04
Portimão	2.23	0.93	1.51	1.12
Rio Maior	0.60	1.51	1.73	1.10
S. João Madeira	1.33	0.67	1.40	0.88
Santarém	1.46	1.75	0.64	0.95
Santiago Cacém	0.60	0.47	0.95	0.80
Santo Tirso	1.57	0.48	0.60	1.07
Seia	0.62	0.78	0.76	0.97
Silves	1.09	2.18	0.65	0.70
Tavira	0.59	0.57	2.09	1.16
Tomar	0.77	1.50	0.88	0.93
Tondela	0.52	1.17	1.03	1.14
Torres Novas	0.94	1.72	0.51	0.66
Torres Vedras	1.51	0.79	0.54	0.78
Vale Cambra	0.78	0.23	0.92	1.10
Vendas Novas	0.49	1.11	1.48	1.03
Viana Castelo	0.86	1.12	1.30	1.29
Vila N. Famalicão	1.66	2.33	0.40	0.79
Vila N. Ourém	0.62	0.61	1.48	1.29
Vila R. St. António	0.84	0.44	2.70	1.26
Vila Real	1.03	1.72	0.80	1.09
Viseu	1.31	1.11	0.76	0.97
Índice Médio das cidades	1.00	1.00	1.00	1.00

Fontes: DGAA, DGDR e INE.

(*1989/1993)

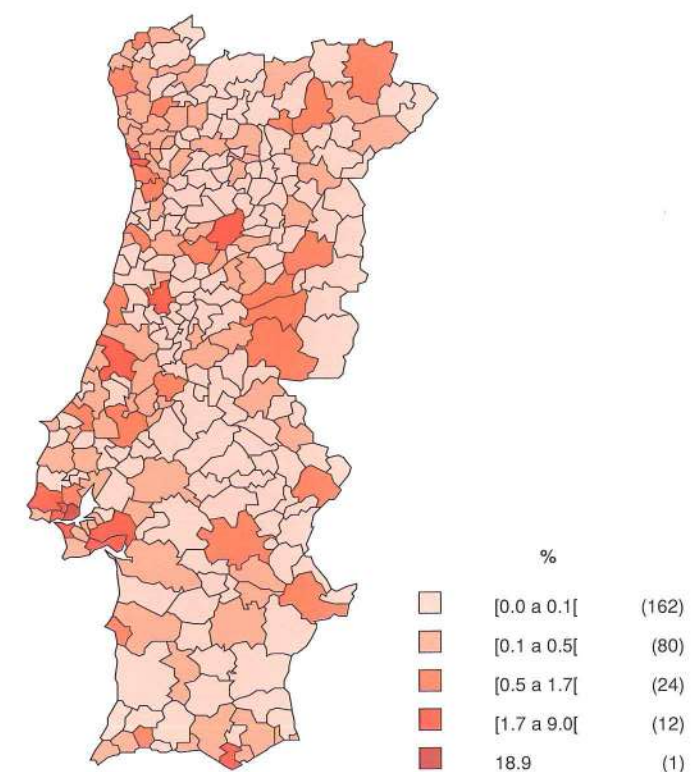
Os índices apresentados são o quociente e o valor de cada indicador para o município e o valor médio do mesmo indicador para o conjunto de todos os municípios. Assim, o Índice Médio para as cidades toma o valor 1.00, e todos os restantes se situam numa escala relativa, acima ou abaixo da média. As figuras 6 e 7 reproduzem graficamente estas relações.

Mapa S68 Investimento total apoiado pelo FEDER



Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação da DGDR, 1996).

Mapa I90 **Peso concelho dos incentivos no âmbito do PIDDAC, em relação ao total do Continente (1993/94)**



Fonte: Ministério da Economia.

6. Ainda que a capacidade técnica e institucional das autarquias se apresente muito variável, é mais relevante nos municípios do litoral Norte e Centro e do Alentejo

O apetrechamento técnico e a capacidade institucional da autarquia, medidos pelo peso relativo de técnicos superiores no conjunto de pessoal da autarquia e pelo envolvimento e participação da autarquia em novos figurinos organizativos de âmbito municipal e intermunicipal, constituem indicadores que contribuem para a leitura da dinâmica actual e potencial nos concelhos que correspondem às cidades objecto do Estudo.

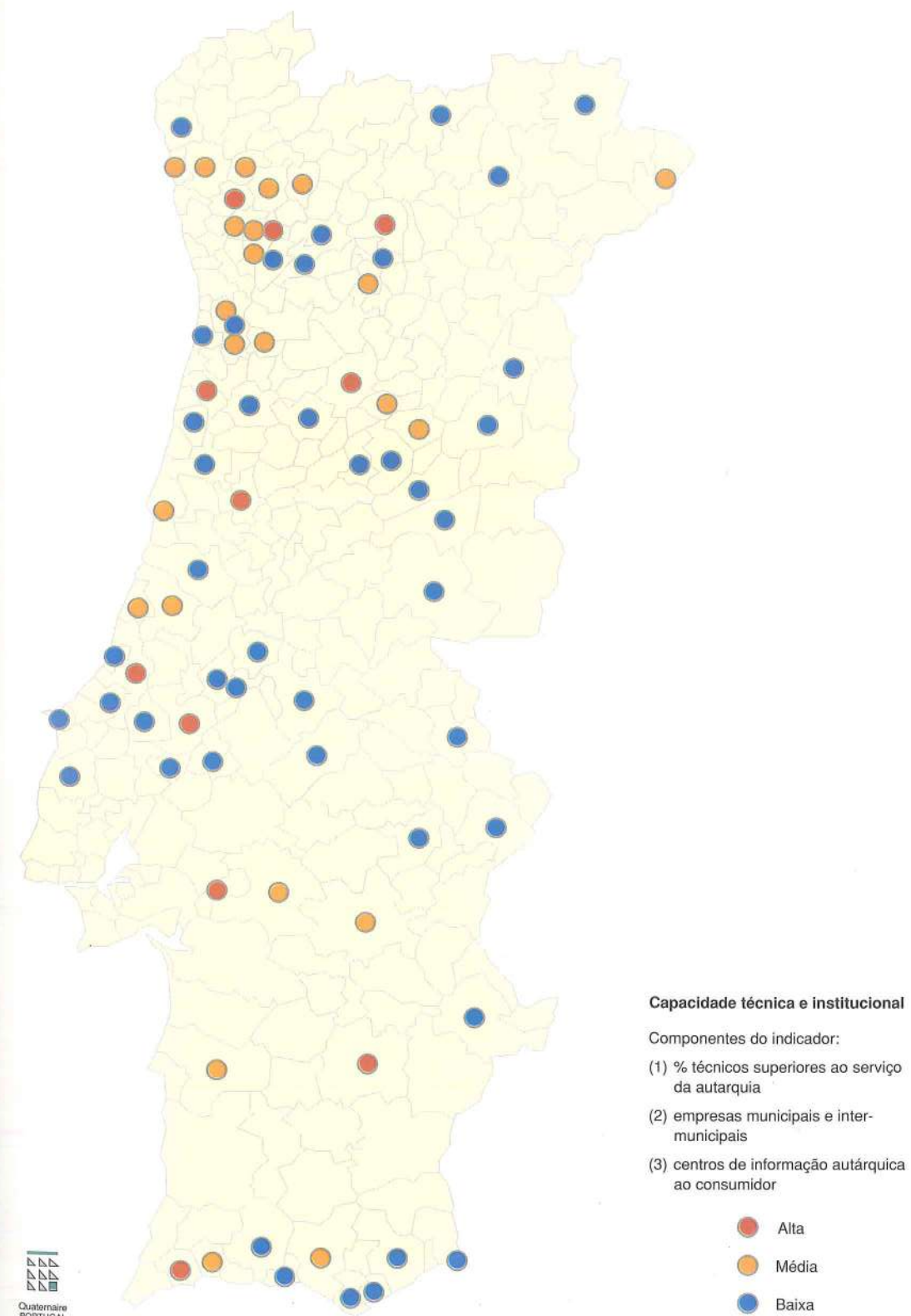
A situação representada pelos dois indicadores anteriormente referidos, apresenta-se muito diversa e está dependente de modelos de organização e de gestão próprios de cada Câmara Municipal, sem que se possam extrair da sua análise grandes conclusões e tendências de conjunto.

Quanto ao indicador referente ao peso de técnicos superiores no total de pessoal da autarquia, incluem-se nesta categoria a maioria das cidades de maior dimensão, quer com estatuto de sede de distrito, casos de Coimbra, Viseu, Leiria, Santarém, Beja, Vila Real, Aveiro, Évora e Braga, quer outras cidades relevantes, como Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Figueira da Foz, Marinha Grande, Lagos. Porém, no grupo de cidades em que o indicador em análise apresenta valores inferiores à média, integram-se também cidades relevantes no plano nacional, como são Castelo Branco, Faro, Portalegre, Guarda, Bragança, Viana do Castelo, todas elas com estatuto de sedes de distrito, e ainda outras, como S. João da Madeira, Covilhã, Tomar, Caldas da Rainha, Albufeira, Loulé, Portimão, etc.

Por outro lado, no que diz respeito ao indicador número de ocorrências de Centros de Informação e de Apoio ao Consumidor, empresas municipais e empresas intermunicipais, a conclusão que é possível extrair vai no sentido da pouca expressão que este tipo de acontecimentos tem na generalidade dos concelhos estudados, destacando-se, apenas, as situações de Coimbra, Aveiro, Alcobaça e Loulé.

Em síntese, pode dizer-se que a capacidade técnica e institucional das autarquias é muito diversificada e corresponde a lógicas de organização e de gestão próprias, não sendo possível extrair grandes tendências e conclusões. No entanto, e conforme pode ser visualizado no mapa respectivo, as cidades que, deste ponto de vista, apresentam um melhor posicionamento, estão localizadas nas áreas do litoral Norte e Centro e no Alentejo. Pelo contrário, é no litoral algarvio, nas zonas mais interiores das regiões Norte e Centro e no Médio Tejo, que ocorrem mais frequentemente situações de cidades portadoras de menor capacidade técnica e institucional das suas autarquias, de acordo com o ponto de vista expresso pelos indicadores seleccionados.

Mapa S69 Dinâmica autárquica/capacidade técnica e institucional

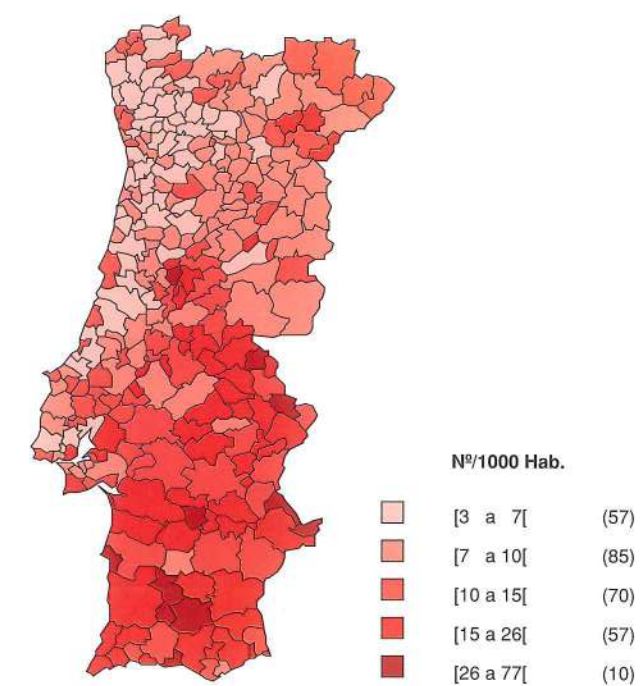


Quaternaire
PORTUGAL

Fonte: Quaternaire Portugal (a partir de informação da DGAA, 1995).

Mapa I91

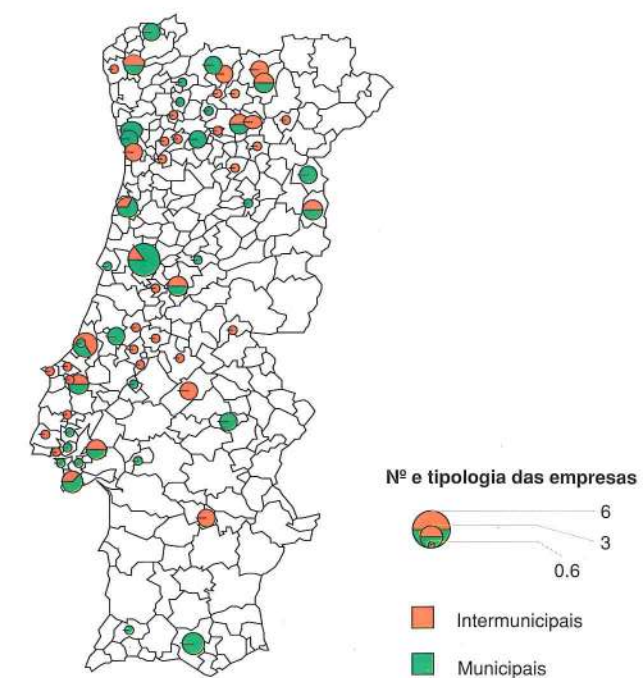
Pessoal ao serviço das autarquias,
por 1000 habitantes e por concelho (1994)



Fonte: DGAA, 1995.

Mapa I92

Empresas municipais e intermunicipais,
por concelho (1993)



Fonte: DGAA, 1995.

Dinâmica Institucional e Autárquica: Nota Metodológica

A análise realizada neste ponto, organiza-se em torno de dois temas diferentes mas articuláveis, que designamos por dinâmica institucional e, no segundo caso, por dinâmica autárquica.

No tema da dinâmica institucional, procedeu-se à leitura, para os concelhos das cidades objecto do Estudo, da tipologia de serviços presentes, de natureza pública e privada, nomeadamente nos domínios administrativo, económico e da formação, da sua concentração e, consequentemente, da riqueza do tecido institucional presente em cada uma das cidades.

A informação utilizada foi fornecida pelos diversos Ministérios responsáveis por organismos da Administração Central, por Associações Empresariais, nomeadamente a AI Portuense e a AI Portuguesa, pela Direcção-Geral da Administração Autárquica (Associações de Municípios), pela Associação Animar (associações e agências para o desenvolvimento), pelo IAPMEI e pelo IIEP (estruturas de apoio tecnológico e formação profissional).

Por seu lado, o tema da dinâmica autárquica foi tratado segundo três perspectivas, ou seja, analisando:

- a) as despesas de capital (do ponto de vista das suas captações e do peso relativo sobre a despesa total, utilizando informação da Direcção-Geral da Administração Autárquica sobre as finanças municipais);
- b) a capacidade de geração autónoma de receitas (mesma fonte) e de acesso ao FEDER (informação da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional);
- c) a capacidade técnica e organizativa das autarquias correspondentes às cidades que constituem o objecto do Estudo, utilizando como indicadores a existência de Centros de Informação Autárquica ao Consumidor e de Empresas Municipais ou Intermunicipais e, ainda, a proporção de técnicos superiores no conjunto de pessoal ao serviço nas autarquias. Toda a informação foi retirada da publicação "Administração Local em Números, 1995", da Direcção-Geral da Administração Autárquica.

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE SÍNTESE DAS CIDADES

Quadro 29 Legenda do quadro da avaliação síntese das cidades

CIDADES COM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE	
V.1.1.	Cidades de pequena dimensão com estrutura etária envelhecida
V.1.2	Cidades de pequena dimensão com dinâmicas demográficas médias
V.2.1.	Nível de acessibilidade das cidades mau
V.2.2	Nível de acessibilidade das cidades medíocre
V.3.1	Situação ambiental desfavorável relativamente ao recurso água
V.3.2	Níveis de poluição ambiental mais elevados
V.4.1	Problemas de exclusão intensos relativamente aos idosos
V.4.2	Problemas de exclusão intensos relativamente à habitação
V.4.3	Problemas de exclusão intensos relativamente ao mercado de trabalho
V.4.4	Problemas de exclusão intensos relativamente à juventude
V.5.1	Monoespecialização na construção civil
V.5.2	Monoespecialização industrial forte, associada a desemprego e fraca dinâmica de criação de emprego
V.5.3	Monoespecialização no emprego maioritariamente público
V.5.4	Monoespecialização no turismo
V.5.5	Níveis de qualificação da população activa muito baixos
V.5.6	Percentagens de população residente com ensino médio e superior mais baixas
V.6	Situação má nas taxas de escolarização do ensino pré-primário e/ou do 3º ciclo e secundário
V.7.1	Índices mais baixos de qualidade de vida no domínio da saúde
V.7.2	Índices mais baixos de qualidade de vida no domínio da habitação
V.7.3	Índices mais baixos de qualidade de vida no domínio da cultura
V.7.4	Índices mais baixos de qualidade de vida no domínio do desporto
V.7.5	Índices mais baixos de qualidade de vida no domínio do consumo
V.8	Dinâmica institucional fraca
V.9	Capitação de investimento (público/privado) participado pelo FEDER mais baixa
CIDADES EM SITUAÇÃO FAVORÁVEL DE COMPETITIVIDADE	
C.1.1	Cidades com cerca de 100 mil habitantes, com dinâmica demográfica forte e estrutura etária jovem
C.1.2	Cidades com dimensão populacional (entre 20 mil e 80 mil habitantes), com dinâmica demográfica forte e estrutura etária jovem
C.1.3	Cidades de média dimensão entre 20 mil e 100 mil habitantes, com indicadores demográficos intermédios (dinâmica e estrutura etária)
C.1.4	Cidades com dimensão entre 20 mil e os 80 mil habitantes, com dinâmica demográfica média ou estrutura etária média
C.1.5	Cidades com dimensão entre 10 mil e os 20 mil habitantes, com dinâmica demográfica forte e estrutura etária jovem
C.2.1	Nível de acessibilidade das cidades muito bom
C.2.2	Nível de acessibilidade das cidades bom
C.3	Cidades inseridas em territórios com elevado valor ambiental
C.5.1	Cidades competitivas em função de dinâmicas de criação de emprego fortes
C.5.2	Cidades competitivas em função de níveis de investimento e qualificação elevados
C.6.1	Dinâmicas de ensino superior e de investigação elevadas
C.6.2	Dinâmicas de ensino superior e de investigação razoáveis
C.7.1	Índices elevados de qualidade de vida no domínio da saúde
C.7.2	Índices elevados de qualidade de vida no domínio da habitação
C.7.3	Índices elevados de qualidade de vida no domínio da cultura
C.7.4	Índices elevados de qualidade de vida no domínio do desporto
C.7.5	Índices elevados de qualidade de vida no domínio do consumo
C.8	Dinâmica institucional significativa
C.9	Capitação de investimento (público/privado) participado pelo FEDER mais elevada

[illegible]

INTEGRAÇÃO DO SISTEMA URBANO NACIONAL
NO SISTEMA URBANO IBÉRICO E EUROPEU

O presente capítulo trata, em síntese, o enquadramento do sistema urbano nacional no quadro dos sistemas europeu e peninsular, enunciando as principais dinâmicas existentes e potenciais, e ainda algumas linhas de orientação no sentido da melhor integração territorial da Península no processo de ordenamento do território europeu.

Deste ponto de vista, o Estudo tem presente, na leitura que produz sobre o sistema urbano nacional, uma dimensão mais alargada da compreensão e do posicionamento desse sistema urbano face a dinâmicas em curso no País vizinho, não exclusivamente em relação às áreas de fronteira mas também em relação às áreas mais dinâmicas do território espanhol.

Conscientes da vastidão e da complexidade do tema, que em si constituiria objecto de um estudo específico, o exercício que se ensaia neste ponto tem de ser encarado como abordagem geral, construída a partir da recolha e da síntese de trabalhos já produzidos (vide referência bibliográfica no final), nos termos que serão referenciados, ao longo do texto.

1. Sistema urbano europeu – breve caracterização e dinâmicas

A urbanização manifesta-se em todos os países da União Europeia, conhecendo as cidades do Sul, ao longo dos últimos anos, um ritmo de crescimento mais forte, dando continuidade a dinâmicas idênticas já anteriormente registadas nas aglomerações urbanas do Norte da Europa. Esta dinâmica de crescimento mais recente a Sul justifica-se, sobretudo, pelo êxodo das regiões rurais, em virtude da supressão significativa de empregos do sector agrícola, e por outro, pelos crescimentos naturais, dadas as elevadas taxas de natalidade desta metrópole de estruturas etárias jovens.

Em 1992, cerca de 79% da população da União Europeia vivia em zonas urbanas, sendo as cidades de maior dimensão as que registaram ritmos de crescimento mais acelerados nos últimos anos.

A paisagem urbana da União Europeia apresenta-se, no entanto, com desequilíbrios internos importantes, caracterizando-se por uma grande concentração de centros dinâmicos muito próximos e bem conectados entre si no centro da Europa, e uma situação de rarefacção em regiões geograficamente periféricas como o Sudoeste, em que a densidade de centros importantes e a sua proximidade são muito menores.

De acordo com trabalhos produzidos (Equipa Paris – “Le poids économique des villes dans le système urbain européen”), a população distribui-se de forma muito desigual pelos diferentes aglomerados urbanos. No território da União Europeia, acrescentado da Suíça, existem duas cidades com 8 a 9 milhões de pessoas, doze em que a população se situa entre os 2 e os 5 milhões, treze entre 1 e 2 milhões, trinta cidades entre os 500 mil habitantes e o milhão, e cerca de cem cidades com população compreendida entre 200 mil e os 500 mil habitantes.

De entre o conjunto de metrópoles europeias, as principais funções de charneira, de interme-

dição entre o espaço da União Europeia e a economia mundial, são, sobretudo, protagonizadas por cidades que associam uma situação determinante do ponto de vista económico e de poder territorial, político e administrativo que lhes é conferido pela sua situação de capital, casos de Londres, Paris e de Madrid. Noutros casos, essa função de intermediação fundamenta-se no poderio económico e no papel de estruturação de sistemas territoriais e urbanos alargados, casos de Frankfurt e de Milão.

Na ordenação europeia das cidades por dimensão de população, e considerando os escalões anteriormente referidos, surgem representadas duas cidades portuguesas, ocupando Lisboa a 13ª posição e o Porto a 29ª (F. Moriconi, Geopolis). Lisboa e Porto constituem, assim, as duas aglomerações urbanas relevantes do País com peso para desempenharem os principais papéis de intermediação entre os espaços nacional e internacional.

A estas posições relativas em matéria de peso demográfico correspondem outras posições mais modestas do ponto de vista de outro conjunto de indicadores, como a distribuição do PIB por habitante, a função universitária das cidades europeias, a função investigação nas cidades com mais de 200 000 habitantes, os fluxos aéreos e ferroviários e ainda a localização de sedes sociais de filiais, quer do conjunto das 300 maiores empresas do mundo, quer do conjunto das 300 maiores empresas europeias.

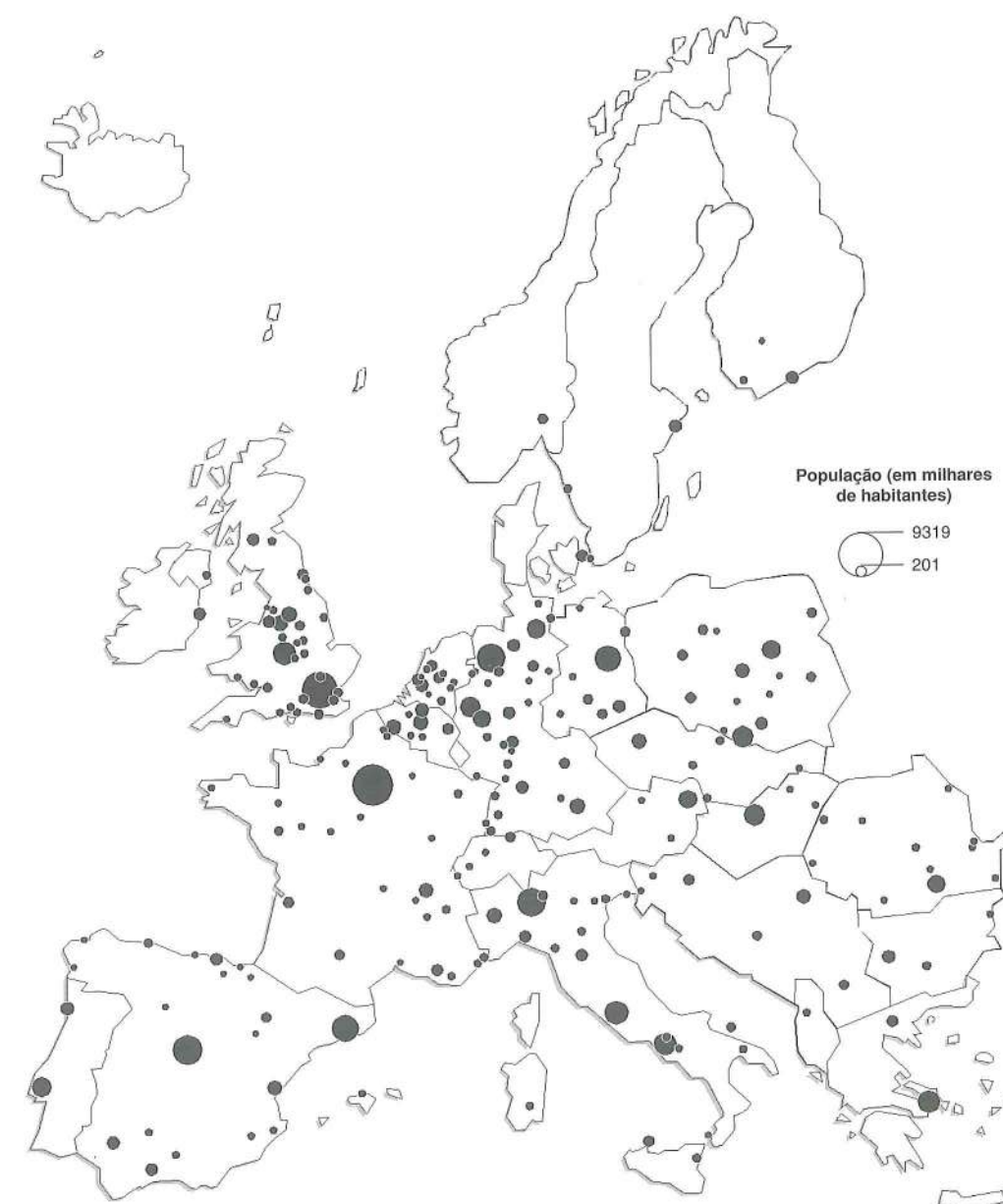
Do ponto de vista do capital de recursos, do poder económico e dos fluxos, as aglomerações mais representativas do sistema urbano português ocupam posições secundárias no contexto do sistema urbano europeu, situação que é agravada pela posição geográfica excêntrica que possuem relativamente aos centros urbanos motores do desenvolvimento situados na Europa Central, condição que tenderá a ser agravada com o alargamento da União Europeia a Leste.

A concorrência entre cidades disputa-se, cada vez mais, em torno da capacidade que possuem para atrair e fixar, de forma selectiva, actividades e iniciativas, recursos humanos qualificados, equipamentos, capitais, informação.

Uma condição decisiva, na conjuntura actual, para ultrapassar positivamente a situação de concorrência em que as cidades se encontram, passa pela existência de economias externas, que são decisivas para a atracção de investimento e a instalação de iniciativas empresariais. A crescente internacionalização da economia, o progresso tecnológico, a maior sofisticação dos produtos, a diminuição da produção em massa e a relevância crescente de produções personalizadas e de pequenas séries, a emergência de modelos de gestão empresarial que valorizam novos conceitos como o "just in time", levam a que as actividades se estabeleçam nos locais considerados mais eficientes, ou seja, que sejam possuidores de grande acessibilidade, de boa dotação infraestrutural e de equipamentos, de recursos humanos qualificados, e onde existam serviços às populações e às empresas, nos domínios sócio-cultural e económico.

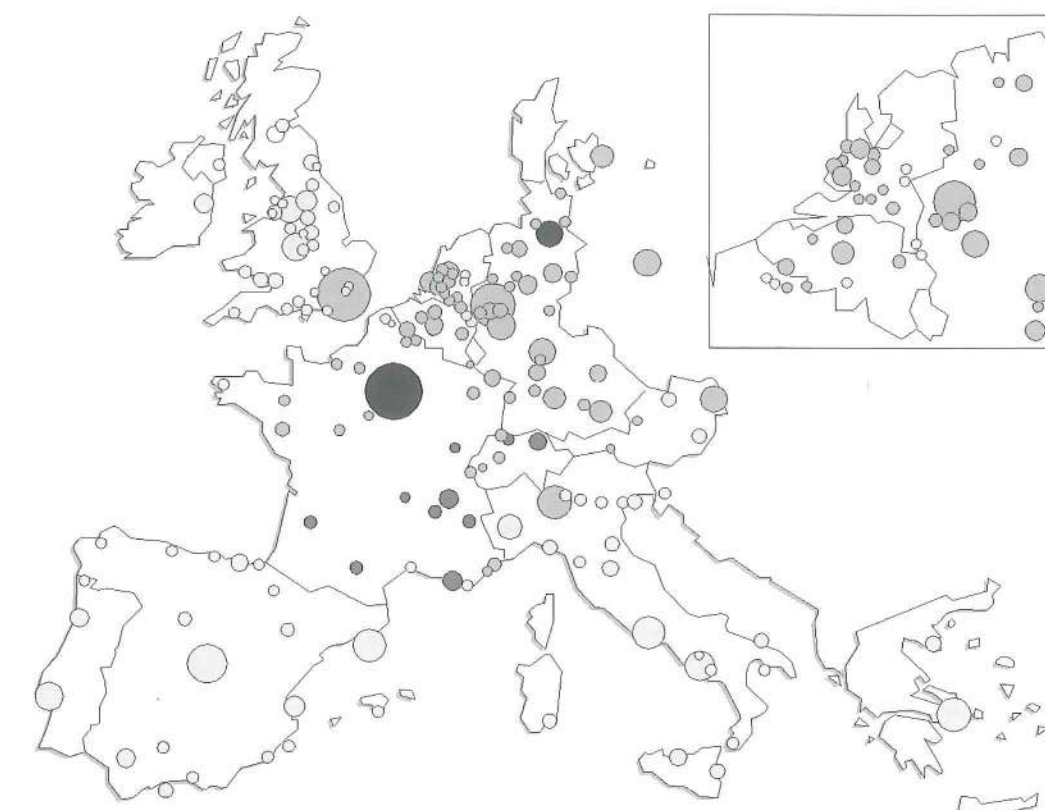
A observação dos indicadores anteriormente apresentados, e a posição que as aglomerações urbanas mais representativas do Sistema Urbano Nacional neles ocupam, evidencia debilidades competitivas, limitações para o desempenho de funções de intermediação e, consequentemente, uma posição marginal no contexto da competição entre as principais cidades do espaço europeu.

Figura 8 População dos aglomerados com mais de 200.000 habitantes em 1990



Fonte: Sallez, Allain, "Les Villes, Lieux d'Europe", Éditions L'Aube, pg. 21, 1993.

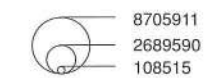
Figura 9 Produto interno bruto por habitante (1986)



Produto interno bruto por habitante
(em milhares de ecus)



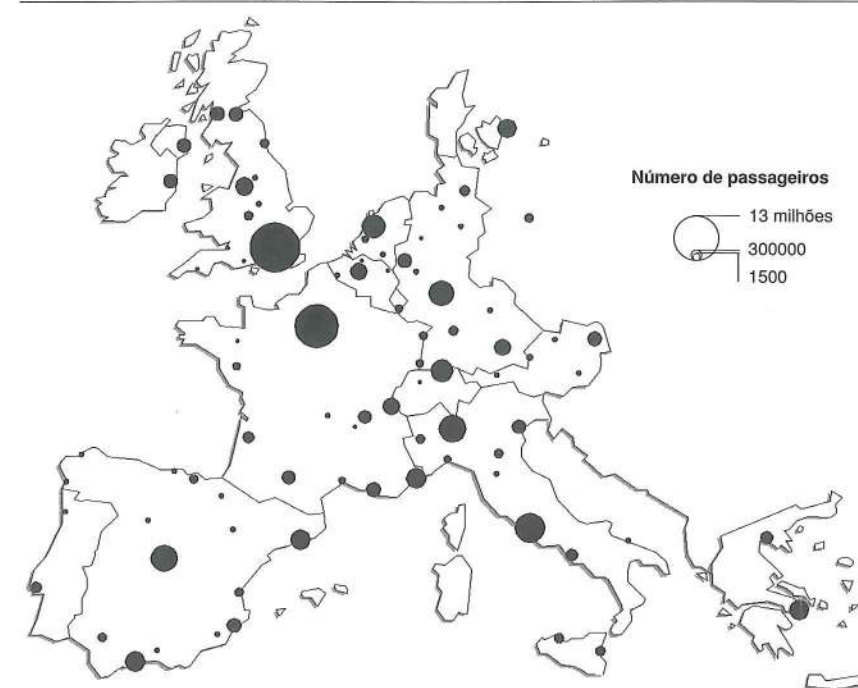
População das cidades em 1980



Fonte: Salles, Allain, "Les Villes, Lieux d'Europe", Éditions L'Aube, pg. 26, 1993.

Figura 10

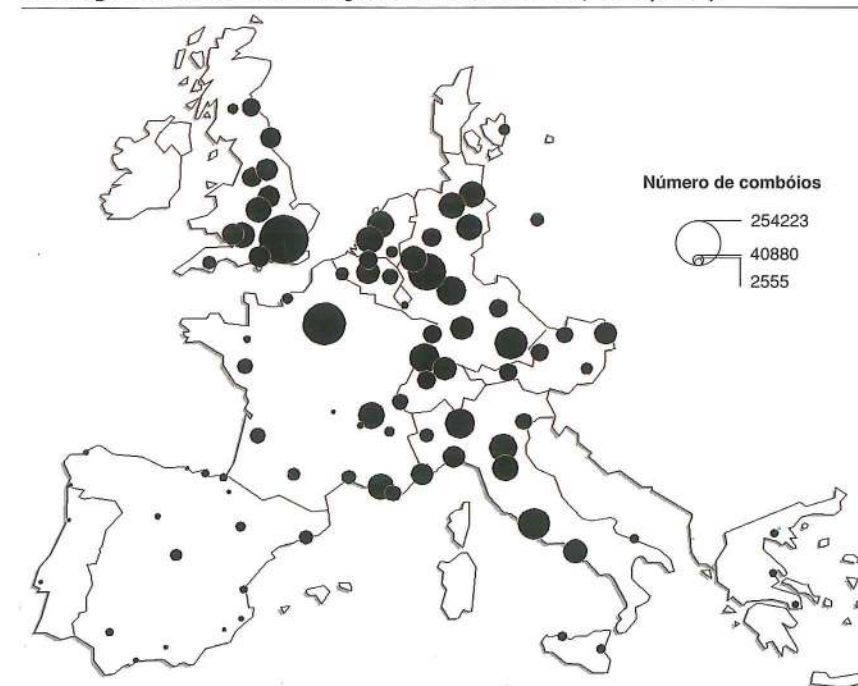
O tráfego aéreo com o conjunto das cidades europeias (1992)



Fonte: Salles, Allain, "Les Villes, Lieux d'Europe", Edições L'Aube, pg. 34, 1993.

Figura 11

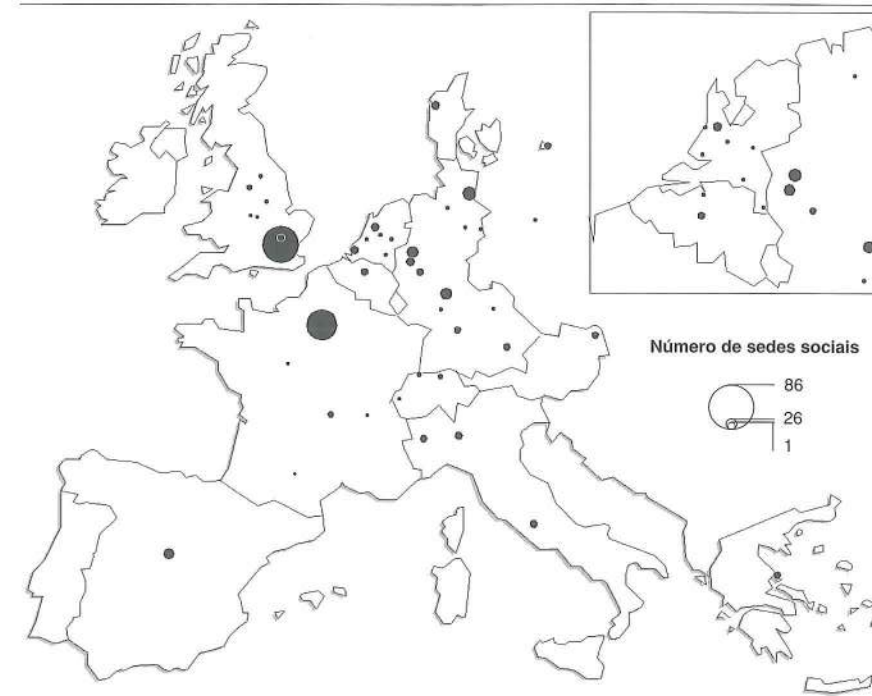
O tráfego ferroviário com o conjunto das cidades europeias (1992)



Fonte: Salles, Allain, "Les Villes, Lieux d'Europe", Edições L'Aube, pg. 35, 1993.

Figura 12

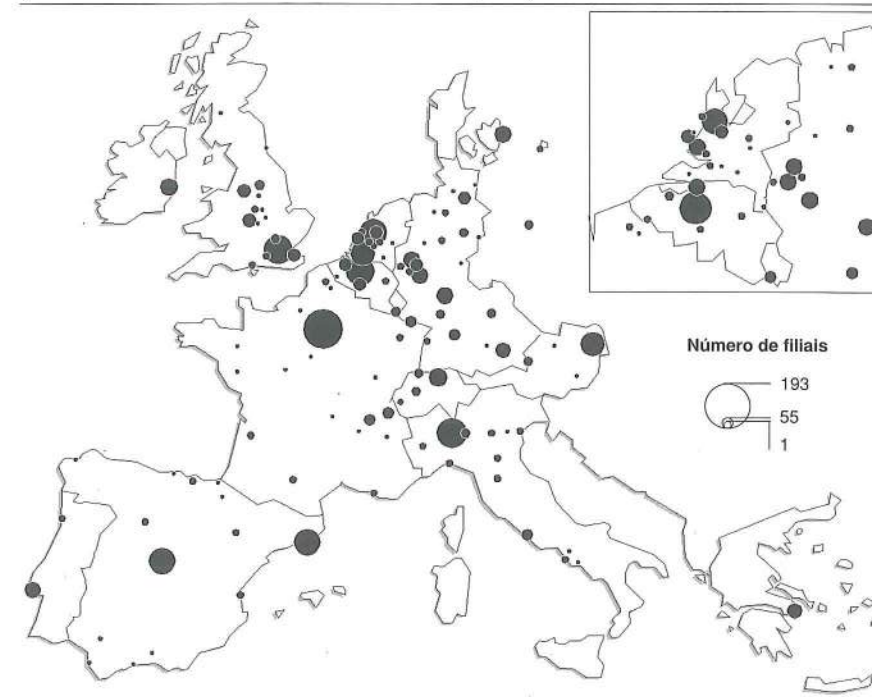
As empresas multinacionais europeias (1990/92)
(número de sedes sociais das 300 maiores empresas)



Fonte: Sallez, Allain, "Les Villes, Lieux d'Europe", Éditions L'Aube, pg. 38, 1993.

Figura 13

As empresas multinacionais europeias (1990/92)
(Sedes sociais das filiais de uma amostra das 300 maiores empresas)



Fonte: Sallez, Allain, "Les Villes, Lieux d'Europe", Éditions L'Aube, pg. 39, 1993.

2. Principais espaços e dinâmicas urbanas em território espanhol e principais articulações com o sistema urbano português

O reforço das posições de Portugal no quadro do esquema de ordenamento e de desenvolvimento do espaço comunitário passa pela melhor articulação e integração de dinâmicas urbanas e territoriais do espaço peninsular. Este reforço, se é de inquestionável importância para o espaço português, não deixa também de ser importante para a vizinha Espanha e particularmente para algumas das suas regiões, do ponto de vista da integração positiva da Península Ibérica nas dinâmicas actuais e futuras de desenvolvimento da União Europeia, principalmente no cenário de alargamento tendencial a Leste.

Os principais espaços urbanos dinâmicos espanhóis são, em síntese, os seguintes (*Jean Pierre Charrié, Pierre Laborde, Precado Ledo e Rodriguez Pose, Lopez Trigal, Jayme del Castillo in "L' Ibérie Atlantique"*):

- a Comunidade Urbana de Madrid, compreendendo as cidades de Toledo e de Guadalajara, portadora de uma localização geo-estratégica central no plano ibérico, constitui a principal aglomeração do Sudoeste da Europa e afirma-se como um importante espaço de intermediação com outros espaços europeus e internacionais, nomeadamente com a América Latina;
- o Eixo Mediterrânico, portador de forte dinâmica económica, que se organiza em torno das cidades de Barcelona, Gerona e Tarragona, Valência e Castellon e ainda, mais a Sul, Múrcia e Alicante;
- Sevilha, principal centro da Andaluzia e uma das principais cidades do sistema urbano espanhol;
- o Sistema Cantábrico, compreendendo o eixo Santander, Bilbao, S. Sebastian, predominantemente conectado com o País Basco francês e com a região da Aquitânia, e o eixo asturiano, organizado por Gijon, Avilés e Oviedo; trata-se de um sistema com um tecido industrial significativo, estruturado por um conjunto de sectores económicos em situação de reconversão (siderurgia, indústria extractiva), e cujo futuro, ainda que incerto, se afigura potencialmente mais favorável no que se refere ao eixo dinamizado por Bilbao;
- o denominado "Corredor do Ebro", em processo de consolidação, que assenta na dinâmica de cidades como Logroño e Saragoça, surge como um vector de articulação entre o sistema Cantábrico e o Eixo Mediterrânico;
- o sistema urbano Galego, organizado no Noroeste espanhol em torno da dinâmica das cidades de Vigo e Pontevedra, Santiago de Compostela e Corunha, em fase de consolidação, que poderá ser significativamente reforçado pela realização e acolhimento de iniciativas relevantes a médio prazo (Ano Jacobeo-2000, Capital Europeia da Cultura) por parte da cidade de Santiago de Compostela; o sistema urbano galego integra um sistema urbano mais alargado, definido pelo conjunto das cidades do Eixo Atlântico que envolve, além de outras cidades galegas, as principais cidades da região Norte de Portugal;

- Valladolid, principal cidade do sistema urbano castelhano-leonês, disfruta de uma posição geo-estratégica importante no cruzamento de vários eixos de comunicação entre o Norte e o Sul de Espanha e entre Portugal e a fronteira com França.

Conforme se viu no ponto anterior, a margem de manobra associada à participação das principais aglomerações urbanas nacionais nas dinâmicas do sistema urbano europeu e internacional é, assim, reduzida, surgindo, em vários cenários prospectivos traçados, a possibilidade de essa participação ser assegurada, em articulação e no prolongamento das dinâmicas de Madrid e do Eixo Mediterrânico, que incorpora, em território espanhol, as cidades de Barcelona e Valência. Deste modo, e perante as dinâmicas urbanas mais relevantes que se evidenciam no território espanhol (Comunidade Urbana de Madrid, Eixo Mediterrânico e Sistema Cantábrico), a integração e consolidação do sistema urbano ibérico, visto a partir do sistema urbano português, coloca-se, basicamente, em dois planos distintos: aquele que é (ou pode vir a ser) protagonizado pelas duas principais aglomerações urbanas nacionais, Lisboa e Porto, numa perspectiva ibérica e europeia; o que é protagonizado por um conjunto de cidades de média dimensão segundo lógicas de integração regional e transfronteiriça.

3. A margem de manobra das aglomerações de Lisboa e Porto

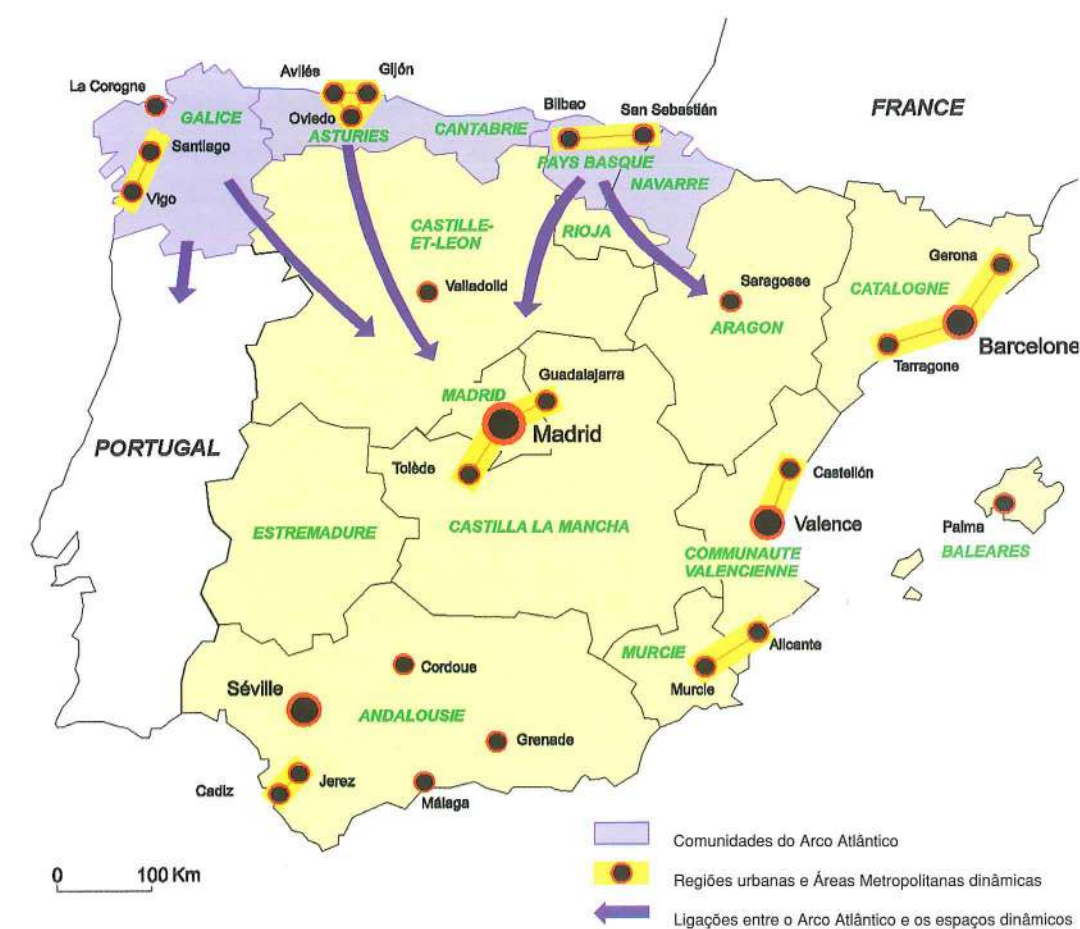
Deste ponto de vista, a aglomeração urbana de Lisboa, pela sua condição de capital, pela melhor posição de partida que apresenta em matéria de indicadores de capital de recursos, de poder económico e de geração de fluxos, pelas dinâmicas recentes (capital europeia da cultura) e emergentes (Expo 98), pelo esforço de investimento público que tem sido efectuado ao longo dos últimos anos em matéria de dotação infraestrutural e de equipamentos, pela sua posição geo-estratégica, nomeadamente no relacionamento privilegiado com África, apresenta-se à partida, com maiores condições para participar de forma activa e para se inserir positivamente no sistema urbano do Sudoeste e, consequentemente, no sistema urbano europeu. Deste ponto de vista, parece importante a sua aproximação e concertação com Madrid, jogando o seu estatuto de capital europeia, e com as cidades de Barcelona, Valência e Sevilha, enquanto portas de acesso às dinâmicas das cidades do Mediterrâneo situadas, no Sul de França e no Norte de Itália.

A posição do Porto aparece mais fragilizada e as possibilidades de participação em posição relevante nas dinâmicas do sistema urbano do Sudoeste e da Europa são claramente mais reduzidas, apesar do seu peso demográfico possuir algum significado no espaço europeu, e de constituir o centro de um território com forte tradição empresarial e industrial. Apresenta, no entanto, um conjunto de condicionantes que poderão ser decisivas no estreitar da margem de manobra da cidade nesta matéria. Referem-se a título ilustrativo as seguintes:

- a situação de dificuldade e de reajustamento estrutural da base económica da região, e o seu tipo de actividades e de produtos mais representativos apresentam características de produtos maduros, em fim de ciclo, com potencial de crescimento e de valor acrescentado limitado;
- a posição menos privilegiada, ou mesmo de desfavorecimento, que a cidade apresenta em domínios tão importantes como a formação superior, a função de investigação, o investimento directo estrangeiro, a localização de sedes de empresas multinacionais, a menor capacidade de atracção de iniciativas;
- recursos humanos e organizativos limitados para o desenvolvimento de grandes projectos;
- a falta de aposta e de investimento por parte dos poderes públicos centrais em iniciativas e projectos infraestruturais e de equipamento de nível internacional;
- o enfraquecimento de dinâmicas tradicionais de relacionamento com outros espaços internacionais fora da União Europeia, decorrente do processo de integração europeia em curso;
- a debilidade das dinâmicas de concertação estratégica entre os principais agentes metropolitanos em favor do desenvolvimento e da promoção desta aglomeração urbana.

Perante este quadro de situação, as oportunidades que se abrem ao Porto para se inserir positivamente nas dinâmicas do sistema urbano do Sudoeste e da Europa passam, por um lado, pela sua capacidade em estruturar o sistema urbano do Noroeste peninsular (para o que uma ligação ferroviária eficaz do Porto à Galiza assume uma importância decisiva), por manter e reforçar ligações importantes de natureza económica com a Catalunha (dinâmica que poderá sair reforçada se a acessibilidade a este espaço integrar o corredor do Ebro via Valladolid) e, por outro lado, pela concertação de posições com Lisboa, de forma a beneficiar da inserção da capital em espaços mais competitivos do sistema urbano europeu. Finalmente, parece importante procurar readquirir algumas posições ao nível do relacionamento com espaços do outro lado do Atlântico e, particularmente, com o Brasil.

Figura 14 O Arco Atlântico e os espaços urbanos dinâmicos espanhóis



Fonte: Labourde, Pierre, "L'Ibérie Atlantique", Éditions L'Aube, pg. 101, 1996.

4. As oportunidades que se abrem em matéria de cooperação inter-regional e transfronteiriça a partir das cidades de média dimensão

Os espaços de concertação e de cooperação inter-regional e urbana que se colocam actualmente com potencial de afirmação, com papel relevante do ponto de vista da valorização e desenvolvimento de espaços regionais e de centros urbanos de média dimensão de âmbito transfronteiriço são os que se apresentam, em síntese, de seguida:

- o espaço de cooperação do Noroeste peninsular, organizado a partir das cidades mais importantes do Norte de Portugal e da Galiza, que constitui, ao longo da fronteira luso-espanhola, o espaço mais relevante de cooperação. De facto, este espaço constitui a área de fronteira mais densamente povoada, onde se localizam os centros urbanos mais dinâmicos e onde, a práticas enraizadas de intercâmbio se associam dinâmicas de cooperação inter-institucional, como são as da Comunidade de Trabalho Região do Norte-Galiza e a da Associação das Cidades do Eixo Atlântico. A consolidação deste espaço de cooperação inter-regional e transfronteiriço configura um objectivo importante do ponto de vista da coesão do território peninsular e do ordenamento do espaço do Sudoeste europeu;
- a dinâmica de cooperação transfronteiriça, em torno de cidades como Chaves e Orense, que será favorecida a partir do quadro de acessibilidades previsto a médio prazo (rede de auto-estradas da Galiza), em torno de domínios como o turismo e o termalismo, aproveitando os importantes recursos aquíferos que a região possui;
- a dinâmica de cooperação transfronteiriça que, em termos potenciais, pode ser configurada a partir da interacção entre as cidades de Bragança, Miranda do Douro e Zamora, a partir da qual será possível reforçar a integração dos territórios periféricos do Nordeste transmontano e da Província de Zamora;
- o conjunto de municípios que, de um e de outro lado da fronteira, integram o vale do rio Douro e partilham um potencial de cooperação importante em matéria de navegabilidade, património natural, gestão de recursos hídricos, turismo;
- as dinâmicas institucionais em curso entre as regiões Norte, e principalmente Centro de Portugal e Castela e Leão, organizadas fundamentalmente em torno das relações entre as cidades de Coimbra e de Valladolid e no quadro de processos de cooperação mais alargados, como é o das regiões do Arco Atlântico;
- o eixo Aveiro, Viseu, Guarda, Salamanca, configurado em torno da acessibilidade que o IP 5 permite e da aproximação que introduziu do ponto de vista da distância-tempo entre estas cidades;
- Castelo Branco/Monfortinho e o triângulo turístico de Castelo de Vide/Marvão/Portalegre;
- o espaço de cooperação organizado em torno de práticas de relacionamento transfronteiriço entre Elvas e Badajoz e o seu potencial alargamento aos espaços configurados pelas cidades de Cáceres e, eventualmente, de Portalegre, no âmbito do quadro de cooperação interinstitucional protagonizada pelas regiões do Alentejo e da Estremadura;

- as dinâmicas de cooperação a consolidar entre o Sotavento algarvio e cidades como Ayamonte e Huelva do ponto de vista da valorização do potencial turístico que apresentam.

5. Conclusões

Perante o quadro de situação anteriormente apresentado, e do ponto de vista do reforço das condições de participação e integração do sistema urbano nacional nos sistemas urbanos peninsular e europeu, colocam-se alguns desafios decisivos que, em síntese, se apresentam de seguida:

- o reforço das aglomerações metropolitanas de Lisboa e Porto, as aglomerações urbanas melhor colocadas para protagonizar papéis de intermediação do País com o exterior e de assegurar a sua inserção nas dinâmicas da economia europeia e internacional. São estes os centros nacionais com maior capacidade de atracção e de fixação de fluxos, de iniciativa e de recursos indispensáveis ao desenvolvimento;
- a qualificação e estruturação dos contínuos urbanos existente nas faixas litorais ocidental e sul, de forma a controlar e resolver os problemas associados ao seu rápido e desordenado crescimento e a conter efeitos de polarização excessiva das aglomerações metropolitanas de Lisboa e do Porto;
- a dinamização dos centros urbanos localizados nas *áreas em perda*, enquanto última oportunidade para manter social e economicamente activas as regiões mais desfavorecidas do País;
- assegurar, do ponto de vista funcional, a coesão do sistema urbano, na medida em que o papel de internacionalização que pode ser jogado pelas Áreas Metropolitanas exige uma adequada integração territorial com os restantes centros de menor dimensão e, particularmente, com aqueles que lhe são mais próximos (responsáveis por grande parte da base de sustentação económica dessas metrópoles); por outro lado, a difusão de efeitos positivos das dinâmicas de internacionalização sobre as restantes partes do território só se fará se essa integração for uma realidade; finalmente, o estabelecimento de redes de concertação e de cooperação entre centros urbanos das regiões de fronteira, aproveitando as novas condições de acessibilidade que o País conhece e a melhoria de acessibilidades ao exterior, constituem uma condição favorável à afirmação de dinâmicas emergentes, particularmente nos centros urbanos das regiões interiores.

CENÁRIO PROSPECTIVO DO SISTEMA URBANO

1. Princípios gerais e quadro de referência conceptual

Depois das diversas leituras temáticas do território e do conjunto de cidades, bem como da sua inserção no sistema urbano europeu, começa a desenhar-se um cenário prospectivo de Sistema Urbano Nacional.

O cenário prospectivo de Sistema Urbano Nacional é construído a partir de um conjunto de princípios gerais, que são:

- assumir as cidades como centros estruturadores e indutores de desenvolvimento de territórios alargados – *cidade-âncora*;
- atribuir às cidades o protagonismo de processos de internacionalização urbanos e territoriais – *cidade-porta*;
- reforçar lógicas de articulação e de concertação urbana face a lógicas de hierarquização de centros urbanos;
- incorporar vectores estratégicos induzidos por dinâmicas de relacionamento transfronteiriço;
- definir um Sistema Urbano Nacional integrando os sistemas urbanos que estruturam espaços regionais com lógicas de desenvolvimento convergentes;
- assegurar a inversão das actuais tendências de desagregação do espaço nacional e, simultaneamente, apostar na integração das dinâmicas urbanas nas lógicas de organização de espaços concertados e em redes ao nível europeu.

Na descrição do cenário é utilizado um quadro de referência conceptual que a seguir se apresenta:

Eixo de cidades: conjunto de 2 ou mais centros urbanos, com uma distribuição espacial linear, não implicando necessariamente continuidade física urbana, que assumem ou pressupõem lógicas de organização espacial complementares e concertadas, geradoras de sinergias e externalidades, e que articulam um território de proximidade comum.

Rede de cidades: conjunto de 3 ou mais centros urbanos, com uma distribuição espacial próxima e não linear, que potencialmente poderão desenvolver lógicas de organização espacial complementares e concertadas, geradoras de sinergias e externalidades.

Sub sistema de cidades: rede de centros urbanos com lógicas de organização espacial concertadas e complementares, assumidas e enraizadas.

Pólo de redes internacionais: cidade com tecidos institucionais e empresariais inseridos em redes ou espaços de relacionamento internacional.

Cidade-porta: cidade com forte relacionamento internacional, com acesso a redes de transferência de *know-how* e de inovação, inserida em espaços potenciadores de competitividade ou que assumem posição importante em segmentos de mercado internacionais, envolvendo nestes processos o território que polarizam.

Cidade-âncora: cidade dinâmica, solidária com o território que estrutura, estabelecendo-se uma simbiose entre os processos de desenvolvimento urbano indutores de dinâmicas territoriais e capacidades catalizadoras de recursos regionais.

2. Apresentação do cenário prospectivo do sistema urbano

2.1. Enquadramento

Em termos genéricos, o território nacional pode ser descrito do seguinte modo:

- existência de três áreas muito dinâmicas, de localização litoral, duas delas incluindo as metrópoles internacionais do Porto e de Lisboa e a terceira sobrepondo-se à área de forte urbanização do Algarve;
- existência de territórios de dinâmicas fracas ou regressivas, abrangendo a maior parte do espaço nacional;
- existência de faixas de território onde se manifestam tendências fortemente regressivas que, associadas à ausência de pólos urbanos, constituem fracturas territoriais.

É neste contexto territorial que se enquadra o cenário prospectivo de Sistema Urbano Nacional.

No Sistema Urbano Nacional consolidam-se duas metrópoles internacionalizadas, de diferentes modelos de organização e articulação.

O sistema-aglomeração do Porto, estruturado por um conjunto de cidades, eixos e sistemas, com estratégias, especificidades e dinâmicas urbanas próprias, insere-se numa área marcada por uma certa homogeneidade demográfica e sócio-económica, polarizada pelo Grande Porto. Nesta área sobressaem, pelas suas dinâmicas urbanas, as cidades de Braga e Guimarães, a Norte, e Aveiro, a Sul.

A metrópole de Lisboa é densa e concentrada, com movimentos pendulares de grande intensidade, internos e na sua coroa envolvente, constituindo o maior centro administrativo e financeiro nacional e o principal foco de internacionalização e concentração de serviços avançados. Os processos de suburbanização afectam profundamente as dinâmicas das cidades localizadas na sua proximidade. A Norte desta metrópole, e numa área ainda densamente povoada, emerge um

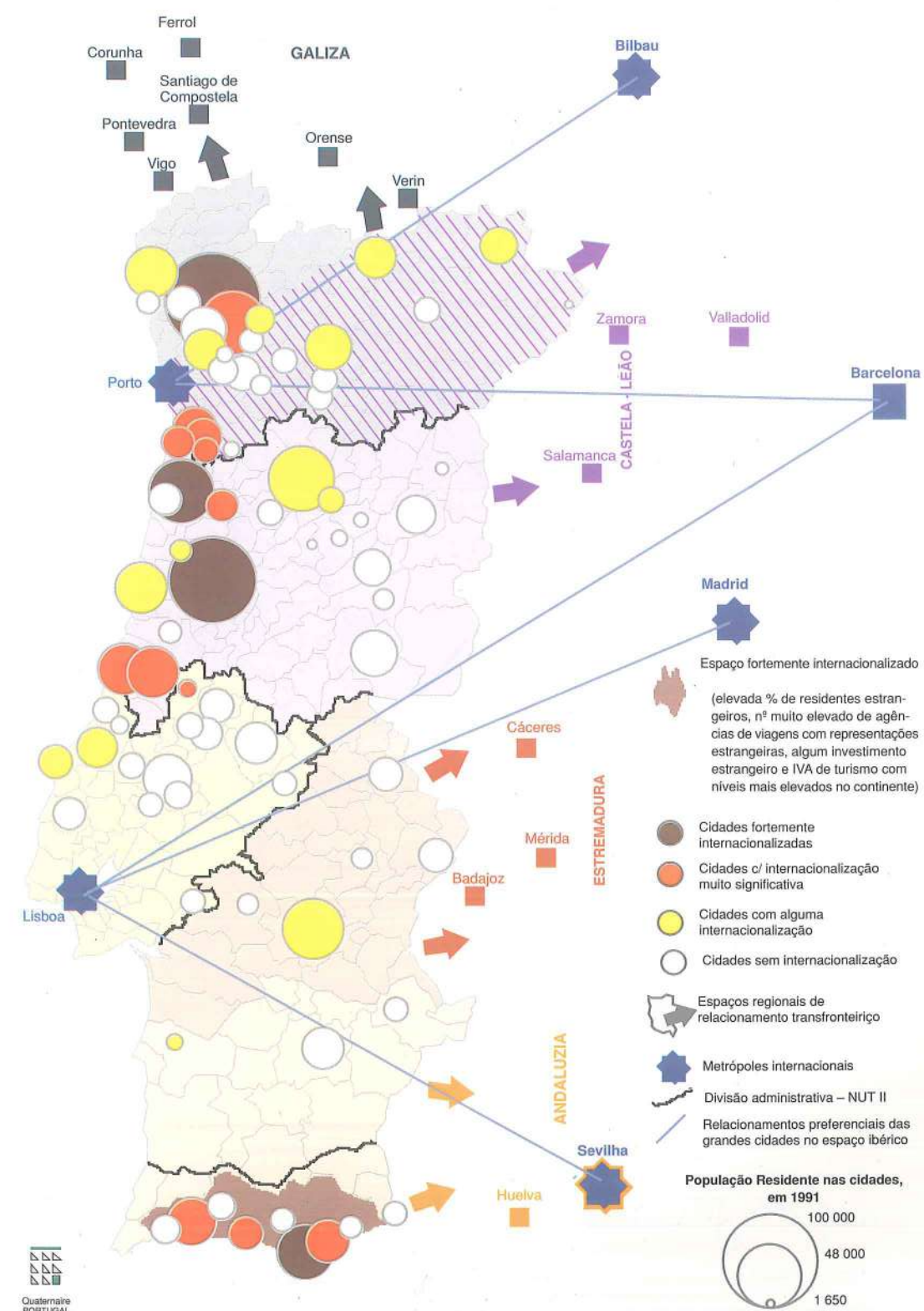
conjunto de cidades, com especial destaque para o sistema urbano em torno de Leiria-Marinha Grande, elementos fundamentais na estruturação do território face à influência directa de Lisboa.

Ainda no domínio dos territórios mais dinâmicos, é de referir o grande potencial de Faro enquanto *cidade-porta* no contexto nacional.

Entre as duas grandes áreas de concentração, salienta-se a necessidade de estruturar o espaço central do território nacional. Este objectivo pode ser atingido através da consolidação de um sistema urbano regional, cuja configuração equilibrada é potencialmente geradora de sinergias capazes de conferir a Coimbra um papel de *cidade-âncora* no território nacional.

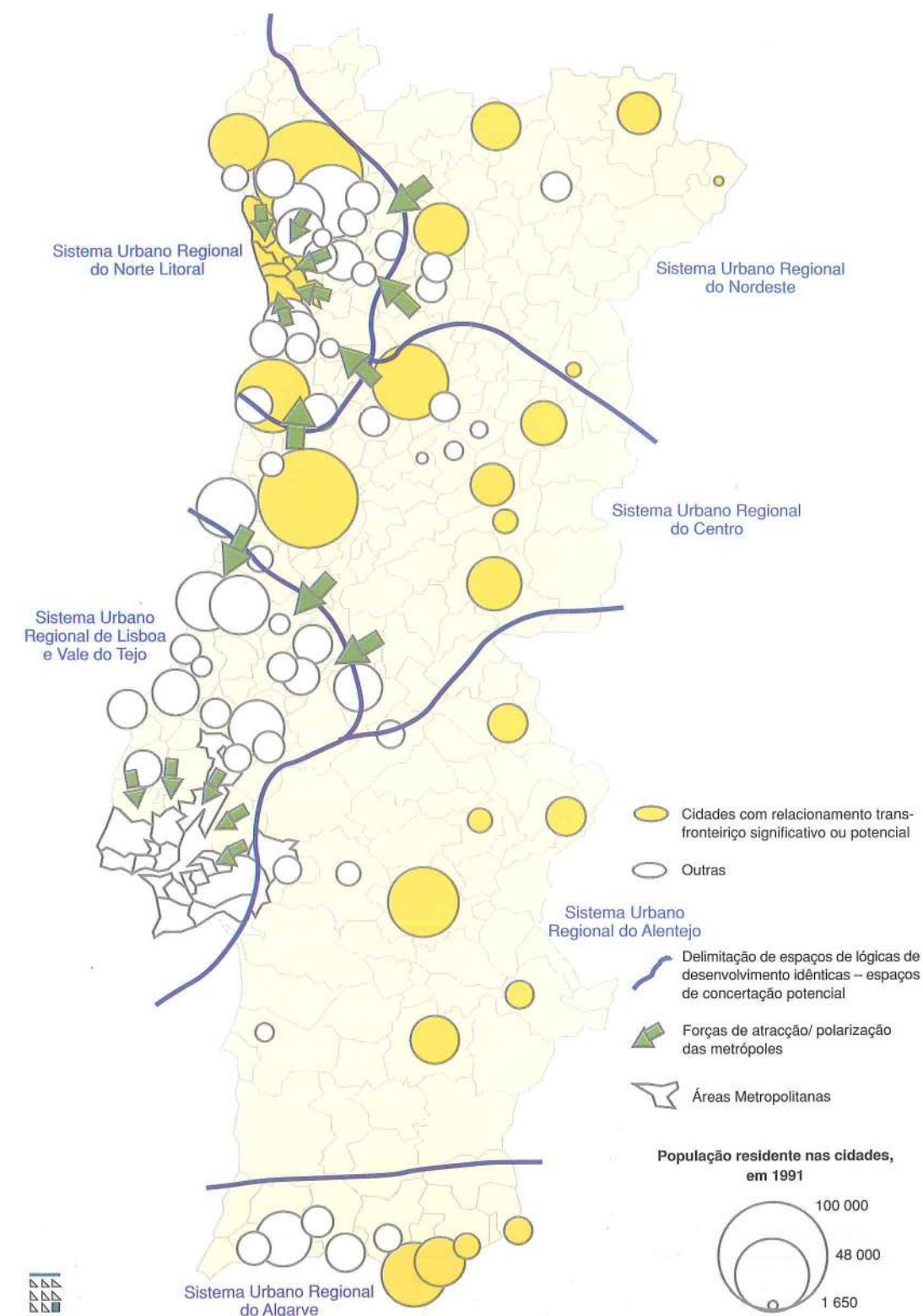
Nos territórios de povoamento mais rarefeito e de dinâmicas regressivas, é imperativo reforçar as centralidades urbanas que o estruturam. Enquanto na região central a orientação mais adequada pareça ser a da aposta no sistema multipolar equilibrado, no Nordeste e no Alentejo emergem claramente o eixo de cidades Vila Real-Régua-Lamego e a cidade de Évora que, em articulação com um conjunto de cidades de importância subregional, podem constituir *cidades-âncora* à escala nacional.

Mapa S70 Internacionalização e relacionamento no espaço peninsular



Fonte: Quaternaire Portugal, 1996.

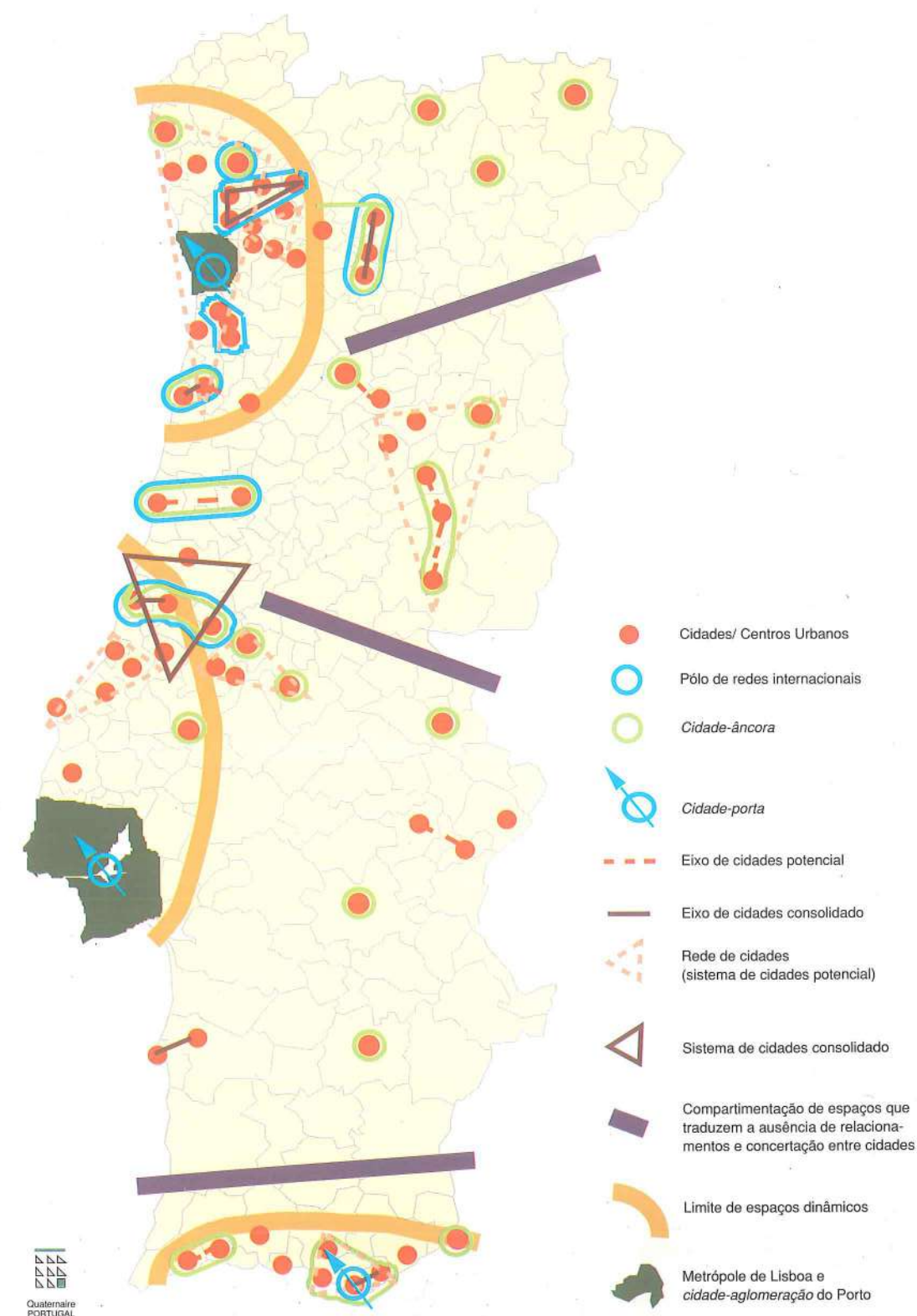
Mapa S71 Espaços de concertação potencial



Quaternaire PORTUGAL

Fonte: Quaternaire Portugal, 1996.

Mapa S72 Dinâmicas urbanas e territoriais



Fonte: Quaternaire Portugal, 1996.

2.2. Num País com contextos territoriais tão diversificados, as lógicas e os equilíbrios dos subespaços condicionam a evolução do sistema global

Neste sentido, parece-nos importante apresentar de forma desagregada os diversos sistemas urbanos regionais que decorrem da leitura realizada neste Estudo.

A sua validação deve ser feita num processo evolutivo de discussão e participação que abra caminho a um cenário de Sistema Urbano Nacional assimilado e consensual.

SISTEMA URBANO REGIONAL DO NORTE LITORAL

Sistema urbano muito dinâmico, caracterizado por um modelo de ocupação do território denso e difuso em termos de população e de actividades, polarizado pela *cidade-aglomeração* do Porto, significativamente internacionalizada.

É um sistema urbano articulado numa lógica de valorização de complementaridades e especificidades que emergem espontaneamente num quadro de flexibilidade que lhe confere uma capacidade de auto-regulação invulgar face à tendência de globalização económica.

Este sistema é muito aberto ao relacionamento transfronteiriço com a Galiza, assumindo-se a *cidade-aglomeração* do Porto como centro capitalizador deste espaço de concertação.

Viana do Castelo

Cidade que assume potencialmente um papel estruturador do Alto Minho, constituindo um importante centro de intermediação no relacionamento transfronteiriço, sofrendo tendencialmente uma forte concorrência da cidade de Braga.

Apostas prioritárias:

- valorizar algumas especificidades que lhe advêm da sua localização litoral no sentido de consolidar o seu espaço de polarização face a Braga e de reforçar o seu papel no sistema urbano do Norte litoral e na Galiza;
- desenvolver lógicas de concertação com a rede de centros urbanos complementares do Alto Minho, designadamente com Ponte de Lima, assumindo Viana do Castelo uma posição de liderança.

Braga

Cidade densa e dinâmica que se assume como pólo de equilíbrio face à *cidade-aglomeração* do Porto e dentro do sistema urbano do Noroeste peninsular.

Apostas prioritárias:

- reforçar as funções que conferem à cidade maior qualidade urbana e uma oferta de serviços de nível superior, consolidando o seu perfil de *cidade-âncora* e de relacionamento com uma bacia de emprego em expansão;
- capitalizar e valorizar os eixos de internacionalização relativos às suas bases de investigação, de capacidade produtiva e de âmbito cultural, numa estratégia de se vir a assumir como *cidade-porta*;
- consolidar eixos de concertação intercidades e desenvolver os serviços, de forma a reforçar a competitividade e a afirmação desta cidade no contexto do Noroeste.

Barcelos

Centro urbano de dimensão média, suportado por uma estrutura industrial consolidada.

Apostas prioritárias:

- valorizar a qualidade urbana da cidade e reforçar o papel estruturador do seu território de proximidade;
- potenciar a articulação urbana com Esposende.

Subsistema de cidades do Vale do Ave

Conurbação policentrada apoiada nas cidades de Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Trofa e Fafe, que estrutura modelos de povoamento e de industrialização difusos, dependendo de uma monocultura industrial bastante fragilizada pela incapacidade de competitividade internacional.

Apostas prioritárias:

- consolidar as centralidades e imagens urbanas, no sentido de um aprofundamento do modelo sistémico que minimize as tendências de fragmentação territorial e reforce o papel estruturador dos centros urbanos secundários dentro do modelo de ocupação difusa;
- valorizar condições de afirmação e de identidade do subsistema urbano, no sentido de contrabalançar os efeitos da *cidade-aglomeração* do Porto e da cidade de Braga, reforçando elementos de equilíbrio do sistema urbano regional do Norte litoral;
- reforçar nas cidades os serviços mais qualificados especificamente dirigidos ao apoio às actividades produtivas dominantes, de forma a contribuir para a sustentação do modelo produtivo industrial;
- criar condições para internalizar, na base produtiva e no subsistema urbano, os efeitos da participação em redes de cooperação internacional.

Rede de cidades do Vale do Sousa-Baixo Tâmega

Rede de cidades de dimensão média em área periurbana, polarizadoras de territórios de proximidade muito restritos, sem grande apetência para a concertação e fortemente dependentes da

atractividade de emprego ou serviços da *cidade-aglomeração* do Porto. Nesta rede podemos referir o papel de Felgueiras, Amarante, Marco de Canavezes, Paredes-Penafiel, Lousada e Paços Ferreira.

Apostas prioritárias:

- desenvolver lógicas de concertação interurbana que contribuam para estruturar o modelo territorial e produtivo difuso e para amenizar as fortes dependências face à *cidade-aglomeração* do Porto;
- qualificar os centros urbanos e valorizar as suas identidades, de forma a atenuar os processos de periurbanização desqualificada;
- consolidar a sub-rede Paços de Ferreira-Lousada-Felgueiras, o eixo Paredes-Penafiel e o triângulo Felgueiras-Amarante-Marco de Canavezes no sentido de estruturar a rede de centros urbanos.

Eixo do Entre Douro e Vouga

Eixo urbano com um sistema industrial enraizado, denso e diversificado, num modelo territorial difuso, que compreende Sta. Maria da Feira/S. João da Madeira/Oliveira de Azeméis.

Apostas prioritárias:

- qualificar os espaços urbanos mais coesos e promover uma imagem de eixo urbano;
- capitalizar, para o eixo urbano, os espaços de internacionalização da base produtiva;
- valorizar lógicas de concertação interurbana, no sentido de diminuir a dependência face à *cidade-aglomeração* do Porto;
- potenciar a articulação com a base industrial de Vale de Cambra.

Ovar

Centro urbano de dimensão média, com uma localização intermediária dentro de um eixo de forte industrialização e atractividade de investimento, que se estende entre Aveiro e a *cidade-aglomeração* do Porto.

Apostas prioritárias:

- valorizar a qualidade urbana da cidade e aumentar a sua capacidade de oferta de serviços urbanos face a uma extensa bacia de emprego polarizada pelo espaço industrial envolvente.

Subsistema de cidades Aveiro-Ílhavo-Águeda

Subsistema de cidades fortemente polarizado por Aveiro, sustentado por um território de industrialização densa e internacionalizada, que se assume como pólo de equilíbrio face à *cidade-aglomeração* do Porto e dentro do Sistema Urbano Nacional.

Apostas prioritárias:

- valorizar a cidade de Aveiro como espaço de intermediação entre o Porto, a cidade de Viseu e o eixo Coimbra-Figueira da Foz;

- fluidificar as conexões entre o eixo Aveiro-Ílhavo e a cidade de Águeda;
- reforçar o perfil de *cidade-âncora* que o subsistema tende a assumir face ao Baixo Vouga;
- capitalizar e reforçar os eixos de internacionalização relativos à sua base de investigação e de logística de transportes internacionais, numa estratégia de afirmação do subsistema enquanto *cidade-porta*.

SISTEMA URBANO REGIONAL DO NORDESTE

Sistema urbano parcialmente articulado em dois eixos (Chaves-Vila Real-Peso da Régua-Lamego e Vila Real-Mirandela-Bragança) coincidentes com os principais eixos viários (IP3 e IP4). Revelam-se insuficiências nas restantes articulações, designadamente na inserção do território excêntrico do Vale do Douro “interior” (Douro Superior e Internacional).

Este sistema é estruturado por um eixo urbano linear, em consolidação, Vila Real-Peso da Régua-Lamego, e por três cidades de dimensão média que, no espaço fronteiriço e central da região do Nordeste, se assumem como pólos de retenção da população e de criação de emprego.

Eixo Vila Real-Peso da Régua-Lamego

Eixo de cidades tendencialmente articulado, que assume potencialmente uma função de “travão” à força de atracção da *cidade-aglomeração* do Porto e de *cidade-âncora* no contexto regional e nacional.

Apostas prioritárias:

- reforçar o papel do eixo enquanto pólo regional minimizador das tendências de desagregação induzidas pela *cidade-aglomeração* do Porto;
- valorizar as especificidades de cada cidade numa lógica de rede e de cooperação inter-urbana;
- desenvolver as condições de afirmação do eixo no espaço internacional;
- consolidar o papel estruturador do eixo no espaço territorial do Vale do Douro, de modo complementar com as cidades de Mirandela e Bragança, e desenvolver uma estratégia de aproximação a Amarante e Marco de Canaveses.

Bragança

Cidade administrativa de importância sub-regional, que estrutura um território em profunda regressão, centro de relacionamento transfronteiriço.

Apostas prioritárias:

- desenvolver o espaço de relacionamento transfronteiriço;
- reforçar o papel estruturador da cidade no espaço territorial do Vale do Douro Internacional, complementarmente com Mirandela e o eixo Vila Real-Régua-Lamego;

- consolidar a posição de centro polarizador em termos de funções urbanas, numa lógica de complementaridade de funções e de investimentos à escala regional, com as cidades de Chaves e Mirandela.

Mirandela

Cidade de cariz administrativo, com potencial vocação de “encruzilhada”, dada a sua localização, e cuja política recente de inovação urbana contribui para o reforço da atractividade.

Apostas prioritárias:

- reforçar o papel estruturador da cidade no território em regressão da Terra-Quente Transmontana, em complementaridade com a cidade de Bragança e o eixo Vila Real-Régua-Lamego;
- consolidar a posição de centro polarizador em termos de funções urbanas, numa lógica de complementaridade de funções e de investimentos à escala regional, com as cidades de Bragança e Chaves;
- potenciar a articulação urbana com Macedo de Cavaleiros.

Chaves

Cidade de vocação transfronteiriça, que se assume como pólo potencialmente estruturador de um espaço de fronteira alargado.

Apostas prioritárias:

- consolidar a posição de centro polarizador em termos de funções urbanas, numa lógica de complementaridade de funções e de investimentos à escala regional, com as cidades de Bragança e de Mirandela;
- afirmar a cidade numa lógica transfronteiriça e como centro de promoção dos recursos específicos da região;
- valorizar a localização da cidade num futuro eixo fundamental de ligação do Norte do País à Europa.

SISTEMA URBANO REGIONAL DO CENTRO

Sistema urbano estruturado por dois eixos em formação e consolidação (eixo Coimbra-Figueira da Foz e eixo Guarda-Covilhã-Castelo Branco) e pela cidade de Viseu.

Este sistema tem uma distribuição espacial equilibrada, podendo Coimbra potencialmente assumir uma posição de pólo regional minimizador das tendências desagregadoras induzidas pela Área Metropolitana de Lisboa e pela aglomeração do Porto.

Poderá ser um sistema potencialmente articulado com base nas complementaridades das cidades e nas estratégias territoriais e urbanas.

Eixo Coimbra – Figueira da Foz

O eixo Coimbra-Figueira da Foz constitui um importante “travão” ao avanço territorial das duas Áreas Metropolitanas e pode exercer um papel de *cidade-âncora* no contexto regional e nacional.

Apostas prioritárias:

- reforçar o eixo no sentido de garantir a Coimbra uma posição de pólo regional minimizador das tendências desagregadoras induzidas pela metrópole de Lisboa e pela aglomeração do Porto e de contribuir para o equilíbrio do Sistema Urbano Nacional através da consolidação e coesão do subsistema urbano da região do Centro;
- valorizar as características de Coimbra que conferem ou podem vir a conferir ao eixo um perfil de *cidade-âncora* dentro do modelo territorial regional;
- reforçar as capacidades do eixo em termos de internacionalização, no contexto de redes internacionais de investigação e serviços avançados na saúde e de âmbito cultural.

Viseu

A cidade de Viseu constitui um importante pólo de equilíbrio do sistema urbano regional e um centro crucial de interface com o eixo Vila Real-Peso da Régua-Lamego.

Apostas prioritárias:

- valorizar Viseu enquanto centro de rebatimento da dinâmica do eixo litoral para o interior, apoiando-se no futuro IP3 e na intensificação de relações e de fluxos entre a cidade e o eixo Coimbra-Figueira da Foz;
- potenciar a dinâmica industrial de Mangualde numa lógica de complementaridade com Viseu.

Eixo Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco

Eixo que estrutura e polariza um sistema de cidades no território que abrange a Raia Central e a Serra da Estrela, eventualmente extensível às cidades de Seia, Gouveia e Pinhel e se assume como fundamental para o reequilíbrio do território interior, no quadro das suas dinâmicas demográficas e económicas regressivas.

Apostas prioritárias:

- desenvolver as lógicas de rede e de concertação dentro do eixo, potenciando as especificidades urbanas e os modelos de industrialização existentes, centrados em Castelo Branco e nas cidades de Covilhã e Seia;
- afirmar o eixo numa lógica transfronteiriça, face ao eixo correspondente de cidades espanholas (Salamanca – Plasência – Cáceres);
- reforçar as capacidades de ancoragem dos territórios deprimidos localizados nas suas extremidades – Vale do Douro Superior e Pinhal Interior Sul –, os quais se encontram desprovidos de centros urbanos que os estruturam.

SISTEMA URBANO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO

Sistema urbano fortemente polarizado pela Área Metropolitana de Lisboa, que tende a integrar a dinâmica das cidades mais próximas como Santarém, Rio Maior e Torres Vedras.

Esta Área Metropolitana é muito densa, concentrada e dinâmica, fortemente internacionalizada, havendo sinais de que a sua tendência de descolagem face à região envolvente está a ser contrariada pelo desenvolvimento crescente de complementaridades, processo estruturado pelos principais eixos de acessibilidade para Norte.

Este sistema urbano é estruturado pelo eixo Leiria-Marinha Grande, as cidades de Alcobaça e Caldas da Rainha, a rede de centros urbanos que integra Tomar, Abrantes, Torres Novas e Entroncamento e pela cidade de Santarém.

Subsistema de cidades da Alta Estremadura

Subsistema composto pelo eixo Leiria-Marinha Grande e centros urbanos complementares no espaço envolvente, polarizado pela cidade de Leiria e sustentado por um tecido industrial diversificado.

Apostas prioritárias:

- reforçar e qualificar os serviços de apoio às empresas, numa lógica de integração e consolidação do tecido económico regional;
- fomentar espaços de concertação dentro deste subsistema urbano e dele com outros centros próximos, no sentido de contrabalançar forças centrípetas da Área Metropolitana de Lisboa e constituir uma rectaguarda de qualidade, reconhecendo a Leiria um papel de liderança neste processo.

Rede de cidades Tomar, Abrantes e Torres Novas – Entroncamento

Rede de cidades potencialmente articulada, que integra o eixo Torres Novas-Entroncamento com uma dinâmica potenciada pela sua posição de centro de logística de transportes relativamente à Área Metropolitana de Lisboa, e as cidades de Tomar e Abrantes, com tendências regressivas, assumindo tradicionalmente Tomar algumas funções administrativas de âmbito sub-regional.

Apostas prioritárias:

- desenvolver uma lógica de concertação entre as cidades, beneficiando da posição de Tomar enquanto intermediação entre o Médio Tejo e o sistema de cidades da Alta Estremadura;
- reforçar a dinâmica do eixo Torres Novas-Entroncamento, afirmando-o como um dos principais centros da logística de transportes à escala nacional;

- desenvolver níveis de qualidade urbana nas várias cidades e capitalizar, para Tomar, as vantagens decorrentes da existência de património cultural de visibilidade nacional e potencialmente internacional.

Subsistema de cidades Nazaré-Alcobaça-Caldas da Rainha-Peniche

Subsistema que estrutura uma base produtiva apoiada nas fileiras agro-industrial, do lazer (praias, habitação secundária e património cultural e construído) e cerâmicas artísticas.

Apostas prioritárias:

- potenciar a sua proximidade à Área Metropolitana de Lisboa, encarando-a como o principal mercado de procura da sua oferta na área do lazer, tendencialmente diversificada e de qualidade;
- desenvolver estratégias de concertação e complementaridade tendentes à consolidação nesta área de um subsistema integrado.

Santarém

Centro administrativo com perfil de cidade-âncora da região agrícola das lezírias, concentrando um conjunto de funções de apoio à agricultura e às agro-indústrias.

Apostas prioritárias:

- desenvolver perfis e especificidades urbanas que concedam à cidade um ambiente alternativo à grande metrópole, numa lógica de promoção da qualidade de vida urbana e do território de proximidade;
- consolidar funções terciárias que contribuam para a valorização e inovação do tecido agro-industrial regional, numa estratégia de afirmação da cidade e do Ribatejo no mercado comunitário.

Torres Vedras

Cidade de dimensão média, fortemente relacionada com a metrópole de Lisboa.

Apostas prioritárias:

- desenvolver especificidades urbanas que concedam à cidade um ambiente de residência e lazer complementar à grande metrópole de Lisboa.
- consolidar e promover a fileira agro-alimentar.

SISTEMA URBANO REGIONAL DO ALENTEJO

Sistema urbano dominado pelos três principais centros polarizadores, Portalegre, Évora e Beja, com perfis pouco complementares, em que Évora se assume como *cidade-porta* e, estrategicamente, tende a recuperar uma posição de *cidade-âncora*.

O sistema regional integra dois pequenos eixos com fraca capacidade polarizadora, Estremoz-Vila Viçosa e Santiago do Cacém-Sines-Santo André, e a cidade de Elvas, que é um centro importante de relacionamento transfronteiriço.

É um subsistema urbano tendencialmente em estruturação, enquadrado num território extenso, de fraca densidade, com um modelo de povoamento muito concentrado e dinâmicas regressivas significativas.

Évora

Cidade administrativa de importância regional, que se afirmou, em termos nacionais, pela qualidade urbana e pelo significativo grau de internacionalização, conquistado, fundamentalmente, pela vertente cultural e por uma política de participação activa em redes de cidades.

Apostas prioritárias:

- aprofundar eixos de relacionamento e complementaridade entre a cidade, o seu território regional e os principais centros urbanos que o estruturam;
- consolidar o seu papel de *cidade-âncora* relativamente a todo o território regional, induzindo novas dinâmicas de desenvolvimento, a partir, nomeadamente, do potencial de investigação e da emergência de novos actores urbanos de natureza associativa;
- intensificar e direccionar os eixos de relacionamento internacional no sentido de reforçar o perfil de *cidade-porta*;
- valorizar a sua posição de intermediação entre Lisboa e Badajoz-Sevilha, dentro do contexto peninsular.

Portalegre

Cidade administrativa que polariza, designadamente através de serviços aos sectores turístico e agro-pecuário, um território de proximidade de escala alargada, portadora de uma tradição industrial em declínio e com algum potencial de relacionamento transfronteiriço.

Apostas prioritárias:

- reforçar o papel de *cidade-âncora* do Alto Alentejo, através da revitalização do seu tecido industrial, reproduzindo o tradicional *know-how* e defendendo uma bacia de emprego industrial, e de fortalecimento da fileira dos serviços ao sector agrícola da região;
- consolidar o espaço de relacionamento transfronteiriço, designadamente na promoção conjunta dos recursos turísticos regionais, de elevado valor patrimonial e natural;

- aprofundar os eixos de relacionamento e complementaridade entre a cidade e os restantes centros urbanos da região, numa estratégia de reforço urbano face à dinâmica da rede urbana fronteiriça espanhola.

Beja

Cidade administrativa e centro tradicional de apoio ao sector agrícola, polarizadora de um território de proximidade, profundamente agrícola/rural (Baixo Alentejo), cuja economia urbana se ressentia da crise acentuada da agricultura regional.

Apostas prioritárias:

- aprofundar frentes estratégicas de relacionamento e complementaridade entre a cidade, o território regional e os principais centros urbanos que o estruturam;
- reforçar o seu papel de *cidade-âncora* estruturadora do território do Baixo Alentejo e Algarve Interior, espaço desprovido de centros urbanos capazes de o articular, valorizando os recursos locais;
- afirmar uma liderança no processo de reestruturação da economia agrária regional, designadamente através de uma participação activa na implementação do projecto do Alqueva, capitalizando os efeitos daí decorrentes.

Elvas

Cidade de dimensão média, com uma localização fronteiriça que se traduz numa forte dinâmica do seu tecido comercial.

Apostas prioritárias:

- valorizar a qualidade urbana e do tecido comercial, potenciando a localização estratégica no interior do sistema de cidades formado por Portalegre, Évora e Badajoz.

Eixo de cidades Estremoz-Vila Viçosa-Borba

Eixo relativamente industrializado, com especialização em fileiras relacionadas com os recursos naturais e agrícolas do seu território de proximidade.

Apostas prioritárias:

- qualificar e promover os seus recursos industriais, pelo reforço da capacidade local de transformação e comercialização nos mercados externos;
- promover eixos de complementaridade com Évora, beneficiando de dinâmicas de internalização instaladas.

Eixo de cidades Sines-Santiago do Cacém-Santo André

Eixo com relevante dinâmica demográfica e com uma base industrial forte, associada a um dos principais portos marítimos nacionais.

Apostas prioritárias:

- consolidar a sua bacia de emprego, assumindo-se como pólo de atracção no litoral alentejano;
- afirmar o porto de Sines, enquanto infraestrutura de saída dos produtos de toda a região do Alentejo, no espaço nacional e ibérico.

SISTEMA URBANO REGIONAL DO ALGARVE

Sistema urbano regional com forma linear, determinado por um processo de forte urbanização da faixa litoral, implicando um esvaziamento do interior da Serra.

É um sistema polinucleado, polarizado pelo eixo Faro-Olhão-Loulé-Quarteira e pelo eixo Portimão-Lagos, com características de internacionalização de perfil turístico.

Este sistema urbano é muito aberto ao relacionamento transfronteiriço.

Rede articulada de cidades Faro-Olhão, Loulé e Quarteira

Rede que polariza a área oriental (Sotavento) do Algarve, representando a maior concentração populacional e de serviços, e que beneficia do estatuto de Faro como capital regional administrativa e da localização, também em Faro, de um importante aeroporto internacional.

Apostas prioritárias:

- valorizar as complementaridades urbanas entre os diversos pólos deste sistema de cidades, consolidando o papel de Faro enquanto principal cidade de todo o Algarve;
- reforçar a função deste sistema enquanto *cidade-âncora* potenciadora de dinâmicas qualificadoras do tecido económico e turístico no eixo litoral, e indutora de um processo de desencravamento do interior algarvio em articulação com Beja;
- capitalizar, para o sistema de cidades, as mais-valias decorrentes dos processos de relacionamento transfronteiriço com a Andaluzia;
- afirmar o sistema como *cidade-porta* do Algarve, internalizando a capacidade de atracção turística desta área numa estratégia de qualificação e diversificação do produto turístico, e o potencial de investigação e de valorização oceanográfico.

Vila Real de Santo António

Cidade de pequena dimensão, localizada perifericamente no território nacional, mas cuja situação fronteiriça lhe confere papel articulador.

Apostas prioritárias:

- valorizar a qualidade urbana da cidade, contribuindo para uma afirmação pela sua especificidade no produto turístico do Algarve, nomeadamente captando fluxos turísticos transfronteiriços com Espanha;

- assumir, em articulação com Tavira, funções de centro prestador de serviços ao seu território de proximidade (extremo oriental do Algarve), profundamente deprimido.

Eixo de cidades Portimão-Lagos

Eixo constituído por duas cidades com alguma complementaridade ao nível da procura turística, constituindo o principal centro prestador de serviços no Barlavento algarvio, nomeadamente Portimão, que sofre actualmente os reflexos negativos, ao nível da sua qualidade urbanística, decorrentes da profunda transformação, em décadas recentes, de importante centro ligado às pescas em grande concentração urbana de carácter turístico.

Apostas prioritárias:

- aprofundar os eixos de complementaridade e concertação entre as cidades que integram este eixo e também com Silves, constituindo um sistema de amarração urbana do território do Barlavento algarvio, e estendendo-se ao litoral alentejano;
- requalificar urbanisticamente as cidades, em particular Portimão, numa estratégia global de afirmação de uma oferta turística mais diversificada, integrando as valências naturais, patrimoniais e culturais presentes no território envolvente, e de valorização dos recursos do mar e oceanográficos;
- diversificar a base produtiva, diminuindo a dependência do turismo (sector sujeito às oscilações conjunturais de mercados internacionais) e da pesca e derivados (sector em profunda recessão).

Albufeira

Cidade integrada no eixo de maior densificação urbana do Algarve, nele ocupando uma posição central e de forte acessibilidade regional e interregional.

Apostas prioritárias:

- valorizar a qualidade urbana da cidade e reforçar o papel estruturador do território de proximidade, dentro de um equilíbrio de todo o eixo.

DO SISTEMA NACIONAL E DOS SISTEMAS URBANOS REGIONAIS ÀS POLÍTICAS CONSEQUENTES

1. Da fase de experimentação à carta de alforria das políticas urbanas como instrumento de política regional

O estudo de caracterização do Sistema Urbano Nacional não metropolitano não previa qualquer propósito de definição de políticas de desenvolvimento urbano.

No entanto, tal como já foi oportunamente referido no capítulo de enquadramento metodológico, o esforço de caracterização do sistema e dos principais subsistemas urbanos nacionais não metropolitanos só tem sentido num quadro de viragem das políticas regionais e de ordenamento do território que contemple um papel mais activo para as políticas urbanas.

Não se trata de uma mera questão de sofisticação de modas europeias ou de um simples capricho de serviços da Administração Central mais internacionalizados ou sensíveis a nuances territoriais. Este esforço tem claramente sentido num quadro de viragem de concepções quanto à legitimidade de seleccionar áreas prioritárias de investimento no território nacional, fazendo-o em função das tendências mais profundas de organização das dinâmicas e da localização do potencial de iniciativa e de empreendimento.

Trata-se, sobretudo, de reconhecer que as cidades, os sistemas urbanos que elas configuram e as políticas dirigidas nesse sentido, deverão assumir um papel activo na concretização das políticas de coesão territorial e sócio-económica.

Mais ainda, é necessário que esse reconhecimento se estenda ao quadro comunitário, dado o contexto que se avizinha de revisão das políticas de coesão e regionais em geral.

2. Há que ter em conta que as cidades se transformaram em verdadeiras encruzilhadas de processos de inovação, internacionalização e de mudanças sociais associadas

Sabe-se, hoje, que quase 80% da população da União Europeia se concentra nas cidades. Os fenómenos de ajustamento económico e social que acompanham a intensificação dos processos de inovação e internacionalização das empresas e dos espaços que as acolhem tendem a projectar-se insistentemente nas cidades.

Independentemente de serem pequenas, médias ou grandes aglomerações, as cidades transformaram-se em sistemas de tensões que, ou se gerem activamente, ou contribuem elas próprias para o rompimento da coesão territorial e sócio-económica das regiões e dos países. Concentram os principais recursos mobilizáveis para a inovação e competitividade, mesmo que sejam atravessadas por mudanças ainda não completamente dominadas e reconhecidas, e que os fenómenos de marginalização e de exclusão social se tornem cada vez mais complexos.

As tensões entre as tendências de internacionalização e de afirmação da diversidade local, de inovação e de riscos de quebra de coesão social, de competitividade e de cooperação atravessam

não apenas as chamadas *cidades-aglomerações* e as concentrações metropolitanas, mas também os sistemas policêntricos dinâmicos de cidades pequenas e médias que organizam uma grande parte do espaço comunitário, designadamente em Portugal, tal como a análise do sistema urbano o evidenciou.

É neste quadro que se tem a sensação de que as cidades e os sistemas urbanos continuam a ser um potencial não explorado em matéria de reorganização do território e de valorização de recursos endógenos. Para que essa sensação desapareça, é necessário passar da fase da simples experimentação a um novo estágio de políticas urbanas.

3. É necessário passar além da fase da experimentação em matéria de políticas urbanas e consagrá-las como pilares das novas políticas regionais e de ordenamento do território

A este respeito, a opção por um novo alento das políticas urbanas em Portugal será tributária do que vier a acontecer em matéria de políticas comunitárias no período pós-1999. De facto, também ao nível comunitário, as cidades e os sistemas urbanos permanecem relativamente marginais, enquanto agentes e espaços-alvo da política regional.

Alguns traços marcantes podem ser individualizados:

- Em primeiro lugar, as grandes cidades-aglomerações continuam a dominar a questão urbana na política europeia, sobretudo do ponto de vista do avanço dos trabalhos do EDEC (European Development Perspective – ESDP);
- Em segundo lugar, para além da iniciativa URBAN, as cidades são objecto de intervenção no quadro de experiências e de projectos-piloto financiados no quadro do artigo 10º do FEDER;
- Depois, as oportunidades de financiamento comunitário têm sido concretizadas através de montantes de investimento e de programas que não conseguiram, até ao momento, atrair decisivamente o interesse dos actores políticos locais;
- Finalmente, porque na grande maioria desses programas e iniciativas, as cidades são encaradas como espaços isolados ou, como no caso da iniciativa URBAN, trata-se de intervenções dirigidas a micro-espaços bem delimitados no interior do território das cidades, sem ter em conta os efeitos mais vastos que as mesmas exercem em territórios mais alargados.

Em resumo, trata-se de passar de uma situação em que as cidades são toleradas como espaços de intervenção, para uma outra em que sejam entendidas como instrumentos de política conducentes a uma maior racionalidade de aplicação de fundos e a impactos mais alargados no território. Para isso, a política regional deve ser conduzida com maior grau de descentralização no interior das Regiões e dos Estados.

4. Um potencial oculto de intervenção continua por explorar

O Estudo do Sistema Urbano Nacional não metropolitano, abundantemente ilustrado nos capítulos anteriores, alinha por uma corrente de opinião no interior da União Europeia, a qual pode ser descrita pelos seguintes argumentos estratégicos:

- É necessário, desde logo, reconhecer que o papel dos sistemas urbanos policêntricos, seja na Alemanha, na Holanda, na Lombardia ou na Europa do Sul, tem vindo a crescer em importância face às grandes *cidades-aglomerações* e capitais europeias, sobretudo do ponto de vista da sua capacidade de organizar e animar ambientes criativos e inovadores, apoiando activamente os sistemas de pequenas e médias empresas, e aprofundar a cidadania europeia;
- Adicionalmente, as cidades devem ser consideradas, também, como factores de organização de territórios de proximidade e de regiões, histórica e culturalmente com elas identificados, e não apenas como espaços de exclusão ou fontes de novas dinâmicas, especialmente bem delimitadas, de criação de novos empregos e de novas actividades orientadas para o mercado;
- No interior das regiões deprimidas e com tendência para o despovoamento progressivo, como acontece na chamada diagonal continental do território da União Europeia, as cidades constituem a última oportunidade de mobilização de recursos e de energias vitais para o desenvolvimento, sobretudo se as políticas urbanas criarem espaços atractivos de cooperação entre cidades e entre estas e os agentes económicos locais;
- Finalmente, é no quadro das políticas de desenvolvimento urbano que domínios vitais da política regional nacional e da União Europeia apresentam um espaço favorável de progressão, como é o caso dos novos pactos para o ambiente, o novo papel das políticas culturais na promoção de emprego e a própria investigação científica e tecnológica.

Portugal, dado o estágio da sua política urbana, está em óptimas condições para alinhar e usufruir de um novo estágio das políticas de desenvolvimento urbano no interior da União Europeia.

A extensão da política regional comunitária tradicional aos domínios do ordenamento do território, da qualidade de vida e da protecção do ambiente deve ser sustentada por novos meios financeiros e programas abertos às cidades e ao financiamento de projectos e de políticas urbanas.

O reencontro dos cidadãos europeus e nacionais com o espírito da União Europeia é também nas cidades que se perde ou se ganha.

Para além disso, as políticas urbanas não podem constituir um factor de divisão entre as regiões mais desenvolvidas e o interior do território nacional.

5. O papel das políticas urbanas não pode limitar-se ao de incubadores de inovação em espaços de excelência; há um espaço a preencher no domínio das políticas e dos programas de coesão

Um primeiro passo a dar consiste em rejeitar a exclusividade do modelo da hierarquia urbana e, sobretudo, a sua aplicação indiferenciada, como se a visão dos sistemas urbanos se limitasse ao papel das grandes *cidades-aglomerações*.

O presente Estudo evidenciou claramente que, mesmo no interior de um modelo de arquipélago como é o do território continental português, sem grande espaço para uma visão acéfala da hierarquia urbana, existe uma realidade rica, em matéria de sistema urbano e de subsistemas associados e de policentrismos, já instalados, ou a organizar futuramente.

O grande desafio reside na necessidade de adaptar o potencial estratégico dos modelos de concertação e de cooperação às características institucionais e demográficas dos territórios de proximidade e de influência, caracterizados no Estudo. É sobretudo fundamental distinguir as redes espontâneas, o fluido dos tecidos metropolitanos e o difuso circundante (sobretudo a Norte) da concertação interurbana, a promover e fomentar em espaços mais carenciados de iniciativa, de suporte institucional e de densidade de fluxos.

De qualquer modo, a mensagem é clara e simples:

As políticas urbanas não se destinam apenas aos territórios mais dinâmicos do litoral, nem pretendem repor, com outro aparato e sofisticação, a desgastada divisão litoral-interior.

Trata-se, pelo contrário, de promover uma nova lógica de organização do território, independentemente do nível de desenvolvimento e concentração de recursos dos territórios. Para além disso, as políticas urbanas constituem os contrapontos indicados das políticas de criação de igualdade de oportunidades e de desencravamento de territórios carenciados de um nível mínimo de dotação infraestrutural e de condições de vida. As políticas urbanas correspondem claramente a uma aposta em dinâmicas instaladas, em energias críticas para o desenvolvimento a partir de dentro.

Cabe a países como Portugal defender o papel das cidades e das políticas urbanas na promoção de novas políticas de coesão, oferecendo às autoridades comunitárias razões fundamentadas da escolha de padrões de investimento com efeito reprodutivo assegurado. A disseminação de investimentos tenderá a ser progressivamente encarada pelas autoridades comunitárias como um eventual desperdício de recursos e oportunidades, o que constituirá uma situação a evitar a todo o preço, não só porque o orçamento dos Fundos Estruturais assim o determinará, mas também porque os critérios de Maastricht vão impôr contenção e moderação do esforço de investimento público nacional.

Na grande maioria das Regiões Objectivo 1 ou com bloqueios ao desenvolvimento, as cidades constituem um factor de êxito em matéria de selecção de prioridades e de maximização de impactos nas economias regionais. Nesses contextos, as cidades constituem as únicas fontes de criação de empregos. Só elas concentram as energias mínimas para assegurar a difusão plena dos efeitos dos investimentos com participação comunitária.

Face a estes desafios particularmente exigentes, é necessário privilegiar as cidades que não descolem das suas regiões e que revelem um forte poder de inserção nos seus territórios de proximidade e de influência histórica e cultural.

A política regional busca uma nova lógica de afectação de recursos, que corporize um novo contraponto entre a dotação de infraestruturas e a mobilização de dinâmicas de empreendimento já instaladas.

O triângulo eficiência (competitividade) – coesão – direitos sociais, que representa o ponto crítico da construção europeia, precisa do apoio das cidades e dos sistemas urbanos para ser gerido. No interior de si próprias, na sua qualidade de novos factores de organização do território, as cidades estão bem colocadas para compreender e gerir este jogo político complexo de antagonismos entre promover dinâmicas já instaladas e evitar as rupturas sociais.

Por último, as políticas urbanas podem estimular os laços e as relações de concertação entre regiões com problemáticas diferenciadas de desenvolvimento, contribuindo para reforçar a transversalidade de relações no interior do espaço nacional e entre este e o espaço comunitário em geral.

A política regional está hoje rigidificada pelo peso de critérios, eminentemente políticos, de afectação de recursos. A política de desenvolvimento urbano, vista como um novo domínio da política regional, tem condições para assegurar novas condições de flexibilidade e transversalidade.

De facto, não mais será possível uma política de desenvolvimento regional organizada na base de uma lógica meramente assistencial ou de compensação por situações de perda de dinâmica.

A tendência mais provável será a política de desenvolvimento regional evoluir segundo uma lógica de compromisso entre duas dinâmicas, nos termos descritos pelo esquema seguinte:

- Valorização, consolidação e reforço de dinâmicas instaladas, a que correspondam novas oportunidades de investimento e criação de emprego e novos espaços de competitividade.
- Políticas e intervenções de matriz assistencial, gizadas com o objectivo fundamental de regular e controlar eventuais situações de exclusão social, marginalização territorial e disparidades de desenvolvimento, geradas, nomeadamente, pela valorização de dinâmicas instaladas.

Ora, neste quadro prospectivo realista, o novo papel das políticas urbanas emerge com clareza:

A mobilização de dinâmicas e de recursos não pode ser dissociada de uma estratégia de prossecução de solidariedades intraterritoriais, tendo em conta os níveis de assimetrias hoje existentes e politicamente toleráveis e a gravidade relativa dos problemas intra-urbanos;

Essa preocupação de solidariedade intraterritorial deve ser reforçada no quadro de uma política de valorização do sistema urbano, tendo em conta que tal valorização procura mobilizar capacidade de iniciativa já instalada.

6. Algumas propostas exploratórias para uma política urbana mais activa e bem sucedida

Do Estudo do Sistema Urbano não metropolitano ressaltam orientações exploratórias interessantes, no sentido de formatar um conjunto coerente de programas e políticas que dêem corpo a uma geração de políticas regionais, apoiadas no potencial de desenvolvimento urbano do território nacional.

Trata-se de simples propostas exploratórias que transcendem o alcance deste Estudo, mas que se referem fundamentalmente para marcar uma prioridade de aprofundamento futuro de trabalho neste domínio.

De facto, do Estudo ressaltam quatro níveis diferenciados de intervenção das políticas urbanas e, consequentemente, quatro tipologias de medidas e financiamentos associados:

- Programa de intervenções *intra-urbanas*, concentradas em domínios-problema e vulnerabilidades que atingem, transversal e diferenciadamente, as cidades do Sistema Urbano Nacional, segundo tipologias oportunamente identificadas;
- Programa de *desenvolvimento interurbano*, dirigidos a subsistemas policêntricos, organizados na base de fluxos e relacionamentos já instalados ou de futuras estratégias de concertação-cooperação a promover e a dinamizar;
- Programas de *desenvolvimento urbano-regional*, dirigidos a cidades ou a subsistemas urbanos com capacidade estratégica acrescida de ordenamento e amarração de territórios mais vastos;
- Programa de *promoção de melhores condições de internacionalização e visibilidade externas* das cidades portuguesas, designadamente do ponto de vista do apoio consequente a um mais efectivo aproveitamento da nova geração de políticas urbanas comunitárias.

6.1. Programa de intervenção intra-urbana

Neste domínio, a prioridade aponta para a formatação de intervenções estratégicas temáticas, centradas em domínios de intervenção identificados no Estudo do Sistema Urbano não metropoli-

tano, segundo uma estrutura de repartição de recursos por programa, a estudar em função da relevância nacional dos domínios-problema e vulnerabilidades oportunamente referidas.

A consistência dos planos estratégicos de desenvolvimento urbano que permitiram identificar nas cidades a relevância dessas vulnerabilidades e, sobretudo, a capacidade de apresentação, por parte dos municípios-cidades, de programas de intervenção consequentes, constituirão prioridades absolutas a respeitar.

A formação das intervenções estratégicas, por domínio ou vulnerabilidade, permitirá difundir a prioridade das políticas urbanas por mais serviços da Administração Central, que não apenas os do próprio MEPAT, contribuindo assim para não transformar as políticas em novas fontes de conflito interinstitucional e de novas sedes de protagonismo.

Entre alguns dos domínios estratégicos a promover podem mencionar-se, a título ilustrativo, os seguintes:

- Medidas de controlo e regulação do envelhecimento;
- Medidas de ajuda às cidades com necessidades de difusão de novas condições de inovação no interior de sistemas de PME's locais;
- Projectos-piloto de construção de novos pactos cidade-cidadãos-sociedade civil em matéria de valorização e protecção do ambiente urbano;
- Medidas de valorização das condições de autonomia de produção e animação cultural;
- Medidas de combate à insegurança urbana, baseadas na abordagem activa de problemáticas sociais de exclusão e marginalidade urbana;
- Medidas de apoio a experiências urbanas de criação de novas actividades para o mercado com criação de empregos novos.

6.2. Programa de desenvolvimento interurbano

Trata-se de assegurar uma nova fase de aprofundamento das políticas ensaiadas com o PROSIURB de apoiar voluntaristicamente eixos de desenvolvimento urbano.

Simplesmente, a análise da incipiente experiência passada mostra o seguinte:

- É reductor consagrar apenas eixos de desenvolvimento urbano como as formas de relações interurbanas a promover;
- Torna-se necessário considerar outras formas de policentrismo e de relacionamento;
- É necessário distinguir se se trata de redes que correspondem a uma fluidez de relacionamento já assegurado ou se, pelo contrário, há que recriar acções de apoio a estratégias mais afirmativas de concertação-cooperação;
- É fundamental distinguir a envolvimento territorial dessas redes (zonas deprimidas ou dinâmicas do litoral);
- É necessário criar factores de convencimento e de estímulo suficientemente fortes aos

municípios, para que a actuação em rede seja considerada factor primordial de acesso aos financiamentos públicos, erradicando de vez a concepção de que o apoio à rede se resume a um somatório de ajudas municipais;

- É indispensável incluir nos apoios a considerar os centros urbanos de redes complementares que partilham a lógica de funcionamento de rede e que não fazem parte da rede de cidades.

6.3. Programa de desenvolvimento urbano-regional

Neste caso, é necessário que, no quadro dos programas regionais, sejam abertas linhas e espaços de financiamento a intervenções em cidades que garantam efeitos alargados de ordenamento do território e de maximização dos impactos no território.

Trata-se de programas a contratualizar no âmbito de regiões ou agrupamentos de concelhos, através dos quais se estabelece um contraponto virtuoso entre investimentos em *cidades-porta* ou em *cidades-âncora* e investimentos tendentes a desencravar territórios rurais ou a garantir condições mínimas de vida e de usufruto dos efeitos de difusão a partir da cidade que organiza o território.

O espaço dos Programas Integrados de Desenvolvimento, recentemente retomados pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, pode constituir uma boa oportunidade para exercitar essa nova forma de projectar as cidades no desenvolvimento de territórios mais alargados.

Do mesmo modo, o relançamento do 2º QCA no período 1997-99 deverá permitir que, em certos programas sectoriais, como, por exemplo, o do Ambiente, seja possível recriar esta nova lógica de contratualização de investimento público e comunitário.

O Estudo realizado permite ainda diferenciar este tipo de políticas por tipologias de lógicas de desenvolvimento sócio-económico e territorial.

6.4. Programa de promoção de melhores condições de internacionalização e visibilidade externas das cidades portuguesas

Finalmente, do Estudo emerge com clareza a necessidade de um programa específico para promover melhores condições de internacionalização às cidades portuguesas, financiando sobretudo acções que garantam uma melhor visibilidade externa, combinando investimentos em infraestruturas com programas consequentes de animação das mesmas.

Inserir-se aqui um apoio mais activo às oportunidades de aproveitamento dos programas e das iniciativas comunitárias neste domínio. Faz igualmente parte deste domínio uma presença mais activa da administração portuguesa na discussão em torno do relançamento das políticas urbanas na União Europeia, de forma a defender um papel reforçado das políticas urbanas no contexto das políticas de coesão para o período pós-1999.

Em resumo, impõe-se uma maior flexibilidade nas políticas urbanas em Portugal, sobretudo do ponto de vista da sua adaptação às dinâmicas territoriais, o que exige, naturalmente, um reforço considerável de meios.

No entanto, se acrescentarmos ao rol de políticas atrás mencionadas a intervenção desejável nas periferias metropolitanas, de forma a conter os fenómenos de degradação assinalável da qualidade de vida urbana nesses espaços, está configurado um programa coerente de intervenção.

O papel desta proposta exploratória é sensibilizar as autoridades nacionais para assumir essa prioridade de intervenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências Bibliográficas

- AMARO, Rogério Roque; Fundação Solidários (coord.) – Guia das Iniciativas de Desenvolvimento Local em Meio Rural. Vila Real, ANIMAR, 1995.
- ASCHER, François, e outros – Les Territoires du Futur. Paris, Éditions de l'Aube, 1993.
- ASCHER, François – Métapolis ou L'Avenir des Villes. Paris, Éditions Odile Jacob, 1995.
- BAPTISTA, A. J. Mendes – Rede Urbana Nacional: Problemas, Dinâmicas, Perspectivas, in Seminário "Consolidação da Rede Urbana Nacional", 1993 (policopiado).
- BAUELLE, Guy (dir.) – De L'Intercommunalité aux Pays. Paris, Éditions de l'Aube, 1995.
- BEAUCHARD, Jacques (dir.) – Cités Atlantiques – L'Invention de la Ville-Pays. Paris. DATAR/Éditions de l'Aube, 1994.
- BEAUCHARD, Jacques (dir.) – Espaces-Projets Atlantiques. Paris. Éditions de l'Aube, 1995.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. (eds.) – Les Régions qui Gagnent. Paris, PUF, 1992.
- Bruno Soares-Arquitectos; Câmara Municipal de Aveiro – Plano Estratégico da Cidade de Aveiro. Câmara Municipal de Aveiro, 1995 (policopiado).
- Bruno Soares-Arquitectos; Câmara Municipal de Coimbra – Plano Estratégico da Cidade de Coimbra. Câmara Municipal de Coimbra, 1995 (policopiado).
- CAMAGNI, R.; DE BLASIO, G. (dir.) – Le Rete di Città, Teoria, Politiche e Analisi nell'area Padana. Milão, IRER/Angeli, 1993.
- Câmara Municipal de Abrantes – Plano Estratégico de Cidade de Abrantes. Câmara Municipal de Abrantes, 1995 (policopiado).
- Câmara Municipal de Barcelos – Plano Estratégico da Cidade de Barcelos 1995-1999. Câmara Municipal de Barcelos, 1995 (policopiado).
- Câmara Municipal de Bragança/Hidroprojecto – Plano Estratégico da Cidade de Bragança. Câmara Municipal de Bragança, 1995 (policopiado).
- Câmara Municipal de Évora – Évora – Ano 2 000, Câmara Municipal de Évora. Évora, s/data (policopiado).
- Câmara Municipal de Lisboa; Direcção de Projecto de Planeamento Estratégico – Plano Estratégico de Lisboa. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1992.
- Câmara Municipal de Portimão; Atelier Arq. Nuno Santo Pinheiro; TECNEP (Estudos e Projectos de Desenvolvimento) – Plano Estratégico de Portimão. Portimão, Câmara Municipal de Portimão, 1995.
- Câmara Municipal de Viseu – Plano Estratégico da Cidade de Viseu. Câmara Municipal de Viseu, 1995 (policopiado).
- Caminhos de Ferro Portugueses – Programa de Investimentos na Rede Ferroviária 1993-1999, Lisboa. Caminhos de Ferro Portugueses, 1993.
- CASTAÑER, M., e outros (coord.) – La indústria en la planificación urbana, in "V Jornadas de Geografia Industrial". Girona, Grupo de Geografia Industrial, 1994.
- CEDRU – Estudo sobre a Região Transfronteiriça de Trás-os-Montes/Zamora. Lisboa, 1992.
- CEDRU – Plano Estratégico do Eixo Leiria-Marinha Grande e do Sistema Urbano da Alta Estremadura. 1995 (policopiado).
- CEDRU – Urbanização e Coesão Social em Portugal. Lisboa, CEDRU, 1996.
- Comissão de Coordenação da Região do Alentejo – Contribuição para a Definição da Rede Urbana Regional. Região do Alentejo, 1994.
- Comissão de Coordenação da Região do Alentejo – Projectos Apresentados para a Candidatura ao INTERREG II – Reunião do Grupo de Trabalho Permanente. Évora, CCRA, 1995.
- Comissão de Coordenação da Região do Alentejo – Proposta de Rede Urbana para a Região do Alentejo. Évora, CCRA, 1984.
- Comissão de Coordenação da Região do Alentejo – Protocolo de Cooperação – Junta da Estremadura/Comissão de Coordenação da Região do Alentejo. Évora, CCRA, 1994, Vol. I e II.
- Comissão de Coordenação da Região do Algarve – Enquadramento Estratégico para a Região do Algarve 1994-1999. Faro, CCR Algarve, 1994.
- Comissão de Coordenação da Região Centro – Análise, Diagnóstico e Perspectivas de Desenvolvimento para a Região Centro – Contributos para o PDR 1994-99. Coimbra, CCRC, 1994.
- Comissão de Coordenação da Região Centro – As Cidades Médias e o Ordenamento do Território. Coimbra, 1995.

- Comissão de Coordenação da Região Centro – Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro Litoral. Coimbra, CCRC, 1995.
- Comissão de Coordenação da Região Norte – Projecto Margem. O Sistema Urbano Regional – Estudos de Caso. Porto, CCRN, 1996.
- Comissão Europeia; Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano – Cidades Europeias Sustentáveis. Lisboa, Comissão Europeia, 1994.
- Comissão Europeia, Europa 2000 – Cooperação para o Ordenamento do Território Europeu. Lisboa, Comissão Europeia, s/data.
- Consultores Europeos Asociados – Estrategias de desarrollo e internacionalización de las ciudades europeas – Las redes de ciudades. Barcelona, Consultores Asociados Europeos, 1992.
- COSTA, Alexandre Alves – A Cidade, O Subúrbio e o Resto. A Terra, in “Conferências da Arrábida”. Setúbal, 1995 (policopiado).
- DAMETTE, Félix – La France en Villes. Paris, DATAR/La Documentation Française, 1994.
- Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano – Atlas Demográfico do Continente. Lisboa, DGOTDU, s/data (policopiado).
- ENDEME, Consultores de Engenharia e Gestão, SA; Câmara Municipal de Braga – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Braga. 1995 (policopiado).
- European Institute of Urban Affairs; Liverpool John Moores University – Urbanisation and the Functions of Cities in the European Community. Bruxelas e Luxemburgo, Commission of the European Communities, 1992.
- Faculdade de Engenharia do Porto; Câmara Municipal de Paredes – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cidade de Paredes. Paredes, Câmara Municipal de Paredes, 1994.
- FERRÃO, João (coord.) – Construir um Futuro para as Cidades de Dimensão Média. Texto de Enquadramento para o Debate e Reflexão sobre o Plano Estratégico de Évora. Lisboa, GEOIDEIA, 1992.
- FIGUEIREDO, António – A Experiência de Cooperação Galiza-Norte de Portugal: Institucionalização, Informação e Diversidade de Actores, in “Jornadas sobre Relações Transfronteiriças”, Valladolid. Cortes de Castilla Y León, 1994.
- FIGUEIREDO, António – Dinâmicas Territoriais e Urbanas e Revisão do Planeamento Estratégico, in “III Encontro Nacional da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional”. Porto, Faculdade de Economia do Porto, 1995.
- Gabinete de Cidade – Uma Estratégia para Évora. Câmara Municipal de Évora, 1994 (policopiado).
- Gabinete Oliveira das Neves – Consultadoria, Estudos e Projectos; Câmara Municipal de Castelo Branco – Plano Estratégico da Cidade de Castelo Branco. Lisboa, Gabinete Oliveira das Neves – Consultadoria, Estudos e Projectos, 1995.
- Gabinete Oliveira das Neves – Consultadoria, Estudos e Projectos; Câmaras Municipais de Torres Novas e Entroncamento – Plano Estratégico de Torres Novas e Entroncamento. 1995 (policopiado).
- GAGO, José Mariano (coord.) – Prospectiva do Ensino Superior em Portugal. Lisboa DEPEGEF, 1994.
- GASPAR, Jorge – Reordenamento Urbano em Portugal, in “CCRC – Serviços e Desenvolvimento numa Região em Mudança”. Coimbra, CCRC, 1993.
- GEOIDEIA – Estudos de Avaliação dos Programas Regionais em Portugal, Fase 1. Lisboa, Comissão das Comunidades Europeias/GEOIDEIA, 1993 (policopiado).
- Gestão Integrada de Projectos e Planeamento; Câmara Municipal de Penafiel – Plano Estratégico da Cidade. Penafiel, Câmara Municipal de Penafiel, 1995.
- GITAP – Gabinete de Estudos e Projectos – Plano Estratégico da Figueira da Foz, Vol. I e II. Figueira da Foz, GITAP, 1995.
- GUIGOU, Jean-Louis – France 2015 – Recomposition du Territoire National. Paris, DATAR/Éditions de l'Aube, 1993.
- HIDROPROJECTO – Consultores de Hidráulica e Salubridade; Câmara Municipal de Mirandela – Mirandela – Cidade da Modernidade e Inovação do Nordeste Transmontano 2001 (Plano Estratégico da Cidade de Mirandela). Mirandela, Câmara Municipal, 1995.
- JOUE, Annie; STRAGIOTTI, Pierre; FABRIÈS-VERFAILLIE, Maryse – La France des Villes – Le Temps des Métropoles?. Paris, Bréal, 1994.
- Junta de Andalucía; Comissão de Coordenação da Região do Algarve; Comissão de Coordenação da Região do Alentejo – Articulação Territorial Transfronteiriça – Algarve, Alentejo, Andalucía. Sevilha, Junta de Andalucía, 1995.

- Junta de Castilla Y León; Comisión de Coordinación de la Region Norte – Estudio sobre las Areas de Cooperación entre la Region Norte de Portugal y la Comunidad de Castilla y Leon. Valladolid, Tau Planificación Territorial, 1991.
- Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica – Análise do Programa de Formação Avançada do Programa Ciência – Doutoramento por Área e Subárea de C & T. Lisboa, JNICT, 1993.
- Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional. Lisboa, JNICT, 1995.
- Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica – Sistema de C&T nos Sectores Ensino Superior e IPSFL 1993/97 – Ciências Exactas e Naturais e Tecnologias. Lisboa, JNICT, 1995.
- LABORDE, Pierre (dir.) – L'Ibérie Atlantique. Paris, Éditions de l'Aube, 1996.
- LE GALÈS, Patrick – Politique Urbaine et Développement local. Paris, L'Harmattan, 1993.
- Manual – Estudos de Habitação, Urbanismo e Arquitectura; Câmara Municipal da Guarda – Plano Estratégico da Cidade da Guarda – Projecto. Lisboa, Câmara Municipal da Guarda, 1995.
- MATEUS, Augusto, e outros – Portugal XXI – Cenários de Desenvolvimento. Lisboa, Betrand Editora, s/data.
- Ministère de l'Intérieur et de l'Aménagement du Territoire – Débat National pour l'Aménagement du Territoire. Paris, DATAR/La Documentation Française, 1993.
- Ministère de l'Intérieur et de l'Aménagement du Territoire – Dossier Prospective et Territoires. Paris, DATAR/La Documentation Française, 1994.
- Ministério do Planeamento e Administração do Território – Estrutura e Níveis de Equipamentos dos Centros Urbanos em 1990. Lisboa, MPAT, 1993.
- Ministério do Planeamento e Administração do Território – Manual do Financiamento Autárquico e de Engenharia Financeira, I Vol. Instrumentos Financeiros. Lisboa, MPAT, 1995.
- Ministério do Planeamento e Administração do Território – Preparar Portugal para o Século XXI: Análise Económica e Social. Lisboa, MPAT, 1993.
- Ministério do Planeamento e Administração do Território – Relatório do Estado do Ordenamento do Território. Lisboa, MPAT, 1994.
- NÉMERY, Jean-Claude; WACHTER, Serge (dir.) – Gouverner Les Territoires. Paris, DATAR/Éditions de l'Aube, 1994.
- NOUE, de M. F., e outros – Réseaux et Territoires – Rapport du Groupe d'Étude et de Mobilisation. Montpellier, RECLUS, 1993.
- Oficina de Arquitectura – Guide pour la Réalisation des Plans Stratégiques de Développement des Villes Moyennes. Lisboa, Commission des Communautés Européennes, 1994.
- Oficina de Arquitectura – Network Strategy for Medium-Sized Cities. Lisboa, Council of European Municipalities and Regions, 1994.
- Oficina de Arquitectura; Câmara Municipal de Beja – Beja – Plano Estratégico. Câmara Municipal de Beja, 1995 (policopiado).
- Oficina de Arquitectura; Câmara Municipal de Portalegre – Portalegre – Plano Estratégico. Câmara Municipal de Portalegre, 1995 (policopiado).
- Oficina de Arquitectura; Câmara Municipal de Tomar – Plano Estratégico de Tomar. Câmara Municipal de Tomar, 1996, (policopiado).
- POMPILI, Tomaso – The Role of Human Capital in Urban System Structure and Development: The Case of Italy, in “Urban Studies”, Vol. 29, nº 6, 1992.
- Portugal. Ministério do Equipamento Social – Decreto-Lei nº 380/85, de 26 Setembro (Plano Rodoviário Nacional). Lisboa, 1991.
- PUMAIN, Denise; SAINT-JULIEN, Thérèse (coord.) – L'Espaces des Villes, Vol. 12. Paris, RECLUS/La Documentation Française, 1995.
- Quatenaire Portugal; Câmaras Municipais de Vila Real, Régua e Lamego – Plano Estratégico do Eixo Urbano Vila Real/Régua/Lamego. Quatenaire Portugal, 1995 (policopiado).
- Quatenaire Portugal – Dinâmicas da Rede Urbana – Áreas em Perda. Lisboa, DGOTDU, 1994.
- Quatenaire Portugal; Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro – Estudo Estratégico para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro. Porto, Quatenaire Portugal, 1996.

- Quatenaire Portugal; Associação de Municípios do Vale do Ave – Plano Estratégico do Sistema Urbano do Vale do Ave. Quatenaire Portugal, 1995 (policopiado).
- Quatenaire Portugal; Câmara Municipal de Chaves – Plano Estratégico da Cidade de Chaves. Quatenaire Portugal, 1995 (policopiado).
- Quatenaire Portugal; Câmara Municipal de Viana do Castelo – Plano Estratégico de Viana do Castelo. Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1996 (policopiado).
- Quatenaire Portugal; Câmaras Municipais de Sta. Maria da Feira, S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis – Plano Estratégico do Eixo Urbano Santa Maria da Feira/São João da Madeira/Oliveira de Azeméis. Quatenaire Portugal, 1995.
- Quatenaire Portugal; Comissão da Comunidade Europeia – DGXVI, Cidades Médias em Portugal – Redes de Concertação nas Regiões Interiores. Porto, Quatenaire Portugal, 1993.
- REIGADO, F. Marques; ALMEIDA, Carolina – Investigação e Desenvolvimento: Beira Interior como Região de Fronteira, in “III Encontro Nacional da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional”. Porto, Faculdade de Economia do Porto, 1995.
- Risco; Planeamento – Documento Síntese dos Planos Estratégicos das Cidades de Faro e Olhão. Risco, Planeamento, 1995 (policopiado).
- Risco; Planeamento. Câmara Municipal de Faro – Plano Estratégico da Cidade de Faro. Câmara Municipal de Faro, 1995 (policopiado).
- Risco; Planeamento. Câmara Municipal de Olhão – Plano Estratégico da Cidade de Olhão. Câmara Municipal de Olhão, 1995 (policopiado).
- SALGUEIRO, Teresa Barata – A Cidade em Portugal. Porto, Edições Afrontamento, 1992.
- SALLEZ, Alain (dir.) – Les Villes, Lieux d'Europe. Paris, DATAR/Éditions de l'Aube, 1993.
- SAVY, Michel; VELTZ, Pierre (dir.) – Les Nouveaux Espaces de l'Entreprise. Paris, DATAR/Éditions de l'Aube, 1993.
- VVAA – Les Métropoles Régionales, in “Les Dossiers de Profils”, nº 37, 1995.
- VVAA – Les Villes dans une Économie Mondialisée, in “L'Observateur de OCDE”, nº 197, 1995/96.
- VVAA – Mutations Économiques et Urbanisation – Cinq Ans de Recherches et d'Expérimentation. Paris, La Documentation Française, 1993.
- VVAA – Politiques de la Ville – Recherches de Terrains, in “Les Annales de la Recherche Urbaine”, nº 68-69, 1995.

Índice de mapas de síntese

- MAPA S1 – População e território: Enquadramento das Áreas Metropolitanas
- MAPA S2 – Síntese dos indicadores demográficos
- MAPA S3 – População residente nas cidades e sua importância no total de população dos respectivos concelhos em 1991
- MAPA S4 – Variação da população residente nas cidades (1981-1991)
- MAPA S5 – Síntese demografia
- MAPA S6 – Dimensão das áreas urbanizáveis propostas pelos PMOT's e níveis de consolidação das cidades médias abrangidas pelo PROSIURB
- MAPA S7 – Conectividade e níveis de acessibilidade
- MAPA S8 – Acessibilidades: tráfego e perspectiva ao nível das infraestruturas
- MAPA S9 – Síntese áreas de interesse para a conservação da natureza
- MAPA S10 – Síntese actividades particularmente poluidoras
- MAPA S11 – Síntese contaminação de águas subterrâneas
- MAPA S12 – Síntese do domínio habitação
- MAPA S13 – Síntese dos indicadores de estrutura de ocupação do parque habitacional (1991)
- MAPA S14 – Síntese dos indicadores de dinâmica do parque habitacional (1981-1991)
- MAPA S15 – Síntese habitação: relação oferta-procura e estrutura de ocupação do parque habitacional
- MAPA S16 – Síntese do domínio “exclusão social” (idosos)
- MAPA S17 – Síntese exclusão social/idosos
- MAPA S18 – Síntese parcial do domínio “exclusão social” (juventude)
- MAPA S19 – Síntese exclusão social/juventude
- MAPA S20 – Síntese parcial do domínio “exclusão social” (mercado de trabalho)
- MAPA S21 – Síntese exclusão social/mercado de trabalho
- MAPA S22 – Síntese parcial do domínio “exclusão social” (habitação)
- MAPA S23 – Síntese exclusão social/habitação
- MAPA S24 – Síntese do emprego (1991)
- MAPA S25 – Síntese emprego na agricultura, pescas e indústrias extractivas
- MAPA S26 – Síntese emprego na indústria transformadora
- MAPA S27 – Síntese emprego no terciário
- MAPA S28 – Síntese emprego na construção civil
- MAPA S29 – Síntese tipologia de cidades em função da estrutura do emprego
- MAPA S30 – Síntese especialização industrial
- MAPA S31 – Síntese do emprego nos serviços (1991)
- MAPA S32 – Síntese especialização de serviços
- MAPA S33 – Sectores dominantes de emprego
- MAPA S34 – Síntese qualificações profissionais (1991/92)
- MAPA S35 – Síntese níveis de qualificação
- MAPA S36 – Síntese investimentos
- MAPA S37 – Síntese investimentos participados
- MAPA S38 – Síntese das 2500 maiores empresas (1994)

MAPA S39 – Número de trabalhadores nas grandes empresas nacionais

MAPA S40 – Volume de negócios das grandes empresas nacionais

MAPA S41 – Estrutura das maiores empresas nacionais

MAPA S42 – Deslocações casa-trabalho diárias da população residente activa e estudantes segundo a origem (1991)

MAPA S43 – Deslocações casa-trabalho diárias da população residente activa, nos ramos de actividade da administração pública, educação, saúde e acção social, segundo a origem (1991)

MAPA S43.1 – Volume de entradas (trabalhadores e estudantes) nos concelhos das cidades em Estudo

MAPA S43.2 – Centros e bacias de emprego

MAPA S44 – Rede de serviços no sector da formação profissional, emprego e tecnologia

MAPA S45 – Síntese do desemprego (1991)

MAPA S46 – Síntese cidades mais vulneráveis

MAPA S47 – Síntese cidades mais competitivas

MAPA S48 – Áreas Metropolitanas/dependência

MAPA S49 – Síntese ensino

MAPA S50 – Dinâmica do ensino superior

MAPA S51 – Áreas de espacialização do ensino superior

MAPA S52 – Investigação nas universidades

MAPA S53 – Síntese centros de investigação

MAPA S54 – Redes de relacionamento dos centros de investigação

MAPA S55 – Síntese dinâmicas de ensino superior e investigação

MAPA S56 – Síntese do domínio da cultura

MAPA S57 – Síntese cultura

MAPA S58 – Síntese domínio desporto

MAPA S59 – Síntese desporto

MAPA S60 – Síntese domínio saúde

MAPA S61 – Síntese saúde

MAPA S62 – Síntese consumo urbano

MAPA S63 – Índice do poder de compra *per capita*, por concelho (1995) – síntese

MAPA S64 – Síntese consumo

MAPA S65 – Síntese dinâmica institucional

MAPA S66 – Dinâmica autárquica/análise das despesas de capital

MAPA S67 – Dinâmica autárquica/capacidade de geração de receitas e acesso ao FEDER

MAPA S68 – Investimento total apoiado pelo FEDER

MAPA S69 – Dinâmica autárquica/capacidade técnica e institucional

MAPA S70 – Internacionalização e relacionamento no espaço peninsular

MAPA S71 – Espaços de concertação potencial

MAPA S72 – Dinâmicas urbanas e territoriais

Índice de mapas de indicadores

MAPA I1 – Densidade da população presente por freguesias, em 1991

MAPA I2 – Variação da população presente por freguesias, entre 1981 e 1991

MAPA I3 – População residente: peso concelhio no total do Continente (1991)

MAPA I4 – Densidade da população residente, por concelho (1991)

MAPA I5 – População isolada, por concelho (1991)

MAPA I6 – População residente em lugares com < 2000 habitantes, por concelho (1991)

MAPA I7 – Variação da população residente, por concelho (1981-1991)

MAPA I8 – Crescimento natural, por concelho (1981-1991)

MAPA I9 – Taxa de atracção/repulsão demográfica, por concelho (1981-1991)

MAPA I10 – Peso do grupo etário 0-14 na população residente, de cada concelho (1991)

MAPA I11 – Peso do grupo etário ≥ 65 na população residente, de cada concelho (1991)

MAPA I12 – Índice de envelhecimento, por concelho (1991)

MAPA I13 – Alojamentos de residência habitual, em edifícios construídos entre 1981-1991, por concelho

MAPA I14 – Alojamentos familiares clássicos arrendados, por concelho (1991)

MAPA I15 – Alojamentos clássicos cujo ocupante é o proprietário e mantém encargos de compra, por concelho (1991)

MAPA I16 – Fogos para habitação, por mil habitantes e por concelho concluídos entre 1991-93

MAPA I17 – Alojamentos familiares clássicos cujo ocupante se encontra ausente, por concelho (1991)

MAPA I18 – Alojamentos familiares clássicos de uso sazonal, por concelho (1991)

MAPA I19 – Alojamentos familiares clássicos vagos, por concelho (1991)

MAPA I20 – Variação dos alojamentos familiares clássicos, por concelho (1991)

MAPA I21 – Peso das famílias constituídas só por um adulto com mais de 64 anos, no total de famílias clássicas, por concelho (1991)

MAPA I22 – Pensionistas por mil residentes activos empregados, por concelho (1993)

MAPA I23 – Capacidade dos equipamentos dirigidos à população com mais de 65 anos, por mil residentes deste grupo etário, por concelho (1994)

MAPA I24 – Peso da população residente com menos de 15 anos e com actividade económica no total da população com actividade económica, por concelho (1991)

MAPA I25 – Peso dos desempregados à procura do primeiro emprego na população residente da classe etária 15-24, por concelho (1991)

MAPA I26 – População residente com 15 a 24 anos por Associação de Juventude, por concelho (1995)

MAPA I27 – Taxa de desemprego, por concelho (1991)

MAPA I28 – Desemprego: peso concelhio no total do Continente (1991)

MAPA I29 – População residente desempregada sem instrução, por concelho (1991)

MAPA I30 – População residente desempregada à procura do primeiro emprego, por concelho (1991)

MAPA I31 – População residente desempregada à procura de novo emprego, por concelho (1991)

MAPA I32 – Alojamentos familiares não clássicos (barracas e outros): peso concelhio no total do Continente (1991)

MAPA I33 – Alojamentos familiares não clássicos (barracas e outros), por concelho (1991)

MAPA I34 – Alojamentos familiares de residência habitual, sem electricidade, água e retrete: peso concelho no total do Continente (1991)

MAPA I35 – Alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, sem electricidade, água e retrete, por concelho (1991)

MAPA I36 – Alojamentos familiares de residência habitual, em edifícios construídos antes de 1919: peso concelho no total do Continente (1991)

MAPA I37 – Alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, em edifícios construídos antes de 1919, por concelho (1991)

MAPA I38 – Peso do emprego concelho no total de emprego do Continente (1991)

MAPA I39 – Emprego na indústria transformadora: peso concelho no total do Continente (1991)

MAPA I40 – Emprego no sector terciário: peso concelho no total do Continente (1991)

MAPA I41 – Emprego na construção civil: peso concelho no total do Continente (1991)

MAPA I42 – Índice de especialização da indústria têxtil (DB), com base no emprego, por concelho (1991)

MAPA I43 – Emprego na indústria têxtil (DB): peso concelho no total do Continente (1991)

MAPA I44 – Índice de especialização da indústria do couro e seus produtos (DC), com base no emprego, por concelho (1991)

MAPA I45 – Emprego na indústria do couro e seus produtos (DC): peso concelho no total do Continente (1991)

MAPA I46 – Índice de especialização da indústria de produtos minerais não metálicos (DI), com base no emprego, por concelho (1991)

MAPA I47 – Emprego nas indústrias de produtos minerais não metálicos (DI): peso concelho no total do Continente (1991)

MAPA I48 – Índice de especialização da indústria metalúrgica e de produtos metálicos (DJ), com base no emprego, por concelho (1991)

MAPA I49 – Emprego nas indústrias metalúrgicas e de produtos metálicos (DJ): peso concelho no total do Continente (1991)

MAPA I50 – Emprego no comércio: peso concelho no total do Continente (1991)

MAPA I51 – Emprego no sector maioritariamente público: peso concelho no total do Continente (1991)

MAPA I52 – Emprego na hotelaria e restauração: peso concelho no total do Continente (1991)

MAPA I53 – População residente com ensino médio e superior, por concelho (1991)

MAPA I54 – População residente, ≥ 12 anos, empregada nos grupos profissionais 1, 2 e 3: peso concelho no total do Continente (1991)

MAPA I55 – Quadros médios, superiores e altamente qualificados, trabalhadores por conta de outrem: peso concelho no total do Continente (1992)

MAPA I56 – Investimentos no âmbito do PAIEP, PEDIP, RETEX, SIBR, SIFIT e dos incentivos às micro-empresas: peso concelho no total do Continente

MAPA I57 – Peso concelho dos incentivos no âmbito dos SIR e SIBR, em relação ao total do Continente (1989/95)

MAPA I58 – Investimento do PEDIP (QCA I e II): peso concelho no total do Continente (1989/95)

MAPA I59 – Investimentos no âmbito do PAIEP: peso concelho no total do Continente (1993/95)

MAPA I60 – Investimentos no âmbito do SIFIT: peso concelho no total do Continente (1988/95)

MAPA I61 – Intenções de investimento directo estrangeiro: peso concelho no total do Continente (1991/95)

MAPA I62 – Peso do emprego industrial nas 2500 maiores empresas em relação ao total do emprego industrial concelho (1994)

MAPA I63 – Variação absoluta do emprego concelho relativamente à variação absoluta do emprego do Continente (1987-1992)

MAPA I64 – Alunos a frequentar o ensino secundário, por concelho, no ano lectivo (1993/94)

MAPA I65 – Taxa de escolarização do ensino secundário, por concelho (1993/94)

MAPA I66 – Capacidade dos equipamentos dirigidos à população com 0-5 anos, por mil residentes deste grupo etário e por concelho (1994)

MAPA I67 – Visitantes de museus, por mil habitantes e por concelho (1993)

MAPA I68 – Utilizadores de bibliotecas, por mil habitantes e por concelho (1993)

MAPA I69 – Oferta de lugares em salas de espectáculos públicos (habitantes por lugar), por concelho (1993)

MAPA I70 – Espectadores, de espectáculos públicos, por mil habitantes e por concelho (1993)

MAPA I71 – Tiragem anual de publicações, por mil habitantes e por concelho (1993)

MAPA I72 – Número de rádios locais, por concelho (1996)

MAPA I73 – Valores orçamentados aprovados e valores comparticipados pelo PEUC/DGOTDU, para equipamentos culturais e recreativos, por concelho (1986-1995)

MAPA I74 – Instalações desportivas, por mil habitantes e por concelho (1994)

MAPA I75 – Recintos desportivos cobertos, por mil habitantes e por concelho (1994)

MAPA I76 – Valores orçamentados aprovados e valores comparticipados pelo PEUC/DGOTDU, para equipamentos desportivos, por concelho (1986-1995)

MAPA I77 – Pistas de atletismo por mil habitantes e por concelho (1994)

MAPA I78 – Piscinas, por mil habitantes e por concelho (1994)

MAPA I79 – Médicos, por mil habitantes e por concelho (1993)

MAPA I80 – Médicos especialistas por mil habitantes: peso concelho no total do Continente (1993)

MAPA I81 – Camas em hospitais, por mil habitantes e por concelho (1993)

MAPA I82 – Consultas nos centros de saúde e suas extensões, por mil habitantes e por concelho (1993)

MAPA I83 – Taxa de motorização, por concelho (1994)

MAPA I84 – Consumo doméstico de electricidade, por concelho (1993)

MAPA I85 – Telefones (PP) por mil habitantes e por concelho (1994)

MAPA I86 – Levantamento em caixas Multibanco, por concelho (1993)

MAPA I87 – Crédito hipotecário concedido a particulares do grupo etário 25-64, por concelho (1993)

MAPA I88 – Peso das despesas de capital no total das despesas efectuadas pelas Câmaras Municipais, por concelho (1993)

MAPA I89 – Impostos directos, por habitante e por concelho (1993)

MAPA I90 – Peso concelho dos incentivos no âmbito do PIDDAC, em relação ao total do Continente (1993/94)

MAPA I91 – Pessoal ao serviço das autarquias, por 1000 habitantes e por concelho (1994)

MAPA I92 – Empresas municipais e intermunicipais, por concelho (1993)

Índice de quadros

- QUADRO 1 – Grelha de análise estratégica territorial
- QUADRO 2 – Macrozonamento do território
- QUADRO 3 – Situações mais problemáticas no domínio da demografia
- QUADRO 4 – Extensão da ocupação actual
- QUADRO 5 – Nível de consolidação da cidade existente
- QUADRO 6 – Áreas urbanizáveis propostas pelos PMOTS (proporção)
- QUADRO 7 – Habitação: síntese da avaliação da situação
- QUADRO 8 – Síntese da avaliação da “exclusão de idosos”
- QUADRO 9 – Síntese da avaliação da exclusão de mercado de trabalho
- QUADRO 10 – Estrutura do desemprego nas cidades
- QUADRO 11 – Síntese da avaliação dos problemas de exclusão social
- QUADRO 12 – Emprego nas cidades e Áreas Metropolitanas
- QUADRO 13 – Emprego na indústria transformadora por ramos industriais, no Continente (1991)
- QUADRO 14 – Especialização alta associada a volumes de emprego concelhio elevados
- QUADRO 15 – Níveis de qualificação e estrutura sócio-profissional
- QUADRO 16 – Concelhos de cidades com maior capacidade de acesso aos incentivos nacionais e comunitários (os 25 concelhos com valores mais altos)
- QUADRO 17 – Emprego e actividades económicas: principais conclusões
- QUADRO 18 – Síntese da escolarização
- QUADRO 19 – Ensino universitário e investigação
- QUADRO 20 – Tipologias funcionais e áreas de investigação das universidades portuguesas localizadas nas cidades médias
- QUADRO 21 – Dinâmica de acontecimentos culturais nas cidades
- QUADRO 22 – Síntese da avaliação das dinâmicas culturais
- QUADRO 23 – Avaliação da dinâmica de equipamentos culturais – bibliotecas, museus, salas de espectáculos
- QUADRO 24 – Síntese da avaliação do desporto
- QUADRO 25 – Síntese da avaliação do sector da saúde
- QUADRO 26 – Síntese da avaliação do consumo
- QUADRO 27 – Síntese da avaliação da qualidade de vida e da imagem das cidades
- QUADRO 28 – Análise da capacidade financeira das autarquias (1993)
- QUADRO 29 – Legenda do quadro da avaliação síntese das cidades
- QUADRO 30 – Avaliação síntese das cidades

Índice de figuras

- FIGURA 1 – Transporte ferroviário – matriz das relações interurbanas
- FIGURA 2 – Plano rodoviário nacional
- FIGURA 3 – Rede Ferroviária
- FIGURA 4 – Rede Ferroviária em exploração: níveis de investimentos em infraestruturas (1992)
- FIGURA 5 – Posicionamento das cidades relativamente ao ensino superior (público/privado), segundo o número de áreas de formação e número de alunos inscritos no ano lectivo de 1993/94
- FIGURA 6 – Análise da capacidade financeira das autarquias – despesas de capital
- FIGURA 7 – Análise da capacidade financeira das autarquias – geração de receitas
- FIGURA 8 – População dos aglomerados com mais de 200.000 habitantes em 1990
- FIGURA 9 – Produto interno bruto por habitante (1986)
- FIGURA 10 – O tráfego aéreo com o conjunto das cidades europeias (1992)
- FIGURA 11 – O tráfego ferroviário com o conjunto das cidades europeias (1992)
- FIGURA 12 – As empresas multinacionais europeias (1990/92) (número de sedes sociais das 300 maiores empresas)
- FIGURA 13 – As empresas multinacionais europeias (1990/92) (sedes sociais das filiais de uma amostra de 300 das maiores empresas europeias)
- FIGURA 14 – O Arco Atlântico e os espaços urbanos dinâmicos espanhóis

Fontes de informação / população e território

- I.N.E. – Instituto Nacional de Estatística
- Recenseamento da População, 1981
 - Recenseamento da População, 1991
 - Estatísticas Demográficas, 1981/91
 - Anuário Estatístico, 1994
- D.G.O.T.D.U. – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- Equipamentos colectivos – Normas para programação e caracterização de redes, 1995
 - Inquérito às Câmaras Municipais, 1996
- D.G.A.A. – Direcção-Geral da Administração Autárquica
- Administração Local em Números, 1995
- A.N.A. EP – Aeroportos e Navegação Aérea, 1994/95
- C.P. – Caminhos de Ferro Portugueses, 1993
- J.A.E. – Junta Autónoma de Estradas
- Recenseamento de tráfego, 1990
- D.G.T.T. – Direcção-Geral de Transportes Terrestres, 1996
- Markttest – Base de Dados “Sales Index” 1994
- Ministério do Ambiente e Recursos Naturais/Direcção-Geral do Ambiente, 1996
- Ministério da Agricultura/Instituto Florestal

- “Distribuição da Floresta em Portugal Continental”, 1984
- Tabelas de áreas ardidas, 1992/93/94

Exclusão social

- I.N.E. – Instituto Nacional de Estatística
- Recenseamento da População, 1991
 - Anuário Estatístico, 1994
- Direcção-Geral Acção Social
- Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, 1994
- D.G.O.T.D.U. – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- Equipamentos colectivos – Normas para programação e caracterização de redes, 1995
- Ministério da Justiça /Centro de Estudos Judiciais, 1996
- Instituto da Juventude, 1996

Emprego e actividades económicas

- I.N.E. – Instituto Nacional de Estatística
- Recenseamento da População, 1991
 - Anuário Estatístico, 1994
 - Base Belém (empresas com data de constituição entre 1990 e 1994)
- Ministério para a Qualificação e o Emprego, 1996
- Ministério da Economia
- Investimentos e Incentivos (Iº e IIº QCA)
- IF4 – Processamento de Informações, Lda
- Base de dados “As 2500 maiores empresas nacionais”, 1995
- ICEP – Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal, 1996

Ensino básico, ensino superior, investigação e serviços de extensão

- Instituto Nacional de Estatística
- Recenseamento da População 1991
- Ministério da Educação/Departamento do Ensino Superior
- “Alunos inscritos no ensino superior 1993/94”
 - PEPT 2000 – “Programa de Educação Para Todos” – Caracterização regional dos factores de abandono e insucesso escolar nos 2º e 3º ciclos do ensino básico-Outubro, 1995

Ministério da Educação/Departamento do Ensino Secundário

- Rede do ensino secundário – Cursos gerais, tecnológicos, profissionais e artísticos – ano lectivo 1995/96
- “Prospectiva do ensino superior em Portugal”, 1994

J.N.I.C.T. – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

- Trabalhos Preparatórios do Programa PRAXIS XXI – Análise do programa de formação avançada do Programa Ciência/Doutoramentos por área e subárea de C&T, 1993
- Sistema de C&T nos sectores de ensino e IPSFL 1993/97 – Ciências exactas e naturais e tecnologias
- Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional – Sector Estado e Empresas, 1992

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

- Equipamentos colectivos/Normas para programação e caracterização de redes, 1995

Marktest – Base de Dados “Sales Index” 1994

Qualidade de vida e imagem das cidades

- I.N.E. – Instituto Nacional de Estatística
- Recenseamento da População, 1991
 - Anuário Estatístico, 1994
 - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, 1993

Marktest – Base de Dados “Sales Index” 1994

Inquérito às Câmaras Municipais, 1996

I.C.P. – Instituto das Comunicações de Portugal, 1996

D.G.O.T.D.U. – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

- Equipamentos colectivos/Normas para programação e caracterização de redes, 1995

D.G.A.A. – Direcção-Geral da Administração Autárquica

- Administração Local em Números, 1995

Jornais diários “Jornal de Notícias”, “Público” e “Correio da Manhã”, 1995/96

Jornal semanário “Expresso”, Fevereiro 1995 a Fevereiro 1996

Dinâmicas institucional e autárquica

D.G.A.A. – Direcção-Geral da Administração Autárquica

- Administração Local em Números, 1995

Ministério da Economia, 1996

D.G.D.R. – Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, 1996

I.E.F.P. – Instituto do Emprego e Formação Profissional, 1996

C.I.A.C. – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, 1995

Siglas utilizadas

AI Portuense – Associação Industrial Portuense
 AI Portuguesa – Associação Industrial Portuguesa
 C&T – Ciência e Tecnologia
 CAE – Classificação das Actividades Económicas
 CCRN – Comissão de Coordenação da Região Norte
 CP – Caminhos de Ferro Portugueses
 DGAA – Direcção-Geral da Administração Autárquica
 DGAC – Direcção-Geral da Aviação Civil
 DGAS – Direcção-Geral da Acção Social
 DGOTDU – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
 EDEC – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário
 FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
 GEPMJ – Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça
 I&D – Investigação e Desenvolvimento
 I&DE – Investigação e Desenvolvimento Experimental
 IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento
 ICEP – Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal
 IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
 INE – Instituto Nacional de Estatística
 INETI – Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial
 IPQ – Instituto Português da Qualidade
 IPSFL – Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
 JNICT – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
 MESS – Ministério do Emprego e da Segurança Social
 MPAT – Ministério do Planeamento e Administração do Território
 NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
 PAIEP – Programa de Apoio à Internacionalização das Empresas Portuguesas
 PDR – Plano de Desenvolvimento Regional
 PEDIP – Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa
 PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
 PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território
 PRONORTE – Programa Operacional do Norte
 PROSIURB – Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos
 Directores Municipais
 QCA – Quadro Comunitário de Apoio
 RETEX – Reconversão Económica de Zonas Têxteis (Iniciativa Comunitária para regiões fortemente dependentes do sector têxtil-vestuário)
 SIBR – Sistema de Incentivos de Base Regional
 SIFIT – Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo
 SIR – Sistema de Incentivos Regionais



Ficha Técnica

Título

Sistema Urbano Nacional: Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais – Volume 1 (de 2)
Colecção Estudos 3

Elaboração

Quatenaire Portugal
Julho de 1996

Edição

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
Campo Grande, 50 - 1700 Lisboa
Outubro de 1997

Execução Gráfica

Rainho & Neves, Lda
Santa Maria da Feira

Tiragem

1.000 exemplares

ISBN/ISSN

972-97022-5-X
0873-6332

Depósito Legal

118199/97

*O conteúdo do Estudo que deu origem a esta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.
Não é permitida a reprodução total ou parcial desta publicação sem autorização prévia da DGTOTDU.*

Sistema Urbano Nacional

Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais

Volume 2

Sistema Urbano Nacional

Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais

Volume 2

Edição

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
Campo Grande, 50 - 1700 Lisboa
Outubro de 1997



DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Colecção Estudos 3

Equipa TécnicaQuilómetros
PORTUGAL**Coordenação**

Teresa Sá Marques

Equipa Técnica

Elisa Pérez Babo

Artur Costa

Rui Azevedo

António Figueiredo

Mariana Brandão (base de informação e cartogramas de síntese)

Mário Fernandes (cartogramas)

Rui Mealha (urbanismo)

Manuel Ribau (urbanismo)

Consultor

João Ferrão

Colaboradores

Paulo Vale

Clara Costa

Rui Cardoso

Rui Silva

Madalena Nunes

Susana Januário

Jorge Machado

Contributos Temáticos Pontuais

Ana Monteiro (Ambiente)

Clara Correia (Ensino Superior)

Álvaro Domingues (Serviços)

Secretariado

Isabel Antunes

Mária José Vidigal

Índice geral

I. Espaço das cidades	7
1. Introdução	9
2. Avaliação dos planos estratégicos	9
3. Referências elementares para reconhecimento e descrição da forma urbana (da cidade e das suas partes) das cidades médias elegíveis pelo Subprograma 1/PROSIURB	10
II. Cidades, eixos e sistemas urbanos	19
1. Subsistema urbano do Norte Litoral	21
– Viana do Castelo	23
✓ – Braga	31
✓ – Barcelos	39
– Eixo de cidades do Vale do Ave	45
– Eixo de cidades de Paredes/Penafiel	61
✓ – Eixo de cidades de Santa Maria da Feira/S. João da Madeira/Oliveira de Azeméis	69
✓ – Aveiro	83
2. Subsistema urbano do Nordeste	91
– Eixo de cidades de Vila Real/Peso da Régua/Lamego	93
– Bragança	105
– Mirandela	111
– Chaves	117
3. Subsistema urbano do Centro	125
– Coimbra	127
– Figueira da Foz	135
– Viseu	143
– Guarda	149
– Covilhã	157
– Castelo Branco	161
4. Subsistema urbano de Lisboa e Vale do Tejo	169
– Santarém	171
– Abrantes	175
– Eixo de cidades da Alta Estremadura	181
– Eixo de cidades do Entroncamento/Torres Novas	191
– Tomar	201
– Caldas da Rainha	209
– Torres Vedras	213
5. Subsistema urbano do Alentejo	221
– Portalegre	223
– Évora	231
✓ – Beja	239
6. Subsistema urbano do Algarve	245
– Eixo de cidades de Faro/Olhão	247
– Portimão	257
Anexo 1	263
Matriz de sistematização dos Planos Estratégicos	
Anexo 2	271
Quadros de referência do material analisado por cidade, para a elaboração da cartografia (Cartas Militares, fotografias aéreas e extractos dos PMOT's)	

1. Introdução

O trabalho desenvolvido em torno das cidades fundamenta-se, por um lado, na leitura e síntese dos Planos Estratégicos elaborados para as 40 cidades inseridas no Subprograma 1 do PROSIURB, e por outro, num levantamento de morfologia urbana e funcional realizado a partir das fotografias aéreas, Cartas Militares (1/25.000) e Planos Municipais de Ordenamento do Território.

Trata-se de uma tentativa de sintetização de material decorrente de planeamento estratégico e físico que, em anos recentes, incidiu sobre este conjunto de cidades. A síntese elaborada a partir dos Planos Estratégicos foi oportunamente enviada para cada uma das Câmaras Municipais (37 ao todo), de forma a ser revista e valorizada. Dezoito Câmaras Municipais enviaram contributos.

É o primeiro ensaio de um exercício de síntese que poderá ser constantemente actualizado e enriquecido. A organização das cidades e a terminologia utilizada neste volume (eixo de cidades, redes de cidades, sistema de cidades, ...) vem no seguimento do capítulo "Cenário Prospectivo do Sistema Urbano" do Volume 1¹.

2. Avaliação dos planos estratégicos

2.1. Justificação da abordagem

O planeamento estratégico em algumas das cidades que integram o Sistema Urbano Nacional conheceu um impulso assinalável em anos recentes, induzido sobretudo pela entrada em vigor do Programa PROSIURB.

Com algumas excepções, de que Évora é um caso particular, este exercício de planeamento surge normalmente como uma reacção das administrações autárquicas à nova realidade imposta pelos financiamentos infraestruturais pela Administração Central no âmbito deste Programa (exigência, para as cidades médias, de elaboração de um Plano Estratégico que enquadre os diversos investimentos apoiados pelo PROSIURB).

O Plano Estratégico foi, normalmente, um documento elaborado num curto espaço de tempo, num processo por vezes desfasado do planeamento físico (Planos Municipais de Ordenamento do Território) e onde a participação dos agentes sociais e económicos foi ainda limitada.

De qualquer modo, os Planos Estratégicos constituem uma primeira reflexão sistemática sobre as cidades, feita a partir da óptica local, e são uma fonte de informação qualitativa de grande interesse, susceptível de enriquecer a abordagem do Sistema Urbano ensaiada neste Estudo. De facto, eles permitem uma leitura individualizada de cada cidade, eixo ou sistema urbano, do ponto de vista estratégico.

1. Não foram utilizadas as designações do Anexo ao Despacho 55/94 do MPAT, relativamente às cidades PROSIURB.

2.2. Matriz de avaliação dos Planos Estratégicos

A diversidade de metodologias de elaboração e formatos finais dos diversos Planos Estratégicos de Cidade dificulta uma análise comum, que é condição necessária à leitura global do Sistema Urbano pretendida pela equipa do Estudo, quer na vertente ensaiada no Volume 1, quer na análise morfológica, adiante descrita. O confronto entre as estratégias definidas para cada cidade, afigura-se essencial para essa leitura.

Houve, assim, necessidade de conceber uma matriz de avaliação comum para todos os Planos Estratégicos (que se apresenta em anexo) e através da qual foram analisados todos os documentos. Cada domínio de informação qualitativa incorpora um conjunto de aspectos seguindo uma estrutura, que identifica POTENCIALIDADES, ESTRANGULAMENTOS e ESTRATÉGIAS, em cada cidade, eixo ou sistema urbano, respeitando, na medida do possível, uma coerência de critérios de leitura.

Nos elementos apresentados neste Volume figuram apenas os campos de informação que se relacionam com o **território urbano** (espaço urbano, estrutura económica e mercado de trabalho, demografia e estrutura sócio-cultural e qualidade de vida urbana) e a sua **gestão** (formas de cooperação-parceria, intervenção municipal e actores urbanos). Os elementos decorrentes dos restantes domínios (inserção no espaço regional, inserção supra-regional e internacionalização) foram incorporados na análise que sustenta o Modelo Prospectivo de Sistema Urbano, no Volume 1 deste Estudo.

3. Referências Elementares para Reconhecimento e Descrição da Forma Urbana (da Cidade e das suas partes) das Cidades Médias Elegíveis pelo Subprograma 1/PROSTURB.

3.1. Aspectos metodológicos fundamentais

A metodologia fundamental adoptada consistiu na interpretação paralela de três tipos de documentos, nomeadamente Carta Militar de Portugal à escala 1/25 000, fotografias aéreas à escala 1/8 000 e extractos dos PMOTs existentes a escalas diversas. A Carta Militar constituiu a base de trabalho para a transcrição das formas resultantes da análise das fotografias aéreas e dos PMOTs. Foram ainda consultados documentos e publicações que abordam indicadores com interesse para o âmbito deste Estudo, embora por vezes de uma forma não sistemática, face à inexistência de informação para a totalidade das cidades em Estudo.

A análise morfológica referente a cada cidade foi, portanto, efectuada através da conjugação da diversa informação recolhida, contribuindo a diversidade da documentação utilizada para colmatar mutuamente as especificidades de cada tipo de documento consultado.

As formas das áreas urbanas existentes, bem como os respectivos níveis de consolidação, foram extraídos a partir das Cartas Militares e das fotografias aéreas, enquanto que o reconhecimento das

formas correspondentes às estratégias de desenvolvimento preconizadas para cada uma das cidades foi feito a partir dos documentos de planeamento disponíveis (fundamentalmente PDMs).

Estas opções metodológicas conduziram à apresentação do trabalho através dum ficheiro organizado por cidade, que se pretende como um ficheiro *em aberto*, que admita a actualização ou evolução conjunta ou desagregada dos resultados agora obtidos.

Na primeira página do ficheiro apresenta-se um observatório de referências específicas acerca de cada cidade, na correspondência à legenda do Esquema Interpretativo, bem como uma referência aos Significantes de Identidade da cidade e a respectiva Síntese Interpretativa. Os critérios de classificação dos indicadores aqui apresentados encontram-se no ponto designado como Tópicos para a Leitura das Figurações Propostas.

Na segunda página do ficheiro apresenta-se o esquema de análise, acompanhado de um extracto da correspondente área da Carta Militar, conseguindo-se assim a comparação das formas propostas ao nível das áreas urbanas mais antigas dos aglomerados, assim como com o território natural onde estes se inserem.

A escala de 1/50 000 afigura-se como adequada ao formato de apresentação utilizado, permitindo uma leitura clara dos esquemas, e só pontualmente prejudicando a representação de algumas áreas de expansão previstas nos respectivos PMOTs.

O conjunto da documentação utilizada, que permitiu uma análise homogênea da casuística em presença, tendo em consideração as escalas utilizadas, encerra, no entanto, factores de descontinuidade suficientes para que se torne pertinente um conjunto de advertências de leitura, que representam as limitações que condicionaram a elaboração do presente Estudo.

Cartas Militares

As Cartas Militares, fortemente desactualizadas, não admitem a leitura global das actuais áreas urbanas, embora apresentem grande riqueza na expressão das áreas antigas dos aglomerados e das condições topográficas e naturais das respectivas áreas envolventes.

Os trabalhos de campo referentes à elaboração destas cartas datam de um intervalo compreendido entre 1948 e 1989, com grande predominância para a década de 70.

A falta, em alguns casos, de cartas complementares àquelas onde se localizam os aglomerados, foi também factor de condicionamento, e explica por exemplo, o facto de algumas fichas apresentarem os respectivos extractos com enquadramentos diferentes dos verificados pelos esquemas interpretativos.

Fotografia aérea

As fotografias aéreas utilizadas para a elaboração desta análise morfológica, datam de um intervalo entre 1989 e 1993, detendo portanto uma relativa actualidade, facto que não garante, no entanto, que se tenha obtido um reconhecimento das estruturas completamente actualizado.

Considera-se, no entanto, que este factor não conduziu a especiais distorções, tendo as fotografias contribuído fundamentalmente, de uma forma bastante eficaz, para a análise do nível de con-

solidação das partes da cidade actual, assim como para a localização de programas estruturantes existentes (industriais, equipamentos, espaços públicos, etc.).

As fotografias não cobrem, em grande parte dos casos, a totalidade da área urbana actual, considerando-se, no entanto, que essa cobertura é praticamente total ao nível das áreas urbanas consolidadas.

PMOT's

A análise das Plantas de Síntese dos Planos Directores Municipais das cidades em estudo (Planos de Urbanização para algumas cidades), revelou-se como o menos homogêneo dos indicadores observados, dada a diversidade de nomenclaturas e critérios metodológicos (e mesmo estratégias de ordenamento), adoptados pelos diferentes municípios para a elaboração dos mesmos.

Os PMOTs permitiram, na generalidade, a delimitação das áreas destinadas à expansão dos aglomerados, assim como à localização de novos parques industriais.

Os problemas de homogeneidade, atrás referidos, concorreram para a impossibilidade de distinção entre existente e proposto ao nível dos equipamentos, parques urbanos e redes da macroestrutura (esta distinção poderia ter sido feita apenas em alguns dos casos, o que provocaria uma ruptura na componente sistemática que se pretende que este documento verifique).

No caso de Torres Novas, por não existir PMOT plenamente eficaz, não foi analisado qualquer documento de planeamento.

Algumas considerações prospectivas

O Estudo agora apresentado, anteriormente considerado como um documento em aberto, foi elaborado na ponderação das limitações que naturalmente acompanham os resultados agora produzidos. Considera-se que o Reconhecimento da Forma Urbana se tornará verdadeiramente útil se conseguir reconhecer a forma e formas da cidade, também na perspectiva da dinâmica e aspirações locais.

Preconiza-se como forma de atingir esse estágio:

- dotação do Ficheiro por Cidades de indicadores comparativos entre Existente e Proposto, em todos os níveis de análise (Áreas Urbanas, Áreas Industriais, Áreas de Equipamentos e Restrições, Espaços Abertos e Elementos da Macroestrutura).
- dotação do Ficheiro de um enquadramento para cada cidade, onde seja possível a observação de como a Forma Urbana das Cidades (incluindo os Eixos e Sistemas Urbanos) se relaciona com a Forma Urbana do Território em que estas se inserem.

De referir que, relativamente a este último ponto, foram iniciados esforços no sentido dele ser incluído nas sínteses de leitura apresentadas, mas, devido às limitações referidas relativamente ao material consultado, foi considerado como um indicador concorrente a introduzir leituras adulteradas no documento, dada a impossibilidade da sua sistematização.

Vejam-se, por exemplo, as áreas industriais que, embora nos esquemas interpretativos se encontrem classificadas como Existentes e Propostas, não têm correspondência numa síntese específica, dado que a maior parte das áreas industriais de grande dimensão se encontra fora dos perímetros urbanos, assim como da documentação observada.

Apresentam-se, em anexo, os quadros de referência do material analisado por cidade, para a elaboração do presente Estudo (Cartas Militares, fotografias aéreas e extractos dos PMOTs).

3.2. Tópicos para leitura das figurações propostas

- Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo

Áreas reconhecíveis enquanto formas das ocupações urbanas primordiais.

- Áreas Urbanas Consolidadas

Áreas ou partes da cidade caracterizadas por condições de malha urbana muito afirmada, expressão de uma forte concatenação dos seus três principais momentos de conformação estrutural e espacial - parcelamento, urbanização e edificação.

- Áreas Urbanas Não Consolidadas

Expansões Urbanas Existentes

Espaços ou partes da cidade desprovidos de uma componente urbana tradicional ou que revelam flagrantes carências ao nível da respectiva estruturação urbanística, situação reconhecível pelas características do traçado, formas do parcelar, formas do espaço edificado e formas do espaço não edificado.

Áreas Urbanas de Gênese Ilegal

Espaços cujas formas resultam de aproveitamentos edificatórios com ou sem prévio parcelamento, não urbanizados, e estabelecidos à revelia dos procedimentos administrativos superiormente determinados. Estas áreas revelam formas diferenciadas na correspondência ao respectivo estágio evolutivo e estrutura-base de suporte, entre outros factores.

- Áreas Urbanizáveis

Expansões Urbanas Previstas

Áreas de expansão urbana previstas pelos Planos Municipais de Ordenamento.

- Zonas Industriais e de Armazenagem

Existentes

Áreas actualmente ocupadas por programas industriais ou de armazenagem que, pela sua concentração, escala de afirmação ou outros factores, se constituem como formas específicas passíveis de reconhecimento parcial ou conjunto.

Previstas

Áreas industriais ou de armazenagem propostas pelos Planos Municipais de Ordenamento do Território, e que correspondem a formas específicas passíveis, de reconhecimento parcial ou conjunto.

*Equipamentos Estruturantes (singulares / sistemas)**Singulares / Sistemas*

Equipamentos singulares de grande escala ou forte expressão na malha urbana, ou áreas correspondentes à concentração de equipamentos, a redes ou a outros sistemas de equipamentos, existentes ou propostos pelos Planos Municipais de Ordenamento do Território, e que correspondem a formas específicas passíveis de reconhecimento parcial ou conjunto.

Restrições e programas especiais

Áreas correspondentes a restrições ou serventias de utilidade pública que, pela sua escala ou afectações que determinam à malha urbana, se constituem como formas passíveis de reconhecimento parcial ou conjunto.

Trata-se, entre outras, das áreas ocupadas por instalações militares, portuárias, aeroportuárias, ferroviárias, ou ocupadas por programas especiais com impactos urbanísticos similares.

*– Elementos da Macroestrutura**Macroestrutura Viária*

Afectações determinadas pelos elementos da macroestrutura viária, como limites das formas passíveis de reconhecimento, como estruturas-ligantes ou ainda como estruturas-barreira ou impasses urbanísticos.

Macroestrutura Ferroviária

Afectações determinadas pelos elementos da macroestrutura ferroviária, como limites das formas passíveis de reconhecimento, e como estruturas-barreira ou impasses urbanísticos.

*– Espaços Abertos**Parque urbano*

Áreas de parque, existentes ou propostas no interior da malha urbana ou na sua periferia, por contiguidade espacial das formas resultantes, encontrando-se ou não parcialmente ocupadas por equipamentos desportivos, de lazer ou outros.

Áreas sob reserva

Áreas correspondentes a condicionamentos de ordem superior, existentes no interior da malha urbana ou na sua periferia, por contiguidade espacial das formas resultantes. Espaços naturais (RAN, REN, outros) com características concorrentes à definição dos limites e forma da cidade ou de partes da cidade.

– Morfologia do Suporte Físico

Afectações determinadas pelas características específicas do suporte físico, como intérpretes dos limites ou das configurações observadas (da forma da cidade ou de partes da cidade), ou ainda como determinantes de efeitos de barreira e impasses urbanísticos.

Trata-se ainda das configurações espaciais estabelecidas pelo próprio suporte físico, passíveis de reconhecimento enquanto formas autónomas ou articuladas às demais formas observadas.

– Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Referências marcantes de natureza física, espacial, topológica, simbólica, programática ou outra, que representem factores de identidade da própria cidade.

3.3. Chave de Leitura dos esquemas interpretativos**3.3.1. Reconhecimento Morfológico Elementar****1. Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença**

Formas claramente afirmadas pelo carácter das estruturas em presença, como por exemplo, e entre outras, as figurações de grande parte dos centros históricos de raiz medieval.

2. Morfologias afirmadas pela singularidade do limite

Formas marcadas por especificidades das respectivas estruturas perimetrais, ou peculiaridades dos limites das formas confrontantes, como por exemplo, e entre outras, algumas figurações definidas por acidentes orográficos, perímetros de áreas sob reserva ou por outros impasses urbanísticos.

3. Dismorfias ou anamorfoses

Dismorfias – Configurações deformadas ou viciadas por dislate morfológico. Áreas mal configuradas como, por exemplo, e entre outras, algumas periferias urbanas com carências de estruturação viária e ocupadas com base no modelo funcionalista, resultando com frequência espaços não edificados com morfologias de difícil reconhecimento.

Anamorfoses – Áreas desprovidas de formas reconhecíveis ou cujas formas parciais distintas não concorrem a formas conjuntas reconhecíveis. Vejam-se, por exemplo, e entre outros, os conjuntos das dismorfias acima referidas quando contíguas mas mutuamente desconcertadas.

4. Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial

Formas parciais concorrentes à configuração de sistemas reconhecíveis. Vejam-se, apenas como exemplo, as configurações que resultam de formas concêntricas ou em rede, no que respeita às

formas conjuntas e formas de cada uma das suas partes, e para cada um dos temas enquadratórios de referência.

5. Formas autónomas mutuamente desconcertadas

Formas parciais ou singulares que não se agrupam e não desenvolvem sistemas, para cada um dos temas enquadratórios de referência, ou que participam isoladas no conteúdo das formas conjuntas passíveis de reconhecimento. Veja-se, entre outros, o exemplo de áreas industriais ou de equipamentos, sem que as respectivas localizações se articulem entre si nem com as formas da cidade existente.

6. Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Estruturas ou áreas específicas cujas formas e demais características impedem articulações urbanísticas directas (por sistemas recorrentes no espaço urbano), determinando a leitura da cidade por partes. Veja-se os efeitos, sobre a malha urbana, de muitas das linhas férreas, áreas sob reserva e restrições de utilidade pública.

3.3.2. Modelos de Ocupação

7. Quarteirão Tradicional Dominante

Áreas providas de elaboração morfológica pelo reconhecimento de malha urbana fortemente afirmada, e caracterizadas, entre outros aspectos (densidades, escalas em presença), pela referência ao quarteirão encerrado prevalecente, como modelo urbanístico ou princípio morfo-tipológico de ocupação. Trata-se de grande parte dos centros históricos / núcleos antigos, assim como de uma parte das áreas urbanas consolidadas agora observadas.

8. Quarteirão Reformado Dominante

Áreas providas de elaboração morfológica pelo reconhecimento de malha urbana muito afirmada, e caracterizada, entre outros aspectos (densidades, escalas em presença), pelo quarteirão "aberto" prevalecente. Veja-se, por exemplo, muitas das áreas consolidadas do universo urbano referido.

9. Frente Urbana Recorrente

Áreas estruturadas por ocupações lineares, pela edificação periférica aos elementos de traçado viário, em geral estabelecidas na respectiva sequência espacial, resultando a sua forma em "fitas", "faixas" ou "eixos". Veja-se, entre outros, os exemplos das áreas não consolidadas do universo urbano referido.

10. Ocupações suburbanas em bolsa

Áreas frequentemente resultantes de operações urbanísticas específicas definidas, na correspondência a programas, em geral, de alojamento unifamiliar (loteamentos), ou por recurso a frentes

urbanas recorrentes de tipologias diferenciadas, mas conformando bolsas com formas parciais autonomizáveis, formas estas que, pela sua localização no contexto do território urbano, contribuem, em geral, para o limite da cidade existente. Veja-se as formas específicas deste tipo de ocupações, identificadas enquanto áreas urbanas consolidadas, localizadas na periferia de algumas das cidades observadas.

11. Modelo Funcionalista

Áreas em que a malha se revela, em geral, desprovida de componentes urbanas tradicionais sendo caracterizadas, entre outros aspectos, pelas referências morfo-tipológicas funcionalistas (blocos de habitação isolados, articulados ou desarticulados). Veja-se, entre outros, os exemplos das formas referidas como áreas urbanas não consolidadas, correspondentes a muitos dos bairros de habitação social localizados, em geral, na periferia de algumas das cidades observadas, formas essas que veiculam perturbações à clara leitura do perímetro urbano.

12. Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

Áreas que apresentam formas peculiares resultantes de atitudes projectivas com evidente enquadramento face a arquétipos urbanísticos reconhecidos. Este factor é entendido como cumulativo aos modelos de ocupação acima tipificados.

Subsistema urbano do Norte Litoral

Viana do Castelo

Braga

Barcelos

Eixo de cidades do Vale do Ave

Eixo de cidades Paredes/Penafiel

Eixo de cidades Santa Maria da Feira/S. João da Madeira/Oliveira de Azeméis

Aveiro

Viana do Castelo

Viana do Castelo

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênesis Illegal

RME

MO

(1)
(2)(4)
(4)(5)
(9)(10)(11)

(7)
(9)(10)(11)(12)
(9)(10)(11)

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

(4)

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

(4)(5)

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

(2)(6)

(1)(6)

(4)(6)

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

(6)

(6)

(6)

Morfologia do Suporte Físico

(2)(6)

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

- Centro histórico; monumentos e arquitectura urbana; frente de rio (passo público) e ponte; Monte de Stª. Luzia e Santuário do Sagrado Coração de Jesus.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Especiais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

Núcleo histórico de relevante valor arquitectónico situado na margem direita do rio Lima, junto à sua foz.

O traçado do caminho de ferro e da EN 13 estabelecem a fronteira entre o núcleo antigo e a zona consolidada da cidade.

As condicionantes impostas pelo suporte físico (rio e Monte de Stª. Luzia) orientaram o crescimento da cidade para Este e ao longo da frente atlântica.

As áreas não consolidadas estão situadas, quer entre a zona consolidada e o Monte de Stª. Luzia, quer para Nordeste onde se encontram as de maior extensão.

O PDM propõe pequenas áreas urbanizáveis localizadas nos interstícios das áreas não consolidadas.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

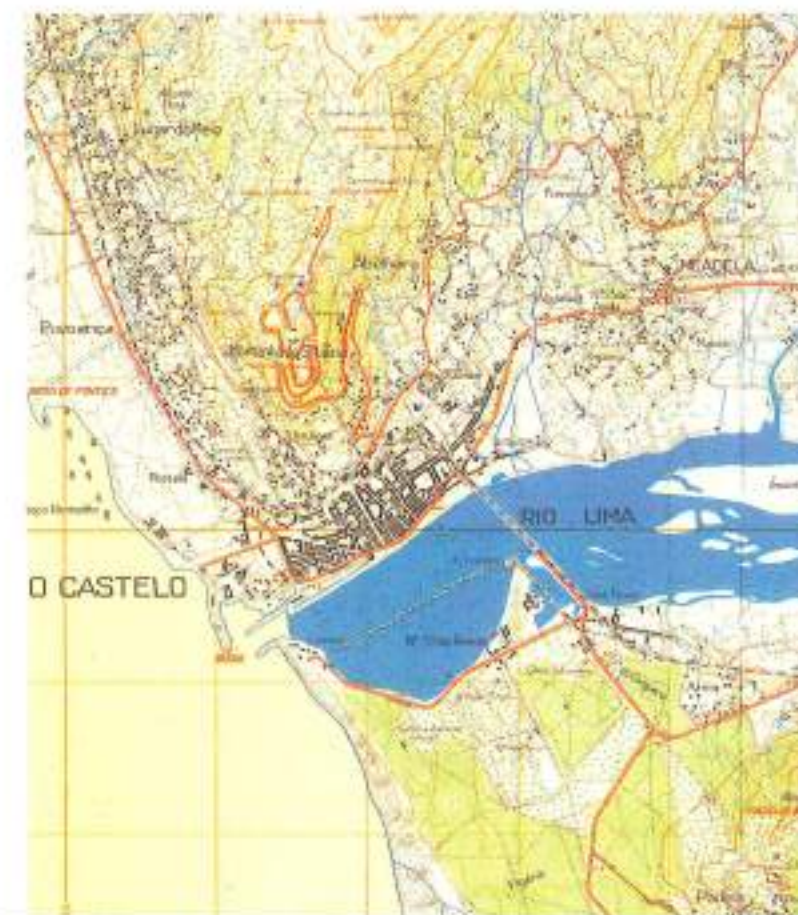
Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)



VIANA DO CASTELO

Fotocópia da Carta Viana 1984 - Escala 1:25.000 (reprodução e adaptação)



	INTERIORE			
	1	2	3	4
PRINCIPAIS PROBLEMAS	Desenvolvimento desordenado e desarticulado dos portos	Falta de iniciativa empresarial	Falta da população no núcleo central	Desequilíbrios nos ligões da cidade com os elementos naturais envolventes – rio, mar e serra
	Articulação deficiente da cidade com rede viária exterior	Crise internacional do sector naval	Sistema sócio-cultural fechado e pouco propenso à cooperação	Incapacidade financeira e organizacional para implantar projectos culturais e desportivos para uma oferta regular
		Concorrência espanhola na produção de cerâmicas para a construção civil	Falta de iniciativa endógena e sistema sócio-cultural, fechado pouco propenso à inovação social, cultural e económica	
		Crise estrutural no sector das pescas		
		Promoção turística pouco competitiva		Falta de transportes urbanos insuficiente para permitir atenuar a utilização do transporte individual
		Inexistência de sistema de distribuição logística		Situações de degradação urbanística e marginalidade social nas zonas periféricas
		Insuficiente formação e profissionalização nos sectores do turismo, recreio, desporto e cultura		Falta de qualificação e animação de espaços públicos e de política de estacionamento
		Teatro académico incapaz de absorver população com formação superior		Inadequação dos sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos
				Deficiências nas redes de água e saneamento
				Falta de equipamentos culturais e infraestruturas desportivas
PRINCIPAIS VANTAGENS	Dinâmica empresarial comercial – ourivesaria e produtos abstracos	Estrutura etária jovem		Oferta de habitação adequada a vários segmentos de mercado
	Indústria turística	Focalização cultural da população e tradição de consumo cultural		Dinâmica cultural e artística – teatro, música
	Desenvolvimento industrial endógeno – construção naval, cerâmica, tecidos naturais	Dinâmicas de fixação e sustentabilidade de quadros superiores e artísticos		Existência e forte integração do património cultural e natural – rio, mar, serra, centro histórico
	Infraestruturas turísticas vocacionadas para turismo de congressos e negócios	Existência de instituições de ensino superior		Existência de estruturas de formação e investigação superior de importância regional
	Estalares navais com importância internacional no reparação/reconstrução	Presença no cenário artístico de professores estrangeiros		Realização na cidade de um número significativo de eventos internacionais
	Existência de porto comercial	Presença de um teatro profissional		
	Coexistência de três modos de transporte – rodoviário, marítimo, ferroviário			Alta diversidade paisagística face a outras áreas urbanas
	Existência de outros portos de mar próximos, com estruturas mais eficientes (Porto e Vigo)			

Braga

Braga

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Illegal.

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Centro histórico; monumentos e arquitectura urbana; novos sinais de desenvolvimento.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas. Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

Núcleo antigo primordial com forma muito contida.

A cidade cresceu em todas as direcções e grande parte da sua malha urbana apresenta-se consolidada, não obstante frequentemente mal estruturada. De facto, muitas das expansões urbanas mais recentes, com base em malhas relativamente consolidadas, correspondem antes a mal-conformações espaciais resultantes do atulhamento e desconcentração de referências físicas, formais e significantes.

A forma de cidade encontra-se envolvida por alguns espaços abertos, embora coligada aos espaços urbanos da cidade difusa em que se insere.

O PDM define algumas áreas urbanizáveis na correspondência aos espaços intersticiais que modelam as áreas urbanas existentes.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

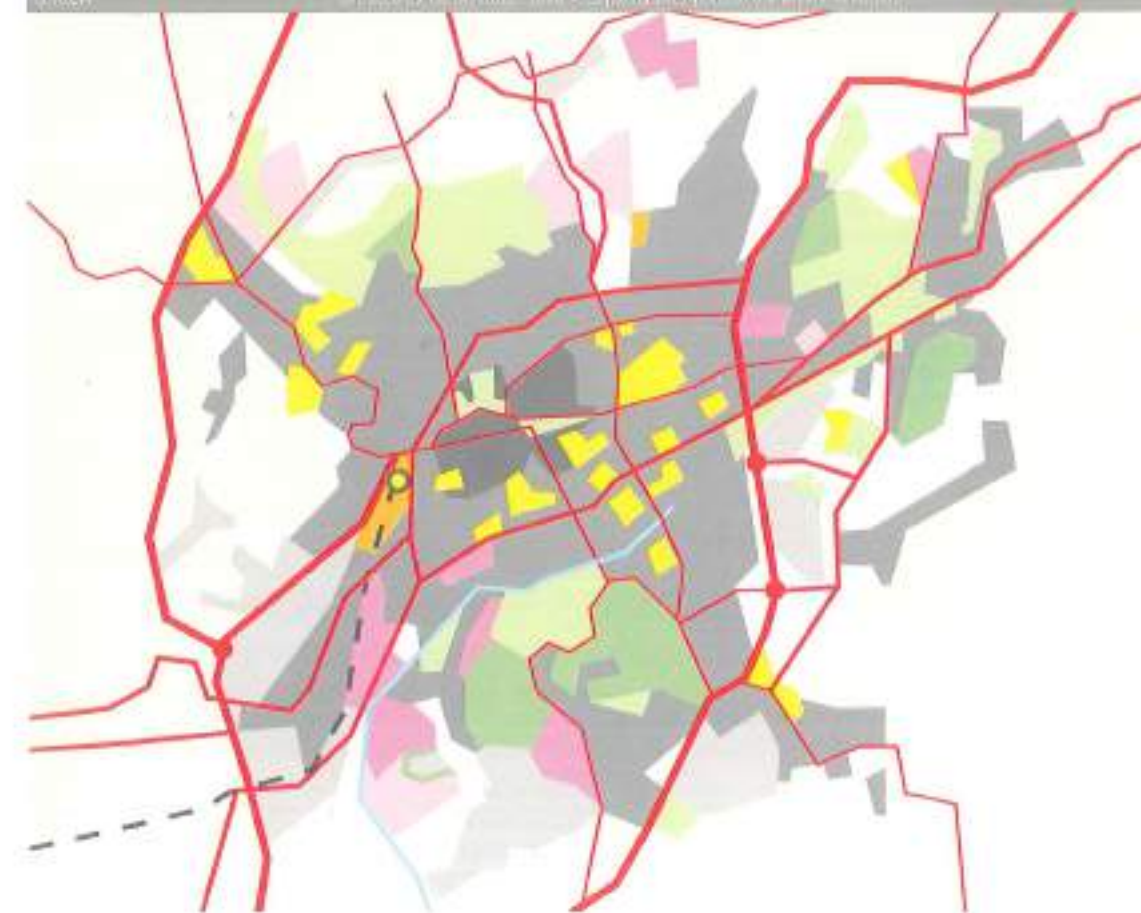
Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME	MO
(1)	(7)
(3)(4)(5)	(7)(8)(9)(10)(11)
(3)(4)(5)	(9)(10)(11)
(4)(5)	
(5)	
(4)	
(4)(5)	
(6)	
(1)	
(2)(4)(6)	
(6)	
(6)	
(2)(6)	



CITY OF BRAGA			
PROBLEMA	DESCRIÇÃO DO PROBLEMA	CAUSAS PRINCIPAIS	CONSEQUÊNCIAS
1	2	3	4
Pressão urbanística originada pela falta de consenso de espaço	Falta de oferta de recursos humanos condiciona qualidade do tecido produtivo	Falta de capacidade de fixação residencial dos profissionais mais qualificados empregados nos domínios de ensino, saúde, serviços sociais ou de organismos públicos	Processo de acentuada terciarização acentua decadência (desertificação humana, congestionamento, degradação física associada à pressão urbanística) do centro histórico/tradicional
Crescente aparecimento de empreendimentos habitacionais em zonas não servidas por abastecimento de água	Deficiente modernização dos processos produtivos e difusão de inovação tecnológica	Ameaça de criação de bolsas de pobreza decorrentes do declínio dos sectores industriais tradicionais	Crescente aparecimento de empreendimentos habitacionais em zonas não servidas por abastecimento de água
Inexistência de hierarquia da rede viária e de circuitos urbanos e regionais, origem intensa tráfego de atravessamento e congestão em acessos à cidade		Nível de instrução da população muito reduzido	Estacionamento na área central ainda insuficiente
Perossidade nos processos de expropriações inerentes à criação de novas infraestruturas rodoviárias		Existência de grupos sociais desfavorecidos ao nível da habitação/energia/educação	Desarticulação entre as grandes superfícies e a capacidade de resposta do espaço envolvente em termos de enquadramento paisagístico, acessibilidade, estacionamento (falta de espaços e hipermercados)
Desajuste entre a rígida concentração da iniciativa privada a nível da cidade e a capacidade de resposta pelas entidades competentes ao nível da rede viária		Falta de consciência ecológica da população	Degradação do parque habitacional mais antigo, incluindo o centro histórico
			Proliferação de construção ao longo das estradas de acesso à cidade contribui para congestionamento e impossibilidade de alongamento das linhas de rodagem
			Comércio acompanhando indiscriminadamente o fenómeno de urbanização, sem manter padrões mínimos de qualidade
			Grandes carências, não quantificadas, ao nível dos equipamentos de apoio à infância e ensino pré-primário
			Carências em equipamentos de ensino básico e secundário, não respondendo novas escolas em construção
			Serviços de saúde apresentando carências diversas
			Capacidade limitada por parte dos sistemas de captação e armazenamento de água para abastecimento público
			Águas residuais da cidade sem tratamento, por não estar concluída ligação à ETAR já existente
			Inexistência de aterro sanitário municipal
			Deposição dos resíduos sólidos urbanos em terrenos particulares, sem qualquer controlo
			Dificuldade no escoamento dos resíduos sólidos recolhidos seletivamente (vidro e papel)
			Desqualificação das urbanizações como as bairrais junto à ponte Pedreira, do Sal, do Casarão e a Quinta da Fonte

	ESTADO			
	INDICADORES	DESEMPENHO EVALUATIVO	DESEMPENHO EVALUATIVO	DESEMPENHO EVALUATIVO
INDICADORES	1	2	3	4
ESTADO DE DESEMPENHO	Forte dinamismo do sector terciário	População muito jovem confere a Braga mais um factor de atracção	Existência de algumas urbanizações habitacionais de qualidade	
	Crescimento do sector secundário e correspondente aumento do emprego	Um dos maiores crescimentos populacionais do Continente	Escolas profissionais constituem boa alternativa às escolas secundárias	
	Rentabilidade da actividade económica revelando uma tendência de crescimento		O ensino superior constitui o equipamento que melhor dinamismo e desenvolvimento veio conferir a Braga nos últimos anos, com perspectivas para crescimento e multipolarização espacial	
			Existência de ETAR na cidade e ETARs cobrindo os parques industriais	
			Em construção o sistema de recolha e tratamento de efluentes da cidade	
			Progressiva instalação das unidades industriais nos parques existentes ou previstos	
			Sensibilização dos industriais para questões ambientais	
			Recicla selectiva de vidro e, em breve, do papel e cartão	
			Cidade muito rica em património natural e construído, constituindo simultaneamente factor de qualidade de vida e de atracção turística	
			Existência de um sistema de transportes urbanos com frota moderna e bem equipada, permitindo canalizar investimentos para melhoria da gestão e qualidade do serviço	
ESTADO DE DESEMPENHO	Articulação de novas zonas residenciais com áreas consolidadas no perímetro urbano	Apostar no Parque de Exposições "Lago do Gama" a nível nacional	Ações piloto de educação ambiental junto da população escolar e sensibilização da população quer ao nível da recolha selectiva de lixo quer da utilização de produtos reciclados	Valorização urbanística e arquitectónica dos equipamentos de âmbito regional, no supra-regional (universidade, Recreativo, pavilhão de exposições,...) visando a criação de pontos de referência simbólicos
	Articulação das grandes superfícies/equipamentos com as vias estruturantes de acesso à cidade	Reflexo/valorização da cidade como centro fornecedor de serviços qualificados (emprego comercial e agroalimentar do Noroeste, hospital central, ampliação do Parque de Exposições)		Reabilitação de edifícios e espaços urbanos de centro histórico, incluindo remodelações dos equipamentos
	Articulação do campus universitário com a cidade através da estruturação do desenho urbano	Diversificação da actividade turística, criando alternativas ao turismo tradicionalmente religioso, desenvolvendo o turismo associado à imagem da cidade e à diversidade da oferta do produto turístico		Valorização das vistas visuais que unem os santuários do Bom Jesus, Senhora e Fátima, à cidade
		Terciarização como principal suporte de desenvolvimento social e académico		Criação do Museu da Imagem de Braga
				Criação de uma rede de parques urbanos: parque urbano oriental/ universidade, parque norte
				Continuação da valorização do Parque de S. João da Fonte, Monte Picoto e sua integração com o complexo desportivo e o parque de exposições, com previsão de estacionamento

	ESTADO			
	INDICADORES	DESEMPENHO EVALUATIVO	DESEMPENHO EVALUATIVO	DESEMPENHO EVALUATIVO
INDICADORES	1	2	3	4
ESTADO DE DESEMPENHO				Projecto "Braga, cidade ciclável": criação de pistas urbanas entre a universidade e o extremo oeste da cidade, acompanhando a rodovia
				Melhoria da qualidade de serviço e da gestão da frota dos TUI e alargamento da 2ª linha para os limites do perímetro urbano
				Colocação das crianças em equipamentos de ensino básico (construção das escolas de Real e Colégio) e técnico-profissional (Esc. Prof. de Braga)
				Colocação das crianças ao nível do equipamento desportivo (pavilhão desportivo, piscina municipal, ocupação do Estádio 1º Maio)
				Construção da nova unidade hospitalar, articulando-a com a Universidade do Minho, no sentido de ser criada a vertente académica da saúde
				Reabilitação dos margens do rio Douro, integrando os equipamentos existentes e previstos (golfe, praias fluviais, desportos náuticos, autódromo)
				Recicla selectiva de papel e vidro, articulando com campanhas de sensibilização da população, quer ao nível da recolha selectiva quer quanto à utilização de produtos reciclados

	Estratégias de Desenvolvimento		
	1. Estratégias de Desenvolvimento	2. Estratégias de Desenvolvimento	3. Estratégias de Desenvolvimento
Estratégias	5	6	7
	Desarticulação entre as instituições responsáveis pelo ensino superior ao nível das intervenções extra-curriculares	Falta de coordenação entre sectores do licenciamento de obras (habitação) e Serviços Municipais de Águas e Saneamento Necessidade nos processos de expropriações inerentes à execução de novas infraestruturas rodoviárias Dinâmica urbana não acompanhada pela processa de planeamento urbanístico	
	Coordenação pela Câmara Municipal das obras de infra-estruturação da responsabilidade de outras entidades (SNAS, Telecom, EDP)	PDM (já em vigor), PU e PPS (previstos) permitirão preservar e valorizar o património natural e construído Continuidade de uma política integrada de revitalização e recuperação do centro histórico Coordenação pela Câmara Municipal das obras de infra-estruturação da responsabilidade de outras entidades (SNAS, Telecom, EDP) PDM plenamente eficaz na gestão do território	
Estratégias	Concretização de uma visão concertada dos diferentes tipos de transporte e constituição dos respectivos interfaces	Continuar a política de criação de uma "rede de terrenos", aumentando a capacidade de gestão urbana	
	Intervenção articulada entre as universidades pode resultar em aspectos profundos para a cidade ao nível cultural	Fomento de estímulos/incentivos à instalação das empresas sediadas no tecido urbano para se relocalizarem nos parques industriais	
	Articulação e coordenação dos eventos especiais (exposições, seminários,...) com um reforço paralelo de actividades dos tempos livres dos visitantes (dinâmicas das galerias, cinemas, restaurantes,...)	Recuperação e valorização dos jardins históricos através de ações de manutenção Elaboração de um plano de urbanização e das unidades operativas de planeamento e gestão previstas nos PDM que regulamentem o espaço integrado no perímetro urbano, fazendo depender a edificação do planeamento e não o contrário	
Estratégias	Concretização de campanhas de imagem e concertação de actores económicos visando a atracção/fixação de investimentos		

Barcelos

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Ponte gótica e margens do rio Cávado (onde a cidade se revê); Paço Conde; Campo da Feira; espaço da Matriz e pelourinho; torre medieval).

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Especiais
Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

Núcleo histórico primordial, com formas muito contidas, localizadas junto ao atravessamento do rio Cávado. A cidade cresceu para Norte e grande parte da sua malha apresenta-se consolidada.

A forma da cidade encontra-se envolvida por espaços agrícolas e espaços naturais de protecção.

Limite da cidade muito recortado, não obstante de forte sentido morfológico.

O PDM determina afectações urbanas (áreas de expansão urbana) nos espaços intersticiais que medeiam as áreas urbanas existentes, ou entre estas e os elementos da macroestrutura.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME MO

(1) (7)

(1)(4) (7)(8)(9)

(3)(4)(5) (9)(10)

(4)(5)

(5)

(4)(5)

(2)(4)(6)

(6)

(6)

(2)(6)



BARCELOS

População da freguesia em 2011: 10.000 habitantes. Fonte: INE, 2011.



	CENTRO			
	1	2	3	4
ESTRUTURA URBANA		Hipoespecialização económica fragilidades económicas à cidade, colocando a vulnerável face a potenciais crises sectoriais Indústria tradicional, por vezes associado a equipamento obsoleto e a trabalho infantil e no domicílio		Áreas residenciais com fortes debilidades no que se refere à qualidade de vida urbana, que não recuperam Fortes aumentos de tráfego de atravessamento da cidade, com consequências ao nível das condições de circulação e de estacionamento Campo da Feira é um extenso espaço público central, mas desaproveitado Falta de equipamentos colectivos, face ao crescimento demográfico verificado
IDENTIDADE URBANA		Actividades económicas dominadas pelos sectores têxtil, vestuário (mulheres) e cerâmica artística Crescimento recente do sector do calçado	Forte identidade cultural na cidade e na região Estrutura demográfica jovem (50% de residentes com menos de 30 anos)	Centro histórico relativamente preservado, concreto, contido, de beneficiação e reabilitação Imagem urbana com identidade e de fácil leitura Património cultural de qualidade
DESENVOLVIMENTO	Consolidação do perímetro urbano de Barcelos e valorização das periferias	Reforçar a formação profissional e técnica profissional Reforçar o papel de Barcelos no contexto de investigação regional, dirigido ao sector têxtil Fortalecer a base económica local e a sua coesão, criando condições para a sua diversificação, sobretudo em sectores complementares		Salvaguarda e valorização do património cultural do centro urbano Promoção de percursos pedestres urbanos, integrando as margens do rio Cávado Criar melhores e melhores percursos pedestres dentro da cidade, designadamente no centro histórico e aumentar os espaços de estacionamento na periferia Reforçar a sua capacidade hoteleira de recepção aos visitantes, em articulação com Espinho, Braga, Vila Verde e Porto Reforçar as redes de equipamentos e de infraestruturas de saneamento básico, em articulação com a consolidação urbana e o controlo das expansões Inserção de Barcelos numa estratégia de reforço das estruturas de ensino superior e de investigação no IFE do Ave, designadamente nos domínios do ensino artístico Promoção do património cultural urbano Melhorar e valorizar paisagisticamente as margens do rio Cávado

FAFE

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

- Área central, arquitectura urbana

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

Núcleo antigo de forma linear.

A cidade expandiu-se em redor do núcleo antigo assente na estrutura viária existente. As áreas consolidadas revelam uma ocupação de reduzida estruturação, sendo no entanto fortemente preenchidas.

Em continuidade das áreas consolidadas existem áreas de povoamento disperso cuja ocupação se efectuou ao longo das principais ramificações viárias. Este facto contribui para que o limite da cidade existente seja extremamente recortado.

As áreas urbanizáveis preconizadas pelo PDM são polarizadas nos limites actuais da cidade, estabelecendo a continuidade urbana entre as zonas não consolidadas, e contribuindo para que o limite da cidade possua maior regularidade.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1)

(8)(9)

(4)

(8)(9)

(3)(4)(5)

(9)(10)(11)

(5)

(5)

(4)(5)

(4)

(2)(5)

(4)(6)

(6)

(6)



FAFE

Extracto da Carta PDM 2015 • Escala: 1:50.000



Guimarães**Áreas Urbanas**

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gêneses Ilegais

RME

MO

(1)
(4)(5)
(4)(5)
(9)(10)(12)

(7)
(7)(8)(12)

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

(5)

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

(5)
(4)(5)

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

(5)

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

(2)(4)(5)
(2)(6)

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

(6)

Morfologia do Suporte Físico

(6)

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Centro histórico; castelo; Paço Ducal; Igreja românica de S. Miguel; monumentos; e arquitectura urbana; Monte da Penha.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais.

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

Centro histórico de relevante valor arquitectónico e de forma muito contida.

Áreas consolidadas em redor do centro histórico e com desenvolvimento uniforme em todas as direcções. Existem áreas consolidadas e áreas por consolidar disseminadas na envolvente à área central da cidade. As áreas urbanizáveis e alguns espaços abertos previstos pelo PDM ligam todos estes núcleos.

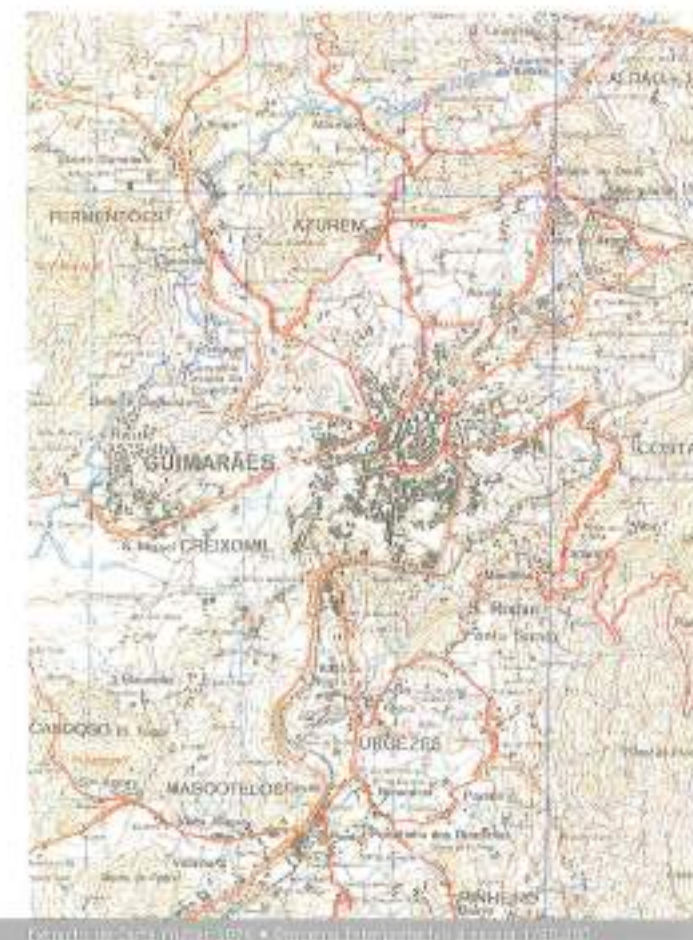
Grande parte do perímetro urbano da cidade, resultante das propostas do PDM encontra-se condicionado por áreas de reserva e salvaguarda estrita.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)**Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais****Reconhecimento Morfológico Elementar**

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)



OLIMARIAS

Centro de Guimarães, 2011 • Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais • Volume 2



Santo Tirso

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênesis Illegal

RME

MO

(1)
(1)(3)(4)
(3)(4)(5)

(9)
(7)(8)(9)(10)
(9)(10)

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

(4)

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

(2)(5)

(5)

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

(4)(5)

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

(2)(6)

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

(6)

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Núcleo antigo, Mosteiro de S. Bento, arquitectura urbana.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas. Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

Núcleo antigo pouco afirmado, estruturado linearmente.

A zona consolidada, agregada ao núcleo antigo foi condicionada no processo de desenvolvimento pelas características do suporte físico (leito dos rios Ave e Sanguinheira).

A Poente do rio Sanguinheira existem dois núcleos de débil estrutura urbanística e de ocupação apoiada na estrutura da propriedade rural.

Cidade de limite pouco claro, especialmente a Sudoeste, originado pela existência de áreas não consolidadas.

As áreas urbanizáveis cobrem as áreas não consolidadas em todo o sector sudoeste da cidade. É no seguimento destas que o PDM propõe a criação de bolsas de áreas industriais.

O perímetro da cidade, resultante das propostas do PDM, é condicionado por espaços não urbanos e de salvaguarda estrita.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

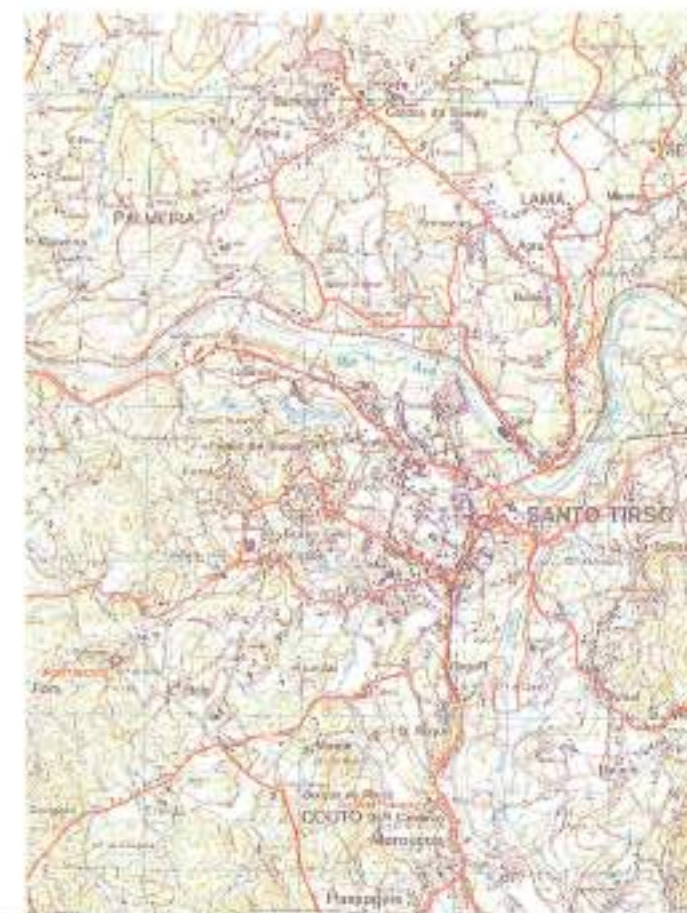
Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)



SANTO TIRSO

Elaboração: Carlos Almeida, 1975. Diagrama Interpretativo: Carlos Almeida, 1980/2000



Vila Nova de Famalicão

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênesis Ilegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

- Espaço central da cidade, novos sinais de desenvolvimento

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

A malha urbana expandiu-se em torno do núcleo primordial, apresentando um conjunto de equipamentos estruturantes na envolvente da sua área consolidada. A cidade apresenta, no entanto, vastas áreas de malha não consolidada.

O PDM preconiza algumas áreas de expansão que preenchem os interstícios das áreas urbanas não consolidadas, resultantes da singularidade do seu actual limite.

Observa-se um conjunto de pequenas áreas industriais de formas autónomas mutuamente desconcertadas, e dispersas pela área urbana existente.

Os espaços abertos em presença são factores que condicionam a interligação e articulação de muitas das partes da cidade, conferindo características específicas às formas parciais e forma conjunta resultante.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1)

(7)(8)(9)

(1)(2)(5)

(8)(9)(10)

(3)(4)(5)

(9)(10)(11)(12)

(4)(5)

(5)

(4)(5)

(5)(6)

(2)(5)(6)

(6)

(2)(6)



VILA NOVA DE FAMALICÃO

Barragem de Santa Eufémia - 1992 - Eixo de cidades do Vale do Ave - 1992



ANEXO III			
EVOLUÇÃO	IMPACTO (POSITIVO/NEGATIVO)	IMPACTO VOLTADO (POSITIVO/NEGATIVO)	CONSEQUÊNCIAS
1	2	3	4
Aglomerados urbanos com uma morfologia de casarões imprecisos que se desorientava numa lógica de centralidade com outros componentes do sistema urbano e industrial difuso. Suporte urbano característico de um território maciçamente rural, pressionado até à ruptura pelas dinâmicas de crescimento urbano difuso. As cidades do sistema mantiveram até muito recentemente um perfil funcional ligado com actividades de serviços mais tradicionais, que se traduz num efeito de polarização funcional mais na esfera do consumo individual e colectivo do que na esfera produtiva. A forma como se processou a expansão recente na maioria dos aglomerados determinou-lhes uma imagem urbana fragmentada e pouco característica, incluindo formas diversas, os aglomerados (unidades de coesão) da rede histórica e com forte identidade e as nucleações rurais ou menos recentes ou os aglomerados novos, resultantes da densificação de segmentos de estrada urbanizada. Centralidades e imagens urbanas não consolidadas, excepto no caso de Gaizmarões, associadas a uma situação de forte desigualdade entre os principais núcleos urbanos, em termos demográficos e funcionais, e ao carácter muito recente ou embrionário do reforço das nucleações secundárias.	Situação de fragmentação territorial associada a uma dispersão entre as cidades quanto à localização de actividades da intensão estratégica ligadas a uma flexibilidade comum (flexibilidade) prejudica o aprofundamento do modelo do Vale do Ave enquanto modelo sistémico. O carácter extensivo do crescimento industrial e o fraco potencial de terciarização por ele gerado marginalizam a importância atribuída às cidades. A evolução da crise nos sectores tradicionais do Vale do Ave tem contribuído para a fragmentação da densidade das relações interempresas ficando em risco os efeitos da coesão funcional identificadores deste modelo e o seu principal motor de expansão e diversificação do tecido empresarial. Situação de forte polarização no sistema empresarial, com peso esmagador de microempresas associadas à economia de grandes estabelecimentos industriais. Finalidades recentes para o território perder importância face ao vestuário, para um aumento da incorporação de produtos têxteis importados na produção de vestuário, associados à crescente penetração no mercado nacional de produtos de vestuário importados e à pequena dimensão deste mercado, constituem factores de vulnerabilidade da estrutura industrial regional. Fragiliza de escolarização e de qualificação de mão-de-obra, designadamente nas TPDI industriais. Excessiva especialização na flexibilidade (flexibilidade) cria uma situação do quase "monocultivo" industrial, o que em tempos de crise se traduz numa reduzida oferta de alternativas de emprego, designadamente em sectores menos afectados pela crise. Sistema produtivo regional fortemente estereotipado e dependente, na medida em que a indústria local importa toda a tecnologia e matérias-primas e a sua produção se destina maioritariamente ao mercado europeu, sendo quase totalmente controlada por mediadores ou por subcontratação internacional directa. Enorme défice na procura de serviços, sobretudo de natureza mais qualificada, provocado pela situação de "dependência passiva" face ao exterior, provocando uma situação em que o potencial industrial da região não se revê nas suas cidades.	Estrutura social "nívelada por baixo", como consequência das características do modelo de crescimento extensivo, baseada na diferencial de custo de mão-de-obra e nas condições de mobilização do trabalho acentuando tensões sociais decorrentes dos baixos níveis de escolarização e de salários, das condições de precariedade de emprego, do baixo processo do sistema de ensino e de altas taxas de abandono escolar. O esquema de apoio à entrada no mercado de trabalho com base na rede familiar ou de conhecimentos pessoais, que se mostra favorável à "flexibilização" laboral, é indutor de fragilidades ao nível da coesão social do Vale do Ave face às exigências de qualificação crescentes e à escassez de oportunidades em períodos de recessão. Desemprego maioritariamente feminino, de longa duração e muito longa duração, o da população com 4 ou menos anos de escolaridade. Aumenta muito significativo (50%) na década de 90, do número de beneficiários a receber subsídios de desemprego ou de doença.	Áreas periféricas da cidade de Gaizmarões com défices na deslocação do espaço público. Oferta de estacionamento muito deficitária na cidade de Gaizmarões. Falta de tratamento adequado do espaço público em Vila Nova de Famalicão. Troca, apesar da sua vocação eminentemente industrial, muito dificilmente consegue fixar actividades terciárias, as quais tendem a instalar-se em Santo Tirso. A dispersão e escassez dos equipamentos da Trefa dificulta o reforço da leitura desta centralidade. As dinâmicas "espontâneas" de urbanização que caracterizam a convergência policêntrica desarticulam-se num quadro de sub-infraestruturação urbana (infraestruturas de transporte, de abastecimento de água, redes e sistemas de saneamento, de energia, etc.).

	BOLIFÉ			
	1	2	3	4
ESTRUTURA MACRO		"Eixo de aglomeração" urbana de natureza predominantemente funcional, tipicamente limitado – serviços e comércio de consumo final, pouca diversidade e diversificação em virtude dos baixos níveis salariais; serviços às empresas limitados pela difusão da procura e pela lógica de aglomeração dos mais qualificados e da logística da A. M. de Porto e serviços públicos dependentes de investimento público central, o qual não se tem feito sentir à medida das necessidades da região. Aglomeramento na década de 90 da situação do emprego nos indústrias têxteis e de vestuário, sobretudo no concelho de Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão (número de desempregados aumentou cerca de cinco vezes para o conjunto dos dois concelhos), associada a uma ruptura do modelo de crescimento intensivo. Apesar dos esquemas de incentivos dirigidos à indústria na década de 90, a situação de crise no modelo industrial tem-se agravado, necessariamente através de recurso aos processos de pré-falência ou do recuperação.		
	O sistema urbano inclui uma conurbação policêntrica em que são vértices principais as cidades de Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Tróia, e cujos principais aglomerados existentes no seu "miolo" são Jaçanã, Vila das Aves, Vila e Vila d. Ave. Os aglomerados urbanos do Vale do Ave coexistem num espaço de relativa proximidade física, condição altamente favorável ao aprofundamento do modelo sistémico. Guimarães localiza-se num dos vértices da poligonal mais densa, constituindo a centralidade mais importante e afirmada do sistema. Boas ligações viárias entre as diversas centralidades urbanas do sistema. Localização de Vila Nova de Famalicão assume uma posição estratégica na articulação das zonas de influência do Porto e de Braga. Tróia constitui importante nó de articulação entre o sistema urbano do Vale do Ave e a Área Metropolitana do Porto. Dinâmica do crescimento muito acentuada da Tróia provocada pela sua acessibilidade relativamente ao Porto e a Braga.	Forte concentração industrial com cerca de 80% dos TICD na indústria transformadora e dentro da indústria transformadora, com uma significativa especialização no têxtil-vestuário. O emprego na indústria têxtil, vestuário e calçado do Vale do Ave representa cerca de um terço do emprego total do Continente nestes setores. Estrutura industrial fortemente exportadora, muito significativa no total das exportações nacionais de produtos da indústria transformadora. Sistema de produção caracterizado por coesão funcional crescente, que se traduz na existência de conglomerados de empresas relacionadas entre si (PME, microempresas, trabalho no domicílio, grandes empresas, grupos empresariais, etc.) e relações essenciais em subsistemas de integração produtiva (fornecedores e fornecedores de subestabilização ou de outro tipo de relacionamento) constituídas por unidades especializadas nos diferentes segmentos da filiação industrial. O potencial de cultura empresarial testada no Vale do Ave, a abundância de mão-de-obra (ainda que pouco qualificada) e as próprias externalidades que foram sendo criadas (zonas	Evolução recente positiva no panorama das qualificações e escolarização de mão-de-obra, embora a um ritmo inferior ao da média nacional. As cidades de Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso apresentam estruturas de qualificação e escolarização de mão-de-obra em que assomam maior importância os níveis superiores. Existência de um "contexto ou meio social" típico do sistema afirmado, relacionado com a coesão do próprio sistema de produção e a proximidade física existente entre as suas componentes e o uso comum que é feito das infraestruturas e recursos locais. Alta densidade demográfica, estrutura etária jovem e dinâmica demográfica acima da média do Continente, em que o crescimento natural é fundamental na manutenção dos modelos de tipo extensivo.	Guimarães apresenta um sector terciário significativo e diversificado, incluindo um pólo de ensino superior, formação profissional, hotelaria e restauração, comércio por grosso e a retalho e outros equipamentos e serviços que reforçam o seu protagonismo urbano. Imagem urbana de baixas densidades marcada pelo seu centro histórico, em processo de requalificação, de elevada qualidade e visibilidade. Qualidade urbanística e arquitectónica dos projectos urbanos em Guimarães, designadamente no seu centro histórico. Especificidade de Vila do Ave em torno da sua vocação têxtil e da qualidade arquitectónica e ambiental do espaço em torno das termas. Parque das Termas e Termas das Taipas potenciam a fixação de actividades terciárias e reforçam uma imagem urbana bem afirmada, cumpindo funções que ultrapassam o âmbito do aglomerado. Em Vila Nova de Famalicão verificou-se, associada à fixação de uma indústria potente e razoavelmente diversificada, a instalação de actividades terciárias, como o CITVE e o pólo universitário.

	BOLIFÉ			
	1	2	3	4
ESTRUTURA MICRO	Fafe assume uma posição de caminho entre a conurbação policêntrica do Vale do Ave e as centralidades mais montanhosas do interior, com povoamento de perfil concentrado, posição que lhe é conferida também pela sua dinâmica socio-económica. As condições de crescimento das estruturas produtivas e sociais têm contribuído para a coesão do modelo de ocupação territorial, no quadro de um reforço das economias de aglomeração. Desde que minimizadas as condições de instabilidade e de flutuação de movimentos, o reforço do sistema urbano do Vale do Ave pode ser potenciado pelas virtualidades do seu posicionamento no interior de uma malha difusa de povoamento e de localização industrial, equacionando as lógicas de "fixação" e de "aglomeração" como complementares.	Indústrias, infraestruturas, resolução de problemas ambientais, etc.) criam condições tendentes à fixação de novas oportunidades de investimento. Futura implementação do eixo do Vale do Ave do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto reforça a especificidade urbana e aumenta as perspectivas de qualificação do Centro das Taipas. Potencialidades em torno do turismo ambiental dinamizadas a partir de Fafe.		A zona central de Santo Tirso concentra um nível assinalável de equipamentos e serviços, que juntamente com as características morfológicas da cidade originam uma imagem urbana bem afirmada. Zona central de Santo Tirso estruturada por um conjunto de praças arborizadas que formam um sistema de espaços públicos bem dimensionados e de elevada qualidade urbana. Crescimento urbano da Tróia recente dominado pelo processo de industrialização muito dinâmico, em que se jogam a sua boa acessibilidade rodoviária. Fafe apresenta uma área central bem caracterizada e claramente identificável, com um nível de serviços assinalável, contribuindo para reforçar o seu nível de centralidade. Dinâmica recente do ensino médio e superior (em Guimarães, Santo Tirso, Fafe e Vila Nova de Famalicão), a expansão do Ensino Profissional, Artístico e Tecnológico, o reforço dos estabelecimentos de ensino básico e secundário e a prevista instalação de um Politécnico são elementos importantes, quer do ponto de vista do reforço funcional dos centros urbanos, quer da modificação de um dos blocos urbanos mais importantes do Vale do Ave, contribuindo pelos baixos níveis de escolarização da população. Implantação recente de um número assinalável de infraestruturas do carácter cultural e desportivo.
	Consolidar uma rede intermédia de nucleações fora das cidades como primeiras facetas do modelo difuso. Desenvolver projectos de infra-estrutura rodoviária (variantes, circulares, desvios) que assegurem o duplo papel de coesão/estruturadora dos centros urbanos e sejam eles fundamentais de acessibilidade e de conectividade da rede viária urbana e secundária com a rede estruturante. Reforço da centralidade das aglomerações urbanas, privilegiando uma lógica de funcionamento sistémico assente não exclusivamente num princípio hierárquico mas sim na complementaridade entre centros especializados. Aprofundamento do modelo sistémico de relacionamento entre as cidades e que promova a satisfação dos níveis	Especialização de Guimarães no âmbito do turismo urbano e como cidade universitária e de serviços às empresas têxteis. Especialização de Vila Nova de Famalicão na prestação de serviços de apoio técnico e tecnológico, tirando partido do seu efeito de antecâmara no CITVE. Desenvolver o potencial de serviços avançados às empresas e dinamizar as redes em torno da Universidade, Associações Empresariais e estruturas de apoio técnico e tecnológico às empresas. Potenciar a atractividade de investimento associada à instalação do pólo de Parque de Ciência e Tecnologia do Porto.	Promover condições de mobilização e participação associativas como forma de facilitar o movimento das jovens nas estruturas de mudança social e evitar fenómenos de marginalidade ou fragmentação socio-cultural. Promover novas "culturas políticas" que favoreçam as soluções de mobilização e de responsabilização da sociedade civil, no sentido de viabilizar ações e projectos em parceria. Promover a formação no e para o associativismo.	Implementar projectos de "urbanismo verde" e de promoção da qualidade ambiental urbana, interligados com a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e também no domínio do reaproveitamento das águas dos rios da bacia hidrográfica do Vale do Ave nos seus troços urbanos. Estratégia urbanística baseada mais num urbanismo intensivo (de qualificação, de transformação, de consolidação do modelo existente) do que extensivo. Promover a realização de iniciativas no campo cultural e desportivo, devidamente coordenadas e articuladas entre os diferentes concelhos e cidades do sistema urbano do Vale do Ave, aumentando e diversificando a oferta destes domínios como forma de substanciar o relacionamento e as vivências urbanas.

SISTEMA			
PROBLEMA	CONDIÇÕES EXISTENTES E REPERCUSSÕES	OPÇÕES DE INTERVENÇÃO	IMPACTOS ESPERADOS
1	2	3	4
níveis de qualidade e de infra-estrutura urbana e deve assentar nos três princípios complementares: relacionamento baseado numa lógica hierárquica convencional, complementaridade derivada da localização em vários centros urbanos de funções interdependentes e que se dirigem a clientela comum, normalmente ao nível regional, e complementaridade baseada no aprofundamento de especializações locais. Melhorar as condições logísticas, a conectividade e as acessibilidades entre os aglomerados e as ligações aos eixos viários estruturantes.	Consolidar e diversificar o potencial de ensino médio e superior, particularmente de natureza tecnológica e profissionalizante.	Definir as aglomerações secundárias e os centros urbanos principais com as infraestruturas básicas tendentes à satisfação dos défices de atendimento existentes. Qualificar as periferias e as margens das zonas centrais dos aglomerados urbanos consolidados. Reabilitar zonas históricas, conjuntos edificados e edifícios com interesse patrimonial. Privilegiar formas e temáticas de formação cultural nas instituições de formação, prioritariamente nos níveis de ensino pré-escolar e básico.	

SISTEMA DE CIDADES DO VALE DO AVE		
CONDIÇÕES EXISTENTES E REPERCUSSÕES	OPÇÕES DE INTERVENÇÃO	IMPACTOS ESPERADOS
1	2	3
SISTEMA		Alguns diálogos entre o modelo de planeamento urbano vigente, deste modo assumido pelos municípios, e o modelo territorial do Vale do Ave.
		Alguns diálogos entre o modelo de planeamento urbano vigente, deste modo assumido pelos municípios, e o modelo territorial do Vale do Ave.
		Alguns diálogos entre o modelo de planeamento urbano vigente, deste modo assumido pelos municípios, e o modelo territorial do Vale do Ave.
SISTEMA		Alguns diálogos entre o modelo de planeamento urbano vigente, deste modo assumido pelos municípios, e o modelo territorial do Vale do Ave.
		Alguns diálogos entre o modelo de planeamento urbano vigente, deste modo assumido pelos municípios, e o modelo territorial do Vale do Ave.
		Alguns diálogos entre o modelo de planeamento urbano vigente, deste modo assumido pelos municípios, e o modelo territorial do Vale do Ave.
SISTEMA		Alguns diálogos entre o modelo de planeamento urbano vigente, deste modo assumido pelos municípios, e o modelo territorial do Vale do Ave.
		Alguns diálogos entre o modelo de planeamento urbano vigente, deste modo assumido pelos municípios, e o modelo territorial do Vale do Ave.
		Alguns diálogos entre o modelo de planeamento urbano vigente, deste modo assumido pelos municípios, e o modelo territorial do Vale do Ave.

Eixo de cidades de Paredes/Penafiel

Paredes**Áreas Urbanas**

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Illegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

- Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)
- Área central

Síntese

- Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais
- Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

Núcleo antigo com fixação motivada pelo cruzamento de duas estradas. A forma da cidade desenvolveu-se pela evolução do modo da ocupação - frente urbana recorrente. A forma da cidade encontra-se envolvida por espaços agrícolas e espaços naturais de protecção. O PDM determina afectações urbanas aos espaços limítrofes da área consolidada, no sentido de conferir à cidade uma maior dimensão. As áreas urbanizáveis tendem a coligar sectores de urbanização consolidados que se encontram desagregados.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)**Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais****Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)**

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME	MO
(1)	(7)(9)
(1)(2)(5)	(9)
(4)	(9)(10)
(4)	
(4)(5)	
(4)	
(5)	
(2)(6)	
(6)	
(6)	



PAREDES

Extrato do Plano Urbanístico Municipal de Paredes (1993)



Indicadores				
	1	2	3	4
Questões-chave	Tendência para um aumento rápido da construção em altura	Baixo perfil de qualificação e de instrução dos recursos humanos. Impacto limitado da indústria local no desenvolvimento dos serviços às empresas, os quais se encontram facilmente representados no contexto da economia urbana Sector terciário significativamente dominado pelos serviços sociais e domésticos e pelo comércio, sobretudo em Paredes	Incapacidade de retenção dos elementos saldos fisiológicos no eixo urbano Fracca dinâmica sócio-cultural, incapaz de conter a atracção exercida a este nível pela Área Metropolitana do Porto	Tendência de redução da atratividade exercida pela cidade de Paredes Conflito entre o tráfego urbano e o de passagens, por ausência de variantes e agravado pela existência de portagens da auto-estrada que cruza o eixo Deficiente estrutura de rede viária no eixo urbano e significativo número de conflitos na área central Oferta de formação superior no eixo urbano reduzida Gestão de tráfego insuficiente e difícil de estacionamento pública e do associado às áreas comerciais Défice de infraestruturas de saneamento, principalmente em saneamento básico e recolha e tratamento de lixos
	Predomínio claro da tipologia residencial de tipo unifamiliar e forte pressão imobiliária, com tendência para um aumento da construção em altura Qualidade paisagística elevada, com espaços verdes, manchas florestais e agrícolas	Dinâmica de crescimento do emprego no eixo urbano Economia urbana caracterizada por uma relativa diversidade sectorial Sector terciário com peso significativo no perfil funcional das cidades, mais em Paredes e menos em Penafiel, onde estas actividades têm idêntica peso no sector secundário	Dinâmica demográfica ascendente no eixo urbano, suportada por significativas taxas de crescimento natural Estrutura etária jovem e equilibrada, no eixo urbano	Condições favoráveis à intermodalidade
Elementos	Construir um sistema de circulação exterior às cidades de Paredes e Penafiel (variante à RN 15)			Promover eventos culturais e desportivos comuns às duas cidades Melhorar a rede de transportes públicos (roda e ferroviária) entre as duas cidades Melhorar infraestruturas de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, dentro de um sistema intermunicipal Captar conjuntamente as novas salas introduzidas, a nível de serviços associados e de recursos humanos, pelo novo hospital Melhorar a oferta de equipamentos culturais e desportivos, mantendo a sua utilização articulada

	INDICADORES DE DESEMPENHO		
	1. INFRAESTRUTURA URBANA	2. INICIATIVAS ECONÓMICAS	3. QUALIDADE DE VIDA
1. INFRAESTRUTURA URBANA			
2. INICIATIVAS ECONÓMICAS			
3. QUALIDADE DE VIDA			

Eixo de cidades de Santa Maria da Feira/
/S. João da Madeira/Oliveira de Azeméis

Santa Maria da Feira

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal.

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imogético ou outro)

- Castelo; espaços públicos (Rossio e outros), convento e Igreja Matriz, arquitectura urbana.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

A cidade apresenta uma malha urbana pouco estabilizada e um limite muito recortado e mal definido, resultante das expansões mais recentes, áreas sob reserva e outros espaços abertos integrantes da sua forma actual.

As extensas áreas urbanas não consolidadas manifestam-se muitas vezes segregadas do núcleo urbano de malha consolidada, participando fundamentalmente na forma do território.

O PDM preconiza algumas áreas de expansão estabelecidas na sequência espacial da malha urbana actual (não estabilizada), e por ocupação dos espaços intersticiais resultantes das formas parciais em presença.

O mesmo instrumento define ainda a ampliação das actuais áreas industriais localizadas a Norte/Nascente e a poente do centro do aglomerado.

Os espaços abertos em presença são factores que condicionam o crescimento da cidade em parte considerável do seu perímetro, obrigando à permanência de bolsas sem ocupação urbana interiores à sua forma.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1) (7)

(2)(4)(5) (8)(9)

(3)(5) (9)(10)(11)

(4)(5)

(5)

(4)

(5)

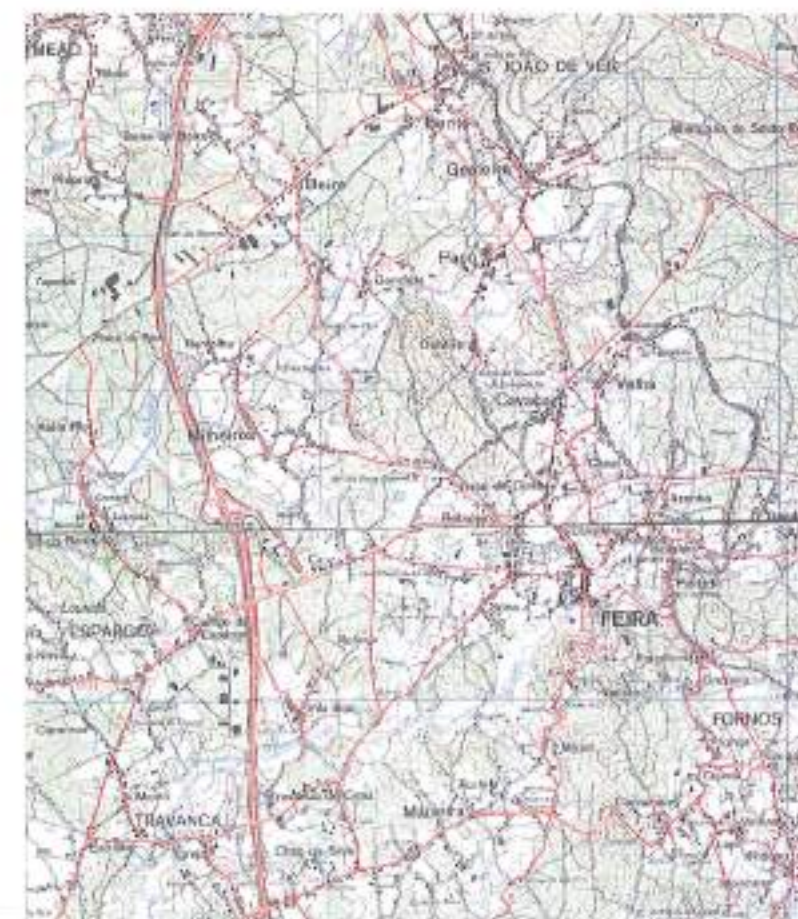
(5)(6)

(2)(5)(6)

(6)

(6)

(6)



SANTA MARIA DA FEIRA

Extracção da Carta Militar 1979 - Equipamento Urbanístico e escala 1:50.000



S. João da Madeira

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênesis Ilegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

- Espaço público central, novos sinais de desenvolvimento urbano.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

A cidade apresenta grandes áreas de malha urbana não consolidada envolventes ao núcleo antigo / centro urbano (cruzamento da R1 com a N227), e resultantes das expansões apoiadas ou limitadas pelos elementos da macroestrutura viária e ferroviária.

As extensas áreas urbanas não consolidadas, embora especialmente contíguas e coligadas ao núcleo urbano de malha consolidada, e pela sua recorrência territorial, participam fortemente na configuração do próprio território envolvente ou eixo urbano em que a cidade se insere.

O PDM preconiza pequenas áreas de expansão estabelecidas na sequência espacial da malha urbana actual, e por ocupação dos espaços intersticiais resultantes das formas parciais em presença.

Comparativamente à área urbana, as áreas industriais são muito extensas e dispersas pela forma da cidade, sendo que o PDM define, propõe a ampliação da que se localiza a nascente do centro do aglomerado, apoiada no IC2.

As áreas industriais e os elementos da macroestrutura em presença, são factores que condicionam o crescimento da cidade em parte considerável do seu perímetro, conferindo à sua forma um conjunto de especificidades locais a observar no âmbito da forma do território.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

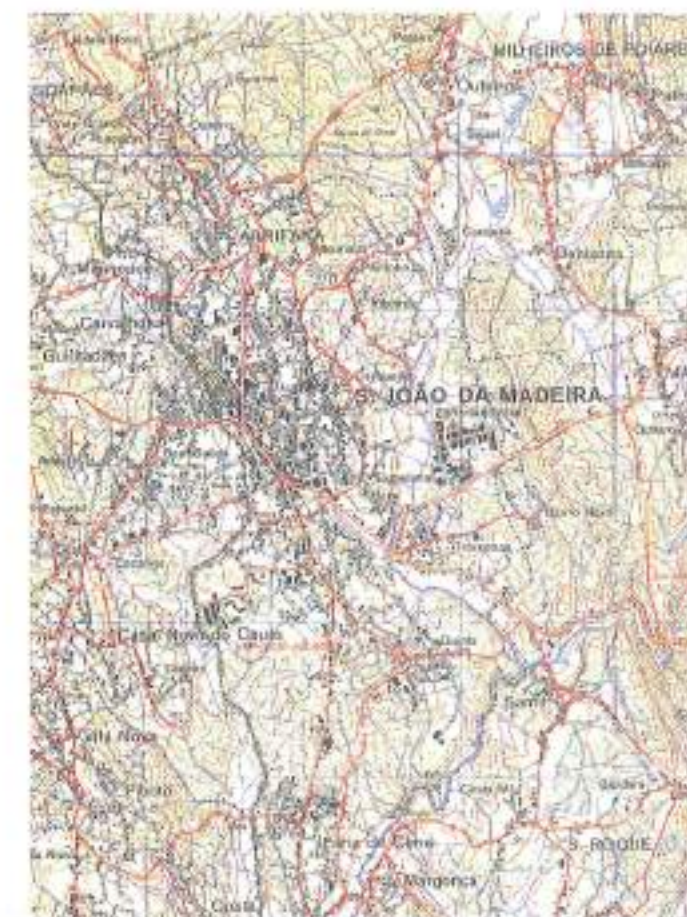
Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

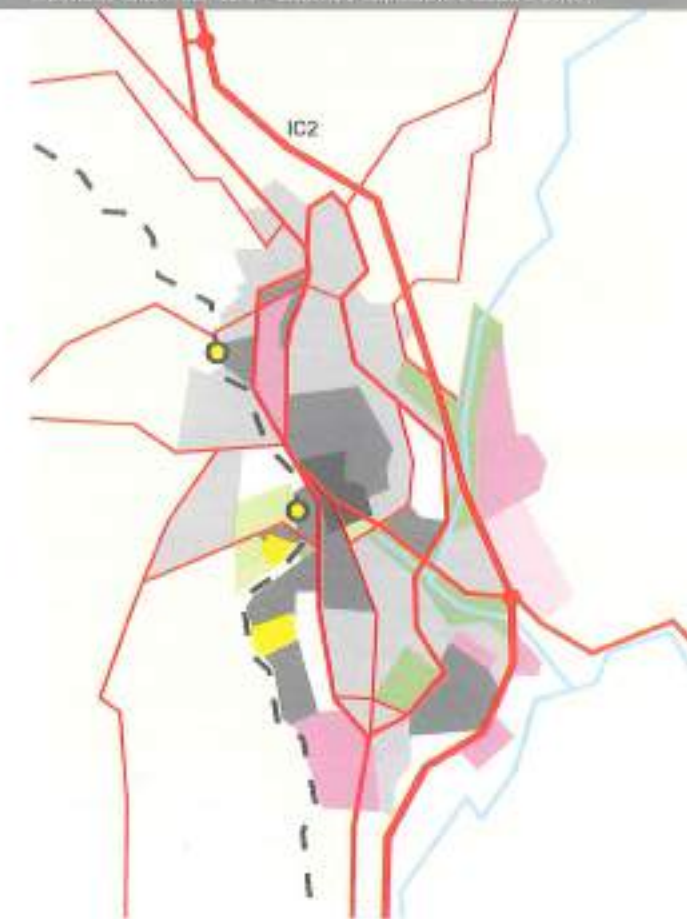
- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME	MO
(1)	(7)
(2)(4)(5)	(8)(9)
(3)(4)(5)	(9)(10)(11)
(4)	
(4)(5)	
(4)	
(5)	
(4)	
(2)(4)(6)	
(6)	
(6)	
(6)	



S. JOÃO DA MADEIRA

Feitoza da Costa V. III - 1973 - Esquema de implantação e escala 1:50,000



Oliveira de Azeméis

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal.

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

- Espaço público central e mercado; arquitectura urbana; Monte Cristo / parque de La Salette; novos sinais de desenvolvimento urbano.

Síntese

- Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

- Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

A cidade apresenta vastas áreas de malha urbana não consolidada envolventes ao núcleo antigo e com desenvolvimento preferencial Norte/Sul, resultantes das expansões apoiadas ou limitadas pelos elementos da macroestrutura viária e ferroviária.

As extensas áreas urbanas não consolidadas, embora espacialmente recorrentes entre si e face ao núcleo urbano de malha consolidada, e pela sua escala territorial, participam fortemente na configuração do próprio território envolvente ou eixo urbano em que a cidade se insere.

O PDM preconiza um conjunto de áreas de expansão estabelecidas na sequência espacial das áreas de malha urbana não estabilizada, e por ocupação dos espaços intersticiais resultantes das formas parciais em presença.

Comparativamente à área urbana, as áreas industriais são muito extensas e dispersas pela forma da cidade, sendo que o PDM, define propõe uma pequena ampliação da que se localiza a Poente do centro do aglomerado, apoiada na via férrea do Vouga.

Os elementos da macroestrutura em presença são, entre outros impasses naturais, factores que condicionam o crescimento da cidade em parte considerável do seu perímetro, sendo que as áreas industriais e alguns espaços abertos resultam como partes da cidade interiorizadas à sua forma conjunta.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME MO

(1) (7)

(1)(4) (8)(9)(12)

(3)(4)(5) (9)(10)(11)

(4)(5)

(4)(5)

(4)

(5)

(1)(2)(5)

(2)(6)

(6)

(6)

(6)



OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Extrato da Carta Militar 1075 • Escala horizontal: 1:50 000

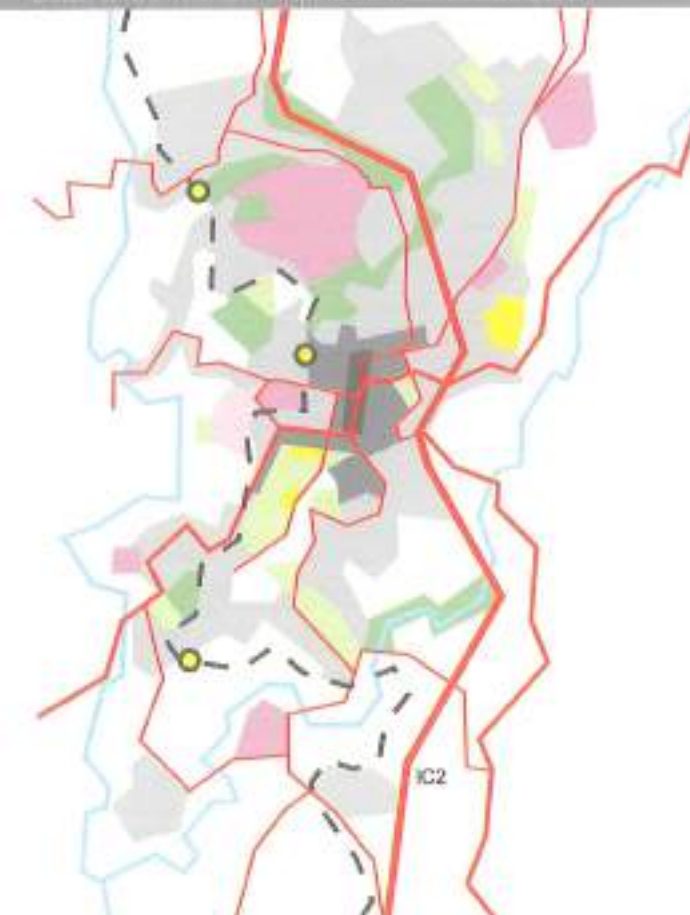


TABELA 1			
SÍNTESE			
1	2	3	4
Políticas urbanísticas municipais que têm permitido a expansão dos aglomerados urbanos, em detrimento da interferência e qualificação das mesmas	Deslocação, para países com menores custos de produção, de fases produtivas mais intensas em trabalho, pode reduzir significativamente o emprego local	Falta de preparação do ensino para lidar com as crianças e jovens oriundos de contextos económicos, sociais e culturais mais pobres	Carencias de valorização e de qualificação dos espaços urbanos, designadamente o espaço público
Velocidade de trânsito nos centros urbanos de S. João da Madeira e de Oliveira de Azeméis que dificultam a implementação de projectos de qualificação do espaço urbano	Modelo empresarial, sobretudo na cortiça e no calçado, não privilegia a qualificação da mão-de-obra e a formação profissional	Escolas na maioria fechadas sobre si mesmas, pouco integradas no tecido económico, social e cultural envolvente	Serviços de transporte colectivos ainda muito dependentes de "hóspedes de porta" e portanto pouco adaptados à mobilidade por motivos culturais
Não acessibilidade de Oliveira de Azeméis ao eixo da A1	Indústria de cortiça no concelho de Fez não oferece serviços na cidade	Dificuldade de articulação do "Projecto Cultural" com as dinâmicas culturais e urbanas do eixo	Dificuldades de estacionamento nos áreas centrais dos núcleos urbanos
Insuficiente valorização dos recursos patrimoniais, por insuficiente intervenção em matéria de conservação, recuperação e divulgação do património arquitectónico, urbanístico, natural e ambiental	Redes de relacionamento da indústria de moldes privilegia o espaço internacional e a internacionalização dos serviços, não se empenhando na dinamizando os serviços às empresas no eixo urbano	Área sem relações culturais muito afinadas face ao exterior e onde se tem acentuado alguma falta de envolvimento cultural da população, principalmente jovem	Deficiente sinalização da vertente turística
	Níveis de produtividade e de rentabilidade na indústria do calçado são inferiores à média comunitária	Solidez ao nível da profissionalização no sector da oferta cultural e artística	Empresas industriais ainda pouco sensíveis para a necessidade de introduzir novas tecnologias limpas nos processos produtivos, o que tem implicações ambientais muito negativas
	Indústria da cortiça está fortemente dependente de intermediários/exportadores, não se relacionando directamente com o cliente		Carencias de oferta de habitação para classes de menores rendimentos
	Empresas da cortiça com dificuldades de responder às necessidades de nomeação, segurança, qualidade e marketing		Qualidade urbana não favorece a fixação de quadros superiores
	Satisfação da rentabilidade económica e financeira de algumas empresas o modelo empresarial dominante não privilegia a qualificação dos recursos humanos		Oferta hotelaria desadequada face aos níveis da procura, principalmente do turismo de negócios
	Tecido industrial ainda pouco sensibilizado para as questões ambientais		Insuficiente capacidade de atracção de investimentos hotelários de qualidade e equipamentos de animação
	Redução significativa da actividade dos centros de formação profissional tem contribuído para a perda de oportunidades e uma resposta não atendida às necessidades do tecido produtivo		Desadequação das infraestruturas urbanísticas no centro de S. João da Madeira face à dimensão económica da indústria do calçado
	Falta diversidade da oferta de áreas de formação do ensino tecnológico e escolas profissionais		Sistema de tratamento de resíduos sólidos urbanos e industriais muito aquém das necessidades
	Insuficiente oferta local de formação de técnicos intermediários nos diversos sectores, contrariando procura local		Inexistência local de estratégias de monitorização de qualidade da ar e do água
	Falta conciliação e subposição de áreas de formação entre os dois pólos económicos existentes, além da incapacidade média de se afirmarem junto da população e do tecido produtivo		Sobrelotação generalizada das escolas (sobretudo 2º ciclo e secundário) e rede de estabelecimentos do pré-escolar deficitária
	Sistema produtivo da cortiça não avalia serviços às empresas na cidade/área urbana		Falta de equipamentos culturais municipais muito carenciada - faltam equipamentos básicos em alguns concelhos, nos domínios da leitura, do espectáculo e do cinema
			Faltam estruturas vocacionadas para dar informação e apoio aos jovens e serviços educativos de âmbito cultural que garantam a articulação dos agentes culturais com as escolas e uma sólida oferta lúdica e recreativa

	INTERMUNICIPAL			
	1. TENDÊNCIAS	2. IDENTIFICAÇÃO DE FORÇAS EXISTENTES	3. CONDIÇÕES EXISTENTES	4. OPORTUNIDADES
ESPECIALIZADA				Construção de importantes infra-estruturas desportivas não está fundamentalmente numa perspetiva do mercado, não tendo em consideração outras dinâmicas próximas que poderão inviabilizar a rentabilidade e o seu potencial de projecção
	Tendência para racionalizar a rede viária intermunicipal, assumida pelo conjunto de municípios e nível do agrupamento	Europarque e Parque da Ciência e Tecnologia podem vir a ser importantes equipamentos de apoio e inovação empresarial	Tecido produtivo atrel à alta qualidade superiores	FEM's prevê melhoramentos significativos nas condições de mobilidade interna nas concelhas
DIVERSIFICADA	Construção do ICE, satisficentemente próximo dos centros urbanos, que funciona como eixo estruturador de tráfego intra-urbano	Procura no mercado internacional de meios nacionais permitirá quase duplicar a mão-de-obra local	População escolar em forte crescimento e massificação do acesso ao ensino	Médios históricos de valor arquitectónico e urbanístico significativo, na Feira e Oliveira de Azeméis
		Tecido produtivo muito diversificado, com uma forte especialização na indústria do calçado, cortiça, moldes e artigos para bebé, onde se localizam algumas das maiores e melhores empresas nacionais desses sectores	Existência de um vasto e diversificado conjunto de activos vocacionados para a formação profissional e um forte movimento de investimento na educação/formação no eixo	Existência de parques verdes de dimensão significativa e com qualidade, sobretudo nas cidades da Feira e Oliveira de Azeméis, e uma envolvente ao eixo urbano de qualidade e diversidade ambiental
DIVERSIFICADA		Sector terciário de apoio ao tecido industrial do calçado com alguma coesão funcional e com expressão em S. João da Madeira	Forte tradição popular na prática e expressão musical	Significativo grau de urbanidade do centro de S. João da Madeira, conferido pelo dimensão e qualidade dos novos edifícios
	Está em curso o processo de modernização do Centro Tecnológico do Calçado e da Cortiça		Dinâmica associativa bastante significativa	Dinâmica de construção que tem permitido a afirmação urbana das cidades
DIVERSIFICADA	Centro Tecnológico do Calçado tem demonstrado capacidade para apoiar técnica e tecnologicamente as empresas do sector		Mobilidade no eixo por razões culturais associada a alguma complementaridade de ofertas – música, artes plásticas e cinema	Facilidade de circulação rodoviária no eixo urbano e perspectivas de melhoria de fluidez de tráfego interurbano
	Processos de certificação dos produtos e das empresas estão em plena expansão no tecido empresarial local e internacional		Património industrial muito rico que pode vir a constituir um factor de identidade cultural da zona urbana	Projecto de renovação do linha do Vouga e seu potencial de utilização como transporte urbano
DIVERSIFICADA	Indústria do calçado possui uma conjuntura economicamente desfavorável, tem dada prova de um nativo dinamismo			Variantes urbanas permitem implementar novas soluções de mobilidade interna, potenciadas pela presença de empresas de transporte rodoviário de passageiros e pela existência de um Centro Coordenador de Transportes em S. João da Madeira
	Indústria dos moldes de Oliveira de Azeméis é um importante centro fornecedor europeu e internacional da indústria automóvel, electrónica e electrodomésticos, fruto do know-how na concepção e desenvolvimento, qualidade e adaptabilidade de mão-de-obra às inovações tecnológicas			Importantes recursos naturais e paisagísticos em torno dos vários rios e ribeiros e existência de extensas áreas florestais sazonalmente consorciadas
DIVERSIFICADA	Nível de escolaridade e qualificação profissional dos recursos humanos na indústria dos moldes é declaradamente superior à média das empresas nacionais			PCT-F fazendeiro e pode vir a atrair instituições do ensino superior
				Vivacidade institucional na oferta de ensino superior
DIVERSIFICADA				Grande diversidade das modalidades desportivas praticadas, sobretudo hóquei em patins e basquetebol
				Multitude generalizada dos equipamentos desportivos das escolas

	SUPLENTO			
	1. O EIXO EMB	2. IDENTIFICAÇÃO DE FORÇAS EXISTENTES	3. CONDIÇÕES EXISTENTES	4. OPORTUNIDADES
DIVERSIFICADA		Tecido industrial de eixo, densa e internacionalizado, gerador de uma procura significativa em termos de turismo de negócios		Europarque e PCT-F, infraestruturas de carácter cultural e lúcio-científico, turístico, desportivo e de lazer, de apoio técnico, tecnológico e científico e com oferta hotelaria de importância regional
		Apetência dos alunos para a frequência do ensino secundário essencialmente vocacionado para a inserção na vida activa		Localização do Europarque na feira poderá contribuir para aumentar a escala e potenciar novas dinâmicas culturais
DIVERSIFICADA		Importantes investimentos em formação profissional, nomeadamente dirigidos aos jovens e activos não qualificados		Com um oferta cultural relativamente diversificada, a existência do Centro de Arte em S. João da Madeira, de equipamentos vocacionados para espectáculos e cinema em Oliveira de Azeméis e projecto no domínio do livro e da leitura na feira, viabilizam articulação e complementaridade de equipamentos e dinâmicas no eixo
		Incremento da capacidade de resposta das empresas locais às prioridades do OCAI em matéria de formação profissional		Existência de património arquitectónico de significativo valor na Feira (Convento dos Lóios e Castela)
DIVERSIFICADA		Modelo industrial de eixo dotado de forte iniciativa empresarial, baseado em pequenas/médias empresas e organizado em modalidades do tipo de empresa		
	Garantir a amarração dos centros urbanos aos eixos viários principais	Garantir formas de capitalização do potencial a instalar no PCT-F em matéria de formação superior, investigação e serviços às empresas	Promover o enriquecimento social e cultural das populações, de modo a combater processos de exclusão social	Melhorar as ligações rod e ferroviária (linha do Vale do Vouga) e os transportes no espaço do eixo urbano
DIVERSIFICADA	Aumentar a massa urbana no quadro de uma política actualizada de colonização e de coesão urbana na Feira	Valorizar os Centros Tecnológicos e os Centros de Formação, reforçando a capacidade técnica e humana	Fomentar nova forma de gestão e de organização na instituição local e apostar em modelos de animação cultural e urbana profissionalizados e qualificados	Assegurar a qualificação urbanística e funcional do espaço urbano existente
	Ordenar e qualificar a área que inclui o Castelo da Feira, o parque verde envolvente, o Convento de Lóios, o Rossio e a sua Oliveira	Promover a cooperação entre Associações Empresariais, Centros Tecnológicos e Centros de Formação	Criar mecanismos de expansão e de reprodução de cultura de empreendedorismo existente, facilitando processos de inovação de iniciativas	Requalificar física e socialmente situações habitacionais degradadas e precárias
DIVERSIFICADA	Melhorar o desenho urbano nas cidades do eixo	Fomentar novas formas de gestão e de organização nas empresas locais	Afirmar os valores da cultura industrial e novas formas de expressão da cultura científica e tecnológica	Oferecer oferta de estacionamento e alternativas para a atracção do Nascente/Ponte em S. João da Madeira
	Valorizar a imagem e a qualidade urbana da cidade de S. João da Madeira	Promover a fixação de comércio e serviços nas cidades	Afirmar os valores da cultura industrial e novas formas de expressão da cultura científica e tecnológica	Reordenar o tráfego no eixo urbano por forma a garantir a qualificação do espaço urbano consolidado
DIVERSIFICADA	Preservar e integrar urbanisticamente espaços naturais envolventes à mancha urbana mais consolidada de S. João da Madeira	Assegurar uma melhor adequação entre a oferta de educação e formação e as exigências de inovação e mudança tecnológica	Garantir formas de inserção da dinâmica cultural previsível para o Europarque	Afirmar Feira como centro de uma política qualificada de leitura e de divulgação do livro
	Afirmar Oliveira de Azeméis no contexto do eixo urbano, como espaço urbano com identidade histórica, cívica e urbana	Afirmar a dinâmica da oferta de formação num contexto de complementaridade dentro do eixo	Apostar na criação, diversificação e inovação de políticas orientadas para a juventude	Afirmar S. João da Madeira como centro de formação e divulgação das artes
DIVERSIFICADA		Promover S. João da Madeira como centro de prestação de serviços especializados para a indústria do calçado, de formar e melhorar a competitividade do modelo industrial local	Intensificar a convivência e a participação cívica no território – eixo	Recuperar para a cidade de Oliveira de Azeméis os espaços públicos da cidade, enquanto potenciadores de dinâmica de animação e convivência urbana
		Oferecer condições favoráveis à diversificação industrial em S. João da Madeira		Aumentar os níveis de atendimento e prevenir futuros congestionamentos de ordem infraestrutural – abastecimento de água, saneamento básico, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e industriais

Tabela 1			
OBJETIVOS	DESENVOLVIMENTO PATRIMONIAL	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	DESENVOLVIMENTO SOCIAL
1	2	3	4
PORTUGAL	Capitalizar para a cidade a dinâmica de internacionalização da indústria de moldes		Colmatar deficiências e melhorar as redes de equipamentos coletivos e de serviços à população
	Qualificar a cidade do Oliveira de Azeitão enquanto centro de hotelaria, de restauração e de animação urbana, dirigida ao turismo de negócios		Valorizar o património cultural e industrial, incluindo a instalação na cidade de um núcleo central de uma rede museológica
	Capitalizar para Oliveira de Azeitão a dinâmica em torno de recursos turísticos regionais		Preservar e valorizar o património industrial existente no eixo urbano
	Reforçar a implantação regional do Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica		Consolidar e promover as estruturas e a animação desportiva em S. João da Madeira
			Potenciar a diversidade de oferta cultural em termos de equipamentos em Oliveira de Azeitão
			Reforçar a animação urbana, cultural e turística em torno do Castelo da Feira
			Qualificar e animar os espaços públicos e verdes urbanos no eixo
			Reforçar a mobilidade e as interdependências entre a cidade e as áreas de expansão urbana

PARTICULARIDADES		
DESENVOLVIMENTO PATRIMONIAL	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	DESENVOLVIMENTO SOCIAL
5	6	7
Dinamização associativa pouco energética (incluindo alguns clubes), dificultando a conjugação de esforços para a promoção e desenvolvimento desportivo Organização institucional em matéria de promoção turística pouco articulada e insuficiente promoção e divulgação turística face aos recursos existentes Inexistência de articulação entre as diversas instituições promotoras de formação e outras instituições, nomeadamente Centros Tecnológicos e, por vezes, Associações Empresariais Ausência de uma estratégia concertada entre as múltiplas instituições – particulares e públicas – que pretendam promover a instalação de ensino superior Inexistência de cooperação entre o desporto escolar e os clubes, contribuindo para um hiato temporal na vida desportiva dos indivíduos	Insuficiência/barramento intermunicipal inibidor da eventual vontade de realização de projetos comuns Incipiente política municipal de reabilitação e recuperação da vida e do papel Câmaras Municipais muito abertas à instalação de ensino superior nos municípios respetivos, independentemente do seu adequação, objetivos e estratégias globais Sistema de gestão das infraestruturas desportivas demasiado centralizado nas autarquias, dificultando a sua viabilidade externa e sua utilização para grandes manifestações e eventos de carácter desportivo, cultural e lúdico Insuficiente divulgação junto da população dos programas de ação desportiva que as autarquias e os clubes têm realizado	Proximidade geográfica permite o desenvolvimento de ações desportivas concertadas entre as cidades do eixo Sensibilização dos atores para as questões ambientais e políticas direcionadas para qualificar a expansão dos espaços urbanos Prioridade que as Câmaras Municipais dão à animação urbana, sobretudo do verão Apoio autárquico na constituição de sedes para clubes/associações e formação de jovens
Transferir a elaboração e a aprovação do Plano Estratégico em dinâmica de planeamento estratégico concertado interinstitucional Promover a cooperação entre Associações Empresariais, Centros Tecnológicos e Centros de Formação Promover o reforço institucional em torno do apoio tecnológico, de formação e de representação, através da cooperação entre Associações Empresariais, Centros Tecnológicos e Centros de Formação		

Aveiro

AVEIRO

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Canais; avenida central; arquitectura urbana; campus universitário e novos signos de desenvolvimento; paisagem envolvente.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Especiais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

A cidade apresenta uma malha urbana central bem afirmada, à qual se sucedem vastas áreas urbanas não consolidadas.

O PDM preconiza uma série de áreas de expansão estabelecidas na sequência espacial da malha urbana actual, e por ocupação dos espaços intersticiais resultantes das formas parciais em presença.

O PDM promove ainda uma vasta área de expansão industrial localizada a Norte/Nascente da cidade, onde já se concentram um conjunto de unidades industriais.

Os espaços abertos em presença são factores que condicionam o crescimento da cidade em praticamente todo o seu perímetro.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

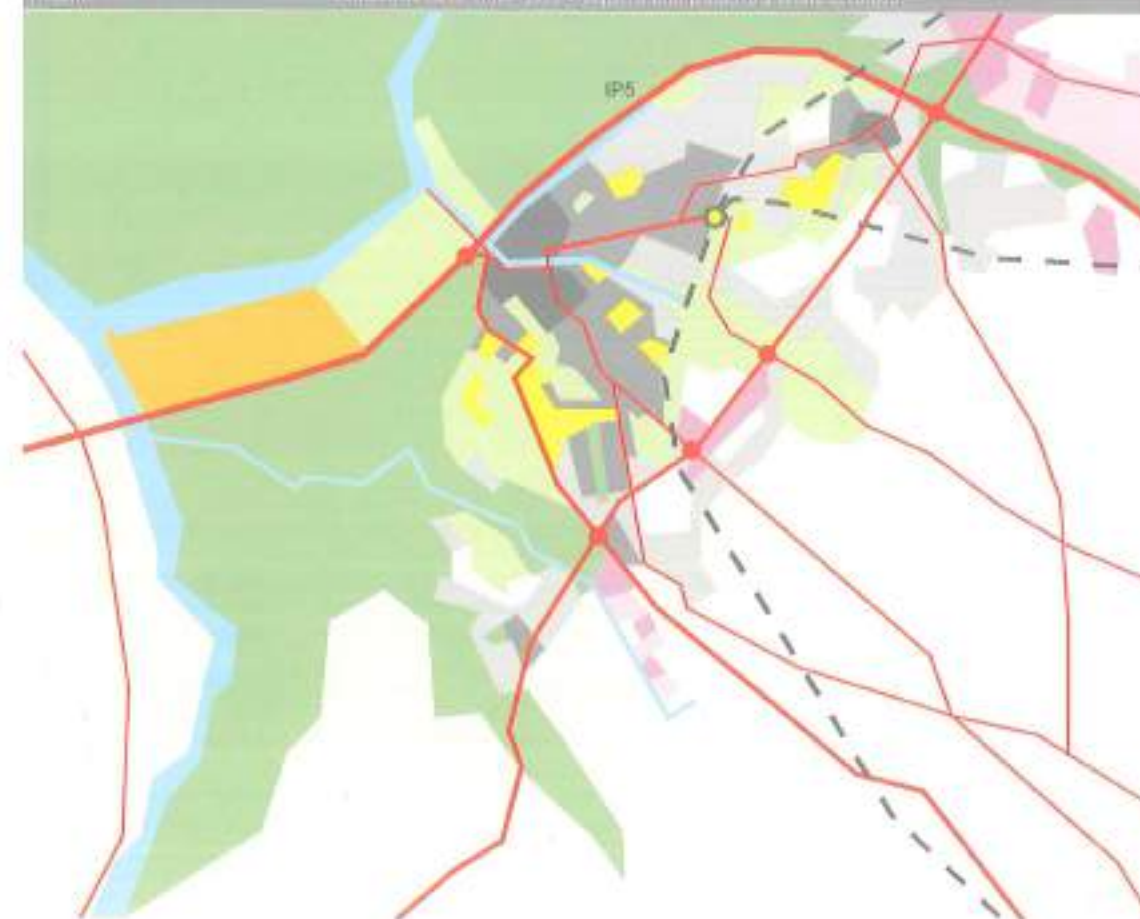
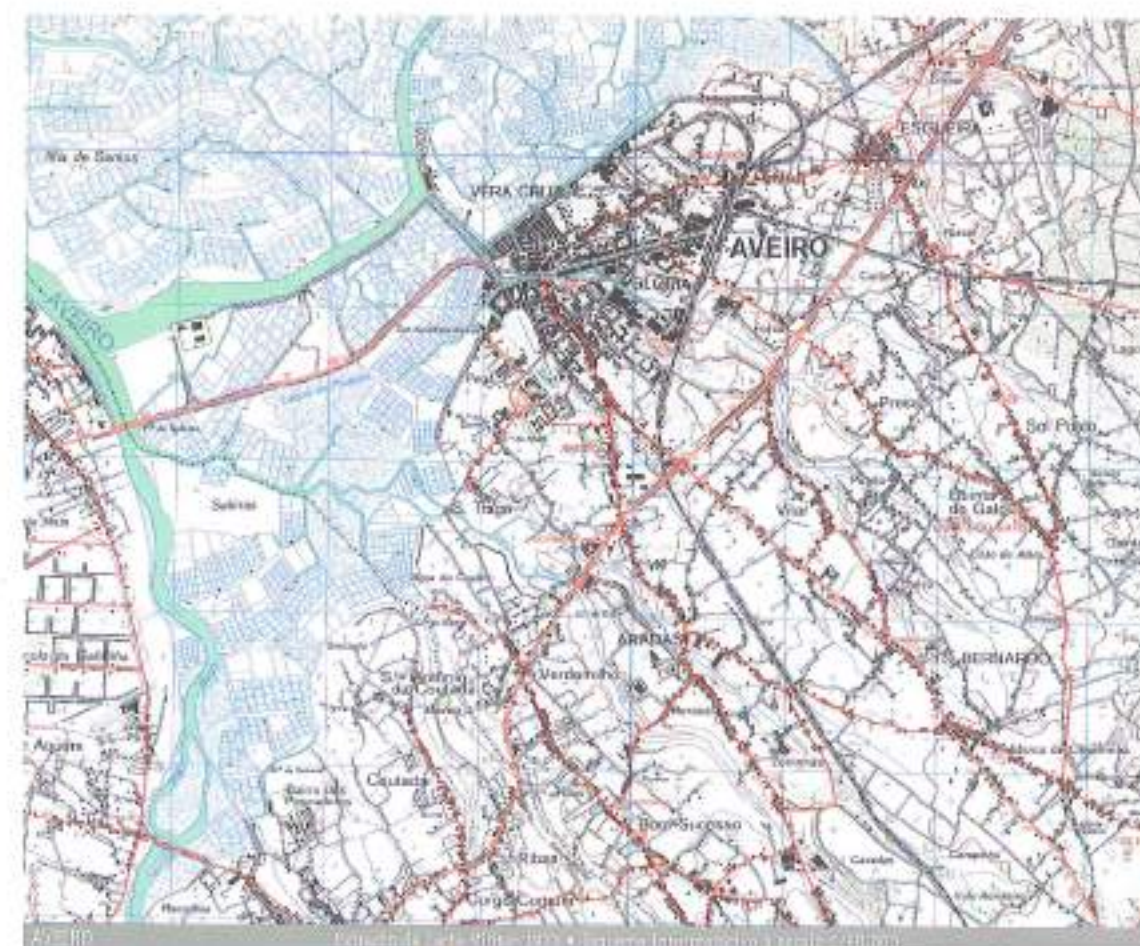
Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1)	(7)(8)
(2)(4)(5)	(8)(9)
(3)(4)(5)	(9)(10)(11)
(4)(5)	
(5)	
(4)	
(4)(5)	
(2)(5)(6)	
(4)(5)(6)	
(2)(4)(6)	
(6)	
(6)	
(6)	



	DIAGNÓSTICO			
	FACTORES	PROBLEMÁTICA (REPERTECUTOS)	CONDIÇÕES SOCIAIS	CONDIÇÕES URBANAS
TERRITÓRIO	1	2	3	4
	Falta de estruturação e ordenamento industrial e limitações na oferta de terrenos para novas indústrias Expansão urbana e falta de urbanidade nas periferias, em particular no eixo urbano Aveiro – Ílhavo Espaços centrais expectantes e degradados Barreiras do caminho de ferro e da EN-109	Segmento económico em recessão, as pessoas, norteadas pelas relações e normas internacionais Dobrigada da generalidade dos serviços avançados às empresas face à procura existente Falta de cooperação interempresarial Formação de competências insuficiente ao nível dos quadros médios Inexistência de grandes investidores geradores de um grande volume de emprego	Vida cultural incipiente a nível das artes	Accesos difíceis e insuficiente valorização do espaço na fía Polarização da fía e desconforto ambiental provocado pela "verticalidade" Problemas no sistema de transportes e na acessibilidade na cidade alargada Ineficiência de equipamentos para apoio e desenvolvimento das actividades desportivas nas áreas periféricas Falta de modernização e diversificação das salas de espectáculos existentes Falta de infraestruturas de apoio à prática de desportos náuticos e de recreio na fía Insuficiências no saneamento básico e tratamento de resíduos urbanos e industriais Zonas urbanas sem infraestruturas de saneamento básico Falta de equipamentos de apoio à terceira idade Incipiente infraestrutura hoteleira e falta de oferta de alojamento de qualidade Património arquitectónico monumental pouco marcante Insuficiente oferta de habitação face à procura na zona central da cidade e carências de habitação social Deficiente acessibilidade ao aeródromo Insuficiência e desadequação de instalações para a prática de actividades artísticas
POPULAÇÃO	Áreas de nova centralidade urbana disponíveis para ocupação e áreas favoráveis à implantação do terciário Novas estruturas viárias em fase de conclusão com potencial para melhorar a acessibilidade à área central da cidade Disponibilidades de terrenos para localização industrial, infraestruturada	Aparição científico e tecnológico polarizada por uma Universidade dinâmica e relativamente ligada ao meio envolvente Dinamismo empresarial elevado, associada a uma tradição industrial e a uma mentalidade em geral empreendedora	Dinamismo demográfico traduzido numa população relativamente jovem em Aveiro Grande potencial de exploração das flutuações da cultura, lazer e desporto face às realidades demográficas e educacionais Cidade sem situação de exclusão social significativa	Fía de Aveiro – espaço identitário da cidade/região e ambiente cénico e ambiental de qualidade Cidade de clima ameno, plano, potencializada de percursos pedestres e ciclovias Imagens emblemáticas dos canais e presença da água na cidade

	DIREÇÃO			
	OBJETIVO	CONDIÇÕES INICIAIS (ANÁLISE SITUACIONAL)	OPORTUNIDADES E LIMITAÇÕES	IMPACTOS ESPERADOS
Estrutura	1	2	3	4
	com boa acessibilidade, integrando um parque tecnológico	Áreas de excelência ao nível de investigação e formação, com potencial de integração nas áreas de eletrónica e das telecomunicações, da cerâmica e do ambiente Potencial de polarização em termos de serviços, de uma vasta área industrial Recursos humanos qualificados de nível superior e capacidade de adaptação dos quadros médios e inferiores Acessibilidade fácil à Espanha e ao Europeu	Atividade náutica, cultural e desportiva muito frequentada pela juventude Existência de estruturas associativas desportivas particularmente ligadas à área desportiva Prática desportiva diversificada de afirmação regional e nacional Dimensão demográfica - 100.000 habitantes - do sistema urbano Aveiro - Ilhava	Potencial de desenvolvimento de turismo de negócios, eventos, náutica de recreio, náuticos, desportivos e balnear Bom nível de equipamentos colectivos de ensino, apoio à infância e desportivos Existência de instituições e organizações para o desenvolvimento e prática da música e dança Centro cultural com capacidade para acolher reuniões, congressos e exposições Recursos culturais e de património para a criação de núcleos museológicos Condições diversificadas para a lazer, recreio e prática desportiva - condições naturais, infraestruturas e equipamentos
Sustentabilidade	Conservação e aproveitamento da área central da cidade, minimizando efeitos de dispersão	Valorizar e desenvolver os factores de excelência apoiando as estruturas de ciência e tecnologia e a sua articulação	Valorizar e desenvolver os recursos humanos através da elevação do nível cultural e profissional e da melhoria global de condições de vida	Reorganizar a circulação e os sistemas de transportes, incentivando sistemas alternativos de transporte individual
	Valorizar a estrutura comercial do centro da cidade, através de medidas urbanísticas	Valorizar e dinamizar o tecido empresarial, através do reforço da coesão empresarial, da capacidade de inovação e modernização	Desenvolver os sectores náutico, desportivo e turístico ligados à Ria, às Fátimas e à vila castreja	Desenvolver os sectores náutico, desportivo e turístico ligados à Ria, às Fátimas e à vila castreja
Qualidade de vida	Ligar a cidade à Ria e revalorizar os canais na imagem urbana da cidade	Dinamizar a oferta de serviços avançados às empresas e à estrutura comercial urbana	Revalorizar e revitalizar as estruturas ecológicas urbanas, apoiando-se no recurso "Ria" e seus canais	Revalorizar e revitalizar as estruturas ecológicas urbanas, apoiando-se no recurso "Ria" e seus canais
	Valorizar o património urbanístico e arquitectónico da cidade	Reforçar as funções logísticas da cidade (porto comercial, TIR - TIF)	Reforçar e diversificar a oferta de habitação com vista à fixação da população jovem e de quadros qualificados e à resolução de problemas sociais existentes	Reforçar e diversificar a oferta de habitação com vista à fixação da população jovem e de quadros qualificados e à resolução de problemas sociais existentes
Segurança	Reordenar e qualificar a área central existente	Revitalizar sectores tradicionais (pesca, agricultura, silvicultura, reparação naval e cerâmica)	Melhorar infraestruturas hoteleiras, potenciando a vocação para turismo de negócios e congressos e a complementaridade com o fomento turístico de natureza e lazer	Melhorar infraestruturas hoteleiras, potenciando a vocação para turismo de negócios e congressos e a complementaridade com o fomento turístico de natureza e lazer
	Criação e reforço de novas centralidades na zona Nascente da cidade	Fomentar a concertação em torno do desenvolvimento tecnológico e da inovação industrial	Proteger a ecologia selectiva e a rede de resíduos sólidos urbanos e industriais e resolver problemas de saneamento básico	Proteger a ecologia selectiva e a rede de resíduos sólidos urbanos e industriais e resolver problemas de saneamento básico
Iniciativa	Proteger a oferta de condições para atracção, instalação e fixação de empresas de serviços em Aveiro	Constituir e promover o "Centro de Registos de Aveiro"	Proteger uma gestão racional do consumo de água	Proteger uma gestão racional do consumo de água
		Proteger a imagem externa da cidade, em torno dos recursos económicos	Organizar estruturas museológicas potenciadas complementadas com uma	Organizar estruturas museológicas potenciadas complementadas com uma

	DIREÇÃO			
	OBJETIVO	CONDIÇÕES INICIAIS (ANÁLISE SITUACIONAL)	OPORTUNIDADES E LIMITAÇÕES	IMPACTOS ESPERADOS
Estrutura	1	2	3	4
				rede de percursos temáticos de vertente ambiental Reforçar as vertentes culturais e desportivas em que Aveiro se afirma - música, dança, desportos náuticos e basquetebol Aprofundar um projecto cultural para Aveiro, mobilizando e organizando recursos e capacidades Disponibilizar espaços e equipamentos para práticas culturais com vista a ultrapassar carências e debilidades existentes Desenvolver as vertentes científica e sócio-cultural ligadas à Ria Criar melhores condições de acessibilidade à zona Nascente da cidade e melhores articulações com o campo
Sustentabilidade				
Qualidade de vida				
Segurança				
Iniciativa				

	INDICADORES DE EFECTIVIDADE		
	DEMOGRÁFICO/ORGANIZACIONAL	INTERMEDIÁRIO	ACCIÓN/RESULTADO
5	6	7	
Estrutura	Existência de cooperação interinstitucional e em particular entre empresas e entre a Universidade e o meio empresarial		
Sociedade	Existência de estruturas associativas dinâmicas, particularmente ligadas à área desportiva		
Iniciativa	Reforço da coesão empresarial, e de formas da sua representatividade externa	Adequar a estrutura da Câmara Municipal às novas exigências de desenvolvimento e de gestão da cidade e do concelho	Desenvolver processos e criar estruturas de participação e cooperação dos agentes urbanos, organizações e instituições
	Reforço interinstitucional em torno da universidade, institutos de ciência e tecnologia, incluindo a criação de interfaces universidade-empresa	Melhorar a relação município-cidade, pela criação de sistemas de informação ao cidadão	Sistematizar e organizar a informação sobre a cidade e o concelho e colimar a desactualização e a falta de informação
	Valorizar e desenvolver os factores de escalância através do apoio e articulação entre as estruturas da ciência e tecnologia, no sentido de reforçar a sua afirmação externa		
	Permanecer a coordenação e cooperação institucional e o debate em torno da RIA		

Subsistema urbano do Nordeste

Eixo de cidades de Vila Real/Peso da Régua/Lamego

Bragança

Mirandela

Chaves

Eixo de cidades de Vila Real/Peso da Régua/Lamego

Vila Real**Áreas Urbanas**

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico**Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)**

- Núcleo antigo, monumentos e arquitectura urbana.

Síntese

- Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

- Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

A cidade encontra-se limitada pelos vales escarpados dos rios Cabril e Corgo. A expansão verificada realizou-se para Norte devido às condicionantes do suporte físico. O perímetro urbano engloba algumas áreas de povoamento disperso que se localizam na orla da cidade consolidada. O PDM propõe áreas urbanizáveis que colmatam os espaços intersticiais das áreas não consolidadas. O mesmo instrumento prevê a localização de duas grandes áreas de equipamentos a Norte, e áreas de reserva a sul da cidade, que limitam o perímetro construído naquela direcção.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)**Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais****Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)**

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1)

(7)(9)

(3)(4)(5)

(7)(10)(11)

(2)(3)(4)

(10)(11)

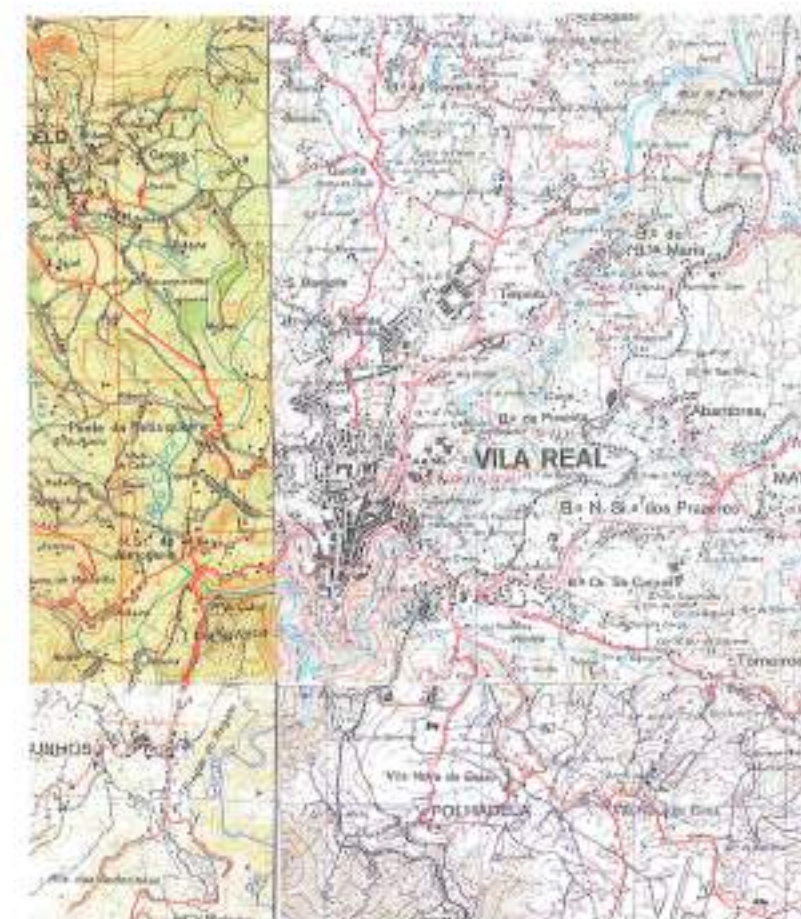
(4)

(4)

(2)

(2)(6)

(6)



VILA REAL

Escala: 1:50.000 (1990)



Peso da Régua

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênesis Ilegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Relações topológicas entre os vários espaços urbanos e panorâmicas da cidade; margens do rio Douro.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

Núcleos primordiais localizados à cota alta (Socorro) e à cota baixa (de forma axial, ao longo da linha férrea), articulados por malha urbana relativamente consolidada, embora com características morfológicas específicas. As áreas urbanas consolidadas afirmam-se na envoltória dos núcleos primordiais, e por pequenas formações autónomas adaptadas às condições morfológicas do suporte físico. Limite da cidade muito recortado, não obstante de forte sentido morfológico. O PDM preconiza grandes áreas de expansão aglutinantes das áreas urbanas actuais, por consolidação dos espaços intersticiais internos à forma da cidade e resultantes das singularidades morfológicas em presença. O mesmo instrumento define ainda uma vasta área industrial, de forma linear, a localizar a Norte da actual área urbana, e a estruturar com base na estrada 601-1 e na articulação com o terminal ferroviário. O rio, as áreas florestais de uso condicionado, os espaços agrícolas sob reserva e as condições morfológicas do suporte físico, são factores que condicionam o crescimento da cidade em praticamente todo o seu perímetro.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1)

(7)(9)

(1)(2)(4)

(8)(9)

(3)(4)(5)

(9)(10)(11)(12)

(4)(5)

(5)

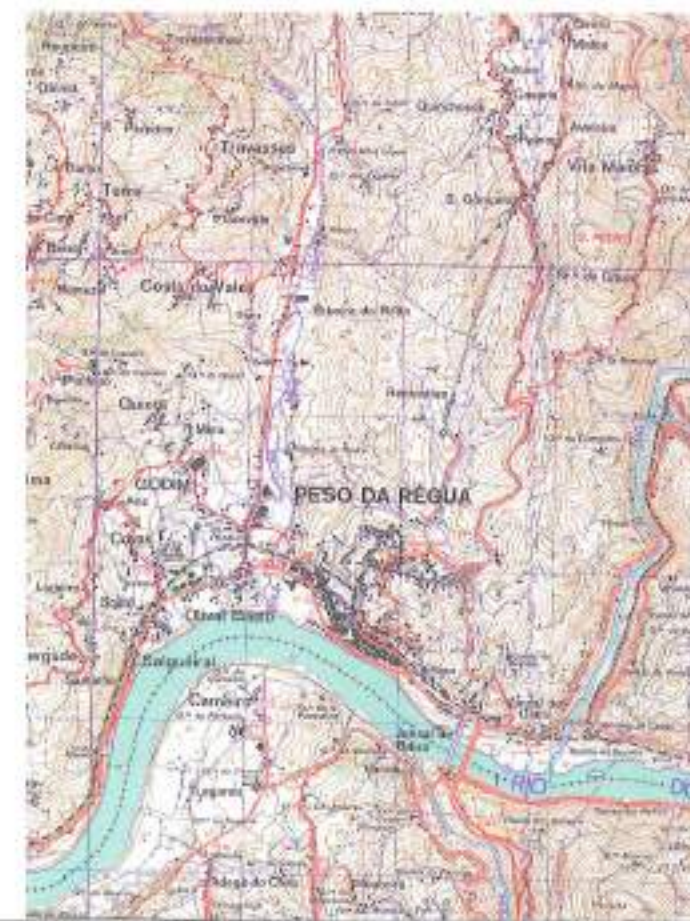
(4)

(4)

(5)

(6)

(2)(6)



PESO DA RÉGUA

Situação de Porto Mouro (1980) - esquema urbanístico a partir de 1980



Lamego

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênesis Illegal.

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imogético ou outro)

Santuário e Escadório de Nossa Senhora dos Remédios (espaço monumental); campo da feira; morro do castelo e cerca medieval; Sé Catedral e largo; monumentos e palácios urbanos.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

Núcleos antigos primordiais, com formas muito contidas, polarizadas pelo morro do castelo.

A cidade cresceu para Norte e grande parte da sua malha urbana apresenta-se consolidada.

Limite da cidade muito recortado, não obstante de forte sentido morfológico.

O PDM preconiza grandes áreas de expansão (áreas urbanizáveis), que envolvem a área urbana actual, o que naturalmente determina um conjunto de exigências específicas quanto à respectiva estruturação urbanística, interconformação com a malha urbana existente e espaços abertos envolventes, e ainda no que respeita às formas objectivas dos futuros limites da cidade.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1)

(7)

(1)(2)(4)

(7)(9)

(3)(4)(5)

(9)(11)

(4)(5)

(1)(5)

(5)

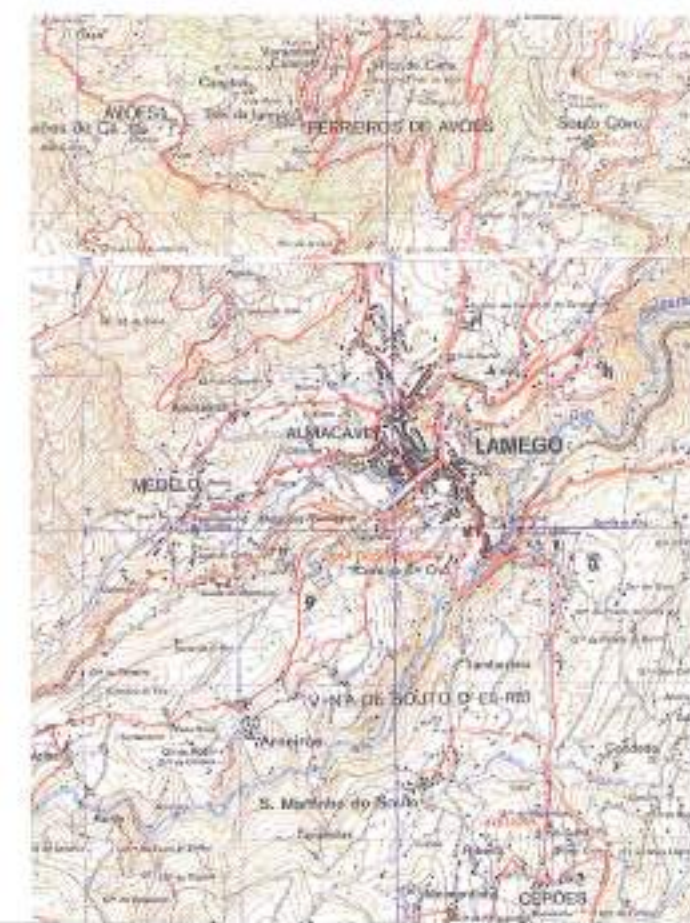
(1)(2)(6)

(2)(6)

(6)

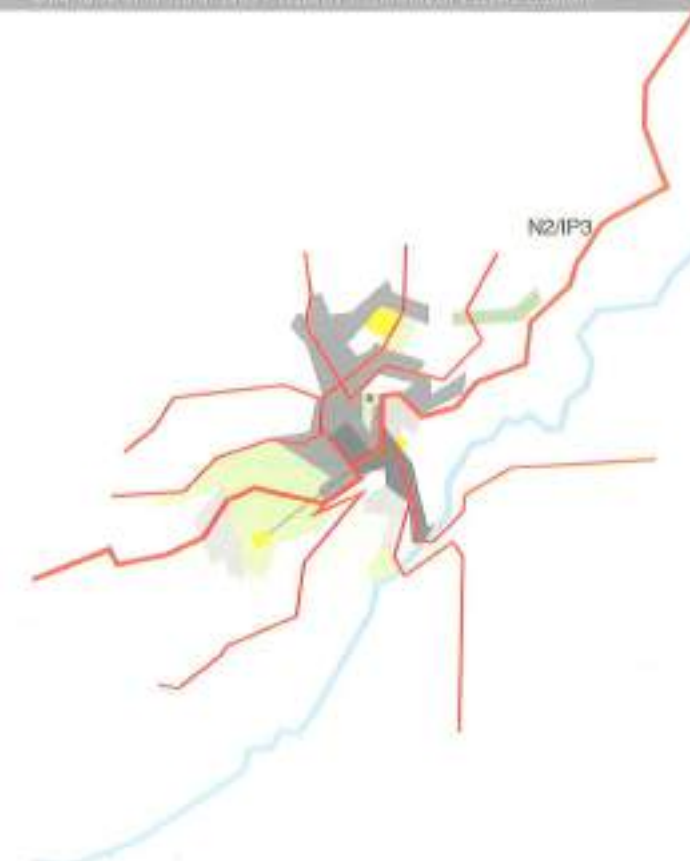
(2)(6)

(12)



Lamego

Sistema Urbano Nacional - Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais - Volume 2



DO EIXO			
OPORTUNIDADES	OPORTUNIDADES E DESAFIOS	OPORTUNIDADES E DESAFIOS	OPORTUNIDADES E DESAFIOS
1	2	3	4
Localização dos eixos do IP3, particularmente o de Lamego, compromete a coesão territorial do eixo urbano	Insuficiente capacidade de criação de emprego e de iniciativa empresarial	Taxa de analfabetismo nos três concelhos superior à região Norte	Inexistência de central de caraterização em Vila Real que promova a ligação entre os diversos tipos de serviço de transporte
Mais ligações viárias entre os centros urbanos e atrio na construção do IP3	Debilitação da estrutura económica das cidades com reflexos nos níveis de desemprego elevados, sobretudo nos jovens e mulheres	Réguas apresentam taxas de escolarização inferiores à média nacional no ensino secundário e no 3º ciclo do Ensino Básico	Problemas de circulação e estacionamento em Vila Real
Estruturas urbanas antigas e consolidadas que dificultam as intervenções ao nível da rede viária urbana, em geral, mal hierarquizada	Investimentos externos não têm desenvolvido localmente equipamentos e dinâmica da actividade produtiva local	Falta de motivação para a educação escolar, associado também à falta de perspectivas locais regionais	Carências de infraestruturas fluviais de apoio dos passeios, na Régua
Rede viária urbana de difícil leitura no Eixo e dificuldades de circulação junto ao rio	Falta de promoção e qualificação da zona industrial de Vila Real	Falta de atractividade em matéria de quadros superiores qualificados, designadamente universitários e profissionais do terciário superior	Corpus universitário insuficientemente inserido no tecido urbano
Forte especulação no sector da construção civil, sobretudo em Vila Real		Sistema sócio-cultural pouco aberto e propenso à iniciativa empresarial	Falta de plano de circulação e de uma oferta de estacionamento nos centros das cidades
Processos de evolução urbanística fortemente agressores e dissonantes no equilíbrio visual e morfológico das cidades		Fragilidade do movimento associativo para implementação de projectos desportivos e oferta regular de animação desportiva	Falta de sistemas de transportes públicos na cidade de Vila Real
Desenvolvimento urbanístico com recurso a densidades e volumetrias exageradas ou dissonantes		Oferta de animação cultural por parte das autarquias e outras agentes muito restrita, com consequências a nível das políticas culturais que se mantêm dominadas por consensos familiares e domésticos	Difícil acesso ao mercado de habitação sobretudo para as camadas sociais de menores rendimentos e para os jovens
Falta de integração urbana de importantes pólos geradores de tráfego, designadamente em Vila Real e Régua		Falta de recursos financeiros de algumas instituições de carácter cultural para a implementação de projectos de impacto supra-municipal	Mais condições de funcionamento dos estabelecimentos de pré-escolarização nas cidades do eixo
Concentração da habitação social em determinadas áreas urbanas, associada a situações de marginalidade		Forte envelhecimento da população	Sobrelotação das escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário, prejudicando a rentabilidade dos agrupamentos existentes
	Existência de factores significativos de vulnerabilidade social - desemprego, toxicodependência, alcoolismo e abandono escolar		Oferta sobrepasta de áreas de formação entre as cidades e a falta de outras áreas
	Problemas de marginalidade social associados a forte concentração de habitação social e pobreza		Insuficiente oferta de atividades de tempos livres que ajudem a combater insatisfações do sistema educativo
	Condições de aprendizagens deficientes no 1º e 2º ciclo reveladas pelas altas taxas de insucesso e retenção		Incapacidade do eixo urbano de reter os turistas fluviais do Douro
			Deficiente capacidade e diversidade no alojamento hoteleiro e infraestruturas turísticas - restauração, comércio e promoção de produtos regionais, serviços, animação
			Insuficiente formação e profissionalização nos sectores de desporto, lazer e recreio e cultura
			Grandes carências em equipamentos de cultura e animação urbana, quer ao nível das estruturas básicas, quer no

OBJETIVO			
UNIDADE VAI	UNIDADE VAI (VAI 1993-2003-2)	UNIDADE VAI (VAI 1993-2003-2)	UNIDADE VAI (VAI 1993-2003-2)
1	2	3	4
			que se refere a outros domínios – ciência, música, etc. Equipamentos e serviços de apoio aos idosos insuficientes Não condições e insuficiências no sistema de saúde, face ao agravamento das condições sociais e ao envelhecimento da população
Construção da via de trânsito interna em Vila Real facilitará ligação entre o centro e a universidade Existência de uma importante zona industrial em Vila Real Centros históricos de interesse e grande significado histórico-arbitetónico	Sector transportador de vinho muito forte Importância da flutuaria económica em torno do Vinho do Porto na Região Estrutura comercial em Vila Real apresentando sinais de modernização Capacidades industriais na fabricação de produtos tradicionais e regionais na flutuaria agro-alimentar Localização das principais instituições sectoriais ligadas ao sector vitivinícola do Douro – Casa do Douro, IVP UTAD e UTBIA constituem importantes centros de investigação e de serviços – áreas agrícola, florestal, zootécnica, vitivinícola e do desporto	Taxa de escolaridade ao nível do 3º ciclo de ensino em Vila Real é superior à média nacional População estudantil numerosa com capacidade de animação urbana, comercial e cultural, em Vila Real Dinâmica associativa significativa na organização e promoção de actividades no domínio do risco e aventura Dinâmica de crescimento populacional em Vila Real Potencial no âmbito do desenvolvimento musical e da investigação na área de música sacra significativa	Empresas de transportes de passageiros dinâmicas no mercado local, assegurando boas ligações entre os centros urbanos Coexistência do 3 meios de transporte na Região – rodoviário, fluvial e ferroviário Envolvimento cívico das cidades de grande valor, designadamente o vale do Douro Zonas verdes públicas existentes no espaço urbano, principalmente nas cidades de Lamego e Vila Real Alguma dinâmica de criação de Escolas Profissionais e a UTAD dinamiza a formação superior, investigação e extensão Serviços administrativos públicos em Vila Real, associados ao um instituto de saúde do distrito Dinamismo das instituições privadas de solidariedade social e uma oferta de quadros vocacionados para os serviços dirigidos a idosos Rebateria das soluções de tratamento dos efluentes líquidos domésticos e industriais e dos resíduos sólidos urbanos e industriais Existência de infraestruturas desportivas com capacidade para a realização de grandes eventos desportivos Património arqueológico e artístico de grande valor e significado histórico-cultural Sala de espetáculos e actores culturais de nível regional no sector do teatro Museu Nacional de Lamego com potencial artístico significativo e

OBJETIVOS		INDICADORES	
1	2	3	4
			possibilidade de vir a ocupar um papel importante na divulgação cultural da região Existência em Vila Real de um hospital distrital e de uma Escola Superior de Enfermagem
Melhorar a mobilidade no eixo e garantir uma correta conexão entre os eixos viários principais e a malha viária urbana Intervenções urbanísticas e na dinâmica de funcionamento das cidades, correctivas de insuficiências e qualificadoras de potencialidades	Criar condições para dinamizar as capacidades de iniciativa e empreendedorismo Desenvolver as competências empresariais nas áreas da comercialização e do marketing Promover a prestação de serviços especializados no mercado interno e externo Promover a adopção de novas tecnologias e a inovação e consolidar/ampliar o potencial de investigação e serviços às empresas	Melhorar a formação dos recursos humanos dentro de uma ampla opção sócio-educativa Desenvolver condições para a profissionalização e o marketing no sector cultural e do animação, num contexto de complementaridade urbana Desenvolver o associativismo e fomentar novas práticas culturais na população	Projectos de intervenção cultural de grande escala, associados à cultura do vinho, da Casa do Ouro e da IVR, na Região Existência de um importante complexo desportivo na cidade de Lamego Criação e qualificação de espaços verdes urbanos Recuperação e qualificação de recursos naturais, ambientais e paisagísticos e controlo de focos de poluição e agressão ambiental Melhorar a mobilidade dentro das cidades e favorecer relações de intermodalidade Completar sistemas de saneamento básico, de abastecimento de água e de recolha e tratamento dos resíduos sólidos Dotar as cidades de uma rede de equipamentos e de infraestruturas urbanas que permitam a centralidade global do eixo urbano e a sua coesão interna Aumentar a acessibilidade da população aos serviços sociais e de saúde, de forma a contribuir para a coesão social e a prevenir a marginalidade

ANÁLISE DE SÍNTESE		
OPORTUNIDADES	DEBILIDADES	RECOMENDACIONES
5	6	7
ECONOMÍA	Debilidad de estructuras asociativas ao nível empresarial, pela insuficiência de serviços às empresas e de uma postura inovadora	Limitações de ordem política e financeira na implementação de políticas sistemáticas de recuperação e valorização do património arquitectónico e etnográfico
	Dinâmica associativa cultural pouco intensa e inovadora, exceptuando as dinâmicas da música popular	
	Insuficiente concertação interinstitucional no domínio da formação	
	Falta de coordenação e de especialização entre estruturas associativas de base empresarial no eixo	
	Falta de concertação institucional entre as autarquias, a UTAD e o meio desportivo	
MEIO AMBIENTE	Inexistência de uma estratégia concertada no domínio das questões sociais, envolvendo as instituições existentes	
	Potencial de associação empresarial nas três cidades	Capacidade financeira das autarquias insuficiente face à grandeza do seu património ambiental
	Algumas experiências interessantes de concertação institucional ao nível de projectos de reabilitação de zonas (históricas, edifícios) e de avaliação do tecido empresarial e de investigação: Clínicas Municipais, UTAD, Associações Empresariais, ITODI	
	Projectos concertados intermunicipalmente no domínio dos tratamentos de efluentes líquidos e dos resíduos sólidos	
	Experiências emblemáticas de concertação ao longo das actividades desportivas	
CULTURA	Promover o empreendedorismo	Implementação de instrumentos de ordenamento urbanístico e de disciplina das transformações e expansão do espaço urbano
	Promover políticas e melhorar as competências para a salvaguarda do património cultural	Promover políticas e melhorar as competências para a salvaguarda do património cultural
	Promover a articulação entre ofertas de formação	
	Promover o empreendedorismo e desenvolver as competências nas áreas da comercialização e do marketing	

Bragança

Bragança

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal.

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Cidadela, Cerca do Castelo, Torre de Menagem, Torre da Princesa, Igreja e Domus Municipais; arquitectura urbana e espaços públicos.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

A cidade apresenta vastas áreas urbanas não consolidadas, resultantes das expansões apoiadas ou limitadas pelos elementos da macroestrutura viária e ferroviária.

As extensas áreas urbanas não consolidadas, especialmente recorrentes entre si, e pela sua escala territorial, participam fortemente na configuração do próprio território envolvente, conferindo à cidade um limite muito recortado.

O PDM preconiza um conjunto de áreas de expansão estabelecidas na sequência espacial das áreas de malha urbana não estabilizada, e por ocupação dos espaços intersticiais resultantes das formas parciais em presença.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME	MO
(1)	(7)
(1)(2)(4)	(7)(8)(9)(12)
(3)(4)(5)	(9)(10)(11)
(4)(5)	
(4)(5)	
(1)(2)(6)	
(2)(4)(6)	
(6)	
(6)	
(2)(6)	



BRAGANÇA: Plano da Carta Urbana 1990/4. Base do reconhecimento versão 1/25.000



	CENÁRIO			
	CONCEPÇÃO	EFECTIVAÇÃO (PROPOSTAS)	IMPACTOS/EFECTOS/ACTOES	OPORTUNIDADES
DESENVOLVIMENTO	1	2	3	4
	Perímetro urbano sobredimensionado face à extensão do centro histórico, conferido-lhe uma posição marginal Novas avenidas têm fomentado um desenvolvimento axial em extensão, alterando o perfil formal do aglomerado Quase ausência de serviços privados de apoio às empresas A capacidade de criação de emprego na construção civil está associada a factores conjunturais em regressão (regresso de emigrantes, etc.)	Terciarização excessivamente dominada pelos serviços públicos e comércio a retalho Fragilidade do comércio a retalho face a uma população que não dá garantias de uma continuidade residencial e de consumo Deficiência dos serviços ligados aos circuitos de comercialização dos produtos agro-pesqueiros regionais Actividade industrial praticamente irrelevante e um parque industrial sem capacidade de atrair novas indústrias Fraca capacidade de mobilização das pequenas locais para o desenvolvimento		
QUALIDADE	Centro histórico com um desenvolvimento axial articulado com o núcleo, adquirindo o estatuto de espaço funcionalmente vital, coeso e contínuo Existência de um parque industrial		Dinâmica demográfica positiva na cidade	Qualidade ambiental decorrente da fraca implantação industrial e da inexistência de tráfego rodoviário intenso Ensino universitário como factor de fixação de uma população jovem Património arquitectónico particularmente rico: castela, paços municipais Existência de oferta de ensino superior, de nível politécnico Centro histórico com potencial de espaço funcionalmente vital Oferta de hoteleiro diversificada
SUSTENTABILIDADE		Aumentar o nível de emprego, nomeadamente a sua qualificação, contribuindo para promover a fixação de actividades que gerem um desenvolvimento auto-sustentável, com ênfase particular no sector secundário Reforço e melhoria da prestação de serviços públicos e em áreas menos tradicionais Exploração das potencialidades do património Aproveitamento turístico do património histórico e etnográfico, designadamente com aposta em nichos específicos do mercado (centros de estágio, turismo juvenil) e inversão em circuitos turísticos regionais e transfronteiriços	Afluxo e manutenção da população estável e desenvolvimento da exploração das actividades turísticas como factor de dinamização e qualificação do subsector dos restaurantes, cafés e estabelecimentos hoteleiros Aposta permanente na instrução e cultura como elemento determinante na preservação da identidade cultural, valorizando aspectos distintivos da cidade Animação cultural aproveitando o património artístico	

	Indicadores para		
	Indicador de desempenho	Indicador de processo	Indicador de resultado
INTERMEDIAR	1	2	3
	Falta de redes estruturadas de informação, de investigação, de complementaridade e de formação – desenvolvimento. Falta de dinamismo e cooperação empresarial.		
INTERMEDIAR			
INTERMEDIAR	formação de redes ou cooperativas de distribuição e agrupamentos de produtores para o marketing dos produtos podem viabilizar os sectores agrícola e industrial. Coordenação de base local por parte das empresas na atracção de serviços de apoio.		

Mirandela

Mirandela

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênesis Ilegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Relações topológicas entre os vários espaços urbanos e panorâmicas da cidade.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

Núcleo primordial de forma contida, localizado na margem esquerda do rio Tua.

A cidade (de malha consolidada e de malha não consolidada) desenvolve-se em ambas as margens do rio.

Límite da cidade muito recortado, não obstante de forte sentido morfológico.

O PDM preconiza um conjunto de áreas de expansão envolventes às áreas não consolidadas actuais.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME	MO
(1)	(7)
(1)(2)(4)	(8)(9)
(3)(4)(5)	(9)(10)(11)(12)
(4)(5)	
(5)	
(4)	
(4)	
(6)	
(6)	
(2)(6)	



MIRANDELA

Plano de Urbanização 1995 - Sistema Urbanístico - escala 1:50.000



DIRETIVA			
TIPO DE PROJETO	PROBLEMAS IDENTIFICADOS	OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS	INTERVENÇÕES
1	2	3	4
ESTRUTURA URBANA	Oferta de comércio retalhista escassa e pouco diversificada Baixa qualificação sócio-profissional dos activos	Pegueso dimensão populacional Pouca afirmação dos hábitos regionais e locais Concentração sazonal das festividades Pegueso dimensão populacional	Expansão urbana nos anos 80 com áreas de má qualidade – baixo nível de infraestruturação Falta de continuidade nos passeios e beira-rio Situação sócio-económica e turística deficiente Ausência de estruturas de alojamento e animação turística Falta de equipamentos desportivos Escassa património histórico e arquitectónico
	Pouco importante de serviços bancários e financeiros Especialização industrial no sector agro-alimentar	Mirandela: bolsa da população jovem	Imagem urbanística (espaços públicos – valorização do património natural e construído) profundamente meliorada Pavimento de superfície Existência de grande superfície comercial Qualidade da paisagem urbana – jardins centrais e espelho de água Complexo de lazer nas proximidades da cidade Centro Cultural com instalações modernas e programação diversificada ao longo do ano Atuação artística e cultural nos espaços públicos Mirandela – imagem da modernidade no contexto urbano do Nordeste Recente instalação de equipamentos de ensino superior privado (gestão e hotelaria)
INTERVENÇÃO	Complementar zona de Mercado com actividade para serviços às empresas, áreas para esportes e recreio, lugares qualificados		Criação de equipamentos e actividades do sector náutico Criação do pólo de Instituto Politécnico de Bragança e do Instituto Politécnico de Vila Rica

Chaves

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Illegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Núcleo histórico, torre de menagem; ponte romana sobre o rio Tâmega; arquitectura urbana; novos sinais de desenvolvimento.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

A cidade apresenta vastas áreas urbanas não consolidadas, resultantes das expansões apoiadas ou limitadas pelos elementos da macroestrutura viária e morfologia do suporte físico. Estas áreas, especialmente recorrentes entre si, e pela sua escala territorial, participam fortemente na configuração do próprio território envolvente, conferindo à cidade um limite muito recortado.

O PDM preconiza um conjunto de áreas de expansão estabelecidas na sequência espacial da malha urbana não estabilizada, e por ocupação dos espaços intersticiais resultantes das formas parciais em presença.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quartelão Tradicional Dominante
- (8) Quartelão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1)

(7)(9)

(1)(2)(4)(5)

(7)(8)(9)

(3)(4)(5)

(9)(10)(11)

(4)(5)

(5)

(4)(5)

(2)(6)

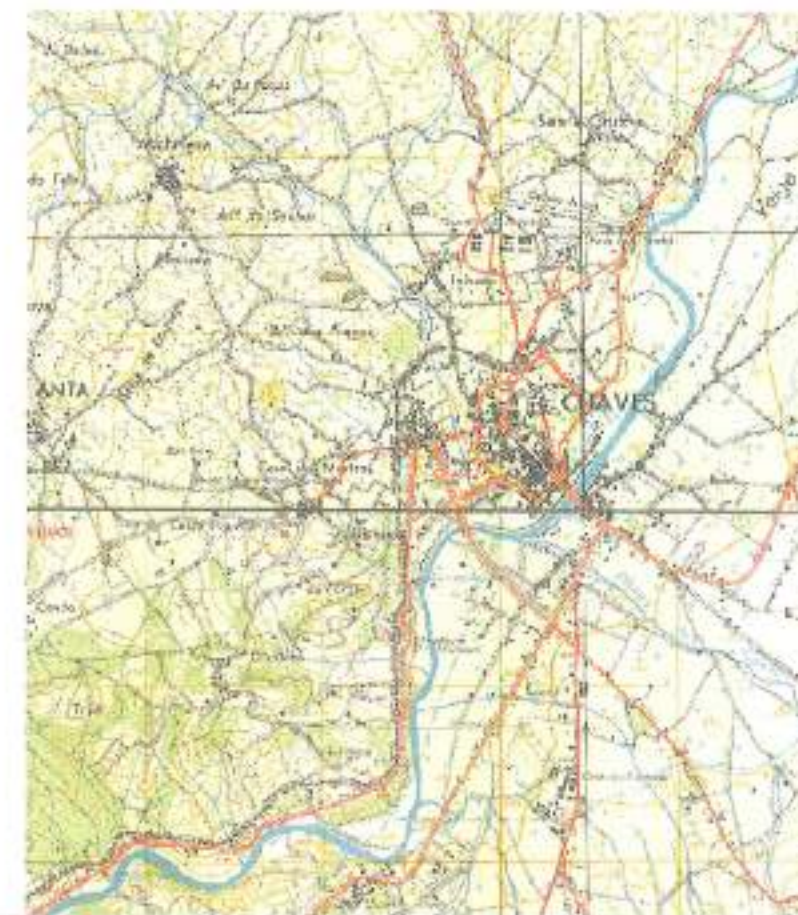
(2)(6)

(2)(4)(6)

(6)

(5)

(2)(6)



Chaves

Extracto do Plano Municipal de Urbanização - 2004 • Escala: 1:50.000



Cidade de Faro			
1	2	3	4
Descentralização urbana nas zonas de crescimento recente	Mais alguns valores difíceis e a obtenção de investimento e fixação de profissionais mais qualificados	Produção e animação cultural com exigências crescentes de profissionalização, que não tem sido acompanhadas pelas estruturas locais	Estado ainda incipiente de renovação e de revitalização do centro histórico
	Longas franjas de concreto tradicional carentes de qualificação	Dificuldade em manter os principais eventos da cidade promovidos por instituições de âmbito nacional ligadas às artes plásticas (Fundação de Serralves, Fundação Calouste Gulbenkian, ACRTE, entre outras), devido às elevadas exigências operacionais	Congestionamento do tráfego, particularmente no centro histórico
	Debilidade dos sectores de transporte de manuseamento e de distribuição em geral	Alguns debilidade das actividades dos agentes culturais em alguns domínios considerados básicos (cinemas, teatro, sector comercial do livro) e na formação artística	Carácter dispersivo e em geral não muito qualificado das novas áreas residenciais e da construção urbana de maior dimensão
	Debilidade de recursos humanos locais com vista à promoção de complementaridades do turismo cultural com turismo termal	Assistência de profissionalização de algumas actividades de animação e divulgação cultural	Impacto negativo do alojamento ocupado em matéria de conservação e de bom funcionamento das edificações urbanas
	Progressiva afirmação a nível nacional do produto turístico (turismo de saúde e lazer termal)	Situação de marginalidade urbana	Reduzida rede de equipamentos culturais, nomeadamente do carácter municipal e supramunicipal
			Alguns debilidade da rede de equipamentos desportivos e de recreio
			Inequilíbrio de concentração na programação temporal inicial do Centro de Formação Profissional
			Ausência de uma solução integrada de tratamento de resíduos sólidos urbanos
			Desordenamento da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico, contribuindo situações de sob e sobrelotação
			Carência de equipamentos desportivos nas escolas
			Insucesso das iniciativas privadas do ensino superior
	Progressiva afirmação a nível nacional do produto turístico (turismo de saúde e lazer termal)	Reconhecimento demográfico e espacial reforçando a dinâmica da cidade	Existência de um centro histórico com potencialidades inequívocas de renovação e do suporte de animação urbana
	Dinâmica de fluxos turísticos (escursionistas), de dimensão transfronteiriça com implicações na estrutura comercial da cidade	Tradição de vivência urbana e de ocupação quotidiana de espaço público	Fronteiriça associada a uma nova frente urbana potencial, que se assume como uma nova centralidade urbana
	Oportunidades de comercialização de produtos agrícolas na sequência do projecto da central de vendas	Dinâmica estrutural da Associação Água Fúria na promoção do turismo cultural	Espazo urbano público com capacidade de qualificação, integrando centros históricos e áreas envolventes consolidadas
	Possibilidade disponível acumulada em dependências locais	Ramo de um importante pólo português (Madeira Aformed) associado à cidade	Capacidade de alojamento não utilizada, dada a não ocupação de parques habitacionais recém-construídos
	Dimensão da Escola Profissional na oferta de formação profissional face à oferta de emprego local	Alguns esforços locais em torno da prática desportiva, nomeadamente as que respeitam ao ténis	Attractividade potencial de investimentos estimulados pelo estatuto de sociedade aberta e de actividades de suporte à distribuição transfronteiriça
	Existência de um projecto em desenvolvimento (geotermia) que possibilita a produção de culturas agrícolas forçadas	Dinâmica recente de instalação de estabelecimentos de ensino pré-escolar, com o consequente aumento das taxas de escolarização	Actividade comercial intensa e que se revê na cidade
		Concentração de alunos do ensino secundário nos áreas de inserção na vida activa	Única pólo de habitação em TRAO que dispõe de uma organização de programas de animação turística

	Dinâmicas			
	CONDIÇÃO	ESTABILIDADE E RECONSTRUÇÃO	CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA	DIVERSIFICAÇÃO
1	2	3	4	5
INTERMEDIÁRIA			Consolidação local generalizada da importância da construção de um Instituto Politécnico/Pólo da UTAO	
			Existência de espaços privados de animação nocturna com qualidade e capacidade de atracção	
			Excelente exemplo de reocupação e utilização de um forte (estrutura de arquitectura militar para auditório ao ar livre)	
			Infraestrutura desportiva com potencial de utilização recreativa	
			Dinâmica recente de reforço da capacidade de alojamento hoteleiro	
			Alguns exemplos de qualificação comercial, com melhoria da imagem urbana	
			Existência de um hospital de nível distrital, com algumas valências diferenciadas e um problema sensível de natureza equipamental	
			Dinâmica recente de criação de estabelecimentos de ensino pré-escolar, com o consequente aumento das taxas de escolarização	
			Plurianímia da Escola Profissional na oferta de formações pertinentes face à oferta de emprego local	
			Dinâmica de afirmação progressiva da Escola Superior de Enfermagem, criada por concentração de iniciativas locais	
COMUNAL	Intervenção reguladora nas áreas de expansão recente, enquanto áreas actualmente desqualificadas de ponto de vista urbanístico	Promoção de actividades comerciais e de serviços adaptadas à procura local	Promoção de eventos desportivos no domínio da alta competição (golf e ténis, particularmente) e sua integração na promoção turística da cidade	Qualificação e animação do espaço público urbano por forma a capitalizar a presença, na cidade, de elevados fluxos turísticos
	Qualificação das entradas na cidade	Qualificação da oferta de alojamento hoteleiro existente e diversificação de novas formas de alojamento		Salvaguarda/reocupação/revitalização do centro histórico e ordenamento/aproveitamento ecológico/ambiental equilibrado da frente fluvial do rio Tâmega
	Disponibilização de zonas infra-estruturadas para parques de actividades e empresas a atrair em função das novas condições de acessibilidade, favorecendo a localização de investimentos industriais e de actividades logísticas	Qualificação em matéria de recursos humanos e competências profissionais no sector do turismo, designadamente de qualificação vocacionada para a promoção do património regional		Promoção de condições de fixação de comércio de qualidade no centro histórico
		Criação de valências locais para a certificação de produtos		Qualificação da área envolvente consolidada como área com potencial para uma vivência urbana de qualidade

	Dinâmicas			
	CONDIÇÃO	ESTABILIDADE E RECONSTRUÇÃO	CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA	DIVERSIFICAÇÃO
1	2	3	4	5
INTERMEDIÁRIA			Organização de certames regulares de divulgação de produtos tradicionais com manifestações lúdicas associadas	Valorizar e qualificar os equipamentos termais
			Promoção e marketing de Chaves como nova entidade turística, potencialmente atractiva de novos investimentos industriais e de logística de distribuição	Promover a atracção à cidade de áreas de formação superior complementares às que estão estabilizadas no pólo central da UTAO (Vila Real)
			Disponibilização de zonas infra-estruturadas para parques de actividades e empresas a atrair em função das novas condições de acessibilidade, favorecendo a localização de investimentos industriais e de actividades logísticas	Consolidar a infraestrutura urbana: abastecimento de água, EPR, recolha e destino final de resíduos sólidos (colação intermunicipal) e iluminação pública
				Melhorar a dotação em equipamentos básicos – ensino, saúde, desporto, cultura
				Qualificar e animar o espaço público – tratamento da via pública, jardins, zonas verdes, espaços polivalentes de utilização colectiva
				Melhorar a circulação e o estacionamento na zona histórica
				Implementar os projectos de valorização e animação dos equipamentos culturais (Biblioteca e Museus)

	DESENVOLVIMENTO		
	TEMAS DE INTERVENÇÃO	ACTOES LOCAIS	ACTOES NACIONAIS
5	6	7	
PROCESSO URBANO	Incapacidade de concretização de projectos de extensão/colaboração com o UPAO Falta de concertação entre as Temas, Hospital, Escola de Enfermagem (Santa Casa da Misericórdia), tendo em vista a consolidação da vertente da saúde e cidade termal Incapacidade local de mobilização e contraponto de investimento público central	Alguma interferência da política municipal na atracção de investimentos industriais	
	Valorização potencial da localização na cidade de Associação para o Desenvolvimento do Alto Tâmega (ADAT) como instituição de dinamização do desenvolvimento local e subregional Criação, por concertação de iniciativas locais, da Escola Superior de Enfermagem	Dinâmica de planeamento da autarquia potenciadora da qualificação do espaço urbano Política municipal que beneficia a criação de emprego industrial a partir de iniciativas endógenas Dinâmica do associativismo municipal que abre à cidade um espaço de afirmação e solidariedade regional Dinâmica de intervenção municipal em torno da animação cultural, nomeadamente em algumas actividades com visibilidade externa Consolidação, na Câmara Municipal, de uma estrutura técnica e humana de apoio ao implemento de políticas culturais e de animação urbana Existência de Gabinete Técnico Local	
PLANO URBANO			
GRUPO	Estratificação de uma Rede de saúde termal em associação com outras instituições do sector da saúde Constituição de formas de intervenção do Centro de Formação Profissional de Chaves em domínios relevantes para a concretização da estratégia de desenvolvimento da cidade	Órgãos municipais de divulgação das principais iniciativas da autarquia e principais actores locais	

Subsistema urbano do Centro

Coimbra
 Figueira da Foz
 Viseu
 Guarda
 Covilhã
 Castelo Branco

Coimbra

Coimbra

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal.

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

- Centro histórico; Universidade; monumentos e arquitectura urbana; espaços públicos, jardins e frente fluvial; silhueta e panorâmicas singulares.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas. Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

A cidade apresenta vastas áreas de malha urbana consolidada, na correspondência a formas muito recortadas, fortemente condicionadas pelas características morfológicas do suporte físico, de relevo muito acidentado. As áreas urbanas não consolidadas assumem formas peculiares, igualmente decorrentes da estrutura urbana e morfologia do suporte físico.

O núcleo primordial implanta-se à cota alta e vertente Poente face ao rio Mondego. A cidade expandiu-se fundamentalmente para Nascente e Sul do núcleo antigo, apresentando um sistema de equipamentos caracterizado pela sua concentração em pólos.

O PDN preconiza um conjunto de áreas de expansão estabelecidas na sequência espacial das áreas urbanas existentes, e por colimação dos espaços intersticiais resultantes das formas parciais e espaços abertos em presença.

Os espaços abertos que acompanham as linhas de água e as formações orográficas, interiorizados à forma urbana conjunta, determinam a compartimentação desta última em formas autónomas parciais.

As áreas industriais, cujas formas participam na leitura da forma urbana conjunta, localizam-se preferencialmente a Norte da malha urbana.

Os elementos da macroestrutura e áreas sob reserva, são factores que condicionam o crescimento da cidade em parte considerável do seu limite.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elemental (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, elso urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1)

(7)(9)

(1)(4)(5)

(8)(9)(11)

(3)(4)(5)

(9)(10)(11)(12)

(4)(5)

(5)

(4)(5)

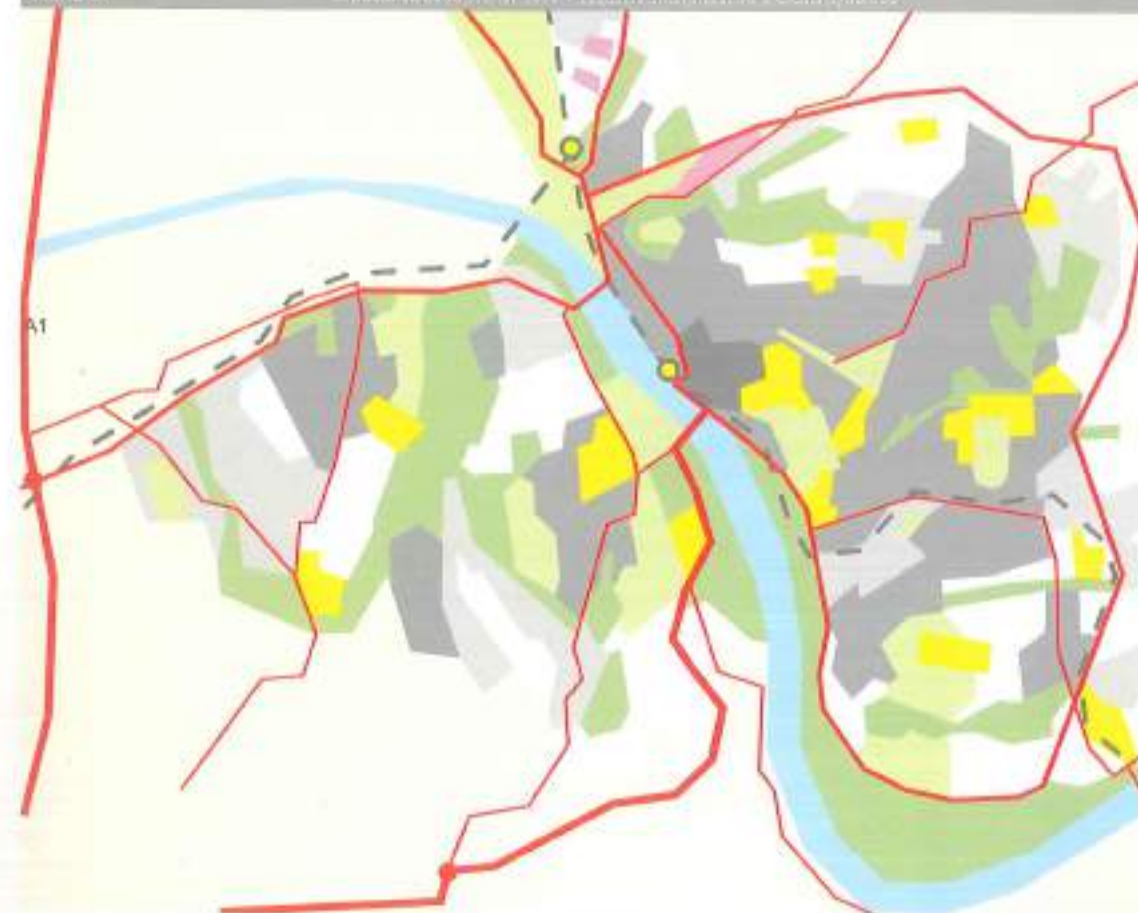
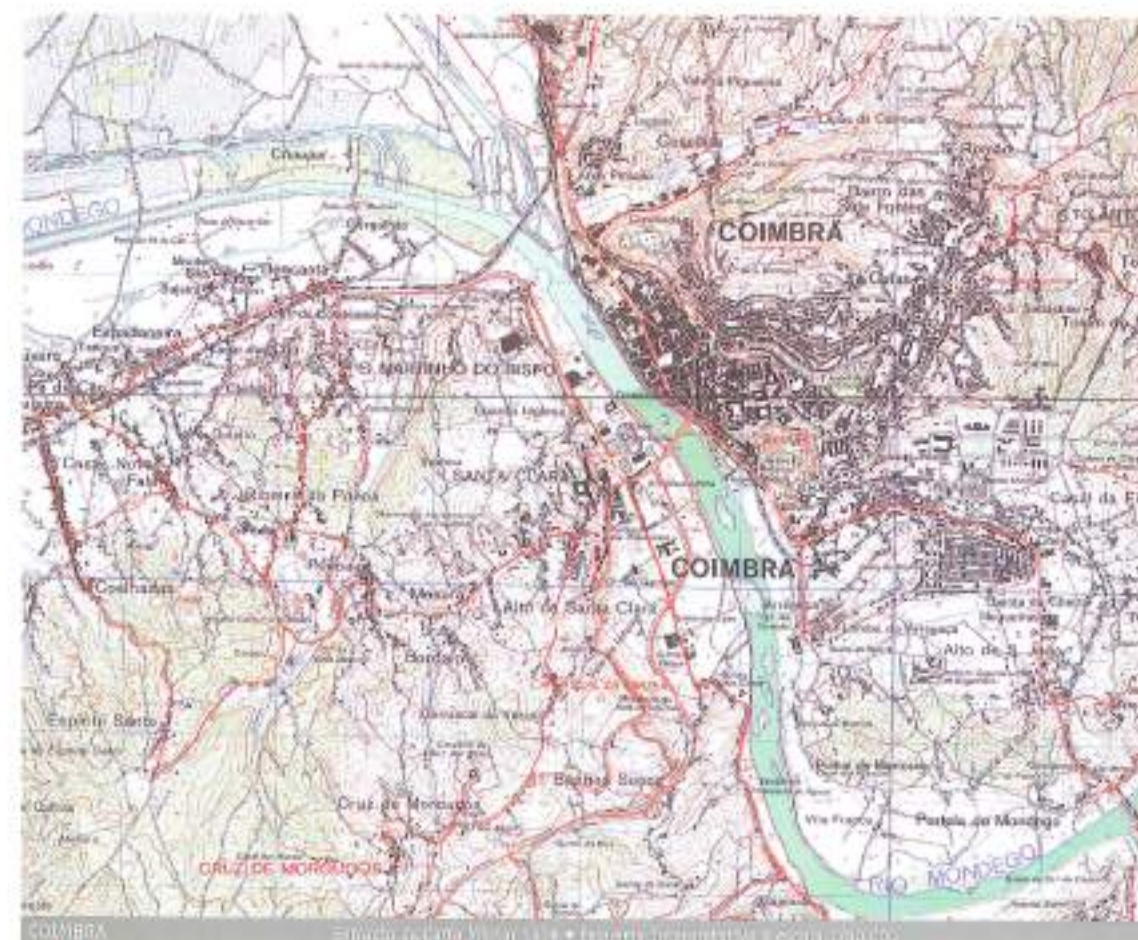
(2)(6)

(2)(4)(6)

(6)

(6)

(2)(6)



CIDADE DE COIMBRA				
CONDIÇÃO	INTERIORES DA CIDADE E ZONAS DE TRANSIÇÃO	INTERIORES DA CIDADE E ZONAS DE TRANSIÇÃO	INTERIORES DA CIDADE E ZONAS DE TRANSIÇÃO	INTERIORES DA CIDADE E ZONAS DE TRANSIÇÃO
1	2	3	4	5
ESTRUTURA	Isolamento da cidade em relação ao rio	Sistema produtivo difuso, não contribuindo para a afirmação de pólos de especialização produtiva indutores de efeitos de arrastamento	Crescimento demográfico negativo na cidade	Deficiente acessibilidade ao centro e desequilíbrios intermodais de acessibilidade na cidade
	Perímetro urbano alargado ainda em fase de preenchimento, mal articulado com a área central consolidada	Segmentos do sector industrial em recessão com queda do nível de actividade e identidade cultural e urbana da cidade e renovar a sua	Reduzida integração da população estudentil nas actividades culturais e desportivas	Fracasso recente de circulação automóvel na cidade, principalmente no centro
	Sistema de transportes públicos desajustado da dimensão e características da cidade	Redução do dinamismo empresarial e fraca capacidade de investimento, nomeadamente dentro de programas inseridos na QCA, com implicações no nível da criação de emprego	Presença de grupos de risco	Centro histórico em acelerada perda de população e degradação física e social
	Má qualidade urbanística e ambiental de alguns espaços estruturantes da cidade	Reduzida capacidade de organização de eventos de promoção empresarial	Dinâmica demográfica estabilizada, com tendência para um comportamento recessivo	Espacos públicos degradados ou mal conservados
	Presença de edifícios dissonantes na paisagem urbana	Estrutura do emprego dominada pelos serviços públicos	Fraco dinamismo reinsertivo dos agentes urbanos	Má qualidade urbanística e ambiental de alguns espaços estruturantes da cidade
ESTRUTURA			Necessidade de realojamento de famílias mal alojadas	Edifícios e conjuntos sobrelotados desvalorizados na imagem da cidade
				Estrutura museológica em geral esbelta e pouco atractiva
				"Portugal dos Pequenitos" – estrutura de matriz cultural passadista
				Fracca diversidade relativamente aos eventos culturais
ESTRUTURA	Solo vocacionado para áreas industriais na área urbana e na área de influência directa	Serviços avançados às empresas nas áreas financeiras e da informática, que reforçam terciarização baseada na economia da cidade	População com apatência para o consumo cultural e pouco a prática desportiva	Envolvente paisagística e ambiental da cidade marcada pela presença do rio e de vastas áreas arborizadas
	Reves áreas urbanas com capacidade de fixação de terciário	Alguns segmentos do sector industrial continuam a evoluir positivamente – indústria de cerâmica e artes gráficas	Associação Académica de Coimbra, promotora de actividades e eventos culturais – teatro, fotografia, cinema, desporto, Galeria das Fitas	Espacos verdes, jardins e "últimos" integrados na cidade e com grande interesse cultural e histórico
	Imagem urbana e silhueta singular		Presença de juventude na cidade e manutenção de ambiente de vida académica	Fontes de vista e panoramas urbanos
	Herança urbana diversificada com ambientes formalizados		Cidade média no limiar dos 100 000 hab., com uma base demográfica no decréscimo dos 100 000 habitantes	Património histórico-cultural e artístico relevante
	Centro histórico com interesse		Conjunto diversificado de associações e grupos de cidadãos organizados em torno de interesses e temas específicos – Arqueologia, Arte, Alta de Coimbra, etc.	Oferta alargada de habitação, significativa nas áreas de expansão
ESTRUTURA		Ambiente urbano favorável à fixação de mão-de-obra e de quadros qualificados	Existência de uma universidade com relevância em sectores de especialização potencial – ciência e tecnologia e medicina, constituído um centro de produção e difusão cultural científica e tecnológica, um centro de promoção de reuniões e congressos e um repositório de património cultural e arquitectónico	Oferta diversificada em diferentes níveis de ensino e formação – politécnica, escolas profissionais, cursos tecnológicos no ensino secundário e centros de formação

	SISTEMA URBANO			
	ESQUEMA	SISTEMA DE TRANSPORTES	ESTRUTURA URBANA E LOCALIZAÇÕES	CENTRO DE DESENVOLVIMENTO
	1	2	3	4
DINÂMICAS				Eventos culturais e recreativos consolidados
				Equipamentos para reuniões e congressos com capacidade significativa e em expansão
				Condições para o desporto, recreio e lazer, na esplanada do rio
				Oferta de alojamentos hoteleiros com qualidade
				"Portugal dos Frequentes" - fator atractivo de visitantes (valorizado como factor de atracção)
				Património monumental classificado e um conjunto de edifícios nacionais em bom estado de conservação
				Equipamentos de saúde, atendimento hospitalar, e desportivos de dimensão e qualidade desportivas
				Comércio diversificado, com permanência significativa de cafés e lojas tradicionais de qualidade
				Animação nocturna - bares e boîtes
				Implementação de programas ambientais de recolha selectiva e de tratamento de lixo
ESTRUTURAS	Promover uma nova organização urbana estimulada pela rede viária urbana e pelo sistema de transportes	Articulação do aparelho científico e tecnológico com o tecido produtivo e empresarial	Diversificar e diversificar a produção cultural	Qualificar o centro da cidade e a zona histórica
	Reforçar e qualificar polos de nova centralidade urbana	Articular e estruturar o tecido produtivo industrial com os serviços, na área de influência directa de Colúmbia	Reforço do tecido social na cidade - estudantes, jovens, grupos de risco e grupos desfavorecidos	Valorizar o rio como área singular na imagem e na vida da cidade e potenciá-lo como espaço de excelência do desporto, lazer e recreio
	Valorizar as periferias urbanas e integrá-las na cidade	Promover as sinergias cooperativas de Colúmbia para captação de novas empresas, instituições e quadros técnicos	Recriar a identidade cultural e urbana da cidade e renovar a sua imagem	Valorizar as periferias urbanas e integrá-las na cidade
				Desenvolver um pólo microbiológico inovador na "WU"

	ESTRUTURA URBANA E LOCALIZAÇÕES		
	ESTRUTURA URBANA E LOCALIZAÇÕES	ESTRUTURA URBANA E LOCALIZAÇÕES	ESTRUTURA URBANA E LOCALIZAÇÕES
	5	6	7
DINÂMICAS	Dificuldade de afirmação de liderança em locais dinamizadores de iniciativas que consigam enlargar e renovar diversificados	Deficiente conhecimento do sistema de actores e das suas capacidades	
	Faça dinamismo reivindicativo dos agentes urbanos		
	Dificuldades de relacionamento entre instituições de "180°" e entre estas e as estruturas empresariais		
ESTRUTURAS	Recursos institucionais diversificados		Universidade e Associação Académica com protagonismo regional e nacional
	Importante estrutura institucional de âmbito público e privado		
	Boas redes de organizações profissionais, sectoriais e associativas ligadas à Universidade e ao Complexo Tecnológico e Científico		
	Cojunta diversificada de associações e grupos de cidadãos organizados em torno de interesses e temas específicos		
ESTRUTURAS	Associação, Arte, Alta de Colúmbia, etc.		
	Emergência de novas formas de organização e de dinâmicas locais - Associação de Desenvolvimento do Turismo da Região Centro e movimentos de cidadãos em torno de problemas e futuro da cidade		
	Fomentar canais de diálogo entre os agentes urbanos, privilegiando a articulação Município-Universidade	Promover iniciativas e lideranças locais	
	Estabelecer formas de cooperação e de diálogo entre instituições de ciência e tecnologia e as estruturas empresariais		

Figueira da Foz

Figueira da Foz

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Núcleo antigo, núcleo de Buarcos, Forte de St.^a, Catarina, arquitectura urbana, marginal e praia.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

Cidade onde coexistem vários núcleos antigos. O núcleo antigo principal a partir do qual se desenvolveram as áreas hoje consolidadas, localiza-se na margem direita do rio Mondego, junto da sua foz.

A expansão da cidade adaptou-se às características morfológicas do suporte físico, evidenciando um crescimento tentacular para Norte a partir do núcleo antigo.

A frente da cidade para o rio é integralmente ocupada pela zona portuária, à ilharga da qual se localiza o terminal ferroviário, que por sua vez funcionou como polo de atracção de indústrias.

O PDM prevê como urbanizáveis todos os interstícios resultantes da expansão da cidade, ocupando na totalidade as áreas que não são reservas. Assim, o limite da cidade para Nordeste está condicionado por espaços naturais de protecção.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumental e outras)

RME

MO

(1)

(7)(9)

(2)(4)

(7)(9)(10)

(5)

(9)(10)(11)

(4)(5)

(4)

(5)

(4)(5)(6)

(2)(6)

(4)(5)

(6)

(2)(6)



Linha 1 (FV)			
2002 (FV)	2002 (FV)	2002 (FV)	2002 (FV)
1	2	3	4
Linha 1 (FV)	Falta de iniciativa dos agentes económicos no desenvolvimento industrial. Porta de mar, actualmente muito especializada nos transportes de colares e do madeira (90% do tráfego). Investimento próprio nos sectores de colares e de papel sem efeitos multiplicadores visíveis sobre o tecido industrial do concelho. Sazonalidade da procura turística repercute-se negativamente na qualidade e desenvolvimento do comércio e turismo.	Envelhecimento significativo da população na última década.	Presença de actividades com impacto negativo no domínio do ambiente, designadamente as indústrias de colares. Elevada concentração de estabelecimentos industriais nas freguesias urbanas de S. João e Boavista, envolvendo deslocação, problemas de tráfego, consumo de água e produção de efluentes. Forte congestionamento de trânsito na Avenida Marginal, para onde é canalizada a maior parte do tráfego urbano e da zona histórica. Escarso estacionamento. Oferta de infraestruturas hoteleiras e de serviços turísticos desadequada aos níveis potenciais de procura. Falta de equipamentos escolares - ensino básico e secundário - no centro urbano encontra-se sobrelotada.
	Cidade que mantém uma marca urbana homogênea, com predominância de edifícios com menos de 3 pisos. Atracção de capital e dinamização de novas actividades potenciadas pela praia, turismo e pesca e mar. Estimulo económico que fixa a população residente (cerca de 90% da população residente trabalha na cidade e área imediata). A cidade concentra cerca de metade do emprego industrial do concelho, sendo as zonas mais vivíveis a colares, as estalagens locais, o vinho e as madeiras, e o rio e as colares. Dinâmica de emprego no terciário significativa, sendo o turismo a actividade mais importante. Razível nível de actividade dos estabelecimentos locais, com destaque para a construção metálica.	População sofreu um acréscimo significativo na última década. Dinâmica das colectividades locais associadas à prática de desportos náuticos.	Zona histórica de baixa densidade de ocupação residencial, com uma fraca intensidade de circulação automóvel. Conjunto de edifícios baixos do princípio do século ("Baixa Nova") dominada por uma tipologia de baixa densidade, apoiada numa rede viária ortogonal, onde partilham equipamentos significativos e se localizam áreas de comércio e de serviços turísticos significativos. Porta da Figueira e estaleiro do Montado com excelentes qualidades naturais para a prática de recreio e de desportos náuticos, potenciadas pela doca de recreio na margem Norte recentemente construída. Existência de hospital distrital, com uma área de influência que abrange vários concelhos vizinhos (Mira, Montemor-o-Novo, Fátima e Soure, os 3 últimos, em parte). Uma rede de equipamentos culturais e recreativos, com vocação significativa na área de recreio.

Viseu

Viseu

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Illegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Centro histórico, Sé Catedral, Cava de Viriato, monumentos e arquitectura urbana, Parque Urbano.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Especiais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

Centro histórico muito afirmado e de relevante valor arquitectónico.

Existência de importantes espaços abertos - Parque Urbano/Áreas sob reserva - no interior da cidade existente. Núcleo central, envolvente ao centro histórico, de elevado nível de consolidação, ocupando quase na totalidade a área envolvida pelo traçado da circunvalação (existente / proposta). A área exterior à circunvalação (cidade não consolidada) desenvolve-se em diversas direcções e de forma não homogênea o que contribui para um difícil reconhecimento dos limites da cidade.

As áreas urbanizáveis colmatam algumas bolsas no interior da cidade existente, no entanto, são essencialmente propostas na orla nascente da cidade existente.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

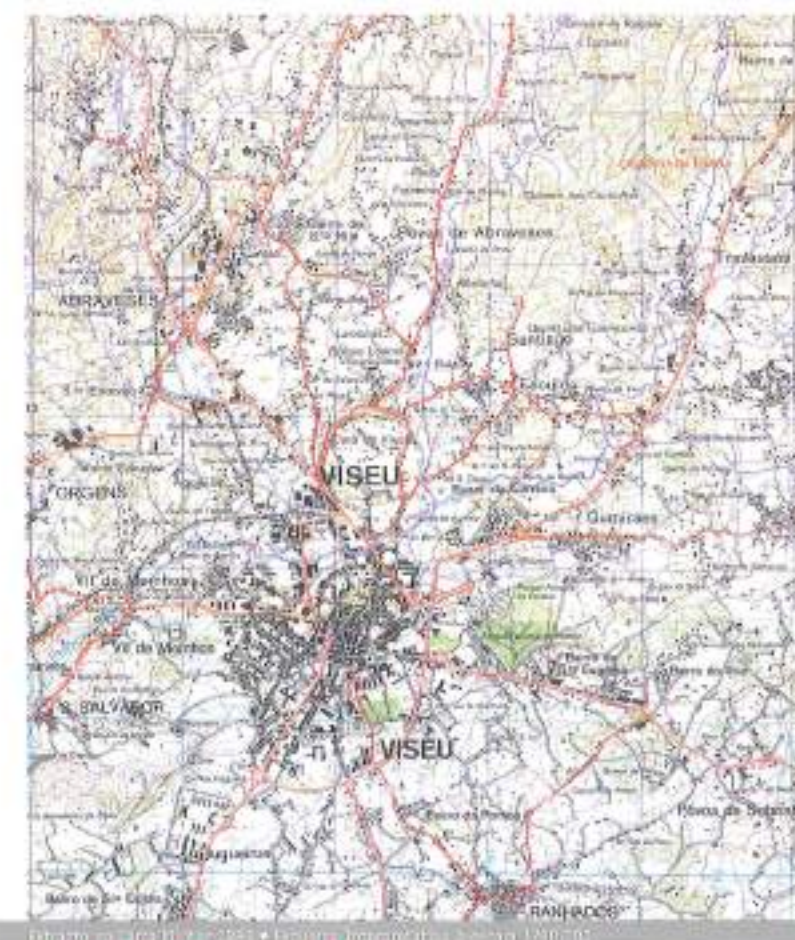
Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1)	(7)
(2)(4)	(7)(8)
(4)(5)	(10)(11)(12)
(4)	
(4)(5)	
(2)	
(2)	
(4)(6)	
(6)	



VISEU

Extraído do Plano Municipal 1992 - Expansão Urbanizável e do Plano 1993/94



2000-2010			
1	2	3	4
URBANISMO		Envolvidamento da estrutura etária da população	Existência de conjuntos habitacionais insalubres Falta de estacionamento no centro urbano Degradação ambiental do rio Instituto na cidade da actual, aberto ao público
	Áreas de expansão urbana disponíveis e sem sofrer impactos negativos da construção de grandes eixos viários	Áreas de formação no ensino superior progressivamente mais adequadas ao tecido produtivo Tejido financeiro diversificado e internacionalizado (agências bancárias) Requalificação do comércio tradicional e diversificação e reconversão do comércio no centro histórico e "bairro" da cidade Importante feira franca de S. Mateus Afirmção da cidade nos grandes eixos de comércio e serviços enquadrados num ambiente histórico	Diminuição acentuada de tráfego urbano de atravessamento, após construção de grandes eixos viários e circulares rodoviários Centro histórico de importância arquitectónica internacional Requalificação de alguns arruamentos e praças no interior do centro histórico Cidade integrada numa das maiores manchas florestais de Portugal/empadronamento paisagístico e ambiental Cidade com importantes espaços verdes urbanos de qualidade Intensidade do património arquitectónico de qualidade na cidade Desenvolvimento acentuado do ensino superior Qualificação de edifícios ocupados por terciário, comercial e bancário Novo hospital distrital Ativação de espaços multifuncionais, designadamente espaços dirigidos a feiras, mercados e exposições (S. Mateus) – programação durante o ano
	Fomentar as áreas de investigação e formação relacionadas com o tecido produtivo e cultural	Política de inserção e integração social (designadamente de grupos excluídos - ciganos)	Reforço da qualidade ambiental urbana e social Identificar, recuperar e promover o património edificado Reforçar infraestruturas e serviços aos residentes no espaço urbano (telecomunicações) Requalificação do espaço público

Guarda

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal.

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Relações topológicas entre os vários espaços urbanos e panorâmicas da cidade; carácter do centro histórico; Catedral, monumentos e outros valores patrimoniais relevantes; arquitectura urbana; Praça Velha e outros espaços públicos; novos sinais de desenvolvimento.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

A cidade apresenta algumas áreas de malha urbana não consolidada resultantes das expansões localizadas entre o núcleo primordial e a gare ferroviária.

O PDM preconiza um pequeno conjunto de áreas de expansão estabelecidas na sequência espacial das áreas de malha urbana não estabilizada, e por colmatagem dos espaços intersticiais resultantes das formas parciais e espaços abertos em presença.

Comparativamente à área urbana, as áreas industriais são de grandes dimensões e dispersas pela forma da cidade, sendo que o PDM define/propõe a duplicação da que se localiza a Nascente do centro do aglomerado, apoiada na IP2. Os espaços abertos que acompanham as linhas de água e as formações orográficas, interiorizados à forma urbana, determinam a compartimentação desta em partes distintas.

As áreas industriais, elementos da macroestrutura e áreas sob reserva, são factores que condicionam o crescimento da cidade em parte considerável do seu limite.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1)

(7)

(1)(4)

(8)(9)

(3)(4)(5)

(9)(10)(11)(12)

(4)(5)

(5)

(4)

(5)

(2)(6)

(2)(6)

(2)(4)(6)

(6)

(6)

(2)(6)



Guarda

Plano de Ordenamento Municipal (POM) - Guarda



	TENDÊNCIAS			
	DESENVOLVIMENTO URBANO	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
1	2	3	4	5
ESTRUTURAS	Crescimento urbano deficientemente estruturado	Sistemas de ensino superior e de formação profissional pouco adequados ao tecido económico e social	Riscos de perda de identidade da cidade e aparecimento de situações de pobreza e marginalidade	Desertificação e depopulação física, ambiental, social e habitacional do centro histórico
	Destacatização da silhueta da cidade pela construção indiscriminada na encosta e tapamento dos edifícios antigos	Insatisfatória qualificação de mão-de-obra relativamente a competências profissionais mais exigentes	Insegura de "progresso urbano" dissociada da preservação e reabilitação do património	Falta de função residencial de centro compensada pela atratividade das novas áreas urbanas
		Tecido empresarial de pequenas unidades, com baixos índices de capitalização	Ausência de uma visão de futuro	Deficiente qualidade urbana das áreas de expansão, designadamente do eixo Guará/Gara
		Concentração de actividades económicas tradicionais orientadas para mercados locais e regionais, de escassa procura	Credulismo relativamente ao desenvolvimento da cidade por parte dos agentes locais, com implicações no nível da geração de novas dinâmicas	Ausência de percursos pedestres tutelados e de modelos construtivos adequados à topografia da cidade
		Deficiente oferta de serviços às empresas, com reflexos na reestruturação do tecido empresarial, assim como deficiente de estruturas de fomento à inovação		Congestionamento da rede viária estruturante da cidade e da área central, com problemas de circulação e de estacionamento
		Fragilidade institucional e social dos agentes económicos		Deficiente ordenamento e aproveitamento do parque industrial
				Deficiente capacidade hoteleira para promover capacidades turísticas de negócios e eventos relevantes
				Modelos construtivos pouco adequados ao clima, com agravamento nas situações energéticas
				Subaproveitamento de edifícios e de equipamentos existentes
				Elevados custos energéticos e quebras de tensão no abastecimento
ESTRUTURAS	Centro histórico medieval de grande valor urbanístico	Forte valorização dos recursos humanos e científicos	Existência de um elevado número de estudantes e de jovens (forte irrigação)	Panorâmicas amplas da cidade para o exterior que animam e dão qualidade aos espaços públicos e edifícios
	Grande diversidade de tecidos e espaços construídos, com intervenções variadas e vertentes	Diversidade de estruturas produtivas, com sustentação da indústria tradicional	Carácter sensorial identificado com valores de trabalho e forte determinação	Conjunta de praças/espços públicos relevantes no centro histórico
	Topografia potenciadora de construção de uma imagem de cidade diversificada e monumental	Sustentação dos níveis de emprego na indústria	Emergência de novos actores ao nível do sistema de ensino e da juventude	Troca de formação escolar e profissional
		Evolução significativa na oferta de serviços administrativos		Expansão dos sistemas de ensino superior e politécnico e secundário
		Capacidade de gestão do emprego, sobretudo industrial (quando comparado com a restante região)		Dimensão e diversidade da oferta de formação profissional
		Fortes potencialidades na área do turismo, quer nas formas convencionais quer em novas modalidades (em espaço natural, etc.)		Potencial em novos sectores de actividade: desporto, ensino e animação urbana

	SISTEMA URBANO NACIONAL			
	CONDIÇÃO	ESTRUTURA URBANA PARA O FUTURO	CONDIÇÃO URBANA EXISTENTE	CONDIÇÃO URBANA FUTURA
1	2	3	4	
ESTRUTURA URBANA	Reestruturar a rede viária fundamental.	Reajustamento da oferta de competências por parte do sistema de formação escolar e profissional. Apoiar e promover as indústrias e profissões com potencial específico: materiais e indústria de construção, produtos agro-alimentares tradicionais. Desenvolvimento integrado de três áreas: turismo, desporto e saúde, surgindo-se como uma tríptico de excelência.	Apoiar a dinâmica das estações culturais e desportivas. Reforçar a cidade e a periferia social, designadamente 3ª idade e juventude. Valorizar as áreas verdes estruturantes do espaço urbano e áreas envolventes a equipamentos. Revalorizar e revitalizar o centro histórico. Melhorar a mobilidade e a acessibilidade intra-urbana. Valorizar o enquadramento físico e paisagístico da cidade e minimizar as dispendiosidades existentes. Valorizar a imagem da cidade em termos de qualidade ambiental, conforto e funcionalidade urbana e eficiência económica. Valorizar a arquitectura da cidade. Melhorar níveis de serviço e infra-estruturas de saneamento básico (água, esgotos) e de resíduos sólidos. Fomentar a melhoria do conforto térmico e ambiental das edificações e o arranjo de espaços públicos. Reforçar a rede de equipamentos e eventos culturais da cidade. Desenvolver as telecomunicações - instalação de fibras ópticas. Reforçar a rede de infraestruturas e equipamentos turísticos e as estruturas de apoio à promoção turística. Criar e gerir infraestruturas de apoio ao desporto e lazer ligadas à natureza e à montanha. Reforçar e qualificar os equipamentos e serviços de valências específicas de saúde. Reabilitar a tradição da Guanda como "cidade saudável" numa óptica moderna e, de futuro, associando as valências do desporto, saúde e lazer. Melhorar a rede viária da freguesia a diminuir a tráfego de atravessamento na cidade.	Qualidade e diversidade de equipamentos desportivos existentes e previstos. Singulares condições naturais, ambientais e patrimoniais.

	SISTEMA URBANO NACIONAL		
	CONDIÇÃO URBANA EXISTENTE	CONDIÇÃO URBANA FUTURA	CONDIÇÃO URBANA FUTURA
5	6	7	
ESTRUTURA URBANA	Falta de hábitos de diálogo e de concertação, e cooperação incipiente.	Ausência de projectos e de estratégias para a valorização de recursos naturais, ambientais e patrimoniais. Aumento das despesas de funcionamento com estagnação/decadência das receitas locais. Ausência do sector "Saúde" nos Planos de Actividade.	
ESTRUTURA URBANA	Descontar tendência para investimentos municipais na área da cultura e do desporto, bem como nas acessibilidades e saneamento básico. Capacidade de mobilização autárquica face aos fundos comunitários. Introdução e avaliação de novas metodologias de abordagem ao nível do planeamento e da participação.	Forte abertura para um novo relacionamento dos agentes sociais, económicos e culturais. Capacidade de mobilização autárquica face aos fundos comunitários. Introdução e avaliação de novas metodologias de abordagem ao nível do planeamento e da participação.	

ESTRUTURA URBANA	Promover uma rede parcerias público-privadas através do desenvolvimento de modalidades de diálogo/contratualização e de construção de infraestruturas e equipamentos de apoio às actividades económicas.	Sensibilizar a população para a imagem e história da cidade.	Intensificação do diálogo e da contratualização de Planos/Agentes.

Covilhã

Castelo Branco

Castelo Branco

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênesis Ilegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Relações topológicas entre as várias partes da cidade; Castelo; Paço Episcopal, igrejas, palácios e arquitectura urbana; espaços verdes.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

O núcleo antigo localiza-se à cota alta com amplas aberturas perspectivas a Nascente.

A área de malha consolidada afirma-se com um desenvolvimento Nascente/Poente, e a Sul do núcleo primordial até à linha férrea.

As áreas não consolidadas afirmam-se por diversas formas autónomas envolventes à malha consolidada.

Limite da cidade muito recortado, não obstante de forte sentido morfológico, resultando uma malha urbana fortemente caracterizada, envolvida por espaços verdes de enquadramento.

O PDM preconiza vastas áreas de expansão aglutinantes das áreas urbanas actuais, por ocupação dos espaços intersticiais internos à forma da cidade e resultantes da singularidade do seu actual limite.

O mesmo instrumento define ainda uma grande área industrial a Sul/Poente da actual área urbana, e na sequência da área urbanizável proposta.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

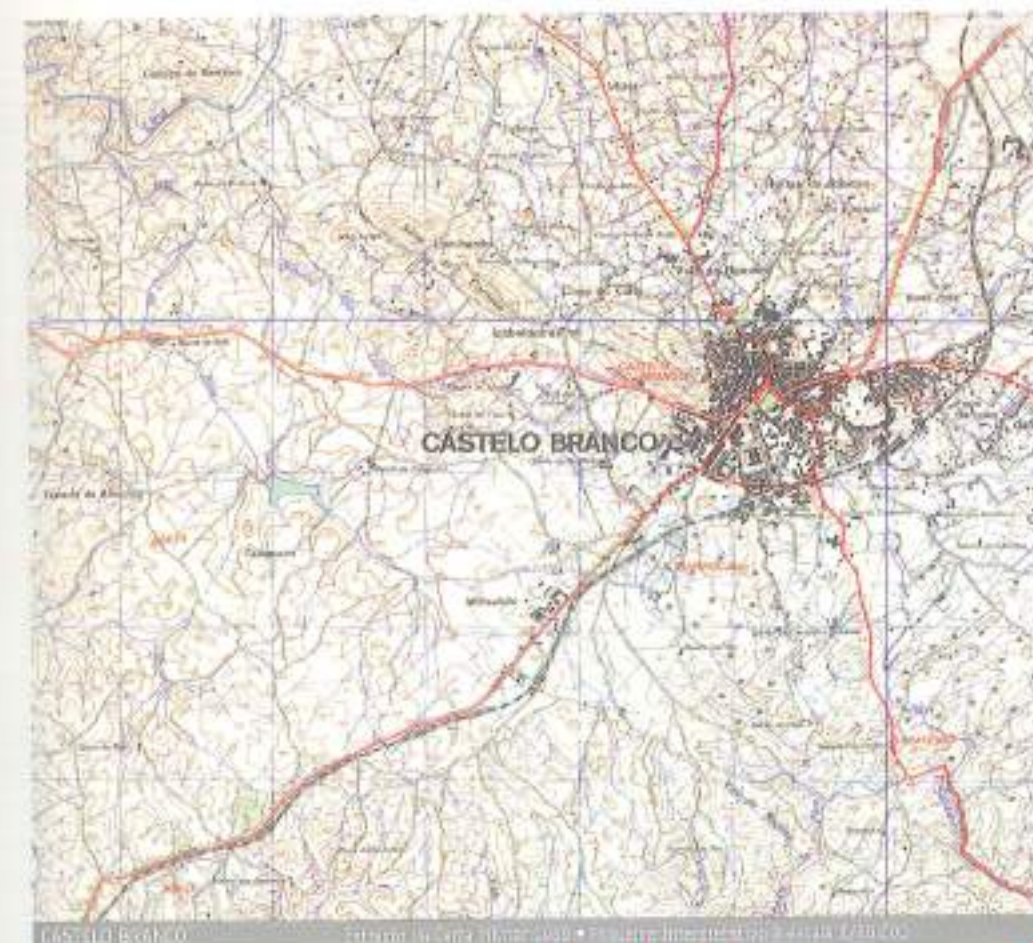
Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumental e outras)

RME	MO
(1)(2)	(7)(8)(12)
(2)(4)	(8)(12)
(2)(3)(4)(5)	(9)(10)(11)(12)
(4)(5)	
(5)	
(5)	
(4)(5)	
(4)(5)	
(5)(6)	
(6)	
(6)	
(2)(6)	



SISTEMA URBANO			
CONTEXTO	ESTRUTURA DO SUB-SISTEMA URBANO	INTERACÇÃO COM O SISTEMA URBANO	QUALIDADE DO SUB-SISTEMA
1	2	3	4
"Coelho" do espaço urbano ameaçada pelo desenvolvimento físico: novas áreas substituem centralidades tradicionais Carreio de ferro é barreira urbanística entre zona tradicional e novas urbanizações, a Sul Qualidade óptica da paisagem urbana nos rios de entrada da cidade, com indícios de descaracterização Urbanização "por parcelas" e loteamento irregular	Problemas de inserção profissional dos jovens saídos do Instituto Politécnico (ensino superior privado) Funções centrais ligadas ao sector privado (consultoria, especialistas...) pouco "presentes" Crise estrutural dos segmentos mais envelhecidos das indústrias tradicionais: falta de circuitos comerciais melhor organizados (grandes superfícies comerciais)	Cidade de Castelo Branco é a menos jovem das da Região Centro	Falta de edifícios de grande valor histórico Dualidade sócio-urbanística (população urbana pré-existente vs. população inorgente sem hábitos de vida urbana) reflecte-se na estrutura comercial e na diferenciação espacial: áreas de expansão e "Av. 1.º Maio" com maior especialização/modernidade, centro antigo mais desqualificado Instituição das populações faz a qualidade urbanística das "novas áreas residenciais" Desqualificação da estrutura verde associada à zona industrial Áreas de desenvolvimento residencial de baixa qualidade, morfologia inadequada dos valores tradicionais em Castelo Branco (construção em altura, etc.) e déficit de zonas verdes, serviços e equipamentos colectivos Balção de espaços públicos Zonas de lazer inadequadas à população jovem (ensino superior), idosos ou de origem rural Non-especificidade sobre as novas áreas planadas (choupo branco) Carente ao nível das piscinas
Açorjas é área central em processo de requalificação: passagens desviadas, estacionamento e rede viária estruturada	Estrutura industrial diversificada com especialização nos sectores alimentar, têxtil e de equipamentos electrónicos e de óptica Capacidade competitiva e solidez de mercado na filial do "Trio" Área industrial indiana diversificação de actividades e desenvolvimento do sector terciário Fecundo com indícios de modernização e expansão da actividade bancária Dinâmica forte no sector do comércio e serviços	Forte dinâmica demográfica Elevados índices de consumo e de poder de compra Concentração da população na cidade de Castelo Branco	Breve capacidade de alojamento na área de expansão urbana permitirá gerir o mercado imobiliário sem pressões Procura de habitação tem aumentado na zona histórica, designadamente por causa jovem Escolas de nível secundário com forte ligação ao meio envolvente Existe centro de atendimento a toxicodependentes no hospital e há instituições privadas para a recuperação de toxicodependentes Equipamentos de ensino e formação profissional suficientes

	OBJETIVOS			
	ENQUETRAV.	OTIMIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO	CONDIÇÕES PARA ACESSIBILIDADE	CONSERVAÇÃO DO PATRIM.
PROPOSTAS	1	2	3	4
		Forte dinamismo de criação de emprego (trilha de Continente) Indústria representa 50% do emprego Abertura de um pavilhão de feiras e exposições da responsabilidade do MERCAS	Bom oferta de equipamentos desportivos, tomando a cidade das melhores distritos da Região Centro Interior Aumento da capacidade hoteleira Equipamentos hospitalar e de assistência social suficientes	
RECURSOS	Reordenar as áreas de expansão residencial e urbana Reordenar as áreas centrais – centro cívico, centro histórico Cedência de terrenos a cooperativas de habitação e pequenos produtores	Oferecer uma oferta regional de ensino médio dirigida ao tecido socio-productivo regional Potencial de iniciativa empresarial de alta tecnologia em alguns nichos de mercado ("Efeito do frio")	Racionalização da rede de equipamentos de ensino: redimensionamento dos equipamentos na cidade, reformulação dos transportes escolares, extinção progressiva dos pequenos centros Diversificação e qualificação da rede de equipamentos culturais e desportivos Parque urbano específico para crianças nas áreas de nova urbanização Qualificação dos "verdes urbanos" Revitalização funcional das áreas centrais – centro cívico e centro histórico	

	RECURSOS E OPORTUNIDADES		
	RECURSOS NATURAIS	RECURSOS HUMANOS	RECURSOS CULTURAIS
PROPOSTAS	5	6	7
RECURSOS			Instituições de ensino médio e superior tomaram a iniciativa na criação e qualificação dos espaços exteriores
RECURSOS	Negociação institucional na ótica da valorização dos espaços públicos	Promover apoio a modalidades desportivas em toda a freguesia Produção directa de solo urbanizável – compra, cessão e expropriação, nas áreas de expansão e loteamentos intersticiais, designadamente a cooperativas de habitação e pequenos produtores Promover planeamento urbanístico e uma gestão rigorosa Planos urbanísticos nas áreas de crescimento e gestão estratégica dos solos	

Subsistema urbano de Lisboa e Vale do Tejo

Santarém

Abrantes

Eixo de cidades da Alta Estremadura

Tomar

Caldas da Rainha

Torres Vedras

Santarém

Santarém

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Relações topológicas entre as várias colinas, panorâmicas da cidade e o rio Tejo; Alcáçova, espaço «acrópole» e espaços promontório; conventos e igrejas (nomeadamente as góticas); palácios e arquitectura urbana.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

O núcleo antigo localiza-se à cota alta como espaço «acrópole», desfrutando de magníficas aberturas perspectivas sobre todo o território envolvente. Para além do arrabalde da Ribeira, junto ao rio Tejo, a cidade expandiu-se para Poente e Norte do núcleo primordial, ocupando as colinas, sendo que grande parte da área urbana encontra-se consolidada, por formas adaptadas às condições morfológicas do suporte físico.

Limite da cidade muito recortado, não obstante de forte sentido morfológico, resultando uma malha urbana fortemente caracterizada, envolvida por espaços verdes de enquadramento.

O PDM preconiza vastas áreas de expansão aglutinantes das áreas urbanas actuais, por ocupação dos espaços intersticiais internos à forma da cidade e resultantes da singularidade do seu actual limite.

O mesmo instrumento define ainda vastas áreas industriais a Norte e Poente da actual área urbana.

As condições morfológicas do suporte físico e os espaços abertos em presença são factores que condicionam o crescimento da cidade em praticamente todo o seu perímetro.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1)

(7)(9)

(1)(2)(4)

(7)(8)(9)

(3)(4)(5)

(9)(10)(11)(12)

(4)(5)

(5)

(5)

(4)(5)

(2)(5)

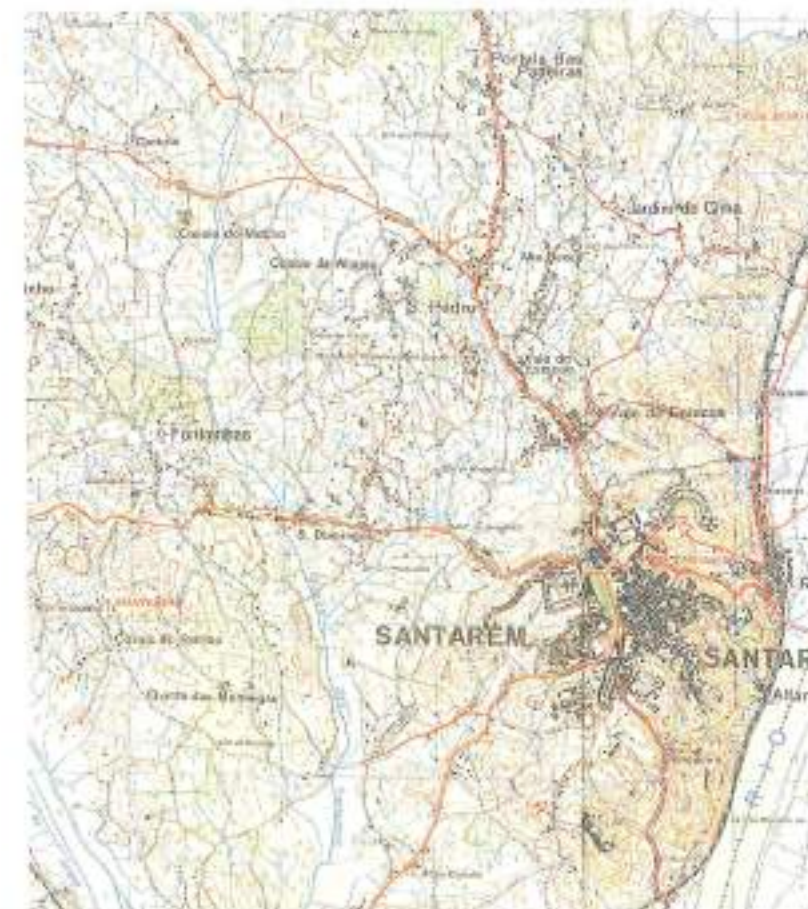
(4)(5)(6)

(2)(5)(6)

(6)

(6)

(2)(6)



SANTARÉM

Santarém, 2004. Plano Urbanístico Municipal (PUM) - 1/10000



Abrantes

Abrantes

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênero Legal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Relações topológicas de escala territorial, panorâmicas da cidade sobre a planície o rio Tejo; castelo com torreão cilíndrico e estrutura muralhada peculiar; espaços promontório; arquitectura urbana; novos sinais de desenvolvimento.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas. Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

O núcleo antigo localiza-se à cota alta, desfrutando de magníficas aberturas perspectivas sobre todo o território envolvente. A cidade apresenta um enquadramento natural fortemente afirmado nas vertentes sobre o rio Tejo.

Com uma malha estabilizada de pequenas dimensões, a cidade expandiu-se para Norte do núcleo primordial por ocupações lineares e ramificadas, resultando em vastas áreas urbanas não consolidadas.

Limite da cidade muito recortado, não obstante de forte sentido morfológico, resultando uma malha urbana fortemente caracterizada, envolvida por espaços verdes de enquadramento.

O PDM preconiza vastas áreas de expansão estabelecidas na sequência das áreas urbanas não consolidadas, e por ocupação dos espaços intersticiais internos à forma da cidade, resultantes da singularidade do seu actual limite. Encontra-se assim prevista uma grande área urbanizável a Norte da malha estabilizada, e uma outra na margem Sul do rio (Rossio ao Sul do Tejo). Esta última estabelece-se na contiguidade de uma malha não estabilizada (a reordenar) envolvida pelo traçado da linha férrea.

O mesmo instrumento define ainda uma grande área industrial a Norte da cidade, entre a estação ferroviária e o traçado do IP6.

As condições morfológicas do suporte físico e os espaços abertos em presença são factores que condicionam o crescimento da cidade na vertente sobranceira ao rio Tejo.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1)

(7)(9)

(1)(2)(4)(5)

(7)(8)(9)

(3)(4)(5)

(8)(9)(10)(11)

(4)(5)

(5)

(4)

(5)

(5)(6)

(2)(6)

(6)

(6)

(2)(6)



ABRANTES

Folha da Carta Militar 1:85.000 - 1985 - 1986 - 1987 - 1988 - 1989 - 1990 - 1991 - 1992 - 1993 - 1994 - 1995 - 1996 - 1997 - 1998 - 1999 - 2000 - 2001 - 2002 - 2003 - 2004 - 2005 - 2006 - 2007 - 2008 - 2009 - 2010 - 2011 - 2012 - 2013 - 2014 - 2015 - 2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020 - 2021 - 2022 - 2023 - 2024 - 2025 - 2026 - 2027 - 2028 - 2029 - 2030 - 2031 - 2032 - 2033 - 2034 - 2035 - 2036 - 2037 - 2038 - 2039 - 2040 - 2041 - 2042 - 2043 - 2044 - 2045 - 2046 - 2047 - 2048 - 2049 - 2050 - 2051 - 2052 - 2053 - 2054 - 2055 - 2056 - 2057 - 2058 - 2059 - 2060 - 2061 - 2062 - 2063 - 2064 - 2065 - 2066 - 2067 - 2068 - 2069 - 2070 - 2071 - 2072 - 2073 - 2074 - 2075 - 2076 - 2077 - 2078 - 2079 - 2080 - 2081 - 2082 - 2083 - 2084 - 2085 - 2086 - 2087 - 2088 - 2089 - 2090 - 2091 - 2092 - 2093 - 2094 - 2095 - 2096 - 2097 - 2098 - 2099 - 2100 - 2101 - 2102 - 2103 - 2104 - 2105 - 2106 - 2107 - 2108 - 2109 - 2110 - 2111 - 2112 - 2113 - 2114 - 2115 - 2116 - 2117 - 2118 - 2119 - 2120 - 2121 - 2122 - 2123 - 2124 - 2125 - 2126 - 2127 - 2128 - 2129 - 2130 - 2131 - 2132 - 2133 - 2134 - 2135 - 2136 - 2137 - 2138 - 2139 - 2140 - 2141 - 2142 - 2143 - 2144 - 2145 - 2146 - 2147 - 2148 - 2149 - 2150 - 2151 - 2152 - 2153 - 2154 - 2155 - 2156 - 2157 - 2158 - 2159 - 2160 - 2161 - 2162 - 2163 - 2164 - 2165 - 2166 - 2167 - 2168 - 2169 - 2170 - 2171 - 2172 - 2173 - 2174 - 2175 - 2176 - 2177 - 2178 - 2179 - 2180 - 2181 - 2182 - 2183 - 2184 - 2185 - 2186 - 2187 - 2188 - 2189 - 2190 - 2191 - 2192 - 2193 - 2194 - 2195 - 2196 - 2197 - 2198 - 2199 - 2200 - 2201 - 2202 - 2203 - 2204 - 2205 - 2206 - 2207 - 2208 - 2209 - 2210 - 2211 - 2212 - 2213 - 2214 - 2215 - 2216 - 2217 - 2218 - 2219 - 2220 - 2221 - 2222 - 2223 - 2224 - 2225 - 2226 - 2227 - 2228 - 2229 - 2230 - 2231 - 2232 - 2233 - 2234 - 2235 - 2236 - 2237 - 2238 - 2239 - 2240 - 2241 - 2242 - 2243 - 2244 - 2245 - 2246 - 2247 - 2248 - 2249 - 2250 - 2251 - 2252 - 2253 - 2254 - 2255 - 2256 - 2257 - 2258 - 2259 - 2260 - 2261 - 2262 - 2263 - 2264 - 2265 - 2266 - 2267 - 2268 - 2269 - 2270 - 2271 - 2272 - 2273 - 2274 - 2275 - 2276 - 2277 - 2278 - 2279 - 2280 - 2281 - 2282 - 2283 - 2284 - 2285 - 2286 - 2287 - 2288 - 2289 - 2290 - 2291 - 2292 - 2293 - 2294 - 2295 - 2296 - 2297 - 2298 - 2299 - 2300 - 2301 - 2302 - 2303 - 2304 - 2305 - 2306 - 2307 - 2308 - 2309 - 2310 - 2311 - 2312 - 2313 - 2314 - 2315 - 2316 - 2317 - 2318 - 2319 - 2320 - 2321 - 2322 - 2323 - 2324 - 2325 - 2326 - 2327 - 2328 - 2329 - 2330 - 2331 - 2332 - 2333 - 2334 - 2335 - 2336 - 2337 - 2338 - 2339 - 2340 - 2341 - 2342 - 2343 - 2344 - 2345 - 2346 - 2347 - 2348 - 2349 - 2350 - 2351 - 2352 - 2353 - 2354 - 2355 - 2356 - 2357 - 2358 - 2359 - 2360 - 2361 - 2362 - 2363 - 2364 - 2365 - 2366 - 2367 - 2368 - 2369 - 2370 - 2371 - 2372 - 2373 - 2374 - 2375 - 2376 - 2377 - 2378 - 2379 - 2380 - 2381 - 2382 - 2383 - 2384 - 2385 - 2386 - 2387 - 2388 - 2389 - 2390 - 2391 - 2392 - 2393 - 2394 - 2395 - 2396 - 2397 - 2398 - 2399 - 2400 - 2401 - 2402 - 2403 - 2404 - 2405 - 2406 - 2407 - 2408 - 2409 - 2410 - 2411 - 2412 - 2413 - 2414 - 2415 - 2416 - 2417 - 2418 - 2419 - 2420 - 2421 - 2422 - 2423 - 2424 - 2425 - 2426 - 2427 - 2428 - 2429 - 2430 - 2431 - 2432 - 2433 - 2434 - 2435 - 2436 - 2437 - 2438 - 2439 - 2440 - 2441 - 2442 - 2443 - 2444 - 2445 - 2446 - 2447 - 2448 - 2449 - 2450 - 2451 - 2452 - 2453 - 2454 - 2455 - 2456 - 2457 - 2458 - 2459 - 2460 - 2461 - 2462 - 2463 - 2464 - 2465 - 2466 - 2467 - 2468 - 2469 - 2470 - 2471 - 2472 - 2473 - 2474 - 2475 - 2476 - 2477 - 2478 - 2479 - 2480 - 2481 - 2482 - 2483 - 2484 - 2485 - 2486 - 2487 - 2488 - 2489 - 2490 - 2491 - 2492 - 2493 - 2494 - 2495 - 2496 - 2497 - 2498 - 2499 - 2500 - 2501 - 2502 - 2503 - 2504 - 2505 - 2506 - 2507 - 2508 - 2509 - 2510 - 2511 - 2512 - 2513 - 2514 - 2515 - 2516 - 2517 - 2518 - 2519 - 2520 - 2521 - 2522 - 2523 - 2524 - 2525 - 2526 - 2527 - 2528 - 2529 - 2530 - 2531 - 2532 - 2533 - 2534 - 2535 - 2536 - 2537 - 2538 - 2539 - 2540 - 2541 - 2542 - 2543 - 2544 - 2545 - 2546 - 2547 - 2548 - 2549 - 2550 - 2551 - 2552 - 2553 - 2554 - 2555 - 2556 - 2557 - 2558 - 2559 - 2560 - 2561 - 2562 - 2563 - 2564 - 2565 - 2566 - 2567 - 2568 - 2569 - 2570 - 2571 - 2572 - 2573 - 2574 - 2575 - 2576 - 2577 - 2578 - 2579 - 2580 - 2581 - 2582 - 2583 - 2584 - 2585 - 2586 - 2587 - 2588 - 2589 - 2590 - 2591 - 2592 - 2593 - 2594 - 2595 - 2596 - 2597 - 2598 - 2599 - 2600 - 2601 - 2602 - 2603 - 2604 - 2605 - 2606 - 2607 - 2608 - 2609 - 2610 - 2611 - 2612 - 2613 - 2614 - 2615 - 2616 - 2617 - 2618 - 2619 - 2620 - 2621 - 2622 - 2623 - 2624 - 2625 - 2626 - 2627 - 2628 - 2629 - 2630 - 2631 - 2632 - 2633 - 2634 - 2635 - 2636 - 2637 - 2638 - 2639 - 2640 - 2641 - 2642 - 2643 - 2644 - 2645 - 2646 - 2647 - 2648 - 2649 - 2650 - 2651 - 2652 - 2653 - 2654 - 2655 - 2656 - 2657 - 2658 - 2659 - 2660 - 2661 - 2662 - 2663 - 2664 - 2665 - 2666 - 2667 - 2668 - 2669 - 2670 - 2671 - 2672 - 2673 - 2674 - 2675 - 2676 - 2677 - 2678 - 2679 - 2680 - 2681 - 2682 - 2683 - 2684 - 2685 - 2686 - 2687 - 2688 - 2689 - 2690 - 2691 - 2692 - 2693 - 2694 - 2695 - 2696 - 2697 - 2698 - 2699 - 2700 - 2701 - 2702 - 2703 - 2704 - 2705 - 2706 - 2707 - 2708 - 2709 - 2710 - 2711 - 2712 - 2713 - 2714 - 2715 - 2716 - 2717 - 2718 - 2719 - 2720 - 2721 - 2722 - 2723 - 2724 - 2725 - 2726 - 2727 - 2728 - 2729 - 2730 - 2731 - 2732 - 2733 - 2734 - 2735 - 2736 - 2737 - 2738 - 2739 - 2740 - 2741 - 2742 - 2743 - 2744 - 2745 - 2746 - 2747 - 2748 - 2749 - 2750 - 2751 - 2752 - 2753 - 2754 - 2755 - 2756 - 2757 - 2758 - 2759 - 2760 - 2761 - 2762 - 2763 - 2764 - 2765 - 2766 - 2767 - 2768 - 2769 - 2770 - 2771 - 2772 - 2773 - 2774 - 2775 - 2776 - 2777 - 2778 - 2779 - 2780 - 2781 - 2782 - 2783 - 2784 - 2785 - 2786 - 2787 - 2788 - 2789 - 2790 - 2791 - 2792 - 2793 - 2794 - 2795 - 2796 - 2797 - 2798 - 2799 - 2800 - 2801 - 2802 - 2803 - 2804 - 2805 - 2806 - 2807 - 2808 - 2809 - 2810 - 2811 - 2812 - 2813 - 2814 - 2815 - 2816 - 2817 - 2818 - 2819 - 2820 - 2821 - 2822 - 2823 - 2824 - 2825 - 2826 - 2827 - 2828 - 2829 - 2830 - 2831 - 2832 - 2833 - 2834 - 2835 - 2836 - 2837 - 2838 - 2839 - 2840 - 2841 - 2842 - 2843 - 2844 - 2845 - 2846 - 2847 - 2848 - 2849 - 2850 - 2851 - 2852 - 2853 - 2854 - 2855 - 2856 - 2857 - 2858 - 2859 - 2860 - 2861 - 2862 - 2863 - 2864 - 2865 - 2866 - 2867 - 2868 - 2869 - 2870 - 2871 - 2872 - 2873 - 2874 - 2875 - 2876 - 2877 - 2878 - 2879 - 2880 - 2881 - 2882 - 2883 - 2884 - 2885 - 2886 - 2887 - 2888 - 2889 - 2890 - 2891 - 2892 - 2893 - 2894 - 2895 - 2896 - 2897 - 2898 - 2899 - 2900 - 2901 - 2902 - 2903 - 2904 - 2905 - 2906 - 2907 - 2908 - 2909 - 2910 - 2911 - 2912 - 2913 - 2914 - 2915 - 2916 - 2917 - 2918 - 2919 - 2920 - 2921 - 2922 - 2923 - 2924 - 2925 - 2926 - 2927 - 2928 - 2929 - 2930 - 2931 - 2932 - 2933 - 2934 - 2935 - 2936 - 2937 - 2938 - 2939 - 2940 - 2941 - 2942 - 2943 - 2944 - 2945 - 2946 - 2947 - 2948 - 2949 - 2950 - 2951 - 2952 - 2953 - 2954 - 2955 - 2956 - 2957 - 2958 - 2959 - 2960 - 2961 - 2962 - 2963 - 2964 - 2965 - 2966 - 2967 - 2968 - 2969 - 2970 - 2971 - 2972 - 2973 - 2974 - 2975 - 2976 - 2977 - 2978 - 2979 - 2980 - 2981 - 2982 - 2983 - 2984 - 2985 - 2986 - 2987 - 2988 - 2989 - 2990 - 2991 - 2992 - 2993 - 2994 - 2995 - 2996 - 2997 - 2998 - 2999 - 3000 - 3001 - 3002 - 3003 - 3004 - 3005 - 3006 - 3007 - 3008 - 3009 - 3010 - 3011 - 3012 - 3013 - 3014 - 3015 - 3016 - 3017 - 3018 - 3019 - 3020 - 3021 - 3022 - 3023 - 3024 - 3025 - 3026 - 3027 - 3028 - 3029 - 3030 - 3031 - 3032 - 3033 - 3034 - 3035 - 3036 - 3037 - 3038 - 3039 - 3040 - 3041 - 3042 - 3043 - 3044 - 3045 - 3046 - 3047 - 3048 - 3049 - 3050 - 3051 - 3052 - 3053 - 3054 - 3055 - 3056 - 3057 - 3058 - 3059 - 3060 - 3061 - 3062 - 3063 - 3064 - 3065 - 3066 - 3067 - 3068 - 3069 - 3070 - 3071 - 3072 - 3073 - 3074 - 3075 - 3076 - 3077 - 3078 - 3079 - 3080 - 3081 - 3082 - 3083 - 3084 - 3085 - 3086 - 3087 - 3088 - 3089 - 3090 - 3091 - 3092 - 3093 - 3094 - 3095 - 3096 - 3097 - 3098 - 3099 - 3100 - 3101 - 3102 - 3103 - 3104 - 3105 - 3106 - 3107 - 3108 - 3109 - 3110 - 3111 - 3112 - 3113 - 3114 - 3115 - 3116 - 3117 - 3118 - 3119 - 3120 - 3121 - 3122 - 3123 - 3124 - 3125 - 3126 - 3127 - 3128 - 3129 - 3130 - 3131 - 3132 - 3133 - 3134 - 3135 - 3136 - 3137 - 3138 - 3139 - 3140 - 3141 - 3142 - 3143 - 3144 - 3145 - 3146 - 3147 - 3148 - 3149 - 3150 - 3151 - 3152 - 3153 - 3154 - 3155 - 3156 - 3157 - 3158 - 3159 - 3160 - 3161 - 3162 - 3163 - 3164 - 3165 - 3166 - 3167 - 3168 - 3169 - 3170 - 3171 - 3172 - 3173 - 3174 - 3175 - 3176 - 3177 - 3178 - 3179 - 3180 - 3181 - 3182 - 3183 - 3184 - 3185 - 3186 - 3187 - 3188 - 3189 - 3190 - 3191 - 3192 - 3193 - 3194 - 3195 - 3196 - 3197 - 3198 - 3199 - 3200 - 3201 - 3202 - 3203 - 3204 - 3205 - 3206 - 3207 - 3208 - 3209 - 3210 - 3211 - 3212 - 3213 - 3214 - 3215 - 3216 - 3217 - 3218 - 3219 - 3220 - 3221 - 3222 - 3223 - 3224 - 3225 - 3226 - 3227 - 3228 - 3229 - 3230 - 3231 - 3232 - 3233 - 3234 - 3235 - 3236 - 3237 - 3238 - 3239 - 3240 - 3241 - 3242 - 3243 - 3244 - 3245 - 3246 - 3247 - 3248 - 3249 - 3250 - 3251 - 3252 - 3253 - 3254 - 3255 - 3256 - 3257 - 3258 - 3259 - 3260 - 3261 - 3262 - 3263 - 3264 - 3265 - 3266 - 3267 - 3268 - 3269 - 3270 - 3271 - 3272 - 3273 - 3274 - 3275 - 3276 - 3277 - 3278 - 3279 - 3280 - 3281 - 3282 - 3283 - 3284 - 3285 - 3286 - 3287 - 3288 - 3289 - 3290 - 3291 - 3292 - 3293 - 3294 - 3295 - 3296 - 3297 - 3298 - 3299 - 3300 - 3301 - 3302 - 3303 - 3304 - 3305 - 3306 - 3307 - 3308 - 3309 - 3310 - 3311 - 3312 - 3313 - 3314 - 3315 - 3316 - 3317 - 3318 - 3319 - 3320 - 3321 - 3322 - 3323 - 3324 - 3325 - 3326 - 3327 - 3328 - 3329 - 3330 - 3331 - 3332 - 3333 - 3334 - 3335 - 3336 - 3337 - 3338 - 3339 - 3340 - 3341 - 3342 - 3343 - 3344 - 3345 - 3346 - 3347 - 3348 - 3349 - 3350 - 3351 - 3352 - 3353 - 3354 - 3355 - 3356 - 3357 - 3358 - 3359 - 3360 - 3361 - 3362 - 3363 - 3364 - 3365 - 3366 - 3367 - 3368 - 3369 - 3370 - 3371 - 3372 - 3373 - 3374 - 3375 - 3376 - 3377 - 3378 - 3379 - 3380 - 3381 - 3382 - 3383 - 3384 - 3385 - 3386 - 3387 - 3388 - 3389 - 3390 - 3391 - 3392 - 3393 - 3394 - 3395 - 3396 - 3397 - 3398 - 3399 - 3400 - 3401 - 3402 - 3403 - 3404 - 3405 - 3406 - 3407 - 3408 - 3409 - 3410 - 3411 - 3412 - 3413 - 3414 - 3415 - 3416 - 3417 - 3418 - 3419 - 3420 - 3421 - 3422 - 3423 - 3424 - 3425 - 3426 - 3427 - 3428 - 3429 - 3430 - 3431 - 3432 - 3433 - 3434 - 3435 - 3436 - 3437 - 3438 - 3439 - 3440 - 3441 - 3442 - 3443 - 3444 - 3445 - 3446 - 3447 - 3448 - 3449 - 3450 - 3451 - 3452 - 3453 - 3454 - 3455 - 3456 - 3457 - 3458 - 3459 - 3460 - 3461 - 3462 - 3463 - 3464 - 3465 - 3466 - 3467 - 3468 - 3469 - 3470 - 3471 - 3472 - 3473 - 3474 - 3475 - 3476 - 3477 - 3478 - 3479 - 3480 - 3481 - 3482 - 3483 - 3484 - 3485 - 3486 - 3487 - 3488 - 3489 - 3490 - 3491 - 3492 - 3493 - 3494 - 3495 - 3496 - 3497 - 3498 - 3499 - 3500 - 3501 - 3502 - 3503 - 3504 - 3505 - 3506 - 3507 - 3508 - 3509 - 3510 - 3511 - 3512 - 3513 - 3514 - 3515 - 3516 - 3517 - 3518 - 3519 - 3520 - 3521 - 3522 - 3523 - 3524 - 3525 - 3526 - 3527 - 3528 - 3529 - 3530 - 3531 - 3532 - 3533 - 3534 - 3535 - 3536 - 3537 - 3538 - 3539 - 3540 - 3541 - 3542 - 3543 - 3544 - 3545 - 3546 - 3547 - 3548 - 3549 - 3550 - 3551 - 3552 - 3553 - 3554 - 3555 - 3556 - 3557 - 3558 - 3559 - 3560 - 3561 - 3562 - 3563 - 3564 - 3565 - 3566 - 3567 - 3568 - 3569 - 3570 - 3571 - 3572 - 3573 - 35

	OPORTUNIDADES			
	OPORTUNIDADE 1	OPORTUNIDADE 2	OPORTUNIDADE 3	OPORTUNIDADE 4
PROBLEMAS	Tendência para dispêndio da urbanização, com problemas de nucleação e de circulação, com consequente ineficiência da imagem urbana	Baixa taxa de ocupação das unidades hoteleiras		Problemas de circulação viária intra-urbana e de articulação de rede viária urbana com a rede principal (IP6) Parque hoteleiro de dimensão reduzida Abrantes, enquanto cidade, não constitui um destino turístico
	Zona industrial na cidade com capacidade de atracção de novas empresas (Alfândega)	Tradição industrial do concelho, com investimentos recentes baseados em capital externo e endógeno	Ligeiro aumento demográfico na cidade, embora o concelho tenha apresentado um decréscimo	Cidade batida pelo rio Tejo, que lhe permitirá criar espaços de lazer e recreio Existência de equipamentos urbanos de âmbito supra-municipal: Hospital Distrital - Instituto da Universidade (Internacional) - Centro de Formação contínua de professores Capacidade hoteleira com predominância relativa das unidades de qualidade (3-estrelas)
OPORTUNIDADES	Disponibilização de solos industriais, de forma a atrair novas empresas/investimentos	Crear condições materiais de apoio ao investimento económico - redeiro de negócios e exposições e um centro de apoio empresarial		Consolidação de um centro com características ambientais atractivas, que proporcione um cenário diferenciado, designadamente com a valorização do centro histórico Melhorar o sistema de circulação e a oferta de estacionamento de apoio à área central da cidade Ordenar e valorizar as margens do rio Tejo Instalação de um equipamento colectivo diferenciado ("Complexo Desportivo"), que funcione como núcleo comercial para a concentração dos investimentos públicos em equipamentos colectivos de competência da Administração Central Melhoria de infraestruturas de saneamento básico, abastecimento de água e de recolha e tratamento de resíduos sólidos Melhorar a oferta de equipamentos culturais na cidade - Auditório, Museu e Casa de Música Infraestruturação do Parque de Feiras e criação de um Centro de Apoio às Empresas Biblioteca António Botto com impacto que se estende aos distritos de Castelo Branco, Santarém e Portalegre

Leiria**Áreas Urbanas**

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico**Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)**

Montes do castelo e do Santuário de Nossa Senhora da Encarnação; castelo, paço real, alcáçova; Praça Rodrigues Lobo (São Martinho); Sé catedral e restantes templos; arquitectura urbana; margens do rio Lis; novos sinais de desenvolvimento urbano.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais
Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

A cidade apresenta vastas áreas de malha urbana não consolidada envolventes ao núcleo antigo, resultantes das expansões apoiadas ou limitadas pelos elementos da macroestrutura viária e ferroviária.

As extensas áreas urbanas não consolidadas, especialmente recorrentes entre si, e pela sua escala territorial, participam fortemente na configuração do próprio território envolvente.

O PDM preconiza um conjunto de áreas de expansão estabelecidas na sequência espacial das áreas de malha urbana não estabilizada, e por ocupação dos espaços intersticiais resultantes das formas parciais em presença.

Comparativamente à área urbana, as áreas industriais são muito extensas e dispersas pela forma da cidade, sendo que o PDM define/propõe uma grande ampliação da que se localiza a Norte do centro do aglomerado e a duplicação da que se localiza a Sul, ambas apoiadas na N1.

Os espaços abertos que acompanham as linhas de água e as formações orográficas, interiorizados à forma urbana, determinam a compartimentação desta em partes distintas.

As áreas industriais e áreas sob reserva são factores que condicionam o crescimento da cidade em parte considerável do seu limite.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)**Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais****Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)**

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfias
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME MO

(1) (7)

(1)(4) (7)(8)(9)(12)

(3)(4)(5) (9)(10)(11)

(4)(5)

(4)(5)

(4)

(4)(5)

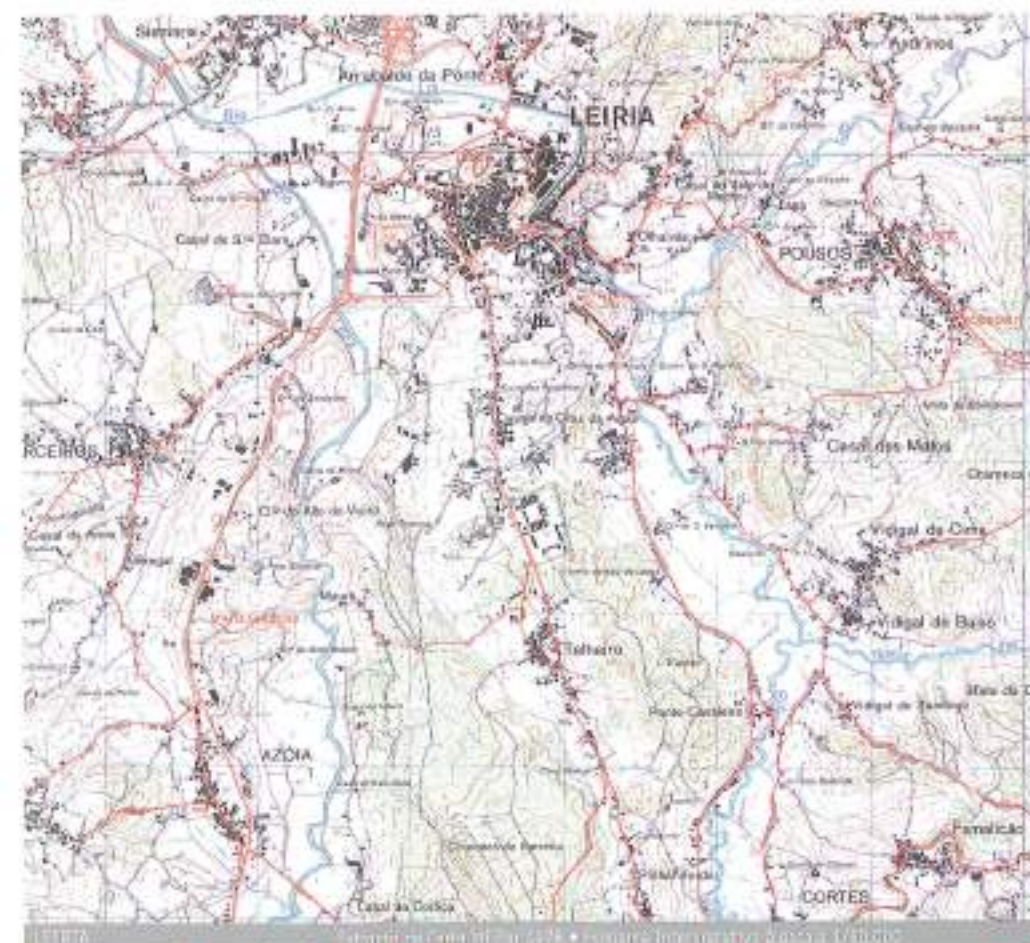
(1)(2)(6)

(2)(4)(6)

(6)

(6)

(2)(6)



Marinha Grande

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Relações topológicas entre os vários espaços urbanos; centro antigo; formas peculiares de povoamento.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

Núcleo primordial de forma contida, localizado no cruzamento das estradas para Leiria, Vieira de Leiria e Nazaré. A partir do referido núcleo, e ao longo de cada uma daquelas estradas é possível reconhecer uma malha urbana consolidada, pontuada pela implantação de diversas unidades industriais que configuram formas autónomas e mutuamente desconcentradas. Na contiguidade espacial da estrutura urbana já referida, e igualmente apoiada na estrutura viária, sucedem-se as áreas não consolidadas da cidade, que resulta assim definida por bolsas de grandes dimensões envolventes a campos agrícolas.

Limite da cidade muito recortado, decorrente do modelo dominante observado, de frente urbana recorrente.

O PDM preconiza vastas áreas de expansão envolventes às áreas não consolidadas actuais, e por preenchimento dos espaços intersticiais e bolsas internas à actual forma urbana.

O mesmo instrumento propõe duas novas grandes áreas industriais, estabelecidas na sequência espacial das áreas urbanizáveis a Nascente e Sul da cidade, em articulação aos elementos existentes e previstos da macroestrutura viária.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

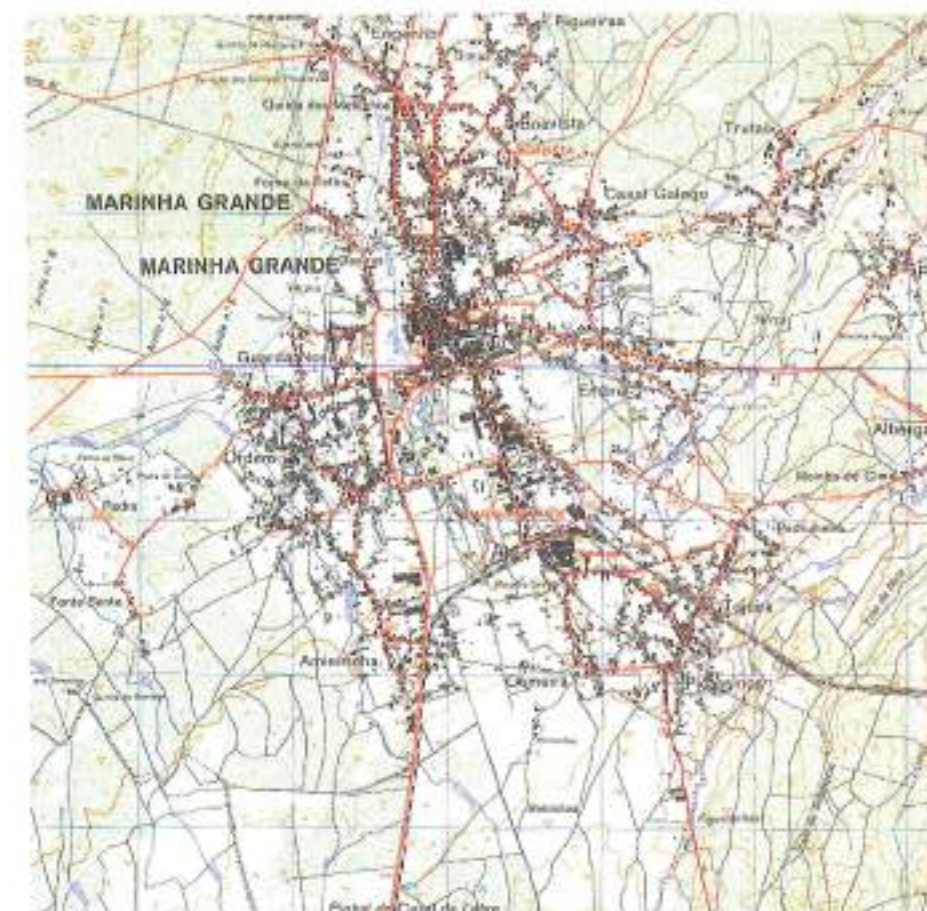
Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcentradas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade-jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME	MO
(1)	(7)(8)
(2)(4)(5)	(8)(9)(10)
(3)(4)(5)	(9)(10)(11)
(4)(5)	
(5)	
(5)	
(1)(5)	
(4)	
(2)(6)	
(6)	
(6)	
(2)(6)	



MARINHA GRANDE



	Oportunidades			
	1	2	3	4
Oportunidades	Deficiente articulação do tecido urbano com o industrial	Qualificação profissional insuficiente		Carência de infraestruturas de investigação e de serviços de apoio à produção
	Insuficientes os níveis de ensino e formação académica	Insuficiente adaptação da oferta de formação profissional e dos currículos escolares		Carências de infraestruturas de saneamento e tratamento de resíduos, para a indústria
	Excessiva dispersão da população e deficiente integração funcional em alguns segmentos do território	Base industrial assente em baixos salários, insuficiente qualificação de recursos humanos, fraco aproveitamento tecnológico e reduzida dimensão das empresas		Oferta de alojamento hoteleiro de qualidade escassa
		Aumento do desemprego resultante da reestruturação dos processos produtivos		Carência na oferta de transportes colectivos
		Excessiva dispersão de empresas do sector dos moldes com reflexos negativos no nível da qualidade e credibilidade do sector		Insuficientes níveis de atendimento nas infraestruturas de saneamento básico e de resíduos sólidos
Oportunidades		Excessiva concentração, quanto à ocupação de mão-de-obra, dos sectores dos vidros e molhos		Carências de equipamentos de apoio à infância e 3ª idade
				Excessiva sazonalidade da procura turística e do peso de escorcionamento
	Economias de aglomeração, quer de localização, quer de urbanização	Ambiente favorável à iniciativa empresarial e modernização/ inovação tecnológica	Acréscimo do número de diplomados	Boas condições sanitárias e de abastecimento de água
	Existência de zonas industriais	Contexto favorável ao desenvolvimento do turismo, (praias, desporto, rotas e negócios)		Conjuntos urbanos coesos, com valor histórico, patrimonial e cultural
		Contexto favorável à construção civil e obras públicas		Existência de parques nas proximidades com elevada qualidade ambiental
Oportunidades		Parque Industrial na Marinha Grande constituído por empresas que utilizam tecnologias avançadas (moldes, plásticos e vidro de embalagem)		Nota Nacional do Parque da Leiria é um importante recurso ambiental
		Capacidade de atracção de mão-de-obra qualificada para a indústria		Existência de equipamentos desportivos e de estêgio de qualidade
Oportunidades		Existência de um Centro Tecnológico para a Indústria de Molhos e de uma utilização intensiva de sistemas de CAD-CAM-CIM		

	INTERMÉDIO			
	1. SÍMBOLO	2. IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA	3. FÓRMULA DE INTERVENÇÃO	4. FUNDAMENTO TEÓRICO
TECNOLOGIA	Criação de parques industriais	Aprofundamento da pesquisa e inovação tecnológica e controle de qualidade	Captação de quadros técnicos e recursos humanos qualificados	Reflexão do ensino médio e superior
		Reflexão dos serviços às empresas		Terciarização do centro, sobretudo em Leiria
		Reflexão da formação profissional		Melhoria da rede viária, com construção de algumas vias e melhoria dos serviços de oferta de transportes urbanos
				Valorizar a dimensão patrimonial dos monumentos dos conjuntos urbanos – com operações de reabilitação e/ou renovação urbana
				Recuperar património industrial
				Criação de equipamentos colectivos e sociais, recreativos e culturais
				Criação de infraestruturas de saneamento básico, nomeadamente industrial
				Criação de espaços verdes / parques urbanos de rio Liz
				Potencial industrial do Eixo Leiria – Marinha Grande
				Criação de equipamentos desportivos

	INTERMÉDIO E LOCAL		
	5. SÍMBOLO	6. IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA	7. FÓRMULA DE INTERVENÇÃO
ORGANIZAÇÃO		Desconexão entre agentes institucionais e empresariais	
RECURSOS		Conjuntura de relações empresariais/autarcas/agentes de entre	
INTEGRAÇÃO		Reflexão da participação de agentes institucionais, económicos e sociais, no processo de desenvolvimento industrial e regional	
		Papel importante a desempenhar pelas núcleos empresariais (NEREI e NBSAR) e associações empresariais na formação profissional	

Eixo de cidades do Entroncamento/Torres Novas

Entroncamento

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênero Legal

RME

MO

(4) (7)(8)

(3)(4)(5) (9)(10)(11)

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

(4)

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

(5)

(4)(5)

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

(2)

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

(2)(6)

(5)(6)

(5)(6)

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

(6)

(6)

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Especiais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

Concelho de reduzida dimensão. Perímetro urbano da cidade quase coincidente com os limites do concelho. Cidade em que a presença de programas especiais de servidão ferroviária e militar provocam fortes constrangimentos ao nível da estruturação urbanística.

Apesar da barreira ditada pelo atravessamento ferroviário, as áreas consolidadas da cidade ocupam bolsas de apreciável dimensão e estruturação, nos dois lados da via férrea.

As áreas não consolidadas e áreas de expansão localizam-se a Noroeste da cidade existente, prolongando-se até ao traçado do IP6.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)



Torres Novas

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênesis Illegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Núcleo histórico, castelo, monumentos; arquitectura urbana; margens do rio Almonda.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

O núcleo antigo localiza-se à cota alta, e a cidade expandiu-se em praticamente toda a sua envolvente. Grande parte das formas urbanas correspondentes à malha consolidada situam-se a Norte e Poente do núcleo primordial, a Sul do qual se localizam grande parte das áreas urbanas não consolidadas. O limite da cidade apresenta-se recortado, não obstante de forte sentido morfológico. As indústrias e equipamentos existentes encontram-se disseminados pela forma urbana da cidade existente. Não se encontram disponíveis instrumentos de planeamento para a cidade. As condições morfológicas do suporte físico e os espaços abertos em presença são factores que, porventura, condicionam o crescimento da cidade em parte do seu perímetro.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contrasta temática das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

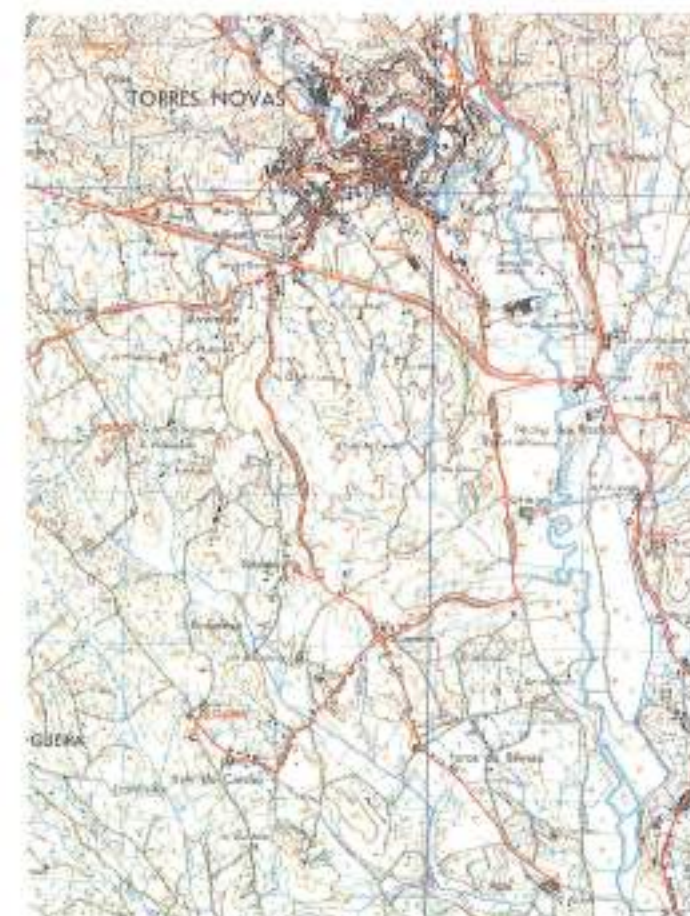
- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME	MO
(1)	(7)(9)
(1)(2)(4)(5)	(7)(8)(9)
(3)(4)(5)	(8)(9)(10)(11)

(5)

(6)

(2)(6)



TORRES NOVAS

(Situação existente)



	DIPOLEIXO			
	IDENTIFICAÇÃO	PROBLEMAS IDENTIFICADOS (ANÁLISE DETALHADA)	INDICADORES DE PROBLEMATIZAÇÃO	DESEJO DE MELHORIA
ENTRONCAMENTO	1	2	3	4
	Descontinuidade territorial no crescimento da cidade de Torres Novas e ocupação/descontinuidade de áreas rurais próximas	Sector industrial em declínio responsável pelo elevado desemprego	Escassa atratividade na óptica da captação de fluxos de visitantes mais exigentes em matéria de ambiências urbanas	Intensa dinâmica imobiliária contribui para agravar problemas de âmbito urbano (Entroncamento); baixa fidelidade das linhas férreas, descontinuidade arquitectónica
ENTRONCAMENTO	Instalação de grandes superfícies comerciais na periferia de Torres Novas acentua perda de atratividade do centro tradicional	Desemprego estrutural; a maior parte dos desempregados possui baixo nível de escolaridade, é da zona feminina e encontra-se sem trabalho à mais de um ano	Problemas sociais decorrentes do desemprego, incluindo casos extremos de pobreza	Deterioração no centro histórico de Torres Novas: desertificação à noite e fim-de-semana, degradação das lojas
	Constrangimentos urbanísticos e de acessibilidade no tecido urbano (Entroncamento); linhas ferroviárias e serviços militares	Torres Novas tem balanço negativo entrada-saída de activos, em termos de movimentos diários		Irreversibilidade de planos de ocupação da zona histórica central e das Lages (Torres Novas)
ENTRONCAMENTO		A grande maioria das empresas industriais é de pequena dimensão (50% tem menos de 10 trabalhadores)		Indústrias localizadas no tecido urbano (Entroncamento)
				Dificuldades de estacionamento no centro (Entroncamento)
ENTRONCAMENTO				Rápido crescimento (Entroncamento) não foi acompanhado pela criação de espaços de utilização pública
				Lojas e edifícios domésticos e industriais constituem problema de grande escala
ENTRONCAMENTO				Ausência de um mercado em boas condições (Torres Novas)
				Escasso de alojamentos turísticos
ENTRONCAMENTO				Várias empresas industriais poluentes da atmosfera
				Carencia de equipamentos e funções públicas de carácter supra-local
ENTRONCAMENTO	Potencial de solos esportivos em áreas industriais	Flecha de actividades ligadas à plataforma de distribuição logística, empresas transportadoras e comerciantes grossistas da área da alimentação e bebidas	Dinâmica associativa com fins diversos, em particular recreativos e culturais	Redes de saneamento básico incompletas
		Em ambas as cidades é o têxtil e o sector mais dinâmico em termos de emprego		Criação de vias pedonais no centro da cidade no Entroncamento
ENTRONCAMENTO		Infraestruturas e equipamentos organizados em torno do Terminal Multimodal de fluxos geradores de uma plataforma logística e de distribuição visando os mercados regional, nacional e ibérico		Baixa alerta ao nível dos equipamentos de segurança social e emergência
		Dinâmica recente dos sectores das artes gráficas, fabricação de artigos plásticos, material cerâmico, produção de bebidas e produtos metálicos		Mercado coberto de grande dimensão (Entroncamento)
ENTRONCAMENTO				Estruturas recreativas diversificadas nas duas cidades
				Construção de uma ETAR e de um aterro sanitário (Entroncamento)
ENTRONCAMENTO				Criação do Parque do Benito (Entroncamento)

	DIAGNÓSTICO			
	1	2	3	4
ENTRONCAMENTO		Complementaridades entre as actividades principais dentro do Eixo urbano e centros do eixo: indústria/infraestruturas de transporte		Potencial orientado: local em Torres Novas; presença de rio, envolvente associada a centros rurais
		Continuação dos sectores industriais têxtil, metalomecânica e do papel responsável pelo declínio da capacidade polinizadora de Torres Novas		Oferta imobiliária muito significativa (Entroncamento) e com boa relação preço-qualidade
CERAMICA	Melhorar os acessos a Torres Novas e construir a via circular projectada	Desenvolver os serviços estratégicos de apoio à produção, designadamente criação de um núcleo de apoio à criação empresarial	Atenuar mecanismos de apoio domiciliário abrangentes e eficazes em todo o Eixo	Construção do hospital distrital do Eixo Entroncamento/Torres Novas e promover a melhoria da rede de centros de saúde
	Promover a construção da zona de actividades logísticas		Implementar programas de recuperação social e de integração de grupos marginalizados (indigentes e minoria cigana no Entroncamento)	Completar o projecto da zona desportiva do Entroncamento
	Desenvolver acções de promoção da oferta de solo infraestrutural existente nas zonas industriais	Estimular níveis de integração dos grandes superfícies comerciais para desenvolvimento do Eixo (potencial de abastecimento a partir da produção local e capacidade formativa existente)		Espaço para desporto náutico na futura zona de lazer de Torres Novas
				Melhorar a oferta em faixas do 3.º idade no Entroncamento, acompanhando o processo de envelhecimento da população
				Implementar o projecto de recuperação da Igreja Maria Nóbrega e intervenção de adaptação e melhoria dos circuitos nas duas cidades
				Melhorar os actuais espaços das Bibliotecas (Gulbenkian no Entroncamento e Municipal em Torres Novas)
				Deixar a cidade de Torres Novas de um espaço de lazer e sociabilidade nas margens do rio Alameda
				Promover o Museu polivalente e do Museu Nacional ferroviário
				Recuperação das margens do rio Alameda e sua despoluição
				Apoiar a qualificação e potenciación dos equipamentos de educação e formação profissional dirigidos à formação de quadros médios

	RECOMENDAÇÕES		
	5	6	7
ENTRONCAMENTO			Falta de iniciativas de cooperação tendentes a promover e aprofundar as complementaridades existentes ao nível do Eixo urbano
CERAMICA			
INDÚSTRIA			
SERVIÇOS			
CULTURA			
MEIO AMBIENTE			
INFRAESTRUTURAS			
POLÍTICA			
ECONOMIA			
SOCIEDADE			
GOVERNO			
OUTROS			
TOTAL			

Falta de iniciativas de cooperação tendentes a promover e aprofundar as complementaridades existentes ao nível do Eixo urbano

Eixo Integrado na Região de Turismo dos Templários, Alentejo e Floresta Central

Criação de Gabinete Técnico Local para Área Histórica (Torres Novas)

Associativismo público-privado na área de ensino profissional

Desenvolver estratégias de implementação e utilização concertada das infraestruturas desportivas de maior emergência

Desenvolver iniciativas que tenham partido da experiência de vida e de saber-fazer profissional dos idosos (por ex.: dinamização de programas de ocupação para idosos, participação nas actividades dos museus)

Incentivar a criação de entidades promotoras de estratégias comuns de intervenção e divulgação

Organização de uma base de dados contendo toda a informação sobre o património natural/cultural

Definir programas de acção cultural comuns que envolvam agentes dos dois aglomerados e que tenham partido das infraestruturas existentes

Concretização do projecto Forças Vivas da Terra (cooperação institucional entre agentes públicos e privados)

Estratégia de implementação e utilização concertada de infraestruturas desportivas de maior emergência

Tomar

Tomar

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Illegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

- Centro histórico, castelo, Convento de Cristo, monumentos, arquitectura urbana, parque urbano.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perfil Urbano e Limites da Cidade

Cidade de ocupação peculiar face à separação observada entre a implantação do núcleo antigo, a Ponte do rio Nabão, e a área consolidada a Nascente do mesmo.

As áreas de expansão preconizadas pelo PDM, de elevada dimensão, envolvem a totalidade do actual perímetro urbano bem como a área de reserva envolvente ao Convento de Cristo localizada a Poente do núcleo antigo. Estas áreas urbanizáveis alteram integralmente a figuração do actual limite da cidade.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

{1}

{7}

{4}

{7}{8}{12}

{4}{5}

{9}{10}

{4}

{2}{4}{5}

{2}{6}

{2}{6}

{6}

{2}{6}



Tomar

Estrutura de Tomar (1994) - Equipa Dinamizadora do PDM 2000-2010



	Tema 1 - 2000			
	1. SITUAÇÃO ATUAL	2. PROBLEMAS IDENTIFICADOS	3. OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS	4. PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO
SITUAÇÃO ATUAL	Perda de unidade e qualidade urbana, desequilíbrio com fragmentação do edifício Desarticulação da área de influência e do centro da cidade Insuficiente nível de apoio à requalificação industrial	Desagregação do maior grupo industrial existente na cidade Fracos níveis de diversificação industrial, tornando a cidade produtiva permeável a crises localizadas na indústria da papel, da construção civil e do imobiliário Elevada taxa de desemprego, motivada pela incapacidade de absorção do desemprego gerado em sectores industriais Desativação e desordem das estruturas associativas Baixo índice de modernização do tecido industrial, associado a baixos níveis de produtividade Insuficiente articulação na utilização das infraestruturas económicas	Tendência para um crescente envelhecimento da população	Integração de áreas à cidade, de passagem e de circulação no centro urbano, com problemas de constante congestionamento Carência de estacionamento Degradação de edifícios, em particular no centro histórico Degradação dos espaços públicos resultante do agravamento de tráfego de passagem Falta de tratamento de águas residuais e do aumento de poluição do rio Nabão, principal receptor dos efluentes da cidade e das indústrias e aglomerações a montante da cidade Carência de transportes públicos urbanos Oferta insuficiente dos serviços de apoio à idade, à 1ª e 2ª infância e a grupos vulneráveis
INTERVENÇÃO	Capacidade de formação de mão-de-obra qualificada, de investigação aplicada e de apoio à actividade económica Afirmação do tecido industrial no contexto das actividades económicas da cidade Especialização relevante em segmentos da indústria da papel Estruturas comerciais adequadas ao desenvolvimento turístico Elevada qualificação dos recursos humanos	Capacidade de formação de mão-de-obra qualificada, de investigação aplicada e de apoio à actividade económica Afirmação do tecido industrial no contexto das actividades económicas da cidade Especialização relevante em segmentos da indústria da papel Estruturas comerciais adequadas ao desenvolvimento turístico Elevada qualificação dos recursos humanos	Dinâmica e vitalidade da imprensa local Importância e qualidade de associativismo cultural, associado à vitalidade e à composição jovem dos corpos dirigentes e da massa associativa Festa dos Tabuleiros, que envolve uma grande participação das associações locais e da comunidade Papel significativo do associativismo na animação urbana e cultural, em que se destaca alguma especialização na área da música Forte expressão de grupos e actividades culturais com incidência na área musical, sobretudo na vertente da "esada"	Empoderamento paisagístico, áreas verdes e espaços de água de qualidade, desigualmente marginais do rio Nabão, a Mata dos Sete Montes e a proximidade de Castelo de Bode Conjunto arquitetónico do centro histórico coerente, de significativo valor histórico, funcionando como um espaço de articulação entre o rio, Castelo dos Templários, o conjunto edificado e as urbanizações do envolvente Qualidade dos espaços públicos na maioria dos conjuntos urbanísticos Forte tradição de construção recente Existência de Instituto Politécnico com boas condições e de estruturas de ensino profissional Potencialidades e recursos turísticos - património e paisagísticos - adequados às tendências da procura Bom nível de oferta de alojamentos turísticos

Caldas da Rainha

Caldas da Rainha

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

- Espaços cívicos centrais, áreas verdes e arquitectura urbana.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

A cidade revela uma área consolidada de carácter fortemente afinado pelas estruturas urbanas em presença, área esta pontuada por um conjunto de equipamentos estruturantes, parques urbanos significativos e diversas unidades industriais dispersas pela malha urbana.

O PGU define uma área de expansão envolvente à malha urbana consolidada e não consolidada, por preenchimento dos espaços intersticiais que resultam do actual limite muito recortado. Este instrumento prevê o completamento do anel viário que circunda a malha urbana consolidada, bem como a execução de um segundo anel exterior, que limita as áreas não consolidadas e áreas de expansão da cidade.

O mesmo instrumento preconiza ainda a ampliação da área industrial localizada a Noroeste.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afinadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1)

(7)

(1)(2)(4)

(7)(8)(12)

(3)(4)(5)

(9)(10)(11)(12)

(4)(5)

(4)(5)

(4)(5)

(4)(5)

(6)

(4)(5)(6)

(2)(5)(6)

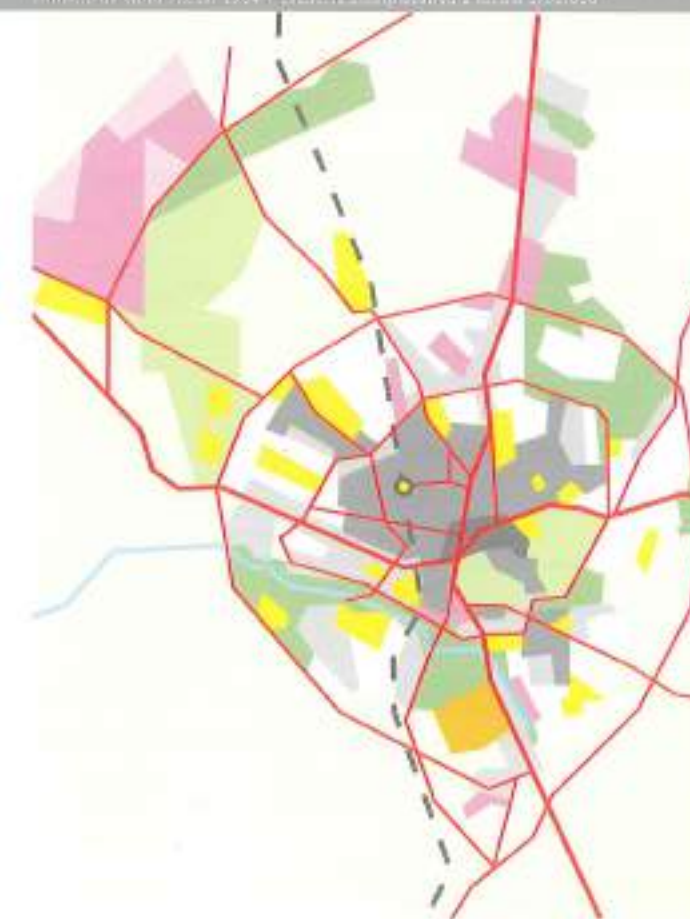
(6)

(6)



CALDAS DA RAINHA

Projeção de Caldas da Rainha 1964 - Escala cartográfica 1:50.000



Torres Vedras

Torres Vedras

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal

RME

M0

(1)

(7)

(4)

(7)(8)

(2)(4)(5)

(9)(10)

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

(4)(5)

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

(2)(5)

(4)

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

(5)

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

(4)

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

(6)

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Núcleo histórico, castelo, monumentos, arquitectura urbana.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

Núcleo antigo de forma muito contida implantado na margem Sul do rio Sizandro.

Área consolidada da cidade de morfologia bem afirmada e desenvolvida a Sul do núcleo antigo. Para Norte a expansão verificada apresenta baixo nível de estruturação urbanística.

O PDM prevê a agregação das áreas construídas através da criação de áreas urbanizáveis nos interstícios da ocupação existente a Norte do rio.

As áreas industriais existentes encontram-se localizadas nos extremos Norte e Sul da cidade, implantadas no principal eixo de atravessamento da cidade. A área de expansão industrial localiza-se a Norte da estação do caminho de ferro, na sequência de uma zona industrial ali existente, e na proximidade do IC1.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos da barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (M0)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)



TORRES VEDRAS

Plano de Urbanização - Plano Municipal de Urbanização



CENSO 1991			
INDICADOR	INDICADOR DE CENSO 1991	INDICADOR DE CENSO 2001	INDICADOR DE CENSO 2011
1	2	3	4
Localização da zona industrial bloqueada e expansão da cidade para Nascente.	Queda no sector agrícola tem implicações urbanas ao nível da capacidade de consumo de sector comercial e nos investimentos do sector industrial.	Ausência de protagonismo dos empresários na condução e dinamização económica da cidade.	Edifícios abandonados e em degradação no centro histórico.
Ausência de centralidade e carência de equipamentos na zona de Baixo/Olhosos.	Indústria tradicional orientada para o mercado agrícola (equipamentos, etc.) em crise com diminuição de emprego.	Crescimento urbano conduzido ao isolamento de uma vasta zona – Baixo/Olhosos – e ao surgimento de processos de exclusão social.	Inaugura da estrada nascente de cidade (rua de Azenha) a par de ser valorizada.
	Ausência de profissionais e falta de qualidade no comércio.	Crise do sector agrícola reflecte-se na animação urbana.	Ausência de parques para automóveis de apoio ao centro histórico.
	Crise de duas grandes empresas metalomecânicas da cidade, fabricantes de equipamentos para a agricultura.	Desagregação e marginalidade sócio-cultural associadas a situações de periferia urbana/território.	Bólicas condições de circulação de peões no centro histórico, associadas a insuficiente segurança.
	Concentração da oferta comercial em segmentos de gama baixa e média / falta de sectores tradicionais.	Vida associativa (cultural, desportiva e recreativa) partilhada por indivíduos e ausência de cooperação.	Zonas pedonais representam uma área muito restrita no espaço urbano.
	Fragorosa profissional com baixa capacidade de captação de alunos, pouco sucesso na vida profissional e descoberta em áreas de especialização importantes para a região.		Desqualificação ambiental da zona do Olhosos, originada pela intensidade de tráfego da via que a atravessa.
	Ausência de concertação entre a comunidade empresarial e as estruturas de formação.		Rio Sizandro poluído implica uma ruptura entre a cidade e o rio.
	Situação económica actual pouco favorável à criação de emprego e à qualificação dos recursos humanos empregados.		Estrutura verde da cidade frágil e pouco qualificada.
	Pouca vitalidade do associativismo empresarial.		Deficiente acessibilidade e circulação no centro da cidade, essencial a carência de estacionamento.
	Declínio industrial da Zona Industrial de Azenha.		Risco de deterioração da qualidade do ar – CO, fumos e ruídos, submetido aos seus máximos limites.
			União a céu aberto, sem qualquer seleção e tratamento (sólio ou pastilha) nas proximidades da cidade, com cerca de 250 000 m ² .
			Torres Vedras é um local de passagem com implicações negativas no tráfego urbano.
			Grande importância dos veículos pesados de mercadorias na circulação urbana.
			Zona do centro histórico concentra um grande volume de tráfego, apesar dos pavimentos e da malha irregular não facilitarem a circulação.
			Carência de equipamentos, infraestruturas de saneamento básico e incipiente oferta de canalização, serviços e espaços públicos nas áreas de expansão urbana (sobretudo Baixo/Olhosos).
			Dimensionamento e características dos estabelecimentos comerciais com impactos negativos no ambiente urbano.

CENTRO URBANO			
CONCELHO	ESTRUTURA URBANA E PROBLEMAS	INTERVALOS URBANOS E TERRITÓRIOS	CENTRO URBANO
1	2	3	4
	Dificuldades em dotar a cidade de uma estrutura de formação profissional e superior competitiva face à oferta da Área Metropolitana de Lisboa Desemprego na cidade poderá provocar um aumento da dependência da Área Metropolitana de Lisboa	Inexistência ao nível das equipamenturas culturais e sociais (cinemas, serviços de apoio a idosos, sala de espectáculos, equipamentos para a juventude, etc.) Património a necessitar de ser recuperado, conservado e animado, designadamente o Castelo e vários edifícios no núcleo histórico Sistema de infraestruturas ainda em fase de remodelação - abastecimento de água, drenagem e tratamento de efluentes e resíduos sólidos urbanos Carência de espaços verdes para a animação cultural, desportiva e de lazer Dificuldades em dotar a cidade de uma estrutura de formação profissional e superior competitiva face à oferta da Área Metropolitana de Lisboa	Inexistência ao nível das equipamenturas culturais e sociais (cinemas, serviços de apoio a idosos, sala de espectáculos, equipamentos para a juventude, etc.) Património a necessitar de ser recuperado, conservado e animado, designadamente o Castelo e vários edifícios no núcleo histórico Sistema de infraestruturas ainda em fase de remodelação - abastecimento de água, drenagem e tratamento de efluentes e resíduos sólidos urbanos Carência de espaços verdes para a animação cultural, desportiva e de lazer Dificuldades em dotar a cidade de uma estrutura de formação profissional e superior competitiva face à oferta da Área Metropolitana de Lisboa
Centro histórico regista uma vitalidade funcional associada à dinâmica do sector comercial	Desenvolvimento do comércio está associado a uma alternativa ocupacional e a situações de desemprego	Torres Vedras regista, na década de 80, uma evolução demográfica bastante positiva, superior ao próprio concelho	Centro histórico concentra grande parte da actividade comercial e apresenta vários núcleos de interesse turístico
Áreas significativas livres de construção, com aptidão para a implementação de espaços verdes, na área de expansão da cidade	Melhorias das acessibilidades às principais vias rodoviárias e marítimas aumentam a atratividade de empresas e de residentes e facilitam o acesso ao mercado nacional e externo	Sentido de pertença e "beltrismo" suscitado por parte dos residentes	Centro histórico reúne um conjunto de edifícios e locais urbanos que interessa preservar, reabilitar e revitalizar
Áreas pedonais significativas e em expansão nos principais eixos de concentração comercial	Potencial de crescimento da agro-indústria	Tradição significativa de associativismo cultural e desportivo	Qualidade do ambiente paisagístico
Tejido urbano existente e estrutura diversificada de comércio no 1º eixo de expansão para sul	Cidade é o grande "centro comercial" das populações do concelho e da Região Oeste	Sensibilidade dos habitantes para o problema dos RSU - Reciclagem selectiva do vidro	Castelo, encostas da Varatojo, Alameda e Áreas constituem uma referência fundamental para a imagem de Torres Vedras
	Potencialidades turísticas existentes (centro histórico, Carnaval, termalismo e área agroturística envolvente)	Cidade com uma dinâmica demográfica positiva associada ao crescimento natural e à atratividade urbana	Inexistência de situações significativas de poluição do ar e ruído
	Aparecimento de algumas novas indústrias (sobretudo no sector agro-alimentar) com implicações positivas (ainda que fracas) ao nível do emprego		Presença de monumentos de valor histórico e patrimonial assinalável

PERIFERIA			
CONCELHO	ESTRUTURA URBANA E PROBLEMAS	INTERVALOS URBANOS E TERRITÓRIOS	PERIFERIA
1	2	3	4
Centro e dispersão urbana, reforçando o crescimento prioritário a partir dos eixos de expansão do centro histórico Promover a criação de uma nova centralidade urbana secundária na zona da Boavista/Oliveiras	Desenvolver uma estratégia de atracção de investimentos externos, que passe pela criação de uma "bolsa de terrenos" para as instalações das novas empresas e pela protecção da imagem da cidade Criar uma Central de Serviços de apoio à região e à Área Metropolitana de Lisboa - nos áreas de construção, reparação de equipamentos, artes gráficas, tipografia, etc. Centro de Emprego deve assumir um protagonismo no sector da base económica de suporte à cidade - centro de serviços, de compras, de formação profissional e "mini de empresas", etc. Organizar os circuitos de comercialização de forma a valorizar o produto regional Desenvolver uma estratégia de animação turística dos recursos da cidade e região envolvente - centro histórico, carnaval, animação do castelo e fortificações, cidade, etc. Avaliar a oportunidade e a viabilidade de um pólo de ensino e inovação tecnológica ligada às actividades económicas da cidade Criar infraestruturas de apoio à actividade económica (ruas para exposições, zona de feiras, ...) Criar uma estrutura comercial sólida em torno dos produtos produzidos na região que atraia os distribuidores/comerciantes da Área Metropolitana de Lisboa	Reforçar a coesão e a integração social dos mais jovens e da terceira idade Reforçar a capacidade de acolhimento e hospitalidade da cidade, integrando um programa de animação urbana, em sistema de informação aos visitantes e a promoção da qualidade dos serviços prestados Desenvolver um programa de animação em torno do Carnaval, da política dos desportos de contacto com a natureza, do centro histórico e dos espaços públicos Reforçar a identidade e o sentimento de pertença, através da valorização e divulgação do património histórico, natural e construído, do reforço do associativismo, etc. Reforçar os equipamentos de nível básico Promover a qualidade dos espaços públicos e da segurança urbana Controlar a poluição ambiental e consolidar a rede de infraestruturas e tratamento de efluentes Perseguir o programa de recolha selectiva dos resíduos sólidos, as campanhas de sensibilização ambiental e revitalizar a estrutura verde da cidade Promover a multifuncionalidade e a criação de espaços públicos de forma a propiciar novas formas de vivência urbana intensa Revitalizar o centro histórico, recuperando e reutilizando o património edificado e ampliando e qualificando os espaços de vivência pedonal Dotar a cidade de uma rede de estacionamento automóvel diversificada de forma a reduzir o acesso automóvel ao centro histórico	Valorizar as portas parciais da cidade e seu envolvente (instalação de restaurantes, esplanades, ...) Diversificar e ampliar (a prazo) a oferta de alojamentos turísticos na cidade e promover a qualidade dos serviços Reforçar a identidade e o sentimento de pertença, através da valorização e divulgação do património histórico, natural e construído, do reforço do associativismo, etc. Reforçar os equipamentos de nível básico Promover a qualidade dos espaços públicos e da segurança urbana Controlar a poluição ambiental e consolidar a rede de infraestruturas e tratamento de efluentes Perseguir o programa de recolha selectiva dos resíduos sólidos, as campanhas de sensibilização ambiental e revitalizar a estrutura verde da cidade Promover a multifuncionalidade e a criação de espaços públicos de forma a propiciar novas formas de vivência urbana intensa Revitalizar o centro histórico, recuperando e reutilizando o património edificado e ampliando e qualificando os espaços de vivência pedonal Dotar a cidade de uma rede de estacionamento automóvel diversificada de forma a reduzir o acesso automóvel ao centro histórico

	Sistema Urbano do Alentejo		
	5	6	7
2000-2010	Assistência de concertação entre a comunidade empresarial e os estratos de formação Ineficiente associativismo empresarial Vida associativa (cultural, desportiva e recreativa) pautada por individualismo e ausência de cooperação	Instrumento urbanístico em vigor para a zona Sal/ /Fonte da cidade comiga uma edificação excessiva e uma afetação de equipamentos em detrimento de outras áreas de expansão da cidade manifestamente carenciadas	
2010-2020		Existência do Plano de Ordenamento de Salvaguarda da Zona Histórica Sensibilidade da autarquia para as questões ambientais – RSU, espaços verdes, sensibilização ambiental das populações, pedestrianização do centro, etc.	
2020-2030		Reforço das ações de promoção turística da cidade e do concelho/região Dotar a Câmara Municipal de meios humanos, tecnológicos e logísticos necessários para assegurar uma gestão inovadora, eficiente, participada e sustentada	

Subsistema urbano do Alentejo

Portalegre

Évora

Beja

Portalegre

Portalegre

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal.

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

- Centro histórico, castelo, monumentos, arquitectura urbana.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

Núcleo antigo de grande densidade morfológica bem afirmado.

A expansão urbana existente, especialmente orientada para Norte apresenta um elevado nível de consolidação.

A forma da cidade tem um recorte muito irregular, não obstante de forte sentido morfológico.

O PDM prevê a criação de áreas de expansão de elevada dimensão, que estabeleçam a ligação entre a área consolidada da cidade e a área industrial existente e proposta. Este facto fará com que a cidade passe a ter uma configuração longitudinal aos eixos rodoviários principais, e com sentido Norte - Sul.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME	MO
(1)	(7)
(2)(3)(4)	(9)(10)(11)
(2)(4)(5)	(9)(10)(11)(12)
(4)	
(1)	
(4)(6)	
(4)(5)	
(2)(4)(6)	
(6)	



PORTALEGRE



	OBJETIVOS			
	CONDIÇÕES	PROBLEMAS/CONDIÇÕES EXISTENTES	OPORTUNIDADES/PROBLEMAS	OPORTUNIDADES/PROBLEMAS
OBJETIVOS	1	2	3	4
	5	6	7	8
OBJETIVOS	Degradação de núcleos históricos e do património arquitectónico	Desemprego decorrente da diminuição da actividade industrial	Fracos níveis de participação cívica	Degradação de espaços públicos e das condições de circulação pedonal, viária e estacionamento
	Desertificação de centro histórico	Espacos comerciais pouco funcionais e atractivos	Baixa oferta de manifestações culturais	Aumento da poluição do ar, de riscos de contaminação dos rios e águas e insuficiente limpeza urbana
OBJETIVOS		Sectores industriais sujeitos a limitações de carácter exógeno		Más condições de mobilidade
		Fracas capacidade de investimento no tecido empresarial e de aproveitamento de oportunidades comunitárias		Abastecimento de água deficiente em certas zonas da cidade
OBJETIVOS				Saneamento básico com tratamento de efluentes urbanos e industriais
				Carências de alojamento turístico e fraca qualidade da restauração
OBJETIVOS				Ausência de cinema, espaços para exposições e outras iniciativas culturais
				Carências de habitação para arrendamento
OBJETIVOS	Zona industrial atractiva	Soluções inovadoras na promoção de produtos regionais	Tradição em festivais, feiras e festas	Equipamento/ambiente paisagístico e cénico (Parque Natural da Serra de S. Romão e Serra de Portalegre)
		Significativo apoio técnico aos agricultores	Manifestações culturais – Teatro de Portalegre, Conservatório Regional, ranchos e grupos corais	Fácil acessibilidade a equipamentos e serviços
OBJETIVOS		Unidades industriais significativas a nível regional e bem dimensionadas	Associações com condições de permanência e utilização eficazmente os equipamentos desportivos e de lazer	Qualidade do ar e espaços verdes
		Teido industrial relativamente diversificado e cultura industrial a nível de recursos humanos		Diversidade de oferta de ensino
OBJETIVOS		Unidade industrial de tapeçaria tradicional com dimensão e visibilidade significativas		Ensino politécnico com três Escolas Superiores adequadas às carências do tecido empresarial
		Bom e diversificada oferta de sistemas de formação profissional, designadamente com gestão dinâmica		Equipamentos desportivos com qualidade e diversidade – campo de tiro, kartódromo
OBJETIVOS				Património arquitectónico de qualidade – casas senhoriais, mualhas e castelo e arquitectura religiosa
				Tradição associativa no âmbito da cultura

	OBJETIVOS			
	INTEGRAÇÃO	DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO	QUALIFICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO
	1	2	3	4
ESTRUTURAS	Promover ordenamento e qualificação do espaço urbano	Ordenar o espaço comercial e qualificá-lo	Promover um maior protagonismo das estruturas e associações culturais e desportivas	Edificação de edifícios, percursos, espaços urbanos e urbanos com condições de aproveitamento turístico
	Promover a qualificação das infra-estruturas de apoio à atividade industrial e apoiar a relocalização industrial	Promover a articulação entre o sistema produtivo e os sistemas de ensino, formação profissional e investigação aplicada	Melhorar as condições de divulgação e acesso à cultura	Valorizar o património promovendo a sua animação cultural
		Incrementar o desenvolvimento das atividades terciárias – turismo e serviços – numa lógica de afirmação e integração no triângulo Castelo de Vide/Menagem/Portalegre	Promover a coesão social e apoiar formas de solidariedade social	Qualificar o ensino médio e superior e promover a sua expansão
		Promover a eficiência no acesso aos fundos comunitários por parte do tecido produtivo		Aumentar a complementaridade entre recursos ambientais e infraestruturas desportivas
		Promover e qualificar o emprego e apoiar a criação de novas empresas		Desenvolver a cidade como pólo de animação desportiva e recreativa
			Melhorar condições e serviços de saúde e fomentar os serviços médicos especializados	
			Afirmar e promover os valores culturais e o património da cidade	

	PRINCÍPIOS DE POLÍTICA		
	DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO	DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO	CONSERVAÇÃO
	1	2	3
ESTRUTURAS	Salvo meios de articulação entre os agentes económicos e sociais		Esquema administrativo da cidade – afastamento de centros de decisão
	Desarticulação funcional entre as entidades territoriais		
	Nível de associativismo empresarial elevado		
	Assinância de planeamento concertado de acontecimentos e iniciativas culturais		
	Assinância de uma estratégia de apoio, promoção e divulgação cultural		
ESTRUTURAS	Convivialidade e bom relacionamento institucional		Associação de agricultores com grande dinamismo
ESTRUTURAS	Promover a articulação entre o sistema produtivo e os sistemas de ensino e formação profissional	Integrar a componente ambiental no sistema de planeamento territorial	
	Melhorar a cooperação entre associações empresariais e fomentar o associativismo empresarial	Promover a eficiência da gestão e dos serviços municipais	
	Promover a participação no planeamento e gestão dos recursos da cidade	Promover a implementação de instrumentos de planeamento e ordenamento urbano	

Évora

Evora

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal.

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Centro histórico e cerca medieval; espaços públicos (Praça do Giraldo e outros), palácios e conjuntos urbanísticos monumentais.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Especiais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

A cidade apresenta uma malha urbana estabilizada, não obstante os espaços intersticiais não ocupados resultantes das expansões mais recentes, áreas sob reserva e outros espaços abertos integrantes da sua forma actual.

O PDM preconiza uma série de áreas de expansão estabelecidas na sequência espacial da malha urbana actual, e por ocupação dos espaços intersticiais resultantes das formas parciais em presença.

O PDM promove ainda uma vasta área de expansão industrial localizada a Sul da cidade, onde já se concentram um conjunto de unidades industriais.

Os espaços abertos em presença são factores que condicionam o crescimento da cidade em praticamente todo o seu perímetro.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1)

(7)

(2)(4)(5)

(8)(9)(10)

(3)(5)

(9)(10)(11)(12)

(4)(5)

(5)

(4)(5)

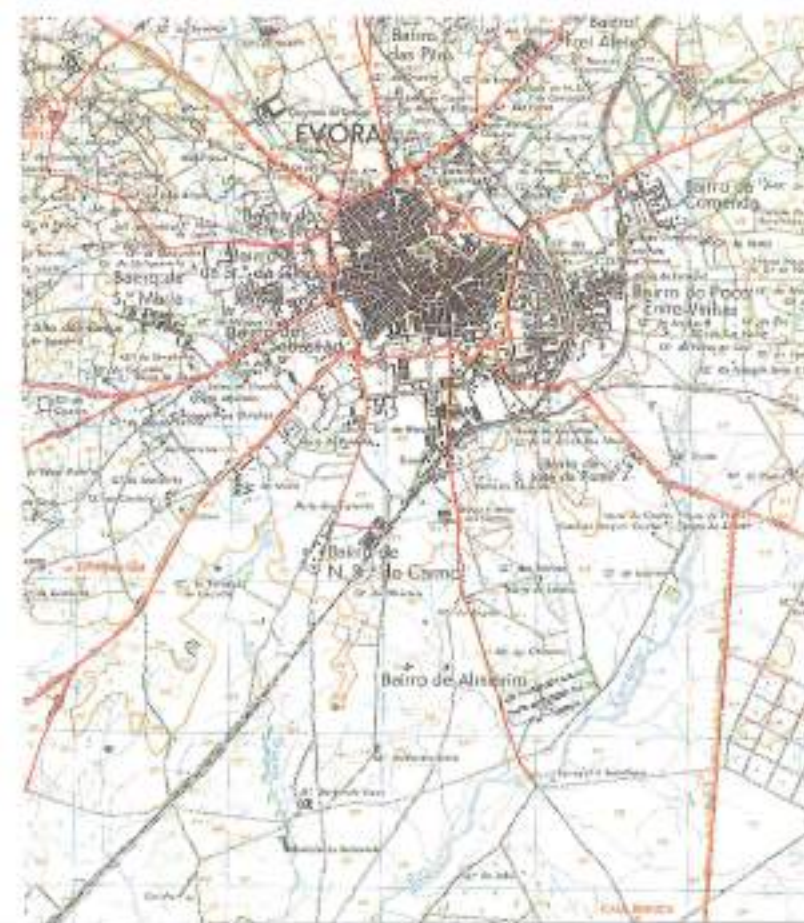
(4)(5)

(4)(5)(6)

(2)(4)(6)

(6)

(6)



EVORA

Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT) - 2003



	CITÉRIO			
	1	2	3	4
Estrutura urbana	Renovação do parque habitacional com uma forte concentração nos bairros periféricos	Grupo de assalariados e trabalhadores agrícolas com uma estrutura etária envelhecida	Freguesias exclusivamente intramuros com uma estrutura etária bastante envelhecida e com um elevado peso de reformados	Profissionais de saúde em Évora em número muito superior à média nacional
	Diminuição da população das freguesias exclusivamente intra-urbanas na década de oitenta	Problemas graves de inserção dos jovens no mercado de trabalho	População no centro histórico envelhecida, com baixo nível de instrução e fraca poder económico	Alguma escassez na oferta de alojamentos turísticos direccionada para os segmentos de topo
	Conservação de formas do tecido social (desemprego subreptado) em determinadas áreas suburbanas (56)	Risco involuntário e bastante estabilizado do emprego na indústria transformadora	Elevada taxa de abandono escolar e de repetência no 3º ciclo e baixa taxa de transição	Investimento público em saúde com uma taxa de excitação muito baixa
	Freguesias exclusivamente intramuros (3) possuem parque de edifícios muito envelhecido	Matéria das empresas apresenta dimensões, remunerações per capita e produtividades muito baixas		Concentração de habitações em más condições no centro histórico
	Linhas de controlo do ferro condicionam expansão da cidade a Nascente			
Equipamentos	Realitização e beneficiação de imóveis instalados no centro histórico	Taxas de actividade para o conjunto da cidade muito superiores à média nacional, sobretudo no sexo feminino (resultantes dos valores da frequência da 56)	Conjunto da cidade apresenta uma estrutura por níveis de instrução mais favorável do que a média nacional	Variedade apreciável de oferta de modalidades desportivas, com destaque para o futebol, ténis de mesa e basquetebol
		Taxas de desemprego ligeiramente inferiores à da globalidade do País	Vitalidade associativa na cidade em torno da cultura e recreio, sobretudo em torno da música, convívio, defesa de interesses, teatro e ecologia	Freguesias exclusivamente intramuros melhor equipadas em termos de instalações de electricidade, esgoto e água
				Equipamento hoteleiro capaz de satisfazer as necessidades básicas da procura, sobretudo no domínio intermédio, com elevadas taxas de ocupação
				Forte concentração na cidade de equipamentos de saúde, designadamente o hospital distrital
				Elevada taxa de cobertura do ensino pré-primário
				Aumento significativo de estacionamento em parques na periferia e crescente aumento de áreas para peões no centro
				Património cultural abundante e diversificado
				Évora cidade património mundial
				Redes de saneamento com grande capacidade de utilização, mas com áreas de serviços restritas
				Presença todos os graus de ensino, do pré-escolar ao universitário
				Elevada qualidade ambiental
				Existência de uma companhia de teatro profissional e duas companhias amadoras, todas com instalações próprias, e ainda uma escola de formação teatral

Beja

Beja

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Centro histórico; espaços públicos (Praça da República e outros); palácios, mosteiros e conjuntos urbanísticos monumentais; arquitectura urbana.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

A cidade apresenta uma malha urbana central fortemente estabilizada, não obstante os espaços intersticiais não ocupados resultantes das expansões mais recentes, áreas sob reserva e outros espaços abertos integrantes da sua forma actual.

O PDM preconiza uma série de áreas de expansão estabelecidas na sequência espacial da malha urbana actual, e por ocupação dos espaços intersticiais resultantes das formas parciais em presença.

O PDM prevê ainda uma área de expansão industrial localizada a Norte da cidade, na sequência espacial das unidades industriais aí localizadas.

Os espaços abertos em presença são factores que condicionam o crescimento da cidade em praticamente todo o seu perímetro.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1)

(7)

(2)(4)

(7)(8)

(4)(5)

(4)(5)

(4)

(4)(5)

(5)

(4)(5)

(2)(4)(6)

(6)

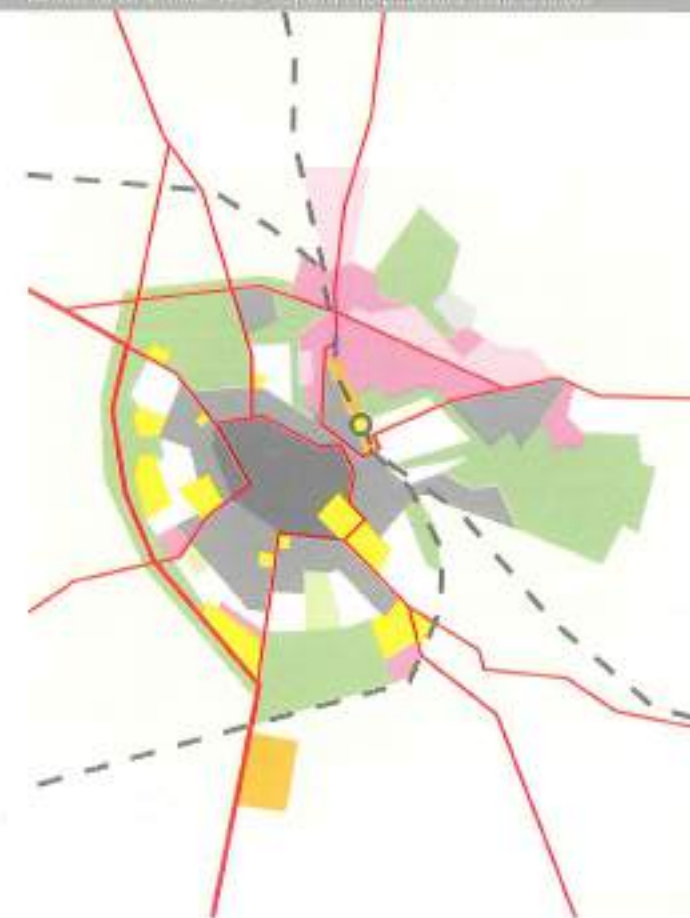
(6)

(1)



BEJA

Extracto do G.P. 1:100.000 - 1954 - 1ª edição, actualizada a 1/10/02



	OBJETIVOS			
	OPORTUNIDADES	RECURSOS EXISTENTES	RECURSOS POTENCIAIS	RECURSOS EXISTENTES
1	2	3	4	
SINCRONIZACÃO	Fragilidade do mercado de trabalho e falta de dinâmica na criação de emprego	Deficiente divulgação e baixa capacidade de mobilização das populações		
	Retarda o desenvolvimento e fragilidade do sector industrial	Fraca dinâmica ao nível da criação de novas formas de associativismo e participação cívica		
	Deficiente qualificação do sector dos serviços	Desconhecimento de oportunidades de participação cívica		
ATRAÇÃO	Existência de espaços diversificados para a instalação de actividades económicas	Existência de espaços diversificados para a instalação e divulgação de actividades económicas		Qualidade dos serviços de saneamento básico
				Valor do património arquitectónico e arqueológico e qualidade geral do espaço urbano
				Qualidade dos serviços administrativos e urbanos municipais
				Oferta diversificada e importância do ensino profissional
				Existência de espaços qualificados para a realização de actividades culturais
ESTABILIDADE	Promover o ordenamento do espaço industrial	Desenvolver a filicia agro-alimentar e diversificar e modernizar o tecido industrial		Melhorar a circulação e aumentar a oferta de estacionamento na cidade
	Implementar os Planos de Ponteiros já elaborados	Promover a qualificação do sector dos serviços, acompanhando as dinâmicas do Projecto do Alqueva		Promover o desenvolvimento do ensino superior universitário, contribuindo para o reforço da visibilidade da cidade enquanto centro universitário
		Promover o desenvolvimento de empresas de apoio à função aeroportuária		Promover o desenvolvimento de serviços culturais na cidade e reforçar a rede de equipamentos
		Fomentar o desenvolvimento de ensino profissional, nomeadamente nas áreas de apoio à actividade económica – especialização em rede		Preservar e qualificar o património histórico e cultural
		Apoiar o desenvolvimento de actividades qualificadas ligadas ao turismo, fundamentalmente ambiental e cinegético e fomentar a formação profissional nas áreas do turismo		Desenvolver e qualificar os equipamentos turísticos e de restauração, potenciando a localização privilegiada entre Lisboa e a Andaluzia
		Promover a formação profissional nas áreas técnicas de regadio e gestão agrícola e apoiar a experimentação e demonstração de novas culturas		Promover a qualificação e modernização dos equipamentos turísticos e desportivos
				Melhorar e valorizar os equipamentos de formação profissional e de apoio às produções artesanais
				Melhorar infraestruturas de tratamento de resíduos sólidos urbanos

2000

Eixo de cidades de Faro/Olhão
Portimão

Eixo de cidades de Faro/Olhão

Faro

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Relações topológicas da cidade com a laguna – marinhas, doca de recreio, jardim, centro antigo; arquitectura urbana e avenida central; novos sinais de desenvolvimento.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

A malha urbana encontra-se consolidada em praticamente toda a cidade existente. Subsistem, no entanto, duas áreas urbanas não consolidadas e por estruturar: uma coroa a Norte da actual área urbana e uma forma autónoma (Monte Negro) localizada a Poente, junto do aeroporto.

O PDM define duas consideráveis áreas de expansão urbana, que se estabelecem em contiguidade com as áreas não consolidadas acima referidas. A área urbanizável de Poente articula-se igualmente com o campus universitário e Pólo Tecnológico de Gambelas, contribuindo para a extensão do aglomerado para o sector Poente da cidade.

As áreas naturais, parques urbanos e complexo desportivo são, entre outros, factores que condicionam o crescimento da cidade em parte considerável do seu perímetro.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afinadas pela singularidade do limite
- (3) Bismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

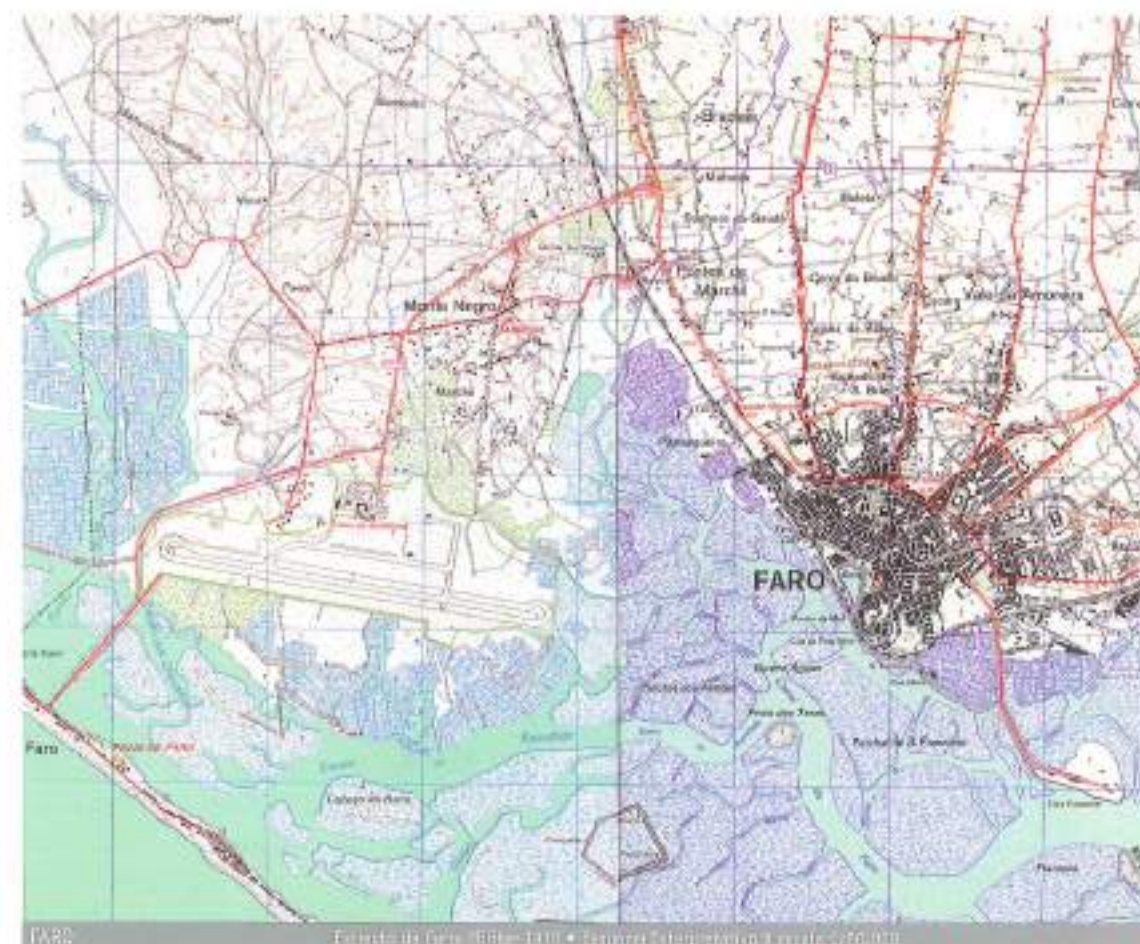
Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1)	(7)(8)
(1)(4)	(7)(8)(11)(12)
(3)(4)(5)	(9)(10)(11)
(4)(5)	
(4)	
(4)(5)	
(4)(5)	
(2)(5)(6)	
(4)(5)(6)	
(2)(4)(6)	
(6)	
(6)	
(2)(6)	



OLHÃO**Áreas Urbanas**

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal.

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico**Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)**

- Núcleo antigo, arquitectura urbana, Ria Formosa.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

Núcleo antigo e cidade consolidada organizados essencialmente a Sul da EN 125.

Cidade de elevado nível de consolidação, verificando-se a Norte da EN 125 uma ocupação por bolsas apoiada nas vias de principal articulação à zona central da cidade.

No que concerne à estrutura viária principal o PDM propõe a criação de uma variante à EN 125.

O mesmo instrumento propõe o tratamento da marginal prevendo, entre outros, a criação de um porto de recreio privilegiando a ligação da cidade ao Parque Natural da Ria Formosa.

As áreas de expansão urbana previstas envolvem toda a área da cidade existente, numa articulação sequencial à mesma conferindo-lhe uma nova configuração. Também deste modo são localizadas as áreas industriais propostas, em sequência à área industrial existente, na proximidade à área portuária.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)**Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais****Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)**

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1)

(7)

(1)(4)

(7)(8)

(3)(4)(5)

(8)(10)(11)

(4)

(1)

(1)(4)

(2)(6)

(6)

(6)

(2)(6)



OLHÃO

Extrato da Carta Militar 1978 • Equilíbrio topográfico à escala 1:50.000



	EIXO DE CIDADES DE FARO/OLHÃO			
	1	2	3	4
Estrutura Urbana	Ausência de articulação e ordenamento das várias actividades que se desenvolvem na freguesia ribeirinha de Olhão	Deficiente estrutura empresarial das actividades industriais tradicionais, com forte dependência dos canais de distribuição	Faixa dimensão demográfica das cidades do Eixo	Crescimento das periferias sem qualidade urbana
	Deficiente ligação de Faro às ilhas barcelos	Dependência exterior nas áreas de decisão da administração pública e privada	Estratificação urbanística associada a segmentação social	Problemas de circulação e estacionamento
	Crescimento periférico sem qualidade urbana	Falta capacidade de atracção de empresas dinâmicas e inovadoras	Valorização insuficiente do património histórico-cultural	Incipiente estrutura verde urbana
		Estrutura empresarial caseira, resistente à modernização e ao investimento	Incipiente iniciativa dos agentes culturais locais	Faro não potencia o espaço salinhal da Ria, enquanto "verde" urbano
		Oferta de serviços às empresas condicionada por um limiar de procura saliente	Falta de oferta de formação na área das artes	Lógicas de localização urbana de importantes equipamentos (universidade, centro de formação e serviços da administração pública) contribui para a dispersão da estrutura urbana
		Sector das pescas em crise	Insuficiente divulgação de acontecimentos culturais, desportivos e recreativos	Situação crítica no abastecimento de água para consumo urbano e de tratamento de efluentes e dos resíduos sólidos urbanos e industriais
			Fraca integração Cidade - Universidade	Insuficiente divulgação de acontecimentos culturais, desportivos e recreativos
			Existência de bolsas de crise social, algumas delas relacionadas com o estigma da cidade piscatória	Situações de abastecimento de água, urbanos insuficientes e de qualidade variável
				Cobertura e tratamento insuficiente da rede de esgotos
				Deficiências em termos de redes de transportes públicos urbanos e suburbanos
Atividade Económica	Capacidade de reconversão e requalificação letargia da cidade de Olhão e existência de espaços disponíveis/disponibilidade para reorganizar o centro da cidade do Faro	Existência de enclaves de freguesias produtivas nas áreas das pescas e aquacultura	População jovem com capacidades de dinamismo cultural (desigualmente, população universitária)	Baixa qualidade ambiental associada a um clima ameno
	Disponibilidade de áreas para expansão urbana qualificada em Olhão	Pesca importante na estrutura industrial da região	Forte identidade cultural da população olhanense	Centro histórico de Faro de qualidade e sem degradação significativa, e interconexão com o antigo de Olhão
	Disponibilidade de zonas para a indústria	Apetência para o turismo ligado à Ria Formosa, ao ambiente e à cultura	Tradição associativista da comunidade em Olhão e agentes culturais e desportivos emergentes com capacidade de inovação em Faro	Riaja privilegiada com a Ria e o Parque Natural da Ria Formosa, em aspectos paisagísticos, ambientais e de relação funcional
	Dois cidades com uma imagem e identidade urbanas próprias	Faro cidade de serviços, com uma estrutura económica diversificada	Fortes tradições em actividades desportivas, em gastronomia e outras manifestações colectivas ligadas aos alimentos mar e Ria	Capacidade de formação, investigação e de prestação de serviços em consolidação e expansão
	Centro histórico de qualidade	"Vocações/especialização" tradicional de Olhão na pesca, indústria e comércio		

Cidades e Regiões			
1	2	3	4
ACTIVIDADES	Recursos da Ria e do mar diversificados, por explorar: aquicultura	Fluxos de visitantes com um poder de compra e capacidade de consumo cultural superior aos níveis destas cidades	Forte oferta de espaços públicos e zonas pedonais com intensa utilização, em Faro
	Potencial da população jovem em idade activa e disponibilidade de recursos humanos com qualificação superior	Dimensão demográfica da cidade de Faro	Potencial de qualidade ambiental das cidades e frente ribeirinha, hotéis, restaurantes e empreendimentos
ACTIVIDADES	Potencialidades de investigação do espaço lagunar pela Universidade - Faro	Existência de recursos humanos com qualificação superior	Condições para a utilização de espaços públicos e de ar livre para actividades culturais e de lazer
	Potencial desportivo e lúdico proporcionado pela Ria		Condições excelentes para a dinamização da "Vida da Ria" e animação nocturna em Faro
ACTIVIDADES	Áreas de excelência (filatelia marítima) na Universidade do Algarve		População flutuante permite criar uma "massa crítica" necessária na rentabilização de certos equipamentos e na promoção de serviços qualificados e de eventos de projecção nacional
	Trincheira na criação de estruturas de dinamização económica e internacionalização		
ACTIVIDADES	Estrutura empresarial e oferta comercial diversificada		
	Apego ao mar e turismo ligado à Ria Formosa, ao Ambiente e à cultura		
ACTIVIDADES	Aquisição e infraestruturação de solos para a indústria e serviços complementares	Coordenar o desenvolvimento de sectores base (agrícola e pesca)	Valorizar as relações das cidades com a Ria, elemento crucial de qualificação urbana e ambiental
	Garantir formas de convivência que garantam o equilíbrio dos três sistemas - urbano, lagunar e agrícola	Reestruturar o tecido industrial tradicional	Faro e Olhão poderão constituir as principais "portas" do Parque Natural da Ria Formosa
ACTIVIDADES	Reforçar a relação do Oltão com a Ria	Reforçar a especialização de Olhão nas actividades do mar e da Ria e aumentar a concertação de serviços de nível superior, públicos e privados, em Faro	Coordenar os serviços de transporte, para as ilhas e respectivas praias, oferecidos pelas duas cidades
	Valorizar a cidade qualificada e integrar as áreas periféricas	Reforçar a estrutura industrial e a sua modernização assente na articulação e complementaridade do Eixo Olhão-Faro-Lauro	Melhorar e valorizar as relações de Eixo com a Ria e o Parque Natural
ACTIVIDADES		Aumentar a qualidade e a competitividade da flota turística e dos serviços de âmbito regional	Melhorar os sistemas de tratamento dos efluentes urbanos e industriais do Eixo Faro-Olhão
		Criar condições de atractividade a novas actividades	Promover a animação cultural através de uma política cultural mais activa e de criação de novos espaços culturais
ACTIVIDADES		Modernizar a estrutura comercial e valorizar urbanisticamente o "espaço da cidade"	Melhorar a mobilidade nas cidades e no Eixo
		Reforçar a formação profissional, a investigação e o apoio empresarial	Garantir bons níveis de qualidade do ambiente urbano (sistema selectivo de recolha de lixo e sistema de colectores de saneamento)

EXEMPLO TERCIO QUARTO			
ACTIVIDADES / INTERVENÇÕES		CONTEÚDOS	
1	2	3	4
Estrutura Local	Descoordenação das instituições e dos agentes culturais e desportivos	Estrutura orgânica municipal desajustada face às necessidades de prestação de serviços	Descoordenação institucional e das políticas sectoriais ao nível da Administração Pública
	Fraca organização empresarial em Olhão	Desadequação entre a estrutura de recursos financeiros e as atribuições e competências de uma autarquia capital distrital	Concentração e descoordenação entre agentes regionais
	Débil articulação da Universidade com o tecido social, cultural, económico e empresarial	Insuficiência de uma bolsa de talentos municipais	
	Fraca promoção das iniciativas e programas das organizações locais		
	Insuficiente apropriação local de esquemas de apoio e incentivos, desajustamento em sectores em crise		
Estrutura Regional	Práticas de intervenção institucional nas áreas culturais e económicas quase inexistentes		
	Unidade de cooperação local e regional (Algarve, CPIMAR, BIC...)	Maior abertura da gestão municipal à sociedade civil	Concentração de organismos da Administração Pública e privada
	Renovação e revitalização dos estruturas locais (económica, cultural e desportiva), nomeadamente através da inserção de quadros técnicos e científicos, criar um ambiente propício à cooperação	Maior abertura ao posicionamento estratégico na gestão municipal	
	Localização em Olhão de entidades descentralizadas da Administração Pública, nomeadamente ligados ao sector das pescas	Relativo desenvolvimento da cooperação inter-municipal	
Estrutura Nacional	Aprofundar as complementaridades entre Faro, Olhão e Lauro	Reforçar o protagonismo da Câmara Municipal na mobilização e concertação de iniciativas de carácter estratégico	
	Reforçar a cooperação institucional com as estruturas empresariais, nas áreas de formação, investigação e extensão (Universidade - IFMAR e organizações empresariais)	Modernizar e reorganizar a estrutura dos serviços de forma a responder às necessidades de planeamento estratégico	
	Desenvolver a cooperação entre agentes urbanos públicos e privados		

Portimão

Portimão

Áreas Urbanas

- Centro Histórico / Núcleo Antigo
- Áreas Urbanas Consolidadas
- Áreas Urbanas Não Consolidadas
- Expansões Urbanas Existentes
- Áreas Urbanas de Gênese Ilegal

Áreas Urbanizáveis

- Expansões Urbanas Previstas

Zonas Industriais e de Armazenagem

- Existentes
- Previstas

Equipamentos Estruturantes

- Singulares / Sistemas

Espaços Abertos

- Restrições e programas especiais
- Parque urbano
- Áreas sob reserva

Elementos da Macroestrutura

- Macroestrutura Viária
- Macroestrutura Ferroviária

Morfologia do Suporte Físico

Significantes de Identidade (de reconhecimento simbólico, imagético ou outro)

Perfil da cidade: relações topológicas da cidade com o rio Arade – porto de pesca, áreas das conserveiras e centro urbano (Casa Inglesa); Praia da Rocha – palacetes, hotéis e forte de Sta. Catarina; novos sinais de desenvolvimento.

Síntese

Formas parciais e formas conjuntas, Modelos Espaciais

Áreas Urbanas e Urbanizáveis, Áreas de Enquadramento, Perímetro Urbano e Limites da Cidade

O núcleo antigo localiza-se junto à confluência da ribeira de Boira com o rio Arade, tendo-se expandido para Sul ao longo da margem direita deste último rio.

No contacto da malha urbana estabilizada com o rio encontram-se as instalações portuárias de pesca, de lazer e de construção naval, assim como as instalações das antigas conserveiras. O novo porto (na margem esquerda do Arade), de grande importância para a cidade, introduz uma nova imagem à zona ribeirinha.

A área urbana expandiu-se igualmente para Nascente, por extratos de malhas marcadamente consolidadas e não consolidadas, às quais se sucedem as áreas urbanizáveis propostas pelo PDM. Este último instrumento prevê ainda a duplicação das áreas industriais localizadas a Norte da cidade.

Referências Para Reconhecimento da Forma Urbana (forma da cidade e das suas partes)

Referências Elementares Para Reconhecimento dos Modelos Urbanísticos Fundamentais

Reconhecimento Morfológico Elementar (RME)

- (1) Morfologias facilmente reconhecíveis pelo limite, contexto físico e contexto temático das estruturas em presença
- (2) Morfologias afirmadas pela singularidade do limite
- (3) Dismorfias ou anamorfoses
- (4) Morfologias concertadas por articulações sequenciais, por interconformação ou contiguidade espacial
- (5) Formas autónomas mutuamente desconcertadas
- (6) Efeitos de barreira e impasse urbanístico

Modelos de Ocupação (MO)

- (7) Quarteirão Tradicional Dominante
- (8) Quarteirão Reformado Dominante
- (9) Frente Urbana Recorrente
- (10) Ocupações suburbanas em bolsa
- (11) Modelo Funcionalista
- (12) Figurações Específicas (cidade jardim, eixo urbano, espaço monumento e outras)

RME

MO

(1)

(7)(8)(9)

(1)(4)(5)

(7)(8)(9)(11)

(3)(4)(5)

(9)(10)(11)(12)

(4)(5)

(5)

(4)

(4)(5)

(2)(6)

(5)

(2)(5)(6)

(6)

(6)

(2)(6)



Excerto da Carta Militar 1:25.000 • Excerto cartográfico da Carta 1:25.000



PORTIMÃO			
UNIDADE	ESTRUTURAS EXISTENTES (PROBLEMAS E PONTOS FORTES)	TEMAS PARA DEBATE E CONFLITOS	LINEIAS ORIENTADORAS
1	2	3	4
ESTRUTURAS EXISTENTES	Grandes superfícies abstraiam comércio no centro tradicional	Situações de marginalidade e exclusão social, associadas à ruptura dos padrões culturais e religiosos	Impacto negativo de algumas construções descontextualizadas
	Forte precariedade e sazonalidade do emprego, sobretudo associado ao sector turístico		Efeitos perversos da pressão turística estival
	Subespecialização excessiva das fábricas de produção ligadas ao turismo inviabilizam outras actividades económicas		Reduzida dimensão patrimonial
ESTRUTURAS EXISTENTES	Transformação directa do meio-de-vida rural e de actividades industriais de baixa qualificação para a hotelaria e restauração, impossibilitaram uma estratégia turística de maior qualidade		Centro tradicional debilitado pela dinâmica das áreas de expansão, dificuldades de circulação e estacionamento
	Excessiva dependência económica relativamente ao turismo		Oferta turística pouco diversificada
			Problemas de segurança nas áreas residenciais de tipologia turística, fora da época balnear
ESTRUTURAS EXISTENTES	Estrutura comercial dualizada	Forte dinâmica demográfica e urbana no contexto das cidades médias nacionais	Condições naturais da paisagem e do clima favoráveis
	Qualidade das empresas no área de hotelaria e turismo	Universidade como veículo de dinamização cultural e modernização da cidade	Oferta de ensino superior com dois pólos universitários
	Pólo de emprego terciário		Equipamentos de nível hierárquico superior e dimensionados para uma procura regional
ESTRUTURAS EXISTENTES	A cidade dispõe de um porto comercial e de pesca		
	Oferta de população activa qualificada		
ESTRUTURAS EXISTENTES	Relação actividades económicas radicadas nos recursos da região (pesca, câmaras, festas e cortiça)	Eradicação das barreiras, promoção da habitação social e reorganização da habitação degradada	Requalificação urbana e ambiental do centro histórico – património e unidades industriais, criação dos espaços públicos e mobiliário urbano
	Diversificar e qualificar o sector comercial	Reestruturação e ampliação dos serviços de apoio a terceiros dependentes e reforço do combate ao álcool-tráfico	Eradicação das barreiras e promoção de programas de construção de habitações sociais
	Promover a formação profissional – turismo, ocupação e restauração do património, etc.	Incentivar e apoiar a frequência e o sucesso no ensino e formação profissional	Qualificar urbanisticamente as áreas de expansão habitacionais
ESTRUTURAS EXISTENTES			Reformular o sistema de circulação, aumentar a oferta de estacionamento e melhorar a rede de transportes públicos
			Valorização e diversificação da oferta turística
			Flexibilizar os horários do comércio, adaptando-os aos dias de praia
ESTRUTURAS EXISTENTES			Potenciar as relações com o rio nas áreas de desporto, de recreio e de cultura
			Afirmar o comércio como elemento decisivo para a animação urbana
			Criação de espaços e equipamentos culturais, designadamente um museu (verdade náutica, arqueológica e industrial), um centro cultural e um jardim múltiplos
ESTRUTURAS EXISTENTES			Reestruturação e reformulação da rede de equipamentos de saúde, ensino e recreio social

	OBJETIVO			
	DESAFIO	INTERVENÇÃO IMEDIATA	DESAFIO E DESAFIOS DE LONGO PRAZO	DESAFIO DE LONGO PRAZO
1	2	3	4	
ESTRUTURA				
INTEGRAÇÃO				
INTEGRAÇÃO				

	DIRETÓRIO DE PLANOS		
	PLANO DE DESENVOLVIMENTO	PLANO DE ORÇAMENTO	PLANO DE INVESTIMENTOS
	1	2	3
1. PLANO DE DESENVOLVIMENTO			
2. PLANO DE ORÇAMENTO			
3. PLANO DE INVESTIMENTOS			

	DIRETÓRIO DE PLANOS			
	PLANO DE DESENVOLVIMENTO	PLANO DE ORÇAMENTO	PLANO DE INVESTIMENTOS	PLANO DE FINANÇAS
	1	2	3	4
1. PLANO DE DESENVOLVIMENTO				
2. PLANO DE ORÇAMENTO				
3. PLANO DE INVESTIMENTOS				
4. PLANO DE FINANÇAS				

	DIRETIVAS			
	11	12	13	14
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
32				
33				
34				
35				
36				
37				
38				
39				
40				
41				
42				
43				
44				
45				
46				
47				
48				
49				
50				
51				
52				
53				
54				
55				
56				
57				
58				
59				
60				
61				
62				
63				
64				
65				
66				
67				
68				
69				
70				
71				
72				
73				
74				
75				
76				
77				
78				
79				
80				
81				
82				
83				
84				
85				
86				
87				
88				
89				
90				
91				
92				
93				
94				
95				
96				
97				
98				
99				
100				

	DIRETIVAS			
	15	16	17	18
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
32				
33				
34				
35				
36				
37				
38				
39				
40				
41				
42				
43				
44				
45				
46				
47				
48				
49				
50				
51				
52				
53				
54				
55				
56				
57				
58				
59				
60				
61				
62				
63				
64				
65				
66				
67				
68				
69				
70				
71				
72				
73				
74				
75				
76				
77				
78				
79				
80				
81				
82				
83				
84				
85				
86				
87				
88				
89				
90				
91				
92				
93				
94				
95				
96				
97				
98				
99				
100				

ANEXO 2 – QUADROS DE REFERÊNCIA DO MATERIAL ANALISADO POR CIDADE

PRODUTOS ANÁLISE (kg/cm²)						
RT	DT	CLASS.	1222	1222	1222/1222	1222/1222
Alcobaça		S. C. E.	1/25.000	1968	2ª - 1992	331 - M.888
Alco		S. C. E.	1/25.000	1973	2ª - 1992	385 - M.888
Beja		S. C. E.	1/25.000	1963	2ª	521
Beja		S. C. E.	1/25.000	1948		56
Bragança		S. C. E.	1/25.000	1958		70
Barcelos		S. C. E.	1/25.000	1948		38
Caldeas da Raia		S. C. E.	1/25.000	1944	2ª - 1970	60
Castelo Branco		S. C. E.	1/25.000	1949	2ª - 1971	326 - M.888
Chaves		S. C. E.	1/25.000	1954		252 - M.888
Chaves		S. C. E.	1/25.000	1954		34
Coimbra		S. C. E.	1/25.000	1978	2ª - 1984	47
Coimbra		S. C. E.	1/25.000	1978	2ª - 1984	238 - M.888
Coimbra		S. C. E.	1/25.000	1978	2ª - 1984	241
Covilhã		S. C. E.	1/25.000	1999	2ª - 1988	235 - M.888
Entroncamento	Elva (E)	S. C. E.	1/25.000	1988	2ª - 1992	130 - M.888
Évora		S. C. E.	1/25.000	1963	2ª	460
Fafe	S. Urb. (A)	S. C. E.	1/25.000	1975	2ª - 1979	85 - M.888
Faro	Elva (F)	S. C. E.	1/25.000	1976	2ª - 1988	831 - M.888
Santa Maria da Feira	Elva (D)	S. C. E.	1/25.000	1975	2ª - 1982	943 - M.888
Figueira da Foz		S. C. E.	1/25.000	1978	2ª - 1983	239 - M.888
Guarda		S. C. E.	1/25.000	1966	2ª - 1970	203 - M.888
Guimarães	S. Urb. (A)	S. C. E.	1/25.000	1975	2ª - 1979	85 - M.888
Lamego	Elva (E)	S. C. E.	1/25.000	1961	2ª - 1984	131 - M.888
Lecor		S. C. E.	1/25.000	1980	1984	285 - M.888
Lecor		S. C. E.	1/25.000	1978	2ª - 1983	297
Machado		S. C. E.	1/25.000	1980		284
Machado		S. C. E.	1/25.000	1978	2ª - 1982	296 - M.888
Machado		S. C. E.	1/25.000	1980		76 e 77
Olinda		S. C. E.	1/25.000	1978	2ª - 1980	613 - M.888
Oliveira de Azeméis	Elva (E)	S. C. E.	1/25.000	1973	2ª - 1979	154
Paredes	Elva (C)	S. C. E.	1/25.000	1974	1977	164
Paredes		S. C. E.	1/25.000	1975	2ª - 1979	112 - M.888
Paredes		S. C. E.	1/25.000	1972	2ª - 1978	111
Paredes		S. C. E.	1/25.000	1975	2ª - 1977	123
Paredes		S. C. E.	1/25.000	1975	2ª - 1978	124
Paredes		S. C. E.	1/25.000	1975	2ª - 1978	124 - M.888
Paredes		S. C. E.	1/25.000	1975	2ª - 1978	132 - M.888
Paredes		S. C. E.	1/25.000	1981	2ª - 1984	129 - M.888
Paredes		S. C. E.	1/25.000	1967	2ª - 1971	147 e 159
Paredes		S. C. E.	1/25.000	1976	2ª - 1979	594 - M.888
S. João da Madeira	Elva (D)	S. C. E.	1/25.000	1973	2ª - 1979	803
Santarem		S. C. E.	1/25.000	1965	2ª	154 - M.888
Santo Tirso	S. Urb. (A)	S. C. E.	1/25.000	1973	2ª	352 e 353
Trofa		S. C. E.	1/25.000	1973	2ª	88
Trofa		S. C. E.	1/25.000	1963	2ª - 1989	310 - M.888
Trofa	Elva (E)	S. C. E.	1/25.000	1967	4ª - 1992	374 - M.888
Vila do Conde		S. C. E.	1/25.000	1948		40
Vila Nova de Famalicão	S. Urb. (A)	S. C. E.	1/25.000	1972	2ª - 1977	83 - M.888
Vila Real	Elva (E)	S. C. E.	1/25.000	1948		101
Vila Real		S. C. E.	1/25.000	1982	2ª - 1987	102 - M.888
Vila Real		S. C. E.	1/25.000	1982	2ª - 1987	114 - M.888
Vila Real		S. C. E.	1/25.000	1982	2ª - 1987	115 - M.888
Vila Real		S. C. E.	1/25.000	1983	2ª - 1987	178 - M.888
Vila Real		S. C. E.	1/25.000	1983	2ª - 1989	188 - M.888

Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais						
CI	CELA	CELA	CELA	CELA	CELA	CELA
Abantes	1/8.000	16/05/1991	64	Abantes	19	60 e 61
Avelãs	1/8.000	08/06/1989	82	Avelãs	20	116 e 117
Beja	1/8.000	1989	94	Beja	20L	155 e 158
Bragança	1/8.000	1991	68	Bragança	21L	776 e 779
Barcelos	1/8.000	22/06/1988	84	Barcelos	3	7092, 7094
Caldas da Rainha	1/8.000	11/04/1981	38	Caldas da Rainha	4	7100
Castelo Branco	1/8.000	22/08/1982	43	Castelo Branco	10	5042 e 5045
Chaves	1/8.000	1988	83	Chaves	11	5045 e 5058
Coimbra	1/8.000	1991	100	Coimbra	18	1721 e 1724 e 1733 e 1737
Covilhã	1/8.000	1991	86	Covilhã	04; 05	28 e 30, 32 e 36
Entroncamento	1/8.000	22/06/1981	88	Entroncamento	14	3577 e 3580
Évora	1/8.000	1989	22	Évora	16	3585 e 3588
Fafe	1/8.000	1989	142	Fafe	5	3942 e 3945
Faro	1/8.000	11/07/1989	97	Faro	8	3954 e 3957
Santa Maria da Feira	1/8.000	10/05/1989	56	Santa Maria da Feira	7	3161 e 3965
Figueira da Foz	1/8.000	1988	58	Figueira da Foz	7	1582 e 1585
Guarda	1/8.000	01/02/1983	9	Guarda	8	1582 e 1585
Gulmarães	1/8.000	1989	85	Gulmarães	16	1080 e 1087
Lamego	1/8.000	1988	70	Lamego	5M	287 e 292
Leiria	1/8.000	13/08/1991	108	Leiria	8M	289 e 304 e 310 e 312
Martim de Freitas	1/8.000	1991	43	Martim de Freitas	21	4894 e 4896
Mirandela	1/8.000	1989	82	Mirandela	22	4881 e 4883
Óbidos	1/8.000	1989	97	Óbidos	20	4923 e 4924
Oliveira do Azeite	1/8.000	07/05/1989	68	Oliveira do Azeite	8	4122 e 4125
Paredes	1/8.000	1989	142	Paredes	5	2105 e 2116
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	15	5154 e 4125
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	16	5162 e 5165
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	9	7170 e 7172 e 7188 e 7193
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	10G	8470 e 8475
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	62	8241 e 8244
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	72	8247 e 8250
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	2	0017 e 0041
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	3	0064 e 0067
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	7	1880 e 1883
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	3	1887 e 1891
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	7	1164 e 1167
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	3	5661 e 5672
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	26	1031 e 1036
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	11	3553 e 3557
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	8	1580 e 1583 e 7265 e 7268
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	17	7265 e 7268
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	8	474 e 477
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	8	5100 e 5104
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	9	6605 e 6608
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	230	1189 e 1191
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	9	8330 e 8341
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	10C	9447 e 9450
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	9	479 e 485
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	0	4108 e 4118
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	1	5039 e 5048
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	3	5481 e 5488
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	2	5491 e 5493
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	18	3597 e 3600
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	5M	8881 e 8886
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	4	5068 e 5073
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	5	5088 e 5084
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	8	2234 e 2237
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	8	2240 e 2243
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	5	3018 e 3021
Ponte de Lima	1/8.000	1989	81	Ponte de Lima	6	3027 e 3030

Quadros de referência do material analisado por cidade					
CI	CELA	CELA	CELA	CELA	CELA
Abantes	PM	Out. 94	Delegação do Perímetro Urbano	1/10.000	E.G.F.
Avelãs	PM	Jan. 95	Planta de Ordenamento	1/10.000	C. M. de Avelãs
Beja	PM	1991	Plano de Ordenamento da Área Urbana	1/5.000	CIPRO
Bragança	PM	1993	Plano de Ordenamento	1/10.000	C. M. de Bragança
Barcelos	PM	1994	Planta de Ordenamento	1/25.000	Luís Santos
Caldas da Rainha	PM	1994	Planta de Ordenamento	1/10.000	C. M. de Barcelos
Castelo Branco	PM	16/11/1982	Planta de Ordenamento	1/5.000	A. A. P.
Chaves	PM	Dec. 92	Planta de Ordenamento	1/25.000	C. M. de Castelo Branco
Coimbra	PM	Out. 04	Planta de Ordenamento	1/10.000	PLANUM
Covilhã	PM	Set. 93	Planta de Ordenamento	1/10.000	C. M. de Coimbra
Covilhã	PM	Mar. 81	Planta de Ordenamento	1/10.000	História Portuguesa
Entroncamento	PM	1997	Planta de Ordenamento	1/10.000	M. & R.
Évora	PM	1978	Área Urbana/Usos dos Solos	1/5.000	CIPRO
Fafe	PM	1984	Planta de Ordenamento	1/10.000	CCM
Faro	PM	Out. 94	Planta de Ordenamento	1/25.000	RISCO
Santa Maria da Feira	PM	Fev. 93	Zonamento	1/5.000	C. M. de Feia
Figueira da Foz	PM	1993	Planta de Ordenamento	1/25.000	C. M. de F. da Foz
Guarda	PM	12/18/1993	Planta de Ordenamento	1/5.000	C. M. de Guarda
Gulmarães	PM	1982	Planta de Ordenamento	1/10.000	C. M. de Gulmarães
Lamego	PM	1982	Planta de Ordenamento	1/10.000	M. Fernandes S.
Leiria	PM	Jan. 84	Planta de Ordenamento	1/25.000	C. M. de Leiria
Martim de Freitas	PM	Out. 94	Pl. Del. do Aglomerado de Leiria	1/10.000	
Mirandela	PM	Out. 94	Planta de Ordenamento	1/25.000	SISMET
Óbidos	PM	Mar. 94	Planta de Ordenamento	1/25.000	HidroProjecto
Oliveira do Azeite	PM	Jun. 94	Planta de Ordenamento	1/25.000	RISCO
Paredes	PM	Fev. 95	Planta de Ordenamento	1/10.000	C. M. de O. de Azeite
Ponte de Lima	PM		Planta de Ordenamento	1/10.000	C. M. de Paredes
Ponte de Lima	PM	Nov. 93	Planta de Ordenamento	1/10.000	TECNOFOR
Ponte de Lima	PM	Set. 94	Planta de Ordenamento	1/25.000	PLANUM
Portalegre	PM	Mar. 94	Perímetro Urbano de Portalegre	1/5.000	ARQUEOPAC
Portimão	PM	Set. 94	Planta de Ordenamento	1/25.000	R. Santos Pinheiro
S. João da Madeira	PM	Jul. 91	Planta de Ordenamento	1/5.000	PLANUM
Santarém	PM	Set. 95	Planta de Ordenamento	1/10.000	R. S. Pinheiro - C. M. Santarém
Santo Tirso	PM	1994	Planta de Ordenamento	1/10.000	C. M. de Santo Tirso
Tomar	PM	1994	Planta de Ordenamento	1/5.000	GEAP
Trofa	PM	Mar. 95	Planta de Ordenamento	1/5.000	PROJECTOPLAN
Trofa	PM	1991	Planta de Ordenamento	1/10.000	C. M. de Trofa do Castelo
Vila Nova de Famalicão	PM	Mar. 94	Planta de Ordenamento	1/10.000	C. M. de V. N. Famalicão
Vila Real	PM	Agosto 92	Planta de Ordenamento	1/25.000	TECNOFOR
Viseu	PM		Planta de Ordenamento	1/25.000	C. M. de Viseu

Símbolos utilizados

ACARTE	- Serviço de Animação, Criação Artística, Educação pela Arte
AIM	- Associação Industrial do Minho
AMAVE	- Associação de Municípios do Vale do Ave
AMTQT	- Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana
CEVD	- Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro
CITEVE	- Centro Tecnológico da Indústria Têxtil e do Vestuário
DESTEQUE	- Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente
ETAR	- Estação de Tratamento de Águas Residuais
IPIMAR	- Instituto de Investigação das Pescas e do Mar
IPVC	- Instituto Politécnico de Viana do Castelo
ITIDAI	- Instituto de Trás-os-Montes - Investigação e Desenvolvimento Agro-Industrial
IVP	- Instituto do Vinho do Porto
NERCAB	- Núcleo Empresarial da Região de Castelo Branco
NERLEI	- Núcleo Empresarial da Região de Leiria
NERSAN	- Núcleo Empresarial de Santarém
PCT-P	- Parque de Ciência e Tecnologia do Porto
PDM	- Plano Director Municipal
PP	- Plano de Pormenor
PU	- Plano de Urbanização
RAN	- Reserva Agrícola Nacional
REN	- Reserva Ecológica Nacional
SMAS	- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento
TIR-TIF	- Transporte Internacional Rodoviário/Ferroviário
TMAO	- Trás-os-Montes e Alto Douro
TPCO	- Trabalhador Por Contra de Outrem
TUB	- Transportes Urbanos de Braga
UNESUL	- Associação Universidade Empresa do Sul
UTAD	- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Ficha Técnica

Título

Sistema Urbano Nacional: Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais - Volume 2
Colecção Estudos 3

Elaboração

Quatenaire Portugal
Julho de 1996

Edição

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
Campo Grande, 50 - 1700 Lisboa
Outubro de 1997

Execução Gráfica

Rainho & Neves, Lda
Santa Maria da Feira

Tiragem

1.000 exemplares

ISBN/ISSN

972-97022-5-X
0873-6332

Depósito Legal

118199/97

*O conteúdo do Estudo que deu origem a esta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.
Não é permitida a reprodução total ou parcial desta publicação sem autorização prévia da DGOTDU.*